



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2325

Quarta-feira - 23 de Agosto de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Agronômica .....	3	Garuva .....	230	Nova Trento .....	389
Água Doce .....	5	Gaspar .....	232	Novo Horizonte .....	393
Alto Bela Vista .....	7	Governador Celso Ramos .....	237	Orleans .....	394
Anchieta .....	9	Guaraciaba .....	241	Ouro .....	397
Anitápolis .....	10	Guaramirim .....	242	Palhoça .....	398
Antônio Carlos .....	11	Guatambú .....	250	Papanduva .....	419
Arabutã .....	13	Herval d'Oeste .....	251	Paraíso .....	420
Arroio Trinta .....	15	Ibiam .....	252	Paulo Lopes .....	421
Ascurra .....	20	Imarui .....	253	Pinheiro Preto .....	423
Balneário Piçarras .....	21	Imbituba .....	254	Piratuba .....	427
Balneário Rincão .....	23	Indaial .....	263	Pomerode .....	429
Bandeirante .....	33	Iporã do Oeste .....	265	Ponte Serrada .....	431
Barra Bonita .....	34	Ipuacú .....	266	Porto Belo .....	432
Barra Velha .....	36	Ipumirim .....	270	Porto União .....	434
Bela Vista do Toldo .....	37	Iraceminha .....	275	Pouso Redondo .....	437
Benedito Novo .....	38	Irineópolis .....	277	Praia Grande .....	438
Biguaçu .....	49	Itá .....	279	Presidente Castello Branco .....	439
Blumenau .....	60	Itaiópolis .....	280	Presidente Nereu .....	440
Bom Jesus do Oeste .....	66	Itapema .....	281	Princesa .....	467
Bom Retiro .....	67	Itapiranga .....	282	Rio das Antas .....	490
Botuvera .....	68	Itapoá .....	296	Rio do Sul .....	491
Braço do Trombudo .....	70	Jaraguá do Sul .....	300	Salto Veloso .....	492
Brusque .....	71	Joaçaba .....	307	Santa Helena .....	494
Caçador .....	75	José Boiteux .....	314	Santa Rosa de Lima .....	495
Caibi .....	78	Jupia .....	315	Santa Rosa do Sul .....	496
Camboriú .....	79	Lages .....	316	Santiago do Sul .....	507
Campo Alegre .....	80	Laguna .....	320	São Bento do Sul .....	514
Campo Erê .....	94	Lajeado Grande .....	322	São Bonifácio .....	521
Campos Novos .....	95	Lauro Muller .....	324	São Domingos .....	523
Canoinhas .....	114	Lebon Regis .....	325	São João Batista .....	524
Capinzal .....	143	Leoberto Leal .....	326	São João do Oeste .....	533
Catanduvas .....	149	Lindóia do Sul .....	329	São João do Sul .....	534
Cerro Negro .....	151	Lontras .....	330	São Joaquim .....	535
Chapecó .....	152	Luis Alves .....	332	São José .....	536
Cocal do Sul .....	178	Luzerna .....	333	São Lourenço do Oeste .....	537
Concórdia .....	185	Macieira .....	342	São Miguel do Oeste .....	540
Cordilheira Alta .....	187	Mafra .....	343	Schroeder .....	541
Coronel Freitas .....	188	Major Vieira .....	344	Seara .....	548
Coronel Martins .....	189	Maracajá .....	345	Serra Alta .....	566
Correia Pinto .....	194	Maravilha .....	346	Tangará .....	569
Cunha Porã .....	196	Massaranduba .....	361	Tigrinhos .....	573
Curitibanos .....	197	Meleiro .....	363	Tijucas .....	581
Ermo .....	198	Modelo .....	365	Timbé do Sul .....	582
Eral Velho .....	199	Monte Castelo .....	367	Timbó .....	587
Faxinal dos Guedes .....	200	Morro da Fumaça .....	368	Três Barras .....	618
Flor do Sertão .....	220	Morro Grande .....	369	Treze Tílias .....	620
Forquilha .....	221	Navegantes .....	374	Tunápolis .....	639
Fraiburgo .....	224	Nova Erechim .....	386	Turvo .....	640
Garopaba .....	228	Nova Itaberaba .....	387	União do Oeste .....	641

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2325

Quarta-feira - 23 de Agosto de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

Urussanga .....	644	Xanxerê .....	654	Xaxim .....	660
Videira .....	645	Xavantina .....	658	Zortéa .....	662

### Associações

AMUREL .....	663	FECAM .....	663
--------------	-----	-------------	-----

### Consórcios

ARIS .....	668
CIMVI .....	687
CIS Nordeste .....	687
CIS/AMMVI .....	688
CIS/AMOSC .....	689
CIS/AMURES .....	690
CISAM .....	692
CITMAR .....	694
Consórcio Quiriri .....	694
CONSAD .....	695



# Agrônômica

## PREFEITURA

### Nº317/2017

PORTARIA Nº 317/2017 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que o servidor desta municipalidade Sr. FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO matrícula nº 137 ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO, com lotação no Departamento de Administração, encontra-se com as férias do período aquisitivo 04/11/2015 A 04/11/2016

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 22/08/2017 a 31/08/2017, (DEZ) dias, que referem-se ao período aquisitivo 04/11/2015 A 04/11/2016, para o servidor municipal Sr. FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO matrícula nº 137 ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO, atualmente ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento com lotação no Departamento de Administração.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 23 de AGOSTO de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

### Nº318/2017

PORTARIA Nº 318/2017 DE 23 DE AGOSTO 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que cabe a administração municipal editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 94 "caput", da lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, que prevê a concessão a cada quinquênio de exercício ininterrupto do servidor, o direito de usufruir três meses de licença remunerada, a título de

premio por assiduidade,

Considerando que o parágrafo 1º, do Art. anterior, faculta ao servidor o parcelamento do gozo da referida licença, na proporção de trinta dias por exercício,

Considerando também o disposto no parágrafo 5º, do Art. 94 da Lei Complementar n.º 01/90, dispositivo este, que possibilita a conversão em pecúnia total ou parceladamente, na fração de um mês a cada ano, do período de licença prêmio,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. LUCIANA DOS SANTOS, matrícula n.º 625 ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de serviços Gerais, lotado no Departamento da Saúde, conta a seu crédito noventa dias de licença prêmio por assiduidade, fundada no exercício de suas atividades laborais no quinquênio 16/01/2012 a 16/01/2017, sem faltas, atrasos, licenças que interrompam ou suspendam seu contrato de trabalho, nem sanções de ordem disciplinar,

Considerando ainda, atendimento a solicitação do servidor, conforme requerimento já anteriormente protocolizado nesta municipalidade,

RESOLVE:

1-) Ficam concedidos 30 (trinta) dias de licença a título de prêmio em GOZO, que referem-se ao quinquênio 16/01/2012 A 16/01/2017, restando ainda daquele quinquênio para utilização em exercícios subsequentes, 00 (ZERO) dias, e desta forma satisfazendo o requerimento protocolizado nesta municipalidade pela servidora municipal Sra. LUCIANA DOS SANTOS matrícula n.º 625, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de serviços Gerais, lotado no Departamento da Saúde.

GOZO EM : 18/08/2017 A 16/09/2017

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 23 de Agosto 2017

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

### Nº319/2017

PORTARIA Nº 319/2017 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando que cabe a administração municipal editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 94 "caput", da lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, que prevê a concessão a cada quinquênio de exercício ininterrupto do servidor, o direito de usufruir três meses de licença remunerada, a título de premio por assiduidade,

Considerando que o parágrafo 1º, do Art. anterior, faculta ao servidor o parcelamento do gozo da referida licença, na proporção de trinta dias por exercício,

Considerando também o disposto no parágrafo 5º, do Art. 94 da Lei Complementar n.º 01/90, dispositivo este, que possibilita a conversão em pecúnia total ou parceladamente, na fração de um mês a cada ano, do período de licença prêmio,

Considerando que o servidor desta municipalidade Sr. MAURO NICOLETTI, matrícula n.º 213 ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente profissional, lotado no Departamento de obras, conta a seu crédito noventa dias de licença prêmio por assiduidade, fundada no exercício de suas atividades laborais no quinquênio 16/03/2009 A 16/03/2014, sem faltas, atrasos, licenças que interrompam ou suspendam seu contrato de trabalho, nem sanções de ordem disciplinar,

Considerando ainda, atendimento a solicitação do servidor, conforme requerimento já anteriormente protocolizado nesta municipalidade,

**RESOLVE:**

1-) Ficam concedidos 15 (quinze) dias de licença a título de prêmio em GOZO, que referem-se ao 16/03/2009 A 16/03/2014, restando ainda daquele quinquênio para utilização em exercícios subsequentes, 75 (setenta e cinco) dias, e desta forma satisfazendo o requerimento protocolizado nesta municipalidade pelo servidor municipal Sr. MAURO NICOLETTI, matrícula n.º 213 ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente profissional, lotado no Departamento de obras.

O período de Gozo é de 22/08/2017 a 05/09/2017

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 23 de AGOSTO de 2017  
CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal



# Água Doce

## PREFEITURA

### 296/2017

PORTARIA Nº 296/2017 – DE 22 DE AGOSTO DE 2017  
"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário PAULO TRENTTO, inscrito no CPF nº 806.989.309-59, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, no período de 21/08/2017 até 19/09/2017, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de agosto de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER  
Diretora do Dpto Recursos Humanos

### 297/2017

PORTARIA Nº 297/2017 – DE 22 DE AGOSTO DE 2017  
"RETIFICA PORTARIA Nº 256/2017 E CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR QUE MENCIONA"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com Lei Complementar 115 de 27 de Junho de 2017

#### RESOLVE:

Art. 1º. Concede função gratificada ao servidor ADÃO VAGNER DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 008.754.799-60, funcionário efetivo no cargo de Agente Operacional, para ser o Coordenador Operacional do município.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 121-A/2017.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de agosto de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER  
Diretora do Dpto Recursos Humanos

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 5/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2017 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROCESSO LICITATÓRIO 5/2017  
PREGÃO PRESENCIAL 4/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 5/2017, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 4/2017", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de equipamentos para utilização no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social de Água Doce e em atendimento aos grupos do PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família, o qual será processado e julgado no dia 04 de setembro de 2017 às 08h00, em consonância com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 22 de agosto de 2017  
MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO  
Gestora do FMAS

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 6/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2017 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROCESSO LICITATÓRIO 6/2017  
PREGÃO PRESENCIAL 5/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 6/2017, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 5/2017", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de material de expediente, material de consumo e móveis para utilização no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e PAIF e no Setor de Atendimento ao Programa Bolsa Família e Cadastro Único, o qual será processado e julgado no dia 04 de setembro de 2017 às 14h00, em consonância com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 22 de agosto de 2017  
MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO  
Gestora do FMAS

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO 002/2017 DE 16-08-17**

DECRETO LEGISLATIVO N.º 002/2017 DE 16 DE AGOSTO DE 2017

O PODER LEGISLATIVO LUIZ BEDIN, CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO ÁGUADOCENSE PARA O SENHOR FRANCISCO GABRIEL MACAGNAN, PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS AO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, SANTA CATARINA (SC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAMES FRANCISCO BEAL, Presidente do Poder Legislativo Luiz Bedin do Município de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento no Artigo 13, inciso XXI da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que o Poder Legislativo aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1.º Concede-se o Título de Cidadão Águadocense, para o senhor Francisco Gabriel Macagnan, professor aposentado, pelos relevantes serviços prestados para o Município de Água Doce – SC na área educacional, conforme Moção nº 015/2017 de 20-7-2017, aprovada por unanimidade pelos integrantes do Poder Legislativo do Município de Água Doce – Santa Catarina.

Artigo 2.º A Mesa Diretora em conjunto com os demais integrantes do Poder Legislativo Municipal, designarão a data da Sessão Solene, para outorga do presente Título.

Artigo 3.º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2017

James Francisco Beal

Presidente do Poder Legislativo

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2480, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do §1º, do art. 24º da Lei Municipal nº 706, de 31 de outubro de 2016;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.163,63 (Dois mil, cento e sessenta e três reais, sessenta três centavos), na seguinte ação orçamentária:

09.00	COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
09.02	Educação Infantil
12	EDUCAÇÃO
12.365	Educação Infantil
12.365.0043	Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil
12.365.0043.2.077	Material Didático e de Apoio Pedagógico
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0790	Aplicações Diretas
	R\$ 2.079,05
3.3.90.00.0.1.0690	Aplicações Diretas
	R\$ 84,58

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do:

Superávit do exercício de 2016, nos vínculos abaixo:

- "0.2.0690" - Recursos Vinculados - FNDE/Brasil Carinhoso  
R\$ 2.079,05 (Dois mil, setenta e nove reais, cinco centavos).

Art. 3º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo 1º serão utilizados recursos decorrentes do:

Excesso de arrecadação, nos vínculos abaixo:

- "0.2.0690" - Recursos Vinculados - FNDE/Brasil Carinhoso  
R\$ 84,58 (Oitenta e quatro reais, cinquenta e oito centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 22 de Agosto de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

### PORTARIA Nº 104, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, MARIANE GOSSENHEIMER SILVA DE VARGAS, matrículas 117 e 343 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II – 20 HORAS, no período de 05 (Cinco) dias, a contar de 19 de agosto de 2017, conforme atestado médico expedido pelo Dra. Tissiana R. Rossi Schneider CRO-SC 5619.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 19 a 23 de Agosto de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 21 de Agosto de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

### PORTARIA Nº 105, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, VANDA BOURCKHARDT GASTMANN, matrículas 499 e 606 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II – 20 HORAS, no período de 03 (Três) dias, a contar de 21 de agosto de 2017, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Carlos Miguel Horta Aruca RMS-SC 4200590.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 21 a 23 de Agosto de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 21 de Agosto de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017**

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2017

Objeto: Aquisição de trator agrícola de pneus, novo, com recursos provenientes do convênio 2017TR001255, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Agência de Desenvolvimento Regional de Concórdia.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 11/09/2017.

Abertura: às 09h do dia 11/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.altobelavista.sc.gov.br](http://www.altobelavista.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 17 de agosto de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

# Anchieta

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº 076/2017 PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 076/2017

OBJETO: Locação de sala que servirá para funcionamento do "Novo Mais Educação", para o período de 22 de agosto a 22 de dezembro de 2017.

VALOR TOTAL R\$: 1.360,80 (Um Mil Trezentos e Sessenta Reais e Oitenta Centavos).

CONTRATADO: MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ – PARÓQUIA SANTA LÚCIA.

ASSINATURA: Pelo Município: IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito Municipal; e pelo CONTRATADO: RENEU ZORTEA - PÁROCO.

Anchieta, 22 de Agosto de 2017.

# Anitápolis

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 009/2017 - FMS**

PREGAO PRESENCIAL Nº 009/2017 - Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial no dia 05/09/2017, às 09:00 horas. Objeto: Aquisição de medicamentos, farmácia básica e controlada para a Secretaria Municipal de Saúde de Anitápolis. O Edital completo estará à disposição dos interessados, a partir do dia 23/08/2017, a partir das 07:30 horas, no site: [www.anitapolis.sc.gov.br](http://www.anitapolis.sc.gov.br) ou no endereço: Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, nº 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis, 23/08/2017. Fone: (48) 32560131 – Email: [licita@anitapolis.sc.gov.br](mailto:licita@anitapolis.sc.gov.br). Adriana Motta Probst – Secretária de Saúde.

### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 023/2014 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS – Extrato do segundo termo aditivo ao contrato nº 023/2014. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: Personal Net Tecnologia de Informação LTDA. CLAUSULA PRIMEIRA – DA VIGENCIA: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de contrato, que fica prorrogado até 21/08/2018 – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições não especialmente alteradas neste termo. Data: 23/08/2017. Adriana Motta Probst – Secretária Municipal de Saúde.

### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 054/2017**

MUNICIPIO DE ANITÁPOLIS – Extrato do segundo termo aditivo ao contrato nº 054/2014. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADA: GreenCard S/A Refeições Comercio e Serviços. CLAUSULA PRIMEIRA – DA VIGENCIA: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de contrato, que fica prorrogado até 21/08/2018 – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições não especialmente alteradas neste termo. Data: 23/08/2017. Laudir Pedro Coelho – Prefeito Municipal.

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 099/2017

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 099/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 072/2017; Tipo: Menor Preço Por Lote; Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de desinfecção, desratização, desinsetização, bem como limpeza das caixas de água, sucção/limpeza de fossa das unidades escolares da rede municipal de ensino, e a descupinização, desodorização e sanitização do Auditório Sophia Mannes Besen. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 04 de setembro de 2017 as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8620 ou (48) 3272-8617, pelo e-mail [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 22 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 056/2017

DECRETO Nº 056/17 de 22 de agosto de 2017

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de dezembro de 2016.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 55.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 55.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 55.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 057/2017

DECRETO Nº 057/17 de 22 de agosto de 2017

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas

atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de dezembro de 2016.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.331,24 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA 0

4.01.13.392.0005.2.011-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.331,24

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 2.331,24

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 22 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 135/2017

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 135/2017; Origem: Processo Licitatório nº. 79/2017, Tomada de Preço nº. 03/2017; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: TERRAPLEIN LTDA – EPP; Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para pavimentação asfáltica, terraplenagem, drenagem e sinalização da Rua Matias Petry Junior, na localidade Guiomar, Município de Antônio Carlos, com extensão de 215,00 metros, 2ª etapa, de acordo com contrato de repasse OGU nº 832212/2016 – operação 1030829-09 – Programa Turismo. Valor: R\$ 225.156,00 (duzentos e vinte e cinco mil, cento e cinquenta e seis reais). Vigência: 14 de agosto de 2017 – 11 de novembro de 2017.

Antonio Carlos, 22 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N 421/2017

PORTARIA Nº 421/2017

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora ALESSANDRA BASEI, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR GRADUAÇÃO/ LICENCIATURA PLENA - 20H, a partir de 14 de agosto de 2017.



Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 22 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 23 de agosto de 2017.

# Arabutã

## PREFEITURA

### PORTARIA 293. 2017

PORTARIA Nº 293/2017, de 18 de agosto de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014, etc...

Art. 1º. PRORROGAR por 90 (noventa) dias, contados partir de 18 de agosto de 2017, o prazo para a conclusão dos trabalhos no Processo Disciplinar instaurado em desfavor do servidor CLAUDIR ROGERIO KIEKOW através da Portaria nº 232/2017, de 19 de maio de 2.017.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 18 de agosto de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

### PORTARIA 294.2017

PORTARIA Nº 294/2017, de 18 de agosto de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014, etc.

Art. 1º. PRORROGAR por 90 (noventa) dias, contados partir de 18 de agosto de 2017, o prazo para a conclusão dos trabalhos no Processo Disciplinar instaurado em desfavor do servidor JOSÉ ALFREDO DOS SANTOS através da Portaria nº 231/2017, de 19 de maio de 2.017.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 18 de agosto de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

### PORTARIA 295.2017

PORTARIA Nº 295/2017, de 18 de agosto de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014, etc.

Art. 1º. PRORROGAR por 90 (noventa) dias, contados partir de 18 de agosto de 2017, o prazo para a conclusão dos trabalhos no Processo Disciplinar instaurado em desfavor do servidor ANDRE WENTZ através da Portaria nº 233/2017, de 19 de maio de 2.017.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 18 de agosto de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

### PORTARIA 296.2017

PORTARIA Nº 296/2017, de 18 de agosto de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014, etc.

Art. 1º. PRORROGAR por 60 (sessenta) dias, contados partir de 22 de agosto de 2017, o prazo para a conclusão dos trabalhos na Sindicância, em vista dos fatos descritos na Comunicação Interna nº 06/2016, advinda do Setor de Recursos Humanos da data de 22/12/2016 e baseado no parecer jurídico datado de 27 de dezembro de 2016, através da Portaria nº 252/2017, de 23 de junho de 2.017.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 18 de agosto de 2017.  
LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

### PREGÃO 77.2017

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 85/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 077/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DIVERSO, destinado aos ambientes de trabalho dos diversos setores da Administração Municipal, conforme especificações constantes no Anexo "E" do Edital.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 05/09/2017.  
Abertura: às 09h00 do dia 05/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à

disposição dos interessados na home page [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 22 de agosto de 2017  
Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 0065/2017 - SEP ENGENHARIA EIRELI - ME

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0065/2017, QUE ENTRE SI CELERAM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA SEP – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EURELI ME – CONSTRUÇÃO DE MURO DE PEDRA BASALTO

#### 1ª CONTRATANTE:

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, entidade jurídica de direito público interno, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua VX de Novembro 26, nesta cidade de ARROIO TRINTA, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Sardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC, e de ora diante denominada simplesmente PREFEITURA;

#### 2ª CONTRATADA:

CONSTRUTORA SEP – ENGENHARIA EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.P.N.J. sob o nº 24.818.418/0001-79, com sede na Rua Orlando Zardo nº 148, Centro, na cidade de Arroio Trinta Estado de Santa Catarina, neste Ato representada por PÂMELA JAINE SILVA DA SILVA, portadora do CPF sob nº 076.844.599-02 e CI sob nº 5.219.241, residente e domiciliada na Rua Orlando Zardo, Centro de Arroio Trinta - SC, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA;

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 0002/2017, datado em 20 de julho de 2017 e homologado em 09 de agosto de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### I - OBJETO

##### CLÁUSULA PIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

§ 1º - A CONTRATADA por força do presente instrumento obriga-se junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA A EXECUTAR OS SERVIÇOS DE OBRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE UM MURO TAIPA DE PEDRA COM EXTENSÃO DE 107 METROS LINEARES MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE ORÇAMENTO, tudo de acordo com os projetos, memoriais descritivos e quantitativos anexados ao Edital, conforme segue:

3028 - SEP Engenharia Eireli ME (24.818.418/0001-79)

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	1	27313 - 1.1 - MURO DE PEDRA BASALTO 0,30x0,30x0,40x1,50x107,00m CÓD. 73844	M³	48,15	578,36	27.848,03
Valor Total						27.848,03

§ 2º – A obra deverá ser executada pela própria contratada, ficando expressamente vedada a sublocação a terceiros, sem a prévia autorização por escrito do Município de ARROIO TRINTA.

§ 3º – As despesas com ARTs de execução da obra serão por conta da contratada.

§ 4º – Qualquer alteração de serviço ou projeto, somente deverá ser executada com prévia aprovação por escrito do Sr. Prefeito Municipal, mediante alteração contratual.

§ 5º – A obra, bem como os materiais a serem empregados na mesma deverão atender as normas técnicas e executados de acordo com os projetos técnicos fornecidos.

§ 6º – O canteiro de obras deverá estar de acordo com a norma de segurança vigente NR-18.

§ 7º – Fica estabelecido como fck mínimo 20Mpa.

§ 8º – Será de responsabilidade do construtor as sondagens geológicas tipo SPT, a determinação da resistência superficial, a percussão, o cálculo da estrutura da edificação, tudo de acordo com as normas brasileiras, NBRs, cadernos de encargos, seguindo-se as orientações prévias do Engenheiro Responsável pela Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, devendo os mesmos serem encaminhados para aprovação final do Engenheiro Fiscal, responsável pela Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

§ 9º – A contratada deverá fornecer e manter na obra o DIÁRIO DA OBRA, devidamente assinado pelo responsável pela execução da mesma, contendo o mínimo de informações necessárias para o bom entendimento do mesmo, e apresentar um boletim de medição ao término de cada fase.

a) – Uma cópia do Diário de Obra e do Boletim de Medição, após a assinatura dos responsáveis nos mesmos, deverão ser encaminhados para o Setor de Licitações, para que os mesmos sejam apensados ao Processo.

§ 10º – A contratada somente poderá iniciar os serviços após o recebimento da Ordem de Serviço.

§ 11º – A referida Ordem de Serviço deverá ser assinada em até no máximo 15(quinze) dias após assinatura do contrato, sob pena de

rescisão contratual.

§ 12º – Os serviços de limpeza, impostos e serviços correlatos para a execução da reforma será de inteira responsabilidade da empresa vencedora.

## II - PREÇO

### CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

§ 1º - A obra, objeto do presente contrato, será executada pelo preço total e global de R\$ 27.848,03 (VINTE E SETE MIL OITOCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E TRÊS CENTAVOS) referente a mão de obra.

## III – PAGAMENTO

### CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO

§ 1º - Os pagamentos dos serviços prestados serão em conformidade com o Cronograma físico financeiro e mediante Boletins de Medição.

a) – A medição poderá ocorrer semanalmente ou quinzenalmente, dependendo do andamento da obra.

§ 2º – Quanto ao pagamento, este fica condicionado aos respectivos documentos que deverão ser apresentados na tesouraria deste Município:

a) - Emissão dos respectivos documentos fiscais.

b) - Aceitação dos bens/serviços, pelo órgão da Prefeitura encarregado da fiscalização.

c) - Cópia da folha de pagamento e da GRPS, relativa aos funcionários colocados à disposição da Contratada para esta reforma.

d) - Retenção do ISS sobre os serviços prestados que tenham por local da prestação o território do Município de Arroio Trinta.

e) - Apresentação das Negativas de Tributos Federais, Estaduais e Municipais, bem como FGTS, INSS e Débitos Trabalhistas.

f) - Tratando-se de prestação de serviços, a Contratada deverá cumprir todos os encargos e obrigações trabalhistas.

g) - A Contratante somente efetuará o pagamento para a Contratada mediante comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, em especial o pagamento de salários, recolhimento de FGTS e de Contribuição Previdenciária dos Trabalhadores.

§ 3º - Os objetos desta Tomada de Preços poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

§ 4º - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

## IV – DA DOTAÇÃO

### CLÁUSULA QUARTA: CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

§ 1º - As despesas para a execução do objeto do presente Edital correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2017, conforme segue:

78 – 1 . 2006 . 15 . 452 .17 . 2.36 . 1 . 449000 - Aplicações Diretas

77 – 1 . 2006 . 15 . 452 .17 . 2.36 . 1 . 339000 - Aplicações Diretas

## V – DO PRAZO

### CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO

§ 1º – A Proponente vencedora deverá assinar o Contrato num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da Homologação da Licitação, sob pena de decair do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666/93 e na Minuta do Contrato em Anexo.

§ 2º - A Proponente vencedora deverá no prazo de 3 (três) dias úteis, após assinatura do Contrato, oferecer prestação de garantia de adimplemento do contrato de 3%(três por cento) do valor contratado, nas modalidades e critérios previstos no Art. 56 da Lei 8.666/93.

a) - Se a opção de garantia for caução em dinheiro, a proponente deverá efetuar o depósito no Banco do Brasil, Agência 5322-8, Conta Corrente nº 00016-7, Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, com identificação da Empresa.

b) – Uma cópia do respectivo comprovante de depósito deverá ser encaminhada ao Setor de Licitações para que esta seja apensada ao Processo Licitatório e uma cópia deverá ser encaminhada ao Setor Contábil para que os responsáveis possam fazer as aplicações bancárias necessárias quanto ao valor depositado (garantia do adimplemento).

c) – A garantia contratual somente será resgatada pela licitante vencedora, na mesma modalidade em que foi apresentada, no prazo de 60 (sessenta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da obra e depois de cumpridas todas as obrigações contratuais. No caso de rescisão contratual não será devolvida a garantia contratual, que será apropriada pelo Município, exceto se a rescisão e/ou paralisação se der em decorrência de acordo com o Município, ou nas hipóteses previstas no §2º do Art. 79 da Lei nº 8.666/93.

§ 3º – O contrato, atendendo às disposições de ordem legal que regem a matéria, vinculará as normas gerais desta licitação.

§ 4º – Caso a Proponente, declarada vencedora, não queira ou não possa assinar o respectivo Contrato dentro do prazo previsto no item 9.1, poderá o Município de Arroio Trinta, sem prejuízo de aplicação de penalidades à desistente, optar pela contratação das proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, se alternativamente o Município de Arroio Trinta não preferir revogar a presente licitação.

§ 5º – A obra poderá ser iniciada somente após o recebimento da Ordem de Serviço, expedida pela Prefeitura Municipal.

**VI – VIGÊNCIA****CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA**

§ 1º - O prazo para a execução dos serviços deverá ser conforme o Cronograma Global de Execução, ou seja, 60(sessenta) dias consecutivos do recebimento da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por motivo de força maior, nos termos do Art. 57, Lei 8.666/93.

**VII - GARANTIAS****CLÁUSULA SÉTIMA: GARANTIA DE RESPONSABILIDADE**

§ 1º - A CONTRATADA responderá pelos vícios dos serviços que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a PREFEITURA isenta de qualquer responsabilidade, em virtude da prestação dos serviços, objeto do presente contrato.

§ 2º - O objeto do presente contrato tem garantia de 5(cinco) anos consoante dispõe o artigo 618 do Código Civil Brasileiro, quando houver vícios ocultos ou defeitos, ficando a licitante vencedora responsável pela solidez e segurança da obra durante este prazo.

**VIII – INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO****CLÁUSULA OITAVA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

§ 1º - O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente;
- d) Descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

**IX - SANÇÕES****CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

§ 1º - Ressalvados os casos de força maior, devidamente comprovados, a juízo da PREFEITURA, a CONTRATADA incorrerá em multa, quando houver descumprimento na prestação dos serviços, objeto deste contrato.

§ 2º - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais:

- a) - Advertência;
- b) - Multa;
- c) - Suspensão temporária de participação em licitação;
- d) - Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) - Declaração de inidoneidade, nos termos dos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

§ 3º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

§ 4º - O atraso injustificado na execução do Contrato, sujeitará o contratado à multa de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, a critério da contratante, na forma do Art. 86 e seguintes da Lei 8.666/93.

§ 5º - As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do Art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

**X – DAS RESPONSABILIDADES****CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO**

§ 1º - Cabe ao Município de Arroio Trinta:

- a) Tomar todas as providências necessárias à execução do Processo Licitatório;
- b) Encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrerem, em Mural Público Municipal, no DOM – Diário Oficial do Município e no Site do Município;
- c) Arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos, se ocorrerem.
- d) As demais responsabilidades determinadas na Minuta Contratual em anexo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

§ 1º - Cabe a Contratada:

- a) Toda sinalização necessária (placas, cones, faixas, cavaletes, entre outros) durante a execução da obra.
- b) Se necessário o fechamento de Rua(s), a Contratada deve solicitar a devida AUTORIZAÇÃO com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas ao Secretário Municipal de Administração e ou Prefeito Municipal;
- c) A sinalização deverá ser colocada em posição e condições que a tornem perfeitamente visível e legível, em distância compatível com a segurança de todos os transeuntes;
- d) Responsabilizar-se pela preservação das benfeitorias existentes;
- e) Compor o seu quadro de funcionários com pessoal apto para o exercício das funções, devidamente uniformizados e com equipamentos

- de segurança, possuindo registro em carteira de trabalho;
- f) Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado pelo Município, responsabilizando-se pela execução dos serviços;
- g) Arcar com as despesas administrativas, tais como tributos, salário dos empregados, encargos sociais, entre outros;
- h) Facilitar todas as atividades de fiscalização pelo Município;
- i) Fornecer todas as informações e elementos necessários, sempre que o Município solicitar;
- j) É vedada a sub empreitada total ou parcial da reforma; sem a prévia autorização por escrito do Município de Arroio Trinta;
- k) Responder pela solidez e segurança dos serviços executados no prazo previsto no Código Civil Brasileiro;
- l) Responder Civil e ou Criminalmente pela ausência de sinalização;
- m) Manter no local da reforma, no mínimo 3 horas diárias e sempre no mesmo horário de trabalho o Engenheiro Responsável pela execução da reforma;
- n) Confecção e preenchimento do Boletim Diário da Obra, vistado pelo Engenheiro Responsável pela execução da mesma;
- o) Fixar placa de identificação da Empresa, referente a reforma, que deverá atender as normas da identidade visual do Município;
- p) Prestar garantia do Contrato conforme item 9.2 e 9.2.1 deste edital;
- q) Recolher a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) pela Execução do serviço, objeto deste Edital e Contrato e entregar na Prefeitura, Setor de Licitações 1(uma) cópia do mesmo para que este seja apensado ao Processo Licitatório;
- r) Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, as suas expensas no total ou em parte, o objeto deste Edital ou parte dele, se for verificado vícios ou incorreções na execução dos serviços;
- s) A obra só poderá ser entregue quando estiver devidamente pronta, de forma a garantir as condições adequadas de segurança.

## XI – DA FISCALIZAÇÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

§ 1º – A Prefeitura exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto desta Licitação, a qualquer hora.

§ 2º – A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade do contratado, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

§ 3º – Para facilitar o trabalho da fiscalização, a contratada deverá especificar o horário em que o Engenheiro Responsável pela Obra estará na mesma.

§ 4º – Este horário será fixado entre o Engenheiro Fiscal da Prefeitura Municipal e a Contratada, devendo o mesmo estar compreendido no período das 8h:00 às 12h:00 e das 13h:00 às 17h:00, deverá ser diário (segunda a sexta feira) e no mínimo de 3 horas diárias, sempre no mesmo horário.

§ 5º – O Município de Arroio Trinta anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das incidências observadas, podendo ainda fazer relatórios sobre o andamento do contrato, sendo permitido multas por infrações cometidas pela Contratada.

§ 6º – A Comissão de Fiscalização para acompanhar a referida obra foi nomeada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 1755 de 08 de junho de 2016, composta pelos seguintes membros:

1. SINVAL LEGNANI
2. NESTOR MOZENA
3. FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA
4. SANTO CLAUDIR DA SILVA
5. VILMAR MIOTELLI
6. DARCI DA SOLER
7. FERNANDO ANDRÉ MANENTI

§ 7º – A Comissão será responsável pelo acompanhamento da obra, do início ao final, analisando materiais aplicados na mesma, assim como o serviço prestado pela proponente vencedora.

I – Esta mesma Comissão, juntamente com o Prefeito Municipal e os Sócios Proprietários da Empresa serão responsáveis pela assinatura do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

II – A partir da emissão deste termo, a Obra passa a ter garantia de 5(cinco) anos consoante dispõe o Art. 618 do Código Civil Brasileiro.

## XII - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: VINCULAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

§ 1º – O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do Edital de TOMADA DE PREÇOS 0002/20017 obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## XIII - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: LEIS 8.666/93 - 8.883/94 - 9.648/98

§ 1º – O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

## XIV – FORO

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: FORO DE ELEIÇÃO



§ 1º - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Videira, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arroio Trinta – SC, 14 de agosto de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Contratante

SEP – ENGENHARIA EIRELI - ME

C.P.N.J. nº 24.818.418/0001-79

PÂMELA JAINE SILVA DA SILVA

CPF nº 076.844.599-02

TESTEMUNHAS:

MARILIA BORGIA FERRONATO

CPF Nº: 066.042.359-63

GIZELI MAFFIOLETTI

CPF Nº: 088.733.359-18

CONTRATO Nº: 0065/2017

PROCESSO Nº: 0089/2017

TOMADA DE PREÇOS: 0002/2017

CONTRATADA: SEP ENGENHARIA EIRELI - ME

FINALIDADE: CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE TAIPA DE PEDRA

VALOR: R\$ 27.843,03

### **TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0044/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ:82.826.462/0001-27

Rua XV de Novembro, 26 - Centro

CEP: 89.590-000 - Arroio Trinta - SC

Processo Administrativo Nº 0086/2017 - DL

Dispensa de Licitação Nº 0044/2017 - DL

Setor(es) Solicitante(s): SEC. DA CULTURA E ESPORTES

### **TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico a presente Dispensa de Licitação, com fundamento conforme Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93, e demais legislação aplicável, tendo como OBJETO: CONTRATAÇÃO DE RÁDIO PARA DIVULGAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DA FESTIVIDADE ALL'ITALIANA 2017 nestes termos.

Modalidade: Dispensa De Licitação: Nº 0044/2017 – DL

Fornecedor: Rádio Tropical FM Ltda Me (03.816.796/0001-43)

Valor Total: R\$ R\$ 2.150,00 (dois mil e cento e cinquenta reais)

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Publique-se,

Arroio Trinta - SC, 05/07/2017.

Claudio Spricigo.

Prefeito Municipal

# Ascurra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 67/2017

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato n. 67/2017 ref. Credenciamento n. 34/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Klaus Alexandre Utpadel

CPF: 035.420.359-20

Objeto: Serviços de arbitragem e/ou mesário e/ou assistente, para atender, em regime de rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da CME, para o ano de 2017, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 34/2017.

Vigência: 31/12/2017

Ascurra, 23 de agosto de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 68/2017

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato n. 68/2017 ref. Credenciamento n. 34/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Vanderli Moraes

CPF: 894.231.789-87

Objeto: Serviços de arbitragem e/ou mesário e/ou assistente, para atender, em regime de rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da CME, para o ano de 2017, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 34/2017.

Vigência: 31/12/2017

Ascurra, 23 de agosto de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO DE PERMISSÃO N. 1 - CREDENCIAMENTO N. 46/2017

Prefeitura Municipal de Ascurra

Termo de Autorização de Uso de Espaço n. 01

Poder Público: Município de Ascurra

Credenciado: Ario Sergio Sestari

CPF: 618.475.009/78

Objeto: Autorização para utilização de espaço público, especificado pelo Poder Público, a título precário, durante as festividades da "XXIII Festa Per Tutti", de 18 à 20 de agosto de 2017, para a exposição e/ou comercialização de produtos de origem artesanal e/ou colonial.

Vigência: A presente autorização de uso terá vigência no período de 18 a 20 de agosto de 2017, cessando de pleno direito após esta data, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, em razão da precariedade do ato administrativo.

Ascurra, 23 de agosto de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO DE PERMISSÃO N. 2 - CREDENCIAMENTO N. 46/2017

Prefeitura Municipal de Ascurra

Termo de Autorização de Uso de Espaço n. 02

Poder Público: Município de Ascurra

Credenciado: Diego Giovam Zimath

CPF: 006.833.609-81

Objeto: Autorização para utilização de espaço público, especificado pelo Poder Público, a título precário, durante as festividades da "XXIII Festa Per Tutti", de 18 a 20 de agosto de 2017, para a exposição e/ou comercialização de produtos de origem artesanal e/ou colonial.

Vigência: A presente autorização de uso terá vigência no período de 18 a 20 de agosto de 2017, cessando de pleno direito após esta data, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, em razão da precariedade do ato administrativo.

Ascurra, 23 de agosto de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### ADITIVO 01/2017 DO CONTRATO 017/2017 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO  
TERMO ADITIVO Nº 01/2017 de 11/08/2017  
CONTRATO Nº 017/2017 DE 08/05/2017 - PMBP  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2017  
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 02/2017  
HOMOLOGADO EM 08/05/2017

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 21/2017 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2017, e tem por objeto a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, PLANTA DE VALORES GENÉRICOS, GEOPROCESSAMENTO, FORNECIMENTO DE SISTEMAS, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, constantes das ações do PNAFM referentes a Gestão Fiscal Integrada e Administração Tributária e do Contencioso Fiscal, a serem executados no perímetro urbano do Município de Balneário Piçarras/SC  
Conforme justificativa e solicitação apresentada e aceita, a prestação dos serviços objeto do presente instrumento prorrogar-se-á pelo período de 3 (três) meses a contar do término da vigência do contrato, passando a vigorar até o dia 8 de dezembro de 2017.

Balneário Piçarras, 11 de agosto de 2017  
GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA  
Leonel José Martins – Prefeito Municipal

### ATA PREGÃO 38/2017 PMBP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2017 - PMBP  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2017 - PMBP  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2017 - PMBP  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL VISUAL PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS DE BALNEÁRIO, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

A presente Ata terá validade de 01(um) ano, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei, vigorando até o dia 17 de agosto de 2018.

GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - Total do Fornecedor: R\$6.850,00

J LUCCA ME - Total do Fornecedor: R\$5.880,00

Balneário Piçarras, 18 de agosto de 2017.  
Leonel José Martins – Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2017 - FMT PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 - FMT

PUBLICAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2017 - FMT  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 - FMT

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, para contratação de empresa para confecção de material gráfico de divulgação de ações e eventos, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Turismo. Recebimento dos Envelopes até: 06/09/2017 às 09h. Data da Sessão Pública: 06/09/2017 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 22 de agosto de 2017. Susan Correa - Secretária Municipal de Turismo

**REEQUILÍBRIO DE PREÇOS 02/2017 PMBP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2017 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017 - PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Reequilíbrio Nº 02/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2017-PMBP

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para a aquisição de combustível (arla 32, gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel S-10), para abastecimento de veículos pertencentes à frota das Secretarias do Município e Corpo de Bombeiros Militar de Balneário Piçarras, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Conforme solicitação e justificativa da Fornecedora, fica reestabelecido a relação econômico financeira da Ata de Registro de Preços, passando a vigorar com os seguintes valores.

Item	Produto	Unidade	Valor Unitário
1	GASOLINA COMUM GABINETE	LITRO	R\$3,349
2	GASOLINA COMUM ADMINISTRAÇÃO	LITRO	R\$3,349
3	GASOLINA COMUM OBRAS	LITRO	R\$3,349
4	GASOLINA COMUM EDUCAÇÃO	LITRO	R\$3,349
5	GASOLINA COMUM ASSISTÊNCIA	LITRO	R\$3,349
6	GASOLINA COMUM TURISMO	LITRO	R\$3,349
7	GASOLINA COMUM CONSELHO TUTELAR	LITRO	R\$3,349
8	GASOLINA COMUM ESPORTE	LITRO	R\$3,349
9	GASOLINA COMUM PLANEJAMENTO	LITRO	R\$3,349
10	GASOLINA COMUM SAÚDE	LITRO	R\$3,349
11	GASOLINA COMUM BOMBEIROS	LITRO	R\$3,349

Balneário Piçarras, 17 de agosto de 2017.

POSTO DE GASOLINA SAO MIGUEL LTDA

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº. 056/PMBR/2017**

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 056/PMBR/2017

TIPO: MELHOR TÉCNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO Nº. 056/PMBR/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Nº. 019/FMS/2017

SAMAE – SISTEMA AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUÁ E ESGOTO Nº. 026/SAMAE/2017

**OBJETO:** Contratação de agência de propaganda e/ou publicidade para prestação de serviços de publicidade e propaganda, correspondentes ao estudo, ao planejamento, à conceituação, à concepção, à criação, à execução interna, à intermediação e supervisão da execução externa e à distribuição de campanhas de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação; à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias; e demais serviços inerentes à atividade publicitária, destinados ao atendimento das necessidades de comunicação da Administração Municipal/Fundo Municipal de Saúde e Samae do Município de Balneário Rincão/SC.

**REGIMENTO:** Lei Nº. 12.232/10; Lei Nº. 8.666/93; Lei Nº. 4.680/65; Decreto Federal Nº. 57.690/66; e, no que couber, as Normas-Padrão da Atividade Publicitária.

**PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES Nº. 1 a 4:** até às 13h45min do dia 10 de Outubro de 2017, no Departamento de Compras, Materiais e Patrimônio – Setor de Licitações.

**1ª. SESSÃO PÚBLICA:** As 14h00min do dia 10 de Outubro de 2017, na sala de reuniões do Departamento de Compras, Materiais e Patrimônio – Setor de Licitações. As demais sessões públicas serão definidas de acordo com a tramitação do processo licitatório.

**OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:** O Edital e seus anexos poderão ser conhecidos ou adquiridos, de 2ª a 6ª feiras (em dias úteis), das 13:00h às 19:00h, no Departamento de Compras, Materiais e Patrimônio, Setor de Licitações sito, Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro do Município de Balneário Rincão SC, ou pelo e-mail: [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com) sem qualquer custo, assim como o Envelope Padronizado Nº. 01.

**INFORMAÇÕES:** Dúvidas e esclarecimentos sobre a retirada do edital e do envelope padronizado poderão ser obtidos por escrito no endereço acima ou pelo telefone (48)3468-7218, ou pelo e-mail [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com).

Balneário Rincão (SC), 22 de Agosto de 2017.

Rafael Motta Custodio

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/PMBR/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/PMBR/2017.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 06/09/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços para futuros fornecimentos de materiais

gráficos para uso de diversas Secretarias, Fundo Municipal de Saúde e Samae do Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico [licitacao.rincao@hotmail.com](mailto:licitacao.rincao@hotmail.com).

Balneário Rincão – SC, 22 de Agosto de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/FMS/2017**

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/FMS/2017.

O Município de Balneário Rincão – SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 018/FMS/2017, que tem como objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de dois veículos novos, tipo popular e utilitário, para uso do Fundo Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC, ficam suprimidos e retificados os subitens referentes aos itens 01 e 02 do Termo de Referencia do Edital acima citado, no qual segue:

Item 01: Veiculo popular novo 0 km

Fica suprimidos os seguintes subitens::

Apoios de cabeça traseiros (2) rebaixados e com regulagem de altura

Banco traseiro bi partido e rebatível com 2 posições para o encosto Barra de proteção nas portas

Bolsa porta-objetos e porta garrafa nas portas dianteiras

Check quadro de instrumentos (Welcome Moving)

Comando interno de abertura do porta-malas e da tampa do tanque de combustível

Computador de Bordo (distância, consumo médio, consumo instantâneo, autonomia)

Espelho no para-sol lados motorista e passageiro

Luz de leitura dianteira com interruptor na porta lado motorista e passageiro

Maçanetas e retrovisores externos na cor do veículo

Painel (moldura) e maçanetas na cor preta

Porta-malas com tapete e acabamento em carpete nas laterais

Tampa traseira do porta malas em Vidro estrutural de alta resistência na cor preta

Volante com regulagem de altura

Fica retificado o seguinte subitem:

FICHA TÉCNICA

Onde se lê:

Torque máximo (kgf.m) igual ou superior a: 9,5(G)/9,9(E) a 3.850 rpm

Altura do veículo (mm) igual ou superior a: 1.502

Leia-se:

Torque máximo (kgf.m) igual ou superior a: 9,5(G)/9,9(E) a 3.000 rpm

Altura do veículo (mm) igual ou superior a: 1.464

Item 02: Veiculo utilitário novo 0 KM

Fica suprimidos os seguintes subitens:

Apoios de cabeça traseiros ( 3 ) com regulagem de altura

Chave canivete com telecomando para abertura e fechamento das portas

Espelho no para-sol lado motorista e passageiro

Frisos laterais

Luzes de leitura dianteira e traseira

Fica retificado o seguinte subitem:

Onde se lê:

Motor 1.8 16V flex

Leia-se:

Motor igual ou superior a 1.6 16V flex

Permanecem as mesmas quantidades solicitadas no Edital, fica prorrogado para o dia: 05/09/2017 às 14h00min, com o recebimento/protocolo dos envelopes (Habilitação e Proposta) até às 13h45 do destacado dia, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93. Feita a retificação e a prorrogação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 22 de Agosto de 2017.

GISELE P. FERREIRA

PREGOEIRA

## ATA 009/2017 - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/PMBR/2017

Página: 1/8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017**

**Número do Registro de Preços:** 9/2017    **Data do Registro:** 22/05/2017    **Válido até:** 22/05/2018  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS FORNECIMENTOS DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DE DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDO E SAMAE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CARTAZES - A3 42X28,7CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHE LISO 115G. CTP. PROVA DIGITAL. PACOTE.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,2800	1
2	PANFLETOS - A5 14,8X21CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHE LISO 115G. CTP. PROVA DIGITAL. PACOTE.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,1200	1
3	FOLDERS - A4 - 02 DOBRAS 21X28,7CM, 4X4 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHE LISO 115G. CTP. PROVA DIGITAL. DOBRADO= 2 PARALELAS , PACOTE.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,2600	1
4	CONVITES - A4 - 01 DOBRA 21X28,7CM, 1X1 COR, TINTA PRETA EM LINHO 180G. CTP. PROVA EPSON. PACOTE.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,7300	1
5	PASTAS - COM BOLSO PLANO1: 45X31,5CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA EM TRIPLEX 300G. CTP. PROVA DIGITAL. BOLSO: 18X22CM, SEM IMPRESSÃO EM TRIPLEX 250G. COLAR BOLSO, DOBRA, PACOTE, CORTE/VINCO, VINCO.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	1,1000	1
6	CERTIFICADOS - A4 21X28,7CM, 4X4 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHE LISO 170G. CTP. PROVA DIGITAL. PACOTE.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,5300	1
7	APOSTILA - MANUAL DO SERVIDOR CAPA: 21X28,7CM, 4X4 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHE LISO 170G. CTP. PROVA DIGITAL. MILO: 100 PÁGS, 14,8X21CM, 4 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHE LISO 90G. CTP. PROVA DIGITAL. PACOTE, ALCEAR.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	45,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017**

Página: 2/8

<b>Número do Registro de Preços: 9/2017</b>		<b>Data do Registro: 22/05/2017</b>	<b>Válido até: 22/05/2018</b>
<b>Objeto da Compra:</b>		REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS FORNECIMENTOS DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DE DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDO E SAMAE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC	

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MULTICÓPIAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA (120)		0	48,0000	2
8	CARTILHA - EDUCATIVAS TIPO 01 CAPA: 21X29,7CM, 4X4 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHE LISO 170G. CTP. PROVA DIGITAL. MILO: 28 PÁGS, 14,8X21CM, 4 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHE LISO 90G. CTP. PROVA DIGITAL. PACOTE, ALCEAR.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	4,5600	1
9	CARTILHA - EDUCATIVAS TIPO 02 CAPA: 21X29,7CM, 4X4 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHE LISO 170G. CTP. PROVA DIGITAL. MILO: 36 PÁGS, 14,8X21CM, 4 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHE LISO 90G. CTP. PROVA DIGITAL. PACOTE, ALCEAR.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	10,5000	1
10	ETIQUETAS - ADESIVAS 3,3X9,9CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA EM ADESIVO BRILHO 200G. CTP. PROVA DIGITAL. MEIO CORTE RETO, PACOTE.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,1300	1
11	ETIQUETAS - ADESIVAS 5X5CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA EM ADESIVO BRILHO 200G. CTP. PROVA DIGITAL. PACOTE, CORTE/VINCO, FACA	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,2000	1
12	ETIQUETAS - CRACHÁ 12X10CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA EM TRIPLEX 300G. CTP. PROVA DIGITAL. PACOTE, CORTE/VINCO.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,5800	1
13	BLOCOS - 50X2 AUT. DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULO BRANCA: 1 VIA 11X15CM, 1X0 COR, TINTA PRETA EM AUTO COPIATIVO CB BRANCO 50G. FOTOLITO INCLUSO. PROVA EPSON. ROSA: 1 VIA 11X15CM, 1X0 COR, TINTA PRETA EM AUTO COPIATIVO CF ROSA 50G. INTERCALAÇÃO, PICOTADO, GRAMPEADO, PACOTE.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	9,3000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017**

Página: 3/8

Número do Registro de Preços: 9/2017		Data do Registro: 22/05/2017		Válido até: 22/05/2018		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS FORNECIMENTOS DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DE DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDO E SAMAE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	FICHA - CONTROLE DE NF DE PRODUTOR 21X29,7CM, 1X1 COR, TINTA PRETA EM OFF-SET 240G. CTP. PROVA EPSON. PACOTE.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,9900	1
15	BLOCOS - 50X2 MEMORANDO INTERNO BRANCA- 1 VIA 21X15CM, 1X0 COR, TINTA PRETA EM AUTO COPIATIVO CB BRANCO 50G. FOTOLITO INCLUSO. PROVA EPSON. VERDE: 1 VIA 21X15CM, 1X0 COR, TINTA PRETA EM AUTO COPIATIVO CF VERDE 50G. INTERCALAÇÃO, PICOTADO, GRAMPEADO, PACOTE.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	12,2000	1
16	PASTAS - CONTRAANTE 60X32,5CM, 1X0 COR, TINTA PRETA EM OFF-SET 240G. CTP MO. PROVA EPSON. DOBRA= 3 PARALELAS, PACOTE, BOPP BRILHO=1 LADO(S), VINCO.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	2,3800	1
17	FICHA - DE DEPÓSITO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS 19X8,5CM, 1X0 COR, TINTA PRETA EM OFF-SET 180G. FOTOLITO INCLUSO. PROVA EPSON. PACOTE.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,1400	1
18	ADESIVOS - OBRA EMBARGADA 21X30CM, 3X0 CORES, TINTA VERMELHA, TINTA PRETA, TINTA AZUL EM BOPP 200G. CTP. PROVA EPSON. MEIO CORTE RETO, PACOTE.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	1,7600	1
19	ADESIVOS - OBRA FINALIZADA 21X30CM, 3X0 CORES, TINTA VERMELHA, TINTA PRETA, TINTA AZUL EM BOPP 200G. CTP. PROVA EPSON. MEIO CORTE RETO, PACOTE.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	1,7600	1
20	PASTAS - PROCESSO Nº 45X31,5CM, 1X0 COR, TINTA PRETA EM CARTOLINA VERDE 240G. CTP. PROVA EPSON. DOBRA, PACOTE, VINCO.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	1,0600	1
21	CARTAZES - A3 42X30CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALADA EM COUCHE LISO 145G. CTP PROVA DIGITAL, CORTE INICIAL, PACOTE	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,4100	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017**

Página: 4/8

**Número do Registro de Preços: 9/2017      Data do Registro: 22/05/2017      Válido até: 22/05/2018**  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS FORNECIMENTOS DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DE DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDO E SAIAE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	PANFLETOS - A5 21X15CM, 4X4 CORES, TINTA ESCALADA EM COUCHE LISO 115G. CTP PROVA DIGITAL, CORTE INICIAL, PACOTE	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,0700	1
23	ADESIVOS 25X9CM 4X0 CORES, TINTAS ESCALA EM BOPP 200G, CTP PROVA DIGITAL, CORTE INICIAL, MEIO CORTE RETO, PACOTE	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	1,1400	1
24	FOLDERS 21X29,7CM 4X4 CORES, TINTAS ESCALA EM COUCHE LISO 170G, CTP PROVA DIGITAL, CORTE INICIAL, DOBRADO= 2 PARALELAS, PACOTE.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,3700	1
25	CARTILHAS (INFORMATIVO) 20PAGS, 21X15CM, 4 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHE LISO 170G, CTP. PROVA DIGITAL. CORTE INICIAL, DOBRADO = 2 PARALELAS, PACOTE, ALCEAR.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	1,9800	1
26	JORNAL 8PG, 28X38CM FECHADO, JORNAL 45,5GR, FULL COLLOR, CADERNO COM 8PAGINAS, 4X4 CORES EM JORNAL 45,0 GR - 760MMxLD 45 GR 28,00X38,00 CM, EMPACOTAR	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,4000	1
27	ENVELOPES PRONTOS-OFICIO (11,5X23) 11,4X22,9CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA EM ENVELOPE BRANCO, CTP. PROVA DIGITAL. PACOTE.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,3100	1
28	ENVELOPES - SACO (40X24) 55X45CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA EM OFF-SET 120G. CTP MO. PROVA DIGITAL. CORTE VINCO, PACOTE.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	1,4400	1
29	CERTIFICADOS - A4 21X29,7CM 4X4 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHE LISO 170G, CTP. PROVA DIGITAL. PACOTE	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,4500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017**

Página: 5/8

**Número do Registro de Preços:** 9/2017      **Data do Registro:** 22/05/2017      **Válido até:** 22/05/2018  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS FORNECIMENTOS DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DE DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDO E SAIAE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	PASTAS - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL PLANO1: 45X31,5CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA EM TRIPLEX 300G. CTP. PROVA DIGITAL. BOLSO: 18X22CM, SEM IMPRESSÃO EM TRIPLEX 250G. COLAR BOLSO(BOLSO), DOBRA(PLANO:1), PACOTE, CORTE/VINCO(BOLSO), VINCO(PLANO:1).	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	2.2000	1
31	FOLDERS - A4 - 02 DOBRAS 21X29,7CM 4X4 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHE LISO 115G. CTP	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,3900	1
32	PANFLETOS - INFORMATIVOS DE ORIENTAÇÃO E SERVIÇOS (04 MOD). 16X22CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHE LISO 170G. CTP. PROVA DIGITAL. PACOTE.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,1600	1
33	CARTAZES - A3 42X29,7CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHE LISO 170G. CTP. PROVA DIGITAL. PACOTE.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,6300	1
34	LÂMINA - CARTÕES HOMENAGEM PAIS E MÃES 18X9CM, 4X4 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHE LISO 170G. CTP. PROVA DIGITAL. PACOTE.	UN	ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	0,8800	1
35	PLOTAGEM PRETO E BRANCO	MI	MULTICOPIAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA (120)		0	0,9000	2
		MI	MULTICOPIAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA (120)		0	7,0000	1
			ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	7,5000	2
36	PLOTAGEM COLORIDA	MI	MULTICOPIAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA (120)		0	9,0000	1
			ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	10,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017**

Página: 6/8

Número do Registro de Preços: 9/2017		Data do Registro: 22/05/2017		Válido até: 22/05/2018		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS FORNECIMENTOS DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DE DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDO E SAMAE DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
37	COPIA COLORIDA A4 PAPEL SULFITE 75G.	UN	MULTICÓPIAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA (120)		0	1,5000	1		
			ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	1,7000	2		
38	COPIA COLORIDA A3 PAPEL SULFITE 75G.	UN	MULTICÓPIAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA (120)		0	3,0000	1		
			ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	3,4000	2		
39	IMPRESSÃO COLORIDA A4 PAPEL SULFITE 75G.	UN	MULTICÓPIAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA (120)		0	1,5000	1		
			ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	1,7500	2		
40	IMPRESSÃO COLORIDA A3 PAPEL SULFITE 75G.	UN	MULTICÓPIAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA (120)		0	3,3000	1		
			ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	3,5000	2		
41	ENCADERNAÇÃO - ATÉ 50 FOLHAS	UN	MULTICÓPIAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA (120)		0	2,4000	1		
			ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	2,5000	2		
42	ENCADERNAÇÃO - ATÉ 100 FOLHAS	UN	MULTICÓPIAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA (120)		0	2,8000	1		
			ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	3,0000	2		
43	ENCADERNAÇÃO - ATÉ 150 FOLHAS	UN	MULTICÓPIAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA (120)		0	3,3000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 9/2017

Página: 78

Número do Registro de Preços: 9/2017		Data do Registro: 22/05/2017		Válido até: 22/05/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS FORNECIMENTOS DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DE DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDO E SAAE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ENGECOPIAS PLOTAGENS LTDA ME (287)		0	3,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2017

Página: 8/8

Número do Registro de Preços: 9/2017		Data do Registro: 22/05/2017		Válido até: 22/05/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS FORNECIMENTOS DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DE DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDO E SAMAE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2017

PROCESSO Nº 31/2017

(120) - MULTICOPIAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA  
(287) - ENGECÓPIAS PLOTAGENS LTDA ME

Balneário Rincão, 22 de Maio de 2017.



# Bandeirante

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 75/2017 PMB

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE

CONTRATO Nº 75/2017

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 69/2017

Processo licitatório nº 64/2017

Tomada de Preços nº 01/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE

Contratado: ALEX CONSTRUTORA LTDA EPP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA REFORMA DO TELHADO DO RECREIO COBERTO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOSSO SONHO, COM ÁREA DE 55,55M², CONFORME ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO.

Do aditivo: conforme quantitativos suprimidos e aditivados dos serviços executados, fica aditivado o valor de R\$ 1.047,88 (mil e quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos)

Fundamento legal: Art. 65 §1º da Lei 8.666/93

Assinatura: 22 de agosto de 2017.

Vigência: 22/08/2017 a 31/12/2017.

Bandeirante, SC, em 22 de agosto de 2017

Celso Biegelmeier - PREFEITO MUNICIPAL

# Barra Bonita

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 272, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº 272, de 22 de agosto de 2017.

Convoca servidor em licença prêmio e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

Resolve.

Art.1º. Fica convocado a voltar as suas atividades o servidor Luiz Antonio Zaccaron, que se encontra em licença prêmio, nos dias 22 a 25 de agosto de 2017.

Art.2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 22 de agosto de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 015/2017**

PORTARIA Nº015 DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

Concede diária e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º-Conceder 5,0 (cinco diárias) ao Vereador, Sr. ANDRÉ PAVANATTO, matrícula nº. 3061.9-1, no valor de R\$ 1.935,75(um mil novecentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos), para 5º Congresso Nacional de Legislativos Municipais em Brasília - DF, de acordo com a programação oficial, Conforme Memorando nº 006/2017 e Roteiro de Viagem nº 006/2017, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 15 de Agosto de 2017.

GILMAR MENEGUZZO

Presidente do Legislativo

**PORTARIA Nº 016/2017**

PORTARIA Nº016 DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

Concede diária e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º-Conceder 5,0 (cinco diárias) ao Vereador, Sr. SILVIO RICARDO LAZAROTTO, matrícula nº. 129.5-03, no valor de R\$ 1.935,75(um mil novecentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos), para 5º Congresso Nacional de Legislativos Municipais em Brasília - DF, de acordo com a programação oficial, Conforme Memorando nº 007/2017 e Roteiro de Viagem nº 007/2017, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 15 de Agosto de 2017.

GILMAR MENEGUZZO

Presidente do Legislativo

**PORTARIA Nº 017/2017**

PORTARIA Nº017 DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

Concede diária e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º-Conceder 5,0 (cinco diárias) ao Vereador, Sr. LUIZ GIBRAIL DRESCH, matrícula nº. 12604-7, no valor de R\$ 1.935,75(um mil novecentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos), para 5º Congresso Nacional de Legislativos Municipais em Brasília - DF, de acordo com a programação oficial, Conforme Memorando nº 008/2017 e Roteiro de Viagem nº 008/2017, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 15 de Agosto de 2017.

GILMAR MENEGUZZO

Presidente do Legislativo

**PORTARIA Nº 018/2017**

PORTARIA Nº018 DE 15 DE AGOSTO 2017.

Concede Adiantamento e da outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, de acordo com a Lei IV do artigo 24 da Resolução nº005/2002 e III do artigo 21 da Resolução nº013/2008, combinado o Artigo 29 inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Resolve.

Art.1º- Conceder Adiantamento ao servidor, ao Vereador, Sr. ANDRÉ PAVANATTO, matrícula nº. 3061.9-1 no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais). Estas despesas são pronto pagamento, e não se subordinem ao processo normal de empenho, autorizado pela Resolução nº 006/2014 de 27 de novembro de 2014.

Os recursos ora solicitados destinam-se ao custeio de despesas de combustível, taxi, pedágios, estacionamento em locomoção em viagem para 5º Congresso Nacional de Legislativos Municipais em Brasília - DF, de acordo com a programação oficial, Conforme Memorando nº 009/2017 e Roteiro de Viagem nº 009/2017, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita - SC, em 15 de agosto de 2017.

GILMAR MENEGUZZO

Presidente do Legislativo

# Barra Velha

## PREFEITURA

**ATA 001/2017 PP 047/2017 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017

Contratada: TEXTIL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA

Objeto: Aquisição de tênis e meia para distribuição aos alunos da rede Municipal de ensino de Barra Velha

Valor do Contrato: 390.444,00

Data de Assinatura: 14/08/2017

Data de Vencimento: 14/08/2018

Barra Velha, 14 de agosto de 2017.

EDJANE MARA DOMINGOS CORRÊA

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 019.2017

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 033/2017 - MULTIENTIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017 - MULTIENTIDADE

REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2017 - MULTIENTIDADE

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, onde o objeto é a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ESTRUTURA E COBERTURA METÁLICA POR METRO QUADRADO, BEM COMO MÃO DE OBRA PARA REFORMA, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 08h30min do dia 05/09/2017.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 05/09/2017 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC [www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br). Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail [compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br](mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br).

Bela Vista do Toldo, 23 de Agosto de 2017.

FRANCISCO JOSUÉ KARVAT

Pregoeiro

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 79/2017

#### ATA DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 22/08/2017 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 79/2017

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 79/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DA FESTA DAS TRADIÇÕES – EDIÇÃO 2017, A SER REALIZADA NOS DIAS 10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2017, NO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC, COM FORNECIMENTO DAS ESTRUTURAS, DIVULGAÇÃO, SEGURANÇA, LIMPEZA, PRODUÇÃO DO SHOW NACIONAL E DEMAIS SERVIÇOS.

No dia e horário supramencionados, reuniram-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, o Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e a Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA, nomeados pela Portaria nº 003/2017 para dirimirem a respeito do Pregão Presencial nº 79/2017.

Na sessão de abertura e julgamento da licitação ocorrida no dia 15/08/2017 o representante da licitante DCX EVENTOS LTDA ME manifestou intenção de recurso, alegando que o objeto social (atividade econômica) da empresa PORTAL GAUCHO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME não é compatível com o objeto da licitação.

Por ocasião, abriu-se o prazo recursal de 03 (três) dias úteis, iniciando o prazo dia 15/08/2017 e terminando no dia 18/08/2017, conforme previsto no art. 4º, VXIII da Lei nº 10.520/2002.

Ocorre que, transcorrido o prazo recursal, não houve qualquer manifestação por parte da licitante recorrente em relação à apresentação do recurso.

Sendo assim, retoma-se os trâmites do processo com a adjudicação do item do certame a empresa vencedora PORTAL GAUCHO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

Em seguida, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio.

Publique-se e encaminhe-se os autos para análise da Assessoria Jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

#### PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio
------------------------------------	-------------------------------------	--

### AVISO DE ERRATA AO EDITAL PP 83/2017

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2017

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2017

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que efetuou alterações no Edital supracitado que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE UM TRATOR DE PNEUS E UM EQUIPAMENTO ROÇADEIRA HIDRÁULICA ARTICULADA NOVOS. A errata na íntegra poderá ser obtida diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, localizada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, Benedito Novo/SC, no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br) ou e-mail: [licitacao@beneditonovo.sc.gov.br](mailto:licitacao@beneditonovo.sc.gov.br). Fica mantida a data de realização do certame no dia 06/09/2017, permanecendo inalterados os demais dispositivos do Edital. Maiores informações pelo Fone (47) 3385-0487.

Benedito Novo (SC), 22 de agosto de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

### DECRETO Nº 059/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO VIGENTE

DECRETO Nº 059, DE 16 de agosto de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, No Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, alínea "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 69.772,25 (sessenta e nove mil, setecentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

08.001.0015.0451.0080.2050.3339000000000000	03640000
4.072,25	07.001.0020.0606.0071.2041.3449000000000000
03000000	5.700,00
07.001.0020.0606.0071.2041.33390000000000	00 03000000
30.000,00	08.001.0015.0451.0080.2050.3339000000
000000	03000000
30.000,00	

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do superávit financeiro do exercício anterior:

Superávit 03640000 4.072,25  
Superávit 03000000 65.700,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 16 de agosto de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 059/2017 foi publicado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 16 de agosto de 2017.

Joice Aparecida Costa  
Agente Administrativa

### **DECRETO Nº 060/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

DECRETO Nº 060, DE 16 de agosto de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 7.839,93 (sete mil, oitocentos e trinta e nove reais e noventa e três centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

05.001.0012.0361.0051.2027.33390000000000000000 01620001 7.839,93

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do excesso de arrecadação:

Excesso 417229900010000 01620001 7.839,93

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 16 de agosto de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 060/2017 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 16 de agosto de 2017..

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

### **DECRETO Nº 061/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

DECRETO Nº 061, DE 16 de agosto de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

02.001.0004.0122.0020.2002.33390000000000000000 01000000 1.000,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela anulação da dotação orçamentária abaixo:

02.001.0004.0122.0020.2002.34490000000000000000 01000000 1.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 16 de agosto de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 061/2017 foi publicado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 16 de agosto de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

### **DECRETO Nº 062/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

DECRETO Nº 062, DE 16 de agosto de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0305.0041.2019.33390000000000000000 01380201 3.000,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela anulação da dotação orçamentária abaixo:

04.001.0010.0305.0041.2019.34490000000000000000 01380201 3.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 16 de agosto de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 062/2017 foi publicado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 16 de agosto de 2017..

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

### **DECRETO Nº 063/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

DECRETO Nº 063, DE 21 de agosto de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 23.000,00 (vinte três mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

02.001.0004.0122.0020.2003.33390000000000000000 01000000 3.000,00 03.001.0004.0122.0031.2006.33390000000000000000 01000000 20.000,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela anulação da dotação orçamentária abaixo:



02.001.0004.0122.0020.2003.3449000000000000 01000000  
3.000,00 03.001.0004.0122.0031.2006.3319000000000000  
01000000 20.000,00

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 063/2017 foi publicado na forma da Lei.  
Benedito Novo, aos 21 de agosto de 2017.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joice Aparecida Costa  
Agente Administrativa

Município de Benedito Novo, aos 21 de agosto de 2017.  
JEAN MICHEL GRUNDMANN

## **DECRETO Nº 064/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO VIGENTE**

DECRETO Nº 064, DE 21 de agosto de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, No Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 611,50 (seiscentos e onze reais e cinquenta centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

03.001.0006.0181.0033.2012.3449000000000000 03110000 611,50

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do superávit financeiro do exercício anterior:

Superávit 03110000 611,50

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 21 de agosto de 2017.  
JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 064/2017 foi publicado na forma da Lei.  
Benedito Novo, aos 21 de agosto de 2017.

Joice Aparecida Costa  
Agente Administrativa

## **LEI 1.867/2017 - AUTORIZA A RECEBER POR DOAÇÃO OS MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS QUE MENCIONA**

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

Lei nº 1.867, de 22 de agosto de 2017.  
Autoriza a Receber por Doação os Móveis  
e Eletrodomésticos que menciona.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a receber por doação da Cooperativa de Geração de Energia Elétrica Salto Donner - CERSAD, os móveis e eletrodomésticos no valor total de R\$ 18.099,30 (dezoito mil, noventa e nove reais e trinta centavos), para as seguintes unidades escolares:

### **a) Escola Municipal Barra São João**

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
22	Conjunto Escolar (Mesa e Cadeira)	228,00	5.016,00
	Total		5.016,00

### **b) Escola Municipal Serra São João**

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
22	Conjunto Escolar (Mesa e Cadeira)	228,00	5.016,00

01	Mesa de Professor com uma gaveta	390,00	390,00
01	Cadeira Escolar Poltrona-Professor	76,00	76,00
	Total		5.482,00

## c) Escola Municipal Alto São João I

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	Batedeira Mondial Inox Vermelha	129,90	129,90
01	Liquidificador Arno Optimix Branco	89,90	89,90
06	Conjunto Escolar (Mesa e Cadeira)	228,00	1.368,00
	Total		1.587,80

## d) Escola Municipal Alto São João II

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	Liquidificador Arno Optimix Branco	89,90	89,90
10	Conjunto Escolar (Mesa e Cadeira)	228,00	2.280,00
	Total		2.369,90

## e) Escola Municipal Santa Mônica

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	Mesa de Professor com uma gaveta	390,00	390,00
01	Cadeira Escolar Poltrona-Professor	76,00	76,00
			466,00

## f) Centro Educacional Gasparzinho – Barra São João

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
05	Conjunto Pré Escolar Modelo Trevo	560,00	2.800,00
	Total		2.800,00

## g) Escola Municipal Ribeirão Preto

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	Caçarola Hotel Alumínio 1,1 Litro	91,90	91,90
02	Caçarola Hotel Alumínio 1,3 Litro	97,90	195,80
01	Liquidificador Arno Optimix Branco	89,90	89,90
	Total		377,60

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 22 de agosto de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.  
Benedito Novo, aos 22 de agosto de 2017.

Joice Aparecida Costa  
Agente Administrativo

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

O Município de Benedito Novo, receberá por doação da Cooperativa de Geração de Energia Elétrica Salto Donner – CERSAD, móveis e eletrodomésticos visando melhorar o ambiente escolar das escolas situadas em sua área de atuação, sendo as localidades de Ribeirão Liberdade, Ribeirão São João e Barra São João.

Com a anuência da Secretaria de Educação foi realizado levantamento da mobília que apresentava danificação e desgaste pelo tempo de uso com a necessidade de substituição.

Segue anexo cópia do Termo de Doação, com relação das Notas Fiscais Eletrônicas do material adquirido.

E, para podermos incorporá-los ao patrimônio do Município, necessitamos de autorização dessa Colenda Casa Legislativa, que desde já agradecemos pela atenção e compreensão.

Município de Benedito Novo, aos 07 de agosto de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

A Vossa Excelência

Vereador Almir Butzke

Presidente da Câmara de Vereadores

BENEDITO NOVO - SC

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 151 - ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 30/2003 - ISS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

Lei Complementar nº 151, de 22 de agosto de 2017.

Altera a Lei Complementar nº 30/2003 – ISS,  
de 02 de dezembro de 2003 e dá outras providências.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º - O Art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 30, de 02 de dezembro de 2003, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 9º. ....

II. A pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 4.22, 4.23, 5.09, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 10.04, 11.02, 15.01, 15.09, 17.05 e 17.10 da Lista de Serviços;  
.....”

Art. 2º - Fica revogada a alínea b, do inciso III, do Art. 9º da Lei Complementar nº 30, de 02 de dezembro de 2003

Art. 3º - O Anexo I da Lei Complementar nº 30, de 02 de dezembro de 2003, que dispõe sobre “Lista de Serviços” passa a vigorar da seguinte forma:

Anexo I – Tabela de Serviços

LISTA DE SERVIÇOS		
Item	Sub-item	Descrição
01.		Serviços de informática e congêneres.
01.	01.	Análise e desenvolvimento de sistemas.
01.	02.	Programação.
01.	03.	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.
01.	04.	Elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, independente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.
01.	05.	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
01.	06.	Assessoria e consultoria em informática.

01.	07.	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
01.	08.	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
01.	09.	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).
02.		Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
02.	01.	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
03.		Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
03.	01.	(VETADO).
03.	02.	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
03.	03.	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
03.	04.	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
03.	05.	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.
04.		Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.
04.	01.	Medicina e biomedicina.
04.	02.	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
04.	03.	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
04.	04.	Instrumentação cirúrgica.
04.	05.	Acupuntura.
04.	06.	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
04.	07.	Serviços farmacêuticos.
04.	08.	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
04.	09.	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
04.	10.	Nutrição.
04.	11.	Obstetrícia.
04.	12.	Odontologia.
04.	13.	Ortótica.
04.	14.	Próteses sob encomenda.
04.	15.	Psicanálise.
04.	16.	Psicologia.
04.	17.	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
04.	18.	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
04.	19.	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
04.	20.	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
04.	21.	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
04.	22.	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
04.	23.	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.
05.		Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.
05.	01.	Medicina veterinária e zootecnia.
05.	02.	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
05.	03.	Laboratórios de análise na área veterinária.
05.	04.	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
05.	05.	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
05.	06.	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
05.	07.	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
05.	08.	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
05.	09.	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.
06.		Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
06.	01.	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
06.	02.	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
06.	03.	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
06.	04.	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
06.	05.	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.
06.	06.	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.
07.		Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
07.	01.	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

07.	02.	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
07.	03.	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
07.	04.	Demolição.
07.	05.	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
07.	06.	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
07.	07.	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
07.	08.	Calafetação.
07.	09.	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
07.	10.	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
07.	11.	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
07.	12.	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
07.	13.	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
07.	14.	(VETADO).
07.	15.	(VETADO).
07.	16.	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.
07.	17.	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
07.	18.	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
07.	19.	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
07.	20.	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
07.	21.	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.
07.	22.	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.
08.		Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.
08.	01.	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.
08.	02.	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.
09.		Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.
09.	01.	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte-service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).
09.	02.	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.
09.	03.	Guias de turismo.
10.		Serviços de intermediação e congêneres.
10.	01.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.
10.	02.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.
10.	03.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.
10.	04.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).
10.	05.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.
10.	06.	Agenciamento marítimo.
10.	07.	Agenciamento de notícias.
10.	08.	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.
10.	09.	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
10.	10.	Distribuição de bens de terceiros.
11.		Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.
11.	01.	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
11.	02.	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.
11.	03.	Escolta, inclusive de veículos e cargas.
11.	04.	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.
12.		Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.
12.	01.	Espectáculos teatrais.
12.	02.	Exibições cinematográficas.

12.	03.	Espetáculos circenses.
12.	04.	Programas de auditório.
12.	05.	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
12.	06.	Boates, taxi-dancing e congêneres.
12.	07.	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.	08.	Feiras, exposições, congressos e congêneres.
12.	09.	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
12.	10.	Corridas e competições de animais.
12.	11.	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
12.	12.	Execução de música.
12.	13.	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.	14.	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
12.	15.	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
12.	16.	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
12.	17.	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.
13.		Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.
13.	01.	(VETADO)
13.	02.	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.
13.	03.	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
13.	04.	Reprografia, microfilmagem e digitalização.
13.	05.	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.
14.		Serviços relativos a bens de terceiros.
14.	01.	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.	02.	Assistência técnica.
14.	03.	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.	04.	Recauchutagem ou regeneração de pneus.
14.	05.	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.
14.	06.	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
14.	07.	Colocação de molduras e congêneres.
14.	08.	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
14.	09.	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
14.	10.	Tinturaria e lavanderia.
14.	11.	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.
14.	12.	Funilaria e lanternagem.
14.	13.	Carpintaria e serralheria.
14.	14.	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.
15.		Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.
15.	01.	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.
15.	02.	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.
15.	03.	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.
15.	04.	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.
15.	05.	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.
15.	06.	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.
15.	07.	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.
15.	08.	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.



15.	09.	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).
15.	10.	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.
15.	11.	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.
15.	12.	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.
15.	13.	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.
15.	14.	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.
15.	15.	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.
15.	16.	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.
15.	17.	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.
15.	18.	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.
16.		Serviços de transporte de natureza municipal.
16.	01.	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.
16.	02.	Outros serviços de transporte de natureza municipal.
17.		Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.
17.	01.	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.
17.	02.	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.
17.	03.	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.
17.	04.	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.
17.	05.	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.
17.	06.	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.
17.	07.	(VETADO).
17.	08.	Franquia (franchising).
17.	09.	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
17.	10.	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
17.	11.	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
17.	12.	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.
17.	13.	Leilão e congêneres.
17.	14.	Advocacia.
17.	15.	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.
17.	16.	Auditoria.
17.	17.	Análise de Organização e Métodos.
17.	18.	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.
17.	19.	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.
17.	20.	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.
17.	21.	Estatística.
17.	22.	Cobrança em geral.
17.	23.	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).
17.	24.	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.
17.	25.	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).
18.		Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
18.	01.	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
19.		Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.	01.	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
20.		Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.
20.	01.	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.
20.	02.	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.
20.	03.	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.
21.		Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
21.	01.	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
22.		Serviços de exploração de rodovia.
22.	01.	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.
23.		Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
23.	01.	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
24.		Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
24.	01.	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
25.		Serviços funerários.
25.	01.	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.
25.	02.	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.
25.	03.	Planos ou convênio funerários.
25.	04.	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.
25.	05.	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.
26.		Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.
26.	01.	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.
27.		Serviços de assistência social.
27.	01.	Serviços de assistência social.
28.		Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
28.	01.	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
29.		Serviços de biblioteconomia.
29.	01.	Serviços de biblioteconomia.
30.		Serviços de biologia, biotecnologia e química.
30.	01.	Serviços de biologia, biotecnologia e química.
31.		Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
31.	01.	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
32.		Serviços de desenhos técnicos.
32.	01.	Serviços de desenhos técnicos.
33.		Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
33.	01.	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
34.		Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
34.	01.	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
35.		Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
35.	01.	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
36.		Serviços de meteorologia.
36.	01.	Serviços de meteorologia.
37.		Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
37.	01.	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
38.		Serviços de museologia.
38.	01.	Serviços de museologia.
39.		Serviços de ourivesaria e lapidação.
39.	01.	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).
40.		Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.
40.	01.	Obras de arte sob encomenda.

Art. 4º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do ano de 2018, revogando o inciso II e alínea b do inciso III, ambos do Art. 9º da Lei Complementar nº 30, de 02 de dezembro de 2003.



Município de Benedito Novo, aos 22 de agosto de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei Complementar foi publicada pela forma regulamentar.

Benedito Novo, aos 22 de agosto de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativo

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Estamos nesta oportunidade submetendo à esta Casa Legislativa, Projeto de Lei Complementar, visando alterar artigos e alguns itens da Lista de Serviços da Lei Complementar nº 30, de 02 de dezembro de 2003 – que Dispõe sobre as normas relativas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

Com advento da Lei Complementar nº 157/2016, a legislação municipal necessita da adoção de alguns procedimentos no que toca ao recolhimento e atividades passíveis de enquadramento do ISSQN, necessárias para os fins de cobrança do imposto nestas atividades. Procedemos as alterações na Lei do Imposto sobre Serviços do Município, de modo que as alterações que alguns itens e inclusão de novos itens, ficaram destacados em *itálico* para melhor visualização.

A Lei Complementar 157/2016 também estabeleceu em seu Art. 8º-A a aplicação da alíquota mínima do ISSQN em 2% (dois por cento) o que já estava sendo praticado em nosso Município, pois a alíquota é de 3% (três por cento), exceto o item 15 e subitens, da lista de serviços, que é de 5% (cinco por cento), pondo fim assim à chamada guerra fiscal.

Também impôs que o imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, bem como tipificou como ato de improbidade administrativa qualquer Ação ou Omissão para conceder, aplicar ou manter benefícios financeiros ou tributários contrários as obrigações dispostas na Lei Complementar 157/2016.

À Vossa Excelência  
Vereador Almir Butzke  
Presidente da Câmara de Vereadores  
BENEDITO NOVO - SC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
Rua Celso Ramos, 5070  
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

Algumas atividades que envolvem os planos de saúde, leasing, franchising, factoring e das administradoras de cartões de crédito e débito, no aspecto especial do fato gerador do imposto, trouxeram mudanças substanciais na forma de recolhimento do imposto, passando a ser tributado não mais no local do estabelecimento do prestador destes serviços, mas no local do estabelecimento do tomador, onde antes era arrecado para poucos municípios, passará a ser recolhido para todos os entes municipais, acarretando uma distribuição mais justa e equilibrada destes recursos.

E, para que surtam efeito a partir do ano de 2018, e tendo em vista que tais alterações devem obediência aos princípios tributários da anterioridade e anterioridade nonagesimal, sendo vedada a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os aumentou e ainda com vedação da cobrança de tributos antes de decorridos noventa dias da data em que houver sido publicada a lei que tenha instituído ou majorado o tributo, solicitamos que o presente projeto de lei complementar seja aprovado até o dia 02 de outubro de 2017.

Desse modo, para aprimorarmos nosso processo de arrecadação e aperfeiçoarmos nossa administração, colocamos à apreciação de Vossas Senhorias o presente projeto de lei complementar.

Município de Benedito Novo, aos 24 de julho de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

# Biguaçu

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO 13 - EDITAL 01/2016

CONVOCAÇÃO Nº 13 – Edital 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001/2016, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal de Biguaçu

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

14 – LISIANE GOMES MOHR

### DECRETO 140/2015 - ERRATA

ERRATA

O Decreto nº 140/2015, publicado em 25/08/2015, em decorrência da duplicidade do art. 6º, ficam renumerados os artigos: Onde se lê o segundo art. 6º fica alterado para o art. 7º, seguindo a sequência numérica sucessivamente.

Biguaçu, 22 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 166/2017

DECRETO Nº 166/2017 DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

REGULAMENTA OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA APROVAÇÃO DE PROJETO, EMISSÃO DE ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, ALVARÁ DE REGULARIZAÇÃO E HABITE-SE NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu:

Considerando a Lei nº 356/83, que instituiu o Código de Obras;

Considerando a Lei Complementar nº 12/2009, alterada pela Lei Complementar nº 71/2014, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal; e

Considerando a Lei nº 2419/2007 e suas alterações que disciplinam a regularização de obras no município de Biguaçu,

DECRETA:

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - O presente regulamento destina-se a disciplinar o processamento para Aprovação de Projeto, emissão de Alvará de Construção, Alvará de Regularização e Habite-se no Município de Biguaçu, cuja execução depende de prévia licença e fiscalização da Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa ou outra que venha a substituí-la, obedecidas às normas aqui consignadas e demais disposições de lei aplicável à matéria.

### CAPÍTULO II

#### CONSULTA DE VIABILIDADE

Artigo 2º - Para instruir os processos de regularização e aprovação de projeto regulamentados neste decreto, serão válidas as Consultas de Viabilidade obtidas digitalmente (on line – via site da prefeitura municipal) ou aquelas obtidas fisicamente via protocolo no Pró Cidadão, sendo que para esta, deverá ser feito através de requerimento específico, juntando os seguintes documentos:

I. Requerimento preenchido e assinado contendo croqui de localização;

II. Cópia do RG e CPF do requerente, ou CNPJ da pessoa jurídica, acompanhado de cópia do contrato social/estatuto e RG e CPF do representante legal da pessoa jurídica;

III. Cópia da matrícula, escritura de posse, ou contrato de compra e venda do imóvel;

IV. Cópia do espelho do IPTU ou Boletim Cadastral Imobiliário do imóvel do imóvel;

### CAPÍTULO III

#### APROVAÇÃO DE PROJETO, ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO E HABITE-SE

#### SEÇÃO I – REGULARIZAÇÃO DE OBRA CONFORME LEI Nº. 2419/2007

Artigo 2º - O interessado em aprovar projeto e obter o Alvará de Regularização de obra com base na Lei nº 2419/2007 e suas posteriores alterações, deverá protocolar junto ao Pró Cidadão processo administrativo de regularização de obra, juntando os seguintes documentos:

I. Requerimento preenchido e assinado, requerendo regularização de obra com base na Lei nº 2419/2007;

II. Cópia do RG e CPF do requerente, ou CNPJ da pessoa jurídica, acompanhado de cópia do contrato social/estatuto e RG e CPF do representante legal da pessoa jurídica;

III. Cópia atualizada da matrícula do imóvel (30 dias), escritura de posse, ou ainda contrato de compra e venda do imóvel;

IV. Cópia do espelho do IPTU ou Boletim Cadastral Imobiliário do imóvel em nome do Requerente;

V. Certidão de aforamento ou ocupação do imóvel emitida pela SPU (se em área de marinha);

VI. Parecer quanto ao afastamento/autorização de acesso emitido pela instituição responsável (se confrontante com rodovias estaduais ou federais)

VII. Certidão Negativa de Débitos do Imóvel;

- VIII. Aprovação do Corpo de Bombeiros (exceto para unifamiliares e comercial menor que 200 m²);
- IX. Licenciamento ambiental pertinente (exceto para unifamiliares);
- X. A.R.T. ou R.R.T. original (Arquitetônico);
- XI. Projeto Arquitetônico original;
- XII. Projeto Hidrossanitário (para multifamiliares com mais de 4 unidades);
- XIII. Declaração/certidão do Setor de Tributos Municipal ou declaração de confrontantes e/ou vizinhos, atestando que a obra em 31 de dezembro de 2012 estava com as condições exigidas pela lei nº. 2419/2007;
- XIV. Declaração do proprietário/requerente se responsabilizando, sob as penas legais, pela veracidade das informações e pelo atendimento dos requisitos previstos na Lei;

Parágrafo Único – A fim de provar indubitavelmente a conclusão da obra antes de dezembro de 2012, poderá o Requerente juntar ao processo outros documentos, preenchendo os requisitos exigidos pela legislação pertinente.

Artigo 3º - Para emissão do Habite-se em processo de regularização, o requerente deverá anexar no mesmo processo administrativo da respectiva regularização de obra, os seguintes documentos:

- I. Requerimento preenchido e assinado requerendo o habite-se
- II. Certidão Negativa de Débitos Municipal atualizada (validade de 30 dias);
- III. Declaração do responsável técnico declarando que a obra se encontra concluída conforme o projeto regularizado, e habitável (no caso de residência unifamiliar);
- IV. Declaração do responsável técnico declarando o tipo de tratamento de efluentes executado, e que o mesmo está funcionando adequadamente;
- V. Licença Ambiental pertinente ou ainda outra admitida (quando necessário);
- VI. Habite-se da Vigilância Sanitária (somente para multifamiliares com mais de 4 unidades).
- V. Habite-se do Bombeiro (exceto para unifamiliares e comercial menor que 200 m²);

## SEÇÃO II – RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR

Artigo 4º - O interessado em aprovar projeto de residência unifamiliar deverá protocolar junto ao Pró Cidadão, processo administrativo de aprovação de projeto, anexando os seguintes documentos:

- I. Requerimento preenchido e assinado, requerendo aprovação de projeto unifamiliar;
- II. Cópia do RG e CPF do requerente, ou CNPJ da pessoa jurídica, acompanhado de cópia do contrato social/estatuto e RG e CPF do representante legal da pessoa jurídica;
- III. Cópia atualizada da matrícula do imóvel (30 dias), ou escritura de posse, ou ainda contrato de compra e venda em nome do requerente;
- IV. Cópia do espelho do IPTU ou Boletim Cadastral Imobiliário do imóvel em nome do Requerente;
- V. Cópia da Consulta de Viabilidade para Construção de residência unifamiliar;
- VI. Certidão Negativa de Débitos do Imóvel;
- VII. A.R.T. ou R.R.T. (projeto arquitetônico);
- VIII. Projeto Arquitetônico original (01 via);

Artigo 5º - Para emissão do Alvará de Construção de residência unifamiliar, o requerente deverá anexar no mesmo processo administrativo da respectiva aprovação de projeto, os seguintes documentos:

- I. Requerimento preenchido e assinado, requerendo alvará de construção de edificação unifamiliar;

- II. Certidão de aforamento ou ocupação do imóvel emitida pela SPU (se em área de marinha);
- III. Parecer quanto ao afastamento/Autorização de Acesso emitida pela instituição responsável (se confrontante com rodovias estaduais ou federais);
- IV. Anuência do Condomínio ou da Associação de Moradores (se o imóvel estiver inserido em condomínio horizontal ou em loteamento com restrições urbanísticas averbadas na matrícula);
- V. A.R.T. ou R.R.T. (execução do arquitetônico e de todos os complementares);
- VI. Projeto Arquitetônico original (3 vias);
- VII. Projeto Hidrossanitário a ser aprovado (3 vias).

Artigo 6º - Para emissão do habite-se de residência unifamiliar, o requerente deverá anexar no mesmo processo administrativo da aprovação de projeto e alvará de construção, os seguintes documentos:

- I. Requerimento preenchido e assinado, requerendo habite-se de edificação unifamiliar;
- II. Certidão Negativa de Débitos Municipal atualizada (com data posterior ao alvará de construção);
- III. Declaração do responsável técnico declarando que a obra se encontra concluída conforme o projeto aprovado, e habitável;
- IV. Habite-se da Vigilância Sanitária;

## SEÇÃO III – EDIFICAÇÃO COMERCIAL / MISTA / MULTIFAMILIAR / INDUSTRIAL

Artigo 7º - O interessado em aprovar projeto de edificação comercial, projeto de edificação mista (comercial + unifamiliar ou multifamiliar), projeto de edificação multifamiliar ou projeto de edificação industrial, deverá protocolar junto ao Pró Cidadão, processo administrativo de aprovação de projeto, especificando a tipologia a ser aprovada, anexando os seguintes documentos:

- I. Requerimento preenchido e assinado, requerendo aprovação de projeto e especificando a tipologia a ser aprovada;
- II. Cópia do RG e CPF do requerente, ou CNPJ da pessoa jurídica, acompanhado de cópia do contrato social/estatuto e RG e CPF do representante legal da pessoa jurídica;
- III. Cópia atualizada da matrícula do imóvel (30 dias), ou escritura de posse, ou ainda contrato de compra e venda em nome do requerente;
- IV. Cópia do espelho do IPTU ou Boletim Cadastral Imobiliário do imóvel em nome do Requerente;
- V. Cópia da Consulta de Viabilidade para Construção, especificando a tipologia;
- VI. Certidão Negativa de Débitos do Imóvel;
- VII. A.R.T. ou R.R.T. (projeto arquitetônico);
- VIII. Licença Ambiental Prévia - LAP ou outra admitida (quando necessário);
- IX. Projeto Arquitetônico original (01 via);

Artigo 8º - Para emissão do Alvará de Construção de edificação comercial, edificação mista (comercial + unifamiliar ou multifamiliar), edificação multifamiliar ou edificação industrial, o requerente deverá anexar no mesmo processo administrativo da respectiva aprovação de projeto, os seguintes documentos:

- I. Requerimento preenchido e assinado, requerendo o alvará de construção;
- II. Certidão de aforamento ou ocupação do imóvel emitida pela SPU (se em área de marinha);
- III. Parecer quanto ao afastamento/Autorização de Acesso emitida pela instituição responsável (se confrontante com rodovias estaduais ou federais);
- IV. Anuência da Associação de Moradores (se o imóvel estiver inserido em condomínio horizontal ou em loteamento com restrições

urbanísticas averbadas na matrícula);  
V. A.R.T. ou R.R.T. (execução do arquitetônico e de todos os complementares);  
VI. Projeto Arquitetônico original (4 vias);  
VII. Projeto Hidrossanitário a ser aprovado (3 vias).  
VIII. Aprovação do Corpo de Bombeiros (exceto para edificações comerciais com área inferior a 200 m²);  
IX. Certidão de Aquisição de Índice Construtivo (quando for o caso);  
X. Licença Ambiental de Instalação - LAI ou outra Licença ambiental admitida (quando necessário);  
XI. Aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Termo de Compromisso (quando for o caso)

Artigo 9º - Para emissão do Habite-se de edificação comercial, edificação mista (comercial + unifamiliar ou multifamiliar), edificação multifamiliar ou edificação industrial, o requerente deverá anexar no mesmo processo administrativo da aprovação de projeto e alvará de construção, os seguintes documentos:

I. Requerimento preenchido e assinado  
II. Certidão Negativa de Débitos Municipal atualizada (com data de emissão posterior ao alvará de construção);  
III. Declaração do responsável técnico declarando que a obra se encontra concluída conforme o projeto aprovado, e habitável;  
IV. Licença Ambiental de Operação (LAO) ou outra Licença ambiental admitida (quando necessário);  
V. Habite-se da Vigilância Sanitária;  
XII. Habite-se do Corpo de Bombeiro (exceto para edificações comerciais com área inferior a 200 m²);

Artigo 10 – No caso de templos religiosos e antenas de telecomunicações, serão utilizados a mesma documentação elencada nos artigos 7º, 8º e 9º, respectivamente.

#### SEÇÃO V – REFORMA OU AMPLIAÇÃO

Artigo 11 - No caso de reforma ou ampliação para qualquer tipologia, o requerente deverá anexar no mesmo processo administrativo da aprovação de projeto e alvará de construção, os seguintes documentos:

I. Requerimento preenchido e assinado, requerendo a reforma ou ampliação da obra com base na Lei nº 2419/2007;  
II.  
III. Cópia atualizada da matrícula do imóvel (30 dias), escritura de posse, ou ainda contrato de compra e venda do imóvel;  
IV. Certidão Negativa de Débitos do Imóvel;  
V. Cópia da consulta de viabilidade para ampliação ou reforma;  
VI. Projeto Arquitetônico original (4 vias);  
VII. Projeto Hidrossanitário a ser aprovado (quando necessário) (3 vias).  
VIII. Aprovação do Corpo de Bombeiros (exceto para edificações comerciais com área inferior a 200 m²);  
IX. Certidão de Aquisição de Índice Construtivo (quando for o caso);  
X. Licença Ambiental ou outra Licença (quando necessário);  
XI. Aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Termo de Compromisso (quando for o caso)

Artigo 12 - Todos os levantamentos e projetos elencados neste capítulo, deverão destinar espaço adequado para os carimbos de aprovação acima do selo.

#### CAPÍTULO IV

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 13 - Para fins deste regulamento, serão considerados válidos

os contratos de compra e venda assinados a mais de 10 anos, registrado em cartório, demonstrando a posse contínua e incontestada do requerente, com justo título e boa-fé.

Parágrafo Único – O requerente poderá, para o fim de contar o tempo exigido neste artigo, acrescentar à sua posse a dos seus antecessores, contanto que sejam contínuas, pacíficas, com justo título e de boa-fé.

Artigo 14 - Em terrenos que possuam mais de uma edificação, poderá ser regularizada ou aprovado apenas uma ou mais edificações em detrimento das demais, sendo necessário, entretanto, a locação de todas as edificações na planta de situação.

Artigo 15 - Exceto se existir dúvida fundada quanto à autenticidade ou previsão legal, fica dispensado o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos ou declarações destinados a fazer prova junto nos procedimentos previstos neste regulamento.

Artigo 16 - Excepcionalmente, para possibilitar a análise, poderão ser solicitados outros documentos em virtude de particularidades do imóvel ou da obra em questão.

Artigo 17 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg. publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

#### ANEXO I

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ÁREA CONSTRUÍDA

#### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador do R.G. \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins e efeitos legais que meu imóvel situado à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Biguaçu/SC é vizinho ao imóvel do Sr. \_\_\_\_\_, situado à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Biguaçu/SC, e que a(s) edificação(ões) existente(s), conforme projeto apresentado no Processo de Regularização nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, com aproximadamente \_\_\_\_\_ m², foram concluídas antes de 31 de dezembro de 2012.

Biguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Assinatura do Vizinho

Observação: Anexar cópia da cédula de identidade e do BCI – Boletim Cadastral Imobiliário do respectivo vizinho.

#### ANEXO II

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DO REQUERENTE

#### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador do R.G. \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à Rua \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Biguaçu/SC, declaro para os devidos fins e efeitos legais que me responsabilizo, sob as penas legais, pela veracidade das informações e pelo atendimento dos requisitos previstos na Lei no Processo de Regularização nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.  
Biguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
Assinatura do Requerente

### DECRETO Nº 167/2017

DECRETO Nº 167/2017 DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

Faz remanejamento de dotação dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3681/2016 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3696/2016 - Lei Orçamentária para 2017,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a dotação abaixo identificada e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 3696/2016:

#### 07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.363.0003.2023	Manutenção do Centro de Educação Profissional	20.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	20.000,00

#### 11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	15.200,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	15.200,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.50.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	15.200,00

#### 25. SECRETARIA DA RECEITA

2501.04.123.0002.2096	Manutenção da Secretaria da Receita	50.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	50.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	50.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg. publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92 DO PP 160/2017 – PMB.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92 DO PP 160/2017 – PMB.

OBJETO: Aquisição de cadeirinha para transporte escolar de crianças.

VENCEDOR: JEFERSON DA SILVEIRA ME VALOR TOTAL: R\$ 6.000,00

VIGÊNCIA: 18/08/2017 A 18/08/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 15 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 3004/2017

PORTARIA nº 3004 de 21 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSINEI JOSE CUNHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Aquicultura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/08/2017 a 31/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2017.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.

JOSÉ VALDEMAR SILVEIRA  
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

### PORTARIA Nº 3005/2017

PORTARIA nº 3005 de 21 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza

temporária, do (a) funcionário (a), RONEI JOSE DE ANDRADE, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Aquicultura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/08/2017 a 31/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2017.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.

JOSÉ VALDEMAR SILVEIRA

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

#### **PORTARIA Nº 3006/2017**

PORTARIA nº 3006 de 21 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TAMARA ROSA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 23/10/2017 a 31/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 23/10/2017.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 3007/2017**

PORTARIA nº 3007 de 21 de agosto de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA REJANE REINEHR CAMARGO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/08/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/08/2017.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 3009/2017**

PORTARIA nº 3009 de 21 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LAURA LUIZA SIMOES DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL) do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 20 horas semanais, no período de 06/08/2017 a 20/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/08/2017.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 3010/2017**

PORTARIA nº 3010 de 21 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAGALI RAMOS CURCIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL) do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 27/08/2017 a 29/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/08/2017.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 3011/2017**

PORTARIA nº 3011 de 21 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JILIANA MULLER MACHADO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL) do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 08/08/2017 a 11/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/08/2017.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.  
KATIA ROUSSENQ BICHELS  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 3012/2017**

PORTARIA nº 3012 de 21 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FABIO SATAKE GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2017 a 31/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2017.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.  
Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 3013/2017**

PORTARIA nº 3013 de 21 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.  
**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KHALID HASAN ISMAIL AL ROB, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO

DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2017 a 31/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2017.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.  
Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 3014/2017**

PORTARIA nº 3014 de 21 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.  
**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROBERTO MARTINS DA SILVEIRA JUNIOR, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2017 a 31/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2017.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.  
Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 3015/2017**

PORTARIA nº 3015 de 21 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAURICIO SCHERER, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2017 a 31/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2017.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.  
Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 3016/2017**

PORTARIA nº 3016 de 21 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLAUDIA CRISTINA GOMES DE OLIVEIRA DIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2017 a 31/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2017.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.  
Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 3017/2017**

PORTARIA nº 3017 de 21 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DANIEL GARCIA MACHADO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2017 a 31/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2017.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.  
Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 3018/2017**

PORTARIA nº 3018 de 21 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOÃO GABRIEL BARBOZA RIOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2017 a 31/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2017.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.  
Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 3019/2017**

PORTARIA nº 3019 de 21 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RODRIGO LABRONCINI MARQUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2017 a 31/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2017.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.  
Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 3020/2017**

PORTARIA nº 3020 de 21 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), AFONSO BUSS JUNIOR, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de



Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2017 a 31/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2017.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.  
Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 3021/2017**

PORTARIA nº 3021 de 21 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSÉ LEANDRO MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/08/2017 a 31/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2017.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.  
Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 3022/2017**

PORTARIA nº 3022 de 21 de agosto de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), IVONE HACK KRAUS, para desempenhar as funções do cargo não provido de ESCRITURÁRIO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 11/08/2017 a 10/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/08/2017.

Biguaçu, 21 de agosto de 2017.  
Heron Felício Pereira  
Secretário Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 3023/2017**

PORTARIA nº 3023 de 22 de agosto de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RUTE DEMARCHE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/08/2017 a 29/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/08/2017.

Biguaçu, 22 de agosto de 2017.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 3024/2017**

PORTARIA nº 3024 de 22 de agosto de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GISELE MARIA ANACLETO VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/08/2017 a 18/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/08/2017.

Biguaçu, 22 de agosto de 2017.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 3025/2017**

PORTARIA nº 3025 de 22 de agosto de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CRISTIANE FELISBERTO DE AZEVEDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária,

para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/08/2017 a 29/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/08/2017.

Biguaçu, 22 de agosto de 2017.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 3026/2017**

PORTARIA nº 3026 de 22 de agosto de 2017

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PATRICK ALMEIDA DE AZEVEDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (INGLÊS), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/08/2017 a 10/10/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/08/2017.

Biguaçu, 22 de agosto de 2017.  
Katia Roussenq Bichels  
Secretária Municipal de Educação

#### **PORTARIA Nº 3027/2017**

PORTARIA nº 3027 de 22 de agosto de 2017

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) FRANCISCO JANUARIO MACHADO, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7620-1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades no Paço Municipal, exercendo as atividades de Vigia.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 10/08/2017 a 01/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/08/2017.

Biguaçu, 22 de agosto de 2017.  
Daniel César da Luz  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3028/2017**

PORTARIA Nº 3028/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), FABIANO TIAGO JOSE, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7996/2017 em anexo no período de 08/08/2017 a 22/08/2017.

Biguaçu, 22 de agosto de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3029/2017**

PORTARIA Nº 3029/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JOSE NAZARENO JUNKES, ocupante do Cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8189/2017 em anexo no período de 16/08/2017 a 30/08/2017.

Biguaçu, 22 de agosto de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3030/2017**

PORTARIA Nº 3030/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), PRISCILA MARTINS DE CAMPOS, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8102/2017 em anexo no período de 14/08/2017 a 11/10/2017.

Biguaçu, 22 de agosto de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 3031/2017**

PORTARIA Nº 3031/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JANAINA DE JESUS MOREIRA,

ocupante do Cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 79742017 em anexo no período de 08/08/2017 a 12/08/2017.

Biguaçu, 22 de agosto de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3032/2017**

PORTARIA Nº 3032/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JANE REGINA BORGES VIEIRA, ocupante do Cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7931/2017 em anexo no período de 08/08/2017 a 05/10/2017.

Biguaçu, 22 de agosto de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3033/2017**

PORTARIA Nº 3033/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MAURI DE LIMA PINTO, ocupante do Cargo efetivo de OPERADOR DE ROÇADEIRA COSTAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8126/2017 em anexo no período de 10/08/2017 a 29/08/2017.

Biguaçu, 22 de agosto de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3034/2017**

PORTARIA Nº 3034/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), VALMIR JOAO DE ANDRADE, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL) – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8229/2017 em anexo no período de 21/08/2017 a 18/10/2017.

Biguaçu, 22 de agosto de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3035/2017**

PORTARIA Nº 3035/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo efetivo de ENGENHEIRO AMBIENTAL – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7872/2017 em anexo no período de 20/08/2017 a 17/10/2017.

Biguaçu, 22 de agosto de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3036/2017**

PORTARIA Nº 3036/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JURANDIR CESAR BEIRO CAMEZ, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7923/2017 em anexo no período de 09/08/2017 a 15/08/2017.

Biguaçu, 22 de agosto de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3037/2017**

PORTARIA nº 3037 de 22 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

GERAR VACÂNCIA, do cargo efetivo de MÉDICO ESPECIALISTA III (ORTOPEDISTA), na Secretaria Municipal de Saúde, ocupado pelo(a) servidor(a) FLAMMARION PORTO E SOUZA, em virtude de seu óbito, com data de 16/08/2017, de acordo com a certidão de óbito em anexo.

Biguaçu, 22 de agosto de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 3038/2017**

PORTARIA nº 3038 de 22 de agosto de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração a(o) servidor(a) VICTOR ROBERTO PECSSEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/08/2017.

Biguaçu, 22 de agosto de 2017.

DAniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3039/2017**

PORTARIA nº 3039 de 22 de agosto de 2017

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração a(o) servidor(a) SAMARA TATIANE NASCIMENTO DE ALMEIDA ABREU, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/08/2017.

Biguaçu, 22 de agosto de 2017.

DAniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE 006/2017.**

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO- INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 006/2017

OBJETO: contratação de empresa especializada em orientar órgãos públicos quanto aos procedimentos e medidas que devem ser tomadas antes do início da obrigatoriedade do envio das informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais pelo eSocial, para o Funcionário Carlos Eduardo Airoso da Câmara Municipal de Biguaçu.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, II da lei 8.666/93.

VALOR GLOBAL DO CERTAME: R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais), correspondente à UMA inscrição.

FORMA DE CONTRATAÇÃO: O serviço será solicitado de uma só vez, através de Autorização de Fornecimento.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Biguaçu – CNPJ n. 73.564.064/0001-99

CONTRATADO: EGEM – ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

DOTAÇÃO ORÇAMETÁRIA: 333903999000000

RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: 22/08/2017.

Biguaçu/SC, 23 de Agosto de 2017.

Ângelo Ramos Vieira

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu



# Blumenau

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 21.163/2017

PORTARIA Nº 21.163, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.  
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,  
de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 112/2017,  
da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública,  
a nomeação dos seguintes cidadãos:

FERNANDA RUSKE DE SIQUEIRA, nomeada através da Portaria nº 20.816, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

CRISTIANE COELHO DE CAMPOS MARQUES, nomeada através da Portaria nº 20.813, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

SOLANGE BAMBINETTI, nomeada através da Portaria nº 20.816, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

FERNANDA MELO ROSSATTO, nomeada através da Portaria nº 20.816, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

DIRCEU ANTÔNIO RIBEIRO, nomeado através da Portaria nº 20.816, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

DIONNE DO CARMO ARAUJO FREITAS, nomeada através da Portaria nº 20.816, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Terapeuta Ocupacional, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

DANIELA PSCHIEDT BEHR, nomeada através da Portaria nº 20.816, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Terapeuta Ocupacional, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

ALESSANDRA MIRANDA KRAFT, nomeada através da Portaria nº 20.816, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Educador Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

FABIANE CORREA, nomeada através da Portaria nº 20.817, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Educador Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

LORENA KRUTZSCH DE OLIVEIRA, nomeada através da Portaria nº 20.817, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Educador Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

MARIA TERESA BUERGER COIMBRA DE SOUSA, nomeada através da Portaria nº 20.817, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Educador Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

SANDRA CRISTINA GOMES AUADA, nomeada através da Portaria nº 20.817, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Educador Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

FERNANDA LARISSA RIBEIRO, nomeada através da Portaria nº 20.817, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

BRUNO DA SILVA, nomeado através da Portaria nº 20.817, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

NAYARA HELENA TAMBOSI, nomeada através da Portaria nº 20.818, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

BRUNA DE DEUS MIGUEL, nomeada através da Portaria nº 20.819, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

EUNICE HASCKEL, nomeada através da Portaria nº 20.819, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 21.164/2017

PORTARIA Nº 21.164, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.  
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,  
de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 112/2017,  
da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública,  
a nomeação dos seguintes cidadãos:

NOELI MULLER, nomeada através da Portaria nº 20.823, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Anos Iniciais, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2016;

ELAINE CRISTIANE SEUBERT JANKE, nomeada através da Portaria nº 20.823, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Anos Iniciais, aprovada pelo

Concurso Público nº 002/2016;

ANGELA MARIA BERTOLDI, nomeada através da Portaria nº 20.823, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Anos Iniciais, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2016;

TATIANE ASSUNPÇÃO ZAPELINI DELLING, nomeada através da Portaria nº 20.978, de 16 de junho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

THALITA GILDA SANTOS BENGHI, nomeada através da Portaria nº 20.867, de 18 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

FERNANDA CASTRO DANTAS, nomeada através da Portaria nº 20.820, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

HABINADAB JOSÉ DA SILVA, nomeado através da Portaria nº 20.820, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista – CNH D – Veículos de Urgência e Emergência, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

FERNANDO PEREIRA DA SILVA, nomeado através da Portaria nº 20.260, de 25 de novembro de 2016, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

CARLOS ROGÉRIO DIAS VIANA, nomeado através da Portaria nº 20.820, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

SIMONI LUZIA JUNGES KOSER, nomeada através da Portaria nº 20.821, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

DEISE MARIA VON CZEKUS ROUSSENQ, nomeada através da Portaria nº 20.821, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

LIGIA CRISTIANE DE OLIVEIRA MARTINS DE CAMARGO, nomeada através da Portaria nº 20.821, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

JOCELIA APARECIDA KRIUEGER, nomeada através da Portaria nº 20.821, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 21.165/2017**

PORTARIA Nº 21.165, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.  
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do

Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

**TORNAR SEM EFEITO,**

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 112/2017, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

ILIZETE MARIA SANTETTI, nomeada através da Portaria nº 20.821, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

SANDRA BENTO DOS SANTOS, nomeada através da Portaria nº 20.821, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

ELTON EZEQUIEL GONÇALVES, nomeado através da Portaria nº 20.822, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

ISMAEL NATANAEL DA SILVA SOUSA, nomeado através da Portaria nº 20.822, de 08 de maio de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Zeladoria, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

NEUSA JULIA DA COSTA, nomeada através da Portaria nº 20.978, de 16 de junho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

LEONIR SAMULEWSKI, nomeado através da Portaria nº 21.090, de 21 de julho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016;

LAIS DE GOIS JACOBI, nomeada através da Portaria nº 20.979, de 16 de junho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

ELLEN CAROLINE PEREIRA, nomeada através da Portaria nº 21.090, de 21 de julho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

ANDREA LUIZA ROCHA RITTER, nomeada através da Portaria nº 21.090, de 21 de julho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

NICOLE LUEBKE MARTINEZ DE MELO, nomeada através da Portaria nº 20.979, de 16 de junho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

ALINE LOPES GELAIN, nomeada através da Portaria nº 20.980, de 16 de junho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

MARCIA PATRICIA ALBUQUERQUE SCHI, nomeada através da Portaria nº 21.090, de 21 de julho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016;

ANA CAROLINE MOURA MORAES, nomeada através da Portaria nº 20.633, de 23 de março de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 21.166/2017**

PORTARIA Nº 21.166, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

**TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.**

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

**TORNAR SEM EFEITO,**

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 112/2017, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

BRUNA EDUARDA MOMO, nomeada através da Portaria nº 20.983, de 16 de junho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

FABIO KREUTZFELD, nomeado através da Portaria nº 20.984, de 16 de junho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

JOSIANE PADILHA, nomeada através da Portaria nº 20.984, de 16 de junho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

VANESSA ADRIANA DAHLKE, nomeada através da Portaria nº 20.982, de 16 de junho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Educador Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

ANA FLAVIA CUSMAN, nomeada através da Portaria nº 20.982, de 16 de junho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Educador Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

DILAMAR DA SILVA GUEREGA, nomeado através da Portaria nº 20.982, de 16 de junho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Educador Social, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

ANDRIELLE DE BITENCOURT PACHECO RUBIM, nomeada através da Portaria nº 20.982, de 16 de junho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

SONIA MARISA BLAESE PASOLD, nomeada através da Portaria nº 20.982, de 16 de junho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

MARIA ZENILDA DOS SANTOS, nomeada através da Portaria nº 20.986, de 16 de junho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo

Concurso Público nº 003/2014;

ELIZA DOS SANTOS SCHULTZ, nomeada através da Portaria nº 20.986, de 16 de junho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

JESSICA LETICIA ERHARDT PRADO, nomeada através da Portaria nº 20.985, de 16 de junho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2016;

RAQUELLEN MILBRATZ, nomeada através da Portaria nº 20.985, de 16 de junho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Anos Iniciais, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2016;

TATIANE ASSUNÇÃO ZAPELINI DELLING, nomeada através da Portaria nº 20.978, de 16 de junho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2017 - PRORROGAÇÃO** MUNICÍPIO DE BLUMENAU – PRORROGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2017

Utilizamos-nos do presente para informar que a abertura da licitação na modalidade Pregão presencial 113/2017 – OBJETO: Contratação de empresa para as entregas comerciais (impressão/acabamento/manutenção prévia das estruturas a serem reaproveitadas e demais serviços) que envolvem o evento Oktoberfest 2017, conforme especificações constantes neste edital - PROEB. Cuja data estava prevista para o dia 23 de agosto de 2017, às 09:00 horas esta SUSPENSA, sendo PRORROGADA a data para a entrega e protocolo dos envelopes: para o dia 05 de setembro de 2017, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 05 de setembro de 2017, às 09:30 horas. Motivo: adequação ao edital, (supressão dos itens 4.3 a 4.3.4.1) solicitadas pelo ordenador das despesas. Edital completo: via e-mail: [pregoes@blumenau.sc.gov.br](mailto:pregoes@blumenau.sc.gov.br) e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 22/08/2017– Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2218/17 - SAMAE**

SUSPENSÃO DATA DE ABERTURA  
PREGÃO PRESENCIAL 06-2218/2017

OBJETO: Registro de preço para possível aquisição de materiais hidráulicos (válvulas e conexões galvanizadas) para uso na Manutenção e Expansão de Redes de Água do Município, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE. Informamos que resta suspensa a abertura do edital para verificação e análise das especificações técnicas. Blumenau (SC), 21/08/2017.

Alexandro Eduardo Fernandes  
Diretor Presidente

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2219/17 - SAMAE**

SUSPENSÃO DATA DE ABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL 06-2219/2017

OBJETO: Registro de preço para possível aquisição de materiais hidráulicos (tampa p/ reservatório; conexões polietileno, PVC e PL; tubos polietileno e PVC, mangueiras e conexões de compressão) para uso na Manutenção e Expansão de Redes de Água do Município, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE. Informamos que resta suspensa a abertura do edital para verificação e análise das especificações técnicas. Blumenau (SC), 21/08/2017.

Alexandro Eduardo Fernandes  
Diretor Presidente

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2216/17 - SAMAE**NOVA DATA DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL  
06-2216/2017

OBJETO: Aquisição de solução de storage e servidor de lamina, bem como contratação de serviços de instalação, implantação e migração de dados, atualização de firmwares e serviço de configuração lógica de servidores, conforme especificações do Edital e Termo de Referência. ENTREGA ENVELOPES: dia 05 de setembro de 2017, às 08:30 horas. ABERTURA ENVELOPES: dia 05 de setembro de 2017, às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas site oficial do município ([www.blumenau.sc.gov.br](http://www.blumenau.sc.gov.br)) e/ou ([www.samae.com.br](http://www.samae.com.br)) e/ou via e-mail [compraslicitacoes@samae.com.br](mailto:compraslicitacoes@samae.com.br) e/ou [jonathangirardi@samae.com.br](mailto:jonathangirardi@samae.com.br), Contato (47) 3331-8423. Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau (SC), 22/08/2017.  
Alexandro Eduardo Fernandes  
Diretor Presidente

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2017**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 042/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

BLUMOB CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE URBANO DE BLUMENAU SPE LTDA.

OBJETO: CONTRATO DE CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO E EXPLO-  
RAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE  
PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, EXCLUSIVAMENTE  
NA MODALIDADE CONVENCIONAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-038/2016.

PRAZO: Inclui/antecipa a data do início efetivo da operação dos  
serviços. A concessão terá um prazo de 20 (vinte) anos, contados  
do dia 01/07/2017, data de início de operação dos serviços, aten-  
didas as condições da legislação vigente, e desde que o contrato  
esteja sendo satisfatoriamente cumprido pela CONCESSIONÁRIA.

DATA: 30 de junho de 2017.

**EXTRATO CONTRATO Nº 141/2017**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 141/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

BLUMOB CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE URBANO DE BLUMENAU SPE LTDA.

OBJETO: Aquisição de vales transportes municipal, conforme pe-  
didos descritos em anexo ao processo – SEDEAD – PRÓ-FAMÍLIA  
– SAMAE – FMAS – FCB – ISSBLU - SEMUS.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-065/2017.

PREÇO: O valor unitário de cada vale transporte é de R\$ 3,90 (três  
reais e noventa centavos), sendo a quantidade de 316.788 (trezen-  
tos e dezesseis mil setecentos e oitenta e oito reais) vales trans-  
portes, totalizando o valor do contrato em R\$ 1.235.449,80 (um  
milhão duzentos e trinta e cinco mil quatrocentos e quarenta e  
nove reais e oitenta centavos).

PRAZO: O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, a contar de 07  
(sete) de julho de 2017.

DATA: 31 de julho de 2017.

**EXTRATO CONTRATO Nº 159/2017**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 159/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP.

OBJETO: Construção de quadra poliesportiva na EBM Almirante Ta-  
mandaré, localizada à Rua Santa Fé, nº. 66, Bairro Ponta Aguda,  
Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital e  
seus anexos – SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 008/2017.

PRAZO: I. DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 06(seis) meses, contados  
a partir do recebimento da ordem de serviço pela contratada; II.  
PRAZO DE INÍCIO DA OBRA: no máximo 5 (cinco) dias úteis para  
dar início aos trabalhos. A emissão da ordem de serviço se dará  
em no máximo 30(trinta) dias, contados da assinatura do contrato;  
III. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 07(sete) meses, contados a partir da  
assinatura do instrumento contratual.

DATA: 16 de agosto de 2017.

**EXTRATO CONTRATO Nº 160/2017**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 160/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

GUARANI ESPORTE CLUBE.

OBJETO: Locação de quadra para prática desportiva das atividades  
da Fundação Municipal de Desportos - F.M.D.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-072/2017.

PREÇO: O valor total da locação é de R\$ 5.400,00 (cinco mil e  
quatrocentos reais).



PRAZO: O prazo de vigência deste contrato de locação é de 24 de julho a 31 de dezembro de 2017.

DATA: 17 de agosto de 2017.

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 162/2017**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO 001/2016 (CONTRATO 162/2017)

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

OBJETO: Rateio de custos para manutenção das finalidades de agir na regulação do transporte público coletivo no exercício de 2017.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 074/2017.

PREÇO: O valor total de rateio é de R\$ 329.202,24 (trezentos e vinte e nove mil duzentos e dois reais e vinte e quatro centavos).

DATA: 04 de outubro de 2016.

### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 162/2017**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO 001/2016 (CONTRATO 162/2017)

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

OBJETO: Rateio de custos para manutenção das finalidades de agir na regulação do transporte público coletivo no exercício de 2017.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 074/2017.

PREÇO: O valor total de rateio é de R\$ 329.202,24 (trezentos e vinte e nove mil duzentos e dois reais e vinte e quatro centavos).

DATA: 24 de janeiro de 2017.

Considerando a orientação da Contabilidade do Controle Interno, devem constar os valores por receita nas transferências do rateio ao Consórcio.

### **EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 222/2014**

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 222/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, COM O FORNECIMENTO DE PARTE DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DEMAIS INSUMOS PARA

ATENDER AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 017/14.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 23 de setembro de 2017 até 22 de setembro de 2018.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada pela execução dos serviços que se mantém em R\$ 8.988.257,95 (oito milhões novecentos e oitenta e oito mil duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e cinco centavos).

DATA: 16 de agosto de 2017.

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2215/2017 - SAMAE**

PREGÃO PRESENCIAL 06-2215/2017

Objeto: Registro de preço para futura e possível aquisição de destiladores, eletrodos, termômetros e vidrarias para uso nos equipamentos e nas análises realizadas pelos laboratórios da autarquia, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE

HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelo Pregoeiro, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO ITEM A ITEM.

Empresa:

PRO ANALISE QUIMICA E DIAGNOSTICA LTDA

CNPJ: 00.398.022/0001-51

Valor total R\$ 19.477,80

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Data da homologação: 22 de agosto de 2017.

### **PORTARIA Nº 388/2017 - FUNDAÇÃO CULTURAL**

PORTARIA Nº. 388 /2017

Nomeia Araci Cristina França de Carvalho, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Biblioteca, Símbolo, CC-3.

RODRIGO ROGÉRIO RAMOS, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau (FCB), no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704 de 2009 e acrescido pela LC nº. 710 de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

NOMEAR

ARACI CRISTINA FRANÇA DE CARVALHO, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Biblioteca, Símbolo CC-3, lotada no Departamento Histórico-Museológico, a partir do dia 22 de agosto de 2017.

Blumenau, 22 de agosto de 2017

RODRIGO ROGÉRIO RAMOS

Presidente

**EXTRATO Nº 355/2017 - FURB**  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 355/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 288/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA ATUAR NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA DE MATERIAIS DA FURB. Contratada: Deyse Elisabeth Ortiz Suman Carpenter (CPF nº. 294.522.100-44). Forma de Pagamento: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão da disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 3.566,32 (três mil quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos)/ 01.19.12.364.0076.2019 (Centro de Ciências Tecnológicas)/ 3.3.90.36.00 (Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física)/ 3.3.90.36.06 (Serviços Técnicos Profissionais).

Blumenau, 21 de agosto de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB**EXTRATO Nº 356/2017 - FURB**  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 356/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 308/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA ATUAR NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE: AMBIENTES URBANOS E EDIFICAÇÕES DA FURB. Contratada: Glauca Gebien (CPF nº. 009.608.389-10). Forma de Pagamento: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão da disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 1.319,90 (um mil trezentos e dezenove reais e noventa centavos)/ 01.19.12.364.0076.2019 (Centro de Ciências Tecnológicas)/ 3.3.90.36.00 (Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física)/ 3.3.90.36.06 (Serviços Técnicos Profissionais).

Blumenau, 21 de agosto de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº 158/2017, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.** RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 158/2017.

Considerando erro de digitação na portaria nº 158/2017, de 11 de agosto de 2017, publicado no dia 14 de agosto de 2017, edição nº 2.318, pág. 52, do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, retifica-se a referida portaria para a seguinte redação:

PORTARIA Nº 158/2017, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.  
CONCEDE PROGRESSÃO PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão de faixa Salarial a servidora pública Municipal Sra. ANGELITA SCHMITT, inscrita na matrícula nº 679-3, portadora do CPF sob nº 016.500.799-07, a partir do mês de agosto do ano 2017, conforme art. 26 da lei nº 917/2013 (Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público), após avaliação e aprovação em estágio probatório, se enquadrando a partir de agora na Letra "11 D".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 11 de agosto de 2017.  
RONALDO LUIZ SENGGER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 165/2017, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.** PORTARIA Nº 165/2017, DE 22 DE AGOSTO DE 2017. CONCEDE ADICIONAL POR TITULAÇÃO PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Titulação a Servidora Pública Municipal Sra. FERNANDA BORGHETTI, inscrita na matrícula nº 688-2, portadora do CPF sob nº 081.141.569-45, conforme art. 67 e Anexo I da lei nº 542/2006 (Estatuto de Servidores) por Titulação de "Curso de Pós-Graduação Em Educação Física e Práticas Contemporâneas: Educação Física Escolar, Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida e Treinamento Esportivo. A partir do mês de agosto de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 22 de agosto de 2017.  
RONALDO LUIZ SENGGER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 166/2017, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.** PORTARIA Nº 166/2017, DE 22 DE AGOSTO DE 2017. CONCEDE ADICIONAL POR TRIÊNIOS PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Triênios para Servidora Pública Municipal Sra. FERNANDA BORGHETTI, portadora do CPF sob nº 081.141.569-45, inscrita na matrícula sob nº 688-2, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, com carga horária de 20 horas semanais, referente ao período de 21 de julho de 2014 a 21 de julho de 2017, conforme prevê no art. 66 do Estatuto de Servidores, a partir do mês de agosto de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 22 de agosto de 2017.  
RONALDO LUIZ SENGGER  
Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

**817.08.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VALERIA SCOTTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 817/17 de 22.08.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 21 de agosto com término no dia 23 de agosto de 2017, a funcionária Valéria Scotti, ocupante do cargo de Servente – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
22 de agosto de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA  
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**818.08.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE HELIO T. SILVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 818/17 de 22.08.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 21 de agosto com término no dia 25 de agosto de 2017 ao funcionário Hélio Tadeu Silveira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
22 de agosto de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA

Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

**819.08.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANA C. B. MORETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 819/17 de 22.08.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 22 de agosto de 2017, a funcionária Ana Claudia Bruder Moretti, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
22 de agosto de 2017.  
VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA

Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

# Botuvera

## PREFEITURA

### JULGAMENTO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PL43/2017-PP36/2017-MF DE ALMEIDA E CIA LTDA EPP

JULGAMENTO DE RECURSO: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL PROCESSO Nº 43/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2017/REGISTRO DE PREÇOS

RECORRENTE: MF DE ALMEIDA E CIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Sebastião Furtado, 101, Centro, no município de Lages/SC, inscrita no CNPJ sob nº 05.021.932/0001-34, por seu representante legal SR. MÁRCIO FREITAS DE ALMEIDA, casado, empresário inscrito no CPF 829.021.609-25 e no RG 279.267-4 SSP/SC

RECORRIDO: Comissão de Licitações/Prefeito Municipal

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposto pela licitante acima identificada, interessada em participar do processo de licitação n.º43/2017, modalidade de Pregão Presencial nº36/2016, tendo como objeto o registro de preços para produtos odontológicos, nos argumentos a seguir apresentados:

#### I – DAS PRELIMINARES

O recurso foi interposto tempestivamente pela empresa MF DE ALMEIDA E CIA LTDA EPP, devidamente qualificada nos autos, em face da disponibilização de texto completo do Edital, no site oficial [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br), a qual a recorrente teve acesso e apresentou o presente pedido de impugnação.

a) DA TEMPESTIVIDADE: A empresa MF DE ALMEIDA E CIA LTDA EPP, enviou em 18/08/2017, às 16:37 (dezesseis horas e trinta e sete minutos), via correio eletrônico, instrumento informal para interpor recurso contra o Processo em epígrafe, cumprindo com as exigências e formalidades previstas no item 18 e subitens do edital em análise, bem como ao disposto no Art.41, § 2º da Lei 8.666/93. Da análise verificou-se tempestivo, haja visto que cumpriu o prazo legal para manifestação e desta forma dá-se conhecimento da impugnação apresentada.

b) LEGITIMIDADE: A empresa recorrente é parte legítima, assim como todos os demais interessados no processo, se presentes os requisitos legais.

#### II - DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Aduz a recorrente:

O Pregão Presencial nº 36/2017 foi designado para o dia 24 de Agosto de 2017. Dentre as solicitações contidas no Edital, não constatou a exigência de Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) requisito imprescindível de acordo com a Lei 6.360/76.

A distribuição de materiais e equipamentos de saúde (correlatos), produtos de limpeza (saneantes), medicamento e produtos de higiene pessoal (cosméticos) para Órgãos Públicos por meio de processos licitatórios fica restrito somente a empresas devidamente inscritas e autorizadas pela ANVISA, de acordo com a Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976:

“Art. 1º - Ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária, instituídas por esta Lei os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos,

perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros adiante definidos”.

“Art. 2º - Somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o Art. 1º as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.”

Nesta mesma Lei, em seu Art. 51, está a seguinte declaração:

“Art. 51 - O licenciamento, pela autoridade local, dos estabelecimentos industriais ou comerciais que exerçam as atividades de que trata esta Lei, dependerá de haver sido autorizado o funcionamento da empresa pelo Ministério da Saúde e de serem atendidas, em cada estabelecimento, as exigências de caráter técnico e sanitário estabelecidas em regulamento e instruções do Ministério da Saúde, inclusive no tocante à efetiva assistência de responsáveis técnicos habilitados aos diversos setores de atividade.”

Com base nisto e nas demais informações e definições presentes na Legislação vigente e Instruções da ANVISA, fica claro a obrigatoriedade de exigir a Autorização de Funcionamento supracitada para todas as empresas participantes dos processos licitatórios.

#### III – DO PEDIDO:

Considerando os argumentos expendidos, considerando a Legislação em Vigência, requeremos:

a) A SOLICITAÇÃO da AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO (AFE) NO CORPO DO EDITAL, garantindo A PARTICIPAÇÃO SOMENTE DE EMPRESAS HABILITADAS PELA ANVISA neste processo licitatório.

#### IV- DA ANÁLISE

Primeiro lugar, cabe ressaltar que o procedimento licitatório na modalidade Pregão, rege-se pela Lei Federal nº 10.520/02, bem como pela Lei nº8.666/93, que deverá ser aplicada de forma subsidiária, conforme preceito do art. 9º da Lei 10.520/02.

A licitação destina-se a garantir a observância dos princípios constitucionais da isonomia e da competitividade, e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

Isto posto, traz-se à análise, para maior elucidação dos fatos, as seguintes considerações, que refutam as argumentações elaboradas pela recorrente que aponta de maneira fundamentada, que ausência de tal exigência infringe primeiramente a legislação específica e consequentemente o município poderia adquirir produtos de empresas sem os devidos registros nos órgão fiscalizadores, e assim pede que seja reformado o texto do edital.

De acordo com o art. 7º, inc. VII, da Lei 9.782/99 (que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências), “compete à Agência (...) VII – autorizar o funcionamento de empresas de fabricação, distribuição e importação dos produtos mencionados no art. 8º desta lei e de comercialização de medicamentos”. Sendo estabelecido no art. 8º da referida lei, que “incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública”.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Ministério



da Saúde concentram em si o poder de polícia, para, na matéria de suas competências, regulamentar e fiscalizar a produção, importação e comercialização de determinados produtos. Se algum particular produz ou comercializa produtos específicos sem a autorização da ANVISA ou do MS, cabe a eles, em procedimento próprio, fiscalizar e autuar o particular, exercendo a função de polícia administrativa.

Noutro passo, a licitação pública não é o meio adequado para tal propósito. Por intermédio dela a Administração deve se preocupar em selecionar a proposta efetivamente mais vantajosa ao Poder Público. Implicaria em desvio de poder pretender que a Administração, por meio da licitação, executasse a tarefa de fiscalização da ANVISA e afins, se essas dispõem de meio próprio para tal.

E o fato de não se exigir referidos documentos repousa na vedação legal, conforme doutrinado por JOEL DE MENEZES NIEBUHR, Consultor da FECAM:

"A redação do caput dos artigos 30 e 31 da Lei nº 8.666/93 é unívoca ao prescrever que a documentação relativa à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira limitar-se-á: (grifo acrescido). Portanto o raciocínio é linear, não se pode exigir outros documentos afora os prescritos nos incisos e parágrafos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 8.666/93.

Com efeito, o vocábulo "limitar-se-á" é categórico, com força excludente. Isto é, sob pena de se adotar interpretação contra legem, é de se reputar inválida qualquer exigências tocante à qualificação técnica e à qualificação econômico financeira que não tenha sido prevista no rol dos artigos 30 e 31 da Lei nº 8.666/93".

Sob essa perspectiva, ROBERTO RIBEIRO BAZILLI e SANDRA JULIEN MIRANDA, analisando quais os documentos podem ser exigidos em habilitação, anotam:

"A documentação é a especificada nos arts. 28 a 31 da lei de licitações. Nada mais dos interessados pode ser exigido, segundo o disposto no caput do art. 27 do estatuto licitatório e uniforme jurisprudência administrativa dos Tribunais de Contas do país, sob pena de caracterizar restrição à participação no certame." (BAZILLI, Roberto Ribeiro e MIRANDA, Sandra Julien. Licitação à Luz do Direito Positivo. São Paulo: Malheiros, 1999. p.218 -219);

Para realçar, transcreve-se elucidativa ementa proveniente do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:

"A Administração Pública, para fins de habilitação, deve se ater ao rol dos documentos constantes dos arts. 28 a 31, não sendo lícito exigir outros documentos ali não elencado." (TCU, Decisão nº 523/97, publicada no Informativo de Licitações e Contratos nº 45, Editora Zênite, de novembro de 1997, p. 897);

Neste sentido, pelo vocábulo limitar-se-á deve ser entendido que a documentação constante no rol dos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93 é a documentação máxima a ser exigida. Não se pode exigir além daquilo. Como as autorizações de funcionamento não se encontram previstas no rol dos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93, não odem ser exigidas em licitação.

Além de todo o exposto, a municipalidade não se omitiu em exigir e/ou em cumprir a Lei 6.360/76, fez apenas opção de não exigir como prova de habilitação, mas sim a qualquer tempo na aquisição dos produtos para a(s) empresa(s) contratadas, conforme regulamentado no anexo I, item 12 do instrumento convocatório, a qual transcrevo:

"12.1. Para o fornecimento dos materiais do presente certame, a empresa deverá estar devidamente Autorizada nos termos da Lei Federal nº 6.360/76, Decreto Federal nº 8.077/13 e demais legislações da ANVISA e Ministério da Saúde, podendo ser solicitado a qualquer momento documentos que comprovem".

## V – DA DECISÃO

A intenção da Administração no processo em questão, não é de restringir, sendo as normas disciplinadoras da licitação, interpretadas sempre em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Diante de todo o exposto, e, em observância aos Princípios Básicos da Licitação, e à legislação de regência, informa que em referência aos fatos apresentados e da análise realizada nas razões e tudo o mais que consta dos autos, opina à autoridade superior competente pela seguinte decisão:

No mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO ao recurso interposto, haja vista que não cabe à entidade licitante fiscalizar a produção e comércio de produtos. Ao contrário, à entidade licitante é imposta a obrigação de só exigir os documentos previstos nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93, que não prevêem autorização de funcionamento e prova do registro de qualquer tipo.

Da convicção do acerto da decisão, resolve que sejam MANTIDAS as normas do Edital, fazendo a exigência de comprovação do documento conforme consta no anexo I, item 12 do edital, em curso

Botuverá, 22 de Agosto de 2017.

José Luiz Colombi  
Prefeito

Rodrigo Ivan Lazzarotti  
Advogado OAB: 12298/SC  
Assessor Jurídico

## PORTARIA Nº 161/2017

PORTARIA Nº 161/2017

"NOMEIA COMISSÃO DE APOIO PARA O PROCESSO SELETIVO 03/2017".

José Luiz Colombi, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

- 1- A realização do processo seletivo 03/2017;
- 2- O elevado número de inscrições para as vagas do processo seletivo 03/2017.

Resolve:

Art. 1º- Nomear "Comissão de Apoio" à "Comissão Organizadora do Processo Seletivo 03/2017".

Parágrafo Único: a Comissão de apoio será composta pelos seguintes servidores:

- 1) Marilene Maurizio Assini – Secretária Municipal de Educação
- 2) Angelita Colombi Molinari – Diretora de Escola
- 3) Sandra Regina Pavesi – Diretora de Escola
- 4) Maicon Everton Dos Santos – Técnico em Vigilância Sanitária

Art. 2º - A Comissão de Apoio deverá acompanhar o processo seletivo deste a aplicação da prova escrita até a publicação final dos aprovados.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor em 22 de agosto de 2017.

Botuverá(SC), em 22 de Agosto de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI  
Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### **EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 25/2017**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 36/2017

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 25/2017

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 05.09.2017, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de uma grade niveladora e uma plantadora e adubadora para a Secretaria Municipal de Agricultura de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 21 de agosto de 2017.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8009-2017

DECRETO Nº. 8009, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20 da lei nº 4.038 de 16.12.2016, a Lei nº 4.023 de 28.09.2016, inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras despesas correntes

0.3.67.11 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado – CEO

VALOR R\$ 15.000,00

010.0305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental

3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras despesas correntes

0.1.38.20 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Vigilância Epidemiológica

VALOR R\$ 6.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental

4.4.90.00 Aplicações diretas – Investimentos

0.1.38.20 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Vigilância Epidemiológica

VALOR R\$ 6.000,00

II - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem do superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na seguinte fonte de recurso:

Conta Bancária	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2015
351524-9	Besc – Ppi Vig Sanitária	0.1.67.11	R\$ 17.540,38
65099-4	BB Blmac	0.1.67.11	R\$ 10.665,71
.Total			R\$ 28.206,09

alores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Restos a Pagar	0.1.67.11	R\$ 0,00
DDO a pagar	0.1.67.11	R\$ 0,00
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.67.11	R\$ 28.206,09
Saldo a Utilizar	0.3.67.11	R\$ 28.206,09

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 21 de agosto de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 21 de agosto de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE Prefeito Municipal	Dr. EDSON RISTOW Procurador Geral do Município
HUMBERTO MARTINS FORNARI Secretária Municipal de Saúde	AURINHO SILVEIRA DE SOUZA Chefe de Gabinete



**EDITAL Nº 09-2017- RESULTADO PRELIMINAR**

Prefeitura Municipal de Brusque  
Processo Seletivo Simplificado

EDITAL Nº 009/2017

RESULTADO PRELIMINAR - PROCESSO SELETIVO N. 009/2017

A Diretora, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA RESULTADO PRELIMINAR em ordem alfabética do Processo Seletivo para o cargo de Médico Especialista em Nefrologia, conforme segue:

Médico Especialista em Nefrologia

		Nome
1	119,75	GUSTAVO MARTINS DOS SANTOS
2	52,0	MIRIAM DE SOUSA FARIA DE AZEVEDO MACHADO KRAWCZUN
3	-	LEONARDO PIANO

Brusque, 22 de AGOSTO de 2017.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079-2017**

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 079/2017

Pregão nº 045/2017

OBJETO: PERMISSÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS, POR ATO UNILATERAL, A TÍTULO PRECÁRIO E REMUNERADO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE RESTAURANTE TÍPICAMENTE ALEMÃO NA FESTA NACIONAL DO MARRECO.

Recorrente: SÃO BENTO ALIMENTOS E EVENTOS EIRELI ME, SCHMITT BUFFET E EVENTOS LTDA.

RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, conhecer o recurso apresentado pelas empresas SÃO BENTO ALIMENTOS E EVENTOS EIRELI ME, SCHMITT BUFFET E EVENTOS LTDA e no mérito julga-lo improcedentes com fundamento no artigo 37, XXI da Constituição Federal.

21/08/2017

JOÃO ROBERTO BEUTING

Secretaria de Turismo

**PORTARIA 2843-2017**

PORTARIA Nº 2.843/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora ISADORA BITENCOURT SCOZ, matrícula nº 1074270, nomeada pela Portaria nº 9168/2014, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art.27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10/07/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 21 de agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora

JOSÉ ZANCANARO

Secretário Municipal da Educação

**PORTARIA Nº 2651-2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2651/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do servidor	Lotação	Início gozo	Final gozo	Dias gozo
681156	2	LUCIANO BATISTI	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	01/08/2017	15/08/2017	15

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

**PORTARIA Nº 2703-2017**

Portaria nº 2703/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) ROBERTO DE BRITO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 08/08/2017 a 05/11/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 12/04/2011

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER

Diretora

**PORTARIA Nº 2725-2017**

Portaria nº 2725/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 1/3 (um terço) das férias em pecúnia, ao (a) servidor (a) DIEGO AUGUSTO MARTINS SIQUEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Edificação, lotado (a) na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/09/2014, com fulcro no Art. 126 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 10 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

**PORTARIA Nº 2753-2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2753/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
748897	3	ERITON LOPES DE SANTA ANNA	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	14/08/2017	23/08/2017	10
871800	2	CLAYTON MASIERO PEDROSO	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	14/08/2017	28/08/2017	15
19496	4	LUIZ CARLOS SOARES	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	14/08/2017	28/08/2017	15

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

# Caçador

## PREFEITURA

### **ERRATA EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2017 – PREGÃO 10/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10-2017 - FMS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO:

1.1 O presente pregão tem como objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO AM OU FM DESTINADOS A DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ATRAVÉS DA VIGILÂNCIA EPI-DEMIOLÓGICA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 04/09/2017.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 04/09/2017.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 18 de agosto de 2017.

ADEMAR SCHMITZ  
Secretario de Saúde

### **ERRATA EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2017 – PREGÃO 49/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

ERRATA

EDITAL: Processo Licitatório nº 93/2017 – Pregão 49/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE CONCRETO, MEIO FIO, PEDRISCO E AREIA DESTINADOS A EXECUÇÃO DE PASSEIOS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC, com entrega para o período de 12 (doze) meses.

ONDE CONSTA:

O Município de Caçador, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.0 74.302/0001-31, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. SAULO SPEROTTO, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando à aquisição do objeto abaixo indicado. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, localizado na sede deste Município - Av. Santa Catarina, nº 195, Centro, Caçador, SC, no máximo até as 16h00min do dia 24 (VINTE E QUATRO) de AGOSTO de 2017, para abertura no mesmo dia às 16h10min, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente Licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA ITENS COM VALORES ESTIMADOS EM ATÉ R\$80.000 E COTA DE 25% PARA ITENS COM ESTIMADO ACIMA DE R\$80.000 - LEI COMPLEMENTAR 123/2006 consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como Lei 8.666/93 e a alterações subsequentes, Decreto Municipal nº 5.900/14 e demais legislações aplicáveis.

MEMORIAL DESCRITIVO

2 BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS

Os blocos de concreto intertravados possuirão dimensões de 10x10x6cm com resistência mínima de 35 Mpa na cor cinza concreto.

PASSA A SER:

O Município de Caçador, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.0 74.302/0001-31, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. SAULO SPEROTTO, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando à aquisição do objeto abaixo indicado. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, localizado na sede deste Município - Av. Santa Catarina, nº 195, Centro, Caçador, SC, no máximo até as 14h00min do dia 05 (CINCO) de SETEMBRO de 2017, para abertura no mesmo dia às 14h10min, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente Licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA ITENS COM VALORES ESTIMADOS EM ATÉ R\$80.000 E COTA DE 25% PARA ITENS COM ESTIMADO ACIMA DE R\$80.000 - LEI COMPLEMENTAR 123/2006 consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como Lei 8.666/93 e a alterações subsequentes, Decreto Municipal nº 5.900/14 e demais legislações aplicáveis.

MEMORIAL DESCRITIVO

2 BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS

Os blocos de concreto intertravados possuirão dimensões de 10x20x6cm com resistência mínima de 35 Mpa na cor cinza concreto.

Caçador, 22 de maio de 2017.

SAULO SPEROTTO  
PREFEITO

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC****AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA Nº 02/2017**

AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº04/2017

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 25/07/2017 às 14H00, a reunião análise das propostas do referido processo licitatório.

Objeto da licitação: Contratação de empresa para aquisição de licença de uso de software para cálculos de aposentadorias e pensões, por meio de conexão via internet.

Caçador/SC, 24 de julho de 2017  
Mari Aparecida Ceolla Biela  
DIRETORA PRESIDENTE

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2017**

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2017 – IPASC  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2017

Processo Licitatório nº 04/2017. Dispensa nº 02/2017. OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de licença de uso de software para cálculos de aposentadorias e pensões do IPASC, por meio de conexão via internet. CONTRATADA: COPPINI & CIA LTDA. - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.729.009/0001-40, com sede na Rua Porto Alegre, nº 331, Sala 01, Centro, Santa Helena/PR. O preço total da aquisição dos serviços é de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais). Prazo de execução: 12 meses. Caçador, 25 de julho de 2017.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2017**

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2017 – IPASC  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2017

3º Termo Aditivo ao Contrato nº 11/2014. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA, COM FINALIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM RELAÇÃO AO MERCADO FINANCEIRO. CONTRATADA: SMI PRIME CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.882.190/0001-34, com sede na Rua Dom Jaime Câmara, nº 170, Prime Tower sala 901, Centro, Florianópolis- SC. O preço total da aquisição dos serviços é de R\$ 36.714,48 (tinta e seis mil setecentos e quatorze reais e quarenta e oito centavos). Prazo de execução: 12 meses. Caçador, 22 de agosto de 2017.

**PORTARIA Nº 1.105, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA nº 1.105, de 14 de agosto de 2017.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 121, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVEM:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 291 de 29 de abril de 2015, do Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao INSS, do Servidor Público Municipal ARLINDO DE ABREU JUNIOR, ocupante do cargo de OPERADOR DE USINA DE ASFALTO, previsto no Quadro Geral

da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 4.401 ( quatro mil, quatrocentos e um) dias, ou 12 (doze) anos e 21 (vinte e um) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00014/17-8 fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 10/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 14 de agosto de 2017.

Mari Aparecida Ceolla Biela- DIRETORA PRESIDENTE

Fabio Deniz Casagrande- DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

**PORTARIA Nº 1.106, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA nº 1.106, de 14 de agosto de 2017.

Encerra o benefício de aposentadoria de LADIR ANTUNES DE CAMARGO

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, mais a redação do art. 12, inciso I, do mesmo diploma legal,

RESOLVEM:

Art. 1º Encerrar o pagamento do benefício de aposentadoria concedido a LADIR ANTUNES DE CAMARGO, matrícula IPASC nº 3269, por motivo de seu falecimento, ocorrido no dia 08/08/2017, com efeitos a contar da data do óbito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 14 de agosto de 2017.

Mari Aparecida Ceolla Biela - DIRETORA PRESIDENTE

Fabio Deniz Casagrande - DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

**PORTARIA Nº 1.107, DE 16 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA nº 1.107, de 16 de agosto de 2017.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 121, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVEM:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 291 de 29 de abril de 2015, do Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao INSS, da Servidora Pública Municipal CATARINA STANKEVICZ, ocupante do cargo de

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 3.592 ( três mil, quinhentos e noventa e dois) dias, ou 09 (nove) anos, 10 (dez) meses e 07 (sete) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00043/17-8 fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 16/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 16 de agosto de 2017.

Mari Aparecida Ceolla Biela- DIRETORA PRESIDENTE

Fabio Deniz Casagrande- DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

### **PORTARIA Nº 1.108, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA nº 1.108, de 22 de agosto de 2017.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 121, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVEM:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 291 de 29 de abril de 2015, do Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao INSS, da Servidora Pública Municipal LUIZA SAMIRA FLORES ALVES, ocupante do cargo de PROFESSORA, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 2.809 ( dois mil, oitocentos e nove) dias, ou 07 (sete) anos, 08 (oito) meses e 14 (quatorze) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022120.1.00019/17-9 fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 18/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 22 de agosto de 2017.

Mari Aparecida Ceolla Biela- DIRETORA PRESIDENTE

Fabio Deniz Casagrande- DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

### **PORTARIA Nº 1.109, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA nº 1.109, de 22 de agosto de 2017.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 121, da Lei Complementar Municipal nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVEM:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 291 de 29 de abril de 2015, do Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao INSS, da Servidora Pública Municipal JOSETE MARIA DE LEMOS ESTROWISPY, ocupante do cargo de PROFESSORA, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 297 ( duzentos e noventa e sete) dias, ou 09 (nove) meses e 27 (vinte e sete) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00007/15-5 fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 15/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 22 de agosto de 2017.

Mari Aparecida Ceolla Biela- DIRETORA PRESIDENTE

Fabio Deniz Casagrande- DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO



# Caibi

## PREFEITURA

### **AVISO DE DISPENSA DE INEXIGIBILIDADE Nº 009/2017**

#### RESUMO PARA PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2017

AVISO DE DISPENSA POR INEXIGIBILIDADE Nº 009/2017

O Município de Caibi/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 82.940.776/0001-56 torna público que está realizando despesa no valor total estimado de R\$ 17.000,00(dezessete mil reais) para BANDA MODELO e R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) para o GRUPO RODEIO, totalizando a importância global de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) para Contratação de show musical para apresentação da BANDA MODELO a realizar-se no dia 05 de Novembro de 2017 e do GRUPO RODEIO a realizar-se no dia 03 de Novembro de 2017, visando atender a programação da AGRO CAIBI 2017, através da empresa ROSANGELA TOMAZI MEI, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 21.932.450/0001-92 com sede na Avenida Porto Feliz s/n, na cidade de Mondai -SC CEP 89.893-000 tendo como local o Estádio Municipal na Linha Ponte de Pedra no Prolongamento da Rua Salgado Filho no Município de Caibi-SC com todas as justificativas e condições já citadas conforme informações contidas no processo supra mencionado.

Determino a publicação do extrato deste processo de Inexigibilidade de Licitação nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 consolidada para que desta forma surta todos os seus efeitos legais com respaldo legal no Art. 25 inciso III da Lei 8.666/93 consolidada.

Caibi -SC, em 22 de Agosto de 2017

Elói José Libano

Prefeito Municipal

### **TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 009/2017**

#### TERMO DE RATIFICAÇÃO

#### DESPACHO DO EXMO SR. PREFEITO MUNICIPAL

Trata-se de Contratação de show musical para apresentação da BANDA MODELO a realizar-se no dia 05 de Novembro de 2017 e do GRUPO RODEIO a realizar-se no dia 03 de Novembro de 2017, visando atender a programação da AGRO CAIBI 2017.

RATIFICO, DEFIRO e AUTORIZO a contratação de Show musical com a BANDA MODELO E GRUPO RODEIO, visando atender a programação da AGRO CAIBI 2017 através da empresa ROSANGELA TOMAZI MEI pessoa jurídica inscrita no CNPJ 21.932.450/0001-92 com sede na Avenida Porto Feliz s/n, na cidade de Mondai -SC CEP 89.893-000 para o show a realizar-se no dia 05 de Novembro de 2017 e 03 de Novembro de 2017 no Estádio Municipal no Prolongamento da Rua Salgado Filho no Município de Caibi -SC autorizo o empenho da despesa no valor total estimado em R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), com a realização do certame licitatório na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 009/2017 com respaldo legal nos termos do artigo 25 inciso III da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 consolidada, observados então, os ditames legais aplicáveis à espécie.

Caibi -SC 22 de Agosto de 2017.

Elói José Libano

Prefeito Municipal

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2017 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 090/2017 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 100 e 101/2017 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE TRANSPORTE DE ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VANS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES PARA ATENDER A NECESSIDADE DE TRANSPORTE DAS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR](http://WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 22/08/2017

1ª Publicação.

### CHAMAMENTO PÚBLICO 005/2017 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 005/2017 - FMS

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA A REDE BÁSICA DE SAÚDE, CONFORME O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS - SIGTAP, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº. 8.666/1993 e as respectivas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 09:15 horas do dia 18 (Dezoito) de Setembro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 22 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 14.619 DE 22 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.619 DE 22 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal JANETE PEREIRA DOS SANTOS MONNEY, Matrícula Funcional nº 000820, Registro no Sistema sob nº 955489, ao Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 23 de agosto de 2017 á 01 de setembro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente assinada e protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 22 de agosto de 2017 sob nº 12465.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 22 de agosto de 2017.

RUBENS BALSZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 23/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 10.694 DE 22 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.694 DE 22 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), a fim de suplementar os Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.02 -	Serviços de Transporte e Frota		
26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00	
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos		
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 8.000,00	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00	
	Total	R\$ 14.000,00	

Art. 2º Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 22 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 23/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 10.695 DE 22 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 10.695 DE 22 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (quatorze mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde			
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde			
10.301.0059.2.115 -	Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde			
400000.00.124 -	Despesas de Capital			
440000.00.124 -	Investimentos			
449000.00.124 -	Aplicações Diretas			
449052.00.124 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.000,00		
91.10 -	Manutenção das Atividades Estratégia Saúde na Família			
10.301.0053.2.116 -	Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde na Família			
300000.00.120 -	Despesas Correntes			
330000.00.120 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.120 -	Aplicações Diretas			
339030.00.120 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00		
300000.00.511 -	Despesas Correntes			
330000.00.511 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.511 -	Aplicações Diretas			
339030.00.511 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00		
	Total	R\$ 9.000,00		

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais das Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde			
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde			
10.301.0059.2.115 -	Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde			
300000.00.124 -	Despesas Correntes			
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.124 -	Aplicações Diretas			
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00		
91.10 -	Manutenção das Atividades Estratégia Saúde na Família			
10.301.0053.2.116 -	Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde na Família			
400000.00.120 -	Despesas de Capital			
440000.00.120 -	Investimentos			
449000.00.120 -	Aplicações Diretas			
449052.00.120 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00		
400000.00.511 -	Despesas de Capital			
440000.00.511 -	Investimentos			
449000.00.511 -	Aplicações Diretas			

449052.00.511 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00	
	Total	R\$ 9.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 22 de agosto de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 23/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 10.696 DE 22 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº 10.696 DE 22 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Art. 1º da Lei Municipal nº 3.729 de 13 de julho de 2011; Decreta:

Art. 1º Nomear os membros para integrarem o Conselho Municipal de Saúde, Titulares e seus respectivos Suplentes, indicados pelos Órgãos e Entidades que o compõem a seguir:

#### **I – REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:**

1. Representante da Secretaria Municipal de Saúde.  
Titular: Carolina da Costa Telma;  
Suplente: Deisi Estela Amorim.
2. Representante da Secretaria Municipal de Administração.  
Titular: Maria Cristina Marciniak Munhoz;  
Suplente: Lucilaine Mókfa Schwarz.

#### **II – REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:**

1. Representante da Área Hospitalar:  
Titular: Alaor Hansen;  
Suplente: Aline de Fatima Koenig.

#### **III – REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE:**

1. Representante da Área Médica:  
Titular: Dr. Eroncleiton Carneiro Ribas;  
Suplente: Dr. Roberto Kocenko de Oliveira.
2. Representante da Área Farmacêutica:  
Titular: Clayton Francisco Valentim;  
Suplente: Cláudio Bento Gonçalves.
3. Representante da Área de Enfermagem:  
Titular: Ana Maria dos Santos Herbst;  
Suplente: Marco Aurélio Beckhauser.

#### **IV – REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:**

1. Representante das Associações de Bairros e Moradores:  
Titular: Wlademir José Dimi Pazda;  
Suplente: Diva Jaci Cardozo da Silva.
2. Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:  
Titular: José Odorico Munhoz;

Suplente: Rozelina Munhoz.

3. Representante das Entidades Religiosas:

Titular: Luzia Roepke;

Suplente: Marisa Veng.

4. Representante da Associação Empresarial de Campo Alegre – ACIACA:

Titular: Relinda Alandt;

Suplente: José Cristofolini.

5. Representante da Associação de Pais e Professores:

Titular: Marilda Schadeck;

Suplente: Marli Telma Martins.

6. Representante de Clubes de Terceira Idade:

Titular: Irene Knapick;

Suplente: Elza Kohler.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 10.279 de 30 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

22 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 23/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 10.697 DE 22 DE AGOSTO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.697 DE 22 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DIRETOR DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; Decreta:

Art. 1º Exonerar a pedido ALAÉRCIO LUIS CORDEIRO, Registro no Sistema sob nº 955221, do Cargo de Diretor de Planejamento, Transporte e Obras, Código 09, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006/02, a partir de 22 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 22 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 23/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 10.698 DE 23 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº 10.698 DE 23 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.653 de 22 de agosto de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito o Especial, Cria Elemento de Despesa e Suplementa-o no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.								
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer								
27.812.0084.1.007 -	Construção, Reforma, Revitalização e Ampliação de Quadras Poliesportivas								
400000.00.896 -	Despesas de Capital								
440000.00.896 -	Investimentos								
449000.00.896 -	Aplicações Diretas								
449061.00.896 -	Aquisição de Imóveis	R\$ 60.000,00							

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico								
07.03 -	Serviço de Comércio e Indústria								
22.661.0041.1.014 -	Criação de Incubadora de Empresas								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00							
339035.00.896 -	Serviços de Consultoria	R\$ 1.000,00							
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 100,00							
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00							
400000.00.896 -	Despesas de Capital								
440000.00.896 -	Investimentos								
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.000,00							
22.661.0041.1.055 -	Apoio à Feira de Móveis e Decorações "Móvel Brasil								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas								
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 6.540,00							
22.661.0041.1.055 -	Convênio com a ACIACA – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas								
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 28.000,00							
22.661.0041.1.055 -	Convênio com a CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas								
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 5.500,00							
23.691.0080.2.131 -	Promoção do Empreendedorismo								
300000.00.896 -	Despesas Correntes								
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.896 -	Aplicações Diretas								
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00							
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 200,00							
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras								
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos								
15.452.0048.2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias								
400000.00.896 -	Despesas de Capital								

440000.00.896 -	Investimentos						
449000.00.896 -	Aplicações Diretas						
449051.00.896 -	Obras e Instalações	R\$ 3.660,00					
	TOTAL	R\$ 60.000,00					

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 23 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 23/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 10.699 DE 23 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 10.699 DE 23 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.654 de 23 de agosto de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 187.000,00 (cento e oitenta e sete mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação						
05.03 -	Serviço de Educação Infantil						
12.365.0011.1.027 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros Municipais de Educação Infantil						
400000.00.519 -	Despesas de Capital						
440000.00.519 -	Investimentos						
449000.00.519 -	Aplicações Diretas						
449051.00.519 -	Obras e Instalações	R\$ 87.000,00					
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação						
12.365.0013.1.045 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil						
400000.00.140 -	Despesas de Capital						
440000.00.140 -	Investimentos						
449000.00.140 -	Aplicações Diretas						
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 100.000,00					
	TOTAL	R\$ 187.000,00					

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação						
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental						
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental						
300000.00.519 -	Despesas Correntes						
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais						
319000.00.519 -	Aplicações Diretas						
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 87.000,00					
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação						
12.361.0013.1.028 -	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares						
400000.00.140 -	Despesas de Capital						
440000.00.140 -	Investimentos						
449000.00.140 -	Aplicações Diretas						
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 100.000,00					
	TOTAL	R\$ 187.000,00					

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
23 de agosto de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 23/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 10.700 DE 23 DE AGOSTO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 10.700 DE 23 DE AGOSTO DE 2017  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear o Sr. ALAÉRCIO LUIS CORDEIRO, Matrícula Funcional nº 000918, Registro no Sistema sob nº 955732, para ocupar o Cargo Público de Motorista, exercer a Função de Motorista de Veículos Leves, a partir de 23 de agosto de 2017, Categoria Funcional Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, a qual autorizou sua criação.

Art. 2º O padrão de vencimentos de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 3 Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 1.236,25 (um mil, duzentos e trinta e seis reais, vinte e cinco centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. ALAÉRCIO LUIS CORDEIRO, aprovado em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 em data de 16 de junho de 2015, prorrogado pelo Decreto Municipal nº 10.549 de 14 de junho de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 23 de Agosto de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração.

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 23/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 10.701 DE 23 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº 10.701 DE 23 DE AGOSTO DE 2017  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.655 de 23 de agosto de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais), nas seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação		
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação		

300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.519 -	Aplicações Diretas		
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00	
400000.00.519 -	Despesas de Capital		
440000.00.519 -	Investimentos		
449000.00.519 -	Aplicações Diretas		
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.000,00	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.519 -	Aplicações Diretas		
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 15.000,00	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 19.000,00	
400000.00.519 -	Despesas de Capital		
440000.00.519 -	Investimentos		
449000.00.519 -	Aplicações Diretas		
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.000,00	
05.03 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Infantil		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.519 -	Aplicações Diretas		
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 11.000,00	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00	
400000.00.519 -	Despesas de Capital		
440000.00.519 -	Investimentos		
449000.00.519 -	Aplicações Diretas		
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 18.000,00	
	Total	R\$ 86.000,00	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação		
12.361.0008.6.009 -	Oficinas Pedagógicas		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
335000.00.519 -	Transferências a Instituições Privadas		
335043.00.519 -	Subvenções Sociais	R\$ 53.003,13	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.519 -	Aplicações Diretas		
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 32.996,87	
	Total	R\$ 86.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 23 de agosto de 2017.  
 RUBENS BLASZKOWSKI  
 Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
 Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 23/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 10.702 DE 23 DE AGOSTO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.702 DE 23 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE FECHAMENTO DA RUA NEREU RAMOS, NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2017, EM COMEMORAÇÃO DA SEMANA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especial o Inciso VII do Artigo 71, da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art. 1º Autorizar o fechamento da Rua Nereu Ramos, situada no Centro deste Município, entre a Rua Pe. Lino Jacob Vier e a Av. Dr. Getúlio Vargas, para atividades extracurriculares referente a "Semana da Educação Infantil", promovidas pelo CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil "Alegre Infância" deste Município.

Parágrafo único. O fechamento da Rua de que o caput deste artigo acontecerá das 06h30min até às 17h30min do dia 25 de agosto de 2017 (sexta-feira).

Art. 2º As Polícias Militar, Rodoviária e Civil deverão ser informadas do fechamento da referida Rua citada no caput do artigo 1º deste Decreto, a fim de promoverem a Segurança Pública do local.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 23 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 23/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2017 IPRECAL**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2017 - IPRECAL

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de Serviço Móvel Pessoal, com fornecimento de 02 (duas) linhas habilitadas com serviços conforme abaixo:

01 (uma) linha com serviços de voz e dados, com o fornecimento de 01 (uma) Estação Móvel (através de comodato gratuito) e aparelho celular em comodato;

01 (uma) linha apenas com serviços de voz, com chip GSM de corte triplo.

Dotação orçamentária: 3.3.90.39.05.00.00.00 – MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

Vigência: 09/08/2017 a 31/12/2017.

Do valor: Despesa mensal estimada em R\$ 283,00 (Duzentos e oitenta e três reais).

Contratado: TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Jefferson Jean Duvoisin  
Gestor

### **LEI Nº 4.653 DE 23 DE AGOSTO DE 2017**

LEI Nº 4.653 DE 23 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.				
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer				
27.812.0084.1.007 -	Construção, Reforma, Revitalização e Ampliação de Quadras Poliesportivas				
400000.00.896 -	Despesas de Capital				
440000.00.896 -	Investimentos				
449000.00.896 -	Aplicações Diretas				
449061.00.896 -	Aquisição de Imóveis	R\$ 60.000,00			

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico				
07.03 -	Serviço de Comércio e Indústria				
22.661.0041.1.014 -	Criação de Incubadora de Empresas				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00			
339035.00.896 -	Serviços de Consultoria	R\$ 1.000,00			
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 100,00			
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00			
400000.00.896 -	Despesas de Capital				
440000.00.896 -	Investimentos				
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.000,00			
22.661.0041.1.055 -	Apoio à Feira de Móveis e Decorações "Móvel Brasil				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas				
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 6.540,00			
22.661.0041.1.055 -	Convênio com a ACIACA – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas				
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 28.000,00			
22.661.0041.1.055 -	Convênio com a CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas				
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 5.500,00			
23.691.0080.2.131 -	Promoção do Empreendedorismo				
300000.00.896 -	Despesas Correntes				
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.896 -	Aplicações Diretas				
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00			
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 200,00			
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras				
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos				
15.452.0048.2.026 -	Manutenção de Cemitérios e Capelas Mortuárias				
400000.00.896 -	Despesas de Capital				
440000.00.896 -	Investimentos				
449000.00.896 -	Aplicações Diretas				
449051.00.896 -	Obras e Instalações	R\$ 3.660,00			
	TOTAL	R\$ 60.000,00			

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 23 de agosto de 2017.



**LEI Nº 4.654 DE 23 DE AGOSTO DE 2017**

LEI Nº 4.654 DE 23 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 187.000,00 (cento e oitenta e sete mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação								
05.03 -	Serviço de Educação Infantil								
12.365.0011.1.027 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros Municipais de Educação Infantil								
400000.00.519 -	Despesas de Capital								
440000.00.519 -	Investimentos								
449000.00.519 -	Aplicações Diretas								
449051.00.519 -	Obras e Instalações	R\$ 87.000,00							
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação								
12.365.0013.1.045 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil								
400000.00.140 -	Despesas de Capital								
440000.00.140 -	Investimentos								
449000.00.140 -	Aplicações Diretas								
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 100.000,00							
	TOTAL	R\$ 187.000,00							

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação								
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental								
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental								
300000.00.519 -	Despesas Correntes								
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais								
319000.00.519 -	Aplicações Diretas								
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 87.000,00							
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação								
12.361.0013.1.028 -	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares								
400000.00.140 -	Despesas de Capital								
440000.00.140 -	Investimentos								
449000.00.140 -	Aplicações Diretas								
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 100.000,00							
	TOTAL	R\$ 187.000,00							

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 23 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 23/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 4.655 DE 23 DE AGOSTO DE 2017**

LEI Nº 4.655 DE 23 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais), nas

seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação		
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.519 -	Aplicações Diretas		
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00	
400000.00.519 -	Despesas de Capital		
440000.00.519 -	Investimentos		
449000.00.519 -	Aplicações Diretas		
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.000,00	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.519 -	Aplicações Diretas		
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 15.000,00	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 19.000,00	
400000.00.519 -	Despesas de Capital		
440000.00.519 -	Investimentos		
449000.00.519 -	Aplicações Diretas		
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.000,00	
05.03 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Infantil		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.519 -	Aplicações Diretas		
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 11.000,00	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00	
400000.00.519 -	Despesas de Capital		
440000.00.519 -	Investimentos		
449000.00.519 -	Aplicações Diretas		
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 18.000,00	
	Total	R\$ 86.000,00	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação		
12.361.0008.6.009 -	Oficinas Pedagógicas		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
335000.00.519 -	Transferências a Instituições Privadas		
335043.00.519 -	Subvenções Sociais	R\$ 53.003,13	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.519 -	Aplicações Diretas		
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 32.996,87	
	Total	R\$ 86.000,00	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 23 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 23/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 14.618 DE 21 DE AGOSTO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 14.618 DE 22 DE AGOSTO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 14 (quatorze) dias de férias ao Servidor Público, Municipal CLAUDIO DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000254, Registro no Sistema sob nº 313130, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo: 01 de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2016.

Art. 2º O Servidor Público Municipal gozará as férias no período de 23 de agosto de 2017 á 05 de setembro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 22 de agosto de 2017 sob o nº 12460.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 22 de agosto de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 23/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 14.620 DE 22 DE AGOSTO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 14.620 DE 22 DE AGOSTO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal MÁRIO CÉSAR DEUNISIO, Matrícula Funcional nº 000457, Registro no Sistema sob nº 954493, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Terapeuta Ocupacional, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor Público Municipal gozará as férias no período de 23 de agosto de 2017 á 01 de setembro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 22 de agosto de 2017 sob o nº 12460.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 22 de agosto de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 23/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**TOMADA DE PREÇO 69/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº 69/2017 – TP

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, cujo objeto é o fornecimento de material e mão de obra para reforma do prédio do CMEI Chapeuzinho Vermelho, no Distrito de Bateias de Baixo, Rua Professor Rufino Blaszkowski, nº 134, Município de Campo Alegre/SC. Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL, com fixação de valor máximo unitário. Valor global estimado: R\$ 256.265,95. Os recursos são Próprios e do Salário Educação. Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 11/09/2017, 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até às 13h45min). Os interessados poderão obter o edital e anexos no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos. Campo Alegre, 22 de agosto de 2017. Lucilaine Mokfa Schwarz – Secretária Municipal de Administração.

**Campo Erê****PREFEITURA****EXTRATO ATA RP 101/2017**

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS nº 101/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1424/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2017

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa BAGGIO COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA, inscrita no CNPJ Nº 05.156.931/0001-05, conforme relação abaixo:

Item	Descrição dos Serviços	UND	QTD	Valor R\$	Valor Total R\$
01	Lubrificação de Veículos de médio porte (Vans e Kombi).	UND	50	20,00	1.000,00
02	Lubrificação Veículos de grande porte (Caminhões e Ônibus)	UND	150	30,00	4.500,00

VALOR TOTAL R\$ 5.500,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 22 de agosto de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ PREFEITO MUNICIPAL	BAGGIO COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA CNPJ Nº 05.156.931/0001-05
---	---

GELSO PALOSCHI Fundo Mun. Saúde	ÁVARO ULISSES VIGANÓ Sec. Mun. de Agricultura e Infraestrutura Rural
PAULA CRESTINE TONIAL Sec. Mun. Educação e Cultura	MAURIVAN FRIZZO Sec. Mun. Da Cidade e Desenvolvimento
LUCIANE GIACCHINI ANTONIETTI Fundo Mun. Assistência Social	

Visto da Assessoria Jurídica do Município:

Juliana Cristina Zanini  
Consultora Jurídica  
OAB/SC 45.930

**HOMOLOGAÇÃO PL 1424/2017**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

**RESOLVE**

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº1424/2017, na modalidade Pregão de nº 60/2017 tendo como objeto a contratação de empresa para prestação de lubrificação em veículos da frota municipal, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
BAGGIO COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	1	1	50,00	20,0000	1.000,0000
BAGGIO COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	1	2	150,00	30,0000	4.500,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
BAGGIO COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	5.500,00

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Terça-Feira, 22 de agosto de 2017.  
ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **AVISO DE PP Nº 72/2017-** AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº111/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2017.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 06 de Setembro de 2017 às 09 horas e 00 minutos Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DIVERSOS PARA ENCONTROS, CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES E EVENTOS EM GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 08h15min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min diariamente.

Campos Novos, 23 de Agosto de 2017.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal



# RG 29\_17 AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS, PROTETORES E SERVIÇOS DE CONserto, MONTAGEM, GEOMETRIA, BALANCEAMENTO, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 96/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2017

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2017

No dia 22 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 58/2017, Processo Licitatório nº. 96/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CAMARAS E PROTETORES E SERVIÇOS DE CONserto, MONTAGEM, GEOMETRIA, BALANCEAMENTO, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6355	BORRACHARIA DO CAMISA LTDA.	63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 139, 140, 141, 142, 143, 144
10574	CAMPOS PNEUS COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 50, 52
9034	DANIEL CARLOS GRIS - ME	1, 9, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 42, 47, 48, 49, 51, 61, 62, 67, 72, 76, 77, 126, 134, 137, 145, 146, 147
8823	FM PNEUS LTDA - VIDEIRA	
11769	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	91
9599	GRANDO PNEUS LTDA	124, 125, 127, 130, 135, 136, 148, 150, 152
6065	JOACABA PNEUS LTDA	11, 12, 79, 80, 81, 82, 83, 95, 107, 113, 114, 115, 116
9950	MARQUINHO MECANICA E AUTO PECAS LTDA - ME	26, 27, 28, 29, 30, 31, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60
8363	MODELO PNEUS LTDA	
11767	NACIONAL PNEUS EIRELI - EPP	24, 84, 86, 88, 89, 101
11489	PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME	98
11065	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME	78, 85, 87, 99, 103, 108, 109, 118
11770	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 90, 92, 93, 94, 96, 100, 102, 104, 105, 106, 110, 111, 112, 117, 119, 120, 153, 154
11768	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP	121, 122, 123, 128, 129, 131, 132, 133, 138, 149, 151

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BORRACHARIA DO CAMISA LTDA.	80.679.947/0001-00	GIOVANNI JOACIR CORREA THIBES	009.898.489-65
CAMPOS PNEUS COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO	15.143.302/0001-96	GIOVANNI IARROCHESKI	034.157.659-03
DANIEL CARLOS GRIS - ME	07.742.583/0001-75	FRANCISCO CARLOS DE MATOS	162.498.369-34
FM PNEUS LTDA - VIDEIRA	81.374.845/0004-91		. . .
GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	93.894.954/0008-42	EDUARDO RIBEIRO	019.728.780-85
GRANDO PNEUS LTDA	03.562.696/0001-38	CARLOS ALBERTO PAGANELLA	408.208.580-72
JOACABA PNEUS LTDA	84.587.245/0010-48	AULEMIR DEBIASI	484.428.369-34
MARQUINHO MECANICA E AUTO PECAS LTDA - ME	10.291.448/0001-65	MARCOS ANDRE PEREIRA	008.581.899-25
MODELO PNEUS LTDA	94.510.682/0001-26	RICARDO ANTONIAZZI DA SILVA JUNI	004.307.569-09
NACIONAL PNEUS EIRELI - EPP	27.879.590/0001-20	ARNALDO LUIZ MORETI	445.072.910-20
PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME	23.794.633/0001-14	RAFAELAUGUSTO MIRANDA	057.348.169-57
PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME	17.092.175/0001-79	VINICIUS AGOSTINI	092.080.869-76
PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	06.880.642/0001-09	JEFFERSON DA SILVA COSTA	953.924.758-68
VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP	24.018.340/0001-08	GLADIR ANTONIO DARIVA	636.436.850-68

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 2/11  
 Processo Nº.: 96/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2017

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CAMARAS E PROTETORES E SERVIÇOS DE CONserto, MONTAGEM, GEOMETRIA, BALANCEAMENTO, RECÁPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**Fornecedor: 6065 - JOACABA PNEUS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	CAMARA 16.	UN		10,000	48,0000	480,00
12	CAMARA DE AR 10 x 16.5	UN		10,000	74,0000	740,00
79	PNEU 1000X20 BORRACHUDO	UN		70,000	957,0000	66.990,00
80	PNEU 1000X20 RADIAL MISTO BORRACHUDO	UN		75,000	1.280,0000	96.000,00
81	PNEU 1000X20 RADIAL MISTO LISO	UN		70,000	1.190,0000	83.300,00
82	PNEU 1000X20 RADIAL PARA TERRENO MISTO DIRECIONAL COM NO MÍNIMO 15.5MM	UN		26,000	1.300,0000	33.800,00
83	PNEU 1000X20 RADIAL PARA TERRENO MISTO TRAÇÃO 23mm	UN		40,000	1.310,0000	52.400,00
95	PNEU 18.4.30	UN		116,000	2.050,0000	237.800,00
107	PNEU 215/75R 17.5 MISTO	UNI		65,000	882,0000	57.330,00
113	PNEU 265/75 R16 RADIAL LISO	UN		2,000	690,0000	1.380,00
114	PNEU 265/75/16 F350.	UN		8,000	690,0000	5.520,00
115	PNEU 275/80 R 22.5 liso	UN		50,000	1.105,0000	55.250,00
116	PNEU 275/80 R22,5 misto	UNI		50,000	1.335,0000	66.750,00

**Fornecedor: 6355 - BORRACHARIA DO CAMISA LTDA.**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
63	MONTAGEM DE PNEU 175/65 R14	UN		50,000	9,9000	495,00
64	MONTAGEM DE PNEU 175/70 R13	UN		60,000	9,9000	594,00
65	MONTAGEM DE PNEU 175/70 R14	UN		50,000	9,9000	495,00
66	MONTAGEM DE PNEU 185 R14	UN		110,000	14,8500	1.633,50
68	MONTAGEM DE PNEU 205/550 R16 - BORA	UN		20,000	14,9000	298,00
69	MONTAGEM DE PNEU 205/65 R16	UN		20,000	17,3500	347,00
70	MONTAGEM DE PNEU 205/75 R16	UN		50,000	17,3000	865,00
71	MONTAGEM DE PNEU 215/70 R14	UN		80,000	17,3500	1.388,00
73	MONTAGEM DE PNEU 235X60 R17 CAPTIVA	UN		12,000	14,8000	177,60
74	MONTAGEM DE PNEU 265/75 R16	UN		30,000	19,8000	594,00
75	MONTAGEM DE PNEUS 205/75 R16	UN		12,000	17,3000	207,60
139	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 175/65 R14	UN		40,000	38,5000	1.540,00
140	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 175/70 R13	UN		50,000	38,5000	1.925,00
141	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 185 R14	UN		60,000	38,5000	2.310,00
142	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 205/65 R16	UN		30,000	44,0000	1.320,00
143	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 205/75 R16	UN		40,000	54,0000	2.160,00
144	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 215/70R14	UN		40,000	55,0000	2.200,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/11  
 Processo Nº.: 96/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2017

**Fornecedor: 9034 - DANIEL CARLOS GRIS - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	BALANCEAMENTO DE PNEU 1000X20	UN	GRIS	60,000	83,0000	4.980,00
9	BALANCEAMENTO DE PNEU 215/75 R 17,5	UN	GRIS	35,000	38,0000	1.330,00
32	CONCERTO DE PNEU 10.5X16	UN	GRIS	47,000	54,0000	2.538,00
33	CONCERTO DE PNEU 1000X20	UNI	GRIS	50,000	64,0000	3.200,00
34	CONCERTO DE PNEU 12.5/80	UN	GRIS	66,000	94,0000	6.204,00
35	CONCERTO DE PNEU 12.5X16	UN	GRIS	33,000	74,0000	2.442,00
36	CONCERTO DE PNEU 12.5X18	UN	GRIS	44,000	83,0000	3.652,00
37	CONCERTO DE PNEU 17.5X25	UNI	GRIS	110,000	205,0000	22.550,00
42	CONCERTO DE PNEU 20.5X25	UN	GRIS	215,000	340,0000	73.100,00
47	CONCERTO DE PNEU 215/75 R17,5	UN	GRIS	55,000	49,0000	2.695,00
48	CONCERTO DE PNEU 275/80 R 22,5	UN	GRIS	65,000	84,0000	5.460,00
49	CONCERTO DE PNEU 750 -16	UN	GRIS	53,000	39,0000	2.067,00
51	CONCERTO PNEU 1400X24	UN	GRIS	250,000	198,0000	49.500,00
61	MONTAGEM DE PNEU 1000X20	UNI	GRIS	350,000	38,0000	13.300,00
62	MONTAGEM DE PNEU 1400X24	UNI	GRIS	120,000	79,0000	9.480,00
67	MONTAGEM DE PNEU 19,5X24	UN	GRIS	26,000	98,0000	2.548,00
72	MONTAGEM DE PNEU 215/75 R 17,5	UN	GRIS	120,000	39,0000	4.680,00
76	MONTAGEM PNEU 17,5X25	UN	GRIS	30,000	100,0000	3.000,00
77	MONTAGEM PNEU 750/16	UN	GRIS	30,000	36,0000	1.080,00
126	RECAPAGEM DE PNEU 12X16,5	UN	RUZI	12,000	531,0000	6.372,00
134	RECAUCHUTAGEM PNEU 1400X24, 24 LONAS, BORRACHUDO	UNI	RUZI	60,000	965,0000	57.900,00
137	VULCANIZAÇÃO "VD PNEU 12X16.5	UN	RUZI	16,000	110,0000	1.760,00
145	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 215/75 R17,5	UN	RUZI	100,000	72,0000	7.200,00
146	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 23.1-26	UN	RUZI	8,000	450,0000	3.600,00
147	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 275/80 R 22,5	UN	RUZI	60,000	116,0000	6.960,00

**Fornecedor: 9599 - GRANDO PNEUS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
124	RECAPAGEM DE PNEU 12,5/80 - 18	UN	RUZI	20,000	635,0000	12.700,00
125	RECAPAGEM DE PNEU 12.4.24 AGRICOLA	UN	RUZI	8,000	660,0000	5.280,00
127	RECAPAGEM DE PNEU 17,5X25	UN	RUZI	30,000	1.285,0000	38.550,00
130	RECAPAGEM DE PNEU 275-80 R 22.5	UNI	RUZI	80,000	440,0000	35.200,00
135	RECAUCHUTAGEM PNEU 17.5X25 BORRACHUDO QUENT	UNI	RUZI	26,000	1.265,0000	32.890,00
136	RECAUCHUTAGEM PNEU 19.5 L24 BORRACHUDO QUENTE	UNI	RUZI	16,000	1.130,0000	18.080,00
148	VULCANIZAÇÃO "VD 12,5/80-18	UN	RUZI	20,000	145,0000	2.900,00
150	VULCANIZAÇÃO VD10 PNEU 17,5 -25	UN	RUZI	30,000	370,0000	11.100,00
152	VULCANIZAÇÃO VD8 PNEU 19,5 - 24	UN	RUZI	10,000	318,0000	3.180,00

**Fornecedor: 9950 - MARQUINHO MECANICA E AUTO PECAS LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
26	CAMBAGEM 185 R14	UN		66,000	34,9000	2.303,40
27	CAMBAGEM 205/65 R 16	UN		66,000	40,0000	2.640,00
28	CAMBAGEM 205/75 R16	UN		20,000	46,5000	930,00
29	CAMBAGEM DE PNEU 175/65 R14	UN		66,000	34,9000	2.303,40
30	CAMBAGEM DE PNEU 215/70 R14	UN		88,000	40,0000	3.520,00
31	CAMBAGEM PNEU 175/70 R13	UN		66,000	39,9000	2.633,40
53	GEOMETRIA DE PNEU 175/65 R14	UN		20,000	34,9000	698,00
54	GEOMETRIA DE PNEU 175/70 R13	UN		20,000	34,9000	698,00
55	GEOMETRIA DE PNEU 205/550 R16 - BORA	UN		20,000	44,8000	896,00
56	GEOMETRIA DE PNEU 205/65 R16	UN		20,000	44,9500	899,00
57	GEOMETRIA DE PNEU 205/75 R16	UN		30,000	45,0000	1.350,00
58	GEOMETRIA DE PNEU 215/70 R14	UN		30,000	40,0000	1.200,00
59	GEOMETRIA PNEU 185 R14	UN		60,000	40,0000	2.400,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/11  
 Processo Nº.: 96/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2017

**Fornecedor: 9950 - MARQUINHO MECANICA E AUTO PECAS LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
60	GEOMETRIA PNEU 235X60 R17 CAPTIVA	UN		6,000	44,9500	269,70

**Fornecedor: 10574 - CAMPOS PNEUS COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	BALANCEAMENTO DE PNEU 175/65 R14	UN	INFINITY	70,000	9,9000	693,00
3	BALANCEAMENTO DE PNEU 175/70 R13	UN	INFINITY	60,000	10,0000	600,00
4	BALANCEAMENTO DE PNEU 185 R14	UN	INFINITY	80,000	11,8000	944,00
5	BALANCEAMENTO DE PNEU 205/550 R16 - BORA	UN	INFINITY	20,000	9,9500	199,00
6	BALANCEAMENTO DE PNEU 205/65 R16	UN	INFINITY	30,000	12,4000	372,00
7	BALANCEAMENTO DE PNEU 205/75 R16	UN	INFINITY	16,000	9,9000	158,40
8	BALANCEAMENTO DE PNEU 215/70 R14	UN	INFINITY	20,000	11,9000	238,00
10	BALANCEAMENTO DE PNEUS 235X60 R17 CAPTIVA	UN	INFINITY	29,000	14,9000	432,10
38	CONCERTO DE PNEU 175 X 70 14	UN	INFINITY	22,000	14,9500	328,90
39	CONCERTO DE PNEU 175/65 R14	UN	INFINITY	21,000	14,9500	313,95
40	CONCERTO DE PNEU 175/70 R13	UN	INFINITY	22,000	14,9500	328,90
41	CONCERTO DE PNEU 185/R14 100/102	UN	INFINITY	28,000	19,9500	558,60
43	CONCERTO DE PNEU 205/550 R16 - BORA	UN	INFINITY	33,000	25,0000	825,00
44	CONCERTO DE PNEU 205/65 R16	UN	INFINITY	37,000	24,9500	923,15
45	CONCERTO DE PNEU 205/75 R 16	UN	INFINITY	35,000	24,9500	873,25
46	CONCERTO DE PNEU 215/70 R14	UN	INFINITY	37,000	24,9500	923,15
50	CONCERTO DE PNEUS 235X60 102S R17 CAPTIVA	UN	INFINITY	38,000	24,9500	948,10
52	CONCERTO PNEU 165/70 R 13	UN	INFINITY	40,000	14,9500	598,00

**Fornecedor: 11065 - PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
78	PNEU 1000X20 LISO 16 LONAS	UNI	GOODYEAR	65,000	978,0000	63.570,00
85	PNEU 12.4.24	UN	GOODYEAR-	6,000	910,0000	5.460,00
87	PNEU 12x16,5x10 lonas RETRO ESCAVADEIRA	UN	GOODYEAR	10,000	885,0000	8.850,00
99	PNEU 19.5L-24	UN	GOODYEAR	8,000	2.165,0000	17.320,00
103	PNEU 205/60/16 STRADA	UN	GOODYEAR	8,000	367,0000	2.936,00
108	PNEU 215/75R 17.5 LISO	UNI	GOODYEAR	50,000	675,0000	33.750,00
109	PNEU 23.1-26	UN	GOODYEAR	6,000	2.700,0000	16.200,00
118	PNEU 750X16 12 LONAS LISO	UNI	GOODYEAR	16,000	505,0000	8.080,00

**Fornecedor: 11489 - PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
98	PNEU 186/65/15 COROLA.	UN	BRIDGESTON	8,000	275,0000	2.200,00

**Fornecedor: 11767 - NACIONAL PNEUS EIRELI - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
24	CAMARA DE AR PNEU 23-1-26	UN	Qbom/Tir218	8,000	358,0000	2.864,00
84	PNEU 10-16,5, mini carregadeira Bob Cat 10 LONAS	UN	Brasplus/R4	12,000	550,0000	6.600,00
86	PNEU 12.5 X 80 X 18 X 12 LONAS	UN	Petlas/R4	14,000	990,0000	13.860,00
88	PNEU 1400X24 E-3, 24 LONAS, BORRACHUDO;	UN	Roadguider/E	50,000	3.500,0000	175.000,00
89	PNEU 1400X24 G-2, 16 LONAS, BORRACHUDO	UN	Maggion/Lavo	44,000	1.850,0000	81.400,00
101	PNEU 20.5 X 25 12 LONAS	UN	Westlake/E3L	4,000	4.300,0000	17.200,00

**Fornecedor: 11768 - VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
121	RECAPAGEM DE PNEU 1000X20, BORRACHUDO	UN	RUZI	100,000	355,0000	35.500,00
122	RECAPAGEM DE PNEU 1000X20, LISO	UN	RUZI	60,000	330,0000	19.800,00
123	RECAPAGEM DE PNEU 10X16,5	UN	RUZI	8,000	370,0000	2.960,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/11  
 Processo Nº.: 96/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2017

**Fornecedor: 11768 - VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
128	RECAPAGEM DE PNEU 18.4.30 AGRICOLA	UN	RUZI	8,000	1.335,0000	10.680,00
129	RECAPAGEM DE PNEU 20.5X25 BORRACHUDO	UN	RUZI	16,000	2.680,0000	42.880,00
131	RECAPAGEM DE PNEU 750X16 BORRACHUDO	UNI	RUZI	20,000	220,0000	4.400,00
132	RECAPAGEM PNEU 1400X24	UNI	RUZI	30,000	975,0000	29.250,00
133	RECAUCHUTAGEM PNEU 1400X24 BORRACHUDO QUENTE, 16 LONAS	UNI	RUZI	60,000	963,0000	57.780,00
138	VULCANIZAÇÃO "VD" PNEU 750 - 16	UNI	RUZI	12,000	70,0000	840,00
149	VULCANIZAÇÃO VD PNEU 1400X24	UN	RUZI	60,000	320,0000	19.200,00
151	VULCANIZAÇÃO VD6 PNEU 1000X20	UN	RUZI	170,000	119,0000	20.230,00

**Fornecedor: 11769 - GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
91	PNEU 17,5X25 L2 16 LONAS	UN	TITAN/EARTH	20,000	2.435,0000	48.700,00

**Fornecedor: 11770 - PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
13	CAMARA DE AR 1000X20	UNI	QBOM	65,000	82,0000	5.330,00
14	CÂMARA DE AR 12 X 16.5	UN	RS	20,000	85,0000	1.700,00
15	CAMARA DE AR 13	UN	QBOM	80,000	33,5000	2.680,00
16	CAMARA DE AR 14	UN	QBOM	50,000	35,0000	1.750,00
17	CAMARA DE AR 17,5/25	UNI	QBOM	30,000	210,0000	6.300,00
18	CAMARA DE AR 19.5 X24	UN	TORTUGA	10,000	331,0000	3.310,00
19	CAMARA DE AR 20,5X25	UN	TORTUGA	8,000	350,0000	2.800,00
20	CÂMARA DE AR 215X75 R17.5 MICRO	UN	TORTUGA	190,000	85,0000	16.150,00
21	CAMARA DE AR 275 X 80 X 22.5	UN	QBOM	60,000	85,0000	5.100,00
22	CAMARA DE AR 750X16 BICO LONGO	UNI	QBOM	30,000	50,0000	1.500,00
23	CAMARA DE AR KM 24	UNI	QBOM	120,000	150,0000	18.000,00
25	CAMARAS DE AR 12,5/80-18	UN	TORTUGA	20,000	105,0000	2.100,00
90	PNEU 165/70 R13	UN	GOODYEAR	32,000	168,0000	5.376,00
92	PNEU 175/65 R14	UN	GOODYEAR	36,000	215,0000	7.740,00
93	PNEU 175/70 R13	UN	GOODYEAR	60,000	167,0000	10.020,00
94	PNEU 175/70 R14 88TPNEU GOL/VOYAGE/MONTANA	UN	GOODYEAR	60,000	276,0000	16.560,00
96	PNEU 185 R 14 102/100 S 8 LONAS	UN	GOODYEAR	90,000	340,0000	30.600,00
100	PNEU 195/65 R 15	UN	DUNLOP	24,000	332,0000	7.968,00
102	PNEU 205/55 R16 BORA	UN	GOODYEAR	12,000	280,0000	3.360,00
104	PNEU 205/60R15	UNI	GOODYEAR	16,000	298,0000	4.768,00
105	PNEU 205/75 R 16	UNI	FALKEN	16,000	460,0000	7.360,00
106	PNEU 205/75/16	UN	FALKEN	20,000	491,0000	9.820,00
110	PNEU 235/60 R17 102 S CAPTIVA	UN	GOODYEAR	8,000	550,0000	4.400,00
111	PNEU 255/60 R 18 AMAROCK	UN	GOODYEAR	22,000	827,0000	18.194,00
112	PNEU 265/75 R16 RADIAL BORRACHUDO	UN	GOODYEAR	8,000	815,0000	6.520,00
117	PNEU 750/16, BORRACHUDO, 12 LONAS	UN	GOODYEAR	20,000	517,0000	10.340,00
119	PROTETOR 1000X20	UNI	SBN	82,000	26,0000	2.132,00
120	PROTETOR 750X16	UNI	SBN	30,000	23,0000	690,00
153	PNEUS ORIGINAIS TAMANHO 235/75 R15.	UN	GOODYEAR	4,000	447,0000	1.788,00
154	PNEU ORIGINAL TAMANHO 185/70 R14.	UN	GOODYEAR	12,000	277,0000	3.324,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/11  
Processo Nº.: 96/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/11  
Processo N°.: 96/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 58/2017

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 8/11  
Processo Nº.: 96/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 9/11  
Processo Nº.: 96/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2017

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 10/11  
Processo Nº.: 96/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2017

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 11/11  
Processo Nº.: 96/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 22 de Agosto de 2017.

\_\_\_\_\_  
**SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

BORRACHARIA DO CAMISA LTDA.	CNPJ: 80.679.947/0001-00	_____
CAMPOS PNEUS COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO L	CNPJ: 15.143.302/0001-96	_____
DANIEL CARLOS GRIS - ME	CNPJ: 07.742.583/0001-75	_____
FM PNEUS LTDA - VIDEIRA	CNPJ: 81.374.845/0004-91	_____
GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	CNPJ: 93.894.954/0008-42	_____
GRANDO PNEUS LTDA	CNPJ: 03.562.696/0001-38	_____
JOACABA PNEUS LTDA	CNPJ: 84.587.245/0010-48	_____
MARQUINHO MECANICA E AUTO PECAS LTDA - ME	CNPJ: 10.291.448/0001-65	_____
MODELO PNEUS LTDA	CNPJ: 94.510.682/0001-26	_____
NACIONAL PNEUS EIRELI - EPP	CNPJ: 27.879.590/0001-20	_____
PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME	CNPJ: 23.794.633/0001-14	_____
PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME	CNPJ: 17.092.175/0001-79	_____
PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA	CNPJ: 06.880.642/0001-09	_____
VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP	CNPJ: 24.018.340/0001-08	_____

# RG 30\_17 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS EM SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 98/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2017

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2017

No dia 22 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 60/2017, Processo Licitatório nº. 98/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MEDICOS EM SERVIDORES DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8552	CLOMAR FRANCISCO MILANI - EPP	2, 3, 7
11556	GASTRO CLINICA LTDA - ME	1, 6
10621	ROSSA DA SILVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA	4, 5, 8

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CLOMAR FRANCISCO MILANI - EPP	04.568.799/0001-78	DAIANE KERVALD DE SOUZA	086.839.479-39
GASTRO CLINICA LTDA - ME	05.595.682/0001-46	BEATRIZ CADORE	024.185.599-39
ROSSA DA SILVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA	13.808.881/0001-13	CARLOS ALBERTO ROSSA DA SILVA	384.766.909-59

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS EM SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS  
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8552 - CLOMAR FRANCISCO MILANI - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	EXAMES DEMISSONIAIS	UN		1.000,000	19,9800	19.980,00
3	EXAME FONOAUDIOLÓGICO/AUDIOMETRIA	UN		200,000	22,9500	4.590,00
7	PERÍCIA MÉDICA DE SERVIDORES - 2ª AVALIAÇÃO	UN		500,000	29,4500	14.725,00
Fornecedor: 10621 - ROSSA DA SILVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	EXAMES PERIODICOS	UN		800,000	19,9500	15.960,00
5	EXAMES DE RETORNO AO TRABALHO (NO CASO DE SERVIDORES AFASTADOS PELO INSS ACIMA DE 30 DIAS)	UN		150,000	19,9500	2.992,50
8	PERÍCIA MÉDICA DE SERVIDORES - 3ª AVALIAÇÃO	UN		500,000	29,4500	14.725,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**Página: 2/7  
Processo Nº.: 98/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2017**Fornecedor: 11556 - GASTRO CLINICA LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	EXAMES ADMISSIONAIS	UN		1.000,000	19,9900	19.990,00
6	PERÍCIA MÉDICA DE SERVIDORES - 1ª AVALIAÇÃO	UN		500,000	29,4500	14.725,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 98/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2017

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 98/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 98/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2017

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 98/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2017

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 98/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 22 de Agosto de 2017.

\_\_\_\_\_  
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

CLOMAR FRANCISCO MILANI - EPP

CNPJ: 04.568.799/0001-78 \_\_\_\_\_

GASTRO CLINICA LTDA - ME

CNPJ: 05.595.682/0001-46 \_\_\_\_\_

ROSSA DA SILVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 13.808.881/0001-13 \_\_\_\_\_



# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 182/2017

DECRETO Nº. 182/2017

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 442,00 m² (quatrocentos e quarenta e dois metros quadrados), procedido pela IGREJA PENTECOSTAL ATALAIAS DE CRISTO, situado na Rua Alfredo Paul, esquina com a Rua Nazir Cordeiro, Bairro Campo D'Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 27.726, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 30, com área de 217,60 m², lote nº 31, com área de 224,40 m² pertencente à quadra nº 1270, conforme requerimento protocolado sob nº. 4729/2017.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

VIVIANNE PAILO COLLARES

Secretária Municipal de Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### DECRETO Nº 188/2017

DECRETO Nº. 188/2017

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA - ICPREV."

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 054 de 29/04/2016, resolve:

"ALTERA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE."

Art. 1º - Fica alterado o horário de expediente do Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, com sede à Rua 3 de Maio, nº137, Centro, Canoinhas-SC, que passará a ser das 08 às 12 horas e das 13 às 17 horas, de segunda-feira à sexta-feira, conforme Decreto

Municipal nº 181/2017, que modificou o horário de expediente da Prefeitura do Município de Canoinhas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

MORGANA DIRSCHINABEL LESSAK

Diretora Executiva do ICPREV

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### DECRETO Nº 192/2017

DECRETO Nº. 192/2017

"RATIFICA DECRETO"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº 146/2011, que aprova o desmembramento de terreno urbano com área de 13.144,00 m² (treze mil, cento e quatorze metros quadrados), procedido por ROGÉRIO MARCOS DEMIKOSKI E OUTROS, situado na Rua Bernardo Olsen, Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 30.722 ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 22 com área de 2,400,00 m², lote nº23 com área de 1.050 m², lote nº. 24 com área de 1.445,00 m², lote nº 25 com área de 2.717,00 m², lote nº 26 com área de 1.026 m², lote nº 27 com área de 736,20 m², lote nº 28 com área de 1.663,80 m², lote nº 29 com área de 692,00 m², lote nº 30 com área de 692,00 m² e lote nº 31 com área de 692,00 m², todos pertencentes a quadra nº 89, conforme requerimento protocolado sob nº. 4860/2017.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

VIVIANNE PAILO COLLARES

Secretária Municipal de Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## DECRETO Nº 194/2017

DECRETO Nº. 194/2017

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 16 da Lei 5.965 de 29/12/2016 – LOA, resolve:

### DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 76.285,74 (setenta e seis mil, duzentos e oitenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Proj./Ativ. 2.023 – Manutenção de ruas, estradas, praças, jardins, pontes e bueiros

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 6.026,88

Recursos 30700 – Contr. de Interv. do Dom. Econ. – CIDE - Superávit

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Proj./Ativ. 2.023 – Manutenção de ruas, estradas, praças, jardins, pontes e bueiros

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 42.487,63

Recursos 33910 – Fundo Especial do Petróleo – FEP - Superávit

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Proj./Ativ. 2.023 – Manutenção de ruas, estradas, praças, jardins, pontes e bueiros

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 27.771,23

Recursos 34200 – Rec. F. Exportações – FEX - Superávit

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 76.285,74 (setenta e seis mil, duzentos e oitenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2016, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

10700	Contr. de Interv. do Dom. Econ. – CIDE	3.438,32
13900	Fundo Especial do Petróleo e CEFEM	41.343,12
14200	Rec. F. Exportações – FEX	3.412,65

30700	Contr. de Interv. do Dom. Econ. – CIDE - Superávit	2.588,56
33900	Fundo Especial do Petróleo e CEFEM – Superávit	1.144,51
34200	Rec. F. Exportações – FEX - Superávit	24.358,58
TOTAL		76.285,74

Fonte: SMAFO/2017

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 09 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 09/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## DECRETO Nº 196/2017

DECRETO Nº. 196/2017

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 5.965 de 29/12/2016 – LOA, resolve:

### DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 62.013,84 (sessenta e dois mil, treze reais e oitenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 15: FUNREBOMPM de Canoinhas

Unidade 15.01: FUNREBOM de Canoinhas

Função 6: Segurança Pública

Subfunção 181: Policiamento

Programa 15: Segurança Pública Eficiente

Proj./Ativ. 2.030 – Ações do FUNREBOM

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 50.000,00

Recursos 30040 – Rec. Ord. TxS FUNREBOM CB – Superávit

Subfunção 181: Policiamento

Programa 15: Segurança Pública Eficiente

Proj./Ativ. 2.030 – Ações do FUNREBOM

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 12.013,84

Recursos 30040 – Rec. Ord. TxS FUNREBOM CB – Superávit

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 62.013,84 (sessenta e dois mil, treze reais e oitenta e quatro centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2016, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

10040	Rec. Ord. Txs FUNREBOM CB	59.717,30
30040	Rec. Ord. Txs FUNREBOM CB - Superávit	2.296,54
TOTAL		62.013,84

Fonte: SMAFO/2017

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### DECRETO Nº 197/2017

DECRETO Nº. 197/2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 5.965 de 29/12/2016 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 85.667,20 (oitenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

### DECRETO Nº 198/2017

DECRETO Nº. 198/2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 16 da Lei 5.965 de 29/12/2016 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 484.500,00 (quatrocentos e oitenta e quatro mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função 4: Administração

Subfunção 122: Administração Geral

Programa 3: Modernização Administrativa

Proj./Ativ. 2.003 – Manutenção da Sec. Mun. de Administração, Finanças e Orçamento

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 484.500,00

Recursos 10001 – Remun. Rec. Ordinários

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 484.500,00 (quatrocentos e oitenta e quatro mil e quinhentos reais), observando a arrecadação do exercício de 2016 e a tendência de arrecadação do exercício de 2017, conforme tabela a seguir:

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Proj./Ativ. 1.001 – Construções, ampliações e reformas de escolas

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 85.667,20

Recursos 63200 – Transf. Conv. União (FNDE) – Educação - Superávit

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 85.667,20 (oitenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2016, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

23200	Transf. Conv. União (FNDE) – Educação	82.111,08
63200	Transf. Conv. União (FNDE) – Educação - Superávit	3.556,12
TOTAL		85.667,20

Fonte: SMAFO/2017

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2017 (A) + Excessos abertos em 2017	Estimativa de Arrecadação para 2017, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
10001	115.500,00	600.000,00	484.500,00
TOTAL			484.500,00

Fonte: SMAFO/2017

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 11 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**DECRETO Nº 199/2017**

DECRETO Nº. 199/2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 16 da Lei 5.965 de 29/12/2016 – LOA, resolve:

## DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Orgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Função 28: Encargos Especiais

Subfunção 846: Outros Encargos Especiais

Programa 3: Modernização Administrativa

Proj/Ativ. 0.003 – Precatórios e Sentenças Judiciais

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 30.000,00

Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2016, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – Superávit	30.000,00
TOTAL		30.000,00

Fonte: SMAFO/2017

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 11 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino



**DECRETO Nº 200/2017**

DECRETO Nº. 200/2017

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"**

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 5.965 de 29/12/2016 – LOA, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Função 15: Urbanismo  
Subfunção 452: Serviços Urbanos  
Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo  
Proj./Ativ. 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 50.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano  
Função 15: Urbanismo  
Subfunção 452: Serviços Urbanos  
Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo  
Proj./Ativ. 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 50.000,00  
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 11 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**DECRETO Nº 205/2017**

DECRETO Nº. 205/2017

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"**

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 5.965 de 29/12/2016 – LOA, resolve:

**DECRETAR**

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 09: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Unidade 09.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural  
Função 20: Agricultura  
Subfunção 606: Extensão Rural  
Programa 106: Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
Proj./Ativ. 3.007 – Construção da Unidade de Distribuição de Alimentos  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 14.000,00  
Recursos 30000 – Recursos Ordinários - Superávit

Subfunção 606: Extensão Rural  
Programa 106: Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
Proj./Ativ. 3.007 – Construção da Unidade de Distribuição de Alimentos  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 182.000,00  
Recursos 63400 – Transf. de Conv. União – Outros – (Investimento) - Superávit

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2016, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos Ordinários - Superávit	14.000,00
63400	Transf. de Conv. União – Outros – (Investimento) - Superávit	182.000,00
TOTAL		196.000,00

Fonte: SMAFO/2017

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 14 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**DECRETO Nº 213/2017**

DECRETO Nº. 213/2017

HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PREVISTO NO EDITAL Nº 01/SMDR/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**HOMOLOGAR**

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições do processo seletivo de Médico Veterinário, para atuar junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, no Edital nº 01/SMDR/2017, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

Inscrições Processo Seletivo Para contratação temporária Médico Veterinário Edital Nº 01/SMDR/2017:

Nº Inscrição	Nome	CPF	RG
01	Karim Boeing Padilha	559.995.309/20	1360755
02	Gustavo José Bartnik Pacheco	076.428.889-02	5254811
03	Daniele de Cassia Karvat	081.871.959-16	5609242
04	Leonardo Belinski	089.403.299-29	6227609
05	Eduardo Miozzo	079.132.019-75	5340581
06	Gustavo Bervian dos Santos	014.333.140-02	4055820866
07	Cristina Bachmann da Silva	041.791.399-01	4046804
08	Julio Edson dos Santos	003.654.719-09	3118230
09	Thuanny Lúcia Pereira	947.628.722-53	633214486
10	Ana Paula Tremi Murara	009.388.639-08	4455841
11	Juceli Mastey	091.777.049-83	4868090
12	Solange Dias Medeiros	561.939.127-20	5922935
13	Rafael Blosfeld	041.578.409-33	3111461
14	Amanda Chagas da Silva	059.749.494-04	5920426

**EDITAL Nº03 /2017**

EDITAL Nº03 /2017

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº 3.804 /2005 e no Decreto Municipal nº 107/1992, convoca as Entidades, Movimentos Sociais e Municípios da cidade de Canoinhas a participarem do IV Fórum Municipal de Eleição do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), conforme as regras fixadas neste Edital:

Art. 1º. Ficam convocados os municípios, as entidades e os movimentos representativos da sociedade civil domiciliados na cidade de Canoinhas a participar do Fórum para escolha de um membro representante da sociedade civil para assumir vaga em aberto no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), nos termos deste edital:

**I – DA COMISSÃO ELEITORAL**

Art. 2º. São membros da Comissão Eleitoral constituída pelos representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pela Técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social:

I – Secretaria Municipal de Educação – Juceres Maria Wiese Roeder – Membro efetivo do CMDCA;

II – Secretaria Municipal de Educação – Karina Vieira Carvalho – Membro suplente do CMDCA;

III – Ordem dos Advogados do Brasil/ Subseção Canoinhas – Fabíola Bubniak – Membro efetivo do CMDCA;

IV – Universidade do Contestado – Maria Luiza Milani – Membro efetivo do CMDCA;

V – Técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social – Viviana Wachtel Seleme Uba.

Art. 3º. São atribuições da Comissão Eleitoral:

I – Homologar as inscrições de candidatos de acordo com os critérios definidos neste Edital;



- II – Abrir e encerrar as votações no local de votação;
- III – Validar as cédulas de votação;
- IV – Lavrar a ata de abertura e encerramento do Fórum;
- V – Sanar casos omissos deste Edital;
- VI – Homologar os formulários de credenciamento da entidade e delegados;
- VII – Acompanhar o sistema de votação e apuração.

Art. 4º. Fica sob responsabilidade do Governo Municipal de Canoinhas, a publicação das deliberações da Comissão Eleitoral em Jornal de Circulação local e no site: [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).

## II – DO CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES

Art. 5º. O credenciamento das entidades será realiza pessoalmente, na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada a Rua 3 de Maio, nº 146, Centro, Canoinhas, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 15:30horas no período de 21 de agosto à 25 de agosto de 2017.

Art. 6º. As entidades concorrerão a uma (1) vaga de titular representando o setor não governamental no CMDCA, por meio do preenchimento de formulário específico, em que indicará OBRIGATORIAMENTE um dos seguintes regimes de atendimento:

- I – Atendimento social à Criança e ao Adolescente;
- II – Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III – Estudos, pesquisas e formação, com intervenção política na área.

Parágrafo único. Serão eleitas para compor o conselho as entidades com maior número de votos, na ordem decrescente.

Art. 7º. A entidade deverá apresentar, no momento de sua inscrição:

- I – Ficha de inscrição devidamente preenchida;
- II – Cópia dos documentos de identidade e CPF do delegado indicado na ficha de inscrição acima citada.

Art. 8º. A cada entidade será facultado indicar apenas um delegado.

## III – DO CRONOGRAMA

Art. 9º. Fica estabelecido o seguinte cronograma:

DATA	EVENTO
18/08/2017	Publicação do edital
21/08/2017 à 25/08/2017	Inscrição das entidades
28/08/2017	Reunião da Comissão Eleitoral para Avaliação das entidades inscritas
29/08/2017	Publicação do Edital de homologação das entidades deferidas e indeferidas
30/08/2017	Prazo recursal (protocolo na sede do CMDCA)
31/08/2017	Publicação dos resultados dos recursos em Edital na sede do CMDCA e Prefeitura de Canoinhas e no site <a href="http://www.pmc.sc.gov.br">www.pmc.sc.gov.br</a>
14/09/2017	Fórum de Eleição do CMDCA
18/09/2017	Publicação do Edital com o resultado
Data a ser definida	Posse do novo conselho

## IV – DO FÓRUM

Art. 10. O Fórum para escolha dos representantes da sociedade civil no CMDCA será realizada no dia 14 de setembro de 2017, das 08:30 às 09:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura de Canoinhas, sito a Rua Felipe Schmidt nº10, Centro.

Parágrafo único. No local de votação será disponibilizada uma para entrega das cédulas de votação.

Art.11. Terão direito a voz e voto no Fórum as entidades cujo credenciamento e inscrições tenham sido deferidos pela Comissão Eleitoral.

## VI – DA VOTAÇÃO

Art. 12. No dia e hora designados para a votação, nos termos do artigo 9º, o delegado deverá se apresentar no endereço constante no artigo 10, munido de documento de identificação com foto.

Parágrafo único. Os delegados, no momento da votação, assinarão a nominata.

Art. 13. As cédulas de votação serão confeccionadas pelo Governo Municipal de Canoinhas, respectivo setor afim e homologadas pela Comissão Eleitoral.

Art. 14. Será afixada de forma visível no local de votação relação completa das entidades e delegados credenciados.

Art. 15. Cada Delegado poderá votar em 1 (uma) entidade, de acordo com os regimes de atendimento:

- I – Atendimento Social à Criança e ao Adolescente;
- II – Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III – Estudos, pesquisas e formação, com intervenção política na área.

Art. 16. Será disponibilizada 1 (uma) cédula para cada delegado, contendo o nome da entidades para sua escolha.

Parágrafo único. No caso de rasura ou de dificuldade de entendimento, caberá à Comissão Eleitoral deliberar sobre a anulação ou não do voto.

Art. 17. As cédulas serão depositadas em uma urna posicionada em local visível durante o processo de eleição e após este, será realizada a contagem dos votos na presença do público participante.

Art. 18. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente disponibilizará conselheiros para auxiliar na organização, inscrição, votação e apuração dos votos.

Parágrafo Único. As cédulas serão manipuladas pela Comissão Eleitoral.

#### VII – DA FISCALIZAÇÃO E APURAÇÃO DE VOTOS

Art. 19. A apuração será coordenada pela Comissão Eleitoral e supervisionada pela plenária.

Art. 20. A apuração de votos será realizada pela Comissão.

Art. 21. A Comissão Eleitoral estabelece como critério de desempate maior tempo de serviços prestados na área da Infância e Adolescência no município.

Art. 22. Ao final do processo eleitoral será redigida ata com os resultados da eleição.

#### VIII – DA POSSE

Art. 23. Os conselheiros eleitos serão empossados em data a ser definida.

#### IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. A entidade eleita deverá no prazo de 10 (dez) dias indicar através de ofício, ao Prefeito, dois membros (titular e suplente) para composição do CMDCA.

Parágrafo Único. Caberá ao Executivo Municipal, a publicação de Decreto indicando, também, os membros (efetivo e suplente) representantes das entidades governamentais, conforme a Lei nº 3.804 de 18 de março de 2005.

Canoinhas, 18 de Agosto de 2017.

Gilberto dos Passos

Prefeito

### **LEI Nº 6.071/2017**

LEI Nº. 6.071/2017

“AUTORIZA A REDUÇÃO DOS JUROS E DAS MULTAS COMO INCENTIVO À RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono o seguinte:

LEI

Art. 1º. Os débitos existentes junto à Fazenda Pública Municipal até 31 de dezembro de 2016, inscritos em dívida ativa, com exigibilidade suspensa ou não, executados ou à executar, constituídos ou não, terão redução nas multas e nos juros de mora ou compensatórios que tiverem sido aplicados no período entre o vencimento e a data de sua consolidação, de acordo com os critérios abaixo apresentados:

I - Redução de 100% (cem por cento) sobre a multa e os juros, para pagamento em cota única, vencível esta em 10 (dez) dias corridos, a contar da assinatura do termo de confissão de dívida firmado junto ao Setor de Tributos;

II - Redução de 80% (oitenta por cento) sobre a multa e os juros, para pagamento em até 120 (cento e vinte) parcelas iguais e fixas, à exceção da entrada que deverá ser paga no ato do requerimento do Refis, vencível a 1ª parcela em até 30 (trinta) dias contados da assinatura do termo de confissão de dívida e assim, sucessivamente, até o completo e integral pagamento do débito em referência.

§ 1º - O parcelamento previsto no inciso II deste artigo, somente será deferido mediante o pagamento de entrada no percentual de 20% (vinte) por cento do montante total do débito em nome do contribuinte.

§ 2º - O parcelamento previsto no inciso II deste artigo deverá respeitar, ainda, o valor previsto para as parcelas mínimas, contidos no artigo 70, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 0008/2005.

§ 3º - Entendem-se como débitos vencidos junto à Fazenda Pública Municipal todos aqueles oriundos de impostos municipais, taxas municipais e contribuição de melhoria devidos pelo sujeito passivo da obrigação tributária e não pagos a partir da ocorrência do respectivo fato gerador.

§ 4º - Ocorrerá a consolidação do débito tributário após a adesão do contribuinte ao presente programa de recuperação fiscal perante o Fisco Municipal, mediante assinatura do termo de confissão de dívida, com o pagamento integral do débito e, nos casos daqueles já executados, incidirá o pagamento das custas processuais, incluídos os honorários advocatícios.

§ 5º - Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados de forma irretratável e irrevogável e pagos na forma desta lei.

Art. 2º. Aos débitos objeto dos benefícios de que trata esta lei, serão acrescidos de correção monetária pela variação acumulada do INPC/IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo no período compreendido entre o vencimento da obrigação e a data da consolidação, devendo ser quitado pelo contribuinte nos termos do art. 1º desta lei, através da emissão do respectivo Documento de Arrecadação Municipal – DAM e mediante assinatura do termo de confissão de dívida pelo Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, desde que não ultrapasse o último dia da vigência desta lei.

Art. 3º. Os depósitos existentes, vinculados aos débitos a serem quitados nos termos dos arts. 1º e 2º, serão automaticamente convertidos em renda ao Município, realizando o contribuinte a quitação do saldo remanescente se houver.

Art. 4º - A adesão do Refis previsto nesta lei somente será deferido ao contribuinte constante no cadastro imobiliário ou mobiliário devidamente registrado no departamento tributário municipal ou, mediante, procuração por instrumento público, exarada para esta finalidade ou, no caso de inventário, mediante o termo de compromisso de inventariante emitido via judicial ou extrajudicial e/ou certidão de óbito.

Parágrafo Único - No momento da adesão, o contribuinte deverá, ainda, apresentar ao fisco municipal os seguintes documentos:

- a) Quanto ao cadastro imobiliário, o documento comprobatório da propriedade, qual seja, matrícula atualizada, ou de posse do imóvel devidamente registrado, além de documentos pessoais;
- b) Quanto ao cadastro mobiliário, o respectivo contrato social, estatuto social, em se tratando de pessoa jurídica.

Art. 5º. O contribuinte será excluído do Programa previsto nesta lei, na seguinte hipótese:

I – Quando da inadimplência de 03 (três) parcelas consecutivas ou não do parcelamento.

Parágrafo Único – A exclusão do contribuinte do Refis acarretará a imediata exigibilidade do débito tributário confessado e não pago, com a revogação dos descontos concedidos, aplicando-se sobre o montante devido os acréscimos legais previstos na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, executando-se automaticamente as garantias eventualmente prestadas.

Art. 6º. O FISCO Municipal expedirá, no âmbito de sua respectiva competência, os atos necessários à execução desta Lei, os quais deverão ser formalizados através de Decreto Executivo a ser editado no prazo de 15 (quinze) dias contados do início de vigência desta Lei.

Art. 7º. Não serão objeto dos benefícios previstos nesta Lei os débitos oriundos de programas habitacionais desenvolvidos pelo Município, os quais deverão ser renegociados nos termos da Lei própria e não poderão constituir impedimento à obtenção dos benefícios desta Lei.

Art. 8º. Ao sujeito passivo que optar pelo pagamento de seus débitos na forma que trata esta Lei, é vedada a concessão de qualquer outro desconto ou remissão que não os aqui mencionados.

Art. 9º. O prazo para adesão ao REFIS previsto nesta lei, dar-se-á desde a sua entrada em vigor até o dia 22 de dezembro do ano de 2017.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor 15 (quinze) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## **LEI Nº 6.072/2017**

LEI Nº. 6.072/2017

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR TERRENO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a alienar por financiamento, através do FROHAB, o seguinte imóvel pertencente ao Patrimônio Municipal:

I - O terreno urbano com a área de 800 m2 (oitocentos metros quadrados), situado nessa cidade, no Bairro Campo D'água Verde, registrado sob a matrícula de nº. 21.339, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Canoinhas.

Art. 2º – O imóvel referenciado na presente Lei será destinado à família de baixa renda, devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Habitação, que fará a seleção da família beneficiada conforme critérios expedidos pelo Conselho Gestor do FROHAB.

Art. 3º – Para ser beneficiada pela presente Lei, a família de baixa renda deverá cumprir os requisitos legais, fixados pelo Conselho Gestor do FROHAB (Fundo Rotativo Habitacional), residir no Município de Canoinhas e não possuir outro imóvel.

Art. 4º – Caberá ao Conselho Gestor do FROHAB (Fundo Rotativo Habitacional), estabelecer a forma de pagamento e os critérios de parcelamento.

- I - O valor fixado para comercialização do imóvel não poderá exceder ao seu valor venal.  
II - Os recursos provenientes da venda do referido imóvel serão sugeridos pelo FROHAB.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **LEI Nº 6.073/2017**

LEI Nº. 6.073/2017

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de obras de pavimentação asfáltica e aquisição de máquinas e equipamentos (caminhões caçamba, motoniveladora e escavadeira hidráulica).

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionado no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**LEI Nº 6.074/2017**

LEI Nº. 6.074/2017

**"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA OUVIDORIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

**LEI**

Art. 1º Fica criada a Ouvidoria do Município de Canoinhas, tendo por objetivo assegurar, de modo permanente e eficaz, a preservação dos princípios de legalidade, moralidade e eficiência dos atos dos agentes da Administração Direta e Indireta, inclusive das empresas públicas e sociedades nas quais o Município detenha capital majoritário, e entidades privadas de qualquer natureza que operem com recursos públicos, na prestação de serviços à população.

Art. 2º A Ouvidoria será o canal de comunicação direta entre a sociedade e a Administração Municipal, recebendo reclamações, denúncias, sugestões e elogios, de modo a estimular a participação do cidadão no controle e avaliação dos serviços prestados e na gestão dos recursos públicos.

Art. 3º Compete à Ouvidoria do Município de Canoinhas:

I – receber denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados arbitrários, desonestos, indecorosos, ilegais, irregulares ou que violem os direitos individuais ou coletivos, praticados por servidores da Administração Pública Municipal direta e indireta e daquelas entidades referidas no artigo 1º desta Lei;

II – receber queixas relacionadas à administração pública municipal direta e indireta, para garantir a observância dos princípios da legalidade impessoalidade, moralidade, eficiência, economicidade e publicidade dos atos administrativos;

III – intermediar a relação entre o cidadão e a administração pública, permitindo a registro ou publicidade de sugestões, denúncias ou reclamações contra os agentes públicos, bem como receber informações sobre cidadania e direitos humanos;

IV – apurar reclamações ou denúncias cujos resultados possam contribuir para formulação de propostas de atos normativos ou de modificação de lei, bem como sugestões de medida disciplinar administrativa;

V – diligenciar junto às unidades administrativas competentes, para que prestem informações e esclarecimentos a respeito das comunicações mencionadas no inciso anterior;

VI – manter o cidadão informado a respeito das averiguações e providências adotadas pelas unidades administrativas, excepcionados os casos em que necessário for o sigilo, garantindo o retorno dessas providências a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados;

VII – elaborar e divulgar, trimestral e anualmente, relatórios de suas atividades, bem como, permanentemente, os serviços da Ouvidoria do Município junto ao público, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados;

VIII – promover a realização de pesquisas, seminários e cursos sobre assuntos relativos ao exercício dos direitos e deveres do cidadão perante a administração pública;

IX – organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativa às denúncias, reclamações e sugestões recebidas.

§ 1º A Ouvidoria manterá sigilo quando solicitado, sobre as reclamações ou denúncias, bem como sobre sua fonte, providenciando, junto aos órgãos competentes, proteção aos denunciantes;

§ 2º A Ouvidoria manterá serviço telefônico gratuito, destinado a receber as denúncias e reclamações, garantindo o sigilo da fonte de informação.

§ 3º Deverá o Município manter e divulgar no Portal Eletrônico da Prefeitura de Canoinhas um link de acesso ao site da Ouvidoria

Municipal, contendo as atribuições da Ouvidoria, número de telefone e formulário específico para atendimento.

§ 4º Manterá o Município um site para Ouvidoria Municipal, com um sistema eletrônico para recebimento de todos os pedidos, e protocolo para acompanhamento das solicitações e atendimentos.

Art. 4º Não existirá cargo de Ouvidor Municipal, sendo que existirá apenas a função, que será delegada através de portaria à qualquer servidor sendo ele efetivo ou comissionado, por livre escolha do Prefeito Municipal.

Art. 5º A Ouvidoria Municipal enviará trimestral e anualmente, para Câmara de Vereadores, os relatórios de suas atividades e serviços realizados.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**LEI Nº 6.075/2017**

LEI Nº. 6.075/2017

**"INSTITUI A PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS POR TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

**LEI**

Art. 1º Fica instituída, no Município de Canoinhas, a pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados pelas unidades de saúde do Município de Canoinhas que devem observar ao disposto nesta Lei.

§ 1º Para fins desta Lei considera-se:

I – Unidade de saúde: compreendem as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Policlínicas, Farmácia Básica, Programa Acolhimento para Crianças e Adolescentes, Unidade de Pronto Atendimento 24 H e Laboratórios integrantes do Sistema Municipal de Saúde de Canoinhas;

II - Comissão Especial de Avaliação: grupo de trabalho, especificamente, formado por, no mínimo, 03 (três) membros do Conselho Municipal de Saúde de Canoinhas, sendo a maioria absoluta conselheiros não governamentais;

II – Pesquisa de satisfação: formulário impresso ou "on-line" preenchido exclusivamente pelos usuários para avaliarem o conjunto básico de serviços públicos prestados pelas unidades de saúde, que deverá estar disponível próximo a urna, em local visível e de fácil acesso, o qual será recolhido a cada quadrimestre pela Comissão Especial de Avaliação;

III – Urna: recipiente lacrado onde será depositado o formulário de pesquisa de satisfação preenchido pelos usuários, que deverá estar disponível



em local visível e de fácil acesso em todas as unidades de saúde, acessado, apenas, pela Comissão Especial de Avaliação, em até 05 (cinco) dias após o encerramento do quadrimestre;

IV – Relatório de avaliação: documento emitido pela Comissão Especial de Avaliação, em até 30 (trinta) dias após o encerramento do quadrimestre, elaborado com apoio e relatoria dos servidores públicos que atuam na secretaria do Conselho Municipal de Saúde, sendo submetido para aprovação do Conselho Municipal de Saúde de Canoinhas e na primeira reunião subsequente;

V - Gestores públicos: conjunto de agentes políticos e servidores públicos responsáveis pela prestação de serviços públicos de saúde no Município de Canoinhas.

§ 2º O formulário da pesquisa de satisfação que trata o inciso II será criado pelo Conselho Municipal de Saúde de Canoinhas, sendo que a versão "on-line" deverá ser disponibilizada no portal do Governo Municipal de Canoinhas, podendo ainda, conforme possibilidade orçamentária do executivo, ser utilizado um App com a mesma finalidade, cujos dados serão acessados exclusivamente pela Comissão Especial de Avaliação.

Art. 2º A pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços públicos de saúde prestados pelas unidades de saúde do Município de Canoinhas tem por objetivo:

I – apresentar um diagnóstico do grau de satisfação ou insatisfação dos usuários em geral e por unidade de saúde;

II – subsidiar os gestores públicos com informações sobre deficiências na prestação de serviços públicos de saúde, inclusive para tomada de decisão, implantação e implementação de medidas saneadoras;

III – fomentar uma cultura de eficiência e cordialidade na prestação de serviços públicos de saúde.

Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Saúde de Canoinhas, articulada com os diretores das Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Policlínicas, Farmácia Básica, Programa Acolhimento para Crianças e Adolescentes, Unidade de Pronto Atendimento 24 H e Laboratórios integrantes do Sistema Municipal de Saúde de Canoinhas, implementar as seguintes medidas:

I – instalar as urnas, disponibilizar os formulários da pesquisa de satisfação e publicar o material gráfico e eletrônico nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Policlínicas, Farmácia Básica, Programa Acolhimento para Crianças e Adolescentes, Unidade de Pronto Atendimento 24 H e Laboratórios integrantes do Sistema Municipal de Saúde de Canoinhas;

II – criar material gráfico e eletrônico para divulgar a pesquisa de satisfação e estimular a participação dos usuários, no qual deverá ser enfatizada a importância para melhoria da qualidade dos serviços públicos de saúde prestados à população;

III – disponibilizar equipe de apoio à Comissão Especial de Avaliação para coletar os formulários da pesquisa de satisfação e elaborar o relatório de avaliação;

IV – publicar no sítio da Secretaria Municipal de Saúde, em local de fácil acesso, cópia de todos os relatórios de avaliação;

V – disponibilizar cópia do último relatório de avaliação no balcão da unidade de

saúde, em local de fácil acesso, para consulta dos usuários.

Parágrafo único. O relatório de avaliação deverá ser publicado e disponibilizado no portal do Governo Municipal de Canoinhas, nos termos dos incisos III e IV, em até 10 (dez) dias após a aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Saúde de Canoinhas:

I – eleger, entre seus membros, a Comissão Especial de Avaliação, que obrigatoriamente deve fazer parte 01 (um) representante governamental e 01 (um) não governamental, além de 01(um) terceiro que poderá ser de qualquer entidade representativa que tenha interesse em assumir a responsabilidade em operacionalizar a pesquisa de satisfação prevista nesta lei;

II – aprovar o material gráfico e eletrônico que será utilizado para divulgar a pesquisa de satisfação e estimular a participação dos usuários, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, verificando, sobretudo, se está sendo enfatizada a importância da adesão para melhoria da qualidade dos serviços públicos de saúde prestados à população;

III – aprovar o relatório de avaliação;

IV – remeter cópia do relatório de avaliação:

a) ao Prefeito Municipal;

b) ao Secretário Municipal de Saúde, para que o disponibilize aos diretores das Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Policlínicas, Farmácia Básica, Programa Acolhimento para Crianças e Adolescentes, Unidade de Pronto Atendimento 24 H e Laboratórios integrantes do Sistema Municipal de Saúde de Canoinhas;

c) ao Presidente da Câmara Municipal de Canoinhas, para que disponibilize cópia aos Vereadores.

V – fiscalizar a implementação das medidas previstas no art. 3º desta Lei.

Art. 5º Compete à Comissão Especial de Avaliação, operacionalizar a pesquisa de satisfação, por meio das seguintes medidas:

I – coletar, a cada quadrimestre, os formulários da pesquisa de satisfação preenchidos pelos usuários;

II – atuar um processo específico, no sistema oficial de protocolo e processo do Governo Municipal, e anexar todos os formulários da pesquisa de satisfação, numerando sequencialmente todas as páginas;

III – realizar a tabulação dos dados, por meio de tabelas, gráficos e índices; a criação de ranking por unidade de saúde; a análise dos resultados e a conclusão, inclusive com proposição de ações para melhorar os serviços públicos de saúde gerais e por unidade de saúde;

IV – elaborar o relatório de avaliação quadrimestral.

Art. 6º A pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados pelas unidades de saúde, previstos nesta Lei, deverá contemplar, pelo menos, a avaliação da satisfação quanto aos seguintes quesitos:

I – adequação da estrutura física e equipamentos;

II – horário de funcionamento e atendimento;

III – atendimento da equipe de profissionais da recepção e enfermagem;

IV – atendimento dos médicos, dentistas e enfermeiros;  
V – marcação de consulta com clínico geral;  
VI – marcação de consulta com especialista;  
VII – agendamento de exames;  
VIII – disponibilidade de insumos para atenção à saúde;  
IX – fornecimento de medicamentos pela farmácia básica;  
X – visita domiciliar periódica do agente comunitário de saúde.

§ 1º A resposta aos quesitos da pesquisa de satisfação deverá permitir a seleção da seguinte escala de conceito:

I – Ótimo;  
II – Bom;  
III – Regular;  
IV – Ruim;  
V – Péssimo.

§ 2º O formulário de pesquisa de satisfação deverá conter:

I – a identificação das Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Policlínicas, Farmácia Básica, Programa Acolhimento para Crianças e Adolescentes, Unidade de Pronto Atendimento 24 H e Laboratórios integrantes do Sistema Municipal de Saúde de Canoinhas;

II – a identificação do usuário, apenas, pelo número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), reservado o direito a sigilo se assim desejar o usuário, sendo que a identificação possui o objetivo de evitar a fraude no processo;

III – a data;

IV – o espaço livre para registro de reclamações, críticas, sugestões ou elogios.

Art. 7º Em caso de descumprimento dos termos desta Lei, inclusive fraude no preenchimento de formulários de avaliação ou violação da urna, fica a cargo do Conselho Municipal de Saúde de Canoinhas comunicar o fato:

I - à Secretaria de Saúde do Município, para instauração de sindicância ou de processo disciplinar, com o objetivo de apurar responsabilidade e, se for o caso, aplicar as sanções previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canoinhas;

II - ao Prefeito(a) Municipal, em se tratando também de servidor ocupante de cargo de provimento em comissão, função de confiança ou função de chefia, recomendando a substituição do ocupante;  
Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## **PORTARIA Nº 762/2017**

PORTARIA Nº. 762/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

## **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio à servidora JANIRA ADRIANA PRUST, efetiva no cargo de Professor, 20 horas, lotada junto à EBM Maria Lovatel Pires, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, a desfrutar no período de 07/08/2017 a 05/09/2017, conforme Comunicação Interna nº 342/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de julho de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/07/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## **PORTARIA Nº 765/2017**

PORTARIA Nº. 765/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal 5.528, art. 5º, inc. II, de 25/03/2015, e Lei nº 4.851 de 14/11/2011, Lei Complementar nº 0038/2011 de 14/11/201 e Edital de Processo Seletivo nº 1/SME/2017, resolve:

**CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2017**

Art. 1º - Fica contratada PRISCILA DOS SANTOS PACHECO ODIVANE, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais e 25% de regência, para atuar no Centro de Educação Infantil Pedro Ivo Oleskovicz, no período de 01/08/2017 a 21/12/2017, conforme comunicação interna nº 216/SME/2017.

Art. 2º - Fica contratada LUCI CARLA MARKO, para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, no período de 01/08/2017 a 21/12/2017, anteriormente estava na referida vaga Elaine Regina Gonçalves de Oliveira, a qual pediu demissão, conforme comunicação interna nº 216/SME/2017.

Art. 3º - Fica contratada JUZIANE ABIGAIL ARAÚJO, para exercer o cargo de Servente Feminino, 40 horas semanais, para atuar na EBM José Grosskopf, no período de 01/08/2017 a 21/12/2017, conforme comunicação interna nº 216/SME/2017.

Art. 4º - Fica contratada SOELI TEREZINHA ROCHA DE ALMEIDA, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais e 15% de regência, para atuar no CEI Carlos Drummond de Andrade, no período de 01/08/2017 a 21/12/2017, conforme comunicação interna nº 216/SME/2017.

Art. 5º - Fica contratada THALIA MARCHINHAKI PEDRO MIRANDA, para exercer o cargo de Professor de Ciências, MAG I, 10 horas semanais, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco, no período de 01/08/2017 a 30/11/2017, na vaga vinculada da Professora Petronila Gurzinski Oliskowski, conforme comunicação interna nº 216/SME/2017.

Art. 6º - Fica contratada CRISTIANE DOMINGUÊS DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, para atuar no CEI Pedro Ivo Oleskovicz, no período de 01/08/2017 a 21/12/2017, conforme comunicação interna nº 216/



SME/2017.

Art. 7º - Fica contratado JORGE ANDRÉ ENGEL, para exercer o cargo de Professor de Ciências, MAG I, 20 horas semanais e 15% de regência, para atuar na EBM Achilles Pazda, no período de 01/08/2017 a 21/12/2017, na vaga vinculada da Professora Petronila Gurzinski Oliskowski, a qual está em processo de readaptação, conforme comunicação interna nº 216/SME/2017.

Art. 8º - Fica contratada RAFAELA KRICZINSKI, para exercer o cargo de Professor de Anos Finais, Disciplina de Ciências, MAG I, 10 horas semanais, 09 aulas ministradas, 01 aula excedente e 15% de regência, para atuar na EBM Severo de Andrade, no período de 01/08/2017 a 21/12/2017, na vaga vinculada da Professora Petronila Gurzinski Oliskowski, a qual está em processo de readaptação, conforme comunicação interna nº 216/SME/2017.

Art. 9º - Fica contratado THOMAS FELIPE BIANEK BARBOSA, para exercer o cargo de Professor de Anos Finais Ensino Religioso, MAG I, 20 horas semanais, 20 aulas ministradas, 04 aulas excedentes e 15% de regência, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 01/08/2017 a 11/09/2017, na vaga vinculada da Professora de Anos Finais, Disciplina de Ensino Religioso Jussara Ribas Pinto, a qual está em Licença Tratamento de Saúde, conforme comunicação interna nº 216/SME/2017.

Art. 10 - Fica contratado EMANUEL GRITEN, para exercer o cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 30 horas semanais e 15% de regência, para atuar no GEM Xeila Elisabete Cornelsen, no período de 01/08/2017 a 30/08/2017, na vaga vinculada da Professora Anna Regina Noga Graf, a qual está em licença prêmio, conforme comunicação interna nº 216/SME/2017.

Art. 11 - Fica contratado JEAN PIERRE PEIXE FILHO, para exercer o cargo de Professor de Matemática, MAG I, 20 horas semanais e 15% de regência, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco, no período de 01/08/2017 a 21/12/2017, na vaga vinculada da Professora Tânia Maria Maiéski Dominico, a qual está em licença prêmio, contrato que poderá ser encerrado a qualquer momento no retorno do titular, conforme comunicação interna nº 216/SME/2017.

Art. 12 - Fica contratada ALINE MOREIRA, para exercer o cargo de Servente Feminino, 40 horas semanais, para atuar nos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino no período de 01/08/2017 a 30/09/2017, na vaga vinculada, das serventes femininas Vera Lucia Soares Fragoso e Luciane Wilker, as quais estarão em férias, conforme comunicação interna nº 216/SME/2017.

Art. 13 - Fica contratada MAIARA DAIANE ROSA, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais e 25% de regência, para atuar no CEI Pedro Ivo Oleskovicz, no período de 01/08/2017 a 21/12/2017, conforme comunicação interna nº 216/SME/2017.

Art. 14 - Fica contratada LISIANE GOMES DOS SANTOS PILATY HEIMBECKER, para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, para atuar no CEI Vinícius de Moraes, no período de 01/08/2017 a 14/09/2017, na vaga vinculada da Monitora de Educação Infantil Carina Pietruka Gutierrez, a qual está em licença tratamento de saúde, anteriormente na referida vaga Paloma Sampaio Cruz, a qual foi remanejada para o CEI Prefeito Antonio Souza Costa, conforme comunicação interna nº 216/SME/2017.

Art. 15 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16 - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## PORTARIA Nº 772/2017

PORTARIA Nº. 772/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, e art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais e 30% de regência, matutino e vespertino, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, designada para o ano letivo de 2017 para a EBM Evaldo Dranka, a profissional MARLENE KOSTULSKI NIEZELSKI, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 01/2012, conforme Decisão Judicial como consta nos Autos nº 0301572-68.2016.8.24.0015, iniciando as suas atividades a partir de 01/08/2017, conforme comunicação interna nº 215/SME/2017.

Art. 2º - A efetiva posse da aprovada será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

Canoinhas/SC, 01 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## PORTARIA Nº 773/2017

PORTARIA Nº. 773/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

### CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora DENISE DE FÁTIMA DOS SANTOS, que exerce o cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 02/08/2017 a 31/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 346/DP/2017.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora SANDRA MATHIAS, efetiva no cargo de Cuidador, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 06/08/2017 a 04/09/2017, conforme Comunicação Interna nº 346/DP/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

#### **PORTARIA Nº 774/2017**

PORTARIA Nº. 774/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

##### **RETIFICAR**

Art. 1º - Fica retificado o artigo 46 da Portaria nº. 192/2017, passando a vigorar da seguinte forma:

Art. 46 - Fica contratada a profissional MAIARA CARVALHO DO PRADO VOIGT, na função de Professor de Atendimento Educacional Especializado, MAG I, 20 horas semanais e 30% de regência para atuar na EBM Evaldo Dranka, no período de 02/03/2017 a 21/12/2017, considerando em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

#### **PORTARIA Nº 784/2017**

PORTARIA Nº. 784/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, da Lei Orgânica do Município, resolve:  
**DEMITIR**

Art. 1º - Fica demitido OSNI GILBERTO SINTEK, efetivo no cargo de Motorista Socorrista – SAMU - CLT, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/08/2017, conforme Processo de Sindicância deflagrado pela Portaria nº 219/2017, e Comunicação Interna nº 353/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

#### **PORTARIA Nº 785/2017**

PORTARIA Nº. 785/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

##### **DESIGNAR TEMPORARIAMENTE**

Art. 1º - Fica concedida a designação temporária da servidora PÂMELA KÉROLINE MATHIAS, ocupante do cargo de Professor de Atendimento Educacional Especializado - AEE, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, foi designada no ano letivo de 2017, 40 horas, sendo 20 horas na EBM Achilles Pazda e 20 horas no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, a partir de 07/08/2017, permanecendo 40 horas no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima e EBM Achilles Pazda, conforme Comunicação Interna Nº. 225/SME-H/2017.

Art. 2º - Fica concedida a designação temporária da VIVIAN LACHMAN, ocupante do cargo de Professor de Atendimento Educacional Especializado - AEE, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, foi designada no ano letivo de 2017, 40 horas para o GEM Reinaldo Krüger, a partir de 07/08/2017, permanecendo 30 horas no CEI Mário Edson de Aguiar, conforme Comunicação Interna nº 225/SME-H/2017.

Art. 3º - Fica concedida a designação temporária do servidor ELCIO MARIO NINGELESKI JUNIOR, ocupante no cargo de Instrutor de Informática, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Educação, foi designado no ano letivo de 2017 40 horas, sendo 20 horas para a EBM Evaldo Dranka e 20 horas para a EBM Benedito Therézio de Carvalho, a partir de 08/07/2017, permanecendo 40 horas na EBM Evaldo Dranka e EBM Benedito Therézio de Carvalho, conforme Comunicação Interna nº 225/SME-H/2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

OSMAR OLESKOVICZ

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

#### **PORTARIA Nº 788/2017**

PORTARIA Nº. 788/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal 5.528, art. 5º, inciso II, de 25/03/2015, e Lei nº 4.851 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo nº 1/SME/2017 e Lei Complementar nº 0038/2011 de 14/11/2011, resolve:

##### **CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2017**

Art. 1º - Fica contratada BRUNA CORRÊA DE SOUZA E SILVA, para exercer o cargo de Professor de Projetos Pedagógicos, MAG I, 20 horas semanais e sem regência, para atuar na EBM Evaldo Dranka, no período de 07/08/2017 a 30/11/2017, anteriormente estava na

referida vaga Amarilda de Jesus Lopes Blank a qual pediu demissão, conforme comunicação interna nº 224/SME/2017.

Art. 2º - Fica contratada GIOVANA OLIVEIRA DA SILVA BECKER, para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, para atuar no CEI Deckla Prust e EBM Alberto Wardenski, no período de 07/08/2017 a 21/12/2017, conforme comunicação interna nº 224/SME/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 790/2017**

PORTARIA Nº. 790/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora CLEONICE PEREIRA, que exerce o cargo de Monitor, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 08/08/2017 a 27/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 352/DP/2017.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor DORIVAL DIAS PAULO, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 07/08/2017 a 05/09/2017, conforme Comunicação Interna nº 352/DP/2017.

Art. 3º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora VANESSA LANGER, que exerce o cargo de Contador Geral, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 07/08/2017 a 26/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 352/DP/2017.

Art. 4º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor WILSON MURARA JUNIOR, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 09/08/2017 a 18/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 352/DP/2017.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 794/2017**

PORTARIA Nº. 794/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

#### **CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO**

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora CARLA ADRIANA GAN STAFIN, efetiva no cargo de Professor - 2, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 02/08/2017 a 28/01/2017, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 797/2017**

PORTARIA Nº. 797/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### **EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, JULIA TEREZA DALLOLMO, contratada no cargo de Monitora de Educação Infantil, 30 horas, junto ao CEI Emília Ferreiro, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 357/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 798/2017**

PORTARIA Nº. 798/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e o art. 78, da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

**CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL**

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de agosto de 2017, à servidora ELY CLELIA FERREIRA ZIMMERMANN, que exerce o cargo de provimento em comissão de Diretor de Turismo, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, conforme Comunicação Interna nº 357/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 799/2017**

PORTARIA Nº. 799/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal 5.528 de 25/03/2015, e Lei nº 4.851 de 14/11/2011, Lei Complementar nº 0038 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo nº 1/SME/2017, resolve:

**CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2017**

Art. 1º - Fica contratada ANDRESSA CAROLINE PORTES, para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar no CEI Rodolfo Linzmeier, no período de 08/08/2017 a 21/12/2017, conforme comunicação interna nº 227/SME/2017.

Art. 2º - Fica contratada ADRIANA SCHUHMACKER, para exercer o cargo de Professora de Anos Finais, Disciplina de Arte, MAG II, 30 horas semanais e 15% de regência, para atuar no CEI Nathan Zugmam e GEM Reinaldo Krüger, no período de 08/08/2017 a 21/12/2017, na vaga vinculada da professora de Arte, Jaqueline Bonetes Carvalho do Prado, a qual está em licença maternidade, anteriormente estava na referida vaga, Doriane Aparecida Batista Fiolek, a qual pediu demissão, conforme comunicação interna nº 227/SME/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 800/2017**

PORTARIA Nº. 800/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**ALTERAR**

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho da servidora ANDRESSA CAROLINE PORTES, contratada no cargo de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, junto ao GEM Menino Jesus, a qual passará a atuar junto ao CEI Rodolfo Linzmeier, a partir de 08/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 228/SME/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 802/2017**

PORTARIA Nº. 802/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**ALTERAR**

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho da servidora ANA MARIA ROHRBACHER SAKR, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a qual ficará à disposição do Setor de Controle Interno, junto ao Gabinete do Prefeito, a partir de 08/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 138/CI/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 803/2017**

PORTARIA Nº. 803/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000, resolve:

**DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS**

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais do profissional ANDRÉ RICARDO LESNIOSKI, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto à Secretaria Municipal de Obras, a partir de 14/08/2017, conforme comunicação interna nº 358/DP/2017.

Art. 2º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional AUREA PORTA, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/08/2017,



conforme comunicação interna nº 358/DP/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 804/2017**

PORTARIA Nº. 804/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, artigo 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora BRONISIA GURZYSKI ZACALUZNE, efetiva no cargo de Professor - 3, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/08/2017 a 03/01/2018, conforme Comunicação Interna nº 348/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 02/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 805/2017**

PORTARIA Nº. 805/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal 5.528, art. 5º, inc. II, de 25/03/2015, e Lei nº 4.851 de 14/11/2011, Lei Complementar nº 0038/2011 de 14/11/201 e Edital de Processo Seletivo nº 1/SME/2017, resolve:

#### **CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2017**

Art. 1º - Fica contratada TAMARA D'OLIVEIRA DA SILVA, para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, no período de 09/08/2017 a 21/12/2017, conforme comunicação interna nº 229/SME/2017.

Art. 2º - Fica contratada ROSÂNGELA LOPES SOARES, para exercer

o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, para atuar no CEI Fernando Pessoa extensão na Encruzilhada, no período de 14/08/2017 a 21/12/2017, conforme comunicação interna nº 229/SME/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 806/2017**

PORTARIA Nº. 806/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 5.556 de 12/02/2015 e suas alterações, resolve:

#### **ALTERAR COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Art. 1º - Fica alterada a Comissão de Licitação em suas diversas modalidades, visando aquisições e contratações provenientes da Prefeitura do Município de Canoinhas, Fundações e Fundos Municipais, conforme abaixo relacionados:

I - Presidente:

Adilson Fernando Ribeiro.

II - Secretária:

Karina de Cassia Kohler Wendt.

III - Membro Titular:

Diogo Carlos Seidel;

Roberta Josiane Schafaschek.

IV - Membros Suplentes:

Luís Gustavo Vieira de Britto;

Janice de Fátima Stempinhak;

Daniela Cristina da Silva;

José Carlos Herbst.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 689/2017.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 807/2017**

PORTARIA Nº. 807/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO DA SME 2018/2019

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Acompanhamento do Processo Seletivo da SME 2018/2019, com a seguinte composição:

- Rosemari Schiessl dos Passos - Presidente
- Mauro Edson Jungles – Vice-presidente
- Elfi Irene Noernberg Pangratz
- Eliane Cristina Krull
- Elisabeth Schupel Ferreira dos Santos
- Flávia Lúcia Haensch
- Isabele Luana Neizer dos Santos
- Karina Vieira Carvalho
- Telma Aparecida Peixer

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 808/2017**

PORTARIA Nº. 808/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO CONCURSO PÚBLICO DA SME

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Acompanhamento do Concurso Público da SME, com a seguinte composição:

- Rosemari Schiessl dos Passos - Presidente
- Mauro Edson Jungles – Vice-presidente
- Elfi Irene Noernberg Pangratz
- Eliane Cristina Krull
- Elisabeth Schupel Ferreira dos Santos
- Flávia Lúcia Haensch
- Isabele Luana Neizer dos Santos
- Karina Vieira Carvalho
- Telma Aparecida Peixer

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento em 10/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 809/2017**

PORTARIA Nº. 809/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve:

AUTORIZAR

Art. 1º - Fica autorizado NIVALDO ANTONIO LACHMAN JUNIOR, que exerce o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Educação, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas, conforme Comunicação Interna nº 254/ST/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 810/2017**

PORTARIA Nº. 810/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, artigo 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora KARINA DE FÁTIMA CRESTANI PIERMANN, efetiva no cargo de Psicólogo, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 07/08/2017 a 07/09/2017, conforme Comunicação Interna nº 360/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino



**PORTARIA Nº 811/2017**

PORTARIA Nº. 811/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**RETIFICAR**

Art. 1º - Fica retificado o artigo 1º da Portaria nº. 737/2017, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Fica concedida, à servidora MARIA CONCEIÇÃO PEREIRA, efetiva no cargo de Assistente Técnico Pedagógico, nomeada pela Portaria nº. 437/1998, GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ESPECIALIZADA DE MAGISTÉRIO, conforme disposto nos Artigo 52 e Artigo 53 da Lei Complementar nº. 38/2011, no percentual de 15%, a partir de julho de 2017, conforme Sentença Judicial dos autos nº 0300070-65.2014.8.0015.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 812/2017**

PORTARIA Nº. 812/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal 5.528 de 25/03/2015, e Lei nº 4.851 de 14/11/2011, Lei Complementar nº 0038 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo nº 1/SME/2017, resolve:

**CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2017**

Art. 1º - Fica contratada DANIELA FRIEDRICH, para exercer o cargo de Professor de Arte, MAG II, 20 horas semanais, 18 aulas ministradas, para atuar na EBM José Grosskopf, no período de 10/08/2017 a 21/12/2017. Anteriormente estava na referida vaga Talita Thaise Artner, a qual foi designada para o CEI Decka Prust e CEI Machado de Assis, conforme comunicação interna nº 235/SME/2017.

Art. 2º - Fica contratada ELENICE APARECIDA KARVAT, para exercer o cargo de Administrador Escolar, MAG II, 40 horas semanais e 15% de regência, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco, no período de 10/08/2017 a 21/12/2017, na vaga vinculada da Administradora Escolar Raquel Aparecida Dambroski, a qual está em processo de readaptação, conforme comunicação interna nº 235/SME/2017.

Art. 3º - Fica contratada DANIELI BILITZKI, para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar na EBM Achilles Pazda, no período de 14/08/2017 a 21/12/2017, conforme comunicação interna nº 235/SME/2017.

Art. 4º - Fica contratada IONE THEREZA VICENTE DE SOUZA, para exercer o cargo de Professor de Anos Finais de Ciências, MAG I, 30 horas semanais, 28 aulas ministradas, 04 aulas excedentes e 15% de regência na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho e EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, no período de 10/08/2017 a

16/09/2017, na vaga vinculada da professora de anos finais, na disciplina de ciências, Silvana Mara Knorek Spitzner, a qual está em Licença Tratamento e Saúde, conforme comunicação interna nº 235/SME/2017.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 813/2017**

PORTARIA Nº. 813/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**RETIFICAR**

Art. 1º - Fica retificado o artigo 1º da Portaria nº. 801/2017, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Fica o servidor ROBERTO CARLOS FERREIRA DE MORAES, nos termos do artigo 167 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas, da Lei nº 2.305/90, por medida cautelar, afastado do exercício do cargo, pelo prazo inicial de 30 (trinta) dias, a partir de 09/08/2017, sem prejuízo da remuneração, conforme Comunicado da Comissão Sindicante instaurada pela Portaria nº 724/2017.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 814/2017**

PORTARIA Nº. 814/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Licença Prêmio ao servidor ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA, efetivo no cargo de Odontólogo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1997/2002, a desfrutar no período de 11/08/2017

25/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 362/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 815/2017**

PORTARIA Nº. 815/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal 4.851 de 14/11/2011, resolve:

#### **DESIGNAR TEMPORARIAMENTE**

Art. 1º - Fica designada temporariamente a servidora ALESSANDRA PADILHA, efetiva no cargo de Servente Feminino, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar no ano letivo de 2017, junto ao CEI Nathan Zugmman, a partir de 11/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 230/SME-RH/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 816/2017**

PORTARIA Nº. 816/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal 5.528 de 25/03/2015, e Lei nº 4.851 de 14/11/2011, Lei Complementar nº 0038 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo nº 1/SME/2017, resolve:

#### **CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2017**

Art. 1º - Fica contratada CLEUSA MARIA FERREIRA DIAS, para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 20 horas semanais, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 14/08/2017 a 21/12/2017, conforme comunicação interna nº 236/SME/2017.

Art. 2º - Fica contratada ANNA ALICE MORANTT, para exercer o

cargo de Professor de Anos Finais de Arte, Disciplina de Arte, MAG II, 10 horas semanais e sem regência, para atuar no CEI Prefeito Antonio Souza Costa, no período de 18/08/2017 a 21/12/2017, conforme comunicação interna nº 236/SME/2017.

Art. 3º - Fica contratada LUANY VEIGA, para exercer o cargo de Professor de Anos Finais de Língua Portuguesa, MAG I, 20 horas semanais e sem regência, para atuar no EBM Maria Lovatel Pires, no período de 14/08/2017 a 16/09/2017, na vaga vinculada da Professora Janira Adriana Prust, a qual está em Licença Prêmio, conforme comunicação interna nº 236/SME/2017.

Art. 4º - Fica contratada JULIANA APARECIDA SOARES, para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, para atuar no CEI Vinicius de Moraes, no período de 14/08/2017 a 21/12/2017, conforme comunicação interna nº 236/SME/2017.

Art. 5º - Fica contratada EMELIN TAIANE GOESTEMEIER, para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, para atuar no CEI Cecília Meireles, no período de 11/08/2017 a 21/12/2017, conforme comunicação interna nº 236/SME/2017.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 817/2017**

PORTARIA Nº. 817/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### **AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO**

Art. 1º - Fica autorizada a averbação nos assentamentos funcionais do servidor BENEDITO THEREZIO DE CARVALHO, detentor da matrícula nº 47 e do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo Estado de Santa Catarina, sob nº 649/1999, a qual se extraiu o período de 11 (onze) anos, 01 (um) mês e 07 (sete) dias, no período de 30/06/1975 a 31/07/1977 e 02/08/1977 à 02/08/1988 para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 818/2017**

PORTARIA Nº. 818/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO**

Art. 1º - Fica autorizada a averbação nos assentamentos funcionais da servidora RITA DE CASSIA REICHARDT FRANCO ENGEL, detentora da matrícula nº 472 e do cargo de provimento efetivo de Professor de Anos Finais, junto à Secretaria Municipal de Educação, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20024010.1.00053/16-1, da qual se extraiu o período de 17 (dezessete) anos, 07 (sete) meses e 13 (treze) dias, no período de 01/06/1982 à 19/02/1983, 23/10/1990 a 31/12/1990, 04/02/1991 a 12/07/1991, 01/03/2000 a 01/02/2002, 14/02/2000 a 14/12/2000 e 01/04/2000 a 31/07/2016, e Conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo Município, sob nº145/2017, a qual se extraiu o período de 16 (dezesseis) anos, 00 (zero) meses e 05 (cinco) dias, no período de 01/03/1983 a 28/02/1984, 29/02/1984 a 28/02/1985, 01/03/1985 a 28/02/1986, 01/03/1986 a 28/02/1987, 01/03/1987 a 28/02/1988, 01/03/1988 a 13/10/1988, 14/10/1988 a 31/03/2000, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

OSMAR OLESKOVICZ

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 819/2017**

PORTARIA Nº. 819/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 14 do Decreto nº 118/2017, resolve:

**CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO**

Art. 1º - Fica concedida à servidora DIRAZELI DO PRADO, efetiva no cargo de Assistente Social, junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão da conclusão do curso de especialização em "Gestão Pública com ênfase em Controle Interno", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), conforme sentença que transitou em julgado no dia 11/07/2017, nos autos de nº 0303442-51.2016.8.24.0015, no Juizado Especial Cível, Comarca de Canoinhas/SC e Comunicação Interna nº 282/DJ/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 820/2017**

PORTARIA Nº. 820/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA**

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora pública municipal IEDA MARIA ZATTAR, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 15/08/2017 à 09/02/2018, conforme Comunicação Interna nº 363/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de agosto de 2017

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 821/2017**

PORTARIA Nº. 821/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**RETIFICAR**

Art. 1º - Fica retificado o artigo 1º da Portaria nº. 729/2017, passando a vigorar da seguinte forma:

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor DORVAL PADILHA JUNIOR, efetivo no cargo de Assistente Técnico em Topografia, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 26/07/2017 a 04/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 330/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 824/2017**

PORTARIA Nº. 824/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA**

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença do servidor público municipal SILVIO JOSÉ TECHAIKA, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 07/08/2017 à 07/10/2017, conforme Comunicação Interna nº 364/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de agosto de 2017

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 825/2017**

PORTARIA Nº. 825/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a servidora ROSIMARI DE FÁTIMA CUBAS BLAKA, efetiva no cargo de Administrador Escolar, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, a desfrutar no período de 04/09/2017 a 03/10/2017, conforme Comunicação Interna nº 366/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 826/2017**

PORTARIA Nº. 826/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o artigo 103 da Lei nº. 2.305/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES**

Art. 1º - Fica concedido Licença Sem Vencimento para Tratar de Interesses Particulares à servidora MARILENE APARECIDA DE SOUZA, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 15/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 366/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 827/2017**

PORTARIA Nº. 827/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO**

Art. 1º - Fica autorizada a averbação nos assentamentos funcionais da servidora MAGALI TREIN SOARES, detentora da matrícula nº 2914 e do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Física, junto à Secretaria Municipal de Educação, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20024010.1.00003/17-2, da qual se extraiu o período de 19 (dezenove) anos, 02 (dois) meses e 07 (sete) dias, no período de 01/04/2000 a 30/11/2000, 12/02/2001 a 14/12/2001, 14/02/2002 a 12/12/2002, 03/02/2003 a 31/07/2016, 17/02/1992 a 31/12/1992, 04/08/1994 a 01/12/1994, 13/02/1995 a 30/12/1995, 27/03/1996 a 25/04/1996, 26/04/1996 a 25/05/1996, 03/02/1997 a 30/12/1997, 01/10/1991 a 10/12/199, Conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo Município, sob nº174/2017, a qual se extraiu o período de 01 (um) mês e 17 (dezesete) dias, no período de 14/02/2000 a 31/03/2000, e Conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo Estado - IPREV, sob nº1037/2017, a qual se extraiu o período de 06 (seis) anos, 00 (zero) mês e 02 (dois) dias, no período de 03/06/1985 a 02/07/1985, 02/09/1985 a 31/12/1987, 18/02/1988 a 30/09/1991, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito



OSMAR OLESKOVICZ

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 830/2017**

PORTARIA Nº. 830/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o artigo 2º da Portaria nº. 744/2017, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 2º - Fica alterado o local de trabalho da servidora ZENILDA LEMOS DE SOUZA, efetiva no cargo de Assistente Social, junto a Ação Social, a qual passará a atuar junto ao CRAS I, a partir de 25/07/2017, conforme Comunicação Interna nº 240/SEMAS/2017."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 831/2017**

PORTARIA Nº. 831/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho da servidora KELI FABIANE GONÇALVES SANTOS, efetiva no cargo de Instrutor de Informática, 40 horas semanais, junto a GEM Menino Jesus, a qual passará a atuar temporariamente no ano letivo de 2017, 40 horas, sendo 20 horas junto a EBM Maria Lovatel Pires e 20 horas no GEM Menino Jesus, a partir de 15/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 237/SME/2017.

Art. 2º - Fica alterado o local de trabalho da servidora MAIARA OLIVEIRA DOS SANTOS, efetiva no cargo de Instrutor de Informática, 40 horas semanais, junto a EBM Guilhermina Maria da Veiga Ferreira, a qual passará a atuar temporariamente no ano letivo de 2017, 40 horas, sendo 20 horas junto a EBM Maria Lovatel Pires e 20 horas no GEM Menino Jesus, a partir de 15/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 237/SME/2017.

Art. 3º - Fica alterado o local de trabalho da servidora REGIANE PANFIL, efetiva no cargo de Instrutor de Informática, 40 horas semanais, junto a EBM Maria Lovatel Pires, a qual passará a atuar temporariamente no ano letivo de 2017, 40 horas junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/08/2017, conforme

Comunicação Interna nº 237/SME/2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 832/2017**

PORTARIA Nº. 832/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve:

AUTORIZAR

Art. 1º - Fica autorizada ANA PAULA RODRIGUES, que exerce o cargo de provimento em comissão de Coordenador do Projeto Social Lar dos Idosos "Stellita Pacheco Costa", junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas, conforme Comunicação Interna nº 260/2017 do Setor de Supervisão e Controle de Frota.

Art. 2º - Fica autorizada BIANCA WZOREK, efetiva no cargo de Psicólogo, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas, conforme Comunicação Interna nº 261/2017 do Setor de Supervisão e Controle de Frota.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 833/2017**

PORTARIA Nº. 833/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, artigo 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora ODILZA BEATRIZ DA SILVA CORREA efetiva no cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/08/2017 a 13/09/2017, conforme Comunicação Interna nº 367/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PUBLICAÇÃO DA 1ª ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº FME 03/2017 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FME 06/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FME 03/2017

ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

A Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº. 03.914.543/0001-02, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 05/09/2017, ficando estipulado os seguintes horários: às 10h25min (entrega) e 10h30min. (abertura). Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Daniel Laurentino Pinto

Presidente

### **PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 13/2017**

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 126/2017, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 13/2017, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR LEVANTAMENTO DO FLUXO VIÁRIO DA REGIÃO CENTRAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM EMISSÃO DE DIAGNÓSTICO DE SENTIDO DE FLUXO DE VEÍCULOS, AVALIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de agosto do ano de 2017, às 14h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sra. Karina de Cassia Kohler Wendt e Srta. Roberta Josiane Schafaschek, nomeados pela Portaria nº 689/2017, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação da empresa INSIGHT ENGENHARIA E CONSULTORIA - ME, inscrita no CNPJ nº 20.365.339/0001-07, sem representante presente. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Dando continuidade aos trabalhos foram abertos os envelopes contendo a documentação da empresa participante a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação. O CNPJ da empresa participante foi consultado no Portal da Transparência, onde foi constatado que a empresa participante não consta como inidônea no referido Portal. A

empresa INSIGHT ENGENHARIA E CONSULTORIA - ME apresenta requerimento de tratamento diferenciado para participar na Condição especial de ME/EPP, e desta forma, participa nesta condição. Em razão de a documentação apresentada atender a exigência do Edital, a Comissão de Licitação declarou a empresa INSIGHT ENGENHARIA E CONSULTORIA - ME habilitada no certame. A Comissão de Licitação decidiu proceder à abertura da proposta da empresa habilitada no certame, qual seja, a empresa INSIGHT ENGENHARIA E CONSULTORIA - ME. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade da proposta, a qual estava devidamente lacrada. Aberto o envelope de proposta da empresa HABILITADA, o valor para execução da totalidade dos serviços previstos no edital ficou, em 1º lugar a empresa INSIGHT ENGENHARIA E CONSULTORIA - ME, com o valor GLOBAL de R\$ 14.950,00. A comissão DECLAROU vencedora a empresa INSIGHT ENGENHARIA E CONSULTORIA - ME do certame, com o valor GLOBAL de R\$ 14.950,00. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação.

Adilson Fernando Ribeiro

Presidente

Karina de C. Kohler Wendt

Secretária

Roberta Josiane Schafaschek

Membro

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 87/2017 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/17

HOMOLOGAÇÃO: 22/08/17

CONTRATADO: D.S.J. SERVIÇOS MEDICOS LTDA ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES ADMISIONAIS, EXAMES MÉDICO PERICIAIS E EXAMES MÉDICOS PARA AVALIAÇÃO DE INCAPACIDADE, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 252.800,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e oitocentos reais)

DATA: 22/08/17 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº PMC 04/2017**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório n.º PMC 134/2017

Inexigibilidade de Licitação n.º PMC 04/2017

O Município de Canoinhas, CNPJ nº 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação, Artigo 25, CAPUT, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Contratada: RADIO PANTERA LTDA (CNPJ: 79.888.673/0001-80).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO EM AMPLITUDE MODULADA (AM) E FREQUÊNCIA MODULADA (FM), COMERCIAIS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS A DIVULGAÇÃO DE ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL,



ATRAVÉS DA CHAMADA PÚBLICA N.º PMC 03/2017.  
Valor: R\$ 13.143,75 (treze mil cento e quarenta e três reais e setenta e cinco).  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FMAS 04/2017 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMAS 10/2017  
EDITAL DE P REGÃO Nº. FMAS 04/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº. 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 06/09/2017, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE 800 KITS DE HIGIENE BUCAL, ADULTO, CONTENDO 01 TUBO DE CREME DENTAL, 01 ESCOVA DENTAL, 01 ESTOJO DE FIO DENTAL E 01 NECESSAIRE, DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO PROGRAMA ACESSUAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 06/09/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 96/2017 (ELETRÔNICO)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 140/2017  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 96/2017 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 06/09/2017, às 10h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 06/09/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)  
Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 97/2017 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 141/2017  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 97/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13/09/2017, às 09h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECANICOS NO MICRO ONIBUS VOLARE PLACA AVU-0914, ANO 2012, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 13/09/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **RESOLUÇÃO 10/2017** RESOLUÇÃO 10/2017

Retifica a Resolução nº09/2017 que dispõe sobre a abertura de Edital para realização de Fórum de Eleição de Entidade para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e institui a Comissão responsável pela organização do Fórum de Entidades no Município de Canoinhas- Santa Catarina.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, através de sua presidente, Sra. Maria Luiza Milani, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 3.804/2005, informa sobre a realização de Fórum de Eleição de Entidades:

CONSIDERANDO o encerramento das atividades de uma das entidades que compõem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a inexistência de entidade legitimada para substituição;

CONSIDERANDO a deliberação dos conselheiros durante a reunião ordinária realizada em 20 de julho de 2017;

#### **RESOLVE**

Art.1º - Abrir Edital para realização de Fórum de Eleição de Entidade para substituição de uma entidade que compõe o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art.2º - Instituir a Comissão responsável pela organização do Fórum de Eleição para escolha de Entidade para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Governamental	Juceres Maria Wiese Roeder
Organização da Sociedade Civil	Fabíola Bubiniak
Organização da Sociedade Civil	Maria Luiza Milani
Técnica da Assistência Social	Viviana Wachtel Seleme Uba

Art.3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 15 de Agosto de 2017.

Maria Luiza Milani

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### **RESOLUÇÃO 11/2017** RESOLUÇÃO 11/2017

Dispõe sobre a criação da Comissão de Estudo sobre as Legislações de utilização do Fundo da Infância e Adolescência, Prioridades do Município de Canoinhas e Elaboração de Editais para Financiamento de Projetos.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, através de sua presidente, Sra. Maria Luiza Milani, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 3.804/2005, e:

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em 08 de junho de 2017;

#### **RESOLVE**

Art.1º - Criar Comissão de Estudo sobre as Legislações de utilização do Fundo da Infância e Adolescência, Prioridades do Município

de Canoinhas e Elaboração de Editais para Projetos.

Representação	Conselheiro
Governamental	Ana Paula Cubas Batista
Governamental	Juceres Maria Wiese Roeder
Governamental	Karina Vieira Carvalho
Governamental	Vilson do Nascimento
Organização da Sociedade Civil	Fabíola Bubniaki
Organização da Sociedade Civil	Maria Luiza Milani
Técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social	Viviana Wachtel Seleme Uba

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 15 de Agosto de 2017.

Maria Luiza Milani

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### **RESOLUÇÃO/FROHAB- 002/2017**

RESOLUÇÃO/FROHAB- 002/2017

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL FROHAB, por meio de seus representantes, torna público:

CONSIDERANDO as Leis 4.227/2007 e 5.238/2013 que autoriza o executivo municipal alienar terrenos por financiamento;

CONSIDERANDO as deliberações da primeira reunião ordinária do Conselho Gestor do Fundo Rotativo Habitacional em 01 de agosto de 2017.

CONSIDERANDO a avaliação técnica e acompanhamento do Assistente Social da Secretaria de Habitação referente às famílias que irão firmar Contrato de Obrigação;

#### **RESOLVE:**

Art.1º - Liberar formalização de Contrato de Obrigação com o Sr. Arlei Padilha de Lima, referente Lote nº 02, situado à Rua Miguel Schiessl Sobrinho, nº 1060, localizado no Loteamento Nova Esperança.

Art. 2º - Liberar formalização de Contrato de Obrigação com a Sra. Pâmela Rocha Marcelo, referente Lote 14, Quadra nº 1347, Loteamento Campo D' Água Verde.

Art. 3º Os lotes referente aos Contratos de Obrigação referidos nos artigos 1º e 2º terão vigência de 120 meses.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 21 de agosto de 2017.

DANIELLE LUDKA

Presidente Conselho Gestor do FROHAB

## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 87/2017 (PRESENCIAL)

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 122/2017		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 252.800,00				
Licitação.....: 87/2017 - PR		3 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS						
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES ADMISSORAIS, EXAMES MÉDICO PERICIAIS E EXAMES MÉDICOS PARA AVALIAÇÃO DE INCAPACIDADE, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 411049259 - EXAME ADMISSORIAL - Unidade: UN								
17545	D.S.J. SERVIÇOS MEDICOS LTDA ME		500,000	0,0000	65,0000	32.500,00	Venceu	1 *****
17546	VALCIDES VIEIRA DOS SANTOS		500,000	0,0000	62,0000	31.000,00	Inabilitado	0
Item.....: 2 - 411049260 - EXAME MÉDICO-PERICIAL - Unidade: UN								
17545	D.S.J. SERVIÇOS MEDICOS LTDA ME		500,000	0,0000	259,0000	129.500,00	Venceu	1 *****
17546	VALCIDES VIEIRA DOS SANTOS		500,000	0,0000	244,0000	122.000,00	Inabilitado	0
Item.....: 3 - 411049261 - EXAME MÉDICO PARA AVALIAÇÃO DE INCAPACIDADE - JUNTA MÉDICA - Unidade: UN								
17545	D.S.J. SERVIÇOS MEDICOS LTDA ME		200,000	0,0000	454,0000	90.800,00	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	122/2017	Processo Administrativo:	3 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS					252.800,00
Licitação.....:	87/2017 - PR							
Modalidade....:	PREGÃO PRESENCIAL							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS, EXAMES MÉDICO PERICIAIS E EXAMES MÉDICOS PARA AVALIAÇÃO DE INCAPACIDADE, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 3	- 411049261 - EXAME MÉDICO PARA AVALIAÇÃO DE INCAPACIDADE - JUNTA MÉDICA - Unidade: UN							
17546	VALCIDES VIEIRA DOS SANTOS		200,000	0,0000	435,0000	87.000,00	Inabilitado	0

	Canoinhas, Em .....	
	MARCIANO FERNANDES CORREA - .....	Pregoeiro(a)
	ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - .....	SUPLENTE PREGOEIRO
	ADILSON FERNANDO RIBEIRO - .....	EQUIPE DE APOIO
	KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT - .....	SUPLENTE EQUIPE DE APOIO
	MARINA HAAG - .....	25.933/SC
	VANESSA LANGER - .....	CRO/SC 028524/O-0

# Capinzal

## PREFEITURA

### FMAS CONTRATO 0253/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
<p>Contrato Nº.: 0253/2017 M</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: MASTER RETIFICA DE MOTORES LTDA - ME</p> <p>Valor ..... : 1.560,00 (um mil quinhentos e sessenta reais)</p> <p>Vigência ..... : Início: 21/08/2017 Término: 21/08/2018</p> <p>Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0095/2017</p> <p>Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0129 / 2017</p> <p>Recursos ..... : Dotação:</p> <p>Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para prestação de serviços de Retífica de Motores para manutenção da frota das Secretarias e Fundos deste Município. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p>		
Capinzal, 21 de Agosto de 2017		
KAMILLE SARTORI BEAL		

### FMS CONTRATO 0253/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		
-----		
<p>Contrato Nº.: 0253/2017 M</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: MASTER RETIFICA DE MOTORES LTDA - ME</p> <p>Valor ..... : 2.340,00 (dois mil trezentos e quarenta reais)</p> <p>Vigência ..... : Início: 21/08/2017 Término: 21/08/2018</p> <p>Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0095/2017</p> <p>Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0129 / 2017</p> <p>Recursos ..... : Dotação:</p> <p>Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para prestação de serviços de Retífica de Motores para manutenção da frota das Secretarias e Fundos deste Município. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p>		
Capinzal, 21 de Agosto de 2017		

### FUMREBOM CONTRATO 0001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		
-----		

Contrato Nº.: 0001/2017

Contratante...: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL

Contratada...: POGGERE CONSTRUcoes E IMPLEMENTOS LTDA - EPP

Valor ..... : 178.170,11 (cento e setenta e oito mil cento e setenta reais e onze centavos)

Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 28/02/2018

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0001/2017 Processo\_Licitatório.....: 0001 / 2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para ampliação e reformas do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios

Capinzal, 22 de Agosto de 2017

### PMC CONTRATO 0253/2017 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		
-----		
<p>Contrato Nº.: 0253/2017 M</p> <p>Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: MASTER RETIFICA DE MOTORES LTDA - ME</p> <p>Valor ..... : 10.920,00 (dez mil novecentos e vinte reais)</p> <p>Vigência ..... : Início: 21/08/2017 Término: 21/08/2018</p> <p>Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0095/2017 Processo_Licitatório.....: 0129 / 2017</p> <p>Recursos ..... : Dotação:</p> <p>Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para prestação de serviços de Retífica de Motores para manutenção da frota das Secretarias e Fundos deste Município. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p>		
Capinzal, 21 de Agosto de 2017		

### PORTARIA 0766/2017

PORTARIA Nº 0766, DE 03 DE JULHO DE 2017

Concede Licença Prêmio a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no das atribuições que lhe conferem o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 16/2017, à servidora Analine Basei, matrícula nº 326569/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor nível 1, classe 7, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 01 de fevereiro de 2012 a 02 de fevereiro a 31 de janeiro de 2017, pelo período de 01 de julho a 30 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0767/2017**

PORTARIA Nº 0767, DE 03 DE JULHO DE 2017

Concede licença para tratar de interesses particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e em resposta ao requerimento, resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares à servidora Arilde Maria Pereira de Moraes, matrícula nº 321745/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Enfermagem, nível 58, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, pelo período de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL  
Secretária da Saúde

**PORTARIA 0768/2017**

PORTARIA Nº 0768, DE 03 DE JULHO DE 2017

Concede férias a servidores

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 68 Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Conceder férias aos seguintes servidores:

MATRÍCULA	SERVIDOR	AQUIS. IN.	AQUIS. FIN	GOZO IN.	GOZO FINAL	ABONO
32600301	ADRIANE DAMBROS	13/02/2016	12/02/2017	01/07/2017	30/07/2017	0
30536701	ALESSIO GIRIOLI	01/08/2015	31/07/2016	01/07/2017	30/07/2017	0
41011801	CLAUDIANE FATIMA BRUXEL	01/12/2015	30/11/2016	01/07/2017	30/07/2017	0
30809901	DENISE COSTENARO RIQUETTI	01/04/2015	31/03/2016	01/07/2017	20/07/2017	10
30995801	FLAVIO DALAVEQUIA	18/11/2015	17/11/2016	01/07/2017	30/07/2017	0
31143001	IVONE SALETE ROSSETI CHIAMOLERA	16/11/2015	15/11/2016	01/07/2017	30/07/2017	0
32323301	JANETE GOTARDO ROSA	01/10/2015	30/09/2016	01/07/2017	30/07/2017	0
33471502	JESIELE PILONETTO LOPES DUARTE	07/03/2016	06/03/2017	01/07/2017	30/07/2017	0
32990801	JOCIMARA SANTOS DRUN	06/02/2016	05/02/2017	01/07/2017	30/07/2017	0
33034501	KATIA SOUZA DUARTE	01/02/2016	31/01/2017	01/07/2017	30/07/2017	0
31389003	LUIZ CONTE	13/08/2015	12/08/2016	01/07/2017	20/07/2017	10
40357101	MARCELO DURIGON	11/06/2015	10/06/2016	01/07/2017	20/07/2017	10
9471401	PAULO RONALDO WAMES	20/09/2015	19/09/2016	01/07/2017	20/07/2017	10
31743801	PEDRO ALAIR DA LUZ	14/06/2016	13/06/2017	01/07/2017	30/07/2017	0
31760801	RAFAELA DAROS MERGENER	11/07/2015	10/07/2016	02/07/2017	31/07/2017	0
33402201	VALTER FABONATTO WOYNHAM	02/01/2016	01/01/2017	01/07/2017	30/07/2017	0

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de julho de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário da Administração e Finanças



**PORTARIA 0769/2017**

PORTARIA Nº 0769, DE 04 DE JULHO DE 2017

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Prorrogar Licença Maternidade Especial, pelo período de 04 de julho a 04 de setembro de 2017, conforme requerimento protocolado sob o nº 1569/2017, da servidora Cristiane Aparecida Rosalen, matrícula nº 327484/03, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0770/2017**

PORTARIA Nº 0770, DE 04 DE JULHO DE 2017

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Luiz Elcy Leite, matrícula nº 410242/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, no Programa AABB Comunidade.

Parágrafo único: O servidor fica contratado pelo período de 04 de julho a 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TEREZINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0771/2017**

PORTARIA Nº 0771, DE 04 DE JULHO DE 2017

Dispõe sobre Comissão Especial de Avaliação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Dispõe sobre a Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, formada por:

I – Danilo Bonissoni, portador do CPF nº 096.372.819-91

II – Vitorino Lanhi, inscrito no CPF sob o nº 482.165.939-53

III – Cesar Augusto Colaço, inscrito no CPF sob o nº 481.788.889-04

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, formalizar termo de avaliação do imóvel constante da matrícula nº 17.628 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal, denominado lote 08 da quadra 31 com área de 524,04m², com 353,40m² de área construída, localizada na Avenida XV de Novembro, esquina com Rua Adelmo Biavatti, Centro de Capinzal.

Parágrafo único: Esta avaliação tem por finalidade ajuste de valores para ITBI.

Art. 3º A Comissão terá um prazo de trinta (30) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo de avaliação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 04 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 0772/2017**

PORTARIA Nº 0772, DE 04 DE JULHO DE 2017

Exonera servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por motivo de seu óbito, conforme Certidão de Óbito matrícula nº 104935 01 55 2017 4 00010 089 0003303 10, o servidor inativo pelo FAPA, Jonir da Luz, matrícula nº 312282/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 0773/2017**

PORTARIA Nº 0773, DE 04 DE JULHO DE 2017

Concede Pensão a dependente de servidor inativo falecido

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 10 da Lei Complementar nº 008/1992 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Conceder pensão por motivo de óbito a srª Sueli Santana Montanari da Luz, matrícula nº 410244/01, conforme Certidão de Óbito sob matrícula nº 104935 01 55 2017 4 00010 089 0003303 10, do servidor inativo Jonir da Luz, matrícula nº 312282/01, aposentado pelo Fundo de Aposentadoria Pensão e Assistência – FAPA, conforme portaria nº 677, de 10 de agosto de 1995.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 0774/2017**

PORTARIA Nº 0774, DE 05 DE JULHO DE 2017

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Samanta Antunes da Costa, matrícula nº 333166/06, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Belisário Pena, com aulas de leitura.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 05 de julho a 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TEREZINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0775/2017**

PORTARIA Nº 0775, DE 05 DE JULHO DE 2017

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Janete Lopes de Mello Scheuermann, matrícula nº 329720/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em substituição a titular Fatima Spiellmann da Silva, que está em atestado médico.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 05 de julho a 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TEREZINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0776/2017**

PORTARIA Nº 0776, DE 05 DE JULHO DE 2017

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Anderlize Fatima Rodrigues Siviero, matrícula nº 326585/06, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Creche Municipal Primeiros Passos, em substituição a Jesiele Pilonetto Lopes Duarte, que está em Licença Maternidade.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 05 de julho a 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TEREZINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0777/2017**

PORTARIA Nº 0777, DE 05 DE JULHO DE 2017

Concede Progressão Funcional a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2354/2017, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Monica Lopes Duarte, matrícula nº 332097/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência H, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 05 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**CÂMARA MUNICIPAL****PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 013, DE 21 DE AGOSTO DE 2017**

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 013, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Denomina "Centro Social ARLINDO ALVES DA SILVEIRA", a edificação utilizada pela comunidade, Localizado no Loteamento João Evangelista Parizotto.

Art. 1º Fica denominado "Centro Social Arlindo Alves da Silveira", a edificação utilizada pela comunidade, localizada no Loteamento João Evangelista Parizotto.

Art. 2º Esta Lei estará em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 21 de agosto de 2017.

Autores

Vereador Gilmar Junior da Silveira-PSD

Vereador Lucas Antônio Dorini-PMDB Vereador Valmor de Vargas-PPS

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 013, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Justificativa

O Centro Comunitário localizado no Loteamento João Evangelista Parizotto recentemente foi revitalizado, recebendo melhorias em suas estruturas.

Cabe informar que os Vereadores autores do presente Projeto de Lei Legislativo foram procurados pela associação de moradores daquele loteamento, para que o referido Centro Comunitário recebesse o nome do Senhor Arlindo Alves da Silveira (em memória), haja vista que o referido cidadão foi morador por muitos anos e sempre se dedicou para o crescimento e melhorias no Loteamento Parizotto.

O homenageado, Sr. Arlindo Alves da Silveira, uma pessoa de origem humilde, tendo nascido em 23 de maio de 1960, no Distrito de Alto Alegre, onde foi criado.

O Senhor Arlindo foi criado no Distrito de Alto Alegre, onde se casou em 1980, com Roseli Salete Dondoni, onde formou a sua família. O homenageado teve 05 filhos: Leandro da Silveira, Evandro da Silveira, Luana da Silveira, Liliana da Silveira e Rosenei Schneider da Silveira. Teve 02 netos Amanda Silveira (12 anos) e Denicio Alves da Silva (01 ano).

Trabalhou por muitos na Cerâmica Leal, porém quando se mudou para a cidade, justamente no Loteamento Parizotto, onde em 1981, adquiriu seu próprio caminhão com muito sacrifício e dificuldades; onde passou a fazer fretes carregando lenha, pedra, areia, etc.

O nosso homenageado teve importante papel na política do município, em especial no desenvolvimento do Loteamento Parizotto, onde residia.

O Senhor Arlindo Alves da Silveira foi vereador na 13ª Legislatura de 1997-2000, pelo antigo PPB-Partido Progressista Brasileiro (atualmente PP-Partido Progressista), tendo assumido na oportunidade o cargo de vice-presidente da Câmara de Vereadores. No ano de 2000 foi reeleito, pelo PSDB-Partido da Social Democracia

Brasileira, na 14ª Legislatura de 2001 a 2004.

Arlindo Alves da Silveira, foi uma pessoa simples, íntegra, de caráter e muito justo. Obstinado em contribuir e trabalhar pela cidade de Capinzal.

O homenageado faleceu em 26 de julho de 2016, aos 56 anos, deixando uma lacuna junto aos seus familiares, amigos e nas comunidades em que residiu, em reconhecimento pela sua atuação em prol da melhorias para a vida das pessoas.

Cabe informar que a Associação Comunitária do Loteamento Parizotto, em assembleia realizada com os moradores, deliberou para que o Centro seja denominado como "Centro Social Arlindo Alves da Silveira".

Portanto, é justa a homenagem à um cidadão Capinzalense que tanto se dedicou as causas da população, em especial, ao loteamento Parizotto.

Capinzal, SC, em 21 de agosto de 2017.

Autores

Vereador Gilmar Junior da Silveira-PSD

Vereador Lucas Antônio Dorini-PMDB Vereador Valmor de Vargas-PPS

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

"Institui o Serviço de Ouvidoria no âmbito da Câmara Municipal de Capinzal."

Art. 1º Fica instituído e regulamentados, na forma desta Resolução, a gestão e o funcionamento do Serviço de Ouvidoria da Câmara Municipal de Capinzal, conforme o disposto nos artigo 107, inciso VII, do Regimento Interno.

Art. 2º O Serviço de Ouvidoria é subordinado à Mesa Diretora:

§ 1º O Serviço de Ouvidoria se constitui como mediador das questões que envolvam a competência legislativa e fiscalizatória do Poder Legislativo e a sociedade capinzalense, relacionadas à Câmara Municipal de Capinzal.

§ 2º O Serviço de Ouvidoria será coordenado por um Servidor designado pela Mesa Diretora;

§ 3º Os trabalhos da Ouvidoria serão supervisionados pela Assessoria Jurídica da Câmara Municipal.

Art. 3º Compete à Ouvidoria da Câmara Municipal de Capinzal:

I - receber, registrar e encaminhar a Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, as reclamações ou representações de cidadãos ou pessoas jurídicas, a respeito de:

- a) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais;
- b) ilegalidades ou abuso de poder;
- c) funcionamento ineficiente de serviços legislativos e administrativos da Câmara Municipal;
- d) responder aos cidadãos e às entidades quanto às providências tomadas pela Câmara Municipal sobre os procedimentos legislativos e administrativos de seus interesses.

Art. 4º O Serviço de Ouvidoria tem a função de garantir o direito

da sociedade de se manifestar sobre os trabalhos da Câmara Municipal, com respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, observando as normas do Regimento Interno, podendo, no exercício de suas funções:

- I - arquivar, de forma fundamentada, reclamação recebida que, por qualquer motivo, não deva ser respondida;
- II - comunicar ao Presidente da Câmara Municipal qualquer denúncia de irregularidade ocorrida no interior da Câmara Municipal de que tenha conhecimento;
- III - elaborar relatório quadrimestral e anual das atividades da Ouvidoria para encaminhamento ao Presidente;
- IV - solicitar informações ou cópia de documentos a qualquer órgão da Câmara Municipal;

Art. 5º A Mesa Diretora da Câmara Municipal deverá dar ampla divulgação sobre a existência do Serviço de Ouvidoria e suas respectivas atividades, através da Assessoria de Comunicação, aos veículos de comunicação utilizados pela Câmara Municipal.

Art. 6º Os dados dos usuários dos serviços de Ouvidoria devem ser mantidos sob sigilo, permitida a divulgação somente mediante autorização por escrito.

Art. 7º Qualquer pessoa jurídica ou cidadão, devidamente identificado, ao formular sua petição, poderá fazê-lo pessoalmente, por telefone, por correio eletrônico, pelo formulário do site da Câmara Municipal ou por correspondência, vedado o anonimato do autor. Parágrafo Único. Fica vedado o recebimento de reclamações de cunho pessoal

Art. 8º Os setores internos da administração da Câmara Municipal terão prazo de até 5 (cinco) dias úteis para responder às requisições e solicitações feitas pela Ouvidoria, prazo este que poderá ser prorrogado em razão da complexidade do assunto.

§ 1º Os setores da Câmara Municipal de Capinzal serão responsáveis pelo atendimento das solicitações que forem encaminhadas pela Ouvidoria.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo deverá ser comunicado a Mesa Diretora.

Art. 9º O Serviço de Ouvidoria não receberá ou registrará denúncias anônimas, e de cunho pessoal.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal (SC), 21 de agosto de 2017.

Mesa Diretora

Vereador Gilmar Junior da Silveira  
Presidente

Vereador Alcidir Afonso Coronetti  
Vice-Presidente

Vereador Lucas Antônio Dorini  
1º Secretário

Vereador Bruno Michel Fávero  
2º Secretário

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

“Institui o Serviço de Ouvidoria no âmbito da Câmara Municipal de Capinzal.”

A criação da Ouvidoria no âmbito da Câmara de Vereadores é mais uma ferramenta que será disponibilizado à nossa população, o que se somará a outras ferramentas já existentes, a exemplo da LAI

– Lei de Acesso à Informação.

A Ouvidoria, após instituída, abrirá mais um canal, ágil e eficiente para colher as manifestações da população em relação ao serviço público da Câmara Municipal, podendo apresentar ser críticas, elogios e sugestões no âmbito de todas as Secretarias Municipais, sendo vedado o anonimato, pois as pessoas de bem que querem ver o aperfeiçoamento do Setor Público não devem ter preocupação em se identificar.

Capinzal (SC), 21 de agosto de 2017.

Mesa Diretora

Vereador Gilmar Junior da Silveira  
Presidente

Vereador Alcidir Afonso Coronetti  
Vice-Presidente

Vereador Lucas Antônio Dorini  
1º Secretário

Vereador Bruno Michel Fávero  
2º Secretário

# Catanduvas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.295, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO N. 2.295/2017, de 18 de agosto de 2017.

"INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VIII do artigo 103 da Lei Orgânica, e

CONSIDERANDO que na data de 31 de dezembro de 2007, através da Lei Municipal n. 2.158/2007, a Administração Municipal concedeu cessão do direito real de uso com encargos à empresa ELLO MONTAGENS INDUSTRIAL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob n. 05.611.709/0001-47, de um terreno urbano localizado na Rua Almirante Tamandaré, compreendendo o lote n. 652 da quadra 064, com área de 800 metros quadrados;

CONSIDERANDO que a citada lei não menciona benfeitorias, contudo se sabe que existe sobre o imóvel um barracão de grandes proporções;

CONSIDERANDO que o prazo da cessão de direito real de uso era de 10(dez) anos, conforme consta do § 2º do Artigo 1º da Lei Municipal n. 2.158/2007, prazo em que a cessionária deveria cumprir os encargos constantes do § 3º do artigo 1º da citada Lei Municipal;

CONSIDERANDO que a empresa Cessionária, de forma inusitada e sem comunicação ao Município Cedente, cessou suas atividades no imóvel, em 11 de agosto de 2015, e requereu em juízo a autofalência, descumprindo em tese os encargos insculpidos no texto legal;

CONSIDERANDO que em caso de descumprimento dos encargos previstos na citada Lei, bem como no final do prazo da concessão, o bem cedido deve reverter ao Município;

CONSIDERANDO que a Autoridade Administrativa ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade, deve imediatamente apurar os fatos, bem como dar vazão ao devido processo legal e principalmente quanto a legalidade dos atos procedimentais,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica determinada a instauração de Sindicância Administrativa, para apurar os fatos antes mencionados.

Art. 2º. Fica designada a Comissão Permanente de Inquérito, Sindicância, Sindicância Administrativa e Processo Disciplinar Administrativo no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Catanduvas-SC, nomeada através do DECRETO Nº 2.280/2017 de 07 de julho de 2017, para conduzir os trabalhos.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes, observando sempre devido processo legal, a transparência, o contraditório e a ampla defesa se for o caso.

Art. 4º. A Comissão terá um prazo de dez (10) dias a partir da publicação do presente Decreto para o início dos trabalhos, e o prazo de sessenta (60) dias para a sua conclusão, devendo apresentar relatório do apurado.

Art. 5º. Pela participação na Comissão os membros não serão remunerados, mas considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 6º. Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 18 de agosto de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS  
Prefeito

Registrado e Publicado nesta Secretaria em, 18 de agosto de 2017.

LUCIMARI SPADER

Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 2.296, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO nº 2.296/2017, de 21 de Agosto de 2017.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, com amparo no artigo 43, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei Municipal nº 2.555/2016, de 08 de dezembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Catanduvas no valor de R\$ 122.136,44 (Cento e vinte dois mil cento e trinta e seis reais e quarenta e quatro centavos), para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO

Unidade: 04.01 – EDUCAÇÃO

Proj/Ativ: 04.01.12.361.0018.2.020 – Aplicações Diretas

Despesa: (30) 3.3.90.00.00.0.00.162 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 122.136,44

Art. 2º. Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do exercício corrente:

Fonte de Recursos: 00162 – Excesso De Arrecadação

Fonte Financiadora: Excesso De Arrecadação

Descrição da Fonte: Recursos Vinculados

Valor do Excesso : R\$ 122.136,44

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas/SC, 21 de Agosto de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvas/SC

Registrado nesta Secretaria e publicado nesta data.

LUCIMARI SPADER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 7.349 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA P/7349/17, de 07.08.2017.

"Designa para Cargo em Comissão,  
VANESSA CRISTINE FUNEZ"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 19, e Lei



Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

RESOLVE

DESIGNA, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, a Servidora VANESSA CRISTINE FUNEZ, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro (a), Nível CE 98-1A, passando-a para o Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Saúde, Nível CC-01, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos deste cargo.

O presente ato altera em partes os termos da Portaria P/2871/01, e tem seus efeitos a partir de 07 de agosto de 2017, quando a Servidora passou a exercer suas novas funções.

Catanduvas, 07 de agosto de 2017

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/5023/10

**PORTARIA Nº 7.350 DE 21 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA P/7.350/17, de 21.08.17.

Catanduvas, 21 de agosto de 2017.

A Prefeitura do Município de Catanduvas/SC comunica que a servidora MARIA GORETE BATISTA GINDER, tesoureira, inscrita no CPF sob o nº 438.631.169-68, em conjunto com a Secretária Municipal de Saúde, Sra. VANESSA CRISTINE FUNEZ, inscrita no CPF sob o nº 774.339.049-72, nomeada pela Portaria 7.349/17, estão autorizadas a realizar a movimentação financeira de todas as contas-correntes do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 10.391.817/0001-91.

E as mesmas terão os seguintes poderes e atribuições: emitir cheques; abrir contas de depósito; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/ aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências/pagamentos por qualquer meio; consultar contas/aplicações Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro/AASP; efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado-DDA; assinar contrato de abertura de crédito/apólice de seguros; autorizar cobrança; utilizar o crédito aberto na forma e condições; praticar demais atos; autorizar outros débitos; assinar instrumento de crédito; requisitar cartão eletrônico; movimentar conta corrente com cartão eletrônico; receber ordens de pagamento; efetuar movimentação financeira no RPG; solicitar saldos/extratos, exceto investimentos; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar pag. de ICMS por meio eletrônico; efetuar pag. de AFRMM por meio eletrônico; assinar aditivo de qualquer espécie; autorizar aplicações financeiras; autorizar aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento; autorizar cancelamento de agendamento de aplicação; autorizar cancelamento de agendamento de resgate; efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências por meio eletrônico.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvas/SC.



# Cerro Negro

## PREFEITURA

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA Nº. 04/2017 – PMCN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO NEGRO - SC  
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PUBLICAÇÃO  
DISPENSA Nº. 04/2017 – FMSCN

Representante Legal, Srº. Ademilson Conrado, torna Público a Dispensa de Licitação nº 04/2017 para contratação de Profissional habilitado para a Prestação de Outros serviços de terceiros - pessoa física in loco para instruir aulas de dança destinadas a atender participantes do Projeto Juventude em Ação, executado pelo FIA (Fundo da Infância e Adolescência), através do profissional Sabrina Gobetti, CPF nº 088.929.009-19 e RG nº 4.861.200, pelo prazo de 90 dias, visto que a Profissional Nayara Martins Solicitou seu desligamento, junto a Coordenação do Projeto Juventude em Ação, até a conclusão definitiva do Processo Licitatório para Aquisição de outros serviços de terceiros - pessoa física in loco para instruir aulas de dança destinadas a atender participantes do Projeto Juventude em Ação, executado pelo FIA (Fundo da Infância e Adolescência). Nos termos de artigo 24, Incisos II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Informações complementares em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.cerronegro.sc.gov.br](http://www.cerronegro.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Orides Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 22 de agosto de 2017.  
ADEMILSON CONRADO  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 001/2017 - FMS**

MUNICIPIO DE CERRO NEGRO - SC  
AVISO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 001/2017 - FMS

Objeto Credenciamento de empresa(s) especializada(s) na realização de exames laboratoriais.

Prestadores: Prestador de serviços de saúde, pessoa jurídica, privada ou pública, lucrativa ou não.

Recebimento da documentação: à partir de 23/08/2017 até 31/12/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.cerronegro.sc.gov.br](http://www.cerronegro.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 22 de agosto de 2017.  
SANDRA MARA CONRADO DE JESUS  
Gestora Municipal de Saúde

# Chapécó

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 34.564, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº. 34.564, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no programa de 2017 do tipo alteração Suplementar.

O Prefeito Municipal de Chapécó no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapécó e autorização contida na Lei Municipal nº 6920/16 de 14 de Dezembro de 2016,

#### DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.02 - Gabinete do Prefeito

(34) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.031-1000 - Aplicações Diretas .....  
.....30.000,00

31 - SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO

31.31 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão

(411) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.527-1000 - Aplicações Diretas .....  
.....3.515,00

33 - SECRETARIA DE CULTURA

33.33 - Secretaria de Cultura

(450) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.571-1000 - Aplicações Diretas .....  
.....35.379,83

(460) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.573-1000 - Aplicações Diretas .....  
.....14.730,00

(454) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.572-1000 - Aplicações Diretas .....  
.....4.802,57

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.02 - Gabinete do Prefeito

(33) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.031-1000 - Aplicações Diretas .....  
.....30.000,00

31 - SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO

31.31 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão

(410) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.527-1000 - Aplicações Diretas .....  
.....3.515,00

33 - SECRETARIA DE CULTURA

33.33 - Secretaria de Cultura

(451) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.571-1000 - Aplicações Diretas .....  
.....13.379,83

(449) 3.3.50.00.00.00.00.00.2.571-1000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu .....  
.....22.000,00

(462) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.573-1000 - Aplicações Diretas .....  
.....14.730,00

33 - SECRETARIA DE CULTURA

33.33 - Secretaria de Cultura

(457) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.572-1000 - Aplicações Diretas .....  
.....4.802,57

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapécó, Estado de Santa Catarina, em 04 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº. 34.565, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº. 34.565, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no programa de 2017 do tipo alteração Suplementar.

O Prefeito Municipal de Chapécó no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapécó e autorização contida na Lei Municipal nº 6985/17 de 14 de Março de 2017.

#### DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMBIENTE

07.07 - Secretaria de Desenvolvi. Rural e Meio Ambiente

(234) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.217-1000 - Aplicações Diretas .....  
.....100.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

13 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

13.13 - Encargos Gerais do Município

(361) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.975-1000 - Aplicações Diretas .....  
.....100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapécó, Estado de Santa Catarina, em 04 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº. 34.570, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº. 34.570, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº. 34.258, de 31 de maio de 2017, que constitui e nomeia a Comissão de Análise Urbanística e Gerenciamento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapécó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapécó,

#### DECRETA :

Art. 1º. Fica criado o inciso XI do artigo 2º do Decreto nº. 34.258, de 31 de maio de 2017, com a seguinte redação:

"Art. 2º. ....

XI - BRUNA PIZZOLATTO RAUPP - Consultor Jurídico."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 14 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº. 34.571, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº. 34.571, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a nomeação da comissão de organização e a comissão de seleção para o Edital de seleção de músicos locais para abertura dos shows nacionais da EFAPI 2017 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Ficam nomeados os membros da Comissão de Organização do Edital de seleção de músicos locais para abertura dos shows nacionais da EFAPI 2017, conforme abaixo:

- I - Roselaine Barboza Vinhas – Secretária de Cultura;
- II – Luciéle Pompeo – Gerente de Cultura;
- III - Alexandra Bianca Fornazari – Gerente de Projetos e Eventos;
- IV – Juliana Roberta Hoehn – Técnica em administração;
- V - Jakson Ronaldo Kreuz – Instrutor de música;

Art. 2º. Ficam nomeados os membros da Comissão de Seleção do Edital de seleção de músicos locais para abertura dos shows nacionais da EFAPI 2017, conforme abaixo:

- I – Silvio Mansani – São José/SC;
- II – Carla Domingues – Florianópolis/SC
- III – Marcelo Brombilla – Florianópolis/SC

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 14 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº. 34.572, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº. 34.572, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a nomeação da comissão de organização e a comissão de seleção para o Edital de seleção de intervenções artísticas durante a EFAPI 2017 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Ficam nomeados os membros da Comissão de Organização do Edital de seleção de intervenções artísticas durante a EFAPI 2017, conforme abaixo:

- I - Roselaine Barboza Vinhas – Secretária de Cultura;
- II – Luciéle Pompeo – Gerente de Cultura;
- III - Alexandra Bianca Fornazari – Gerente de Projetos e Eventos;
- IV - Juliana Roberta Hoehn – Técnica em Administração.

Art. 2º. Ficam nomeados os membros da Comissão de Seleção do Edital de seleção de intervenções artísticas durante a EFAPI 2017, conforme abaixo:

- I – Maristela Alves de Medeiros – Florianópolis/SC;
- II – Rosivaldo da Silva Flausino – Florianópolis/SC;
- III – Maria Teresa Lira Collares – Florianópolis/SC;

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 14 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº. 34.573, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº. 34.573, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse para a apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela Administração Pública Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este decreto estabelece o Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI para a apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, com a finalidade de subsidiar a Administração Pública Municipal na estruturação de empreendimentos objeto de concessão ou permissão de serviços públicos, de parceria público-privada, de permissão, concessão, arrendamento ou concessão de direito real de uso de bens públicos.

§ 1º A abertura do procedimento previsto no "caput" deste artigo é facultativa para a Administração Municipal.

§ 2º O procedimento previsto no "caput" deste artigo poderá ser aplicado à atualização, complementação ou revisão de projetos, levantamentos, investigações e estudos já elaborados.

§ 3º Na fase de estruturação dos empreendimentos a que se refere o "caput" deste artigo, a critério da Administração Municipal, poderá ser:

I - convocado Procedimento Preliminar de Manifestação de Interesse - PPMI, quando se mostrar útil à obtenção de subsídios preliminares específicos;

II - convocado PMI, na forma deste decreto, para obtenção de subsídios aprofundados, em matérias específicas ou para viabilizar a estruturação integrada; ou

III - celebrado contrato de prestação de serviços para a realização de estudos, inclusive para revisão, aperfeiçoamento ou complementação de subsídios obtidos em PPMI, em PMI ou em trabalhos anteriores.

§ 4º O PPMI será convocado, mediante edital de chamamento público, para interessados apresentarem, independentemente de autorização, seus projetos, levantamentos, investigações ou estudos, não se sujeitando às disposições deste decreto, ficando vedado o ressarcimento na forma do artigo 21 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 5º Não se submetem ao procedimento previsto neste decreto:

I - procedimentos previstos em legislação específica;

II - projetos, levantamentos, investigações e estudos elaborados por organismos internacionais dos quais o País faça parte, bem como por autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

§ 6º O PMI será composto das seguintes fases:

I - abertura, por meio de publicação de edital de chamamento público;

II - autorização para a apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos;

III - avaliação, seleção e aprovação.

Art. 2º Compete ao Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas – CGPPP, instituído pela Lei Municipal nº 6.729 de 07 de Agosto de 2015, vinculado à Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão – SEGOV, a abertura, autorização e aprovação de PPMI e de PMI.

Parágrafo único. Para o exercício da competência prevista no "caput" deste artigo, a Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, cujo Secretário será o Presidente do CGPPP, deverá ser informada e notificada acerca de todos os andamentos dos projetos de concessão ou permissão de serviços públicos, de parceria público-privada, de permissão, concessão, arrendamento ou concessão de direito real de uso de bens públicos.

## Capítulo II

### DA COMPETÊNCIA PARA CONDUZIR OS PROCEDIMENTOS DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Art. 3º Compete ao Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas – CGPPP, a condução dos Procedimentos de Manifestação de Interesse no âmbito da Administração Municipal, sejam eles iniciados por manifestação de proponentes ou por publicação de chamamento público, após preliminar análise pela Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão – SEGOV.

§ 1º A proposta de abertura de PMI por pessoa física ou jurídica interessada será dirigida à SEGOV e deverá conter a descrição do projeto, com o detalhamento das necessidades públicas a serem atendidas e do escopo dos projetos, levantamentos, investigações e estudos necessários.

§ 2º Os demais órgãos ou entidades da Administração Municipal deverão encaminhar eventuais pedidos de autorização por eles recebidos à SEGOV.

§ 3º Ao receber pedido de autorização para a realização de estudos preliminares, a SEGOV poderá notificar outros órgãos ou entidades da Administração Municipal cuja competência esteja relacionada ao empreendimento.

§ 4º A conveniência da realização dos estudos preliminares será avaliada inicialmente pela SEGOV, com o envolvimento de outros órgãos ou entidades da Administração Municipal competentes.

§ 5º O pedido de autorização para a realização de estudos preliminares poderá ser indeferido de plano caso não haja conveniência de sua realização.

§ 6º A decisão de indeferimento do pedido de autorização poderá ser posteriormente reconsiderada, a critério da SEGOV, ouvidos outros órgãos ou entidades competentes, especialmente no caso de ulterior verificação de oportunidade e conveniência na realização dos estudos requeridos.

§ 7º Havendo conveniência na realização dos estudos preliminares objeto do pedido de autorização protocolado, a SEGOV encaminhará o pedido ao CGPPP, que terá as seguintes atribuições, além daquelas já disciplinadas na Lei Municipal nº 6.729 de 07 de Agosto de 2015:

I - analisar a regularidade dos documentos apresentados pelos proponentes, podendo solicitar documentos e esclarecimentos complementares a qualquer momento;

II - analisar a previsão de dispêndios com os estudos preliminares indicada pelo agente empreendedor, podendo solicitar a justificativa de tais valores ou a apresentação de novo orçamento, quando a estimativa apresentar valores superiores aos de mercado para serviços similares;

III - fazer publicar comunicado no Diário Oficial da Cidade, contendo informações sobre o pedido de autorização recebido;

IV - recomendar ao Secretário de Coordenação de Governo e Gestão a abertura de PMI.

§ 8º O escopo do chamamento público para a realização de estudos preliminares poderá ser ampliado ou reduzido relativamente ao requerido no pedido de autorização que tenha sido apresentado por iniciativa de particular.

## Capítulo III

### DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 4º O PMI será aberto mediante chamamento público, a ser promovido pelo CGPPP, de ofício ou por provocação de particular, nos termos do artigo 3º deste decreto, mediante prévia autorização da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão.

Art. 5º O edital de chamamento público deverá, no mínimo:

I - delimitar o escopo, mediante termo de referência, dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos;

II - indicar:

- a) as diretrizes e premissas do projeto que orientem sua elaboração com vistas ao atendimento do interesse público;
- b) o prazo máximo e a forma para apresentação do requerimento de autorização para participar do procedimento;
- c) o prazo máximo para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos, contado da data da publicação da autorização, compatível com a abrangência dos estudos e o nível de complexidade das atividades a serem desenvolvidas;
- d) o valor nominal máximo para eventual ressarcimento e os critérios para correção monetária;
- e) os critérios para qualificação, análise e aprovação do requerimento de autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos;
- f) os critérios para avaliação e seleção de projetos, levantamentos, investigações ou estudos apresentados por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado autorizadas;
- g) a contraprestação pública admitida, no caso de parceria público-privada, sempre que possível estimar, ainda que sob a forma de percentual;

III - divulgar as informações públicas disponíveis para a realização de projetos, levantamentos, investigações ou estudos;

IV - ser objeto de ampla publicidade, por meio de publicação no Diário Oficial do Município e de divulgação no sítio na internet do Município.

§ 1º Para fins de definição do objeto e do escopo do projeto, levantamento, investigação ou estudo, o CGPPP avaliará, em cada caso, a conveniência e a oportunidade de reunir parcelas fracionáveis em um mesmo PMI para assegurar, entre outros aspectos, economia de escala, coerência de estudos relacionados a determinado setor, padronização ou celeridade do processo.

§ 2º A delimitação de escopo a que se refere o inciso I do "caput" deste artigo poderá se restringir à indicação do problema a ser resolvido por meio do empreendimento a que se refere o artigo 1º deste decreto, deixando a pessoas físicas e jurídicas de direito privado a possibilidade de sugerir diferentes meios para sua solução.

§ 3º O prazo para protocolar o requerimento de autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos não será inferior a 20 (vinte) dias, contado da data da publicação do edital.

§ 4º Poderão ser estabelecidos, no edital de chamamento público, prazos intermediários para apresentação de informações e relatórios de andamento no desenvolvimento de projetos, levantamentos, investigações ou estudos.

§ 5º O valor nominal máximo para eventual ressarcimento dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos não ultrapassará, em seu conjunto, 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor total estimado previamente pela Administração Municipal para os investimentos necessários à implementação do empreendimento ou para os gastos necessários à sua operação e manutenção durante o período de vigência do contrato, o que for maior.

§ 6º O edital de chamamento público poderá condicionar o ressarcimento dos projetos, levantamentos, investigações e estudos à necessidade de sua atualização e de sua adequação, até a abertura da licitação do empreendimento, em decorrência, entre outros aspectos, de:

I - alteração de premissas regulatórias e de atos normativos aplicáveis;

II - recomendações e determinações dos órgãos de controle;

III - contribuições provenientes de consulta e audiência pública.

Art. 6º O requerimento de autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado conterá as seguintes informações:

I - qualificação completa, que permita a identificação da pessoa física ou jurídica de direito privado e a sua localização para eventual envio de notificações, informações, erratas e respostas a pedidos de esclarecimentos, com:

- a) nome completo;
- b) inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- c) cargo, profissão ou ramo de atividade;
- d) endereço;
- e) endereço eletrônico;
- f) no caso de consórcio, adicionalmente, manifestação de intento de sua formação, incluindo indicação de empresa ou instituição líder;

II - demonstração de experiência na realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos similares aos solicitados;

III - detalhamento das atividades que pretende realizar, considerando o escopo dos projetos, levantamentos, investigações e estudos definidos na solicitação, inclusive contendo:

- a) apresentação de cronograma que indique as datas de conclusão de cada etapa e a data final para a entrega dos trabalhos;
- b) as linhas básicas do projeto, com a descrição do objeto, sua relevância e os benefícios econômicos e sociais advindos;
- c) diretrizes de modelagem econômico-financeira, com estimativa de investimentos e de custos operacionais e prazos de vigência e

início de operação do contrato;

- d) as características gerais do modelo de negócio, incluindo a modalidade contratual considerada mais apropriada;
- e) outros elementos que entender aptos à avaliação da conveniência, da eficiência e do interesse público envolvidos no projeto;

IV - indicação do valor do ressarcimento pretendido, acompanhado de informações e parâmetros utilizados para sua definição, fundamentando-se, dentre outros fatores:

- a) na complexidade dos estudos;
- b) na elaboração de estudos similares;
- c) no valor econômico representativo dos riscos envolvidos no PMI;
- d) o número de projetos, estudos, levantamentos e investigações a serem realizados;
- e) a necessidade de disponibilizar equipe técnica para execução dos serviços;

V - declaração de transferência em favor do Município de Chapecó dos direitos associados aos projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados.

§ 1º Qualquer alteração na qualificação do interessado deverá ser imediatamente comunicada ao CGPPP.

§ 2º A demonstração de experiência a que se refere o inciso II do "caput" deste artigo poderá consistir na juntada de documentos que comprovem as qualificações técnicas de profissionais vinculados ao interessado, observado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 3º Fica facultado aos interessados a que se refere o "caput" deste artigo se associar para a apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos em conjunto, hipótese em que deverá ser feita a indicação das empresas responsáveis pela interlocução com a Administração Municipal e indicada a proporção da repartição do eventual valor devido a título de ressarcimento.

§ 4º A pessoa física ou jurídica autorizada, na elaboração de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, poderá contratar terceiros, sem prejuízo das responsabilidades previstas no edital de chamamento público do PMI.

#### Capítulo IV DA AUTORIZAÇÃO

Art. 7º A autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos:

I - não gerará direito de preferência no processo licitatório do empreendimento;

II - não obrigará a Administração Municipal a realizar licitação;

III - não implicará, por si só, direito a ressarcimento de valores envolvidos em sua elaboração;

IV - será pessoal e intransferível.

§ 1º A autorização para a realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos não implica, em nenhuma hipótese, responsabilidade da Administração Municipal perante terceiros por atos praticados por pessoa autorizada.

§ 2º Na elaboração do termo de autorização, a autoridade competente reproduzirá as condições estabelecidas na solicitação e poderá especificá-las, inclusive quanto às atividades a serem desenvolvidas, ao limite nominal para eventual ressarcimento e aos prazos intermediários para apresentação de informações e relatórios de andamento no desenvolvimento de projetos, levantamentos,



investigações ou estudos.

Art. 8º A Administração Municipal, quando previsto no edital do chamamento, poderá optar pela expedição de autorização única para a estruturação integrada do empreendimento, desde que o requerimento inclua a renúncia da possibilidade de atuação na licitação, por parte:

I - do próprio requerente;

II - dos controladores, controladas e entidades sob controle comum do requerente;

III - dos responsáveis econômicos, assim consideradas as pessoas físicas ou jurídicas que tenham contratado ou contratem o requerente para as atividades objeto da autorização, bem como os controladores, controladas e entidades sob controle comum destas;

IV - das pessoas físicas e jurídicas que atuarão como contratadas do requerente na execução das atividades objeto da autorização.

§ 1º Considera-se atuação na licitação a participação:

I - como licitante na licitação do empreendimento;

II - como contratado de terceiros na elaboração de propostas para a licitação do empreendimento.

§ 2º A autorização para a estruturação integrada poderá incluir o fornecimento de subsídios à Administração Municipal até a celebração da contratação de que trata o artigo 1º deste decreto.

§ 3º A autorização para a estruturação integrada não impede a Administração Pública Municipal de:

I - expedir autorização específica para estudo que não integra o objeto de autorização para a estruturação integrada;

II - expedir novas autorizações para o mesmo objeto em caso de prévia cassação, revogação ou anulação da autorização para a estruturação integrada.

§ 4º Para os fins deste artigo, considera-se estruturação integrada o conjunto articulado e completo de estudos, projetos, levantamentos, investigações, assessorias, consultorias e pareceres técnicos, econômico-financeiros e jurídicos cujo objetivo seja a licitação e contratação do empreendimento, de modo a atender o interesse público e estimular investimentos, com ampla competição.

Art. 9º A autorização poderá ser:

I - cassada, em caso de descumprimento de seus termos, inclusive na hipótese de descumprimento do prazo para reapresentação determinado pelo CGPPP;

II - revogada, em caso de:

a) perda de interesse da Administração Municipal nos empreendimentos de que trata o artigo 1º deste decreto;  
b) desistência por parte da pessoa física ou jurídica de direito privado autorizada, a ser apresentada, a qualquer tempo, por meio de comunicação escrita ao CGPPP;

III - anulada, em caso de vício no procedimento regulado por este decreto ou por outros motivos previstos na legislação;

IV - tornada sem efeito, em caso de superveniência de dispositivo legal que, por qualquer motivo, impeça o recebimento dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos.

§ 1º A pessoa autorizada será comunicada da ocorrência das hipóteses previstas no "caput" deste artigo.

§ 2º Na hipótese de descumprimento dos termos da autorização, caso não haja regularização no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data da comunicação, a pessoa autorizada terá sua autorização cassada.

§ 3º Os casos previstos no "caput" deste artigo não geram direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na elaboração de projetos, levantamentos, investigações e estudos.

Art. 10 A Administração Municipal poderá realizar reuniões com a pessoa autorizada e quaisquer interessados na realização de chamamento público sempre que entender que possam contribuir para a melhor compreensão do objeto e para a obtenção de projetos, levantamentos, investigações e estudos mais adequados aos empreendimentos de que trata o artigo 1º deste decreto.

#### Capítulo V

#### DA AVALIAÇÃO, SELEÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS, LEVANTAMENTOS, INVESTIGAÇÕES E ESTUDOS

Art. 11 A avaliação e a seleção de projetos, levantamentos, investigações e estudos apresentados serão efetuadas pelo Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas – CGPPP.

§ 1º OCGPPP poderá, a seu critério, abrir prazo para reapresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos, caso necessitem de detalhamentos ou correções, que deverão estar expressamente indicados no ato de reabertura de prazo.

§ 2º A não reapresentação no prazo indicado pelo CGPPP implicará a cassação da autorização.

§ 3º Os documentos necessários à instrumentalização do PMI deverão ser entregues ao CGPPP em meios impressos e digitais, não sendo aceitos arquivos gravados de modo a impedir a edição ou o acesso integral ao conteúdo.

Art. 12 Os critérios para avaliação e seleção dos projetos, levantamentos, investigações e estudos serão especificados no edital de chamamento público e considerarão:

I - a observância de diretrizes e premissas definidas pelo CGPPP;

II - a consistência e coerência das informações que subsidiaram sua realização;

III - a adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, e a utilização de equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor;

IV - a compatibilidade com a legislação aplicável ao setor e com as diretrizes e normas técnicas emitidas pelo CGPPP e demais órgãos e entidades competentes;

V - a demonstração comparativa de custo e benefício da proposta do empreendimento em relação a opções funcionalmente equivalentes, se aplicável;

VI - o impacto socioeconômico da proposta para o empreendimento, se aplicável.

Art. 13 Nenhum dos projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados vincula a Administração Municipal, cabendo a seus órgãos técnicos e jurídicos avaliar, opinar e aprovar a



legalidade, a consistência e a suficiência dos projetos, levantamentos, investigações e estudos eventualmente apresentados.

Art. 14 Os projetos, levantamentos, investigações e estudos poderão ser rejeitados:

I - parcialmente, caso em que os valores de ressarcimento serão apurados apenas em relação às informações efetivamente utilizadas em eventual licitação;

II - totalmente, caso em que, ainda que haja licitação para contratação do empreendimento, não haverá ressarcimento pelas despesas efetuadas.

Parágrafo único. Na hipótese de a comissão entender que nenhum dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos apresentados atende satisfatoriamente à autorização, não selecionará qualquer deles para utilização em futura licitação, caso em que todos os documentos apresentados poderão ser destruídos se não forem retirados no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da publicação da decisão.

Art. 15 O Conselho Gestor do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, publicará o resultado do procedimento de seleção no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único. Os projetos, levantamentos, investigações e estudos somente serão divulgados após a decisão administrativa.

Art. 16 Concluída a seleção dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos, aqueles que tiverem sido selecionados terão os valores apresentados para eventual ressarcimento, apurados pela comissão.

§ 1º Caso a comissão conclua pela não conformidade dos projetos, levantamentos, investigações ou estudos apresentados com aqueles originalmente propostos e autorizados, deverá arbitrar o montante nominal para eventual ressarcimento com a devida fundamentação.

§ 2º O valor arbitrado pela comissão poderá ser rejeitado pelo interessado, hipótese em que não serão utilizadas as informações contidas nos documentos selecionados, os quais poderão ser destruídos se não retirados no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da rejeição.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º deste artigo, fica facultado à comissão selecionar outros projetos, levantamentos, investigações e estudos entre aqueles apresentados.

§ 4º O valor arbitrado pela comissão deverá ser aceito por escrito, com expressa renúncia a outros valores pecuniários.

§ 5º Concluída a seleção de que trata o "caput" deste artigo, a comissão poderá solicitar correções e alterações dos projetos, levantamentos, investigações e estudos sempre que forem necessárias para atender a demandas de órgãos de controle ou para aprimorar os empreendimentos de que trata o artigo 1º deste decreto.

Art. 17 Os valores relativos a projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados, nos termos deste decreto, serão ressarcidos à pessoa física ou jurídica de direito privado autorizada exclusivamente pelo vencedor da licitação, desde que os projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados tenham sido efetivamente utilizados no certame.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese, será devida qualquer quantia pela Administração Municipal em razão da realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos.

## Capítulo VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 O edital do procedimento licitatório para contratação do empreendimento de que trata o artigo 1º deste decreto conterá obrigatoriamente cláusula que condicione a assinatura do contrato pelo vencedor da licitação ao ressarcimento dos valores relativos à elaboração de projetos, levantamentos, investigações e estudos utilizados na licitação.

Art. 19 Quando não se tratar de autorização única, os agentes autorizados a realizar estudos poderão participar direta ou indiretamente da licitação do empreendimento, salvo se houver disposição em contrário no edital de abertura do chamamento público do PMI.

Art. 20 A entrega dos estudos preliminares implicará a cessão dos direitos decorrentes da autoria e propriedade intelectual das informações, levantamentos, estudos, projetos e quaisquer outros documentos apresentados, que poderão ser utilizados incondicionalmente pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal para a estruturação de projetos de parceria público-privada, concessão comum de obras e de serviços públicos, permissão de serviços públicos e outras formas de contratação relacionadas.

Art. 21 Não caberá recurso administrativo das decisões de mérito proferidas no âmbito do PMI, somente sendo admitidas impugnações às decisões do CGPPP, de questões de estrita legalidade, encaminhadas diretamente ao Prefeito Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da ciência da decisão que se pretende impugnar.

Art. 22 Caberá ao CGPPP resolver as questões omissas relativas a este Decreto.

Art. 23 Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 14 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

### **DECRETO Nº. 34.574, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº. 34.574, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº. 22.725, de 20 de agosto de 2010 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art. 1º. O Decreto nº. 22.725, de 20 de agosto de 2010, passa a vigorar com a criação dos incisos XV, XVI, XVII e XVIII do §1º, do art. 6º, com a seguinte redação:

"Art. 6º. ....

§ 1º. ....

[...]

XV - Rua Sete de Setembro, trecho entre a Avenida Fernando Machado e a Avenida Getúlio Vargas;

XVI - Rua Guaporé, trecho entre a Avenida Fernando Machado e a Avenida Nereu Ramos;

XVII - Rua Clevelandia, trecho entre a Avenida Fernando Machado e a Avenida Getúlio Vargas;

XVIII - Avenida Getúlio Vargas, trecho entre a Rua Clevelandia e a Rua Uruguai.

Art. 2º. O Decreto nº. 22.725, de 20 de agosto de 2010, passa a vigorar com a criação dos incisos XXXII, XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI, XXXVII e XXXVIII do §2º, do art. 6º, com a seguinte redação:

“Art. 6º. ....

[...]

§2º. ....:

[...]

XXXII - Avenida Nereu Ramos, trecho entre a Rua Uruguai e a Rua Lauro Mueller;

XXXIII - Avenida Nereu Ramos, trecho entre a Rua São João e a Avenida São Pedro;

XXXIV - Rua Uruguai, trecho entre a Avenida Nereu Ramos e a Rua Curitiba;

XXXV - Rua Sete de Setembro, trecho entre a Avenida Fernando Machado e a Avenida Porto Alegre;

XXXVI - Avenida Fernando Machado, trecho entre a Rua Sete de Setembro e a Rua Paulo Marques;

XXXVII - Avenida Rui Barbosa, trecho entre a Rua Uruguai e a Rua Clevelândia;

XXXVIII - Avenida Rui Barbosa, trecho entre a Rua Quintino Bocaiuva e a Rua Benjamin Constant.”

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 14 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

#### **DECRETO Nº. 34.580, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº. 34.580, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre o remanejamento de ponto de estacionamento de táxi e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do art. 77, da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O vaga de permissionário do ponto de estacionamento de táxi nº 22, sito na Rua Iguaçu, da Senhora SILVANE REGINA GAI PINHEIRO, concedido através do decreto nº. 28.106, de 22 de junho de 2013, fica transferido para o ponto de estacionamento de táxi nº 08, localizado na Avenida Fernando Machado, entre as ruas Líbia e Xanxerê.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 14 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

#### **DECRETO Nº. 34.581, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº. 34.581, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre o remanejamento de ponto de estacionamento de táxi e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do art. 77, da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O vaga de permissionário do ponto de estacionamento de táxi nº 12, sito na Avenida São Pedro, do Senhor DOMINGOS ELIAS BARRETO, concedido através do Decreto nº. 21.028, de 16 de julho de 2009, fica transferido para o ponto de estacionamento de táxi nº 22, localizado na Rua Iguaçu, entre as Ruas Uruguai e João Cândido Marinho.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 14 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

#### **DECRETO Nº. 34.582, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº. 34.582, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre o remanejamento de ponto de estacionamento de táxi e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do art. 77, da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O vaga de permissionário do ponto de estacionamento de táxi nº 16, sito na Avenida Fernando Machado, do Senhor RONALDO DA SILVA, concedido através do Decreto nº. 29.069, de 23 de abril de 2014, fica transferido para o ponto de estacionamento de táxi nº 08, localizado na Avenida Fernando Machado, entre as Ruas Líbia e Xanxerê.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 14 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

#### **DECRETO Nº. 34.583, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº. 34.583, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre o remanejamento de ponto de estacionamento de táxi e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do art. 77, da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O vaga de permissionário do ponto de estacionamento de táxi nº 12, sito na Rua São Pedro, do Senhor EDSON MARCOS HAIDUK, concedido através do Decreto nº. 17.959, de 12 de março de 2008, fica transferido para o ponto de estacionamento de táxi nº 07, localizado na Avenida Getúlio Vargas, entre as Ruas Vitorino Cella e Paulo Marques.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 14 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

#### **DECRETO Nº. 34.584, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº. 34.584, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº. 32.929, de 18 de julho de 2016, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CM-DCA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

**DECRETA:**

Art. 1º. O item 3 da alínea "c" do inciso II do artigo 1º do Decreto nº. 32.929, de 18 de julho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. ....:

II - ....:

c) ....:

3 - Titular - Vitor Cunha Oldra - Grupo Escoteiro Xapecó - GEXA;"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 14 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº. 34.600, DE 16 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº. 34.600, DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre desapropriação de imóvel declarado de utilidade pública e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os incisos IV e XIII, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e, CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº. 23.628, de 23 de fevereiro de 2011,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica desapropriado, ordinária e diretamente por utilidade pública, como desapropriado está, por via amigável ou judicial, uma área de terras com 34,38m<sup>2</sup> (trinta e quatro vírgula trinta e oito metros quadrados), dentro de uma área maior, com os vértices e coordenadas e mapa anexos, descrita na Matrícula Imobiliária nº. 57.213, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que consta pertencer a Daniel Tozzo Participações Ltda.

Parágrafo único. O imóvel ora desapropriado será utilizado para fins de desenvolvimento de projeto da Avenida Deputado Federal Ernesto José De Marco.

Art. 2º. Fica declarada a urgência na desapropriação descrita no artigo 1º deste Decreto, nos termos do artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

**EDITAL SEDUC Nº 019/2017**

EDITAL SEDUC Nº 019/2017

Convoca candidatos interessados para inscrição e respectiva escolha de vagas visando à contratação de pessoal em caráter temporário para o Magistério Público Municipal no ano letivo de 2017 e apresenta correspondente Quadro de Vagas mediante Chamada Pública, conforme Edital SEDUC Nº 001/2017.

SANDRA MARIA GALERA, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público n. 002/2016, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS: ficam convocados os candidatos interessados (pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição e escolha - candidato ou procurador) para inscrever-se na Chamada Pública e realizar a respectiva escolha de vagas, nos termos do Edital SEDUC Nº 001/2017, mediante apresentação na Secretaria de Educação do Município (SEDUC), situada na Rua Jonas Rauen, nº 53 E, Centro, Chapecó/SC, munidos da documentação estabelecida em item 5 do instrumento editalício mencionado (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório de: Cédula de Identidade e CPF; Comprovante da habilitação; Comprovante de Tempo de Serviço

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó NOTIFICA os seguintes contratantes com o Município de Chapecó através do Fundo Municipal de Habitação – FRANCISCA RODRIGUES, portadora da CI n. 4.614.803-5 e do CPF n. 007.455.369-05, da rescisão unilateral do contrato de financiamento habitacional, referente aquisição do Lote 02 da Quadra 4101, cadastro imobiliário municipal n. 67.420, firmado inicialmente em 27 de Abril de 2004, em razão do descumprimento de suas cláusulas contratuais, nos termos da Cláusula sexta §3º e cláusula sétima §2º referido contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, em 16 de agosto de 2017.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó NOTIFICA os seguintes contratantes com o Município através do Fundo Municipal de Habitação – RAQUEL PETRI GONÇALVES, portadora do RG nº 12R. 3123.536-0 e do CPF nº 666.737.631-91 e FLAVIO PEDRO GONÇALVES, portador do RG nº 12R 2.165.818 e do CPF nº 714.604.469-68 a rescisão unilateral do contrato n. 2000/460 de financiamento com garantia hipotecária e outras avenças referente o Lote n.09 da Quadra 2745, no Bairro Efapi, Loteamento Popular V, Rua Elias Galon (antiga Rua 5), firmado entre as partes em 15 de setembro de 2000, cadastro imobiliário n. 579530, em razão do descumprimento de suas cláusulas contratuais, nos termos das Cláusulas Sexta e sétima do referido contrato.

Chapecó - SC, 01 de agosto de 2017

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

no Magistério computado até 20 de dezembro de 2016, observado o disposto em subitem 3.1 do Edital SEDUC 001/2017 quanto à reserva de vagas para pessoas com deficiência), conforme Cronograma a seguir:

DATA	HORÁRIO DE INÍCIO	ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA
24/08/2017	13:30h	Matemática

## 2. DO QUADRO DE VAGAS:

ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	TURNO	UNIDADE ESCOLAR	PRAZO CONTRATAÇÃO
Matemática	20	MAT	EBM VICTOR MEIRELLES	28/08 a 29/09/2017

2.1. A vaga apresentada na referida Chamada Pública motiva-se pelo disposto em art. 2º, inciso II da Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014.

Município de Chapecó, 23 de agosto de 2017.

SANDRA MARIA GALERA

Secretária de Educação

## RESUMO DE DECRETOS 23/08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
--

## RESUMO DE DECRETOS

NÚMERO	DATA DO ATO	ASSUNTO
34567	10/08/2017	Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Magistério, à servidora pública municipal CARLA ROSANE CORTES GARCIA
34568	10/08/2017	Concede Aposentadoria voluntária por Idade, ao servidor público municipal GENÉSIO LUIZ ADAMI
34569	10/08/2017	Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente, ao servidor público municipal CARLOS ALBERTO FACHINI
34575	14/08/2017	Exoneração, a pedido, de LEANDRO MENDES DE SOUZA
34576	14/08/2017	Exoneração, a pedido, de LUCAS MEDEIROS DE MESQUITA
34577	14/08/2017	Exoneração, a pedido, de GRACIANE GUERRA REQUIÃO
34578	14/08/2017	Concede, a pedido, redução de carga horária com proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, ao servidor público municipal CEZAR TARABAL OLIVEIRA
34579	14/08/2017	Nomeação por aprovação em concurso público de CARLA ELISE HENZ RIEG
34585	16/08/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34.464, de 17 de julho de 2017, que nomeou EVERTON BEGINI ROSSET, para ocupar o cargo de Vigia, em virtude da não posse dentro do prazo legal
34586	16/08/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34.471, de 17 de julho de 2017, que nomeou LUCIANO CANAL, para ocupar o cargo de Fiscal de Serviços Públicos Concedidos, em virtude da não posse dentro do prazo legal
34587	16/08/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34.474, de 17 de julho de 2017, que nomeou DOUGLAS LUCAS LIMA DE VARGAS, para ocupar o cargo de Técnico em Administração, em virtude da não posse dentro do prazo legal
34588	16/08/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34.475, de 17 de julho de 2017, que nomeou PAULO ROBERTO HOSS, para ocupar o cargo de Agente municipal de Trânsito, em virtude da não posse dentro do prazo legal
34589	16/08/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34.479, de 17 de julho de 2017, que nomeou FERNANDO MATEUS RODRIGUES CARGNIN, para ocupar o cargo de Agente Municipal de Trânsito, em virtude da não posse dentro do prazo legal
34590	16/08/2017	Fica sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34.481, de 17 de julho de 2017, que nomeou MARIA ANGELA CANDIOTTO, para ocupar o cargo de Monitor Social, em virtude da não posse dentro do prazo legal
34591	16/08/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34.483, de 17 de julho de 2017, que nomeou GABRIELI DE SOUZA BANDEIRA, para ocupar o cargo de Assistente Social, em virtude da não posse dentro do prazo legal
34592	16/08/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34.484, de 17 de julho de 2017, que nomeou LUCIANE JONER WEST, para ocupar o cargo de Técnico em Administração, em virtude da não posse dentro do prazo legal
34593	16/08/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34.487, de 17 de julho de 2017, que nomeou KAREN BENETTI, para ocupar o cargo de Analista Administrativo, em virtude da não posse dentro do prazo legal
34594	16/08/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34.486, de 17 de julho de 2017, que nomeou LAURA REIS FUAO, para ocupar o cargo de Tecnólogo em Agrimensura, em virtude da não posse dentro do prazo legal
34595	16/08/2017	Torna sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 34.489, de 17 de julho de 2017, que nomeou NADIA CRISTINA DA MOTTA, para ocupar o cargo de Fonoaudiólogo, em virtude da não posse dentro do prazo legal
34596	16/08/2017	Exoneração de JEANICE XAVIER BAEZ
34597	16/08/2017	Nomeação de JEANICE XAVIER BAEZ
34598	16/08/2017	Prorroga, a pedido, Licença Especial à servidora pública municipal RENILA INÊS FIORDALISE SGANZERLA
34599	16/08/2017	Concede Licença Especial ao servidor público municipal GILBERTO FRIZON
34601	21/08/2017	Concede Adicional por Titulação ao membro do magistério público municipal LUCIANA BRAGHIN MORAWSKI



34602	21/08/2017	Concede Adicional por Titulação ao membro do magistério público municipal JAQUELINE POMPEO DA SILVA BRESSIANI
34603	21/08/2017	Concede Adicional por Titulação ao membro do magistério público municipal JANDIRA SIMONETTI
34604	21/08/2017	Cessa os efeitos do Decreto nº. 29.686, de 01 de outubro de 2014, que concedeu Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério, à servidora pública municipal JANE GRAÇA CORREA BOTTON, tendo em vista o falecimento da aposentada em 03 de agosto de 2017 e não deixou dependentes
34605	21/08/2017	Cessa os efeitos do Decreto nº. 13.485, de 21 de dezembro de 2004, que concedeu pensão por falecimento do servidor público municipal, SEBASTIÃO DE CAMPOS SANTOS e o artigo 2º do Decreto nº. 31.545, de 18 de setembro de 2017, que transferiu a cota temporária de 50% (cinquenta por cento) concedida à dependente MAIARA DA SILVA SANTOS para a dependente DAIANE DA SILVA SANTOS tendo em vista que a dependente DAIANE DA SILVA SANTOS, completou 21 anos de idade em 15 de agosto de 2017
34606	21/08/2017	Revoga ampliação de carga horária temporária de SILVIA FÁTIMA BIANCHI
34607	21/08/2017	Revoga ampliação de carga horária temporária de MARLI MARIA SANTIN SCHEFFER
34608	21/08/2017	Revoga ampliação de carga horária temporária de ANDREA PAULA BOTTON
34609	21/08/2017	Revoga ampliação de carga horária temporária de SILVANA ZANDEVALLI WINCKLER LAJUS
34610	21/08/2017	Revoga ampliação de carga horária temporária de ROSA CRISTINA BOLZANI
34611	21/08/2017	Revoga ampliação de carga horária temporária de MARCIELA MEZZOMO
34612	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária temporária à servidora pública municipal GISELE CIGOGNINI
34613	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária temporária à servidora pública municipal GRASIELE CIELLO
34614	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária temporária à servidora pública municipal MERI ELISA SCHREINER
34615	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária temporária à servidora pública municipal ROSA CRISTINA BOLZANI
34616	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária efetiva à servidora pública municipal MARCIELA MEZZOMO
34617	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária efetiva à servidora pública municipal MARLI MARIA SANTIN SCHEFFER
34618	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária efetiva à servidora pública municipal ANDREA PAULA BOTTO
34619	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária efetiva à servidora pública municipal ROSEMERI BAUCKE WEIRICH
34620	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária efetiva à servidora pública municipal MARISONIA FACCIO FRANZ
34621	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária efetiva à servidora pública municipal SILNEY ELIZABET ROSETTE FERRE
34622	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária efetiva à servidora pública municipal SILVANA ZANDEVALLI WINCKLER LAJUS
34623	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária efetiva à servidora pública municipal LUSIANE APARECIDA N SANTANA
34624	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária efetiva à servidora pública municipal CINTIA MARANGONI MENEZES
34625	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária efetiva à servidora pública municipal DIANA RODRIGUES
34626	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária efetiva à servidora pública municipal SANDRA AGOSTINI
34627	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária efetiva à servidora pública municipal PATRICIA NUBIA ALVES DE OLIVEIRA
34628	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária efetiva à servidora pública municipal SILVIA FATIMA BIANCHI
34629	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária efetiva ao servidor público municipal VALTER SANTOS DE LIMA
34630	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária efetiva ao servidor público municipal CARLOS EDUARDO LEGUIÇA MADEIRA
34631	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária efetiva ao servidor público municipal EUCLIDES SANTO DA SILVA
34632	21/08/2017	Concede ampliação de carga horária efetiva ao servidor público municipal JEFERSON TIZZIANI

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017 DIVULGAÇÃO DAS NOTAS DA PROVA OBJETIVA**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017****DIVULGAÇÃO DAS NOTAS DA PROVA OBJETIVA**

Luciano José Buligon, Prefeito de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Edital de Processo Seletivo Público nº 002/2017 e seguintes, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a divulgação das NOTAS DA PROVA OBJETIVA, referente ao Processo Seletivo Público, destinado a contratação celetista dos cargos **Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias**.

**I – DAS NOTAS DA PROVA ESCRITA**

Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato	Cargo: Agente de Combate as Endemias				Português	Nota final da prova objetiva
			Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Básicos em Saúde	Matemática	Nº de Acertos		
1º	363	MILENA CAROLINE BOLLIS	20	9	4	6	6	7,8
2º	235	ELIANE CAMARGO DE OLIVEIRA	18	5	3	6	6	6,4
3º	306	SANDRA MEIER MARINELLO	14	7	3	7	7	6,2
4º	293	VERA SBEGHEN BOUVIER	17	7	3	3	3	6,0
5º	110	QUEILA CASTRO SOBRINHO	17	4	4	5	5	6,0
6º	096	CLEIDIANE DE MATTOS TRUCOLO	16	5	3	6	6	6,0
7º	137	RODRIGO ZAPARTE	16	3	4	6	6	5,8
8º	275	JANAINA BALSANELLO	15	5	3	6	6	5,8
9º	356	DIANIRA APARECIDA LEMES DE OLIVEIRA	16	4	4	4	4	5,6
10º	282	GISELLE VANESSA GIACHINI	15	6	3	4	4	5,6
11º	390	PRISCILA SILVA CAMPOS	15	5	3	5	5	5,6
12º	093	DEBORA LAVINA CARNIATO	11	6	5	6	6	5,6
13º	136	JULIA MARIA MORETTO	11	5	5	7	7	5,6
14º	249	GRAZIELA SILVANA DOS SANTOS	16	4	2	5	5	5,4
15º	376	STEFANI BÁRBARA BUENO	15	5	3	4	4	5,4
16º	019	LUCIA PEDROSO DA SILVA	15	5	2	5	5	5,4





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

17º	056	LUCIVANIA OLIVEIRA ALVES	15	3	4	5	5,4
18º	377	ELIZANGELA JULIANA CENCI	14	5	3	5	5,4
19º	197	CAROLINE CASALI GROSOMANN	13	3	5	6	5,4
20º	068	CRISTINA MARIA PEREIRA	12	5	5	5	5,4
21º	133	ROSICLEI ZANUZZO	11	8	4	4	5,4
22º	139	JANETE INACIO DE MELO	14	3	4	5	5,2
23º	389	ALINE TEIXEIRA MARINS DOS SANTOS	10	4	3	9	5,2
24º	309	IVAN VEIGA PAIM	15	3	3	4	5,0
25º	180	CLEIDI LEMKE MARTH	14	7	2	2	5,0
26º	200	GRACIANE PEREIRA DA SILVA LOPES DOS SANTOS	13	3	4	5	5,0
27º	123	ADRIANA TEREZINHA DO NASCIMENTO	12	5	3	5	5,0
28º	285	CAMILA RIBEIRO DOS SANTOS	12	4	2	7	5,0
29º	071	JANETE RODRIGUES CAVALLARI	11	8	3	3	5,0
30º	132	MARTA MENDONÇA DOS SANTOS	11	5	4	5	5,0
31º	342	ARIANA BERGENTHAL	11	4	4	6	5,0
32º	045	CIDIANE DE LIMA PINTO ANTUNES	11	4	3	7	5,0
33º	226	ANGELITA PLAZITO MILKIEWICZ	10	5	4	6	5,0
Reprovado	205	CASSIANE BEATRIZ RABAIOLI	12	4	3	5	4,8
Reprovado	268	DELCI MARIA WENZEL	13	3	3	5	4,8
Reprovado	341	DOUGLAS AHLERT	12	3	3	6	4,8
Reprovado	333	ELIANE MATIAS DE QUEIROZ	12	4	3	5	4,8
Reprovado	281	JUCIELA CRISTINA SIMONETTI	12	4	3	5	4,8
Reprovado	163	LEANDRA REGINA BORSA	12	5	2	5	4,8
Reprovado	086	LEONILDA MARIA DE PICOLI PEREIRA	10	5	4	5	4,8
Reprovado	120	MARCIA GARCZAL	12	6	2	4	4,8
Reprovado	112	MARIELI REGINATTO	11	4	4	5	4,8
Reprovado	371	PATRICIA MACHADO DE QUADROS	13	3	2	6	4,8
Reprovado	316	PATRIK BORBA	14	4	3	3	4,8
Reprovado	070	ROMMEL ARMANDO STOCKHAMMER MAGALHAES	12	4	3	5	4,8
Reprovado	240	SIMONE TEIXEIRA	12	6	2	4	4,8



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Reprovado	334	TATIANE SCHNEIDER	13	4	4	3	4,8
Reprovado	157	ZANA ASCARI	12	4	3	5	4,8
Reprovado	020	ANGELITA HACKE MATANA	13	3	2	5	4,6
Reprovado	210	CRISTIANE SOARES PEREIRA	12	3	3	5	4,6
Reprovado	153	EDVANIA DE FARIAS SANTOS	11	3	3	6	4,6
Reprovado	370	GABRIELA RENATA LESSA	10	5	3	5	4,6
Reprovado	101	GRACIELA PEREIRA DOS SANTOS	13	4	2	4	4,6
Reprovado	169	GRACIELI SAUGO SALVADOR	14	4	2	3	4,6
Reprovado	099	JULIANA GRADE	12	4	3	4	4,6
Reprovado	304	KELYN CRISTINA ANTUNES DE ALMEIDA	13	4	2	4	4,6
Reprovado	007	SUELEN ALESSANDRA BARRO	12	2	3	6	4,6
Reprovado	202	ANA PAULA ANTUNES DA SILVA	13	2	4	3	4,4
Reprovado	165	EUGENIA BLASI PAZ	16	4	0	2	4,4
Reprovado	222	INES TELES SILVA	12	5	3	2	4,4
Reprovado	182	JACIARA LUCIANA MANTOVANNI	12	2	4	4	4,4
Reprovado	323	JOCIANI FIDELIS PERREIRA PUTZEL	11	1	4	6	4,4
Reprovado	284	JOSIANNE GIACHINI ONGHERO	9	6	2	5	4,4
Reprovado	146	LALINI FERNANDA PADILHA	11	2	3	6	4,4
Reprovado	023	LUCIANA RIBAS	12	3	4	3	4,4
Reprovado	278	MARIA DE FATIMA CATARINA	12	3	3	4	4,4
Reprovado	065	MIRIAN DOS SANTOS ALVES	14	2	2	4	4,4
Reprovado	188	ROSANI DOS SANTOS	11	3	4	4	4,4
Reprovado	274	SILVANA MORANDI	11	3	3	5	4,4
Reprovado	104	SIMONE GOMES DE LIMA	10	4	2	6	4,4
Reprovado	151	SOLANGE OLIVEIRA DE ALMEIDA	9	7	1	5	4,4
Reprovado	242	WILER DAMACENO CHAVES	11	3	4	4	4,4
Reprovado	392	ANDREI LUIZ IOHANN	10	2	4	5	4,2
Reprovado	322	ARIANE FESTUGATO	15	1	2	3	4,2
Reprovado	257	CARLINE BUCHI MOREIRA	11	4	1	5	4,2
Reprovado	048	CRISTIANE DA SILVA	11	4	3	3	4,2
Reprovado	260	ELIZABETHE CRISTINA SIMON ZANOVELO	10	2	4	5	4,2
Reprovado	174	GILVANIA DOS SANTOS	11	3	2	5	4,2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Reprovado	379	JÉSSICA CRISTINA LEITE	10	4	3	4	4,2
Reprovado	171	JUCARA DE OLIVEIRA	11	3	4	3	4,2
Reprovado	186	JULIANE FERREIRA DOS SANTOS	9	5	3	4	4,2
Reprovado	326	SUELEN MONICA DELARME LIN	10	4	1	6	4,2
Reprovado	324	TANIA PORTE	11	3	2	5	4,2
Reprovado	062	ADELITA MATTE RUHOFF	8	6	2	4	4,0
Reprovado	273	BRUNA ZINI OLIVEIRA	12	3	2	3	4,0
Reprovado	317	EDILEIA SALETE DE ANDRADE DE OLIVEIRA	11	3	3	3	4,0
Reprovado	192	ELIZANDRA CANABARRO	9	5	2	4	4,0
Reprovado	385	FABIANE FRIGERI	10	4	4	2	4,0
Reprovado	216	IVANILDO VIERO	8	4	3	5	4,0
Reprovado	252	JUCELI FATIMA ALVES PEREIRA	9	3	4	4	4,0
Reprovado	244	PRISCILA GROMOSKI	13	2	2	3	4,0
Reprovado	107	ROSANGELA APARECIDA MOREIRA MARTINS	13	3	1	3	4,0
Reprovado	092	RUBIA MARA DE PAULA	8	3	2	7	4,0
Reprovado	167	TARIANE MACHADO DE SOUZA	10	5	2	3	4,0
Reprovado	378	THAUANA DOS SANTOS	11	2	2	5	4,0
Reprovado	220	VANESSA RIBEIRO DOS SANTOS	10	4	2	4	4,0
Reprovado	296	VOLMIR LUIZ MACHADO	8	4	4	4	4,0
Reprovado	287	ANA CARLA FERREIRA	11	2	3	3	3,8
Reprovado	295	CINARA APAREIA VANLARDA SILVA	8	4	2	5	3,8
Reprovado	037	CINTIA CARVALHO GONCALVES	12	2	3	2	3,8
Reprovado	301	CLAUDINEIA LEMES DA SILVA	9	2	3	5	3,8
Reprovado	232	DANIELA BALANCELLI PIRES	7	3	3	6	3,8
Reprovado	236	DOMINGOS DE LIMA NETO	11	2	3	3	3,8
Reprovado	368	ELIS REGINA ZANTEDESCHI	11	3	1	4	3,8
Reprovado	055	GRACIELE DE GOIS	11	4	2	2	3,8
Reprovado	057	JULIANA DE LURDES PRESTES KURZEL	9	4	2	4	3,8
Reprovado	364	KELI ELIZIANE JUNG	9	1	4	5	3,8
Reprovado	305	LEILA CLAUDIA DE SOUZA	9	2	3	5	3,8



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Reprovado	280	LUCIMAR DE ALMEIDA FELIPPI	9	4	2	4	3,8
Reprovado	225	MARILICE ROLIM DE MOURA	13	4	0	2	3,8
Reprovado	154	MAURO SERGIO DA SILVA	8	2	4	5	3,8
Reprovado	325	PAULA CRISTINA SANTIN ROSA	9	3	4	3	3,8
Reprovado	134	TALIA ALVES PEREIRA XAVIER	9	5	2	3	3,8
Reprovado	253	ANAILDA DUARTE FAGUNDES	10	4	1	3	3,6
Reprovado	198	ANDREA PEREIRA	7	4	2	5	3,6
Reprovado	087	GREICI WOSNIAK	10	0	3	5	3,6
Reprovado	321	JUCELEIA AGNOLETTO DA LUZ	7	3	3	5	3,6
Reprovado	290	JUCILEIA ANTONIA DE ANDRADE ROMAN	10	2	3	3	3,6
Reprovado	114	LOREZETE MACHADO	11	2	2	3	3,6
Reprovado	144	NELI APARECIDA DA LUZ FAVERO	10	2	2	4	3,6
Reprovado	297	NIVIA DE AMORIM OLIVEIRA CONTE	8	4	2	4	3,6
Reprovado	276	NOELI TEREZA MACHADO DA SILVA	11	2	2	3	3,6
Reprovado	142	ROBSON MENDES DE OLIVEIRA	10	2	3	3	3,6
Reprovado	010	ROSANA RAQUEL PIAIA LEMOS	9	2	3	4	3,6
Reprovado	051	ROSANGELA MUNHOZ CELLA	8	4	2	4	3,6
Reprovado	331	ALINE APARECIDA DE BARROS	9	2	3	3	3,4
Reprovado	330	ANDRIELI RODRIGUES	7	5	3	2	3,4
Reprovado	116	CARLOS ROBERTO MORETTO	11	2	2	2	3,4
Reprovado	365	DEBORA CARLA ZANTEDESCHI	11	3	3	0	3,4
Reprovado	178	ELISANDRA DE ABREU GONÇALVES	12	1	3	1	3,4
Reprovado	027	FABIANA CIEPLAK DOS SANTOS	9	2	1	5	3,4
Reprovado	338	FERNANDA DOS SANTOS PACHECO	8	1	4	4	3,4
Reprovado	294	INDIANARA APARECIDA MARTINS	9	3	3	2	3,4
Reprovado	332	MARIA CRISTINA APARECIDA BONFIN	8	2	3	4	3,4
Reprovado	277	MATHEUS ROBERT LEAL	8	2	2	5	3,4
Reprovado	313	MICHELE DE CARVALHO DOS SANTOS BORBA	9	1	3	4	3,4
Reprovado	082	VALDIR NORIO	12	1	2	2	3,4
Reprovado	115	ZELI PRESTES DE ABREU	12	0	3	2	3,4
Reprovado	259	ANDREIA FERREIRA DOS SANTOS DE	10	1	0	5	3,2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

		MARTINS							
Reprovado	106	ELAINE APARECIDA LIRIO	6	2	4	4	3	2	3,2
Reprovado	102	GELCI ZANCHETT	8	3	3	3	2	3	3,2
Reprovado	035	IZALDETE MACHADO	8	4	2	2	2	2	3,2
Reprovado	271	JUCIANE MIRI BERNARDI DO NASCIMENTO	8	5	1	1	2	2	3,2
Reprovado	187	KARIN FIEDLR HOFF	6	5	2	2	3	3	3,2
Reprovado	066	LEDA DOS SANTOS	8	1	2	2	5	5	3,2
Reprovado	162	MARLI MACHADO	9	0	2	2	5	5	3,2
Reprovado	349	MAYARA TERRES DOS SANTOS	8	3	2	2	3	3	3,2
Reprovado	076	NAILDE DE VALLE	9	1	3	3	3	3	3,2
Reprovado	357	NELCI BERNARDETE GOMES	7	6	0	0	3	3	3,2
Reprovado	022	SILMARA SILVEIRA DUTRA DA SILVA	6	3	3	3	4	4	3,2
Reprovado	141	ANGELA ADRIANA BORMAN RAMOS	6	2	3	3	4	4	3,0
Reprovado	075	JAQUELINE INACIO	5	5	2	2	3	3	3,0
Reprovado	229	JOICE MAYARA DA SILVA ESTAEI	9	0	3	3	3	3	3,0
Reprovado	307	JULIANE SALETE NARCIZO	8	4	1	1	2	2	3,0
Reprovado	073	NEUSETE DE RAMOS	5	3	3	3	4	4	3,0
Reprovado	258	SABRINA BALDO KLAUS	7	4	1	1	3	3	3,0
Reprovado	291	SANDRA TERESINHA DURANTE	8	2	2	2	3	3	3,0
Reprovado	189	SIMONY FAVERO MARCOLAN	7	3	3	3	2	2	3,0
Reprovado	346	ANDRESSA EDUARDA FRANÇA	7	4	2	2	1	1	2,8
Reprovado	089	ELIZANE ANTUNES	7	1	1	1	5	5	2,8
Reprovado	168	JANETE BARUFKE	5	2	2	2	5	5	2,8
Reprovado	079	JUSARA TERESINHA RITTER ROBERTO	9	3	1	1	1	1	2,8
Reprovado	350	KATIANE SILVEIRA	10	0	3	3	1	1	2,8
Reprovado	177	DEBORA MOSSI	4	4	1	1	4	4	2,6
Reprovado	199	LARA TOSCAN	5	4	2	2	2	2	2,6
Reprovado	221	SOELI FERREIRA DOS PASSOS SCHUSTER	4	2	3	3	4	4	2,6
Reprovado	345	ADRIANE PONTEL TERRAS	7	2	1	1	2	2	2,4
Reprovado	289	CARLA DENIZE FERREIRA	8	3	0	0	1	1	2,4



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Reprovado	214	DIVA MARIANE DE OLIVEIRA DA SILVA	6	3	0	3	2,4
Reprovado	262	GRACIELI APARECIDA SILVANI CERIZOLLI	7	3	1	1	2,4
Reprovado	183	SIMONE ELY PINTO	7	2	0	3	2,4
Reprovado	119	JÉSSICA DALL IGNA LIMA	4	2	3	2	2,2
Reprovado	041	LUCIANO DE SOUZA	6	1	1	2	2,0
	211	ADRIANA CRISTINA DE OLIVEIRA	-	-	-	-	FALTANTE
	152	ALEXANDRA ANDREZA SCHNAIDER	-	-	-	-	FALTANTE
	113	ANA CLAUDIA BELT DOS SANTOS	-	-	-	-	FALTANTE
	373	ANA PAULA LEMES	-	-	-	-	FALTANTE
	369	ANGELA IRINEIA TEALDO	-	-	-	-	FALTANTE
	026	AYLA DE OLIVEIRA	-	-	-	-	FALTANTE
	150	CARLA APARECIDA ALVES	-	-	-	-	FALTANTE
	191	CAUE AUGUSTO GARCIA	-	-	-	-	FALTANTE
	040	CELINE SALDANHA FENIS	-	-	-	-	FALTANTE
	383	CLEMI ALVES E SOUZA	-	-	-	-	FALTANTE
	207	DANIEL SOUZA RODRIGUES	-	-	-	-	FALTANTE
	030	DANIELA VELASQUE ROSA	-	-	-	-	FALTANTE
	078	DANIELE CRISTINE SCHERER	-	-	-	-	FALTANTE
	261	DJONATHAN JOSE TREVISOL	-	-	-	-	FALTANTE
	231	EDIVANIA APARECIDA CARVALHO MOURA	-	-	-	-	FALTANTE
	347	ELAINE SALETE BIESSEK	-	-	-	-	FALTANTE
	004	ELIANE PRESTES DOS SANTOS	-	-	-	-	FALTANTE
	083	ELSO DALMOLIN	-	-	-	-	FALTANTE
	164	ELZA APARECIDA GLORIA FERREIRA	-	-	-	-	FALTANTE
	052	FABIANA BORGES DA SILVA	-	-	-	-	FALTANTE
	380	FABIANE DE SOUZA	-	-	-	-	FALTANTE
	372	FABIOLA MACHADO MASARRO	-	-	-	-	FALTANTE
	170	GEIZIANI DA SILVA	-	-	-	-	FALTANTE
	149	GHYORGIA VANESSA ROSA	-	-	-	-	FALTANTE
	043	GISLAINE MANGA	-	-	-	-	FALTANTE
	038	GLEDIS SALDANHA FENIS	-	-	-	-	FALTANTE
	358	GUILHERME ANTONIO VRZA DOS SANTOS	-	-	-	-	FALTANTE





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

029	IDIR FAITTA KILIAM	-	-	-	-	FALTANTE
196	IONICE MARTINS	-	-	-	-	FALTANTE
172	JANAINA DE OLIVEIRA	-	-	-	-	FALTANTE
314	JAQUELINE ANTUNES	-	-	-	-	FALTANTE
185	JESSICA ALVES NUNES	-	-	-	-	FALTANTE
039	JESSICA THALIA RODRIGUES	-	-	-	-	FALTANTE
025	JEZICA DOS SANTOS	-	-	-	-	FALTANTE
265	JOEL ANTONIO PEDROSO	-	-	-	-	FALTANTE
094	JOZIANI BITENCOURT RODRIGUES DA SILVA	-	-	-	-	FALTANTE
159	JULIANA MACHADO	-	-	-	-	FALTANTE
028	JULIANE FERNANDES DOS SANTOS RIVA	-	-	-	-	FALTANTE
024	KARINA HIPOLITO PEREIRA	-	-	-	-	FALTANTE
361	KEROLLIM CRISTINA BARCKI	-	-	-	-	FALTANTE
014	LINDAIR DA APARECIDA DA SILVA VELHO	-	-	-	-	FALTANTE
213	LUCAS RENATO JACINTHO	-	-	-	-	FALTANTE
184	LUIS GUSTAVO BRESSAN	-	-	-	-	FALTANTE
131	LUIZA MACIEL DE OLIVEIRA	-	-	-	-	FALTANTE
203	MAIARA MARIA PUERARI	-	-	-	-	FALTANTE
308	MARCIANA MALACARNE	-	-	-	-	FALTANTE
005	MARIA CANDIDA NUNES COSTA	-	-	-	-	FALTANTE
046	MARLI DE FATIMA ROMANINI	-	-	-	-	FALTANTE
266	MARINES FIUZA	-	-	-	-	FALTANTE
049	MARINEZ FERNANDES TOMKELSKI	-	-	-	-	FALTANTE
217	MARIVETE PRESTES DOS SANTOS	-	-	-	-	FALTANTE
329	MARTA MIRELA GRANELLA	-	-	-	-	FALTANTE
243	NADIA CRISTINA BONGIOVANNI	-	-	-	-	FALTANTE
016	NEUSA FATIMA FELISBINO	-	-	-	-	FALTANTE
303	PATRICIA LEMES DA SILVA	-	-	-	-	FALTANTE
388	PRISCILLA MORONES RODRIGUES	-	-	-	-	FALTANTE



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

111	RITA COLPANI DALMOLIN	-	-	-	-	FALTANTE
256	SALAZETE ROSSAROLA FICANHA	-	-	-	-	FALTANTE
143	SANDRA APARECIDA DE SOUZA	-	-	-	-	FALTANTE
315	SANDRA DE BARROS DE SOUSA	-	-	-	-	FALTANTE
228	SANDRA MOICA RODRIGUES	-	-	-	-	FALTANTE
072	SARA MURARI TERES	-	-	-	-	FALTANTE
206	SILVANA MODESTO DE MELLO	-	-	-	-	FALTANTE
335	SONIA DE MOURA	-	-	-	-	FALTANTE
348	TAILINI PRISCILA GARCIA	-	-	-	-	FALTANTE
090	TALITA GABRIELA PESENTE DE SOUZA	-	-	-	-	FALTANTE

Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Colônia Cella						
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Básicos em Saúde	Matemática	Português
1º	130	ARIANE ALVES FERNANDES	Nº de Acertos 18	Nº de Acertos 7	Nº de Acertos 3	Nº de Acertos 6
	084	MARISTELA FERNANDES CABRAL COSTA PORTILHO	-	-	-	-
						Nota final da prova objetiva 6,8
						FALTANTE

Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Eldorado						
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Básicos em Saúde	Matemática	Português
1º	117	SINARA REGINA DIAVAN	Nº de Acertos 17	Nº de Acertos 9	Nº de Acertos 5	Nº de Acertos 9
2º	353	ANDREA DA ROSA E SILVA	18	8	5	6
3º	238	JESSICA RODRIGUES	20	7	2	6
						Nota final da prova objetiva 8,0
						7,4
						7,0



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

4º	080	JANAINA LOPES DE GOIS	18	8	1	7	6,8
5º	355	ANGELICA SANGOI	17	8	1	8	6,8
6º	227	ANGEL ATUMPF FERREIRA	14	7	3	10	6,8
7º	288	FERNANDA IBRAINA FERREIRA GONÇALVES	15	7	4	7	6,6
8º	302	CLAUDINEIA E JESUS LEITE	19	8	1	4	6,4
9º	251	BRUNA DA ROCHA CANDATEN	14	7	4	7	6,4
10º	270	VENILDA VOLMER MACHADO	13	8	3	6	6,0

Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Leste (urbana)							
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Básicos em Saúde	Matemática	Português	Nota final da prova objetiva
			Nº de Acertos	Nº de Acertos	Nº de Acertos	Nº de Acertos	
1º	382	ANA LUCIA PEREIRA FERREIRA	21	10	4	8	8,6
2º	012	MARINES MARTINI	23	8	4	6	8,2
3º	118	SILVANDRA KLOSINSKI	21	8	4	8	8,2
4º	175	ELOI APARCIDA MARTARELO MOREIRA DE PAULA	19	8	3	10	8,0
5º	250	PATRICIA DE PAULA KNOB	18	7	5	10	8,0
6º	009	CATIA MARIA PEREIRA PUTZEL	18	9	3	9	7,8
7º	283	JANETE MIGUELINA RODRIGUES	18	7	4	10	7,8
8º	063	MICHEL ROMANO	21	9	3	5	7,6
9º	327	ANDRESSA RODRIGUES DA SILVA	20	9	4	5	7,6
10º	367	FABIANE PONTEL TERRAS	21	6	3	7	7,4
11º	161	CLEUSA LEMES TEIXEIRA	17	8	2	10	7,4
12º	166	JESSICA SERRAGLIO	18	8	2	8	7,2
13º	267	JESSICA BERNARDI	15	8	4	9	7,2
14º	147	JUSSARA MOREIRA DE PAULA KNOB	19	9	1	6	7,0
15º	245	TALIA DE SOUZA PINTO	19	7	1	8	7,0
16º	239	DEBORA TAMIRES PDRA HUME	17	8	1	9	7,0
17º	381	ELISANDREIA CRISTIANE JUSTINO	19	6	3	6	6,8



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

18º	105	BARBARA CRISTINA HALBERSTADT	17	9	1	7	6,8
19º	360	ELISANGELA GONÇALVES DA ROSA	15	9	2	8	6,8
20º	195	CLEBERSON FRANCISCO ROQUE DE LIMA	15	8	4	6	6,6
21º	126	JANDIRA SMOLINSKI CANALLE	17	7	1	6	6,2
22º	234	CENIRA PEDROSO DA SILVA	16	5	2	6	5,8
23º	044	ORTENILA DE FATIMA GUERREIRO	16	6	1	5	5,6
24º	248	KATRINE LEITE KOLING	16	3	3	6	5,6
25º	085	ROSILENE DA SILVA	13	6	2	7	5,6
	013	CLARISE DA ROCHA ORTIZ	-	-	-	-	FALTANTE
	098	DAIANA VARELA DA SILVA	-	-	-	-	FALTANTE
	362	ELIANE DOS SANTOS I	-	-	-	-	FALTANTE
	194	PATRICIA APARECIDA PERAO	-	-	-	-	FALTANTE
	201	RAQUEL DOS ANJOS	-	-	-	-	FALTANTE

**Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Leste (rural)**

Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Básicos em Saúde	Matemática	Português	Nota final da prova objetiva
			Nº de Acertos	Nº de Acertos	Nº de Acertos	Nº de Acertos	
1º	263	MAYARA JORDANI	22	8	3	9	8,4
2º	336	NOELI VERONICA TOEBE	18	9	5	10	8,4
3º	320	FABIANO JUNIOR COLLETTE	20	6	4	6	7,2
4º	328	JESSICA LUANA RODRIGUES DA SILVA	19	7	3	5	6,8
5º	053	ANGELA SOARES DO NASCIMENTO	16	6	2	5	5,8



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Norte							Nota final da prova objetiva
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato	Conhecimentos Específicos Nº de Acertos	Conhecimentos Básicos em Saúde Nº de Acertos	Matemática Nº de Acertos	Português Nº de Acertos	
1º	204	EDIANE PRESTES DE OLIVEIRA DA SILVA	22	9	5	9	9,0
2º	292	ANA CRISTINA BUENAVIDES ANTUNES	24	9	4	7	8,8
3º	311	CHARIANE CAMILA WERLANG	20	10	5	9	8,8
4º	109	MARISETE VARGAS	23	7	5	7	8,4
5º	286	EMANUELLE ANTUNES DE OLIVEIRA	21	9	3	9	8,4
6º	060	ALINE REMPP DUTRA GRITTI	20	9	4	9	8,4
7º	318	JUCIELE TATIANI PUTZEL ROSA PARIZOTTO	21	8	4	8	8,2
8º	237	LISIA DE OLIVEIRA CUNHA	20	9	4	8	8,2
9º	230	ELIANE FURLANETTO DA SILVA	19	9	4	9	8,2
10º	384	SIRLEI FATIMA RIBEIRO	21	8	3	7	7,8
11º	032	MARIA ELIZABETE DE OLIVEIRA	21	7	3	8	7,8
12º	138	PAULA CRISTINA DOS SANTOS MORAES	22	8	2	6	7,6
13º	148	LUCIANA PRUDENTE	19	8	4	7	7,6
14º	212	JENYPHER ANSOLIN	20	7	3	7	7,4
15º	190	IVANETE CAVASIN	16	10	2	9	7,4
16º	081	ESTER MIRIA FRAGOZO POMPEO	19	7	2	8	7,2
17º	034	AIDA DE FATIMA SENDROSKI	18	6	3	8	7,0
18º	300	JOCEMARA DE FATIMA PASCOALINA	20	6	4	4	6,8
19º	108	PATRICIA GONÇALVES DE QUADROS	20	5	3	6	6,8
20º	354	MIRIA SANDRA FORTES	17	5	5	7	6,8
21º	352	PAMELA ANGELICA PEREIRA ROEDER	14	7	5	8	6,8
22º	002	ANALITA ANTUNES	18	4	2	7	6,2
23º	155	ROSEMAR MARIA STANICHUK	17	6	0	8	6,2
24º	340	JAQUELINE VICENZI	14	7	4	6	6,2
25º	145	LAIS DE TOLEDO	17	4	2	6	5,8
26º	374	EDITE NICKELLE	15	5	3	6	5,8



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

27º	100	CRISTIANE WILLES	13	7	3	5	5,6
Reprovado	158	JOSE ANTONIO FARIAS	13	5	2	3	4,6
	173	ANGELITA FERNANDA COLOMBO RAYT	-	-	-	-	FALTANTE
	319	MARIA APARECIDA BARBOSA	-	-	-	-	FALTANTE
	254	NADIA CRISTINA RAMBO ZANCHET	-	-	-	-	FALTANTE
	074	PAULO SERGIO RANGEL FERREIRA	-	-	-	-	FALTANTE

**Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Saic**

Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Básicos em Saúde	Matemática	Português	Nota final da prova objetiva
			Nº de Acertos	Nº de Acertos	Nº de Acertos	Nº de Acertos	
1º	036	MELLISSA ASTROGILDO MARKOV	22	10	4	10	9,2
2º	344	FABIANA DE ALMEIDA SOARES	20	10	5	9	8,8
3º	215	VANDRESSA DE OLIVEIRA	21	9	3	9	8,4
4º	017	SUZANE BERGAMASCHI	19	10	4	8	8,2
5º	310	VIRTE MARIA BARELLA	19	6	4	9	7,6
6º	135	TALHANA SOARES DA ROSA	20	7	2	7	7,2
7º	015	DANIELA MORAIS	18	8	3	6	7,0
8º	233	KETYLIN GABRIELI ALVES	17	7	3	8	7,0
9º	264	ELI KARINI DOS SANTOS	16	6	4	5	6,2
10º	064	CACIANE CAZUNI	14	6	3	8	6,2
11º	223	FERNANDA TELES CAMARGO FERREIRA	17	5	1	5	5,6
	103	CARLOS EDUARDO REINA	-	-	-	-	FALTANTE
	008	CRISTIANE ALVES MARTINS	-	-	-	-	FALTANTE
	339	GERSON JUNIOR DE SA	-	-	-	-	FALTANTE
	366	LUCIVONE ALVES DE SOUZA	-	-	-	-	FALTANTE
	021	MARIZETE KEHL	-	-	-	-	FALTANTE
	269	ROSIANE ANTUNES	-	-	-	-	FALTANTE





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Sede Figueira						
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Básicos em Saúde	Matemática	Português
	160	ALINE ALVES FERNANDES BOSING	Nº de Acertos	Nº de Acertos	Nº de Acertos	Nº de Acertos
			-	-	-	-
						FALTANTE

Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Sul (urbana)						
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Básicos em Saúde	Matemática	Português
1º	351	GRACIELI BARP VIEIRA DA ROCHA	Nº de Acertos	Nº de Acertos	Nº de Acertos	Nº de Acertos
			25	9	5	9
2º	255	VANESSA DA ROCHA	25	10	4	8
3º	059	SOLANGE TEREZINHA BURILLE	23	9	4	10
4º	247	LUCILENE FINATTO	20	10	3	8
5º	218	CLEUSA ELIANE GIACOMELLI GERSTLACHER	19	9	4	6
6º	077	PAMELA TAIANE DIAS DA SILVA	17	8	3	5
7º	312	ADRIANA FATIMA VIEIRA	13	6	1	6
Reprovado	241	GIZELE MACHADO	11	4	2	6
						4,6

Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Sul (rural)						
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Básicos em Saúde	Matemática	Português
			Nº de Acertos	Nº de Acertos	Nº de Acertos	Nº de Acertos
1º	121	FABIANA ANDREIA DISNER	19	9	4	9
2º	156	ALESSANDRA BAPTISTA DE QUADROS	21	9	1	6
3º	122	CAMILA ELEUTERIO LEITE	19	8	3	6
4º	129	ROGERIO FIERLING	13	7	3	4
	011	SIMONE DE LIMA	-	-	-	-
						FALTANTE



Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Vila Real (urbana)								
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato	Conhecimentos Específicos		Conhecimentos Básicos em Saúde	Matemática	Português	Nota final da prova objetiva
			Nº de Acertos	Nº de Acertos				
1º	375	ROSIANE DA SILVA VITENCOURT	21	9	4	9	8,6	
2º	050	GEISI DO NASCIMENTO	21	6	5	9	8,2	
3º	088	POLIANA BORGES VIEIRA	20	8	3	10	8,2	
5º	209	ANDREIA DO AMARAL	23	9	3	5	8,0	
6º	128	ELIONES BATISTA DOS SANTOS	21	8	4	7	8,0	
7º	095	VIVIAN GRANZIELI MERTZ ZILLI	20	8	4	8	8,0	
8º	125	ELIZETE BONAFE RAMOS	19	8	4	9	8,0	
9º	061	MIRIAN MONTIEL	20	9	4	6	7,8	
10º	299	DAYANE DA SILVA	22	7	2	7	7,6	
11º	179	ANDRIANE D CESARO DE CARLI	21	6	3	8	7,6	
12º	018	IVANI ALVES PEREIRA	22	7	3	5	7,4	
13º	208	VALERIA ALVES DO AMARAL ROSARIO	20	8	2	7	7,4	
14º	387	KAUANE FRANCIELE MACHADO	19	8	3	7	7,4	
15º	042	BELONICE MAZZETTO	19	8	3	7	7,4	
16º	006	DIRCE ALVES PEREIRA	19	8	3	7	7,4	
17º	193	KEILA DA SILVA	19	7	3	7	7,2	
18º	067	FRANCIANE CERRY DA ROSA	17	6	4	9	7,2	
19º	031	CLEUNICE DE MATTOS CALIONI PILONI	18	9	4	4	7,0	
20º	127	FRANCIELI TERESINHA REZENDE	18	8	3	6	7,0	
21º	219	JULIANA PEROZA	18	6	3	7	6,8	
22º	337	ANDRESSA DE SOUZA	14	9	3	8	6,8	
23º	003	JESSICA ADRIANA DE MATOS	19	7	0	7	6,6	
24º	069	ADRIANA MOREIRA	17	7	3	6	6,6	
25º	391	ELENICE DA LUZ TEODORO HEXSEL	16	5	3	9	6,6	
26º	246	CLEUSA DE LURDES CORREA CHAVES	15	8	4	6	6,6	
27º	124	ALEXANDRA BONAFE	18	7	1	5	6,2	



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

28º	181	ILDA GRGOLIN DE CARLI	18	6	2	5	6,2
29º	001	GRAZIELI DE ALMEIDA	16	7	1	7	6,2
30º	033	SANDRA REGINA COITO	15	8	4	4	6,2
31º	091	CENILDA SOARES LEITE NETO	14	9	3	5	6,2
32º	272	CINTYA FONTANELA BERNARDI	18	7	1	4	6,0
33º	058	IVANIA BONAFE	15	7	0	6	5,6
34º	224	IVANETE MASIEIRO	13	8	2	5	5,6
35º	386	ANA PAULA STANICHUK BERNASKI	13	6	1	5	5,0
Reprovado	054	JOICELI SOARES FERREIRA	7	5	1	5	3,6
	140	ANGELA CRISTINA GONÇALVES BERNARDO	-	-	-	-	FALTANTE
	343	ANGELICA DE MELO VASOLER	-	-	-	-	FALTANTE
	176	DORACI BRUTSCHER WISKOW	-	-	-	-	FALTANTE
	359	FLAVIO ALVES DO AMARAL	-	-	-	-	FALTANTE
	279	FABIANA MAIVALD	-	-	-	-	FALTANTE
	298	ROSA NILVA PIRES DOS SANTOS CAMPO	-	-	-	-	FALTANTE

Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Vila Real (rural)							
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Básicos em Saúde	Matemática	Português	Nota final da prova objetiva
			Nº de Acertos	Nº de Acertos	Nº de Acertos	Nº de Acertos	
	047	CATIANE DOS SANTOS	-	-	-	-	FALTANTE
	097	MABILI SCHUTZLER RAMOS	-	-	-	-	FALTANTE

Chapecó-SC, 22 de Agosto de 2017.

**LUCIANO JOSÉ BULIGON**  
Prefeito Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO SAF/ 375/17

DECRETO SAF/Nº. 375/17, de 08 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR

INGRID TORETTI, portadora do CPF nº. 099.862.209-55, para o cargo em Comissão de Assessor Especial, 40 horas semanais, a partir de 09 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de agosto de 2017  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 373/17

DECRETO SAF/Nº. 373/17, de 08 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

FABIA DEMÉTRIO QUAGLIOTTO, portadora do CPF nº 055.019.229-60, Professora ACT 30 horas, para atuar na Instituição de Educação Infantil Professora Lenita Izabel da Silva, em substituição a titular em auxílio maternidade, a partir de 08 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de agosto de 2017.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 374/17

DECRETO SAF/Nº. 374/17, de 08 de agosto de 2017.

NOMEIA DIRETOR DE TRÂNSITO, PARA COORDENAÇÃO E ASSESSORAMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRÂNSITO – SMT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 5º, da Lei n. 1.340, de 22 de março de 2017, resolve:

NOMEAR:

LUCIANO BROLESI, portador do CPF nº 033.382.419-92, para o cargo em comissão de DIRETOR DE TRÂNSITO, 40 horas semanais, a partir de 09 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de agosto de 2017.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 377/17

DECRETO SAF/N. 377/17, de 09 de agosto de 2017.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.360, de 09 de agosto de 2017, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Ref., Transportes e Serv. Públicos		
ÓRGÃO	09	
Construção e Ampliação da Unidade Operacional da Secretaria de Obras	1.029	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações diretas	200.000,00
TOTAL		200.000,00

Art. 2º. Para dar suporte a suplementação acima, são reduzidas no mesmo orçamento as seguintes dotações:

Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Ref., Transportes e Serv. Públicos		
ÓRGÃO	09	
Manutenção da Secretaria de Obras, Transp e Serviços	2.035	
Elemento	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações diretas	75.000,00

Secretaria de Des. Econ., Meio Ambiente, Turismo e Comunicações		
ÓRGÃO	10	
Manutenção Atividade Secret. Des. Econ. Tur.Com.	2.051	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações diretas	125.000,00
TOTAL		200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gadzinski, 09 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 378/17**

DECRETO SAF/N. 378/17, de 09 de agosto de 2017.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.361, de 09 de agosto de 2017, resolve,

**DECRETAR:**

Art. 1º Abre crédito especial no orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, no valor de R\$ 9.370,00(nove mil trezentos e setenta reais) para o exercício de 2017, para dar suporte ao Convênio com a Cooperativa de Agricultores Familiares de Siderópolis – COOPERBELLUNO, com a seguinte discriminação:

08 – Secretaria de Agricultura e Abastecimento	
2.047 – Implantação e Manut. De Programas de Incentivos e Ger. Renda	
3.3.50.00.00.00.00.0110 – Transf. a Inst., privadas s/fins lucrat.	R\$ 9.370,00

Art. 2º O crédito de que trata o anterior correrá por conta de anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada:

08 – Secretaria de Agricultura e Abastecimento	
2.047 – Implantação e Manut. de Programas de Incentivos e Ger. Renda	
3.3.90.00.00.00.00.0110– Aplicações Diretas	R\$ 9.370,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de agosto de 2017.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 379/17**

DECRETO SAF/Nº. 379/17, de 09 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**NOMEAR:**

MARINETE CACHOEIRA, portadora do CPF nº 048.100.199-93, Professor ACT 30 horas, para atuar na Creche Municipal Octávia Búriço Gaidzinski – Morada da Alegria, em substituição a titular em auxílio doença, a partir de 09 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de agosto de 2017.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 380/17**

DECRETO SAF/Nº. 380/17, de 09 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**NOMEAR:**

ELEONOR JOSÉ SOLIGO JUNIOR, portador do CPF nº 086.540.649-94, Médico Clínico Geral 20 horas semanais, para atuar no ESF Jardim Itália, a partir de 14 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de agosto de 2017.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 381/17**

DECRETO SAF/Nº. 381/17, de 09 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**FAZER CESSAR**

os efeitos do Decreto SAF/N. 318/14, de 25 de junho de 2014, que designou GIANE CARVALHO CARNIATO, para atuar como Coordenador de ESF, nos ESF's de Cocal do Sul, a partir de 14 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de agosto de 2018.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 382/17**

DECRETO SAF/Nº. 382/17, de 09 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**NOMEAR:**

MORGANA BOSA MACCARI, portadora do CPF nº 030.584.491-05, para o cargo em comissão de Coordenador de ESF, a partir de 14 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de agosto de 2017.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 383.17**

DECRETO SAF/ Nº. 383/17, de 10 de agosto de 2017.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.331, de 21 de dezembro de 2016, resolve:

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Transp. e Serv. Públicos

1.021 - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos

4.4.90.00.00.00.00.0094 – Aplicações Diretas	R\$ 240.000,00
--	----------------

1.022 – Pavimentação e Recup. de Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios

4.4.90.00.00.00.00.0094 – Aplicações Diretas	R\$ 330.000,00
--	----------------

TOTAL ..... R\$ 570.000,00

Art. 2º Para dar suporte a suplementação acima, fica suplementado o orçamento de 2017, nos termos do artigo 7º da Lei n.4.320/64

e artigo 10 da Lei Municipal n. 1.331, de 21 de dezembro de 2016, por conta do excesso ou provável excesso arrecadação no exercício de 2017, pelo Convênio n. CV 0267/16 celebrado com a União-Funasa, para aquisição de Caminhão de Lixo e Contratos de repasses, via Ministérios das Cidades n. 828763/2016 e 837741/2016 para implantação de passeios públicos nos bairros Jardim Bela Vista, Jardim Itália e Cristo Rei e pavimentação e drenagem de ruas na Linha Tigre.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### **DECRETO SAF/N. 384/17**

DECRETO SAF/Nº. 384/17, de 10 de agosto de 2017.

DESIGNA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE COCAL DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

DESIGNAR:

Art. 1º O Conselho Municipal de Trânsito de Cocal do Sul, instituído pelo Decreto SAF/Nº. 59/10, de 10 de fevereiro de 2010, tem a seguinte composição:

I – EVERTON FRASSON FRAGNANI – Titular e ALESSANDRO CARARA ANTUNES – Suplente, representantes da Secretaria de Obras Viárias e Edificações, Saneamento Básico, Reforma Urbana, Transportes e Serviços Públicos;

II – LUCIANO BROLESI – Titular e EDU MAURICIO FILHO – Suplente, representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente, Turismo e Comunicações;

III – ALEXANDRE PIROTTI DA FONTOURA – Titular e ALLAN PRETTO – Suplente, representantes da Polícia Militar;

IV – EVANDRO CARLOS RODRIGUES – Titular e EVANDRO CIPRIANO – Suplente, representantes da Polícia Civil;

V – EDSON SANTANA – Titular e FABIANO MARQUES – Suplente representantes da Polícia Rodoviária Estadual;

VI – ELIANE STEINBACH GIL – Titular e TEODOMIRO DOS SANTOS DORNELLES – Suplente, representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL;

VII – MOISES DOS SANTOS – Titular e MARCEL FREITAS – Suplente, representantes da Câmara de Vereadores,

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto SAF/Nº. 203/17, de 15 de março de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLÉDIO FACHIN

Secretário de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas

### **DECRETO SAF/N. 385/17**

DECRETO SAF/Nº. 385/17, de 14 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

MARIA APARECIDA ROMAGNA ZANINI, portadora do CPF nº. 020.872.339-00, Servente de Limpeza ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 519/13, de 04 de novembro de 2013, a partir de 15 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### **DECRETO SAF/N. 386/17**

DECRETO SAF/Nº. 386/17, de 14 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

MARIA LOECI DA ROSA BORGES, portadora do CPF nº. 025.001.899-37, Agente Comunitária de Saúde, admitida em 01 de maio de 2006, a partir de 15 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### **DECRETO SAF/N. 388/17**

DECRETO SAF/ Nº. 388/17, de 17 de agosto de 2017.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.331, de 21 de dezembro de 2016, resolve: DECRETO:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 – Secretaria de Adm., Planej. Fazenda e Finanças Públicas  
2.007 – Manutenção dos Serviços contábeis, financeiros e arrecadação

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
---	---------------

Órgão: 09 – Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Ref e Transp. Públicos  
2.038 – Manutenção dos Serviços contábeis, financeiros e arrecadação

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
---	---------------

TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º Para dar suporte a suplementação acima, fica reduzida no mesmo orçamento a seguinte dotação orçamentária:



Órgão: 05 – Secretaria de Adm., Planej. Fazenda e Finanças Públicas

2.007 – Manutenção dos Serviços contábeis, financeiros e arrecadação

3.3.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
---	---------------

Órgão: 09 – Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Ref e Transp. Públicos

2.038 – Manutenção dos Serviços contábeis, financeiros e arrecadação

3.3.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
---	---------------

TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

## EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/PMCS/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/PMCS/2017

Pregão Presencial Nº 38/PMCS/2017

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2017

O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, com sede na Avenida Dr. Polidoro Santiago, 519 - Cocal do Sul - SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o Nº 95.778.056/0001-88, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pela Sr. ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 425.947, expedida pelo SSP de SC, e inscrito no CPF sob o nº343.081.649-15, e a empresa DISTRIMEL – MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP CNPJ/MF n.º 03.317.788/0001-52 estabelecida na Rua Rubens Faraco, nº 2051, Humaitá, Tubarão - SC, doravante denominada DETENTORA DA ATA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 142/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 38/PMCS/2017, para Registro de preços de materiais elétricos para iluminação pública, segundo as cláusulas e condições a seguir:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços de materiais elétricos para iluminação pública, para aquisições futuras, no atendimento ao Município de Cocal do Sul, de acordo com as especificações a seguir.

2. Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa de compra para 12 (doze) meses, a aquisição dos produtos será de forma parcelada e de acordo com as necessidades da Prefeitura, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

## CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo.

1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, serviços de entrega, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

[illegible]

8	CABO RÍGIDO 2,5MM FORMADO POR FIO DE COBRE. ISOLAÇÃO DE PVC 70º (POLICLORETO DE VINILA) TIPO ANTI-CHAMA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS QUANTO A NÃO PROPAGAÇÃO DO FOGO E AUTO-EXTINÇÃO DO FOGO (PVC/A-BWF-B). TENSÕES NOMINAIS DE 450 A 750V. COR A ESCOLHER.	M	200,00	CORFIO	0	0,85	170,00
9	FITA ISOLANTE 20MTS	UN	100,00	ENERBRAS	0	3,60	360,00
12	LUMINÁRIA ABERTA E27 DE ALUMÍNIO ESTAMPADA COM REFLETOR ESCALONADO. ESPECIFICAÇÃO: DEVE SER CONSTRUÍDO EM CHAPA DE ALUMÍNIO DE ALTA PUREZA, COM ESPESSURA MÍNIMA DA CHAPA DE 0,6 MM, SUPERFÍCIE POLIDA COM ALTO BRILHO E COM TRATAMENTO ANODIZADO, DEVE PROPICIAR PEQUENOS AJUSTES, ESTAR DENTRO DA NORMA NBR 5101.	UN	250,00	OLIVO	0	22,00	5.500,00
13	LUMINÁRIA ABERTA E27 300W (MAIOR) DE ALUMÍNIO ESTAMPADA COM REFLETOR ESCALONADO. ESPECIFICAÇÃO: DEVE SER CONSTRUÍDO EM CHAPA DE ALUMÍNIO DE ALTA PUREZA, COM ESPESSURA MÍNIMA DA CHAPA DE 0,6 MM, SUPERFÍCIE POLIDA COM ALTO BRILHO E COM TRATAMENTO ANODIZADO, DEVE PROPICIAR PEQUENOS AJUSTES, ESTAR DENTRO DA NORMA NBR 5101.	UN	50,00	OLIVO	0	41,80	2.090,00
14	LUMINÁRIA FECHADA E40 COM PROTEÇÃO DE POLICARBONATO. ESPECIFICAÇÃO: DEVE SER CONSTRUÍDO EM CHAPA DE ALUMÍNIO DE ALTA PUREZA, COM ESPESSURA MÍNIMA DA CHAPA DE 0,6 MM, SUPERFÍCIE POLIDA COM ALTO BRILHO E COM TRATAMENTO ANODIZADO, DEVE PROPICIAR PEQUENOS AJUSTES. O FECHAMENTO DEVE SER COM PROTEÇÃO DE POLICARBONATO DE ALTA TRANSPARÊNCIA, COM GRAU DE PROTEÇÃO CONTRA A ENTRADA DE ÁGUA IP65, TODOS OS COMPONENTES DE FECHAMENTO DEVEM SUPORTAR A TEMPERATURA DE 150º C SEM PERDER SUAS CARACTERÍSTICAS.	UN	80,00	OLIVO	0	90,00	7.200,00
15	REATOR EXTERNO, BAIXA PERDA, PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 250W, 220V, 60HZ, FATOR DE POTÊNCIA 0,92 (MIN), COM IGNITOR TEMPORÁRIO, GALVANIZADO A FOGO, CONFORME NORMA NBR 13593.	UN	150,00	DEMAPE	0	65,00	9.750,00
16	REATOR EXTERNO, BAIXA PERDA, PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 70W, 220V, 60HZ, FATOR DE POTÊNCIA 0,92 (MIN), COM IGNITOR TEMPORÁRIO, GALVANIZADO A FOGO, CONFORME NORMA NBR 13593.	UN	500,00	DEMAPE	0	41,65	20.825,00
				Total do Participante -->			
				47.260,00			

**CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS**

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Entregar os materiais de forma parcelada, conforme solicitação do DEPARTAMENTO DE COMPRAS, e deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA ATA, em locais indicados na ordem de fornecimento, sempre no território do município de Cocal do Sul, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, conforme o produto, através do Departamento de Compras.

2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.

3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS**

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal 142/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

**CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega e instalação dos produtos, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente de cada ENTIDADE PARTICIPANTE,

autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Cocal do Sul-SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativos a Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos. A CONTRATADA com sede no Município de Cocal do Sul-SC também deverá apresentar Certidão Negativa de Débito Municipal e ainda, comprovante de recolhimento do ISS, sob pena de retenção.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

##### 1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;

2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega dos produtos no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

**CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

**CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO**

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

**CLAUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

1. Integram esta Ata de Registro de Preços, Edital de Pregão Presencial 38/PMCS/2017, seus anexos e a proposta/lance da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 142/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Urussanga/SC, com renuncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de Agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN Prefeito Municipal	DISTRIMEL – MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP Detentora da Ata
---------------------------------------	---

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/PMCS/2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 56/2017.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/PMCS/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de materiais elétricos para iluminação pública, para aquisições futuras, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 14/08/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 38.376,50 (trinta e oito mil e trezentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).



# Concórdia

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2017 PMC – AQUISIÇÃO DE BENS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2017 – PMC  
AQUISIÇÃO DE BENS

Objeto: Aquisição de cestas alimentação para os servidores públicos municipais, ativos e inativos, com base na Lei Complementar Municipal nº 732/2017 e Decreto nº 6.188/2017, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 05/09/2017.

Abertura: dia 06/09/2017 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2205.

Concórdia, SC, 22 de agosto de 2017.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

### **ANÁLISE E JULGAMENTO - CENTRO UNIVERSITÁRIO SOCIESC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2017  
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

#### **ANÁLISE E JULGAMENTO**

Aos dezoito dias do mês de agosto de 2017, a Comissão de Credenciamento, designada pelo Decreto nº 380/2017, de 3 de abril de 2017, reuniu-se para efetuar a análise e julgamento da documentação apresentada pela Sociedade Educacional de Santa Catarina, mantenedora do Centro Universitário SOCIESC, objetivando a formalização entre as partes as condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados.

Dá análise, observou-se que a Instituição atendeu ao disposto no Edital de Credenciamento nº 1/2017, especificamente os itens 3.11 e 3.12. Dessa forma, JULGAMOS a Sociedade Educacional de Santa Catarina, mantenedora do Centro Universitário SOCIESC, inscrita no CNPJ sob nº 84.684.182/0001-57, APTA a celebrar Termo de Convênio com o Município de Concórdia, com o fim específico de formalizar entre as partes condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados.

Publique-se, na forma da Lei, cientifique-se a Entidade, e encaminhe-se o Termo de Convênio para assinatura do Senhor Prefeito Municipal.

Concórdia, SC, 18 de agosto de 2017.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Presidente

TABARA PASQUALOTTO

Membro

GRACIELA SANDRIN

Membro

### **ANÁLISE E JULGAMENTO - FACC FACULDADE CONCÓRDIA**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2017  
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

#### **ANÁLISE E JULGAMENTO**

Aos dezoito dias do mês de agosto de 2017, a Comissão de Credenciamento, designada pelo Decreto nº 380/2017, de 3 de abril de 2017, reuniu-se para efetuar a análise e julgamento da documentação apresentada pela Sociedade Educacional Concórdia Ltda. – FACC Faculdade Concórdia, objetivando a formalização entre as partes as condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados.

Dá análise, observou-se que a Instituição atendeu ao disposto no Edital de Credenciamento nº 1/2017, especificamente os itens 3.11 e 3.12. Dessa forma, JULGAMOS a Sociedade Educacional Concórdia Ltda. – FACC Faculdade Concórdia, inscrita no CNPJ sob nº 05.220.468/0001-05, APTA a celebrar Termo de Convênio com o Município de Concórdia, com o fim específico de formalizar entre as partes condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados.

Publique-se, na forma da Lei, cientifique-se a Entidade, e encaminhe-se o Termo de Convênio para assinatura do Senhor Prefeito Municipal.

Concórdia, SC, 18 de agosto de 2017.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Presidente

TABARA PASQUALOTTO

Membro

GRACIELA SANDRIN

Membro

### **ANÁLISE E JULGAMENTO - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – FUNOESC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2017  
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

#### **ANÁLISE E JULGAMENTO**

Aos vinte dias do mês de abril de 2017, a Comissão de Credenciamento, designada pelo Decreto nº 380/2017, de 3 de abril de 2017, reuniu-se para efetuar a análise e julgamento da documentação

apresentada pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – FUNOESC, objetivando a formalização entre as partes as condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados.

Dá análise, observou-se que a Instituição atendeu ao disposto no Edital de Credenciamento nº 1/2017, especificamente os itens 3.11 e 3.12. Dessa forma, JULGAMOS a Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – FUNOESC, inscrita no CNPJ sob nº 84.592.369/0001-20, APTA a celebrar Termo de Convênio com o Município de Concórdia, com o fim específico de formalizar entre as partes condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados.

Publique-se, na forma da Lei, cientifique-se a Entidade, e encaminhe-se o Termo de Convênio para assinatura do Senhor Prefeito Municipal.

Concórdia, SC, 20 de abril de 2017.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Presidente

TABARA PASQUALOTTO

Membro

#### **ANÁLISE E JULGAMENTO - INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – IFC – CAMPUS CONCÓRDIA**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2017

COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

#### **ANÁLISE E JULGAMENTO**

Aos dezoito dias do mês de agosto de 2017, a Comissão de Credenciamento, designada pelo Decreto nº 380/2017, de 3 de abril de 2017, reuniu-se para efetuar a análise e julgamento da documentação apresentada pelo Instituto Federal Catarinense – IFC – Campus Concórdia, objetivando a formalização entre as partes as condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados.

Dá análise, observou-se que a Instituição atendeu ao disposto no Edital de Credenciamento nº 1/2017, especificamente os itens 3.11 e 3.12. Dessa forma, JULGAMOS o Instituto Federal Catarinense – IFC – Campus Concórdia, inscrito no CNPJ sob nº 10.635.424/0005-00, APTO a celebrar Termo de Convênio com o Município de Concórdia, com o fim específico de formalizar entre as partes condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados.

Publique-se, na forma da Lei, cientifique-se a Entidade, e encaminhe-se o Termo de Convênio para assinatura do Senhor Prefeito Municipal.

Concórdia, SC, 18 de agosto de 2017.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Presidente

TABARA PASQUALOTTO

Membro

GRACIELA SANDRIN

Membro

#### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2017 – FMS CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2017 – FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aquisição de Bens

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de materiais (peças) para manutenção dos equipamentos odontológicos das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, com recursos oriundos do Governo Federal e contrapartida municipal, conforme descrições constantes nos anexos “A” e “B” deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 05/09/2017.

Início da Sessão: dia 05/09/2017, às 08h30min, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Município de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (0\*\*49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 21 de agosto de 2017.

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT

Gestor do FMS

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 83/2017**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 83/2017**

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO ADR – Reforma Praça Bairro Santa Rita, no valor de R\$ 942,06 (novecentos e quarenta e dois reais e seis centavos).

Concórdia SC, 22 de agosto de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.

Secretário Municipal de Finanças



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO RECEBIMENTO TRANSPORTE ESCOLAR 2017**

Edital de Notificação – Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR – Ensino Médio  
Município de Cordilheira Alta  
Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 5ª parcela do Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR, Ensino Médio no valor de R\$ 10.152,55 (dez mil cento e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

Cordilheira Alta SC, 10 de Agosto de 2017.  
ALTEMIR PEDERSSETTI  
Prefeito Municipal em Exercício

Edital de Notificação – Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR – Ensino Fundamental  
Município de Cordilheira Alta  
Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 5ª parcela do Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR, Ensino Fundamental no valor de R\$ 6.118,11 (seis mil cento e dezoito reais e onze centavos).

Cordilheira Alta SC, 10 de Agosto de 2017.  
ALTEMIR PEDERSSETTI  
Prefeito Municipal em Exercício

### **EXTRATO RETIFICAÇÃO PROC.101/2017 P.P 42/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA  
RETIFICAÇÃO AO EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 101/2017  
PREGÃO PRESENCIAL: 42/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRODUZIR, ORGANIZAR E PROMOVER EVENTOS, A FIM DE COORDENAR A "IV MOSTRA PEDAGÓGICA" E O "ENCONTRO DE CORAIS" REALIZADOS PELAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E DE CULTURA E ESPORTE.

Ficam alterados todos os tópicos que mencionam "IV MOSTRA PEDAGÓGICA":

Onde se lê:  
"IV MOSTRA PEDAGÓGICA"

Leia-se:  
"VI MOSTRA PEDAGÓGICA"

Desta forma, fica inalterada a data de recebimento dos envelopes e abertura da sessão, considerando a retificação não modificar substancialmente as condições estabelecidas no edital.

O edital retificado poderá ser obtido no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br). Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 22 de Agosto de 2017.  
CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N° 46/2017

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial N° 46/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE CARROCERIA PARA TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS.

Tipo: Menor Preço por item.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 05/09/2017.

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 05/09/2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min e das 13h00 às 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 23 de agosto de 2017.

Izeu Jonas Tozetto.

Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 186/2017

DECRETO Nº 186 DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE DEBITOS PERANTE AO SETOR DE TRIBUTAÇÃO E MOVIMENTO ECONÔMICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/94;

Considerando que a Prefeitura Municipal de Coronel Martins SC sempre realizou serviços de máquinas e equipamentos, e a fim de manter a patrulha agrícola em pleno funcionamento, e também visando atender ao princípio do interesse público;

Considerando a Lei Municipal nº 690, de 19 de junho de 2017;

#### DECRETA:

Art. 1º- Os serviços constantes na Lei Municipal nº. 690/2017 somente serão executados, mediante comprovação, para contribuintes que estejam em dia com o setor de arrecadação e setor de movimento econômico (NFPR) da administração municipal. Não serão realizados serviços de máquinas e equipamentos em propriedades particulares, cujo proprietário ou familiares, estejam inadimplentes com o Município de Coronel Martins.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 22 de Agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

### LEI Nº 694/2017

LEI Nº 694, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais; FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do exercício de 2017 do Município de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 464.703,75 (Quatrocentos e sessenta e quatro mil setecentos e três reais e setenta e cinco centavos), na seguinte programação:

02.01 – Gabinete do Prefeito				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
04.122.0003	2.002	Manut. das Ativ. do Prefeito e Vice		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	1	20.000,00
Total				20.000,00
03.01 – Secretaria Munic. De Admin. Planej. e Finanças				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
04.122.0004	2.003	Manut. das Atividades Administrativas		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	4	80.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	9	8.000,00
Total				88.000,00
04.01 – Secretaria Munic. De Educação				

Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
10.306.0010	2.022	Programa Suplementar de Alimentação Escolar		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.3.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	11	20.000,00
Total				20.000,00

## 04.01 – Secretaria Munic. De Educação

Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
12.361.0031	2.061	Manut. Do Ensino Fundamental		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0001 - 00	13	200.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0001-00	17	20.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0001-00	19	7.000,00
Total				227.000,00

## 04.01 – Secretaria Munic. De Educação

Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
12.365.0033	2.062	Manut. Da Educação Infantil		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0018 - 00	26	53.703.75
4.4.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0001- 00	29	1.000,00
Total				54.703.75

## 08.01 – Encargos Gerais do Município

Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
28.846.0001	0.000	Amortização da Dívida Encargos Municipais		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
4.6.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	50	35.000,00
Total				35.000,00

## 13.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
08.243.0101	2.057	Manutenção do Conselho Tutelar		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	56	15.000,00
Total				15.000,00

## 05.01 – Secretaria Munic. De Transporte Obras e Serviços Públicos

Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
26.782.0039	2.044	Manut. Das Atividades Rodoviárias		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
4.4.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	40	5.000,00
Total				5.000,00

Art. 2º - Para satisfazer a cobertura do crédito suplementar citado no Art. 1º, será utilizada a anulação total ou parcial das seguintes programações de recurso.

## 03.01 – Secretaria Munic. De Admin. Planej. e Finanças

Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
04.122.0004	2.003	Manut. das Atividades Administrativas		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.3.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	7	121.000,00
Total				121.000,00

## 04.01 – Secretaria Munic. De Educação

Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
12.361.0031	2.061	Manut. Do Ensino Fundamental		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0019 - 00	14	30.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0019 - 00	18	11.025,00

Total				41.025,00
04.01 – Secretaria Munic. De Educação				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
12.365.0033	2.062	Manut. Da Educação Infantil		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.3.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0019 - 00	28	12.678,75
Total				12.678,75
05.01 – Secretaria Munic. De Transporte Obras e Serviços Públicos				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
26.782.0039	2.044	Manut. Das Atividades Rodoviárias		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.3.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	38	30.000,00
Total				30.000,00
06.01 – Secretaria Munic. De Agricultura e Meio Ambiente				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
20.606.0037	2.038	Ativ. de Apoio A Agricultura e Meio Ambiente		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	41	50.000,00
Total				50.000,00
07.01 – Secretaria Munic. De Desenv. Econômico				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
04.122.0021	2.056	Ativ. de Apoio A Agricultura e Meio Ambiente		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	45	70.000,00
Total				70.000,00
08.01 – Encargos Gerais do Município				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
28.846.0001	0.000	Amortização da Dívida Encargos Municipais		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.2.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	48	35.000,00
Total				35.000,00
13.01 – Fundo Municipal de Assistência Social				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
08.244.0008	2.008	Manutenção do Fundo Municipal da Assistência		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	58	15.000,00
Total				15.000,00
15.01 – Secretaria Cultura Esporte e Lazer				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
27.812.0102	2.058	Manutenção do Secretaria Cultura Esporte e Lazer		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicação Direta	01.0000 - 00	65	90.000,00
Total				90.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, em 15 de Agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretario Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

**PORTARIA Nº 097/2017**

PORTARIA Nº. 097, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 a 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias a partir do dia 01/09/2017 à 30/09/2017.

Nome Cargo Referência

Luiz Bazzi Conselheiro Tutelar 10/01/2016 à 09/01/2017

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 21 de Agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

**PORTARIA Nº 098/2017**

PORTARIA Nº. 098, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS E LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 a 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 20 (vinte) dias a partir do dia 22/08/2017 à 10/09/2017.

Nome Cargo Referência

Isabel de Almeida Paz Fisioterapeuta 02/06/2016 à 01/06/2017

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º A partir do dia 11 de Setembro a servidora entrará em licença sem vencimentos por um período de até 02 (dois) Anos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 21 de Agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

**PORTARIA Nº 099/2017**

PORTARIA Nº. 099, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 a 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

**CONCEDER:**

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 15 (quinze) dias a partir do dia 15/09/2017 à 29/09/2017.

Nome Cargo Referência

Elisangela de Fatima Salvador Enfermeiro 12/07/2015 à 11/07/2016

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 22 de Agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO Nº 001/2017**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE PERMISSÃO USO DE ESPAÇO PÚBLICO À TÍTULO PRECARIO Nº 001 DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

MÊS/ANO: AGOSTO 2017 NÚMERO: 001/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/08/2017 .

DESCRIÇÃO: O objeto do presente Contrato é a Permissão de Uso de Espaço Público a Título Precário e por prazo determinado de uma sala de, aproximadamente, 10 (dez) m², localizada anexa ao prédio da Unidade Básica de Saúde (térreo) destinada à coleta de



materiais para a realização de exames laboratoriais e diagnósticos da população atendida pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Paragrafo único – A Empresa terá direito de usufruir do espaço durante o tempo estabelecido, desde que esteja prestando serviços ao Consórcio Cis-Amosc.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Edson Valgoi OAB/SC 21.916

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 14.437.447/0001-37

CONTRATADA: POZZER E PREZOTTO LTDA

DATA VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2020.

**Correia Pinto****PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO- PROCESSO 08/2017 FHMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO N. 08/2017 FHMCP

O Município de Correia Pinto, através da Secretaria de Administração e da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 24, V da Lei 8.666/93, declara a DISPENSA DE LICITAÇÃO CONTRATAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA A FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL. Valor total é de 308.052,40,00 (trezentos e oito mil, cinquenta e dois reais e quarenta centavos).

Empresa: LABORATORÁRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MARTINS LTDA-ME

CNPJ: 95.878.138/0001-02

A presente declaração encontra-se justificada conforme parecer jurídico e processo de Dispensa de Licitação.

Correia Pinto, 22 de agosto de 2017.

CELSO ROGERIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

**EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 38/2017 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 38/2017 PMCP

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E RECREATIVO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA DE CORREIA PINTO.

Partes:

Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

CSA UNIFORMES E EQUIP. DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EIRELI

CNPJ: 01.271.214/0001-65

Instrumento: Contrato nº 0799/2017 PMCP

Item	Descrição do Item	Unid.	Qtde.	Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
7	Protetor auditivo tipo plug inserção de silicone, com cordão de algodão.	UN	100	R\$ 0,70	R\$ 70,00
11	Capa de chuva em PVC transparente sem forro soldada eletronicamente com manga e capuz, fechamento frontal por botões de pressão, espessura mínima, 0,13 e altura de 1,10m.	UN	100	R\$ 13,80	R\$ 1.380,00
VALOR TOTAL R\$ 1.450,00					

Partes:

Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

Empresa: FACCINA DALTORA EQUIP. DE SEG. LTDA ME

CNPJ: 04.584.756/0001-86

Instrumento: Contrato nº 0798/2017 PMCP

Item	Descrição do Item	Unid	Qtde	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Bota de segurança cano longo tipo impermeável, de uso profissional, confeccionada em policloreto de vinila (pvc), com o cano médio de 33 cm, solado antiderrapante especial e reforçado com ranhuras. (Par)	UN	100	R\$ 25,19	R\$ 2.519,00
2	Botina em couro vaqueta, confeccionado em couro hidrofugada curtido ao cromo, fechamento em elástico, solado de poliuretano bidensidade antiderrapante injetado direto no cabedal, palmilha antibacteriana, sem biqueira de aço. (Par)	UN	150	R\$ 35,89	R\$ 5.383,50
3	Calça Unisex em Brim, cor Azul, Composição 100% Algodão, reforçada, com passante para cinto, fechamento em botão e zíper, com bolsos dianteiros. Cos nas costas com elástico e dois bolsos externos traseiro. Apresentar um acabamento perfeito.	UN	200	R\$ 27,70	R\$ 5.540,00
4	Jaleco Unisex, em Brim, cor Azul, Composição 100% algodão, reforçado, Manga longa, fechamento em botão e dois bolsos: Dois bolsos inferiores frontais. Apresentar um acabamento perfeito.	UN	200	R\$ 32,75	R\$ 6.550,00
5	Luva de segurança confeccionada em couro bovino curtido ao cromo, com reforço entre polegar e indicador, com ou sem reforço palmar interno. Tipo petroleira com elástico embutido no dorso. Acabamento em viés. Costurada com linha de nylon. (Par)	UN	200	R\$ 8,74	R\$ 1.748,00

6	Luva de segurança confeccionada em borracha natural (Látex), revestida internamente com flocos de algodão, antiderrapante na face palmar e nos dedos, lisa na face dorsal e punho. (Par)	UN	200	R\$ 1,73	R\$ 346,00
8	Protetor auditivo tipo concha (circum-auricular), constituído por 2 conchas em plástico, revestidas com almofadas de espuma em suas laterais (que entram em contato com a cabeça do usuário) e no interior das conchas, com atenuação mínima de 20 DB.	UN	100	R\$ 22,49	R\$ 2.249,00
9	Perneira/caneleira de proteção, confeccionada em couro sintético (Extrusado) de 3,5mm de espessura, forrada internamente, com tecido espalmado de 3,5mm em peça única (para sobrepor sobre vestimenta – sem ajuste/regulagem de tamanho), contendo três lâminas de Polipropileno de 0,6 cm de espessura cada, costura com solda eletrônica na parte frontal, costurado nas bordas. (Par)	UN	50	R\$ 11,44	R\$ 572,00
10	Óculos de segurança, constituído de um arco de material plástico preto com um pino central e uma fenda em cada extremidade, utilizados para o encaixe de um visor de policarbonato incolor, com apoio e proteção lateral injetada do mesmo material, com um orifício na parte frontal superior e uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco. O arco possui borda superior com meia-proteção na parte frontal e nas bordas. As hastes são confeccionadas do mesmo material do arco e são compostas de duas peças: uma semi-haste vazada com uma das extremidades fixadas ao arco por meio de parafuso metálico e outra semi-haste vazada com uma das extremidades fixadas ao arco por meio de parafuso metálico e outra semi-haste com um pino plástico em uma das extremidades em que se encaixa na outra extremidade da semi-haste anterior a que permite o ajuste do tamanho.	UN	50	R\$ 2,75	R\$ 137,50
					VALOR TOTAL R\$ 25.045,00

Vigência: 21/08/2017 à 31/12/2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 121/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 0121/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a Empresa SIGMA EMPREENDIMENTOS LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CAMPO DE FUTEBOL NA PRAÇA DA BANDEIRA NO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Processo Licitatório nº 01353/2017.

Tomada de Preços nº 06/2017.

Valor: R\$ 50.883,00

Data: 21/08/2017.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

### EXTRATO PREGÃO 79/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2017 - O Município de Cunha Porã, TORNA PÚBLICO que fará realizar Processo Licitatório sob nº 01489/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 79/2017, do Tipo Menor Preço por Lote, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TRAJES TÍPICOS DE TIROL. Os envelopes serão recebidos até dia 04/09/2017, às 10h30min. e a abertura será no mesmo dia às 10h45 min., no Setor de Licitações do Município, na Rua Moura Brasil, 1639, Centro. Maiores informações pelo telefone (49)3646-3352. Cunha Porã/SC. JAIRO RIVELINO EBELING - Prefeito Municipal.

### EXTRATO PREGÃO Nº 80/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017: O Município de Cunha Porã, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório sob nº 1505/2017, na modalidade Pregão Presencial nº 80/2017, com julgamento por lote, cujo objeto é aquisição de veículo novo destinado ao Gabinete do Prefeito. Os envelopes serão recebidos até dia 04/09/2017, às 09h00min. e a abertura será realizada às 09h15min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã. Informações no Depto de Compras e Licitações. Cunha Porã/SC. JAIRO RIVELINO EBELING - Prefeito Municipal.

# Curitibanos

## PREFEITURA

**EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2017.**

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2017. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Curitibanos. OBJETO: Bens de informática e resgate/salvamento, conforme descrito no anexo. VI-GÊNCIA: 10 (dez) anos a contar da data de assinatura. DATA: Curitibanos, 09 de agosto de 2017. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e José Antônio Guidi, pelo Município.

# Ermo

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 17/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO (F.M.S)

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação n° 17/2017 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando aquisição de um Minibus 16 lugares Zero KM, cor branca, ano/mod. 2017/2018, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08:00 hs do dia 01/09/2017 e abertura às 08:15 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:45 hs às 11:45 hs e das 13:00 hs às 17:00 hs, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal



# Erval Velho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 033/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 055/2017

Edital de Pregão nº 033/2017

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de Concreto Betuminoso Usinado A Quente (CBUQ) Para Pavimentação Asfáltica, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 04/09/2017.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal.

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### DECRETO 193/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 10 de Julho de 2017.

Decreto nº193/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal: Considerando os artigos 18, 22, 23, 97 e 98 da Lei Complementar 046/2006.

DECRETA:

Art.1º. Fica instituída a Comissão de Avaliação, com a incumbência de realizar a avaliação especial de desempenho dos servidores públicos municipais que se encontram em estágio probatório, com base nos formulários de avaliação semestral das comissões setoriais de trabalho e da chefia imediata.

Art.2º. A comissão ficará composta pelos seguintes servidores:

Indicados pelo Chefe do Poder Executivo:

- Luiz Carlos Neves de Oliveira (Administrativo)
- Geneci Soares de Jesus Dalmas (Saúde)

- Eleitos pelos Servidores
- Fernanda de Campos (Assistencia Social)
- Eliete Graf Ampolini (Saúde)
- Marioni Fátima Machado (Educação)

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### DECRETO 194/2017

DECRETO Nº 194/2017

ALTERA, INDICA E DÁ POSSE AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR QUADRIÊNIO (CAE) 2017/2021, CONFORME ESPECÍFICA.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Ficam empossados os membros Titulares e Suplentes do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), conforme específica.

CATEGORIA	MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
Executivo	Elenice Pires	Cristiano Ceratto
Educação	Daniela Veiga	Ivania Gabriel
Educação	Luciane Meurer Pires	Joceli Ap. Almeida
Pais e Alunos	Carlos Pavan	Regiane Pacassa
Pais e Alunos	Juliana Grigol Marin	Tatiane Turatti Michelon
Sociedade Civil	Margarete Zenere	Holney Paludo
Sociedade Civil	Jeaninha Neves de Menezes	Marcelo Gehlen

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 12 de Julho de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### DECRETO 195/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 19 de Julho de 2017.

Decreto nº196/2017

EXONERA SERVIDOR DO EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica exonerado o Sr. JOSIEL BATISTI, do exercício do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE GABINETE da Lei Complementar 048/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de Julho de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### DECRETO 196/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 19 de Julho de 2017.

Decreto nº196/2017

EXONERA SERVIDOR DO EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica exonerado o Sr. JOSIEL BATISTI, do exercício do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE GABINETE da Lei Complementar 048/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de Julho de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### DECRETO 197/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 20 de Julho de 2017.

Decreto nº 197/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

**DECRETA:**

Art.1º. Fica nomeado o Senhor JOSIEL BATISTI, portador do CPF nº 004.794.819-11, para o exercício do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE GOVERNO de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de Julho de 2017.

GILBERTO ÂNGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

**DECRETO 198/2017**

Faxinal dos Guedes, 21 de Julho de 2017.

DECRETO Nº. 0198/2017.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal nº. 2.402 de 13 de dezembro de 2016;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

Subtrai das Dotações:

Órgão: 04 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Esportes

Função: 27 – Desporto e Lazer

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 2012 – Esporte é Vida

Projeto/Atividade: 2013 – Manut. das At. Esportivas

Modalidade de Aplicação:339000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 00 – Recursos Próprios

Valor: R\$ 35.000,00

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 04 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Esportes

Função: 27 – Desporto e Lazer

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 2012 – Esporte é Vida

Projeto/Atividade: 2013 – Manut. das At. Esportivas

Modalidade de Aplicação:319000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 00 – Recursos Próprios

Valor: R\$ 35.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gilberto Angelo Lazzari

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**DECRETO 199/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 27 de Julho de 2017.

DECRETO Nº 199/2017

CONCEDE PERMISSÃO DE PONTO DE TAXI A TÍTULO PRECÁRIO.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal: Considerando a Lei 958/1986 que regula a matéria.

**DECRETA:**

Art.1º. Fica concedida a permissão a título precário do Ponto de Taxi localizado no CENTRO – Avenida Rio Grande do Sul com Rua Frei Bruno ao Senhor Adelar Dos Santos, com CPF nº 448.622.969-04.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27 de Julho de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**DECRETO 200/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 28 de julho de 2017.

DECRETO Nº 200/2017

DELEGA COMPETÊNCIAS DE ORDENAÇÃO PRIMÁRIA DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 66, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal:

**DECRETA:**

Art. 1 - Fica delegada competência, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, para o Titular da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na área de atuação e nos limites dos créditos estabelecidos no orçamento, para a prática dos seguintes atos;

I – autorizar as despesas procedentes de suas Unidades Orçamentárias;

II – autorizar abertura de procedimentos licitatórios, assinatura de editais de licitação, ratificação de justificativa de contratação por inexigibilidade ou dispensa de licitação e decisão de recursos administrativos previstos no artigo 109 da Lei nº 8.666/93;

III – homologar licitações;

IV – assinar contratos, acordos, convênios e outros instrumentos congêneres, bem como designar formalmente servidor, para acompanhar a execução e fiscalização dos mesmos e, ainda, a emitir ordens de serviços, paralisações e reinício da execução do contrato;

V – autorizar empenhos e pagamentos;

VI – determinar para que, no âmbito de sua competência, sejam observadas com rigor as normas da Lei Federal nº 4.320/64, especificamente as contidas no art. 63, no que pertine à fase da liquidação da despesa, e das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/2002 e suas alterações, no que se refere a licitações e contratos, bem como a Lei Complementar Federal nº 101/2000;

VII – autorizar adiantamento, estabelecido no art. 68 da Lei Federal nº 4.320/64, em casos excepcionais, quando não for possível a realização da despesa pelo processo normal, nos precisos termos da legislação vigente;

VIII – delegar competência, através de Portaria devidamente publicada, ao seu substituto legal, para exercer as atribuições mencionadas neste artigo, quando entender necessário;

Art. 2º - A autorização para realização e pagamento de horas extras, diárias e participação de servidores em congressos, seminários, cursos ou congêneres e as despesas dela decorrentes depende de previa autorização do Secretário, responsável direto pelo servidor.

Art. 3º - O Secretário(a) Municipal e Autoridade de igual hierarquia, indicados no art. 1º, são responsáveis civil, administrativa e criminalmente pelas despesas ordenadas e pelos pagamentos autorizados inclusive perante o Tribunal de Contas do Estado, nos limites definidos no presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de 01 de agosto de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de julho de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

### **DECRETO 201/2017**

Faxinal dos Guedes, 02 de Agosto de 2017.

DECRETO Nº. 0201/2017.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal nº. 2.402 de 13 de dezembro de 2016;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

Subtrai das Dotações:

Órgão: 06 – Secretaria de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Infraestrutura

Função: 06 – Segurança Pública

Subfunção: 181 – Policiamento

Programa: 2016 – Segurança Pública

Projeto/Atividade: 2033 – Manut. Conv. De Trânsito – Pol. Militar

Modalidade de Aplicação: 339000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 54 – Convênio Trânsito - Militar

Valor: R\$ 6.000,00

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 06 – Secretaria de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Infraestrutura

Função: 06 – Segurança Pública

Subfunção: 181 – Policiamento

Programa: 2016 – Segurança Pública

Projeto/Atividade: 2033 – Manut. Conv. De Trânsito – Pol. Militar

Modalidade de Aplicação: 449000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 54 – Convênio Trânsito - Militar

Valor: R\$ 6.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gilberto Angelo Lazzari  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### **DECRETO 202/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 03 de Agosto de 2017.

Decreto nº202/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando a homologação do Edital nº 0018/2017 Chamada Pública para ACTs.

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor RAFAEL TEIXEIRA BRUNETTO, portador do CPF nº053.834.759-74, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 03/08/2017 a 21/12/2017, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município.

Parágrafo Único: O Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. O servidor vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social o CONTRATADO será vinculado ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de Agosto de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 203/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 03 de Agosto de 2017.

Decreto nº203/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando a homologação do Edital nº 0018/2017 Chamada Pública para ACTs.

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor JOVANI KOHL, portador do CPF nº094.768.449-22, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 03/08/2017 a 21/12/2017, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município.

Parágrafo Único: O Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. O servidor vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social o CONTRATADO será vinculado ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de Agosto de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**DECRETO 204/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 03 de Agosto de 2017.

Decreto nº204/2017

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Concede Licença Maternidade a servidora pública municipal CAMILA LIBARDONI PADILHA, matrícula nº 2745, ocupante do cargo Temporário de Professor de Educação Física – 20 horas semanais, no período de 01/08/2017 a 27/01/2018.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de Agosto de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**DECRETO 205/2017**

Faxinal dos Guedes, 03 de Agosto de 2017.

DECRETO Nº. 0205/2017.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal nº. 2.402 de 13 de dezembro de 2016;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

Subtrai das Dotações:

Órgão: 12 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 2004 – Saúde Para Todos

Projeto/Atividade: 2023 – Manutenção do Bloco Atenção Básica

Modalidade de Aplicação:339000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 64 – Tran. do Sistema Único de Saúde–SUS/União

Valor: R\$ 10.000,00

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 12 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 2004 – Saúde Para Todos

Projeto/Atividade: 2023 – Manutenção do Bloco Atenção Básica

Modalidade de Aplicação:449000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 64 – Tran. do Sistema Único de Saúde–SUS/União

Valor: R\$ 10.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gilberto Angelo Lazzari

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**DECRETO 206/2017**

Faxinal dos Guedes, SC, 08 de Agosto de 2017.

Decreto nº206/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal: Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando a homologação do Edital nº 021/2017 Chamada Pública para ACTs.

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor MAICON TELLES SZCZYGEL, portador do CPF nº105.475.709-70, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de PROFESSOR DE HISTÓRIA com carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 08/08/2017 a 21/12/2017, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município.

Parágrafo Único: O Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. O servidor vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social o CONTRATADO será vinculado ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de Agosto de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.



**DECRETO 207/2017**

DECRETO N. 0207/2017

REGULAMENTA A FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS CELEBRADOS PELO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES (SC) COM FORNECEDORES DE BENS, PRODUTOS E SERVIÇOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, Inciso III, da Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com as disposições do artigo 67, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações;

**DECRETA:**

Art. 1º. Os Contratos Administrativos de que trata a Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais dispositivos legais, serão acompanhados e fiscalizados por servidores previamente designados pela autoridade competente, nos termos do artigo 67 desse mesmo Diploma Legal, estando abrangidos pelo presente Decreto os órgãos da Administração Pública Direta.

Art. 2º. O fiscal é o representante da Administração Pública Municipal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas às normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública, devendo informar a Administração sobre vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados e produtos entregues pela contratada, propondo soluções para regularização das faltas e defeitos observados e, indicando a necessidade de sanções ao Prefeito Municipal.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo fará designação de fiscal para acompanhamento e execução dos contrato do Município e de suas Secretarias.

§ 1º - O Decreto estabelecerá a possibilidade de dedicação exclusiva para os atos de fiscalização;

§ 2º - No caso de gozo de férias, licenças ou outras situações especificadas em norma regulamentadora que interrompam a atuação do fiscal, será indicado suplente, que possuirá os mesmos atributos e terá as mesmas atribuições e responsabilidades do titular.

Art. 4º. A descrição do objeto e a definição das cláusulas obrigacionais das partes são importantes para a efetiva e eficaz atuação de acompanhamento e fiscalização do servidor indicado pela Administração Pública quando da execução e cumprimento do Contrato.

Art. 5º. O fiscal pode solicitar o apoio de setores técnicos da Administração Pública, ou ainda, se necessário, solicitar a contratação de empresas ou profissionais com conhecimento especializado, para subsidiá-lo de informações durante o acompanhamento e a fiscalização.

Parágrafo único - A Administração Pública Municipal deverá oferecer os materiais essenciais ao cumprimento do ofício, que serão requisitados pelo fiscal, justificando ao Secretário Municipal da pasta a necessidade de cada item.

Art. 6º. Não poderão atuar na fiscalização dos contratos, o Prefeito Municipal, Vice-prefeito, Secretários Municipais, os integrantes do Corpo Jurídico, da Unidade de Controle Interno e Fiscal de Tributos, por serem suscetíveis de se manifestar sobre os atos praticados na fase da execução contratual.

Art. 7º. A designação recairá preferencialmente sobre o servidor efetivo que tenha conhecimento técnico do objeto do contrato.

Art. 8º. O servidor designado deve ser esclarecido da metodologia de fiscalização e do atendimento das formalidades essenciais que deva cumprir para a segurança jurídica dos procedimentos.

Art. 9º. O servidor designado somente poderá recusar-se do encargo, nas hipóteses previstas nos artigos 10 e 11 do presente Decreto. Parágrafo único - é facultado, entretanto, solicitar reconsideração sob o fundamento de não deter os conhecimentos a que se referem os artigos 7º e 8º, o que será examinado pelo Prefeito Municipal, motivando a decisão acerca do pedido.

Art. 10. O fiscal a ser designado deve deter os seguintes atributos:

I - gozar de boa reputação ético-profissional;

II - possuir conhecimento do objeto a ser fiscalizado;

III - ter conhecimento da metodologia de fiscalização, das responsabilidades pessoais e das formalidades que devem ser adotadas nos procedimentos de ofício;

IV - não estar respondendo a expediente de natureza disciplinar;

V - não possuir em seus registros funcionais punições em decorrência da prática de atos lesivos ao patrimônio público, em qualquer esfera da Administração Pública;

Art. 11. Não poderá atuar como fiscal o servidor que:

I - tenha interesse pessoal direto ou indireto no resultado do contrato;

II - esteja litigando judicial ou administrativamente com o preposto, gerentes, diretores, proprietários ou sócios da empresa contratada ou respectivos cônjuges ou companheiros;

III - tenha, por qualquer condição, aconselhado a parte contratada ou tenha, a qualquer momento, por qualquer título, recebidos honorários, créditos, presentes ou favores;

IV - tenha participado na qualidade de Presidente da Comissão de Licitações e seus membros e/ou Pregoeiro e sua equipe de apoio do procedimento licitatório que originou o contrato, ou ainda, opinado como membro da Comissão no caso de dispensas ou inexigibilidades de procedimento licitatório.

Art. 12. O servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato ao Prefeito Municipal, indicando a causa com elementos objetivos de avaliação e abstendo-se de atuar até a deliberação do incidente.



Art. 13. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

Art. 14. Excluindo-se as hipóteses previstas nos artigos 10 e 11, a exoneração do fiscal deverá ser sempre motivada.

Art. 15. O Fiscal de contrato exercerá suas atribuições de modo sistêmico, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos, acompanhando todas as fases da execução contratual, cabendo-lhe:

I - Orientar: dar e receber informações sobre a execução do contrato, quando solicitadas;

II – Notificar: quando objetivamente constatar irregularidade que precisam ser sanadas devendo comunicar o contratado para saná-lo, dando ciência a contratante. Caso a irregularidade não seja sanada dentro do prazo estipulado pelo fiscal, informará ao contratante para a adoção de medidas cabíveis;

III - Certificar: emitir relatórios e certidões dos serviços prestados, das obras executadas ou daquilo que for produzido pelo contratado, podendo ser solicitado tanto para medidas administrativas ou judiciais a serem tomadas pela Administração e/ou pelo contratado, na postulação dos seus direitos ou na defesa dos seus interesses, ou ainda, pelos órgãos de controle interno e externo;

IV - Representar: levar a conhecimento das autoridades, ilícitos de que detenha conhecimento e, da mesma forma comunicar ao superior hierárquico, as situações irregulares que devam ser objeto de atenção dos órgãos fiscalizadores, inclusive informando a Secretaria interessada o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar na aplicação de penalidades pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

V – Glosar: informar ao Secretário da pasta que efetue glosas por obras, produtos ou serviços mal executados ou não executados, ou ainda, prazos de execução ou entrega não cumpridos e, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento das obrigações;

VI - Aprovar: confirmar a realização dos serviços, do cumprimento dos cronogramas de obras, dos fornecimentos atendidos e dos produtos entregues;

VII - Atestar: emitir atestado de execução parcial ou total do contrato.

Art. 16. São obrigações do Fiscal de Contrato:

I – conhecer o inteiro teor do contrato, inclusive as especificações contratadas e demais características do objeto (bem ou serviço), e seus eventuais aditivos;

II – conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização;

III – assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas com qualidade e em respeito à legislação vigente;

IV – acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, de forma a atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas apresentados;

V – atentar para os prazos contratuais e dos eventuais aditivos em consonância com a execução dos serviços ou entrega dos produtos;

VI – encaminhar as questões que, ultrapassem o âmbito de suas atribuições aos respectivos responsáveis Secretários da pasta e/ou Chefe do Poder Executivo Municipal;

VII – providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;

VIII – zelar por uma adequada instrução processual, sobretudo quanto à correta juntada de documentos e correspondente numeração das páginas do processo de fiscalização sob sua guarda no decorrer da fiscalização;

IX – com base em seus apontamentos, produzir o Relatório de Acompanhamento de Execução do Contrato, encaminhando-o ao Departamento de Compras e Patrimônio e/ou Controle Interno.

Parágrafo único – Os documentos produzidos pelo Fiscal serão encaminhados para arquivo junto ao procedimento licitatório, ao término do serviço de fiscalização, após ciência ao Secretário da pasta solicitante.

Art. 17. A contratada deverá indicar e manter, no local da obra ou serviço, preposto para representá-la perante o fiscal, indicando por escrito o nome, e-mail, telefones e demais dados que julgar necessário para a comunicação entre as partes.

Art. 18. O fiscal deverá sempre se reportar ao preposto da contratada, evitando dar ordens diretamente a seus empregados e, em qualquer comunicação que fizer sobre problemas na execução do contrato, deverá ser fixado prazo para que possa ser sanada a irregularidade, fazendo anotar no diário de obras da empresa, no caso de obras.

Art. 19. No caso de defesas ou justificativas apresentadas pela contratada, o fiscal submeterá à apreciação da área técnica pertinente, da Secretaria solicitante ou da Autoridade Superior.

Art. 20. O fiscal de contrato deverá manter sob sua responsabilidade os seguintes documentos:

I – cópia do contrato e documentos relacionados às suas especificações (edital, proposta, termo de referência, projetos, cronogramas físico financeiro, etc.);

II – cópia de todos os termos aditivos e rescisórios, quando houver;

III – expedientes com o preposto da empresa, setores da Administração e terceiros;

IV – diligências;

V – apostilamento do registro das ocorrências relacionadas com a execução do contrato.

Art. 21. O Fiscal deverá observar ainda o cumprimento das obrigações do Município estabelecidas no Contrato.

Art. 22. São obrigações da Secretaria vinculada ao contrato:

I – comunicar o fiscal sobre o contrato, encaminhando cópia, solicitando o acompanhamento e a fiscalização;

II – conhecer e opinar sobre os pedidos de revisão e reequilíbrio econômico-financeiro, buscando subsídios no procedimento licitatório quando necessário, submetendo-os à decisão ao Chefe do Poder Executivo Municipal;

III – comunicar o fiscal sobre os pedidos de rescisão unilateral;

IV – controlar a vigência dos contratos solicitados, decidindo sobre a necessidade e conveniência para a Administração de elaboração de

termo aditivo de prazo, enviando solicitação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao Departamento Municipal de Compras e/ou Departamento Municipal de Licitações para elaboração, dando ciência ao fiscal;

V – receber as representações do fiscal quanto a incidentes que não pôde solucionar, tomando as providências cabíveis;

VI – adotar medidas, junto à Secretaria Municipal de Fazenda e Administração, referentes à glosa ou bloqueio de pagamentos, no caso de pendências por parte da empresa apontadas pelo fiscal;

VII – avaliar as situações de risco que chegar ao seu conhecimento, levando-as a ciência por escrito ao Chefe do Poder Executivo quando a gravidade assim o exigir;

VIII – designar quando for o caso, o responsável ou comissão para recebimento definitivo do objeto;

IX – autorizar o pagamento de despesas e atestar as notas fiscais.

Art. 23. – Faz parte integrante a este Decreto o Anexo A – Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 24. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes (SC), 09 de agosto de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

Pedro Paulo Ramillo Secretario da Fazenda e Administração	Cleusa Brusamarello Secretaria da Educação e Cultura
Elizete Ana Deitos Gusbert Secretaria da Saúde	João Carlos Zanetti Secretaria da Infraestrutura

André Kilpp de Figueiredo

Secretario da Agricultura e Desenvolvimento Econômico

## ANEXO A

### MANUAL DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Para:

Secretaria Municipal de Fazenda e Administração; Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal Assistência Social; Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico e Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos.

1. Administração Pública. 2. Contratos – Definições e legislação. 3. Fiscal de contratos – Atribuições 4. Contratos: modelos manuais. I - OBJETIVOS

A Gestão e Fiscalização de contratos são ações importantes para que se cumpra com eficácia e eficiência a aplicação dos recursos públicos. Desta maneira, o presente procedimento, apresenta o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, a fim de que os agentes públicos incumbidos desta função tenham à sua disposição instrumento acessível e eficiente de consulta e orientação, permitindo-lhes, no exercício da atividade, orientá-los ao cumprimento dos seguintes objetivos:

I - Promover a plena execução das atividades programadas nos Termos de Referências, Projetos Básicos, Projetos Executivos e congêneres, e nas garantias da execução do objeto contratual;

II - Atender as necessidades do órgão, no momento adequado e no prazo ajustado;

III - Efetuar a adequação das contratações, por meio do envolvimento das áreas de competência, na elaboração dos Projetos Básicos ou Termos de Referência que lhes interessam diretamente;

IV - Observar o efetivo cumprimento das cláusulas contratuais, assegurando o adimplemento e a excelência no atendimento aos requisitos técnicos e de qualidade nas obrigações contratuais;

V - Promover o registro completo e adequado de faltas cometidas pelos fornecedores de forma a facilitar solucionar as suas contestações quanto à inadimplência;

VI - Assegurar a correta aplicação dos recursos financeiros a cargo do órgão, garantindo estar sendo pago o que efetivamente foi recebido em obras, serviços, materiais e equipamentos;

VII - Instrumentalizar procedimentos administrativos claros e simples com burocracia reduzida, de forma a facilitar a gestão e a fiscalização de contratos. O atendimento desses objetivos assegura melhor desempenho das atividades desenvolvidas pelos gestores de contratos dos órgãos municipais, bem como promover maior efetividade e garantia do cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas nos contratos.

## II - LEGISLAÇÃO APLICADA

A gestão de contratos é atividade exercida pela Administração visando ao controle, ao acompanhamento e à fiscalização do fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes. Cabe ao agente público pautar-se pelos princípios de eficiência e eficácia, além dos demais princípios regedores da atuação administrativa, de forma a se observar que a execução do contrato ocorra com qualidade e em respeito à legislação vigente. Neste sentido, relacionam-se abaixo as leis e normas legais que os fiscais de contratos poderão consultar para orientar e fundamentar suas atividades.

2.1- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

2.2 - Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993:

Regulamenta o art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

2.3 - Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002:

Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

Não possuímos Legislação Municipal acerca do Pregão Eletrônico.

2.4 - Lei Federal n. 12.232, de 29 de abril de 2010:

Dispõe sobre as normas gerais para licitação pela Administração Pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências.

2.5 – Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964:

Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

2.6 - Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000:

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

2.7 - Lei Complementar Federal n. 123, de 14 de dezembro de 2006 com alterações introduzidas pela Lei Complementar n. 147/2014:

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

2.8 - Decreto Federal n. 3.555, de 08 de agosto de 2000:

Aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

2.9 - Decreto Municipal n. 257/2010, de 21 de Dezembro de 2010:

Regulamenta a Modalidade de Licitação denominada Sistema de Registro de Preços previsto na lei Federal n. 10.520/2002, e dá outras providências.

### III - DEFINIÇÕES

Nesse tópico serão apresentados os principais conceitos utilizados na gestão e fiscalização de contratos, proporcionando um melhor embasamento teórico, os quais poderão ser utilizados pelos gestores e fiscais, adaptando-os de acordo com a realidade de cada unidade da Administração Pública Municipal.

3.1 - Contrato:

Segundo a Lei Federal n. 8.666/93, em seu artigo 2º, parágrafo único: "... considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para formação de vínculos e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada...."

3.2 - Fiscal do Contrato:

Representante da Administração, especialmente designado, na forma dos artigos n. 67 e 73 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, para exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, devendo informar a Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor soluções e as sanções cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

3.3 - Serviço:

Toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais (Lei 8.666/93, art. 6º, Inciso II).

3.4 - Obra:

Toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta (Lei 8.666/93, art. 6º, Inciso I).

### 3.5 - Compra:

Toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente (Lei 8.666/93, art. 6º, Inciso III).

### 3.6 - Projeto Básico:

Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução (artigo 6º, Inciso IX, da Lei 8.666/93).

A elaboração do Projeto Básico deverá ocorrer nas contratações realizadas em todas as modalidades de licitação, assim como nos casos de dispensa e inexigibilidade, conforme o artigo 7º, § 9º, da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

### 3.7 - Termo de Referência:

Possui a mesma situação jurídica do projeto básico, contudo é a terminologia utilizada para os processos de pregão, constituindo o documento que contém elementos capazes de propiciar avaliação de custo pela Administração diante de orçamento detalhado, definição de métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva. (Anexo I, do Decreto n. 306/2006, de 15 de março de 2006).

### 3.8 - Plano de Trabalho:

É o documento aprovado pela autoridade máxima do órgão ou entidade, ou a quem esta delegar, que consigna a necessidade de contratação dos serviços, orientando a caracterização do objeto, evidenciando as vantagens para a Administração e sua economicidade, no que couber, e definindo diretrizes para elaboração dos projetos básicos e termos de referências.

### 3.9 - Projeto Executivo:

Conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (Lei 8.666/93, art. 6º, Inciso X). O Projeto Executivo é exigido nas licitações para contratação de obras e serviços de engenharia.

### 3.10 - Preposto:

Representante da empresa contratada, na execução do contrato, sem ônus para Administração.

### 3.11 - Área Requisitante:

Unidade administrativa solicitante, usuária ou responsável pelos serviços/produtos objeto da contratação celebrada.

### 3.12 - Área Responsável pelo Controle dos Contratos:

Unidade administrativa responsável pelas atividades inerentes à gestão administrativa dos contratos, sendo ela responsável pelas análises de alterações contratuais decorrentes dos pedidos de reajustes, repactuações, reequilíbrios econômico-financeiros; ampliações ou reduções dos quantitativos contratados; incidentes relativos a pagamentos; correta instrução processual; controle de prazos contratuais, prorrogações; encaminhamentos das ações relativas à aplicação de penalidades, etc. É ainda o responsável pela interlocução com as diversas áreas administrativas e pelas atividades de apoio e orientação à fiscalização exercida pelo fiscal.

### 3.13 - Objeto do Contrato:

A descrição do objeto do contrato deverá indicar de modo sucinto, preciso, suficiente e claro, meio pelo qual, um determinado objetivo da Administração poderá ser satisfeito, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização da execução do contrato.

### 3.14 - Registro de Ocorrências:

Documento (livro, arquivo eletrônico, caderno ou folhas) no qual serão anotadas todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato.

### 3.15 - Serviços contínuos ou continuados:

Serviços cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, tais como: serviços médicos, transporte escolar, iluminação pública, coleta de lixo, etc. São serviços que, se interrompidos, há o comprometimento da continuidade das atividades da Instituição.

### 3.16 - Vigência do Contrato:

Período compreendido entre a data estabelecida para o início da execução contratual, que pode coincidir com a data da assinatura, e seu término.

### 3.17 - Adimplemento do Contrato:

Cumprimento de todas as obrigações ajustadas pelas partes contratantes.

### 3.18 - Inexecução ou Inadimplência do Contrato

Descumprimento total ou parcial de suas cláusulas e condições ajustadas, devido à ação ou omissão de qualquer das partes contratantes.

### 3.19 - Rescisão:

Encerramento ou cessação da eficácia do contrato antes do encerramento de seu prazo de vigência.

### 3.20 - Fiscalização:

É a atividade exercida de modo sistemático pelo contratante e seus representantes, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, sob todos seus aspectos.

Constituindo a atividade de maior responsabilidade nos procedimentos de gestão contratual, em que o fiscal deverá exercer um acompanhamento zeloso e diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade.

### 3.21 - Glosa:

É a eventual observação quanto ao cancelamento, parcial ou total, de parcelas ou valores, por ilegais ou indevidos, ou seja, é o desconto referente a serviços não prestados ou não realizados nos termos ajustados, nos contratos entre o poder público e o fornecedor dos materiais ou serviços contratados.

A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o contratado não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

### 3.22 – Apostila ou Apostilamento:

Apostila é a anotação ou registro administrativo, que pode ser:

3.22.1 - Feita no termo de contrato ou nos demais instrumentos hábeis que o substituem, normalmente no verso da última página do contrato;

3.22.2 - Juntada por meio de outro documento ao termo de contrato ou aos demais instrumentos hábeis.

A apostila pode ser utilizada nos seguintes casos:

- a) Variação do valor contratual decorrente de reajuste previsto no contrato;
- b) Compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento;
- c) Empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido. (Manual de Licitações e Contratos do TCU, p.271).

### 3.23 - Termo Aditivo:

São modificações nos contratos administrativos, nos casos permitidos em lei, as quais são formalizadas através de instrumento denominado Termo de Aditamento ou Termo Aditivo. Podem ser usados para efetuar acréscimos e/ou supressões nos objetos, prorrogações, repactuações, além de outras modificações admitidas em lei e previstas no instrumento convocatório que possam ser caracterizadas como alterações dos contratos administrativos. Os termos aditivos devem ser numerados sequencialmente. (Manual de Licitações e Contratos do TCU, p.271).

### 3.24 - Equilíbrio Econômico-Financeiro

A equação econômico-financeira do contrato é a relação de equivalência formada entre o encargo definido pela Administração (objeto) e o preço (proposta) ofertado pelo licitante. A manutenção da condição de equilíbrio da equação econômico-financeira durante todo o contrato tem fundamento constitucional, de acordo com o disposto no art. 37, Inciso XXI CF.

O reequilíbrio econômico financeiro, de acordo com o artigo 65, Inciso II, alínea “d” da Lei Federal n. 8.666/93, estabelece:

“...d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual...”

Os casos de Reequilíbrio Econômico-Financeiro deverão ser analisados pelo Setor Jurídico da Prefeitura Municipal, com emissão de respectivo Parecer Jurídico, sendo condição prévia para sua concessão e pagamento, conforme determina o parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

Mecanismos para recomposição da Equação Econômica Financeira prevista na Lei n. 8.666/93: Revisão e Reajuste.

a) Revisão:

Recompõe o preço contratado em face da superveniência de eventos imprevisíveis ou, se previsíveis, de consequências incalculáveis.

b) Reajuste:

Recompõe o preço em face da variação dos custos de produção provocada especialmente pelo processo inflacionário. O valor do contrato pode ser reajustado por mais de uma forma/espécie:

b.1) Reajuste Índice Financeiro:

O preço é reajustado a partir da aplicação do índice financeiro setorial ou específico previsto no edital e no contrato.

b.2) Repactuação:

O preço é reajustado em vista dos novos valores de mercado praticados para cada um dos insumos envolvidos na sua execução, com base na efetiva demonstração analítica da variação de custos desses componentes, devidamente comprovada pela contratada.

#### IV - ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DE CONTRATOS

Ao Fiscal de Contratos compete zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos, bem como dos serviços prestados à Administração.

4.1. Constituem atribuições do Fiscal:

- a) Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;
- b) Indicar as eventuais glosas das faturas;
- c) Providenciar, quando necessário, o recibo ou termo circunstanciado referente ao recebimento do objeto do contrato e pagamento do preço ajustado, conforme definido no instrumento de contrato.

Recomenda-se ao servidor designado como Fiscal de Contrato manter cópia dos seguintes documentos, para que possa dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pelas partes:

- a) Contrato;
- b) Todos os aditivos (se existentes);
- c) Edital da licitação;
- d) Projeto básico ou termo de referência;
- e) Proposta da contratada;
- f) Relação das faturas recebidas e das pagas;
- g) Correspondências entre fiscal e contratada;
- h) Cronograma físico-financeiro
- i) Projeto Executivo

4.2. Ressalvas a ser observadas pelo Fiscal de Contrato:

I - Compete ao Fiscal do Contrato, além da conferência do adequado cumprimento das exigências da prestação das respectivas garantias contratuais, informar à área responsável pelo controle dos contratos o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades.

II - O Fiscal do Contrato, quando da proximidade do encerramento da vigência contratual, consultará todos os setores usuários, os quais, em tempo hábil e, quando o caso, por intermédio de pesquisa de satisfação, manifestarem-se sobre a qualidade do serviço prestado, bem como de seu interesse na prorrogação da vigência contratual, quando a Lei assim o permitir. Após essa manifestação, o Fiscal do Contrato consultará o interesse da contratada em continuar a prestar o serviço. Ao receber a resposta formal da empresa, elaborará uma nota técnica informando sobre a qualidade da prestação dos serviços e eventuais ocorrências porventura existentes, juntando a mesma ao processo que será encaminhado à área responsável pelo Controle dos Contratos para continuidade nos trâmites.

III - Verificada a necessidade da manutenção do serviço ou fornecimento do material e constatada a impossibilidade na prorrogação da vigência contratual, o fiscal poderá indicar a necessidade de nova licitação para a continuidade do objeto, encaminhando o assunto à autoridade competente da área requisitante, para que esta promova a elaboração dos procedimentos pertinentes, conforme os prazos recomendados no item 5 deste Manual.

4.3. Funções do Fiscal de Contratos:

Esta seção foi desenvolvida de acordo com as disposições legais referentes à fiscalização de contratos e conforme a experiência desempenhada pelos agentes no exercício de suas funções.

Cabendo-lhes:

- a) Ler minuciosamente o contrato, convênio ou termo de cooperação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
- b) Verificar se o contrato, convênio ou termo de cooperação atende às formalidades legais, especialmente no que se refere à qualificação e



identificação completa dos contratados, convenientes ou partícipes;

- c) Exigir somente o que for previsto no contrato. Qualquer alteração de condição contratual deve ser submetida ao superior hierárquico, acompanhada das justificativas pertinentes.
- d) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- e) Notificar a contratada, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo, etc.). Em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando as que fugirem a sua competência;
- f) Verificar se o cronograma físico-financeiro das obras e serviços ou a aquisição de materiais e equipamentos se desenvolvem de acordo com a respectiva Ordem de Serviço, Nota de Empenho e com o estabelecido no Instrumento firmado;
- g) Verificar a articulação entre as etapas, de modo que os objetivos sejam atingidos;
- h) Certificar a execução de etapa de obras ou serviços e o recebimento de aquisições e equipamentos, mediante emissão de Atestado de Execução e de termo circunstanciado;
- i) Atestar a conclusão das etapas ajustadas;
- j) Receber obras e serviços, no caso de contrato, podendo, caso necessário, solicitar o acompanhamento do setor responsável.
- k) Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do fiscal, nesses casos, observará o que reza o contrato e o ato licitatório, principalmente em relação ao prazo ali previsto;
- l) Receber e encaminhar as faturas, devidamente atestadas, ao setor financeiro, observando se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição.
- m) Na hipótese de atestação dos serviços ser de servidor lotado na sede da prestação do serviço, a fatura será encaminhada juntamente com o documento de atestação, assinado pelo servidor designado para tal finalidade. Nessa hipótese, haverá gestão compartilhada do contrato (caso da terceirização de serviços de limpeza e vigilância, por exemplo).
- n) Prestar as informações necessárias sobre o andamento das etapas ao setor do Órgão/Entidade ao qual o contrato, convênio ou termo de cooperação esteja vinculado, para que sejam efetuadas as atualizações nos diversos sistemas corporativos utilizados pelo Estado;
- o) Prestar, ao ordenador de despesa, informações necessárias ao cálculo de reajustamento de preços, quando previstos em normas próprias;
- p) Dar ciência ao contratante, concedente ou partícipe sobre:
  - p.1) Ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado, conveniente ou partícipe;
  - p.2) Alterações necessárias ao projeto e suas consequências no custo previsto;
- q) Remeter, até o 5º (quinto) dia útil do bimestre subsequente, relatórios de acompanhamento das obras ou serviços contratados a Secretaria ao qual o contrato ou convênio esteja vinculado;
- r) Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;
- s) Procurar auxílio em caso de dúvidas técnicas ou jurídicas;
- t) Deverá, ainda, o fiscal de contrato, de convênio ou termo de cooperação comunicar ao Controle Interno e ao Setor Jurídico, bem como ao Prefeito Municipal quando ocorrerem irregularidades que não tenham sido sanadas tempestivamente ou a contento.

#### V - PRAZOS E COMPETÊNCIAS

Recomenda-se a área responsável pela fiscalização dos contratos, encaminhar memorando ao Secretário ao qual o contrato ou convênio esteja vinculado sobre a proximidade do fim da vigência contratual nos seguintes prazos:

- i. Contratos de prestação de serviços continuados, que possibilitem sua prorrogação: 02 meses antes do seu vencimento;
- ii. Contratos de prestação de serviços continuados, que não mais serão prorrogados: 02 meses antes do seu vencimento;
- iii. Contratos diversos (prestação de serviços não continuados e fornecimentos), que porventura apresentem algum atraso no seu cronograma de execução e imponham a necessidade de sua prorrogação: 30 dias antes de seu vencimento.

Os prazos citados são necessários em função das diversas providências a serem tomadas pelo fiscal do contrato e pelo gestor da área requisitante, a exemplo de:

Análise de preços e condições de mercado:

- Pesquisa de mercado;
- Interesse da contratada;
- Elaboração e/ou adequação do Termo de Referência ou Projeto Básico;
- Preparação de todos os documentos em tempo hábil para nova licitação, quando for o caso;
- No caso de encerramento do contrato, tempo e providências a serem tomadas para desmobilização da contratada.

A área responsável pelo controle dos contratos comunicará ao contratado sobre a prorrogação de contrato, nos casos de serviços continuados ou quando o contrato admitir a prorrogação de seu prazo de vigência, nos seguintes prazos:

- i. Quando houver alocação de pessoas para prestação de serviço: 60 dias antes do encerramento do contrato;
- ii. Nos casos de obras e serviços de engenharia: deverão ser observados os prazos definidos no cronograma físico-financeiro;
- iii. Nos demais casos: 30 dias antes do encerramento do contrato.

Havendo prorrogação no contrato deverão ser observados os seguintes elementos:

- i. Constar sua previsão no contrato;
- ii. Houver interesse da Administração e da empresa contratada;
- iii. For comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- iv. For constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a Administração;
- v. Estiver justificada e motivada, em processo correspondente;
- vi. Estiver previamente autorizada pela autoridade competente.

Havendo instauração de procedimento administrativo contra o contratado, por eventual inadimplemento, deverão ser observados os seguintes prazos:

- i. 05 dias úteis contados da notificação e abertura de vistas ao processo, nos casos de advertência, multa e suspensão temporária (§2º do art. 87 da Lei n. 8.666/93 e suas alterações).
- ii. 10 dias corridos contados da notificação e abertura de vistas do processo, nos casos de declaração de inidoneidade (§ 3º do art. 87 da Lei n. 8.666/93 e suas alterações).

Nos casos de aplicação da penalidade "suspensão" nas contratações originárias da licitação Pregão, de acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

Quando a aplicação da penalidade "suspensão" relacionar-se às licitações pertinentes à Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a empresa ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal.

Em ambos os casos as sanções aplicadas deverão ser publicadas e comunicadas ao setor competente da Prefeitura Municipal para que promova os lançamentos das penalidades no Sistema de Cadastro de Fornecedores.

## VI - LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

A liquidação ocorre após a realização do fornecimento dos objetos de cada instrumento contratual, da execução da obra, da prestação do serviço ou do encerramento de cada etapa de execução do contrato.

Conforme definido no artigo 63 da Lei nº 4.320/64, "...a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito...", devendo o Fiscal do Contrato exigir da contratada toda a documentação discriminada no contrato, em especial em relação às comprovações relativas às regularidades fiscal, trabalhista e previdenciária. A liquidação da despesa se inicia no momento em que o Fiscal do Contrato "atesta", no verso da nota fiscal/fatura, o recebimento do bem, a execução e/ou a prestação do serviço, ou etapa da obra ou serviço, após a verificação, conferência e confirmação da documentação exigida e apresentada.

## VII - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O termo aditivo visa adaptar o objeto do contrato a uma nova demanda para o interesse público. O Município não pode alterar o objeto ou onerar a execução do contrato a pretexto de necessidades do serviço, sob pena, de alterar a relação inicial, obrigando a formalização de novo contrato ou a alteração dos preços contratados (reequilíbrio econômico-financeiro).

Contudo, no decorrer do andamento do contrato, pode haver modificações inicialmente pactuadas: no projeto básico (especificações técnicas, quantidade, qualidade, forma de execução dos serviços), no local onde são executados os serviços, no prazo de vigência, nos preços iniciais, na forma de pagamento.

Quaisquer modificações obrigam à alteração contratual com vistas à adequação do contrato à nova situação. Assim, ao fiscal é atribuído um poder-dever de informar o fato à Administração superior, no menor prazo possível, a fim de que também seja examinada a possibilidade jurídica do pedido, disponibilidade orçamentária e outros vetores.

### 7.1 - Acréscimo ou supressão de serviços:

Variações de quantidades, sem alteração dos preços unitários, mantidas as demais condições do contrato inicial. As quantidades dos serviços contratados podem ser acrescidas em decorrência de mudança das instalações físicas da contratante, como por exemplo, a mudança de prédio. Isso pode influenciar na alteração de alguns tipos de contratos de serviços como:

- Serviços médicos (maior ou menor número de postos);
- Serviços de iluminação pública (a área de abrangência pode ser aumentada ou diminuída);

A consequência será o aumento do valor inicial atualizado do contrato em até 25%, ficando a contratada obrigada a aceitar o aditamento, nos termos do §1º, do artigo 65 da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

### 7.3. As quantidades dos serviços podem ainda:

- a) Ser reduzidas em até 25% do valor inicial atualizado do contrato, ficando a contratada obrigada a aceitar o aditamento, conforme §1º do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações;
- b) Ser reduzidas em percentual maior que 25%, desde que haja acordo entre os contratantes, em conformidade com o §2º, II, do artigo 65 da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

### 7.4. Modificação do projeto ou especificações:

Como exemplo de alteração nesta modalidade, pode-se citar, um contrato de alimentação no qual foi estabelecido em seu projeto básico que o fornecimento seria de refeições preparadas. Posteriormente, foi alterada verbalmente a forma para fornecimento de gêneros in natura, ou seja, alimentos crus, sem preparação. O contrato deve ser aditado para constar essa alteração, devendo, inclusive ser demonstrado que a relação financeira inicial não ficou mais cara, ou mais barata, mantendo-se o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

### 7.5. Tanto as alterações contratuais quantitativas – que modificam a dimensão do objeto – quanto as unilaterais qualitativa:

Que mantêm intangível o objeto, em natureza e dimensão, estão sujeitas aos limites preestabelecidos nos §§1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em face do respeito aos direitos do contratado, prescrito no art. 58, I da mesma Lei, do princípio da proporcionalidade e da necessidade de esses limites serem obrigatoriamente fixados em lei.

7.6. Nas hipóteses de alterações contratuais consensuais, qualitativas e excepcionais de contratos de obras e serviços:

É facultado à Administração ultrapassar os limites aludidos no item anterior, observados os princípios da finalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade, além dos direitos patrimoniais do contratante privado, desde que satisfeitos cumulativamente os seguintes pressupostos:

- 7.6.1. Não acarretar para a Administração encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual por razões de interesse público, acrescidos aos custos de elaboração de um novo procedimento licitatório;
- 7.6.2. Não possibilitar a inexecução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira do contratado;
- 7.6.3. Decorrer de fatos supervenientes que impliquem em dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial;
- 7.6.4. Não ocasionar a transfiguração do objeto originalmente em outro de natureza e propósitos diversos;
- 7.6.5. Ser necessárias à completa execução do objeto original do contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;

## VIII - EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

O Fiscal de Contratos tem como competência zelar pela qualidade dos serviços e produtos contratados, principalmente nas ações relacionadas a:

### 8.1 - Aquisição de Bens:

- 8.1.1 - Ler atentamente o contrato e/ou edital, assim como os anexos, principalmente quanto à especificação do objeto e ao prazo de entrega do material.
- 8.1.2 - Juntar aos autos toda documentação relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução contratual, arquivando, por cópia, a que se fizer necessária.
- 8.1.3 - Receber a fatura de cobrança, conferindo:
  - 8.1.3.1 - Se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas;
  - 8.1.3.2 - Se o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi fornecido;
  - 8.1.3.3 - Se a Nota Fiscal tem validade e se está corretamente preenchida.
- 8.1.4 - Atestar o recebimento dos bens, observando o que dispõe o contrato.
- 8.1.5 - Encaminhar Nota Fiscal ao setor financeiro para pagamento.
- 8.1.6 - No caso de dúvida quanto ao ATESTO, busca-se obrigatoriamente auxílio junto a Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, para que se efetue corretamente a atestação.
- 8.1.7 - Notificar por escrito o atraso na entrega dos bens ou o descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais ao setor competente, para aplicação das sanções cabíveis.
- 8.1.8 - Manter contato com o preposto/representante da contratada com vistas a garantir o cumprimento integral do contrato.

### 8.2 - Contratação de Serviços:

- 8.2.1 - Ler atentamente o contrato e/ou edital, assim como os anexos, principalmente quanto à especificação do objeto e ao cronograma dos serviços;
- 8.2.2 - Juntar aos autos toda documentação relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução contratual, arquivando, por cópia, a que se fizer necessária;
- 8.2.3 - Acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados no contrato, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços;
- 8.2.4 - Receber a fatura de cobrança, conferindo:
  - a) Se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas;
  - b) Se o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi efetuado;
  - c) Se a Nota Fiscal tem a validade e se está corretamente preenchida;
  - d) Se esta acompanhada das guias de quitação do INSS/FGTS sobre a mão-de-obra empregada, conforme determina o contrato.
- 8.2.5 - Atestar a prestação do serviço efetivamente realizado.
- 8.2.6 - Encaminhar a Nota Fiscal ao setor financeiro para pagamento.
- 8.2.7 - No caso de dúvidas quanto ao ATESTO, busca-se obrigatoriamente auxílio para que se efetue corretamente a atestação.
- 8.2.8 - Informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis.
- 8.2.9 - Manter contato regular com o preposto/representante da contratada, com vistas a permitir o fiel cumprimento do contrato.

### 8.3 - Contratação de Serviços de Engenharia/Obras:

- 8.3.1 - Ler atentamente o contrato e/ou edital, assim como os anexos, principalmente quanto à especificação do objeto, ao prazo de execução do serviço e ao cronograma físico-financeiro dos serviços a serem realizados.
- 8.3.2 - Estabelecer cronograma de visita ao canteiro de obras com periodicidade entre 15 a 30 dias.
- 8.3.3 - Durante a visita às obras, percorrer todas as instalações, tendo sempre em mãos cópias de todos os projetos, especificações, contrato e bloco de anotações para posterior preenchimento do diário de obras.
- 8.3.4 - A cada visita, o fiscal deverá observar, além da qualidade dos serviços executados, o contingente de trabalhadores, a disponibilidade do material e equipamentos à sequência correta de etapas, o cumprimento do cronograma e a obediência às orientações anotadas no diário de obras.
- 8.3.5 - Juntar aos autos toda documentação relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução contratual, arquivado, por cópia, a que se fizer necessária.
- 8.3.6 - Acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados no contrato, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma físico-financeiro dos serviços a serem realizados.
- 8.3.7 - Atentar para as especificações técnicas constantes nos anexos.
- 8.3.8 - Receber a fatura de cobrança, conferindo:
  - a) Se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas;
  - b) Se o valor cobrado corresponde exatamente à medição dos serviços pactuados;
  - c) Se a Nota Fiscal tem a validade e se está corretamente preenchida;

d) Se está acompanhadas das guias de quitação do FGTS/INSS sobre mão-de-obra empregada, conforme determina o contrato.

8.3.9 - Atestar a execução do serviço;

8.3.10 - Encaminhar a Nota Fiscal ao Setor Financeiro para pagamento;

8.3.11 - Acompanhar a elaboração e a entrega da obra/reforma (como construído), a fim de subsidiar futuras intervenções a título de manutenção ou reformas.

8.3.12 - O recebimento dos serviços será precedido de notificação da empresa contratada, mediante ofício. A Secretaria Municipal de Fazenda e Administração providenciará o acompanhamento junto com comissão específica para avaliação dos serviços executados e conferência do cumprimento de todas as cláusulas contratuais. A existência de pendência determinará a emissão de Termo de Recebimento Provisório e o estabelecimento de prazo máximo de 90 dias para sua eliminação e posterior emissão de Termo de Recebimento Definitivo para encerramento do contrato e devolução da garantia contratual.

8.3.13 - Arquivar cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART enviada pela contratada, no término do contrato.

8.3.14 - No caso de dúvidas quanto ao ATESTO, busca-se obrigatoriamente auxílio para que se efetue por escrito corretamente a atestação.

8.3.15 - Informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, a fim de se aplicarem as sanções cabíveis.

8.3.16 - Manter contato regular com o preposto/representante da contratada, com vistas a permitir o fiel cumprimento do contrato.

8.3.17 - Quando se tratar de obras, providenciar a averbação da construção junto a matrícula correspondente.

#### IX - SITUAÇÕES QUE DEVEM SER EVITADAS:

9.1 - Atestar serviços não realizados;

9.2 - Pagamento de serviços não executados;

9.3 - Notas fiscais sem validade ou em desacordo com o contrato;

9.4 - Recebimento de material ou serviço com qualidade inferior à contratada;

9.5 - Pagamento de obras inacabadas;

9.6 - Pagamento de serviços em desacordo com o Termo de Referência.

#### X - PROCEDIMENTOS PARA EVITAR IRREGULARIDADES

10.1 - Planejar a execução do contrato;

10.2 - Estimar despesas decorrentes da execução do contrato, para subsidiar o planejamento de gastos e a execução orçamentária;

10.3- Organizar o processo de pagamento;

10.4 - Monitorar o realizado em relação ao que estava previsto;

10.5 - Registrar todas as ocorrências da execução;

10.6 - Manter formulários ou fichas de registro de ocorrência;

10.7 - Organizar e alimentar relatório da execução;

10.8 - Avaliar os resultados;

10.9 - Prestar contas de seu gerenciamento.

#### XI- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de uma fiscalização eficiente dos contratos administrativos é fundamental para a execução satisfatória dos procedimentos de compras públicas. Planejar melhor, fiscalizar melhor é contratar melhor, porém, qualquer atividade humana, ainda que praticada com as melhores intenções, pode apresentar inconsistências, que podem transformar-se em prejuízos ao erário público.

A atuação do fiscal de contratos, ao utilizar todas as ferramentas gerenciais, assegura que as normas estabelecidas no instrumento contratual sejam obedecidas, garantindo a conformidade com o interesse público, que é a finalidade de todos os atos administrativos, tornando a fiscalização uma ação mais dinâmica, além de possibilitar um feed back da realidade contratada.

#### ANEXOS

##### Modelos

Anexo I – Modelo de Decreto de Designação de Fiscal

DECRETO Nº. xxx, DE xx DE xxxxxx DE 20xx.

A (autoridade do órgão), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo xxxx, da Lei Orgânica Municipal, c/c o artigo xxxx da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 207, de 09 de Agosto de 2017,

#### DECRETA:

Art. 1º. DESIGNAR (nome do servidor), matrícula nº (número da matrícula), para exercer o encargo de Fiscal do Contrato nº (número do contrato), firmado pelo (órgão) com a empresa (nome da empresa), CNPJ nº (número do CNPJ), que tem por objeto (descrição da aquisição/serviço).

Art. 2º. Designar (nome do servidor), matrícula (número da matrícula), para, na ausência do titular, exercer o encargo de substituto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

xxxxxxx, xx de xxxxxx de 20xx.

Nome da autoridade do órgão

Anexo II – Atestar Nota Fiscal/ Fatura

Atesto que os serviços foram prestados e/ou os materiais foram recebidos.

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Nome do Fiscal e Matrícula

Assinatura do Fiscal

Decreto n. \_\_\_\_/ \_\_\_\_

**Anexo III – Modelo de Termo de Recebimento Provisório**

Comunicamos-lhe que o recebimento provisório do objeto relativo ao Contrato n. \_\_\_\_/ \_\_\_\_ ocorreu em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, conforme cópia anexa.

Salientamos que o recebimento definitivo ocorrerá em prazo não superior a 90 (noventa) dias, desde que não haja pendências técnicas e/ou administrativas.

xxxxxx, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

-----  
Nome e Assinatura do Fiscal

Matrícula Nº: Decreto n. : \_\_\_\_/ \_\_\_\_

**Anexo IV – Termo de Recebimento Definitivo**

Empresa:

Processo:

Contrato:

Empenho:

Aos \_\_\_\_ dias de \_\_\_\_ do ano \_\_\_\_, a fim de proceder à verificação ESPECÍFICA, QUALITATIVA E QUANTITATIVA PERMANENTE dos materiais, objeto contratual do processo acima mencionado.

Após análise, concluímos que os materiais, descritos nas Notas Fiscais Nºs \_\_\_\_, encontram-se de acordo com as especificações, e em condições de aceitação e recebimento definitivo.

Para constar, lavramos o presente TERMO em 02 (duas) vias, devidamente assinadas para que possam produzir os efeitos legais.

xxxxx, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

-----  
Nome e Assinatura do fiscal

Matrícula nº: Decreto n. : \_\_\_\_/ \_\_\_\_

**Anexo V – Atesto de Serviços**

Atesto que o(s) serviço(s) relativo(s) ao presente Nota Fiscal/ Fatura foi(ram) devidamente prestado(s).

Em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/ \_\_\_\_.

-----  
Nome e Assinatura do Fiscal

Matrícula: Decreto n.: \_\_\_\_/ \_\_\_\_

**Anexo VI – Termo de Recebimento de Serviços**

Contrato Nº \_\_\_\_/ \_\_\_\_

Informamos que a execução dos serviços prestados pela empresa \_\_\_\_\_ foi satisfatória.

Número da Fatura	Valor
	R\$
	R\$
Total	R\$

xxxxx, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

-----  
Nome e Assinatura do Fiscal

Matrícula nº: Decreto n.: \_\_\_\_/ \_\_\_\_

**Anexo VII – Termo de Recebimento de Material**

Declaro(amos) que o(s) fornecimento(s) de \_\_\_\_\_, pela empresa \_\_\_\_\_, por meio da Notas Fiscais nºs. \_\_\_\_ de \_\_\_\_/ \_\_\_\_/\_\_\_\_, referente ao mês de \_\_\_\_/ \_\_\_\_ (indicar o ano), estão de acordo com as condições estabelecidas no Contrato n. \_\_\_\_/ \_\_\_\_.

Para constar, lavramos o presente termo devidamente assinado para que possa produzir seus efeitos legais.



xxxxxx, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Nome e Assinatura do fiscal

Matrícula nº: Decreto n.: \_\_\_\_/\_\_\_\_

#### Anexo VIII – Registro de Ocorrência

Registro de Ocorrência Nº: \_\_\_\_ (setor/unidade)

Contrato Nº:

Objeto do Contrato:

Empresa Contratada:

Pontos irregulares: (Obs: Relacionar neste campo os itens que foram descumpridos pela empresa)

Prazo para cumprimento das exigências:

Ciência: Estou ciente que o não cumprimento das exigências contidas neste auto, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, c/c as contidas no Edital de Licitação que ensejou o presente Contrato Administrativo, bem como nas cláusulas contratuais.

Estou ciente ainda do prazo que terei para cumprir com as exigências aqui registradas.

Recebi a primeira via em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do Responsável pela Empresa:

RG:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Fiscal do Contrato (Carimbo e Assinatura): \_\_\_\_\_

Nome do Fiscal

#### Anexo IX – Não Conformidade

Nesta data, registro que, em diligência ao local \_\_\_\_\_ onde é prestado o serviço objeto do contrato ora fiscalizado, constatei que a empresa, embora descrito no projeto básico (ou na proposta, no contrato, dependendo da situação) que desempenharia a tarefa \_\_\_\_\_ da maneira \_\_\_\_\_, não vem cumprindo suas obrigações contratuais, infringindo os dispositivos \_\_\_\_\_ (relacionar os dispositivos violados na proposta, projeto básico ou contrato).

Sendo assim, através do Documento n. \_\_\_\_\_ estou NOTIFICANDO o preposto sobre as irregularidades cometidas, fixando o prazo de \_\_\_\_\_ dias para a sua correção.

xxxxxx, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Nome e Assinatura do Fiscal

Matrícula Nº: Decreto n.: \_\_\_\_/\_\_\_\_

#### Anexo X – Relatório Mensal de Acompanhamento do Contrato

Contrato Nº: Mês/Ano:

Unidade Detentora do Contrato:

Objeto do Contrato:

Empresa Contratada:

1- Ocorrências: (Obs: Informar aqui às ocorrências que houve no mês, podendo ser registradas também neste local as penalidades aplicadas. O cálculo das penalidades é de competência do gestor do contrato, observando o estabelecido no contrato. A Administração ao tomar ciência do relatório irá concordar ou discordar do cálculo feito, antes de enviar uma cópia do relatório à empresa).

2- Avaliação dos serviços e dos documentos que foram apresentados pela empresa: (Obs: Informar aqui os documentos que foram avaliados, de acordo com as exigências contidas no edital. Informar também às deficiências que foram verificadas).

3- Observações/ sugestões/ reclamações:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Fiscal do Contrato:

(Carimbo e assinatura do fiscal)

#### Anexo XI – Contrato de Compra de Bens com Entrega Parcelada/ Programada

Contrato Nº:

Objeto:

Vigência:

Empresa Contratada:

Nome do Representante:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Valor Total (R\$):

Valor Mensal (R\$):



Repactuação (1):

Data:

## Anexo XII - Controle do Valor Contratado

Controle do Valor Contratado							
Dados do Contrato							
Data de Assinatura:							
Período de Vigência:							
Contrato	Quant. Contratada	Custo Unitário	Custo Total Contratado	Quant. Fornecida	Custo do Fornec.	Total Quant. Restante	Total Custo Restante
Quantidade de itens:							
Item 1							
Item 2							
Item 3							
Pedido Fornecimento							
Item 1							
Item 2							
Item 3							
Total:							
Termo Aditivo:							
Acréscimo até 25%							
Data de Assinatura:							
Quantidade de itens:							
Item 1							
Item 2							
Item 3							
Total:							

## Anexo XIII - Controle do Contrato

Controle Mensal de Pagamento – Nº do Contrato							
Mês	Quantidade Fornecida	Custo Unitário	Valor Total Fatura	Nº NF	da	Data	de emissão da NF
Janeiro							
Item 1							
Item 2							
Item 3							

Fevereiro							
Março							
Abril							
Mai							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
TOTAL							

### XIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Editora Dialética, 2004.  
MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contratos Administrativos. São Paulo: Editora Malheiros, 1999.

### DECRETO 208/2017

DECRETO Nº 0208/2017

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL COMO FISCAL DE CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito do Município de Faxinal dos Guedes, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 66, inciso III, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 207/2017 de 09/08/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal SUZETE TERESINHA LAZZAROTTO RAMILO, inscrito na matrícula nº 699 para acompanhar e fiscalizar os contratos de obras, serviços e aquisições que irão ser firmado entre as empresas contratadas e o município de Faxinal dos Guedes-SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes(SC), 09 de agosto de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

### DECRETO 209/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 11 de Agosto de 2017.

Decreto nº209/2017

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando a homologação do Edital nº 0022/2017 Chamada Pública para ACTs.

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor DAIANE IRMA BELLAVER, portador do CPF nº069.437.679-50, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 11/08/2017 a 31/08/2017, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município.

Parágrafo Único: O Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. O servidor vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social o CONTRATADO será vinculado ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de Agosto de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### **DECRETO 210/2017**

DECRETO N. 210/2017

DECRETA LUTO OFICAL, CONFORME ESPECIFICA

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Inciso III, do artigo 66, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o falecimento do Sr. Zenir dos Santos, que exerceu com honradez o cargo de Agente de Serviços Gerais.

CONSIDERANDO que é dever desta Municipalidade prestar suas homenagens à família enlutada.

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Luto Oficial de 1 (um) dia, em todo o Município, pelo motivo de falecimento do Sr. Zenir dos Santos, ocorrido na data de 13/08/2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes/SC, 14 de Agosto de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 77/2017

DECRETO Nº. 077/2017

APROVA DESDOBRIO DOS LOTES URBANOS Nºs: (40, 41, 42, 43, 44, 45, 46 e 47), DA QUADRA Nº (07) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, de conformidade com a Lei.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente DECRETO, aprovado o DESDOBRIO dos Lotes Urbanos nº: (40, 41, 42, 43, 44, 45, 46 e 47), da Quadra nº (07), situado na Cidade e Município de Flor do Sertão, SC, Comarca de Maravilha, e localizado numa extremidade, no lado par da Avenida Flor do Sertão e noutra no lado impar da Rua Terezinha Cervieri, ambas esquinas com a Rua Guarani, com a área de "Um mil, metros quadrados" (1.000,00m²) cada um, perfazendo a área total de "Oito mil metros quadrados" (8.000,00m²) sem edificações, objeto da Matrícula nº 22.882, da SRI de Maravilha, SC, de propriedade da Mitra Diocesana de Chapecó conforme descrição a seguir:

#### DESCRIÇÃO DO IMÓVEL APÓS DESDOBRIO

LOTES URBANOS NºS. (40, 41, 42, 43), da quadra nº. (07), com a área de (1.000,00 m²), cada um, perfazendo a área total de (4.000,00 m²), sem edificação; CONFRONTANDO em conjunto:

ao NORTE, com a Avenida Flor do Sertão, na extensão de 80,00 metros;

ao SUL, com os lotes urbanos nºs. (44, 45, 46 e 47), de Mitra Diocesana de Chapecó – M. 22.882, na extensão de 80,00 metros;

ao LESTE, com a Rua Guarani, na extensão de 50,00 metros;

ao OESTE, com o lote urbano nº. (39), do Município de Flor do Sertão – M. 18.455 na extensão de 50,00 metros.

LOTE URBANO Nº. (44) e PARTE DO LOTE URBANO Nº. (45), da quadra nº. (07), com as áreas respectivas de (1.000,00 m² e 400,00 m²), perfazendo a área total de (1.400,00 m²), sem edificação; CONFRONTANDO em conjunto:

ao NORTE, com parte do lote urbano nº. (42) e com o lote urbano nº. (43), de Mitra Diocesana de Chapecó – M. 22.882, na extensão de 28,00 metros;

ao SUL, com a Rua Terezinha Cervieri, na extensão de 28,00 metros;

ao LESTE, com a Rua Guarani, na extensão de 50,00 metros;

ao OESTE, com parte do mesmo lote urbano nº. (45), de Mitra Diocesana de Chapecó – M. 22.882, na extensão de 50,00 metros;

PORTE DO LOTE URBANO Nº. (45) e LOTES URBANOS NºS. (46 e 47) da quadra nº. (07), com as áreas respectivas de (600,00 m², 1.000,00 m² e 1.000,00 m²), perfazendo a área total de (2.600,00 m²), sem edificação; CONFRONTANDO em conjunto:

ao NORTE, com os lotes urbanos nºs. (40, 41) e com parte do lote urbano nº. (42), de Mitra Diocesana de Chapecó – M. 22.882, na extensão de 52,00 metros;

ao SUL, com a Rua Terezinha Cervieri, na extensão de 52,00 metros;

ao LESTE, com parte do mesmo lote urbano nº. (45), de Mitra Diocesana de Chapecó – M. 22.882, na extensão de 50,00 metros;

ao OESTE, com o lote urbano nº. (48), do Município de Flor do Sertão – M. 18.456, na extensão de 50,00 metros;

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão (SC), 22 de Agosto de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/PMF/2017 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/ PMF/2017

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 22/2017- PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 14/2017 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VINCULANDO REGISTRAR para a aquisição de pneus, a fim de atender as necessidades de diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 22/02/2018

3ª Publicação

### IMPUGNAÇÃO AO EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 111/PMF/2017

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 111/PMF/2017

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Impugnante: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

#### RELATÓRIO

O Município de Forquilha lançou o Edital nº 111/PMF/2017 de Pregão Presencial cujo objeto é a contratação de empresa especializada para cobertura de seguro de veículo da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

A empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS apresentou impugnação ao Edital dispondo que a especificação do item 04 (Seguro contra terceiro - motoniveladora) na exigência de assistência 24 horas restringe a competitividade entre as licitantes ferindo o princípio da competitividade.

#### DO MÉRITO

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos (Lei nº 8.666/93, no seu artigo 3º, caput).

Não por outro motivo, a lição do renomado doutrinador Diógenes Gasparini: "atente-se que só as exigências inconvenientes ou irrelevantes estão vedadas" (GASPARINI, Direito administrativo, 2006, pág-482).

Emerson Garcia em sua obra "Discricionariedade administrativa, 2005, p.50", ensina:

A opção discricionária do administrador deve ser construída a partir da interpretação jurídica não só da norma legal que outorga a sua competência mas também de todo o conjunto de princípios e normas que constituem o ordenamento jurídico em que ela se insere.

Nesta esteira, leciona Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª edição, São Paulo, Dialética, 2009, em fls 70:

Reservou-se à Administração a liberdade de escolha do momento de realização da licitação, do seu objeto, da especificação de condições de execução, das condições de pagamento etc. Essa competência discricionária exercita-se no momento preparatório e inicial da licitação. Uma vez realizadas essas escolhas, exaure-se a discricionariedade e não mais pode ser invocada – ou, mais corretamente, se a administração pretender renovar o exercício dessa faculdade, estará sujeita a refazer toda a licitação.

Assim, a Administração tem liberdade para escolher as condições sobre o contrato futuro. Porém, deverá valer-se dessa liberdade com antecedência, indicando exaustivamente suas escolhas. Tais escolhas serão consignadas no ato convocatório da licitação, que passará a reger a conduta futura do administrador. Além da Lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei.

Assim, o mercado deve se enquadrar nas exigências e necessidades da Administração, visto que a Lei nº 8.666/93, inclusive prevê a inexigibilidade de licitação em caso de inviabilidade de competição.

Contudo, tendo em vista a notícia de que as exigências impugnadas poderiam restringir a competitividade, que poderia se majorar os custos desta contratação, foi solicitado para Secretaria de Administração que refizesse a análise do item, verificando a necessidade da especificação impugnada.

Desta reanálise, foi entendido que, como a intenção do item é segurar os veículos de terceiros contra possíveis danos, não há a necessidade do guincho ilimitado e assistência 24 horas.

#### DO DISPOSITIVO

ISTO POSTO, conhecemos e deferimos o Pedido de Impugnação ao Processo Licitatório – Pregão Presencial nº. 111/PMF/2017 formulado pela empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, pelos motivos acima expostos.

Forquilha/SC, 22 de agosto de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira Municipal

**RETIFICAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 111/PMF/2017**

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 111/PMF/2017

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial Nº. 111/PMF/2017. A alteração se dá na retificação no detalhamento dos itens, como se segue:

**ANEXO I**

Onde se lê:

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	PREÇO MÁXIMO
1	1	SEGURO CONTRA TERCEIRO MR/KOMATSU WA200-6 E ANO/MODELO: 2017/2017 CHASSI: KMTWA105JHBB20473 BONUS: SEM BÔNUS PLACA: QIO 1733 DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 ASSISTENCIA 24 HS VIGENCIA: ATÉ 07/06/18 QTD PASSAGEIROS: 01 GUINCHO ILIMITADO	R\$ 1.000,00
2	1	SEGURO CONTRA TERCEIRO MOTOCAR/MCA 200 E ANO/MODELO: 2015/2016 CHASSI: 97UMCA200GM000778 BONUS: SEM BÔNUS PLACA: QIO 7263 DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 ASSISTENCIA 24 HS VIGENCIA: ATÉ 07/06/18 QTD PASSAGEIROS: 01 GUINCHO ILIMITADO	R\$ 1.000,00
3	1	SEGURO CONTRA TERCEIRO EFFA/V22 ANO/MODELO: 2017/2017 CHASSI: 95DDN21A6HMB00012 BONUS: SEM BÔNUS PLACA: QIM 7714 DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 ASSISTENCIA 24 HS VIGENCIA: ATÉ 07/06/18 QTD PASSAGEIROS: 05 GUINCHO ILIMITADO	R\$ 1.000,00
4	1	SEGURO CONTRA TERCEIRO MOTONIVELADORA MODELO 845B ANO/MODELO: 2014/2014 CHASSI: HBZN0845CEAF03962 BONUS: SEM BÔNUS PLACA: SEM PLACA DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 ASSISTENCIA 24 HS VIGENCIA: ATÉ 07/06/18 QTD PASSAGEIROS: 01	1.000,00

Leia-se:

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	PREÇO MÁXIMO
1	1	SEGURO CONTRA TERCEIRO MR/KOMATSU WA200-6 E ANO/MODELO: 2017/2017 CHASSI: KMTWA105JHBB20473 BONUS: SEM BÔNUS PLACA: QIO 1733 DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 ASSISTENCIA 24 HS VIGENCIA: ATÉ 07/06/18 QTD PASSAGEIROS: 01 GUINCHO (DISTÂNCIA MÁXIMA 500 KM)	R\$ 1.000,00



2	1	SEGURO CONTRA TERCEIRO MOTOCAR/MCA 200 E ANO/MODELO: 2015/2016 CHASSI: 97UMCA200GM000778 BONUS: SEM BÔNUS PLACA: QIO 7263 DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 ASSISTENCIA 24 HS VIGENCIA: ATÉ 07/06/18 QTD PASSAGEIROS: 01 GUINCHO (DISTÂNCIA MÁXIMA 500 KM)	R\$ 1.000,00
3	1	SEGURO CONTRA TERCEIRO EFFA/V22 ANO/MODELO: 2017/2017 CHASSI: 95DDN21A6HMB00012 BONUS: SEM BÔNUS PLACA: QIM 7714 DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 ASSISTENCIA 24 HS VIGENCIA: ATÉ 07/06/18 QTD PASSAGEIROS: 05 GUINCHO (DISTÂNCIA MÁXIMA 500 KM)	R\$ 1.000,00
4	1	SEGURO CONTRA TERCEIRO MOTONIVELADORA MODELO 845B ANO/MODELO: 2014/2014 CHASSI: HBZN0845CEAF03962 BONUS: SEM BÔNUS PLACA: SEM PLACA DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: R\$ 100.000,00 VIGENCIA: ATÉ 07/06/18 QTD PASSAGEIROS: 01	1.000,00

**DA PROPOSTA**

Fica suprimido do edital de chamamento o seguinte texto pois a exigência não se enquadra na modalidade de seguro contratada:

6.2.2 - Somente serão aceitas as propostas que apresentarem seguros com franquias convencionais (normal), vedada a apresentação de franquias progressivas (cobrada progressivamente de acordo com o valor do sinistro).

**ATENÇÃO**

Em função das retificações acima influenciarem na formulação das propostas, fica estabelecida nova data de abertura do processo licitatório:  
ABERTURA: 12 de setembro de 2017 às 09:00 horas.  
PROTOCOLO ATÉ: 12 de setembro de 2017 às 08:45 horas

Feitas as retificações acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha/SC, 22 de agosto de 2017.  
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0038-2017-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0188/2017 – PMF

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0038/2017– PMF

A Prefeita de Fraiburgo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 0038/2017, para aquisição de gêneros alimentícios para os Centros de Educação Municipal, visando a alimentação de alunos que necessitam de atenção nutricional individualizada, em virtude de estado ou condição de saúde específica, com base nas recomendações médicas e nutricionais, conforme Lei 12.982, de 28 de maio de 2014. Empresas Contratadas: Supermercado Jota Ltda - CNPJ: 03.114.310/0001-25 – R\$ 237,30 (duzentos e trinta e sete reais e trinta centavos). Farmacia Renovar Ltda – CNPJ: 13.758.259/0001-48 - R\$ 105,00 (cento e cinco reais), e Emporium Kero Mais Atacadista Ltda – Me – CNPJ: 24.224.359/0001-00 - R\$ 1.296,64 (um mil, duzentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos). Fundamento Legal: Art. 24, IV da Lei 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 22 de agosto de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 143-2017 (ESCOLHA VAGAS AUXILIARES ENSINO FUNDAMENTAL ) 2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 143/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0028/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

#### 1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
04	Auxiliar Educacional – Ensino Fundamental	77º classificado	22/08/2017 às 9 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão ser observadas.

#### 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0028/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

a) 01 foto ¾ recente;

b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);

c) Cartão PIS/PASEP;

d) CPF;

e) Identidade;

f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;

g) Certificado de Reservista (somente para homens);

h) Registro Civil de nascimento ou casamento;

i) Registro dos filhos menores de 14 anos;

j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;

k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 028/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Auxiliar Educacional – Ensino Fundamental	Ensino Médio

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 028/2016: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 21 de agosto de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Contato via telefone e publicado em Diário Oficial.

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 144-2017 ( PROFESSORES ARTE)**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 144/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0029/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0029/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

### **1 – DOS PROCEDIMENTOS**

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0029/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
08	Professor Artes - Habilitado	15º E 16º classificados	23/08/2017 as 9 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0029/2016 deverão ser observadas.

## 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0029/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS.: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 029/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Professor Arte – Habilitado	Diploma de curso superior com Licenciatura em Artes, ou Educação Artística

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 029/2016: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 21 de agosto de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

\*Convocação realizada por contato telefônico. Publicado em Diário Oficial.

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2017**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2017

DISPÕE SOBRE O JULGAMENTO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e, nos termos do artigo 32, IV, da Lei Orgânica do Município, eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, relativas ao exercício de 2015, consubstanciadas no Balanço Anual Consolidado e Relatórios do Controle Interno, de acordo com o Parecer Prévio nº 0200/2016, extraídos do Processo @PCP - 16/00109346 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Fica a Presidência da Câmara Municipal de Fraiburgo autorizada a comunicar ao Tribunal de Contas Estado de Santa Catarina, o resultado do presente julgamento.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, 22 de agosto de 2017.

GERSON DE MATIA

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

# Garopaba

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO 072/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 072/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
MARCUS VINICIUS DE SOUZA MACHADO  
Candidato(a): 004377  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 07º LUGAR

Garopaba, 18 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 07º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 073/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 073/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
LUCAS DE SOUZA LIMA  
Candidato(a): 004449  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 08º LUGAR

Garopaba, 18 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 08º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 074/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 074/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
SIMONE DE LIMA FRITZEN  
Candidato(a): 005091  
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 HORAS  
Classificação: 07º LUGAR

Garopaba, 18 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 07º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 075/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 075/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
IARA CRISTINA DOS SANTOS  
Candidato(a): 004551  
Cargo: AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL  
Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 18 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 076/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 076/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
SILVANA ROSA DE SOUZA  
Candidato(a): 004936  
Cargo: AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL  
Classificação: 02º LUGAR

Garopaba, 18 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 02º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 077/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 077/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
CRISTIANE BORGES MEYER  
Candidato(a): 004953  
Cargo: AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL  
Classificação: 03º LUGAR

Garopaba, 18 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A)



para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 03º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**PERDA DA VAGA DA CONVOCAÇÃO 060/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017**

PERDA DE VAGA DA CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO 001/2017

HALLYFER MATHEUS CHAGAS GONÇALVES

Candidato(a): 005128

Cargo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Classificação: 32º LUGAR

CONSIDERANDO que, conforme estabelece o item 15.8 do Edital nº. 001/2017 do Processo Seletivo é obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Garopaba.

CONSIDERANDO que foi encaminhada Convocação por correspondência registrada, postada em 18/08/2017, às 10:41 horas sob o código de rastreio JR923082475BR;

CONSIDERANDO que em 22/08/2017 a correspondência foi devolvida com indicação de desconhecido;

Fica o(a) Sr(a). HALLYFER MATHEUS CHAGAS GONÇALVES, Candidato sob o nº. 005128, em atenção ao item 15.8.1 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, EXCLUÍDO e conseqüentemente DESCLASSIFICADO da vaga de AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO, para a qual tinha se classificado em 32º LUGAR.

Garopaba, 22 de agosto de 2017.  
Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 069/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO 001/2017

CRISTINA FARIAS

Candidato(a): 005153

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 HORAS

Classificação: 4º LUGAR

CONSIDERANDO o Decreto nº. 110/2011, que estabelece que o expediente externo da Prefeitura Municipal de Garopaba é das 13:00 as 18:00 horas

CONSIDERANDO que, conforme estabelece o item 15.6 do Edital nº. 001/2017 do Processo Seletivo, o candidato deverá se dar num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação exigida.

CONSIDERANDO que foi entregue a Convocação em mãos a candidata no Setor de Recursos Humanos no dia 14/08/2017;

CONSIDERANDO que em 14/08/2017 foi manifestado o interesse vaga;

CONSIDERANDO que o candidato não apresentou os documentos necessários, cujo decurso se deu às 18:00 horas do dia 21/08/2017;

Fica o(a) Sr(a). CRISTINA FARIAS, Candidato sob o nº. 005153, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Concurso Público, EXCLUÍDO e conseqüentemente DESCLASSIFICADO da vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 HORAS, para a qual tinha se classificado em 6º lugar.

Garopaba, 22 de agosto de 2017.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO 008/2017**

RESOLUÇÃO Nº. 08/2017

Aprova a Ata da Sessão Ordinária do dia 12/07/2017, e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Garopaba – IPREGOBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 9º do art. 72 da Lei Municipal nº. 677, de 06 de abril de 2000 e pelo art. 13 da Resolução nº. 001, de 20 de maio de 2009, torna público que o Conselho Administrativo do IPREGOBA aprovou e promulgou a seguinte,

**R E S O L U Ç Ã O**

Art. 1º - Fica aprovada a Ata da Sessão Ordinária realizada em 12/07/2017.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 22 de agosto de 2017.  
Fernando da Silva Ferreira  
Presidente do Conselho Administrativo – IPREGOBA

Publicada a presente Resolução, no DOM/SC em 23/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 1.326 de 10/08/2009.

Enéas Guimarães Neto  
Diretor Executivo – IPREGOBA

# Garuva

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PMG 027/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 027/2017  
Modalidade: Pregão Presencial – EXCLUSIVO PARA ME / EPP  
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição de fluossilicato de sódio e cloro granulado (hipoclorito de cálcio), com entrega de forma parcelada, para tratamento e desinfecção da água do Sistema Municipal de Abastecimento de Água da Secretaria de Saneamento Ambiental, conforme memorial descritivo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 04/09/2017 às 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 22 de agosto de 2017.  
Rodrigo Adriany David  
Prefeito Municipal

### DISTRATO 010/2017

DISTRATO Nº 010/2017

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 032/2017, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro, a Sra. MARISA MENDES CARDOSO CECCATTO, brasileira, casada, professora, RG nº 7.653.647, CPF: 063.721.119-77, residente e domiciliada à Rodovia 412, Km 11,5 – Mina Velha, Garuva/SC, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato nº 046/2017, cujo objeto era a prestação de serviços como PROFESSOR, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 07/02/2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 046/2017.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.  
Garuva, 11 de Agosto de 2017.

Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clélio Leandro Pedralli
Distratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

### EXTRATO DE CONTRATO PMG 002/2017 - ADITIVO 1

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 002/2017 – Aditivo 1  
Processo PMG nº 015/2017 – Tomada de Preços  
CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal  
CONTRATADA: Cazamusa Construção Civil Eireli – EPP  
CNPJ: 81.099.277/0001-15

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução de extensão de rede de água para reforço do abastecimento municipal no trecho compreendido na Rodovia BR 101 Km 6 + 800m, numa extensão total de 90 metros lineares, conforme projeto básico e memorial descritivo anexos.

VALOR DO ADITIVO: R\$ 16.661,70 (dezesesseis mil seiscentos e sessenta e um reais e setenta centavos)

VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 83.567,70 (oitenta e três mil quinhentos e sessenta e sete reais e setenta centavos)

DATA DA ASSINATURA: 22/08/2017

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO PMG 023/2017 - ADITIVO 01 - PRORROGAÇÃO

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 023/2016 – ADITIVO 01 - PRORROGAÇÃO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva

CONTRATADO: J-Tech Soluções em Informática

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE TEM POR OBJETIVO A IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E LOCAÇÃO DO SOFTWARE DE GESTÃO COMERCIAL E OPERACIONAL DE SANEAMENTO PARA O SISTEMA REDE MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE AGUA DA SECRETARIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

VIGÊNCIA: 15/08/2017 a 14/08/2018

VALOR: R\$ 15.361,44 (quinze mil trezentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos)

DATA DA ASSINATURA: 10/08/2017

AMPARO LEGAL: ART. 57 INCISO IV DA LEI Nº 8.666/93

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

**PORTARIA 133/2017**

PORTARIA Nº. 133, de 22 de agosto de 2017

“DISPÕE SOBRE O RETORNO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

CONSIDERANDO, Ofício SMS nº 328/2017

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder o retorno ao cargo ao servidor público municipal SILVANA RIBEIRO DA LUZ, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de agosto de 2017

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Tomada de preços nº 10/2017

OBJETO: reforma da cobertura e banheiros da Escola Norma Mônica Sabel. ENTREGA ENVELOPES: até às 09 horas do dia 12/09/2017. ABERTURA: dia 12/09/2017 às 09h30min. Edital no Depto. de Compras, R: São Pedro, 128, Centro, Gaspar/SC, ou site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br) Gaspar, 22/08/2017. Zilma M. S. Benevenuto - Secretária de Educação

### DECRETO Nº 7.633, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.633, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.784, de 18 de agosto de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Unidade: 02 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	
Destino: 2- Atividade	
Ação: 2018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas	
Despesa: 2	
Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 31.782,24

Art. 2º Fica criado o crédito especial abaixo, junto ao quadro orçamentário da Secretaria Municipal de Administração e Gestão, na forma indicada, oriundo da anulação do artigo 1º deste decreto:

Órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração e Gestão	
Unidade: 04 Secretaria Municipal de Administração e Gestão	
Função: 15 Administração	
Subfunção: 453 Transportes Coletivos Urbanos	
Programa: 006 Gestão da Secretaria de Administração e Gestão	
Destino: 2- Atividade	
Ação: 2090 Conservação e Manutenção do Sistema de Transporte Coletivo	
Despesa:	
Modalidade: 3.1.71.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 22.610,64
Despesa:	
Modalidade: 3.3.71.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 8.688,88
Despesa:	
Modalidade: 4.4.71.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 482,72

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

### INEXIGIBILIDADE Nº 61/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Processo Administrativo 155/2017

Inexigibilidade Nº 61/2017

OBJETO: Contratação de árbitros para a realização do "Torneio Regional de Futebol de Campo" realizado pela Fundação de Esportes e Lazer. CONTRATADO: ADRIANO CENSI (CPF: 637.934.200-10); ALCIONE CENSI (CPF: 122.537.146-68); MARINA ANDREIA SEIDEL (CPF: 749.864.739-72); ALEXANDRE BORGES VELOSO (CPF: 125.518.527-24); ALLAN PEDRO VIEIRA (CPF: 14.996.000-29); ANDERSON

BETT (CPF: 136.745.617-26); ARLINDO VIEIRA (CPF: 106.219.103-06); EMERSON KAMMERS (CPF: 041.143.439-03); JEAN ZUNINO (CPF: 734.730.849-72); JOÃO CARLOS HUBNER (CPF: 127.604.617-01); JONATAS DIEGO CASAS (CPF: 201.041.709-69); LUANA REGINA PECH (CPF: 621.946-0); LUCIO RODRIGUES (CPF: 124.392.305-98); MOACIR DA SILVA (CPF: 204.566.900-40); ROBERTO VIEIRA (CPF: 32.288.000.26); VALDIR WEISS (CPF: 66.359.000-23); ZILAUDIO FRANZOI (CPF: 129.263.447-26); Valor Total Julgado: R\$ 30.780,00 (trinta mil setecentos e oitenta reais). BASE LEGAL: Art. 25, Caput, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 17 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito

### **LEI Nº 3.781, DE 18 DE AGOSTO DE 2017**

LEI Nº 3.781, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

ACRESCENTA CATEGORIA PROFISSIONAL À LEI Nº 3.538, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2013, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR COMPONENTE MUNICIPAL DE MELHORIA DO ACESSO E QUALIDADE DA ATENÇÃO À SAÚDE – PMAQ, NA FORMA DE INCENTIVO FINANCEIRO DE DESEMPENHO.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescida a categoria de Agente de Serviços Gerais no Anexo I da Lei nº 3.538, de 6 de novembro de 2013, com a seguinte redação:

CATEGORIA PROFISSIONAL	ADESÃO	DESEMPENHO MEDIANO OU ABAIXO DA MÉDIA	DESEMPENHO ACIMA DA MÉDIA	DESEMPENHO MUITO ACIMA DA MÉDIA
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	100,00	100,00	200,00	300,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 18 de agosto de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

### **LEI Nº 3.782, DE 18 DE AGOSTO DE 2017**

LEI Nº 3.782, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A CELEBRAR CONVÊNIO COM A COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a celebrar convênio com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC.

Art. 2º O Município, na consecução dos objetivos a que se destina o convênio, poderá mediante conveniência e interesse público disponibilizar pessoal, bem como materiais e recursos para o pleno funcionamento da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC no Município de Gaspar.

Art. 3º Os termos da celebração do convênio se darão em ato próprio firmado entre as partes conforme a legislação em vigor.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução financeira desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Município.

Art. 5º Fica revogada a Lei nº 3.421, de 04 de abril de 2012.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 18 de agosto de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

**LEI Nº 3.783, DE 18 DE AGOSTO DE 2017**

LEI Nº 3.783, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 3.420, DE 4 DE ABRIL DE 2012, QUE CRIA E AMPLIA QUANTIDADE DE VAGAS JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a carga horária do cargo de fisioterapeuta constante na tabela do artigo 1º da Lei nº 3.420, de 04 de abril de 2012, que passa a ter a seguinte redação:

CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	REF	C/H	VAGAS CRIADAS	HABILITAÇÃO	LOTAÇÃO
Fisioterapeuta	ATS	51	30	4	Nível Superior em Fisioterapia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 18 de agosto de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

**LEI Nº 3.784, DE 18 DE AGOSTO DE 2017**

LEI Nº 3.784, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A ANULAR E CRIAR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a anular a seguinte dotação, no valor de R\$ 31.782,24 (trinta e um mil setecentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos), do seguinte saldo de dotação constante do orçamento da Administração Direta:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Unidade: 02 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	
Destino: 2- Atividade	
Ação: 2018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas	
Despesa: 2	
Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 31.782,24

Art. 2º Fica o Município de Gaspar autorizado a criar o crédito especial abaixo, no valor de R\$ 31.782,24 (trinta e um mil setecentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos), junto ao quadro orçamentário da Administração Direta, na forma indicada, oriundo da anulação do artigo 1º desta Lei:

Órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração e Gestão	
Unidade: 04 Secretaria Municipal de Administração e Gestão	
Função: 15 Administração	
Subfunção: 453 Transportes Coletivos Urbanos	
Programa: 006 Gestão da Secretaria de Administração e Gestão	
Destino: 2- Atividade	
Ação: 2090 Conservação e Manutenção do Sistema de Transporte Coletivo	
Despesa:	
Modalidade: 3.1.71.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 22.610,64
Despesa:	
Modalidade: 3.3.71.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 8.688,88



Despesa:	
Modalidade: 4.4.71.00.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 482,72

Art. 3º Os valores das despesas previstas para o ano de 2017, constantes na Lei nº 3.744, de 24 de novembro de 2016, com suas modificações, deverão levar em conta as alterações orçamentárias previstas nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 18 de agosto de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

### **LEI Nº 3.787, DE 18 DE AGOSTO DE 2017**

LEI Nº 3.787, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A RECEBER EM DOAÇÃO IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO SANTA TERESINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a receber em doação, sem encargos, da legítima proprietária Almerinda de Andrade Xavier, inscrita no CPF sob o nº 915.331.559-68, um imóvel localizado no bairro Santa Teresinha, Gaspar, Santa Catarina, matriculado sob o nº 8.675, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, compreendendo um terreno com área de 752,60m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta e dois metros e sessenta decímetros quadrados), cuja descrição tem início no vértice 1, deste segue com azimuth 2º30'00" confrontando em 13,16m com a Rua da Granja até chegar ao vértice 2, deste segue com azimuth 133º01'55" confrontando em 75,26m com a área 1 até chegar ao vértice 3, deste segue com azimuth 182º30'00" confrontando em 13,16m com a Rua da Granja até chegar ao vértice 4, deste segue com azimuth 313º01'55" confrontando em 75,26m com a área 2 até chegar ao vértice 1, onde teve início esta descrição.

Art. 2º O recebimento em doação do imóvel descrito no artigo 1º desta Lei tem como destinação a regularização da Rua da Granja, denominada pela Lei nº 1.929, de 4 de outubro de 1999.

Art. 3º O imóvel doado e descrito nesta Lei será outorgado ao Município a título gratuito, por meio de escritura pública.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Gaspar.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 18 de agosto de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

### **PORTARIA Nº 5.258, DE 18 DE JULHO DE 2017**

PORTARIA Nº 5.258, DE 18 DE JULHO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA AO SERVIDOR JAQUES JILMAR MOSER.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no artigo 106 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor JAQUES JILMAR MOSER ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, nos períodos compreendidos entre 05/07/2017 a 10/07/2017, e entre 12/07/2017 a 17/07/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 05 de julho de 2017.

Gaspar, 18 de julho de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA Nº 5.273, DE 16 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA Nº 5.273, DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA TERESA DA TRINDADE.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no artigo 106 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora TERESA DA TRINDADE ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturária, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 02/08/2017 a 16/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02 de agosto de 2017.

Gaspar, 16 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA Nº 5.274, DE 16 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA Nº 5.274, DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA PATRICIA APARECIDA VOIGT DE SENES.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no artigo 106 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora PATRICIA APARECIDA VOIGT DE SENES ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 07/08/2017 a 11/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 07 de agosto de 2017.

Gaspar, 16 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA Nº 5.275, DE 16 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA Nº 5.275, DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA ALINE CADENA DOS SANTOS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no artigo 106 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora ALINE CADENA DOS SANTOS ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 14/08/2017 a 20/08/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 14 de agosto de 2017.

Gaspar, 16 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### ERRATA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 82/2017

#### ERRATA DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO PRESENCIAL 82/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA AS SECRETARIAS INTEGRANTES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

#### ONDE SE LÊ NO EDITAL:

#### RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTA ATÉ:

Dia: 23/08/2017

Hora: 15:00hs

#### INÍCIO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO:

Dia: 23/08/2017

Hora: 15:30hs

#### LEIA-SE:

#### RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTA ATÉ:

Dia: 23/08/2017

Hora: 10:00hs

#### INÍCIO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO:

Dia: 23/08/2017

Hora: 10:30hs

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br)

Governador Celso Ramos, 18 de agosto de 2017.

Pedro Augusto da Cunha  
Secretário de Administração

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 047-A-B-C/2017 - AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO DA FROTA VEICULAR DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047-A/2017

#### AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO DA FROTA VEICULAR DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 28 dias do mês de junho do ano de 2017, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) TRATOR PEÇAS COM.P/TRATOR LTDA, estabelecida à Rua NOSSA SENHORA DE GUADALUPI, Nº 122, BR 101 – KM 201, BARREIROS, SÃO JOSÉ, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 79.905.071/0001-93, neste ato representado pelo(a) JOSÉ ANTONIO MOURA, brasileiro(a), CASADO, VENDEDOR, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 085.608.778-51, portador(a) do RG n.º 17.017650 SSP/SP, para AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO DA FROTA VEICULAR DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 47/2017, objeto do Processo 47/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	CLASSIFICADAS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	TRATOR PEÇAS COM.P/TRATOR LTDA			
08	PNEU COMUM (6-12 RGA36).	1,000	286,000	286,00
09	PNEU COMUM DIANTEIRO (11L-16SL).	1,000	515,000	515,00
10	PNEU DIANTEIRO (900-16).	1,000	1.158,00	1.158,00
11	PNEU RADIAL DIANTEIRO (12,5/80/18), com certificação do INMETRO.	2,000	1.675,00	3.350,00
12	PNEU RADIAL TRASEIRO (14.9-28 td-19) com certificação do INMETRO.	1,000	2.600,00	2.600,00
20	PNEU COMUM (6-12 RGA36).	3,000	286,000	858,00
21	PNEU COMUM DIANTEIRO (11L-16SL).	3,000	510,00	1,530.00
23	PNEU RADIAL DIANTEIRO (12,5/80/18), com certificação do INMETRO.	6,000	1.670,00	10.020,00
24	PNEU RADIAL TRASEIRO (14.9-28 td-19) com certificação do INMETRO.	3,000	2.600,00	7.800,00

Governador Celso Ramos/SC, 28 de junho de 2017.

TRATOR PEÇAS COM.P/TRATOR LTDA
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047-B/2017

AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO DA FROTA VEICULAR DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 28 dias do mês de junho do ano de 2017, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) MODELO PNEUS LTDA, estabelecida à Rua RST 122, KM 60 Nº5240, SALA 05, FARROUPILHA/RS inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 94.510.682/0001-26, neste ato representado pelo(a) IGELSO LUDOVICO CECOM, brasileiro(a), CASADO, COMERCIANTE, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 102.757.970-15, portador(a) do RG n.º 5019027035, para AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO DA FROTA VEICULAR DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 47/2017, objeto do Processo 47/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	CLASSIFICADAS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	MODELO PNEUS LTDA			
16	PNEU RADIAL LISO 275/80 ARO 22.5, com certificação do INMETRO.	38.000	1.264,00	48.032,00
18	PNEU RADIAL BORRACHUDO 1000-20, com certificação do INMETRO.	27.000	1.357,00	36.639,00
22	PNEU DIANTEIRO (900-16).	1.000	808,00	808,00

Governador Celso Ramos/SC, 28 de junho de 2017.

MODELO PNEUS LTDA
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047-C/2017

AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO DA FROTA VEICULAR DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 28 dias do mês de junho do ano de 2017, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s)

empresa (s) PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA, estabelecida à AVENIDA MARGINALPARAGUAI, Nº 469, BAIRRO, RIO VERDE, COLOMBO, PARANÁ/PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 06.880.642/0001-09, neste ato representado pelo(a) JEFERSON DA SILVA COSTA, brasileiro(a), CASADO, ENGENHEIRO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 953.924.758-68, portador(a) do RG nº 6.912.461-5/SSP/PR, para AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO DA FROTA VEICULAR DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial nº 47/2017, objeto do Processo 47/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	CLASSIFICADAS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA			
1	PNEU RADIAL 185/60 15, com certificação do INMETRO.	4,000	300,00	1.200,00
2	PNEU RADIAL 7.50-16, com certificação do INMETRO.	5,000	705,00	3.525,00
3	PNEU RADIAL LISO 900-20, com certificação do INMETRO.	12,000	1.440,00	17.280,00
4	PNEU RADIAL LISO 275/80 ARO 22.5, com certificação do INMETRO.	12,000	1.720,00	20.640,00
5	PNEU RADIAL BORRACHUDO 275/80 ARO 22.5, com certificação do INMETRO.	8,000	2.800,00	22.400,00
6	PNEU RADIAL BORRACHUDO 1000-20, com certificação do INMETRO.	9,000	2.090,00	18.810,00
7	PNEU COMUM 14.00-24.	6,000	3.300,00	19.800,00
13	PNEU RADIAL 185/60 15, com certificação do INMETRO.	12,000	300,00	3.600,00
14	PNEU RADIAL 7.50-16, com certificação do INMETRO.	17,000	705,00	11.985,00
15	PNEU RADIAL LISO 900-20, com certificação do INMETRO.	38,000	1.440,00	54.720,00
17	PNEU RADIAL BORRACHUDO 275/80 ARO 22.5, com certificação do INMETRO.	26,000	2.800,00	72.800,00
19	PNEU COMUM 14.00-24.	20,000	3.300,00	66.000,00

Governador Celso Ramos/SC, 28 de junho de 2017.

PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA  
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO 08 2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº 08/2017

JOSUÉ OCKER DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais, e a Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02 e considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para Câmara Municipal:

DECRETA:

Art. 1º – Nomear os Membros da Equipe de Apoio do Pregoeiro da Câmara de Vereadores de Governador Celso Ramos.

Art. 2º - Fica designado como Pregoeiro:

DALMIRO LOBO FILHO - ocupante de cargo comissão da Câmara Municipal.

Art. 3º - Ficam designados para compor a equipe de apoio do Pregoeiro os servidores:

LUCIANA LINDAURA FERNANDES VITAL – ocupante de cargo efetivo do Município

LEONARDO OSNI QUINTINO – ocupante de cargo efetivo do Legislativo

GRAZIELA VALDEMIRA DE BITTENCURT GARCIA - ocupante de cargo em comissão

SIMONE VIEIRA GUIMARAES- ocupante de cargo em comissão

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Legislativo nº. 06/2017.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 18 de Agosto de 2017.  
JOSUÉ OCKER DA SILVA    ALDIR DOURIVAL ROSA  
Presidente                    1º Secretario

**PORTARIA 11/2017**

PORTARIA Nº 011/2017

Constitui Comissão de Licitação

JOSUÉ OCKER DA SILVA, Presidente da Câmara de Vereadores, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei 8.666/93 e Lei Municipal 1196/2017 e suas alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1 – Fica constituída a Comissão de Licitação da Câmara de Vereadores do município de Governador Celso Ramos composta dos seguintes membros:

Presidente

JAISON JOSÉ DOS SANTOS – ocupante de cargo em comissão

Membros

LEONARDO OSNI QUINTINO – ocupante de cargo efetivo do Município

LUCIANA LINDAURA FERNANDES VITAL – ocupante de cargo efetivo do Município

ALEXANDRE MACEDO – ocupante de cargo em comissão do Poder Legislativo

KAMILLA CRISTINA FREITAS MATOS – ocupante de cargo em comissão do Poder Legislativo

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 18 de Agosto de 2017.  
JOSUÉ OCKER DA SILVA    ALDIR DOURIVAL ROSA  
Presidente                    1º Secretário

**PORTARIA 12/2017**

PORTARIA Nº 012/2017

JOSUE OCKER DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais, e a lei nº 8.666/93 e Lei Municipal nº 1196/2017 e considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para Câmara Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º – Nomear a Comissão de Licitação na modalidade Pregão Presencial da Câmara de Vereadores de Governador Celso Ramos.

Art. 2º - Fica designado como Pregoeiro:

DALMIRO LOBO FILHO - ocupante de cargo em comissão

Art. 3º - Ficam designados para compor a equipe de apoio do Pregoeiro os servidores:

LUCIANA LINDAURA FERNANDES VITAL – ocupante de cargo efetivo do Município

LEONARDO OSNI QUINTINO - ocupante de cargo efetivo do Município

GRAZIELA VALDEMIRA DE BITTENCOURT GARCIA – ocupante de cargo em comissão do Legislativo

SIMONE VIEIRA GUIMARAES – ocupante de cargo em comissão do Legislativo

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 18 de Agosto de 2017.  
JOSUE OCKER DA SILVA    ALDIR DOURIVAL ROSA  
Presidente                    1º Secretario



# Guaraciaba

## PREFEITURA

### **MINUTA EDITAL DE PREGÃO 95.17 AQUISIÇÃO DE TROFÉUS PREMIAÇÃO DESTAQUE 2016.DOC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº95/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 120/17, Edital de Pregão Presencial Nº 95/17, Objeto: AQUISIÇÃO DE PREMIAÇÃO (TROFÉUS) PARA PREMIAÇÃO DESTAQUE 2016; recebimento de propostas até às 10:30 horas do dia 04/09/17; a abertura do Edital será às 10:30 horas do dia 04/09/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 22 de agosto de 2017.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 71/2017 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2017 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2017 - PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 99/2017 PMG.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: BONA GENTE COMERCIAL LTDA, com sede na Rua Anita Garibaldi, n.º 2097, Bairro Anita Garibaldi, em Joinville/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º. 01.150.822/0001-11.

Vigência: Início: 17/07/2017 Término: 16/07/2018

Fornecedor: 244384 - BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
24	66	UN	FECHADURA PARA PORTA DE BANHEIRO	SOPRANO	32,75	2.161,50
25	78	UN	FECHADURA PARA PORTA EXTERNA	SOPRANO	33,00	2.574,00
26	78	UN	FECHADURA PARA PORTA INTERNA	SOPRANO	29,90	2.332,20
36	11	UN	MARTELO 27MM	stanley	19,80	217,80
53	15	UN	RASTELO PLÁSTICO 22 DENTES (vassoura plástica). ESTRUTURA EM POLIPROPILENO REFORÇADO, COM REFORÇO ENTRE OS DENTES, ACOPANHA CABO DE MADEIRA COM REVESTIMENTO PLÁSTICO NAS MEDIDAS APROXIMADAS (vassoura com altura de 40cm, abertura dos dentes de 55cm, comprimento total com cabo 1,50cm)	PEROVINHA	12,50	187,50
Total					R\$7.473,00	

Guaramirim (SC), 22 de agosto de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 72/2017 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2017 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2017 - PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 99/2017 PMG.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, n.º 5588, bairro Centro, em Schroeder/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º. 03.734.219/0001-02.

Vigência: Início: 17/07/2017 Término: 16/07/2018

Fornecedor: 264350 - COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - ME

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	25	RL	ARAME GALVANIZADO LISO FINO	GERDAU	11,50	287,50
4	59	UN	ARCO DE SERRA REGULAVEL, PARA SERRAS DE ATÉ 12 (POLEGADAS) COM CABO EM POLIPROPILENO INJETADO, ERGONOMICO.	FAMASTIL	19,45	1.147,55
8	117	UN	BARRA DE FERRO 5/16 DE 12M	MARQUES	15,45	1.807,65
10	900	UN	BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL	SANTANTONIO	2,30	2.070,00
11	48	UN	CADEADO 30MM COM CORPO DE LATÃO E HASTE EM AÇO TEMPERADO, ACOMPANHAM DUAS CHAVES.	STAM	12,25	588,00
12	24	UN	CAIXA DE LUZ 2X4	KRONA	0,98	23,52
15	230	UN	CAL PARA PINTURA 8 KG	TANCAL	6,83	1.570,90
18	24	UN	COLHER DE PEDREIRO GRANDE, COM HASTE RETA E CABO DE MADEIRA, FABRICADA COM MATERIAL DE BOA QUALIDADE.	MONFORT	12,20	292,80
20	10	RL	ARAME FARPADO ROLO 500MT	MOTTO	270,00	2.700,00
28	400	M2	FORRO DE PVC	SARDAGNA	14,00	5.600,00
29	26	UN	FOSSA E FILTRO PEQUENO - FOSSA SÉPTICA E FILTRO ANAERÓBICO COMPLETO.	SANTA HELENA	2.200,00	57.200,00
30	50	UN	GANCHO COBERTURA GALPÃO GRANDE (PARAFUSO, PORCA, ROELA, BORRACHA)	HASTE 300	1,35	67,50
31	15	UN	GARRAFA TERMICA TIPO BOTIJÃO, COM CAPACIDADE PARA 5 LITROS, ISOLAMENTO DE POLIURETANO, COM BOCA LARGA, TAMPA COM BOA VEDAÇÃO, NA COR AZUL.	MOR	36,25	543,75
35	8	UN	MARRETA 2 KG, COM CABO	MONFORT	33,80	270,40
37	42	UN	MASSA PARA CALAFETAR CAIXA DE 350 GR	DUN	8,00	336,00

40	10	UN	PÁ AJUNTADEIRA, FABRICADA EM AÇO DE ALTA QUALIDADE, COM CABO EM MADEIRA DE EUCALIPTO DE BOA QUALIDADE, PINTURA EM VERNIZ TRANSPARENTE.	METISA	23,20	232,00
42	322	UN	PARAFUSO PARA DOBRADIÇA (CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA)	JOMARCA	0,13	41,86
45	113	KG	PREGO 12 X 12 PCT DE 1KG	GERDAU	9,85	1.113,05
46	110	PCT	PREGO 15 X 21 PCT DE 1KG	GERDAU	8,60	946,00
47	123	UN	PREGO 16 X 24 PCT DE 1KG	GERDAU	8,50	1.045,50
48	118	UN	PREGO 17 X 27 PCT DE 1KG	GERDAU	8,00	944,00
54	140	UN	REJUNTE (FUGA) 5KG	CERTA	2,50	350,00
66	1750	UN	TIJOLO 6 FUROS 9 X 14 X 24	JOSENI	0,47	822,50
67	200	UN	TIJOLO À VISTA 9 X 14 X 24 COM 6 FUROS	PRINCESA	1,08	216,00
68	3500	UN	TIJOLO MACIÇO 5 X 10 X 20 CM	LOPES	0,49	1.715,00
69	120	UN	TINTA BETUMINOSA PARA CONCRETO E ALVENARIA - 3,6L	OTTO	55,60	6.672,00
Total			R\$88.603,48			

Guaramirim (SC), 22 de agosto de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 73/2017 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2017 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2017 - PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 99/2017 PMG.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, com sede na Rua Carlos Hardt, nº 1120, sala 02, fundos, bairro Água Verde, em Jaraguá do Sul, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.843.503/0001-04.

Vigência: Início: 17/07/2017 Término: 16/07/2018

Fornecedor: 394475 - KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3	22	UN	ARAME RECOZIDO 1KG	TREFIX	7,27	159,94
5	245	PCT	ARGAMASSA DE 20 KG	BELAMASSA	7,19	1.761,55

6	117	UN	BARRA DE FERRO 3/8 DE 12M	SIMEC	28,85	3.375,45
7	117	UN	BARRA DE FERRO 4,2 DE 12M	SIMEC	5,58	652,86
9	117	UN	BARRA DE FERRO CA 60 DE 4,2 X12M	SIMEC	6,79	794,43
13	250	UN	CAL HIDRATADA 20 KG	TANCAL	7,80	1.950,00
17	1050	UN	CIMENTO 50KG CP-II DE ACORDO COM A NBR 11.578	CAUE	24,80	26.040,00
32	58	GL	IMPERMEABILIZANTE 18LITROS	MAXTON	71,80	4.164,40
38	250	PCT	MASSA PRONTA MULTIUSO 20 KG	BELAMASSA	9,20	2.300,00
44	600	M2	PISO P.E.I. 5X40X40	PISOFORTE	17,89	10.734,00
49	113	KG	PREGO 20 X 42 PCT DE 1KG	TREFIX	7,50	847,50
50	113	UN	PREGO 25 X 72 PCT DE 1KG	TREFIX	10,90	1.231,70
59	200	UN	TELHA DE FIBROCIMENTO 1,22x50x4mm	ETERNIT	6,50	1.300,00
60	200	UN	TELHA DE FIBROCIMENTO 183x1.10x6mm	ETERNIT	32,00	6.400,00
61	300	UN	TELHA DE FIBROCIMENTO 2,44x0,50x4mm	ETERNIT	11,50	3.450,00
62	340	UN	TELHA DE FIBROCIMENTO 2,44x1,10x6mm	ETERNIT	42,00	14.280,00
63	200	UN	TELHA DE FIBROCIMENTO 3,66x1,10x6mm	ETERNIT	64,00	12.800,00
76	117	UN	BARRA DE FERRO 1/4	SIMEC	10,90	1.275,30
Total				R\$93.517,13		

Guaramirim (SC), 22 de agosto de 2017.  
 LUIZ ANTONIO CHIODINI  
 PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 74/2017 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2017 – PMG  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2017 - PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).  
 Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 99/2017 PMG.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA, com sede na Rua Wally Emilia Mohr, nº 60, sala 02, bairro água Verde, em Jaraguá do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.138.763/0001-69.

Vigência: Início: 17/07/2017 Término: 16/07/2018

Fornecedor: 396257 - COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	14	UN	ALICATE UNI-VERSAL, CORPO FORJADO EM AÇO TEMPERADO, CABEÇA E ARTICULAÇÃO LIXADAS, TEMPERA ESPECIAL NAS MANDIBULAS E GUME DE CORTE, SUPORTE PLÁSTICO COM ISOAMENTO ELÉTRICO, TAMANHO DE 8 (POLEGADAS), OPRODUTO DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NBR 9699E NR 10	TRAMONTINA	30,00	420,00
14	235	SC	CAL LIQUIDO DE 5L	KEVEX	27,00	6.345,00
16	14	UN	CARRINHO DE MÃO COM BRAÇO METÁLICO , CAÇAMBA METÁLICA ARREDONDADA , CHAPA DE 0,45MM , CAPACIDADE PARA 55 LT , ARO/PNEU COM CÂMERA DE AR , DE ALTA RESISTÊNCIA	MAESTRO	95,50	1.337,00
19	22	UN	COLHER DE PEDREIRO PEQUENA, COM HASTE RETA E CABODE MADEIRA, FABRICADA COM MATERIAL DE BOA QUALIDADE.	VILA	12,20	268,40
21	43	UN	DESENGRIPANTE EM SPRAY , LATA DE 300ML COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO ÓLEO LUBRIFICANTE VEGETAL, ADITIVOANTIOXIDANTE, ADITIVO ANTICORROSIVO, ESSÊNCIA, BUTANO E PROPANO COMO PROPELENTE, COM VALIDADE MÁXIMA-DE 1 ANO.	PROTEGLUB	8,90	382,70
22	92	UN	DOBRADIÇA COM PARAFUSO 3	FERCA	1,29	118,68
23	9	UN	ENXADA 19CM, FORJADA EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM CABO EM MADEIRA DE EUCALIPTO ENVERNIZADA.	PANDOLFO	16,90	152,10



27	5	UN	FOICE MODELO TUBARÃO, FORJADA EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM CABO DE MADEIRA, 40CM	PANDOLFO	28,97	144,85
33	4000	MT	LONA PRETA 6X100, 60KG (100 MICRAS)	ECOCICLE	4,95	19.800,00
34	9	UN	MARRETA 1.0 KG C/ CABO	MINASUL	21,86	196,74
41	10	UN	PÁ CORTADEIRA, FABRICADA EM AÇO DE QUALIDADE, COM CABO EM MADEIRA DE EUCALIPTO DE BOA QUALIDADE, PINTURA EM VERNIZ TRANSPARENTE.	PANDOLFO	23,80	238,00
43	18	UN	PINCEL TIPO BROCHA, RETANGULAR Nº 2.	ROMA	5,90	106,20
51	140	PCT	PREGO TELHEIRO ARDOX PCT DE 500 G	SERRANA	9,55	1.337,00
52	15	UN	RASTEL DE METAL COM 12 DENTES, FABRICADO EM METAL, COM CABO DE MADEIRA DE BOA QUALIDADE.	SCHNEIDER	15,00	225,00
55	108	PCT	SEPARADOR DE PISO PCT C/ 100	SANDALO	5,50	594,00
56	28	UN	SERRA PARA ARCO, PARA CORTE DE BARRAS DE METAL, EMAÇO BI-METAL, FLEXIVEL, COM DENTES REFORÇADOS, TAMANHO DE 12 (POLEGADAS).	NICOHLSON	3,50	98,00
57	9	UN	SERROTE PARA MADEIRA, LAMINA EM AÇO ESPECIAL TEMPERADO E LIXADO, CABO DE MADEIRA ERGÔNOMICO ENVERNIZADO, DENTES TRAVADOS, TAMANHO DE 22 (POLEGADAS)	PARABONI	39,75	357,75
58	8	UN	SERROTE PARA PODA, LÂMINA EM AÇO CARBONO, CABO ERGONOMICO, DENTES TRAVADOS COM DUPLA AFIAÇÃO	TRAMONTINA	35,00	280,00
70	6	UN	TORQUES DE 10 POLEGADAS, CORPO FORJADO EM AÇO TEMPERADO.	SÃO ROMÃO	22,20	133,20

71	7	UN	TRENA EM FIBRA DE VIDRO, COM 30 METROS, COM MANIVELA E CAIXA ABERTA, COM MARCAÇÃO DE MILIMETROS, CENTIMETROS E METROS.	TOMPSON	30,95	216,65
72	19	UN	TRENA PROFISSIONAL DE 5M, COM FITA EM AÇO	VILA	11,70	222,30
73	50	UN	CAIXA PLÁSTICA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 46 LITROS, CONFECCIONADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COM DIMENSÕES APROXIMADAS: A) EXTERNAS LXCXA: 55,6X36X31,5 CM. B) INTERNAS LXCXA: 51,5X32X28 CM. PESO APROXIMADO 1,75 KG POR CAIXA. TIPO EMPILHAVÉL, COM OMBREIRAS, COLUNAS E FUNDO INTERNOS ARREDONDADOS, FUNDO BOLINHA PARA MELHOR ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS. INDICADA PARA USO GERAL EM CARREGAMENTO DE PRODUTOS.	PROPLAST	44,00	2.200,00
74	2	UN	CARRO TARTARUGA, CONFECCIONADO EM FERRO ZINCADO, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 200KG, DIMENSÃO DA BASE APROXIMADA LXCX 51,5X32, COM RODÍZIOS REFORÇADOS, RODAS EM NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA COM BORDAS DE 4CM NAS LATERAIS PARA EVITAR QUE AS CAIXAS ESCORREGUEM.	CROMA	383,50	767,00

75	2	UN	CARRINHO DE TRANSPORTE DE MATERIAIS (SUPERMERCADO) COM CAPACIDADE DE 160L, DIMENSÕES APROXIMADAS CXLXA: 1,05X 0,50X1,00, CONFECIONADO EM AÇO COM ACABAMENTO ANTI FERRUGEM E APLICAÇÃO DE ACABAMENTO EM PVC NAS BORDAS E PUXADOR DE PLÁSTICO REFORÇADO NO CABO. RODAS ANTI RUÍDO.	CROMA	603,00	1.206,00
Total		R\$37.146,57				

Guaramirim (SC), 22 de agosto de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Guatambú

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 82/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 82/2017
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 31/2017
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO, URBANÍSTICO, PAISAGÍSTICO E DE ILUMINAÇÃO VISANDO A REVITALIZAÇÃO DA AVENIDA JOÃO BATISTA DAL PIVA.
Contratada: SÓLIDA ARQUITETURA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA -ME
Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei °. 8.666/93 c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 22 de Agosto de 2017.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO 68/2017

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	68/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contratado...:	A REALIDADE – CONSULTORIA E ESTATISTICA LTDA – ME.
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DE MERCADO E AVALIAÇÃO ADMINISTRATIVA.
Valor ..... :	R\$ 7.000,00 (sete mil reais).
Vigência....:	Início: 21/08/2017 Término: 31/12/2017.
Licitação...:	Dispensa nº 30/2017.
Guatambu/SC, 21/08/2017.	
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA	
PREFEITO MUNICIPAL	

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2017**

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2017

#### OBJETO

Contratação de Consórcio Público para a Elaboração de Diagnóstico Socioambiental no Perímetro Urbano do município, visando nortear as políticas urbanas a partir da identificação de áreas urbanas consolidadas, áreas de interesse ecológico relevante e áreas de risco.

#### CONTRATADO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

#### VALOR CONTRATADO

R\$ 52.440,00 (Cinquenta e dois mil, quatrocentos e quarenta reais).

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 24, inciso XXVI da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 21 de agosto de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

### **PORTARIA Nº 1146/2017**

#### PORTARIA Nº 1146/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora MARIA HELENA APARECIDA BIAZOTTI (Matr. 2877), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Agente Administrativo, Nível – 9, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a partir de 21 de agosto de 2017 a 01 de setembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1147/2017**

#### PORTARIA Nº 1147/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 21 de agosto de 2017, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora MARIA RAQUEL AGUIAR BARBOSA (Matr. 414), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor Nível/Referência – 7/D, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### PORTARIA 274 - HOMOLOGA LIC. CALÇAMENTO RUA LIDO TRAGANCIM

PORTARIA Nº 274, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 002/2017 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 002/2017, modalidade TOMADA DE PREÇOS, cujo objeto visa a contratação de empresa para execução de projeto básico de calçamento com Lajotas Sextavadas na Rua Lido Tragancim, no Município de Ibiam, e, adjudica o objeto licitado à empresa: POLICENO OBRAS DE CALÇAMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ: 09.428.416.0001-80, pelo preço total de R\$ 63.471,15 (sessenta e três reais, quatrocentos e setenta e um reais e quinze centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 14 DE AGOSTO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

### PORTARIA 276 - REVOGA LICITAÇÃO FISIOTERAPIA SAÚDE

PORTARIA Nº 276, DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

REVOGA LICITAÇÃO Nº 009/2017 - FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Considerando, a desistência expressa e motivada da proponente, fica, revogada o Certame Licitatório nº 009/2017 que visa contratação de sessões de Fisioterapia.

Art. 1º Revoga licitação nº 009/2017, modalidade Pregão Presencial, cujo objeto visa contratação de sessões de Fisioterapia, para o Fundo Municipal de Saúde e,

Art. 2º Determina ao Setor competente, lançamento de novo Certame Licitatório.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE AGOSTO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

### RESOLUÇÃO Nº 27/2017 - CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DO MUNICÍPIO DE IBIAM/SC

RESOLUÇÃO Nº 27/2017

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FEMAS) de Ibiam.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 09 de agosto de 2017, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 615 de 10 de julho de 2014, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Ibiam – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de R\$ 24.324,32, referente ao ano de 2017, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos destinados aos serviços ofertados pelo município e elencado no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção

Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CMAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Registrada, Publicada CUMPRADA-SE

IBIAM, 09 de Agosto de 2017.

Daiane Raizel de Meira

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Homologada em: ..... /...../ .....

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal de Ibiam.

Publicação e Registro:



# Imarui

## PREFEITURA

### **CREDENCIAMENTO PMI Nº 001/2017**

#### **AVISO DE CREDENCIAMENTO PMI Nº 001/2017**

O Município de Imaruí/SC, torna público aos interessados que se encontra aberto o credenciamento de veículos de comunicação de radio-difusão através de emissora AM e FM comercial para divulgação de matérias institucionais, eventos, campanhas educativas e informativas e publicações legais, de interesse público. Início de recebimento do envelope de proposta de credenciamento e habilitação: A partir das 08h do dia 05/09/2017 no Setor de Protocolo da Prefeitura de Imaruí, sito a Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. Os envelopes serão recebidos durante a vigência deste edital, ou seja, até 05/09/2018. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, ou pelo e-mail [licitacao@imarui.sc.gov.br](mailto:licitacao@imarui.sc.gov.br). Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 22 de agosto de 2017.

Rui José Candemil Junior

Prefeito de Imaruí

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2017 – FMS**

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2017 – FMS**

Pregão Presencial PMI Nº 011/2017. Contratante: MUNICÍPIO DE IMARUÍ – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CNPJ do Contratado: 08.780.186/0001-50. Contratado: Ponto Sat Conect Ltda - ME. Objeto: contratação de empresa prestadora de serviço de comunicação multimídia para prover acesso à internet. Fundamentação legal: Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. Vigência: 31/12/2017. Valor total: R\$ 5.699,50. (Proj./Ativ.: 2.100 / Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.00 0606 / Cód. Reduzido: 05); (Proj./Ativ.: 2.104 / Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.00 064 / Cód. Reduzido: 10). Data de assinatura: 22/05/2017. Signatário pelo Município: Geazi Aldrigh Galarz, pelo contratado: Diana Chris de Souza Fernandes.

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2017 – FMS**

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2017 – FMS**

Pregão Presencial PMI Nº 011/2017. Contratante: MUNICÍPIO DE IMARUÍ – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CNPJ do Contratado: 07.019.075/0001-63. Contratado: Eghert Informática Ltda - ME. Objeto: contratação de empresa prestadora de serviço de comunicação multimídia para prover acesso à internet. Fundamentação legal: Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. Vigência: 31/12/2017. Valor total: R\$ 3.269,82. (Proj./Ativ.: 2.100 / Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.00 0606 / Cód. Reduzido: 05); (Proj./Ativ.: 2.104 / Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.00 064 / Cód. Reduzido: 10). Data de assinatura: 22/05/2017. Signatário pelo Município: Geazi Aldrigh Galarz, pelo contratado: Helton Florentino Eghert.

# Imbituba

## PREFEITURA

**ATA 11/2017 PP 27/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2017 DO PP 27/2016.  
OBJETO: Aquisição de medicamentos para uso da secretaria municipal de saúde, orçamento 2017.  
EMPRESA: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – EIRELI EPP  
VALOR TOTAL: R\$ 349.222,50  
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 02/03/2017 à 02/03/2018.  
Imbituba, 02 de março de 2017.  
GRACIELA WIEMES RIBEIRO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA 186/2017 PP 09/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 186/2017 DO PP 09/2017.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO LABORATORIAL PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.  
EMPRESA: DIAGNÓSTICA CATARINENSE COMÉRCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS  
VALOR TOTAL: R\$ 135.000,00  
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 02/08/2017 à 02/08/2018  
Imbituba, 02 de agosto de 2017.  
GRACIELA WIEMES RIBEIRO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA 191/2017 PP 12/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 191/2017 DO PP 12/2017.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE AVIAMENTOS PARA OS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE DA SEASTH – ORÇAMENTO 2017  
EMPRESA: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C  
VALOR TOTAL: R\$ 12.253,00  
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 04/08/2017 à 04/08/2018.  
Imbituba, 04 de agosto de 2017.  
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

**ATA 192/2017 PP 12/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 192/2017 DO PP 12/2017.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE AVIAMENTOS PARA OS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE DA SEASTH – ORÇAMENTO 2017  
EMPRESA: LIVRARIA E PAPELARIA FIGUEIREDO LTDA ME  
VALOR TOTAL: R\$ 3.326,40  
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 08/08/2017 à 08/08/2018.  
Imbituba, 08 de agosto de 2017.  
EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

**ATA 48/2017 PP17/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2017 DO PP 17/2017.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFÉUS PARA EVENTOS ESPORTIVOS, COM PARTICIPAÇÃO DOS ATLETAS/ALUNOS DO MUNICÍPIO.  
EMPRESA: REMA ARTE ESPORTE LTDA  
VALOR TOTAL: R\$ 36.290,00  
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 30/06/2017 à 30/06/2018.  
Imbituba, 30 de junho de 2017.  
FILIPE DIAS ANTÔNIO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

**ATA 53 PP 18/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 52/2017 DO PP 18/2017.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA USO DOS ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA  
EMPRESA: DGW BRASIL EIRELI - ME  
VALOR TOTAL: R\$ 34.500,00  
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 10/07/2017 à 10/07/2018.  
Imbituba, 10 de julho de 2017.  
FILIPE DIAS ANTÔNIO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

**CONTRATO SEAPI 2016/73 A/03 PROC 66/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAPI 2016/73 – A/03  
Contratado: EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S.A  
CNPJ: 83.665.141/0001-50  
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo até 29 de dezembro de 2017.  
Prazo: 29/12/2017  
Fundamento: Processo nº 66/2016 Concorrência nº 03/2016  
Imbituba, 02 de agosto de 2017.

Alex Sandro Carpes  
Secretário de Infraestrutura e Saneamento  
Contratante

EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S.A  
Representante legal  
Contratado

**CONTRATO SEMUSA 2017/03 A/00 PROC 10/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2017/03 – A/00  
Contratado: EMPRESA SANTO ANJO DA GUARDA LTDA  
CNPJ: 86.431.749/0001-09  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE PARA AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS URBANAS

PARA USO DOS PACIENTES DOS PROGRAMAS DO CAPS I DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Prazo: 31/12/2017 Valor Total R\$ 20.200,00

Fundamento: Processo nº 10/2017 Inexigibilidade: 01/2017

Imbituba, 12 de julho de 2017

Graciela Wiemes Ribeiro  
Secretária Municipal da Saúde  
Contratante

EMPRESA SANTO ANJO DA GUARDA LTDA  
Representante legal  
Contratada

### **EDITAL SEAD Nº 076/2017**

EDITAL SEAD Nº 076/2017

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

#### **RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração- DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 23 de Agosto a 22 de Setembro de 2017, no horário das 13:30h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 22 de agosto de 2017

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAD Nº 076/2017

Anexo I

### **CANDIDATOS CONVOCADOS**

Servente Merendeira  
Marcia Regina Espindula

### **EDITAL SEAD Nº 077/2017**

EDITAL SEAD Nº 077/2017

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

#### **RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração- DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 23 de Agosto a 22 de Setembro de 2017, no horário das 13:30h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 22 de agosto de 2017

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAD Nº 077/2017

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira  
Viviane Vieira de Souza Rosa

**EDITAL SEAD Nº 078/2017**

EDITAL SEAD Nº 078/2017

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, divulgado através do Edital nº 18/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Processo.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração– DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 23 de Agosto a 22 de Setembro de 2017, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 22 de agosto de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração  
EDITAL SEAD Nº 078/2017  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Auxiliar de Serviços Gerais  
Andreia da Silva Lino

**EDITAL SEAD Nº 079/2017**

EDITAL SEAD Nº 079/2017

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 17/2017.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 17/2017, divulgado através do Edital nº 17/2017, de 17 de julho de 2017, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 17/2017, de 09 de agosto de 2017, que homologou os resultados do referido Processo.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 17/2017, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração– DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 23 de Agosto a 22 de Setembro de 2017, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 22 de agosto de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração  
EDITAL SEAD Nº 079/2017  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Assistente Social  
Ana Paula Barcelos

**ERRATA À LEI COMPLEMENTAR Nº 4.820 DE 06 DE JULHO DE 2017****ERRATA À LEI COMPLEMENTAR Nº 4.820 DE 06 DE JULHO DE 2017**

Eu, Ana Paula Leal da Silveira, Chefe de Departamento de Atos Normativos, da Prefeitura Municipal de Imbituba, informo que a presente serve para retificar a publicação da Lei Complementar Municipal nº 4.820 de 06 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na data de 11 de julho do ano em curso, edição 2293, página 336, em virtude de erro de digitação.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 4.820 DE 06 DE JULHO DE 2017.**

Altera a legislação tributária do município relativa à Taxa de Fiscalização de Empreendimentos Urbanísticos e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA** Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica acrescentado ao artigo 332 da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, o inciso VIII com a seguinte redação:

*“VIII Consulta de Viabilidade Técnica”*

**Art. 2º** Fica acrescentado ao artigo 337 da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, a alínea “g” com a seguinte redação:

*“g) Consulta de Viabilidade Técnica”*

**Art. 3º** A Tabela de Valores Relativos à Taxa de Fiscalização, prevista no artigo 346 da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

**CÁLCULO DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO**

<b>ASSUNTO</b>	<b>TIPO</b>	<b>SERVIÇO</b>	<b>DETALHAMENTO</b>	<b>VALOR EM UFM</b>
<i>C o n s u l t a de Viabilidade Técnica</i>	<i>Qualquer tipo</i>	<i>Arruamento</i>	<i>Por unidade</i>	<i>25,00</i>
	<i>Qualquer tipo</i>	<i>Construção</i>	<i>Por unidade</i>	<i>25,00</i>
	<i>Qualquer tipo</i>	<i>Desmembramento</i>	<i>Por unidade</i>	<i>25,00</i>
	<i>Qualquer tipo</i>	<i>Loteamento</i>	<i>Por unidade</i>	<i>25,00</i>
<i>C o n s t r u ç ã o , reconstrução e acréscimo</i>	<i>Prédios</i>	<i>Análise do Projeto</i>	<i>Por metro quadrado (m²)</i>	
		<i>Vistoria/Habite-se</i>	<i>Por metro quadrado (m²)</i>	<i>0,40</i>
	<i>Galpões, barracões,</i>	<i>Análise do projeto</i>	<i>Por metro quadrado (m²)</i>	<i>0,40</i>

	<i>garagens e outras dependências</i>	<i>Vistoria/Habite-se</i>	<i>Por metro quadrado (m²)</i>	<i>0,20</i>
	<i>Marquises, toldos e semelhantes</i>	<i>Análise do projeto/Vistoria</i>	<i>Por unidade</i>	<i>20,00</i>
	<i>Muros e calçadas</i>	<i>Alinhamento</i>	<i>Por metro linear</i>	<i>1,00</i>
<i>Intervenções Urbanísticas</i>	<i>Empreendimentos Urbanísticos</i>	<i>Fixação de Diretrizes Urbanísticas</i>	<i>Por metro quadrado da gleba</i>	<i>0,01/m²</i>
		<i>Análise de Projetos</i>	<i>Por metro quadrado da gleba, excluída área remanescente, se existente</i>	<i>0,05/m²</i>
		<i>Verificação de Obras de Infraestrutura</i>	<i>Por valor orçado (VO) da infraestrutura implantada</i>	<i>0,01/VO</i>
<i>Demolição</i>	<i>Qualquer tipo</i>	<i>Vistoria</i>	<i>Por unidade</i>	<i>0,45/m²</i>
<i>Reformas, Consertos e Reparos que não impliquem em reconstrução</i>	<i>Qualquer tipo</i>	<i>Vistoria</i>	<i>Por unidade</i>	<i>15,00</i>
<i>Aterramento e terraplanagem</i>	<i>Qualquer tipo</i>	<i>Análise de projetos/vistoria</i>	<i>Por volume (m³)</i>	<i>0,10</i>

**Art. 4º** As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

**Art. 5º** Está Lei Complementar entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Imbituba, 06 de julho de 2017.

**Rosenvaldo da Silva Júnior**  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**Ana Paula Leal da Silveira**

Chefe de Departamento de Atos Normativos



**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 14/2017  
DISPENSA 01/2017 (SEASTH)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEASTH

PROCESSO Nº 14/2017

DISPENSA Nº 01/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS PARA OS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DA SEASTH.

Contratada: EMPRESA SANTO ANJO DA GUARDA LTDA

Valor Total: R\$ 15.766,20 (Quinze mil, setecentos e sessenta e seis reais e vinte reais).

Fundamentação Legal: Artigo 24, V da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 23 de agosto de 2017.

Edna dos Santos Souza Demétrio

Secretária Municipal da SEASTH

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;  
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;  
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de agosto de 2017.

Bruna Martins Duarte

Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 63/2017  
INEXIGIBILIDADE 10/2017 PMI/SEDUCE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEDUCE

Processo Nº 63/2017 Inexigibilidade Nº 10/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA DESENVOLVER O PROJETO MEDITAÇÃO NA ESCOLA – PROMOVENDO A QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE ESCOLAR, PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC, POR COMPETÊNCIA DO TRABALHO REALIZADO EM IMBITUBA, TANTO EM ESCOLAS PÚBLICAS COMO EM ESCOLAS PRIVADAS, INDICA-SE O AUTOR DO PROJETO O PROFº RENATO AUGUSTO DUHA SCHULTZ.

Contratado: Professor Renato Augusto Duha Schultz.

CPF: 691.848.600-49

Valor Total: 8.000,00 (Oito mil reais)

Fundamento: Artigo 25, CAPUT da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 23 de agosto de 2017.

Filipe Dias Antônio

Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA PMI/UCSCI Nº 004/2017**

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 004, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTAURAR sindicância constituída pela Portaria PMI/CGM Nº 030/2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 21/11/2016.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;  
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;  
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de agosto de 2017.

Bruna Martins Duarte

Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**PORTARIA PMI/UCSCI Nº 003/2017**

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 003, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTAURAR sindicância constituída pela Portaria PMI/CGM Nº 020/2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 17/08/2016.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

**PORTARIA PMI/UCSCI Nº 005/2017**

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 005, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º REINSTAURAR sindicância constituída pela Portaria PMI/CGM Nº 032/2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 29/11/2016.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

- I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;
- II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;
- III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de agosto de 2017.

Bruna Martins Duarte  
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**PORTARIA PMI/UCSCI Nº 006/2017**

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 006, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º REINSTAURAR sindicância constituída pela Portaria PMI/CGM Nº 033/2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 30/11/2016.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

- I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;
- II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;
- III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de agosto de 2017.

Bruna Martins Duarte  
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**PORTARIA PMI/UCSCI Nº 007/2017**

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 007, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º REINSTAURAR sindicância constituída pela Portaria PMI/CGM Nº 019/2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 17/08/2016.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

- I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;
- II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;
- III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de agosto de 2017.

Bruna Martins Duarte  
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**PORTARIA PMI/UCSCI Nº 009/2017**

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 009, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º REINSTAURAR sindicância constituída pela Portaria PMI/CGM Nº 012/2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 27/07/2016.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;  
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;  
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de agosto de 2017.

Bruna Martins Duarte  
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**PORTARIA PMI/UCSCI Nº 010/2017**

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 010, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º REINSTAURAR sindicância constituída pela Portaria PMI/CGM Nº 029/2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 17/11/2016.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;  
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos

iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;  
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de agosto de 2017.

Bruna Martins Duarte  
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**PORTARIA PMI/UCSCI Nº 011/2017**

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 011, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º REINSTAURAR sindicância constituída pela Portaria PMI/CGM Nº 028/2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 11/11/2016.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;  
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;  
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de agosto de 2017.

Bruna Martins Duarte  
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**PORTARIA PMI/UCSCI Nº 012/2017**

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 012, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores

Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTAURAR sindicância constituída pela Portaria PMI/CGM Nº 024/2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 29/09/2016.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;  
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;  
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de agosto de 2017.

Bruna Martins Duarte  
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

### **RESOLUÇÃO Nº003/2017-CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº003 /2017 - C.M.D.C.A.

Dispõe sobre o resultado do Processo de inscrição das entidades não governamentais para ocuparem assento no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA no município de Imbituba.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Imbituba, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e em conformidade com a Lei, Municipal nº1936/99 delibera :

Art. 1º Torna-se publico o resultado das inscrições de entidades não governamentais, para ocuparem assento no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, gestão 2017/2019.

1-Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbituba-Apae  
2-Associação dos Amigos dos Autistas de Imbituba-AMAI  
3-Entidade Atlético Clube Imbituba

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

;

Imbituba ,18 de agosto 2017.

Marivone Mendonça Damázio  
Presidente do CMDCA Gestão 2014/2016

### **RESOLUÇÃO Nº004/2017-CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº004 /2017 - C.M.D.C.A.

Dispõe sobre a Convocação das Entidades não Governamentais inscritas e com assento no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCA, e os representantes do Governo indicados por ofício pela sua respectiva Secretaria, a participarem do processo de eleição para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCA, gestão 2017/2019 no dia 24/08/2017, as 13:30 horas na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Imbituba

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Imbituba, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e em conformidade com a Lei, Municipal nº1936/99 resolve:

Art. 1º Tornar público a realização das eleições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCA, gestão 2017/2019 no dia 24/08/2017, as 13:30 horas na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Imbituba

Art. 2º Convocar as Entidades não Governamentais inscritas e com assento no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCA, e os representantes do Governo indicados por ofício pela sua respectiva Secretaria, a participarem do processo de eleição para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCA, gestão 2017/2019 no dia 24/08/2017, as 13:30 horas na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Imbituba

Art. 3º Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Imbituba ,18 de agosto 2017.

Marivone Mendonça Damázio  
Presidente do CMDCA Gestão 2014/2016



# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 695/17

. DECRETO Nº 695/17

. De 17 de agosto de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NA FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS, PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente d a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 172.396,37 (CENTO E SETENTA E DOIS MIL E TREZENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
41.001.0013.0391.0041.2655.3339000000000000	03645501	64.318,91
41.001.0013.0391.0041.1650.3449000000000000	03345407	108.077,46

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de agosto de 2017..

Município de Indaial, em 17 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

### DECRETO Nº 701/17

. DECRETO Nº 701/17

. De 18 de agosto de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NA FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS, PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente da FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.138,93 (CINCO MIL E CENTO E TRINTA E OITO REAIS NOVENTA E TRÊS CENTAVOS) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
41.001.0013.0391.0041.1650.3449000000000000	01345407	5.138,93

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de arrecadação apurado no

Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de agosto de 2017.

Município de Indaial, em 18 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

### PORTARIA Nº 88/17

. PORTARIA Nº 88/17

. De 22 de agosto de 2017

COLOCA A DISPOSIÇÃO A SERVIDORA

DENIZE PIANEZZER/

UNIDADE DE CONCILIAÇÃO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI, XII, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Colocar a disposição da Unidade de Conciliação, a Servidora Denize Pianezzer, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, que terá as seguintes atribuições:

1. Confecção de Certidões de Dívida Ativa;
2. Apoio Administrativo às diversas funções desempenhadas pela Unidade de Conciliação;

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de agosto de 2017, revogando a Portaria nº 58/2017.

Gabinete do Prefeito, em 22 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Cumpre-se

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2017

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 136/2017

Edital de Pregão Presencial nº 050/2017-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de móveis escolares.

Entrega dos envelopes: 06/09/2017 - 14h15min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 06/09/2017 - 14h30min – Horário 6de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 137/2017**  
PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDIAIAL

Processo Licitatório n° 137/2017

Edital de Pregão Presencial n° 051/2017-10430

Com Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de sêmem bovino.

Entrega dos envelopes: 05/09/2017 - 14h15min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 05/09/2017 - 14h30min – Horário 6de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal



# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### PROCESSO ADMINISTRATIVO 113/2017

Processo Administrativo Nº 113/2017

Pregão Presencial Nº 053/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, torna público a abertura e a realização de Edital de Licitação, Modalidade Pregão Presencial, no Sistema de Registro de Preços, com a abertura para dia 06.09.2017, às 08:00h, do tipo menor preço, objetivo receber propostas para SELEÇÃO E POSSIVEL CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ODONTOLOGICO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR PARA USO DO MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.

A íntegra do edital e demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, Rua Santo Antônio, 100, de Segunda a Sexta feira, das 7:45h às 11:45h e das 13:15h às 17:15h, pelo Fone: (049) 3634-1210 ou no site [www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br). Iporã do Oeste - SC, 21 de agosto de 2017.

Lucio Mallmann Mauro Barella

Prefeito Municipal Gestor FMS

### PROCESSO ADMINISTRATIVO 114/2017

Processo Administrativo Nº 114/2017

Pregão Presencial Nº 054/2017

O Município de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, torna público a abertura e a realização de Edital de Licitação, Modalidade Pregão Presencial, com a abertura para dia 05.09.2017, às 08:00h, do tipo menor preço, objetivo receber propostas para Contratação de Empresa Especializada para fornecimento e instalação de impermeabilização de telhado com manta asfáltica aluminizada. A íntegra do edital e demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, Rua Santo Antônio, 100, de Segunda a Sexta feira, das 7:45h às 11:45h e das 13:15h às 17:15h, pelo Fone: (049) 3634-1210 ou no site [www.ipora.sc.gov.br](http://www.ipora.sc.gov.br).

Iporã do Oeste - SC, 21 de agosto de 2017.

Lucio Mallmann

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE REDAÇÃO FINAL PL 022/2017

Estado de Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste – SC

Extrato Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 022/2017 que CRIA O FUNDO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS – FHS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Iporã do Oeste SC, 21 de agosto de 2017.

Laírton Hahn – Presidente

### EXTRATO DE REDAÇÃO FINAL PL 025/2017

Estado de Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste – SC

Extrato Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 025/2017, que ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.188, DE 25 DE SETEMBRO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Iporã do Oeste SC, 21 de agosto de 2017.

Laírton Hahn – Presidente

# Ipuacú

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 212/2017 DE 21 DE AGOSTO DE 2017. DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORES APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO.**

DECRETO Nº 212/2017

DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORES APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constante no inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica;

Considerando o resultado final de classificação por cargo relativo ao edital de teste seletivo 001/2017;

Considerando 7º chamada pública para escolha de aulas da rede municipal de ensino;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada temporariamente, através de edital de teste seletivo 001/2017, a servidora abaixo relacionada, iniciando em 21/08/2017 e estendendo-se até a posse de servidores para os mesmos cargos nomeados por concurso público, podendo ocorrer rescisão antecipada a critério da Administração, por conveniência administrativa ou interesse público, conforme especificado no quadro a seguir:

NOME	CARGO	C/H	ÍNICIO
MIRIAN DA SILVA	Professor II	20h	21/08/2017

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacú- SC, em 21 de agosto de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacú

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

**DECRETO Nº 213/2017 DE 22 DE AGOSTO DE 2017. NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**

DECRETO Nº 213/2017

DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos IX e XII, do artigo 91 da Lei Orgânica e Lei Complementar nº. 041, de 01 de julho de 2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Servidor abaixo relacionado, NOMEADO para o respectivo cargo pelo provimento de Cargo em Comissão:

SERVIDOR	CARGO	DATA
ADÃO FERNANDES PILANTIR	Coordenador de Assistência Social Indígena	22/08/2017

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacú-SC, em 22 de agosto de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacú

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

**DECRETO Nº 214/2017 DE 22 DE AGOSTO DE 2017. DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO - 40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 214/2017

DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO - 40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005); e, CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio do servidor bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora RENATA SILVEIRA CHAGAS, para o Cargo de Provimento Efetivo de ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO-40H, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuçu - SC, em 22 de agosto de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 215/2017 DE 22 DE AGOSTO DE 2017. DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM - 40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 215/2017

DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM - 40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005); e, CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio do servidor bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora FÁTIMA BORGES DA ROSA CARLESSO, para o Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM-40H, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuçu - SC, em 22 de agosto de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 216/2017 DE 22 DE AGOSTO DE 2017. DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM - 40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 216/2017

DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM - 40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005); e, CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio do servidor bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora ANGELITA SCHUK D'AGOSTINI, para o Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM-40H, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu - SC, em 22 de agosto de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 217/2017 DE 22 DE AGOSTO DE 2017. DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM - 40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 217/2017

DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETA A ESTABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM - 40H, EM VIRTUDE DO CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 41 da Constituição Federal e artigos 23 a 26 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar n. 011, de 14 de junho de 2005); e, CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório nos termos do artigo 22 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; CONSIDERANDO as avaliações periódicas realizadas consubstanciadas nos relatórios semestrais integrantes do processo de estágio do servidor bem como do relatório final da avaliação do estágio probatório;

DECRETA:

Art. 1º. A estabilidade no serviço público municipal da Servidora SIMONE ALVES MACIEL LARA, para o Cargo de Provimento Efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM-40H, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no serviço público municipal e em virtude de ter sido aprovada no estágio probatório a que foi submetida, conforme relatórios periódicos e relatório final integrantes do assento funcional da servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu - SC, em 22 de agosto de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de Administração e Fazenda

**PORTARIA Nº 155/2017 DE 18 DE AGOSTO DE 2017. REVOGA PORTARIA QUE CONCEDEU FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA.**

PORTARIA Nº 155/2017  
DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

REVOGA PORTARIA QUE CONCEDEU FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;  
Considerando Portaria nº. 148 de 15 de agosto de 2017, a qual concedeu 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal;  
Considerando licença para trato de saúde da servidora Simone Alves Maciel Lara;  
Considerando pedido da servidora em desfrutar do período de férias a que tem direito em tempo futuro;

**RESOLVE:**

Art. 1º. REVOGAR a Portaria 148 de 15 de agosto de 2017, a qual concedeu 30 (trinta) dias de férias a Servidora ADENIRA JÚLIO RIBEIRO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza – 40h.

Art. 2º. Esta Portaria é publicada na presente data, com efeitos retroativos ao dia 15 de agosto de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 18 de agosto de 2017.

CLORI PEROZA  
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO  
Secretária de administração e fazenda

# Ipumirim

## PREFEITURA

### DECRETO N. 2.305 DE 18 DE AGOSTO DE 2.017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 418.652,16.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.788 de 17 de outubro de 2.016 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.017 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo da Lei Municipal nº 1.793 de 14 de dezembro de 2.016, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.017 – LOA,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

- I. Código reduzido 3, Projeto/Atividade 04.122.0004.2.007 - Ações de Parcerias para o Fortalecimento do Municipalismo, elemento 33500000000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 2 - GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL, Unidade 1 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, no valor de R\$ 7.212,16.
- II. Código reduzido 135, Projeto/Atividade 04.122.0003.1.005 - Estruturação e modernização das atividades administrativas, elemento 44900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0007 - Recursos de Operações de Crédito, Órgão 3 - SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 4.084,00.
- III. Código reduzido 10, Projeto/Atividade 04.122.0003.2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 30.000,00.
- IV. Código reduzido 31, Projeto/Atividade 26.782.0026.2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 33900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 50.000,00.
- V. Código reduzido 134, Projeto/Atividade 26.782.0026.2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 33900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0081 - Convênios SDR Seara, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 150.000,00.
- VI. Código reduzido 35, Projeto/Atividade 12.306.0012.2.039 - Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar, elemento 33900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 20.000,00.
- VII. Código reduzido 37, Projeto/Atividade 12.361.0012.1.021 - Estruturação e modernização do Ensino Fundamental, elemento 44900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 25.000,00.
- VIII. Código reduzido 61, Projeto/Atividade 13.392.0023.2.043 - Gestão das Políticas e Ações da Cultura, elemento 33900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos

Ordinários, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 2 - Departamento Municipal de Cultura, no valor de R\$ 15.000,00.

IX. Código reduzido 82, Projeto/Atividade 08.244.0032.2.095 - Assistência Social Básica, elemento 33900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 15.000,00.

X. Código reduzido 87, Projeto/Atividade 08.244.0032.2.096 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade, elemento 44710000000000 - Transferências a Consórcios Públicos, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 4.600,00.

XI. Código reduzido 101, Projeto/Atividade 15.452.0027.2.063 - Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento Urbano, elemento 33900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 15.000,00.

XII. Código reduzido 32, Projeto/Atividade 10.301.0005.1.041 - Estruturação e modernização da Saúde Pública, elemento 44900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0086 - SUS - Investimentos, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 22.756,00.

XIII. Código reduzido 4, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 30.000,00.

XIV. Código reduzido 24, Projeto/Atividade 10.302.0005.2.029 - Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, elemento 33900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 30.000,00.

TOTAL GERAL .....  
R\$ 418.652,16

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta da seguinte fonte de recursos:

I. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 7.212,16.

II. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0007 - Recursos de Operações de Crédito, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 4.084,00.

III. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 30.000,00.

IV. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 50.000,00.

V. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou



sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0081 - Convênios SDR Seara, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 150.000,00.

VI. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 20.000,00.

VII. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 25.000,00.

VIII. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 15.000,00.

IX. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 15.000,00.

X. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 4.600,00.

XI. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 15.000,00.

XII. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0086 - SUS - Investimentos, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 22.756,00.

XIII. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 30.000,00.

XIV. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 30.000,00.

TOTAL GERAL .....R\$ 418.652,16

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 08 de agosto de 2.017.

Ipumirim-SC, 18 de agosto de 2.017

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

## DECRETO N. 2.306 DE 18 DE AGOSTO DE 2.017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 2.860,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.788 de 17 de outubro de 2.016 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.017 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal

4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.793 de 14 de dezembro de 2.016, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.017 – LOA,

## DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 31, Projeto/Atividade 10.301.0005.1.041 - Estruturação e modernização da Saúde Pública, elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0066 - SUS Vigilância em Saúde, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 2.860,00.

TOTAL GERAL ..... R\$ 2.860,00

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0066 - SUS Vigilância em Saúde, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 2.860,00

TOTAL GERAL ..... R\$ 2.860,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 08 de agosto de 2.017.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 18 de agosto de 2.017

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

## PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 58/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 58/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 05/09/2017, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 05/09/2017. Objeto da licitação: contratação de empresa para serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para a frota municipal de máquinas e veículos com entrega de forma parcelada, conforme as necessidades verificadas em cada setor. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 22/08/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59/2017,DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2017/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: aquisição de equipamentos, material e serviço para manutenção do sistema de vigilância para monitoramento das vias públicas. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 22/08/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 59, DL Nº 20-2017-PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 20/2017 - DL</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 59/2017</b> <b>Data do Processo: 22/08/2017</b>
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 59/2017  
b) Licitação Nr.: 20/2017-DL  
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d) Data Homologação: 22/08/2017  
e) Objeto da Licitação aquisição de equipamentos material, e serviço para manutenção do sistema de vigilância para monitoramento das Vias Públicas.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**SATI TELECOM LTDA (6111)**

1	T10KAN MESA CONTROLADORA SPEED DOME TECVOZ	UN	1,00	0,0000	2.299,00	2.299,00
2	THK-SH08 STAND ALONE IP TECVOZ ATÉ 16 CANAIS IP	UN	1,00	0,0000	1.399,00	1.399,00
3	NOBREACK NHS 2200 VA COM 02 BAT. 17 AH	UN	1,00	0,0000	2.250,00	2.250,00
4	SWITCH 3 COM 08 PORTAS FAST	UN	1,00	0,0000	308,00	308,00
5	PATCH CORD CAT 5 E 2,5M	UN	8,00	0,0000	9,85	78,80
6	BANDEJA 290MM	UN	1,00	0,0000	170,00	170,00
7	GUIA ORGANIZADOR DE CABO	UN	1,00	0,0000	23,00	23,00
8	ANILHA DE IDENTIFICAÇÃO	UN	16,00	0,0000	0,25	4,00
9	ROLO DE VELCRO	UN	1,00	0,0000	26,00	26,00
10	PARAFUSO PORCA GAIOLA	UN	12,00	0,0000	0,99	11,88
11	PORCA GAIOLA	UN	12,00	0,0000	0,99	11,88

Ipumirim, 22 de Agosto de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
AV. DOM PEDRO II, 230  
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 20/2017 - DL**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 59/2017  
Data do Processo: 22/08/2017

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****SATI TELECOM LTDA (6111)**

12 SERVIÇO PARA INSTALAÇÃO	SER	1,00	0,0000	1.350,00	1.350,00
				<b>Total do Fornecedor:</b>	<b>7.931,56</b>
				<b>Total Geral:</b>	<b>7.931,56</b>

Ipumirim, 22 de Agosto de 2017.

\_\_\_\_\_  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

# Iraceminha

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 210/2017

PORTARIA Nº 210/2017, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determinam os Artigos 12 a 21 da Lei Complementar Municipal nº 42/2003 de 14 de Julho de 2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de Julho de 2009 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais.

#### RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a Sra. BRUNA DALLEMOLE, em Caráter Temporário (ACT) de excepcional interesse público, mediante Lei Municipal nº 1334/2017 de 07 de Março de 2017 para atuar como PROFESSORA, em função do atestado de saúde da funcionária efetiva MIRIA DIDOMENICO, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, na data de 23/08/2017.

Iraceminha/SC, 14 de agosto de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

### PORTARIA Nº 211/2017

PORTARIA Nº 211/2017 DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Municipal nº 1.169/2013 de 20 de Maio de 2013, e o que está disposto na lei Federal nº 12.696/2012.

#### RESOLVE

Art. 1º - CONTRATAR, a Sra. ROSANI DIELE, EILEITA PRIMEIRA SUPLENTE, para atuar como de CONSELHEIRA TUTELAR, com carga horária de 20 horas semanais e com vencimentos constantes na Lei Municipal nº 1.169/2013 de 20 de Maio de 2013, a partir desta data em função da licença maternidade da titular da função ROSILEI BALBINOT.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha 14 de Agosto de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

### PORTARIA Nº 212/2017

PORTARIA Nº 212/2017, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de

1990 e o que determinam os Artigos 12 a 21 da Lei Complementar Municipal nº 42/2003 de 14 de Julho de 2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de Julho de 2009 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais e Lei Complementar 073/2017 de 21 de Fevereiro de 2017.

#### RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, em Caráter Temporário (ACT), o Sra. JANICE POZZER VIZZOTTO para atuar como PROFESSORA SÉRIES INICIAS, atuação segundo professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 10 horas semanais e com vencimentos constantes no Plano de Cargos e Salários anexo à Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de Julho de 2009, Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de Julho de 2009 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais em substituição a professora NEUSA VALCARENGHI MARSCHALL que estava com licença para tratamento de saúde a partir desta data.

Iraceminha/SC, 11 de Agosto de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

### PORTARIA Nº 213/2017

PORTARIA Nº 213/2017, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determinam os Artigos 12 a 21 da Lei Complementar Municipal nº 42/2003 de 14 de Julho de 2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de Julho de 2009 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais e Lei Complementar 073/2017 de 21 de Fevereiro de 2017.

#### RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, em Caráter Temporário (ACT), o Sra. MARILDE FACCIO PROVENZI para atuar como PROFESSORA SÉRIES INICIAS, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais e com vencimentos constantes no Plano de Cargos e Salários anexo à Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de Julho de 2009, Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de Julho de 2009 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais em substituição a professora NEUSA VALCARENGHI MARSCHALL que estava com licença para tratamento de saúde a partir desta data.

Iraceminha/SC, 11 de Agosto de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

**PORTARIA N° 214/2017**

PORTARIA N° 214/2017, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determinam os Artigos 12 a 21 da Lei Complementar Municipal nº 42/2003 de 14 de Julho de 2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de Julho de 2009 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais.

**RESOLVE:**

Art. 1º Converter Licença Prêmio em pecunio, à Servidora Pública Municipal MARCIA PARCIANELLO DE LIMA ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Saude. Referente ao período aquisitivo de 20/02/2007 a 19/02/2012. conforme o contido na Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de Julho de 2009 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais.

Iraceminha/SC, 15 de AGOSTO de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

**PORTARIA N° 215/2017**

PORTARIA N° 0215/2017, DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determinam os Artigos 12 a 21 da Lei Complementar Municipal nº 42/2003 de 14 de Julho de 2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de Julho de 2009 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais,

**RESOLVE:**

NOMEAR, a Sra. VANESSA SCHWENGBER, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR ADMINISTRATIVO III, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a partir de 15/02/2017, percebendo os vencimentos constantes na Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de julho de 2009, a partir desta data.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:



# Irineópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3267/2017

DECRETO Nº. 3.267/2017, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.  
PRORROGA EFEITOS DO DECRETO Nº 3.169/2017, QUE APROVA DESMEMBRAMENTO DE SOLO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, pelo presente, DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar desta data, os efeitos do Decreto nº 3.169/2017, que aprova o desmembramento de solo urbano matriculado no Registro de Imóveis de Porto União, Santa Catarina sob o nº 13.397-A, de Espólio de HILMA MIHALEK, findo o qual referenciado Decreto perderá automaticamente a sua validade.

Art. 2º O Presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 21 de Agosto de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 18/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 06 de setembro de 2017, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço global de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE), DESTINADO A POPULAÇÃO DE IRINEÓPOLIS, PARA O PERÍODO DE 12 MESES. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 22 de agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 286/2017

PORTARIA Nº. 286/2017.  
DISPENSA A PEDIDO SERVIDORA ADMITIDA POR PRAZO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1st - Dispensar a pedido a servidora FERNANDA DOS SANTOS, das atividades de Monitora de Creche (44h/sem), para a qual foi admitida através da Portaria nº 197/2016 de 01/09/2016, com redação dada pela Portaria nº 282/2016.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12/08/2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 17 de Agosto de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 288/2017

PORTARIA N º 288/2017.

REMANEJA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR a servidora CARINA PREISLER, em exercício do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II junto a Secretaria do Desenvolvimento Comunitário, para à contar de 10/08/2017, desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos 10/08/2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 18 de Agosto de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 289/2017

PORTARIA N º. 289/2017.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR até a data de 30/09/2017, os efeitos da

Portaria 144/2017 de 13/04/2017, com redação dada pelas Portarias nº 234/2017 e 259/2017, que dispõem sobre a contratação em caráter Temporário da servidora WANDERLEIA COCHINSKI, nascida em 11/06/1978, portadora do CPF nº. 032.906.279-42 RG nº 8.565.207-9 SESP/PR, inscrita no COREN/SC sob o nº 001.091.598, para exercer as atividades de Técnica de Enfermagem (44h/sem), em substituição a servidora efetiva Angelita Nigrin, em gozo de férias regulamentares.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de Agosto de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 290/2017**

PORTARIA Nº 290/2017.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, consoante o previsto no art. 2º, inciso VI, alínea "a" da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CLAUDIANA APARECIDA FERREIRA DA SILVA, nascida em 13/05/1995, portadora do CPF nº 088.533.499-05, RG nº 5.660.790 SESP/SC, para no período de 21/08/2017 a 31/11/2017 exercer as atividades de Agente Comunitário de Saúde (40h/sem), com atividades na área de São Pascoal, conforme classificação em Teste Seletivo nº 001/2017/PMI, homologado em 12/06/2017 e Contrato de Trabalho Temporário nº 23/2017/PMI, vinculado a Secretaria de Municipal da Saúde, visando o atendimento temporário e excepcional junto ao programa ACS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de Agosto de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 291/2017**

PORTARIA Nº 291/2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR sob o regime de trabalho Estatutário, EMERSON

AUGUSTO MIGUEL PADILHA VAZ, nascido em 17/08/1990, portador do CPF nº 074.432.629-06, RG nº 5.794.431 SESP/SC, inscrito no CRP 12- sob o nº 13292, para exercer o cargo de Psicólogo (44h/sem), no nível 20 referência A, Grupo GP, do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, com lotação inicial na Secretaria Municipal da Saúde, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de Agosto de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

# Itá

## PREFEITURA

### ATA DE ABERTURA PROPOSTAS PL 042/2017

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2017, CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2017 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e dezessete às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o presidente e a membros da comissão permanente de licitações designados pelo Decreto 003 de 06 de janeiro de 2017, senhor Presidente Ronei Trevisol, Silviane Carla Mertins e Jocias André Kurmann, para o ato de análise da e proposta da empresa participante da chamada pública nº 002/2017, Processo Licitatório nº 042/2017 destinada a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para composição da merenda escolar. Analisado o projeto de vendas pela comissão de licitações ficou classificado conforme segue: A empresa COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR DE ITÁ – COOPER VALE classificou-se em primeiro lugar nos itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 com o valor total de R\$ 47.473,25 (quarenta e sete mil quatrocentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos). Diante do fato o presidente abre o prazo de cinco dias para recursos. Intima-se os participantes da decisão. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão que vai assinada pelo Presidente e membros. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br).

Ronei Trevisol Silviane Carla Mertins  
Presidente Membro

Jocias André Kurmann  
Membro

# Itaiópolis

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### RESULTADO DO PR 21/2017

Resultado do Pregão Presencial N° 21/2017. Objeto: Registro de Preços para seleção de propostas, visando o fornecimento de prestação de serviços de hospedagem, alimentação e transporte de pacientes do Município de Itaiópolis em tratamento especializado no Hospital Angelina Caron, de Campina Grande do Sul/PR, previamente autorizados através da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis, sendo que a prestadora de serviços deverá estar localizada em um raio de até 1.200 metros do Hospital Angelina Caron. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Empresa vencedora: Minéia Scariot Bruske - ME. Valor: 85.500,00; Vigência: 21 de agosto de 2018. Itaiópolis, 22/08/2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

# Itapema

## PREFEITURA

### **PROCESSO 075.2017 - PREGÃO PRESENCIAL 04.044.2017 - CONTRATO 043.2017 - CHASSI CAMINHÃO BOMBEIROS**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO CONTRATO  
043/2017

PROCESSO: 075/2017

OBJETO: Aquisição de caminhão (chassi) para o Corpo de Bombeiros Militar do Município de Itapema, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº. 04.044.2017

VALOR TOTAL: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

PRAZO: até 31 de dezembro de 2017.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: MECANICA DE VEÍCULOS PIÇARRAS LTDA

DATA DA ASSINATURA: 09/08/2017

Itapema, 09 de agosto de 2017.

NILZA NILDA SIMAS  
PREFEITA MUNICIPAL

### **PROCESSO 075.2017 - PREGÃO PRESENCIAL 04.044.2017 - HOMOLOGAÇÃO - CHASSI CAMINHÃO BOMBEIROS**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO 075/2017 – PREGÃO – 04.044.2017

BASE LEGAL: Lei 10.520/02 e alterações.

OBJETO:

Aquisição de caminhão (chassi) para o Corpo de Bombeiros Militar do Município de Itapema, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº. 04.044.2017.

VALOR TOTAL: R\$ R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

PRAZO DE ENTREGA: 120 dias após o recebimento da AF.

EMPRESA: MECANICA DE VEÍCULOS PIÇARRAS LTDA

Ata disponível na íntegra no site [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br)

Itapema, 04 de agosto de 2017.

NILZA NILDA SIMAS  
Prefeita de Itapema

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 132, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 132, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DA PREVISÃO DE "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016: Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 24.790,00 (trinta mil, novecentos e vinte e oito reais).

06.03 – Secret. Mun. Educ. Cult. e Desporto – Outras Fontes  
27.812.0161.1031 – Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente  
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 24.790,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entre em vigor com efeitos a partir do dia 21 de agosto de 2017.

Itapiranga – SC., 21 de agosto de 2017.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Lauro Schlickmann  
Secretaria Municipal de Administração.

### DISTRATO Nº 158/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO Nº 158/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e MICHELE KAUFMANN GONZALEZ.

OBJETO: Distrato do Contrato Temporário nº 75/2017/RH, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil 40 horas semanais.

Itapiranga – SC. 21 de agosto de 2017.

Jorge Welter – Prefeito

### EXTRATO DO CONTRATO 157/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e SIMARA VARGAS.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2016.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de artes.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referência:

VIGÊNCIA: 21/08/2017 a 14/12/2017

Itapiranga – SC, 21 de agosto de 2017.

Jorge Welter – Prefeito

### PORTARIA Nº 219/2017

Portaria nº 219 de 17 de agosto de 2017

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar o pagamento de aposentadoria do Sr. Francisco Xavier A. Melchior, a partir do dia 16 de agosto de 2017, em virtude de seu falecimento, conforme certidão de óbito matrícula nº 105494 01 55 2017 4 00009 196 0002490 83.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga-SC., 17 de agosto de 2017.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos



# QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 144/2017

Página: 1/13

## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p><b>Nr. do Processo: 144/2017</b>      <b>Licitação: 144/2017 - PR</b>      <b>Data da Homologação: 18/08/2017</b>  <b>Fornecedor: 140878 - POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME</b></p>									
11	76670	BORRACHA ESCOLAR BRANCA - MACIA - ATÓXICA - Nº 40 - TAMANHO APROXIMADO: 30X23X7MM	make	UND	2.050,000	0,0000	0,2100	430,50	Venceu
19	76690	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO EM PAPELÃO - MEDIDAS 344 X 125 X 237 MM - DESMONTÁVEL - COR PARDAS	sc	UND	770,000	0,0000	2,5800	1.986,60	Venceu
20	79943	CALCULADORA - 12 DÍGITOS - VISOR LCD FIXO - 04 OPERAÇÕES + MEMÓRIA INDEPENDENTE + CÁLCULO DE PORCENTAGEM + CORREÇÃO TOTAL + DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO - A BATERIA E/OU ENERGIA SOLAR - GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.	classe	UND	100,000	0,0000	16,4200	1.642,00	Venceu
26	79620	CANUDO DESCARTÁVEL COM 4 MM DE DIÂMETRO E 250MM DE COMPRIMENTO PRODUZIDO COM MATERIA PRIMA E PIGMENTOS VIRGENS (CONFORME RESOLUÇÃO 105/99 DA ANVISA), POLIPROPILENO E PIGMENTOS DE ALTA PUREZA, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE. PACOTE COM 500 UNIDADES	artplast	PCT	2,000	0,0000	11,8500	23,70	Venceu
31	76674	CLIPES GALVANIZADOS Nº 1 - COM 100 UN	new	CAX	140,000	0,0000	2,2000	308,00	Venceu
32	77146	CLIPES METÁLICOS Nº 01, CAIXA COM 100 UNIDADES	new	UND	1.000,000	0,0000	1,6600	1.660,00	Venceu
36	76676	CLIPS GALVANIZADO Nº 08, CAIXA COM 180 UNIDADES. TAMANHO DO CLIPS: Nº 8/0	new	CAX	10,000	0,0000	9,8000	98,00	Venceu
37	77439	COLA BRANCA ESCOLAR NÃO TÓXICA, LAVÁVEL, COM BOA ADESIVIDADE, E TUBO PLÁSTICO COM TAMPA ROSQUEÁVEL ABRE E FECHA, COM BICO DOSADOR COM APROXIMADAMENTE 110 GR. COM CERTIFICADO DO INMETRO. VALIDADE MÍNIMA DE DOIS ANOS A CONTAR DA ENTREGA.	piratininga	UND	3,100,000	0,0000	1,8700	5.797,00	Venceu
40	63770	COLA PARA ISOPOR 40gr.	radex	UND	500,000	0,0000	2,4500	1.225,00	Venceu
43	79951	CORRETIVO LÍQUIDO 18 ML. A BASE DE ÁGUA, ATÓXICO, INODOROS	radex	UND	190,000	0,0000	2,3400	444,60	Venceu
55	76681	CORREÇÃO A SECO (NÃO PRECISA SECAR PARA REESCREVER EM CIMA), RECOMENDADO PARA USO ESCOLAR	cavia	UND	120,000	0,0000	2,4400	292,80	Venceu
67	76682	EXTRATOR DE GRAMPOS TIPO ESPÁTULA - EM CHAPA DE AÇO ZINCADA - COMP. 15 CM X LARG. 2 CM	cis	UND	100,000	0,0000	1,9400	194,00	Venceu
		GRAFITE 0,7MM/2B EMBALAGEM COM 12 UNIDADES							

Página: 2/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 144/2017 - PR Licitação: 144/2017 - PR</b> <b>Fornecedor: 140878 - POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME</b> <b>Data da Homologação: 18/08/2017</b>									
68	77487	GRAMPEADOR DE MESA, ESTRUTURA DE METAL COM BASE DE BORRACHA, QUE UTILIZADA GRAMPO 9/10, COMPARTIMENTO PARA ARMAZENAR OS GRAMPOS, AJUSTE DE PROFUNDIDADE, MEDINDO NO MINIMO 28 X 7, COM CAPACIDADE PARA GRAMPEAR NO MINIMO 100 FOLHAS, FABRICAÇÃO NACIONAL.	genial	UND	40,000	0,0000	93,5000	3.740,00	Venceu
69	73718	GRAMPEADOR MEDIO DE MESA METALICO; PINTURA EPOXI (LIQUIDA); APOIO DA BASE EM POLIETILENO E COBERTO EM RESINA TERMOPLASTICA; CAPACIDADE PARA GRAMPEAR ATÉ 25 FOLHAS DE PAPEL 75GM2; FABRICADO EM CHAPA DE AÇO; BASE DE FECHAMENTO DO GRAMPO COM DUAS POSIÇÕES (GRAMPO FECHADO E ABERTO), EM AÇO, COM ACABAMENTO NIQUELADO; ESTOJO DE ALOJAMENTO DOS GRAMPOS EM CHAPA DE AÇO; MOLA RESISTENTE COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA; CAPACIDADE DE CARGA DE MEIO PENTE DE GRAMPOS 26/6; UTILIZA GRAMPOS 24/6 E 26/6. DIMENSÕES: 130 X 38 X 53MM	radex	UND	60,000	0,0000	36,7000	2.202,00	Venceu
78	79965	LAPISEIRA, CORPO EM PLASTICO, CORES AZUL OU PRETO, PONTEIRA RETRATIL, UTILIZA GRAFITE 0,7 MM, COM MECANISMO RESISTENTE PARA AVANÇO DE CARGA; BORRACHA EMBUTIDA NA PARTE TRASEIRA; CLIP REMOVIVEL, IDEAL PARA DESENHOS E ESCRITA EM GERAL.	maripel	UND	100,000	0,0000	7,1900	719,00	Venceu
81	77738	MASSA DE MODELAR CAIXA COM 12 UNIDADES, EM FORMA CILINDRICA, CORES VARIADAS, EM MATERIAL ATÓXICO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE.	acrilux	UND	600,000	0,0000	3,2900	1.974,00	Venceu
82	79967	MOLHA DEDO, PASTA AGUA, ATÓXICO. 12 G	radex	UND	70,000	0,0000	2,7500	192,50	Venceu
99	76720	PAPEL FOTOGRÁFICO BRILHANTE, TAMANHO A4 CAIXA COM 50 FOLHAS, ALTO BRILHO, SECAGEM INSTANTÂNEA, GRAMATURA 180GM².	masterprint	CAX	60,000	0,0000	32,2000	1.932,00	Venceu
100	79978	MARCA DE DEDO NA IMPRESSÃO. PASTA AZ - LOMBO LARGO 7.5 CM (600 FOLHAS) - 34.5 X 28.5 CM (L X A) - ETIQUETA COM IMPRESSÃO NOS DOIS LADOS - 02 ARGOLAS - FECHAMENTO POR MEIO DE ALAVANCA - PROTETOR METALICO PRENSADO.	frama	UND	350,000	0,0000	9,7500	3.412,50	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 3/13

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 144/2017      Licitação: 144/2017 - PR Fornecedor: 140878 - POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME      Data da Homologação: 18/08/2017									
101	79979	PASTA COM ABA E ELÁSTICO - PAPELÃO PLASTIFICADO 240GM2 - TAMANHO OFÍCIO - COM ELÁSTICO E ILHOS. DIVERSAS CORES	plicart	UND	930,000	0,0000	1,7400	1.618,20	Venceu
103	76714	PASTA PLÁSTICA EM POLIPROPILENO TEXTURIZADO - ESPESURA 0,45MM - COM ELÁSTICO	dac	UND	500,000	0,0000	2,4000	1.200,00	Venceu
106	79982	PASTA PARA QUADRO PORTA ALVARA VERTICAL. TAM: 165 MM X 215 MM	dac	UND	50,000	0,0000	4,9900	249,50	Venceu
107	79983	PASTA PARA QUADRO PORTA ALVARA VERTICAL. TAM: 240 MM X 315 MM ALTURA	acp	UND	50,000	0,0000	6,4500	322,50	Venceu
111	79985	PERFURADOR DE PAPEL TAMANHO GRANDE, COM CAPACIDADE DE PERFURAR NO MÍNIMO 60 FOLHAS DE 75 GMF DE UMA SO VEZ. COM BASE DE PLÁSTICO E CABO DE FERRO FUNDIDO.	cavia	UND	50,000	0,0000	65,8000	3.290,00	Venceu
115	76701	PILHA AAA - ALCALINA - CARTELA COM 02 UNIDADES	elgin	UND	400,000	0,0000	3,3500	1.340,00	Venceu
117	76707	PILHA MEDIA "C" R14-1,5 V	elgin	UND	150,000	0,0000	3,8400	576,00	Venceu
132	79413	PINCEL MARCA TEXTO - COR FOSFORESCENTE LARANJA - TRAÇO 2,5MM - FILTRO POLIESTER	radex	UND	190,000	0,0000	1,9600	372,40	Venceu
133	79412	PINCEL MARCA TEXTO - COR FOSFORESCENTE ROSA - TRAÇO 2,5MM - FILTRO POLIESTER	radex	UND	190,000	0,0000	1,9600	372,40	Venceu
134	79414	PINCEL MARCA TEXTO - COR FOSFORESCENTE VERDE - TRAÇO 2,5MM - FILTRO POLIESTER	radex	UND	190,000	0,0000	1,9600	372,40	Venceu
137	59448	PISTOLA DE COLA QUENTE DE USO PROFISSIONAL, 220V, COM POTENCIA DE 40W, COM FIAÇÃO E PLUG DE ACORDO COM O INMETRO	kaz	UND	25,000	0,0000	17,9500	448,75	Venceu
140	79411	PORTA LAPIS, CLIPS E RASCUNHO, FABRICADO EM POLIESTIRENO ESPESURA DE PAREDE DE 3MM, GARANTIA DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE, BASE MEDINDO 66MM X 22,7MM.	waleu	UND	115,000	0,0000	14,4500	1.661,75	Venceu
144	73337	REGUA TRANSPARENTE, 30 CM DE COMPRIMENTO, CRISTAL, MEDINDO 3,5 CM DE LARGURA E 3 MM DE ESPESURA, COM MARCAÇÃO EM MILÍMETROS E NUMERADA DE 1 E 1 CENTÍMETRO.	waleu	UND	1.650,000	0,0000	1,4200	2.343,00	Venceu
147	79994	SACO DE PRESENTE PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM ESTAMPAS E EM DIVERSAS CORES. TAMANHO 30 CM DE ALTURA X 20 CM DE LARGURA	gala	UND	1.000,000	0,0000	0,4900	490,00	Venceu
148	79995	SUPORTE PARA FITA ADESIVA EMBORRACHADO; LARGURA X DIÂMETRO = 19 MM X 25 MM - BASE ANTIDERRAPANTE E CORTADOR METÁLICO	cavia	UND	55,000	0,0000	17,5000	962,50	Venceu

Página: 4/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 144/2017      Licitação: 144/2017 - PR Fornecedor: 140878 - POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ME      Data da Homologação: 18/08/2017									
149	76719	TELEFONE SEM FIO COM IDENTIFICADOR DE CHAMADAS, DISPLAY LUMINOSO, COM ALCANCE INTERNO DE NO MÍNIMO 40 METROS E EXTERNO DE NO MÍNIMO 100 METROS A PARTIR DA BASE; MENU EM PORTUGUÊS; COM REGULAGEM DE VOLUME; COM A TECLA "FLASH"; COM AVISO DE BATERIA FRACA; COM ALIMENTAÇÃO BIVOLT (110 E/OU 220 VOLTS); COM BATERIA INCLUSA; GARANTIA DO EQUIPAMENTO: MÍNIMA DE 12 MESES OU A DO FABRICANTE, CASO SEJA SUPERIOR À PREVISTA.	intelbras	UND	115,000	0,0000	133,9000	15.398,50	Venceu
156	79999	VISOR DE PLASTICO TRANSPARENTE INCOLOR COM ETIQUETA BRANCA EM PAPEL PARA PASTA SUSPensa. CAIXA COM 50 UNIDADES	dello	UND	30,000	0,0000	6,4500	193,50	Venceu
					Total do Fornecedor ---->	15.052,000		59.485,60	
Nr. do Processo: 144/2017      Licitação: 144/2017 - PR Fornecedor: 142538 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA      Data da Homologação: 18/08/2017									
7	79935	BLOCO AUTO-ADESIVO 38MM X 51MM CORES NEON - C/ 50 FOLHAS CADA UM - EMBALAGEM C/ NO MÍNIMO 4 BLOCOS	LEO E LEO	PCT	50,000	0,0000	4,7000	235,00	Venceu
8	79936	BLOCO AUTO-ADESIVO PARA RECADOS, ACRÍLICO REMOVÍVEL E REPOSICIONÁVEL, MEDINDO 38 X 51MM, 100 FOLHAS CADA BLOCO, EM PAPEL OFF-SET, NA COR AMARELA, EMBALAGEM COM 04 UNIDADES.	LEO E LEO	PCT	50,000	0,0000	4,1000	205,00	Venceu
25	79947	CANETA HIDROCOR PARA DESENHOS E PINTURAS EM GERAL, TINTA E EMBALAGEM ATÓXICA, CORES VIVAS, 12 CORES	LEO E LEO	UND	50,000	0,0000	4,2500	212,50	Venceu
28	73364	CARTOLINA CORES DIVERSAS MEDINDO MÍNIMO 50X66CM 180 GR	SÃO MIGUEL	UND	3.200,000	0,0000	0,7300	2.336,00	Venceu
30	75670	CD-R GRAVAVEL, 80MIN/700MB, VELOCIDADE 52 X.	PRINT PLUS	UND	100,000	0,0000	0,9000	90,00	Venceu
49	79252	ENVELOPE SACO PLÁSTICO, TRANSPARENTE, SEM FURO, MEDINDO 24 CM X 31,5 CM, COM ESPESSURA DE 0,15 MICRAS, CAIXA COM 400 UNIDADES.	DAC	UND	10,000	0,0000	107,0000	1.070,00	Venceu
62	79954	FOLHAS DE E.V.A 40 CM X 60 CM COM 2 MM DE ESPESSURA (CORES DIVERSAS E MODELOS ESTAMPADOS)	EVAMAX	UND	1.800,000	0,0000	5,5000	9.900,00	Venceu
63	79955	FOLHAS DE E.V.A 40 CM X 60 CM COM 2 MM DE ESPESSURA (CORES DIVERSAS) COM GLITTER	EVAMAX	UND	900,000	0,0000	5,4000	4.860,00	Venceu

Página: 5/13

# ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 144/2017 Licitação: 144/2017 - PR Fornecedor: 142538 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA</p>									
64	79956	FOLHAS DE E.V.A. 40 CM X 60 CM LISO COM 2 MM ESPESSURA	EVAMAX	UND	2.200,000	0,0000	1,7500	3.850,00	Venceu
70	76683	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 EM ARAME DE AÇO GALVANIZADO - 5.000 UNIDADES	JOCAR	CAX	200,000	0,0000	3,3000	660,00	Venceu
71	79958	GRAMPO GALVANIZADO 9/10 CX C/ 5000 UNID	BACCHI	CAX	5,000	0,0000	23,9000	119,50	Venceu
74	79961	ISOPOR 60 CM X 100 CM 15 MM	PLACTERM	UND	300,000	0,0000	4,8000	1.440,00	Venceu
75	79962	ISOPOR 50 CM X 100 CM 30 MM	PLACTERM	UND	300,000	0,0000	5,9700	1.791,00	Venceu
76	79963	LÁPIS PRETO Nº 2, EM MADEIRA, SEXTAVADO, NÃO TÓXICO, COM GRAFITE RESISTENTE E DE FÁCIL DESLIZAMENTO SOBRE O PAPEL, COM PONTA INICIADA, CORPO COM ESCRITA MACIA, EXCELENTE APAGABILIDADE, FÁCIL DE APONTAR, PRODUZIDO EM MATERIAIS TOTALMENTE ATÓXICOS, MINA RESISTENTE A QUEBRA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 17,5 CM DE COMPRIMENTO - CERTIFICAÇÃO NO INMETRO.	MULTICOLOR	UND	830,000	0,0000	0,4300	356,90	Venceu
86	79247	PAPEL A4 AZUL, FORMATO 210 X 297MM GRAMATURA 180 GM², ALTA RESISTÊNCIA, PACOTE COM NO MÍNIMO 50 FOLHAS.	MULTIVERDE	UND	112,000	0,0000	14,9000	1.668,80	Venceu
91	77490	PAPEL CARBONO AZUL, FORMATO 210 MM X 297 MM, CAIXA COM 100 FOLHAS	RADEX	UND	7,000	0,0000	37,0000	259,00	Venceu
92	79972	PAPEL DUPLA FACE (COLOR SET) 48 CM X 66 CM, SENDO OS DOIS LADOS COLORIDOS (CORES SORTIDAS).	RST	UND	700,000	0,0000	0,8000	560,00	Venceu
93	79973	PAPEL DUPLEX 48 CM X 66 CM SENDO UM LADO COLORIDO E O OUTRO LADO PARDO (CORES SORTIDAS)	RST	UND	800,000	0,0000	0,8000	640,00	Venceu
98	79977	PAPEL DOBRADURA 50 CM X 60 CM (CORES DIVERSAS).	RST	UND	2.100,000	0,0000	0,2800	588,00	Venceu
109	77144	PENDRIVE, 8 GIGAS, USB, DISPOSITIVO DE ARMAZENAMENTO ULTRA PORTÁTIL, COMPATÍVEL COM WINDOWS E MAC, SUPORTE USB 2.0 E COMPATÍVEL COM USB 1.1, NENHUM PODER EXTERNO, INDICAÇÃO LED PARA ACESSO A DADOS PARA MOSTRAR A POSIÇÃO DE TRABALHO.	MULTILASER	UND	60,000	0,0000	25,9000	1.554,00	Venceu
118	79607	PINCEL ARTÍSTICO COM CERDA NATURAL, CABO LONGO, VIROLA DE ALUMÍNIO E FORMATO CHATO. (Nº 0)	LEO E LEO	UND	100,000	0,0000	1,3000	130,00	Venceu
119	79608	PINCEL ARTÍSTICO COM CERDA NATURAL, CABO LONGO, VIROLA DE ALUMÍNIO E FORMATO CHATO. (Nº 2)	LEO E LEO	UND	100,000	0,0000	1,3000	130,00	Venceu
122	79611	PINCEL ARTÍSTICO COM CERDA NATURAL, CABO LONGO, VIROLA DE ALUMÍNIO E FORMATO CHATO. (Nº 8)	LEO E LEO	UND	100,000	0,0000	1,9500	195,00	Venceu

Página: 6/13

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 144/2017</b> <b>Licitação: 144/2017 - PR</b> <b>Data da Homologação: 18/08/2017</b> <b>Fornecedor: 142538 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA</b>									
123	79612	PINCEL ARTÍSTICO COM CERDA NATURAL, CABO LONGO, VIOLA DE ALUMÍNIO E FORMATO CHATO. (Nº 10)	LEO E LEO	UND	100,000	0,0000	1,9000	190,00	Venceu
126	79615	PINCEL ARTÍSTICO COM CERDA NATURAL, CABO LONGO, VIOLA DE ALUMÍNIO E FORMATO CHATO. (Nº 16)	LEO E LEO	UND	100,000	0,0000	3,2000	320,00	Venceu
127	79616	PINCEL ARTÍSTICO COM CERDA NATURAL, CABO LONGO, VIOLA DE ALUMÍNIO E FORMATO CHATO. (Nº 18)	LEO E LEO	UND	100,000	0,0000	3,5000	350,00	Venceu
139	79991	PLÁSTICO TRANSPARENTE ADESIVO DE BOA QUALIDADE - ROLO COM 45 CM X 25 M	IMPRI	RL	266,000	0,0000	55,0000	14.630,00	Venceu
145	79992	ROLETE ENTINTADOR IR-40T PARA CALCULADORA	MASTERPRINT	UND	50,000	0,0000	11,7100	585,50	Venceu
146	79993	ROLO DE PAPEL PARDO KRAFT 60 CM LARGURA C/ 13 KG PESO	IRATI	RL	12,000	0,0000	104,0000	1.248,00	Venceu
150	76710	TESOURA GRANDE PARA RECORTAR, CABO DE POLIPROPILENO, RESISTENTE, ANATÔMICA, LÂMINA EM INOX COM 12 CM, COMPRIMENTO TOTAL DA TESOURA DE APROXIMADAMENTE 21,5 CM - FABRICAÇÃO NACIONAL	MUNDIAL	UND	190,000	0,0000	18,5000	3.515,00	Venceu
							<b>Total do Fornecedor</b> →	53.689,20	
<b>Nr. do Processo: 144/2017</b> <b>Licitação: 144/2017 - PR</b> <b>Data da Homologação: 18/08/2017</b> <b>Fornecedor: 142709 - JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME</b>									
12	79938	CADERNO BROCHURA PEQUENO CAPA DURA COM 48 FOLHAS.	Credeal	UND	4,100,000	0,0000	3,2700	13.407,00	Venceu
13	79939	CADERNO BROCHURA GRANDE CAPA DURA COM 48 FOLHAS	Credeal	UND	1,050,000	0,0000	5,1200	5.376,00	Venceu
14	79940	CADERNO ESPIRAL UNIVERSITÁRIO, 96 FOLHAS, 1 MATÉRIA, CAPA DURA	Credeal	UND	780,000	0,0000	5,9000	4.602,00	Venceu
15	76705	CADERNO ESPIRAL PEQUENO 48 FOLHAS CAPA FLEXÍVEL	Credeal	UND	280,000	0,0000	1,8800	526,40	Venceu
16	77483	CADERNO ESPIRAL PEQUENO, CAPA DURA, CONTENDO 48 FOLHAS	Credeal	UND	200,000	0,0000	3,0500	610,00	Venceu
29	79948	CARTUCHO DE REPOSIÇÃO, COMPATÍVEL PARA PINCEL MARCADOR DE QUADRO BRANCO, CONTENDO NO MÍNIMO 5,5 ML, TINTA NA COR AZUL, PRETO OU VERMELHO. MARCA PILOT	Pilot	UND	1,000,000	0,0000	4,2800	4.280,00	Venceu
39	79950	COLA GLITTER 35 G (VÁRIAS CORES)	Acrilex	UND	50,000	0,0000	3,9000	195,00	Venceu



Página: 7/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 144/2017 - PR Fornecedor: 142709 - JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME									
Licitação: 144/2017 - PR Data da Homologação: 18/08/2017									
42	79626	CORRETIVO EM FITA, COM BOA ADERÊNCIA, COM CORREÇÕES LIMPAS E PRECISAS; COM CORPO TRANSLÚCIDO QUE PERMITE VISUALIZAR A QUANTIDADE DE FITA DISPONÍVEL; CORREÇÃO INSTANTÂNEA QUE PERMITE ECREVER IMEDIATAMENTE APÓS O USO. MECANISMO INTERNO QUE NÃO TRAVA; COMPOSIÇÃO DE ÓXIDO DE TITÂNIO SILICA, RESINA DE BORRACHA E POLIETILENO; COM ESCRITA SOBRE A EMBALAGEM. DIMENSÕES 12M X 4,2 MM.	Grampline	UND	70,000	0,0000	9,6000	672,00	Venceu
56	77478	FITA ADESIVA TRANSPARENTE POLIPROPILENO 12 MM X 50 M	Adelbras	UND	100,000	0,0000	1,2500	125,00	Venceu
57	77479	FITA ADESIVA TRANSPARENTE POLIPROPILENO 18 MM X 50 M	Adelbras	UND	100,000	0,0000	2,0500	205,00	Venceu
58	76709	FITA ADESIVA TRANSPARENTE POLIPROPILENO 48 MM X 50 M	Adelbras 48,*45	UND	350,000	0,0000	3,2000	1.120,00	Venceu
59	7646	FITA CREPE 18 mmx50m.	Adelbras	UND	120,000	0,0000	3,3500	402,00	Venceu
60	79952	FITA KRAFT , REFORÇADO PAPEL CORRUGADO, LARGURA 48 MM X 50M	Adelbras	UND	65,000	0,0000	11,6000	754,00	Venceu
65	79957	FRAGMENTADORA DE PAPEL, ABERTURA DE INSERÇÃO 245MM, N° MÁXIMO DE FOLHAS 75 G: 30 FOLHAS, TIPO DE FRAGMENTAÇÃO (EM MM): TIRAS DE 6MM, CARTÃO, CD, DVD, NÍVEL DE SEGURANÇA: 2, VELOCIDADE DE FRAGMENTAÇÃO: 2,5 MM/MIN, CAPACIDADE MÉDIA DE FRAGMENTAÇÃO: 70 KG/H, ACIONAMENTO: BOTÃO E SENSOR ELETRÔNICO, REVERSÃO: MANUAL E NO BOTÃO, POTÊNCIA: 444 W, TEMPO DE FUNCIONAMENTO: 25 LIGADO, 15 MIN DESLIGADO, A PARTIR DO 2º ACIONAMENTO, 4 MIN LIGADO, 4 MIN DESLIGADO, NÍVEL DE RUÍDO: 65 DB (A), VOLUME DA LIXEIRA: 31 LITROS, SENSOR DE SEGURANÇA PARA LIXEIRA: SIM, COM RODÍZIOS: SIM, DIMENSÕES (EM MM): 385 X 270 X 680, PESO APROXIMADO: 16 KG	Memo	UND	5,000	0,0000	1.590,0000	7.950,00	Venceu
73	79960	GUILHOTINA DE FACAÇÃO, EXTENSÃO DE CORTE DE NO MÍNIMO 36 CM, CAPACIDADE DE CORTE DE NO MÍNIMO 12 FOLHAS, MESA MÍNIMA 46 X 33 CM	Memo	UND	2,000	0,0000	258,0000	516,00	Venceu
80	79966	MARCADOR PARA RETROPROJETOR COM PONTA DE POLIESTER 2,0 MM, TINTA A BASE DE ALCOOL, ESPESURA DA ESCRITA 0,5 MM, TINTA PERMANENTE, RESISTENTE A ÁGUA. MARCA PILOT	Pilot	UND	400,000	0,0000	4,5000	1.800,00	Venceu

Página: 8/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 144/2017 - JP EQUIPAMENTOS LTDA - MIE Fornecedor: 142709 - Licitação: 144/2017 - PR Data da Homologação: 18/08/2017									
94	79974	PAPEL LAMINADO 48 CM X 60 CM, IMPRESSO EM CORES VIVAS E DE BRILHO INTENSO, PROPORCIONANDO EXCELENTE ASPECTO VISUAL (CORES SORTIDAS).	VMIP	UND	800,000	0,0000	0,9700	776,00	Venceu
96	77143	PAPEL SEDA 48 X 60 CM (CORES SORTIDAS)	VMIP	UND	350,000	0,0000	0,2700	94,50	Venceu
131	79987	PINCEL MARCA TEXTO - COR FOSFORESCENTE	Cis	UND	250,000	0,0000	1,8500	462,50	Venceu
135	79988	AMARELA TRAÇO 2,5MM - FILTRO POLIESTER PINCEL ATOMICO 1100 (CORES VERDE-VERMELHO-AZUL-PRETO) RECARREGAVEL, INODORO A BASE DE ALCOOL, COM ALTO PODER DE DURABILIDADE, FORMATO ERGONOMICO, PONTA FELTRO MEDIA CHANFRADA INDEFORMAVEL, CORPO CILINDRICO EM POLIETILENO, TAMINHAO APROXIMADO DE 12 CM COM TAMPÁ DA MESMA COR DA TINTA. VALIDADE MINIMA DE DOIS ANOS A CONTAR DA ENTREGA. MARCA PILOT	Pilot	UND	500,000	0,0000	4,8000	2.400,00	Venceu
136	79989	PINCEL PARA QUADRO BRANCO RECARREGAVEL, PONTA OGIVA, MEDINDO 13,5 X 1,5 X 1,5; PESO 15 GRAMAS; PODENDO FICAR ATÉ 06 HORAS DESTAMPADA. NAS CORES: AZUL E PRETO. MARCA PILOT	Pilot	UND	1.500,000	0,0000	9,1500	13.725,00	Venceu
138	79990	PLÁSTICO PARA FORRAR PRANCHETA 2,00 M X 1,40 M COR: AZUL, FABRICADO EM PLÁSTICO VINIL COM ESPESURA 0,20 MM, FACILITA A LIMPEZA DE RISCOS E MANCHAS DE TINTAS MELHORANDO TAMBÉM A CONSERVAÇÃO E A DURABILIDADE DAS PRANCHETAS.	Trident	UND	1,000	0,0000	145,0000	145,00	Venceu
152	79996	TINTA PARA ALMOFADA DE CARIMBO COM 40 ML	Radex	UND	20,000	0,0000	4,0000	80,00	Venceu
154	79997	TINTA PARA CARIMBO AUTO ENTINTADO COM 40 ML NA COR PRETA	Radex	UND	75,000	0,0000	4,2000	315,00	Venceu
155	79998	TINTA TECIDO 37 ML DIVERSAS CORES	Acrilex	UND	500,000	0,0000	2,6500	1.325,00	Venceu
					Total do Fornecedor	12.668,000			

Nr. do Processo: 144/2017 - Licitação: 144/2017 - PR Fornecedor: 143216 - PEGASUS ATACADISTA LTDA Data da Homologação: 18/08/2017									
1	79932	ADESIVO INFANTIL PARA CADERNO, CARTELA CONTENDO VARIOS MODELOS E CORES (COM PERSONAGENS PRINCESAS, BATMAN, BARBIE, FROZEN, BEIJO, PALHAÇOS)	STIKERS	UND	500,000	0,0000	0,9500	475,00	Venceu

Página: 9/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 144/2017 - PEGASUS ATACADISTA LTDA Fornecedor: 143216 - PEGASUS ATACADISTA LTDA									
Licitação: 144/2017 - PR Data da Homologação: 18/08/2017									
4	79934	APONTADOR PARA LÁPIS EM RESINA TERMOPLÁSTICA - 1 BOCA - LÂMINA EM AÇO CARBONO - SEM LIXEIRA - CORES SORTIDAS	MASTER	UND	30,000	0,0000	0,7800	23,40	Venceu
5	64542	ATILHO DE BORRACHA, PACOTE C/500g	REDBOR	PCT	6,000	0,0000	14,7500	88,50	Venceu
17	79410	CAIXA CORRESPONDÊNCIA ARTICULÁVEL INJETADA EM POLIESTIRENO, NO TAMANHO OFÍCIO, COM 2 BANDEJAS, COR CRISTAL, MEDINDO 355MM X 253MM.	CARBRINK	UND	100,000	0,0000	33,6000	3.360,00	Venceu
22	79944	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL, ESCRITA MACIA, COM PONTA METÁLICA MÉDIA COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO DE 1,00MM, CORPO EM POLIETILENO TRANSPARENTE COM FURO LATERAL, SEXTAVADA, TAMPA REMOVÍVEL, MARCA GRAVADA NO CORPO DO PRODUTO.	CARIMBRÁS	UND	3.500,000	0,0000	0,8600	3.010,00	Venceu
23	79945	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA, ESCRITA MÉDIA, COM PONTA METÁLICA MÉDIA COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO DE 1,00MM, CORPO EM POLIETILENO TRANSPARENTE COM FURO LATERAL, SEXTAVADA, TAMPA REMOVÍVEL, MARCA GRAVADA NO CORPO DO PRODUTO.	CARIMBRÁS	UND	1.520,000	0,0000	0,8600	1.307,20	Venceu
24	79946	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA, ESCRITA MACIA, COM PONTA METÁLICA MÉDIA COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO DE 1,00MM, CORPO EM POLIETILENO TRANSPARENTE COM FURO LATERAL, SEXTAVADA, TAMPA REMOVÍVEL, MARCA GRAVADA NO CORPO DO PRODUTO.	CARIMBRÁS	UND	320,000	0,0000	0,8600	275,20	Venceu
44	75671	DVD-R GRAVÁVEL, 4,7GB, 120 MINUTOS PARA VIDEO, VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO 8X.	PRINTPLUS	UND	100,000	0,0000	0,9900	99,00	Venceu
50	76680	ESTILETE GRANDE - MÍNIMO 6" - LÂMINA EM AÇO TEMPERADO - CORPO INJETADO EM POLIPROPILENO - DISPOSITIVO PARA TRAVAR LÂMINA - QUEBRADOR DE LÂMINA REMOVÍVEL	MASTER	UND	130,000	0,0000	3,9800	517,40	Venceu
51	78117	ETIQUETA ADESIVA, DE COR BRANCA, TAMANHO 21,2MM X 38,2MM, FOLHA A4, CAIXA COM 6.500 ETIQUETAS.	INFORMIS	UND	35,000	0,0000	33,6000	1.183,00	Venceu
52	79251	ETIQUETA ADESIVA, DE COR BRANCA, TAMANHO 31,0MM X 63,5MM, FOLHA A4, CAIXA COM 2.700 ETIQUETAS.	INFORMIS	UND	5,000	0,0000	39,8000	199,00	Venceu
53	79249	ETIQUETA ADESIVA, DE COR BRANCA, TAMANHO 33,9MM X 99,0MM, FOLHA A4, CAIXA COM 1.600 ETIQUETAS.	INFORMIS	UND	8,000	0,0000	39,8000	318,40	Venceu

Página: 10/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 144/2017      Licitação: 144/2017 - PR      Data da Homologação: 18/08/2017 Fornecedor: 143216 - PEGASUS ATACADISTA LTDA									
54	79250	ETIQUETA ADESIVA, DE COR BRANCA, TAMANHO 67,7MM X 99,0MM, FOLHA A4, CAIXA COM 800 ETIQUETAS.	INFORMIS	UND	5,000	0,0000	39,8000	199,00	Venceu
61	79953	FITA PARA IMPRESSORA MATRICIAL EPSON FX2190 LO2090 - NYLON, DIMENS: 13 MM X 14M, COMPATIVEL	MASTER	UND	10,000	0,0000	18,0000	180,00	Venceu
72	79959	GRAMPO GALVANIZADO 23/10 CAIXA COM 5000 UNID	BRW	CAX	10,000	0,0000	17,3000	173,00	Venceu
77	79964	LAPIS DE COR ESTOJO COM 12 ECOLÁPIS, SEXTAVADO, DE CORES VIVAS (ROSA CLARO, VERMELHO ESCURO, VERMELHO, LARANJA, AMARELO, MARROM CLARO, MARROM, VERDE CLARO, VERDE, AZUL, AZUL COBALTO E PRETO), COMPRIMENTO DE 17,5 CM, ENTRE FACES 6,9 A 7,2 MM, DIAMETRO DA MINA DE NO MÍNIMO 3,0 MM, COMPOSTO DE PIGMENTOS, AGLUTINANTES, CARGA NERTE, CERAS E MADEIRA REFLORESTADA, TRAÇO PERMANENTE, NÃO SOLÚVEL EM ÁGUA, MARCA DO FABRICANTE DO CORPO DO PRODUTO, CERTIFICADO PELO INMETRO - SEGURANÇA DE ARTIGO ESCOLAR. (77739)	LABRA	UND	2,860,000	0,0000	6,8600	17,836,00	Venceu
84	79969	PALITO DE CHURRASCO GRANDE 30 CM. PACOTE C/ 100 UNIDADES	GABOARDI	PCT	10,000	0,0000	6,0000	60,00	Venceu
85	79245	PAPEL A4 AMARELO, FORMATO 210 X 297MM GRAMATURA 180 G/M², ALTA RESISTÊNCIA, PACOTE COM NO MÍNIMO 50 FOLHAS.	PÉGASUS	UND	22,000	0,0000	15,7800	347,16	Venceu
87	79970	PAPEL A4 BRANCO, FORMATO 210 X 297MM GRAMATURA 180 G/M², ALTA RESISTÊNCIA, PACOTE COM NO MÍNIMO 50 FOLHAS.	PANAMERICANA	PCT	30,000	0,0000	9,6500	289,50	Venceu
89	79248	PAPEL A4 ROSA, FORMATO 210 X 297MM GRAMATURA 180 G/M², ALTA RESISTÊNCIA, PACOTE COM NO MÍNIMO 50 FOLHAS.	PÉGASUS	PCT	22,000	0,0000	15,4800	340,56	Venceu
90	79246	PAPEL A4 VERDE, FORMATO 210 X 297MM GRAMATURA 180 G/M², ALTA RESISTÊNCIA, PACOTE COM NO MÍNIMO 50 FOLHAS.	PÉGASUS	PCT	12,000	0,0000	15,4800	185,76	Venceu
95	79975	PAPEL CAMURÇA, UTILIZADO NA LINHA ESCOLAR E ARTESANATO EM GERAL. PAPEL COM DUAS FACES, UMA BRANCA E OUTRA COLORIDA, COM TEXTURA LIGEIRAMENTE AVELUDADA, APROXIMADAMENTE 20 GRAMAS. EM CORES VIVAS. VÁRIAS CORES.	ARTFLOC	UND	1,050,000	0,0000	0,7000	735,00	Venceu
97	79976	PAPEL CREPON 48 CM X 2M (CORES SORTIDAS).	ARTFLOC	UND	1,600,000	0,0000	0,6000	960,00	Venceu
104	79980	PASTA POLIIONDA 20 MM (335 X 250 X 20). DIVERSAS CORES	ALOPALST	UND	200,000	0,0000	2,8000	560,00	Venceu

Página: 11/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 144/2017      Licitação: 144/2017 - PR      Data da Homologação: 18/08/2017 Fornecedor: 143216 - PEGASUS ATACADISTA LTDA									
105	79981	PASTA POLIONDA 40 MM (335 X 250 X 40). CORES DIVERSAS	ALOPALST	UND	60,000	0,0000	4,3500	261,00	Venceu
110	79984	PERCEVEJO, CAIXA COM 100 UNIDADES	BRW	UND	50,000	0,0000	2,1800	109,00	Venceu
112	79986	PERFURADOR EM AÇO PARA PAPEL, CAPACIDADE MÍNIMA PARA 30 FOLHAS, INDICAÇÃO PARA CENTRAGEM DO PAPEL NA TAMPA E NA BASE, 02 FUROS COM ESPAÇAMENTO DE 8 CM	BRW	UND	30,000	0,0000	28,1000	843,00	Venceu
114	76702	PILHA AA - RECARREGÁVEL - CARTELA COM 02 UNIDADES	ALFACEL	UND	50,000	0,0000	18,6000	930,00	Venceu
120	79609	PINCEL ARTÍSTICO COM CERDA NATURAL, CABO LONGO, VIROLA DE ALUMÍNIO E FORMATO CHATO. (Nº 4)	LEONORA	UND	100,000	0,0000	1,5500	155,00	Venceu
121	79610	PINCEL ARTÍSTICO COM CERDA NATURAL, CABO LONGO, VIROLA DE ALUMÍNIO E FORMATO CHATO. (Nº 6)	LEONORA	UND	100,000	0,0000	1,7800	178,00	Venceu
124	79613	PINCEL ARTÍSTICO COM CERDA NATURAL, CABO LONGO, VIROLA DE ALUMÍNIO E FORMATO CHATO. (Nº 12)	LEONORA	UND	100,000	0,0000	2,1200	212,00	Venceu
125	79614	PINCEL ARTÍSTICO COM CERDA NATURAL, CABO LONGO, VIROLA DE ALUMÍNIO E FORMATO CHATO. (Nº 14)	LEONORA	UND	100,000	0,0000	2,7800	278,00	Venceu
128	79617	PINCEL ARTÍSTICO COM CERDA NATURAL, CABO LONGO, VIROLA DE ALUMÍNIO E FORMATO CHATO. (Nº 20)	LEONORA	UND	100,000	0,0000	4,3000	430,00	Venceu
141	76704	PRANCHETA EM ACRÍLICO, COM PRENDEDOR DE AÇO, PARA PAPEL A4. 34 X 23 CM	NOVACRIL	UND	145,000	0,0000	9,9500	1,442,75	Venceu
142	75241	REFIL SILICONE 7,5MM X 30CM (COLA QUENTE)	JL	UND	1,700,000	0,0000	0,2400	408,00	Venceu
143	75240	REFIL SILICONE 11MM X 30CM (COLA QUENTE)	JL	UND	1,200,000	0,0000	0,5500	660,00	Venceu
151	75245	TINTA GUACHE 500 ML CORES VARIADAS	PIRATININGA	UND	1,500,000	0,0000	6,4000	9,600,00	Venceu
Total do Fornecedor ---->							17,060,000	48,228,83	

Data da Homologação: 18/08/2017

Nr. do Processo: 144/2017      Licitação: 144/2017 - PR  
 Fornecedor: 144226 - ECOS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

2	79933	AGENDA 2018. TAMANHO 145 MM X 205 MM, 180 FOLHAS, 1 DIA POR PÁGINA, CAPA DURA	FORONI	UND	30,000	0,0000	23,8000	714,00	Venceu
3	75675	APONTADOR DE LAPIS, DE METAL, COM LÂMINAS DE AÇO CARBONO DE ALTA QUALIDADE. FORMATOS ERGONOMÍCOS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,5CMX1,5CM, COM O SELO DE SEGURANÇA DO INMETRO.	MASTERPRINT	UND	2,550,000	0,0000	0,9600	2,448,00	Venceu

Página: 12/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 144/2017      Licitação: 144/2017 - PR      Data da Homologação: 18/08/2017 Fornecedor: 144226 - ECOS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA									
6	76708	BATERIA DE ZINCO-MANGANES, NÃO ALCALINA, 9V	MAXPRINT	UND	170,000	0,0000	4,1000	697,00	Venceu
9	76669	BOBINA PARA CALCULADORA 57MM C/ NO MINIMO 30M/AP	MAXPRINT	UND	120,000	0,0000	1,5500	186,00	Venceu
10	79937	BOBINA TERMICA PDVIECF 80 MM X 20 M, 1 VIA, AMARELA	REAL BOBINAS	UND	168,000	0,0000	2,2500	378,00	Venceu
18	79941	CAIXA CORRESPONDÊNCIA ARTICULÁVEL INJETADA EM POLIESTIRENO, NO TAMANHO OFÍCIO, COM 3 BANDEJAS, COR CRISTAL, MEDINDO 355MM X 253MM.	DELLO	UND	20,000	0,0000	40,0000	800,00	Venceu
21	79942	CALCULADORA COMPACTA - ELETRONICA BIVOLT COM VISOR DE 12 DIGITOS, IMPRESSÃO BICOLOR (PRETO E VERMELHO), CONSTANTE E PORCENTAGEM, MEMORIA, SELETOR DE DECIMAIS E ARREDONDAMENTO, MEMORIA, CONTADOR DE ITENS, IMPRIME DATA E NÃO SOMA, CALCULO DE DATA E VENDAS COMERCIAIS, DISPLAY FLUORESCENTE.	ELGIN	UND	2,000	0,0000	439,0000	878,00	Venceu
33	79949	CLIPES NIQUELADOS Nº 20 - 500 GR	CLIPS NEW	CAX	100,000	0,0000	11,6000	1.160,00	Venceu
34	76675	CLIPES NIQUELADOS Nº 40 - 500 GR	CLIPS NEW	CAX	200,000	0,0000	11,6500	2.330,00	Venceu
35	76673	CLIPES NIQUELADOS Nº 60 - 500 GR	CLIPS NEW	CAX	110,000	0,0000	11,6500	1.281,50	Venceu
38	79623	COLA BASTÃO 22G 90% INGREDIENTES NATURAIS, SEM SOLVENTE, LAVÁVEL A 20º C	MAXPRINT	UND	1,130,000	0,0000	5,2500	5.932,50	Venceu
41	79605	COLA BRANCA ESCOLAR NÃO TÓXICA, LAVÁVEL, COM BOA ADESIVIDADE, COM APROXIMADAMENTE 1 KG. COM CERTIFICADO DO INMETRO. VALIDADE MÍNIMA DE DOIS ANOS A CONTAR DA ENTREGA.	PIRATININGA	UND	315,000	0,0000	9,8000	3.087,00	Venceu
45	79243	ENVELOPE OFÍCIO BRANCO 80 GR/M² - 18 X 24 CM	FORONI	UND	2.750,000	0,0000	0,2100	577,50	Venceu
46	79244	ENVELOPE OFÍCIO BRANCO 80 GR/M² - 24 X 34 CM	FORONI	UND	2.500,000	0,0000	0,2900	725,00	Venceu
47	77480	ENVELOPE SACO KRAFT - 80 GR/M² - 18 x 24 CM	FORONI	UND	2.750,000	0,0000	0,1400	385,00	Venceu
48	77481	ENVELOPE SACO KRAFT - 80 GR/M² - 24 x 34 CM	FORONI	UND	2.000,000	0,0000	0,2600	520,00	Venceu
66	75674	GIZÃO DE CERA, DESTINADO A CRIANÇAS, FORMATOS REDONDO, ESTOJO COM 12 CORES. DIMENSÕES APROXIMADAS DA EMBALAGEM: 12,5X15,2X1,7CM (AXLXP) PESO APROXIMADO: 154G. VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA, COM SELO DE SEGURANÇA INMETRO.	PIRATININGA	UND	1,600,000	0,0000	2,9500	4.720,00	Venceu
79	76685	LIVRO ATA OFÍCIO, SEM MARGEM - 50 FOLHAS NUMERADAS 56 GR/M² - 206 X 300 MM - CAPA EM PAPELÃO 0,705 GR	SÃO DOMINGOS	UND	5,000	0,0000	7,7500	38,75	Venceu



Página: 13/13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 144/2017      Licitação: 144/2017 - PR      Data da Homologação: 18/08/2017 Fornecedor: 144226 - ECOS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA									
88	79971	PAPEL A4 OFFICE BRANCO, ALCALINO, FORMATO 210 X 297MM GRAMATURA 75GMF ALTA RESISTÊNCIA PARA USO PROFISSIONAL PACOTE 500 FOLHAS, ENVOLTO EM PAPEL RESISTENTE E PROTEGIDO CONTRA A UMIDADE.	GOLD PAPER	UND	4,500,000	0,0000	17,8300	80,235,00	Venceu
108	77518	PASTA SUSPENSÃO, MARMORIZADA, PLASTIFICADA, VARETA EM AÇO TREFILADO E GALVANIZADO, 06 POSIÇÕES PARA VISOR E ETIQUETA, 04 PONTES PLÁSTICAS FINCADAS COM ILHOS, 01 VISOR, ETIQUETA BRANCA, 01 GRAMPO PLÁSTICO, 305 GM², DIMENSÕES 360 X 240 MM.	DELLO	UND	500,000	0,0000	3,1000	1,550,00	Venceu
113	76700	PILHA AA - ALCALINA - CARTELA COM 02 UNIDADES	MAXPRINT	UND	250,000	0,0000	2,3000	575,00	Venceu
116	77477	PILHA AAA - RECARREGÁVEL - CARTELA COM 02 UNIDADES	ELGIN	UND	60,000	0,0000	14,4000	864,00	Venceu
129	79618	PINCEL ARTÍSTICO COM CERDA NATURAL, CABO LONGO, VIOLA DE ALUMÍNIO E FORMATO CHATO. (Nº 22)	CONDOR	UND	50,000	0,0000	5,7000	285,00	Venceu
130	79619	PINCEL ARTÍSTICO COM CERDA NATURAL, CABO LONGO, VIOLA DE ALUMÍNIO E FORMATO CHATO. (Nº 24)	CONDOR	UND	50,000	0,0000	6,3000	315,00	Venceu
153	77485	TINTA PARA CARIMBO AUTO ENTINTADO COM 40 ML, NA COR AZUL	RADEX	UND	15,000	0,0000	5,9000	88,50	Venceu
					<b>Total do Fornecedor</b> →	21,945,000		110,770,75	

Itapiranga, 22 de Agosto de 2017.

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº60/17 - PRODUTOS MÉDICOS

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao vigésimo segundo dia de agosto de 2017, a partir das 14:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, MARCIANE RECH e MARIZA APARECIDA FILLA nomeados pelo (a) Decreto nº 3140/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 60/2017, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS DE USO ÚNICO, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE PRODUTO Nº 11.485.410.0001/1160-03 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	ALESSANDRO DOS SANTOS LEAL
TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO EIRELI	DIEGO GILI
BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP	MARCOS ANTONIO LOBO
SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP	CARLOS EDUARDO HORT

Analizados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). A Empresa METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA foi desclassificada, pois não atendia ao item 6.2.2.2.1 do Edital. Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO EIRELI	4, 6, 17, 19	R\$ 14.939,00
BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP	13, 18	R\$ 2.873,50
SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP	3, 11, 14	R\$ 19.825,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata. Itapoá, 22 de agosto de 2017.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
MARCIANE RECH Membro	MARIZA APARECIDA FILLA Membro

Licitantes:

TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO EIRELI  
DIEGO GILI

BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA EPP  
MARCOS ANTONIO LOBO

SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP  
CARLOS EDUARDO HORT

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3294/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3294/2017, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.  
Nomeia Comissão de avaliação de cadastramento das Associações de Esporte e Lazer do Município de Itapoá.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,  
DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de avaliação de cadastramento das Associações de Esporte e Lazer do Município de Itapoá, com os seguintes membros:

- a) Liamar Rodrigues Pereira;
- b) Rosângela da Silva Silveira;
- c) Fernanda Ghisleri Grasel.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Itapoá (SC), 08 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3297/2017, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3297/2017, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.  
Exonera Chefe da Seção da Divisão de Obras Públicas, da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,  
DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Sr. João José da Cunha da função de Chefe da Seção da Divisão de Obras Públicas, da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Itapoá (SC), 14 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
CHEFE DE GABINETE

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3298/2017, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3298/2017, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.  
Altera Decreto Municipal nº 2747/2016, que altera a composição dos membros do Conselho de Saúde.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,  
DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Saúde, com representação conforme segue:

I Representantes Governamentais

...

2) Secretaria Municipal de Bem-Estar Social

a) Elisiane de Souza Martins.....Titular  
Célia Maria Konell Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Itapoá (SC), 14 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
CHEFE DE GABINETE

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3299/2017, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3299/2017, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.  
Altera Decreto Municipal nº 3133/2017, que altera a composição dos membros do Conselho de Educação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,  
DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de educação, com representação conforme segue:

6 - Secretaria de Bem Estar Social  
Elisiane de Souza Martins Titular  
Célia Maria Konell Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Itapoá (SC), 14 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
CHEFE DE GABINETE

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3301/2017, DE 16 AGOSTO DE 2017.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3301/2017, DE 16 AGOSTO DE 2017.  
Homologa Resolução nº 053/2017 do Conselho Municipal de Saúde, do dia 04 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,  
DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 053/2017 do Conselho Municipal de Saúde, anexo, do dia 04 de agosto de 2017, que dispõe sobre a aprovação do Projeto de Lei, que tem como objetivo solicitar autorização legislativa para abertura de créditos adicionais suplementares por anulações dotações, para a Secretaria de Saúde, a saber:

Suplementações: 14 Fundo Municipal de Saúde – 14.001 Fundo Municipal de Saúde – 0010.0301.0013.2117 Plantões Médicos – 33190 Aplicações Diretas (271) FR 01020100 – R\$320.000,00 – 14 Fundo Municipal de Saúde – 14.001 Fundo Municipal de Saúde – 0010.0301.0013.2116 Repasse Cis Amunesc – 33171 Aplicações Diretas (269) FR 01020100 – R\$5.400,00 – 14 Fundo Municipal de Saúde – 14.001 Fundo Municipal de Saúde – 0010.0301.0013.2116 Repasse Cis Amunesc – 33190 Aplicações Diretas (270) FR 01020100 – R\$174.600,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Itapoá (SC), 16 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
CHEFE DE GABINETE

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3303/2017, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3303/2017, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.  
Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares proveniente de excesso de arrecadação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 41 inciso I e Art. 43 inciso I da Lei nº 4.320/64 e inciso III da Lei Municipal nº 683/2016 - LOA 2017,  
DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais

suplementares proveniente de excesso de arrecadação, perfazendo o montante de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) conforme segue: Suplementações:

**10 SECRETARIA DE TURISMO CULTURA E MEIO AMBIENTE**

002 Departamento de Meio Ambiente

0018.0541.0007.2056 Manutenção do Departamento do Meio Ambiente

33390 aplicações diretas (138) FR 010000 .....  
..... R\$ 20.000,00

**03 GABINETE DO PREFEITO**

001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0002.2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito

33390 aplicações diretas (13) FR 010000 .....  
..... R\$ 100.000,00

**03 GABINETE DO PREFEITO**

001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0002.2006 Contratação de Estagiários

33390 aplicações diretas (17) FR 010000 .....  
..... R\$ 80.000,00

**05 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

001 Departamento de Administração

0004.0122.0003.2015 Manutenção do Departamento de Administração

33390 aplicações diretas (35) FR 010000 .....  
..... R\$ 100.000,00

**TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES** .....  
..... R\$ 300.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 21 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR

Secretário da Fazenda

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3304/2017, DE 21 AGOSTO DE 2017.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3304/2017, DE 21 AGOSTO DE 2017.

Homologa Resolução nº 054/2017 do Conselho Municipal de Saúde, do dia 04 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 054/2017 do Conselho Municipal de Saúde, anexo, do dia 04 de agosto de 2017, que dispõe sobre a exposição de motivos e justificativas nº 379/2017, ao Projeto de Lei, que altera a Lei Municipal 142/1998, e dá outras providências.

APROVAR o Projeto de Lei onde será ampliado o valor máximo per capita destinado ao CISNORDESTE de R\$ 1,50 para R\$ 3,00, o que possibilitará uma contratação extraordinária de serviços, intentando um mutirão de consultas e exames, acabando assim com as filas de espera. O pagamento do valor máximo de convênio será mantido até a conclusão do mutirão, suprimindo as necessidades do setor e diminuindo o tempo de espera da população.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 21 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

**DECRETO MUNICIPAL Nº 3305/2017, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 3305/2017, DE 21 DE AGOSTO DE 2017. Altera Decreto Municipal nº3140/2017, que altera a composição dos membros da Comissão de Pregão.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão de Pregão, com representação conforme segue:

I - Fernanda Cristina Rosa;

II - Isabela Raicik Dutra Pohl;

III - Mariza Aparecida Filla;

IV - Joseane Maria Soares de Lima;

V - Elasio Frinsanco;

VI - Joesel Bilau;

VII - Oswaldo Ricci Junior;

VIII - Daiane Batista;

IX - Maristela de Souza;

X - Suzana Besen Martins;

XI - Ezequiel Emerson Vieira;

XII - Rafael Vida Almeida;

XIII - Fernando Vitor Peres;

XIV - Rodrigo Fernandes de Souza;

XV - Marciane Rech;

XVI - Eliana Frigo da Silva;

XVII - Jhonata Galante Cabral;

XVIII - Camila Maciel de Miranda;

XIX - Carina Zaranski Taborda;

XX - Gerson dos Santos Chaves.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 21 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

**ERRATA A CONCORRÊNCIA Nº 02/2017**

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA A CONCORRÊNCIA Nº 02/2017 - PROCESSO Nº 47/2017

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS

DATA: 25 de agosto de 2017. HORÁRIO: 14h:30min (abertura)

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, roçada, copa e cozinha, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

O Município de Itapoá torna públicas as seguintes alterações ao edital epígrafe:

ONDE

LÊ-SE:

4.1. TRATADOR DE ANIMAIS:

CARGA HORÁRIA: Escala de trabalho 12x36.

**DESCRIÇÃO:** Preparação, manuseio de alimentos e distribuição de refeições para atender aos programas alimentares executados pela Prefeitura Municipal, bem como a execução de serviços de limpeza, arrumação, higienização e conservação da cozinha na unidade municipal (relacionada no item 3. Distribuição).

**ATRIBUIÇÕES/DESCRIÇÃO DE FUNÇÃO:**

§ Manejar, alimentar e monitorar a saúde e o comportamento de animais;  
 § Condicionar os animais sob orientação de veterinários e técnicos;  
 § Higienizar os animais e o recinto;  
 § Realizar atividades de apoio e assessorando em intervenções cirúrgicas e exames clínicos de animais;  
 § Manter limpas as dependências e instalações onde local, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas;  
 § Executar outras atribuições correlatas conforme necessidade do serviço e orientação superior.

**PASSA A VIGORAR:**

**4.1. TRATADOR DE ANIMAIS:**

**CARGA HORÁRIA:** Escala de trabalho 12x36.

**DESCRIÇÃO:** Tratamento de animais, respondendo pela alimentação adequada e em horários regulares, visando à saúde e bem estar dos animais com a higienização e conservação do recinto onde os animais estão alojados. Realizar atividades de acordo com supervisão e orientação de veterinários e técnicos.

**ATRIBUIÇÕES/DESCRIÇÃO DE FUNÇÃO:**

§ Manejar, alimentar e monitorar a saúde e o comportamento de animais;  
 § Condicionar os animais sob orientação de veterinários e técnicos;  
 § Higienizar os animais e o recinto;  
 § Realizar atividades de apoio e assessorando em intervenções cirúrgicas e exames clínicos de animais;  
 § Manter limpas as dependências e instalações onde local, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas;  
 § Executar outras atribuições correlatas conforme necessidade do serviço e orientação superior.

**E PASSA A INCLUIR: 2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:**

2.3.2. A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar.

Conforme o Art. 21 d 4º da Lei nº 8.666/93, onde consta à DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES passará a data de 22/09/2017 mantendo-se os mesmos horários.

Itapoá, 21 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
 PREFEITO MUNICIPAL

**LEI MUNICIPAL Nº 705/2017, DE 01 AGOSTO DE 2017.**

LEI MUNICIPAL Nº 705/2017, DE 01 AGOSTO DE 2017.

Altera a Lei municipal nº310/2010 que denomina a "Estrada 1º de Julho" no município de Itapoá/SC.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: Art. 1º Fica alterado o Art.1, da Lei Municipal nº 318/2010, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"1º de JULHO", estrada localizada na área rural do Município, que dá acesso ao antigo loteamento Vila Rica, tendo seu início nas margens da SC-415 (26º07'20,93"S 48º37'45,44"O) até seu término (26º6'23,06"S 48º38'37,10"O).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de agosto 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
 Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
 Chefe de Gabinete

**PREGÃO Nº 69/2017 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DOS APARELHOS TURÍSTICOS**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2017

PROCESSO Nº 93/2017

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item EXCLUSIVAMENTE para empresas enquadradas na Lei Complementar Nº 123/06, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 16h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 15h30min do dia 05 de setembro de 2017, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de material/equipamentos para a manutenção dos aparelhos turísticos do Município de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 13h00min às 19h00min.

Itapoá, 21 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
 PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDIO ROBERSON LEMONIE  
 SECRETÁRIO DE TURISMO E CULTURA



# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2017

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2017

Processo: 005/2017-Froagro

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO  
FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços a aquisição de SAIBRO (macadame) e PEDRA MARROADA ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I do edital e ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014, Lei Municipal nº 6.291/2011 e Decreto 8.440/2012.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla item para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I deste Edital.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 11 de setembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 09:00 hs do dia 11 de setembro de 2017, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 738.000,00 (setecentos e trinta e oito mil reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 21 de julho de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

DANIEL PEACH  
Gestor do Froagro

### EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2017

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2017  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, destinados aos Centros Municipais de Educação Infantil e/ou Escolas Municipais de Educação Básica e Entidades no município de Jaraguá do Sul – SC, em conformidade

com os Anexos do Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla itens para participação ampla a todos os interessados, visto que estes itens no Pregão Presencial 66/2017, restaram frustrados e/ou desertos.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 05 de setembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, a disputa de preços e a abertura dos envelopes, serão às 09:00 hs do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO: 63.523,45 (sessenta e três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e cinco centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br).

Jaraguá do Sul (SC), 16 de agosto de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário de Administração

### EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2017

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2017  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
TIPO: menor preço GLOBAL

OBJETO: O presente Edital consiste na aquisição de EQUIPAMENTOS LUMINOTÉCNICOS, instalados, destinados para atender as necessidades do Cineteatro do Centro de Artes e Esportes Unificados - CEU, em conformidade com as especificações e quantidades descritas no Anexo I deste Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, Lei Federal 8.666/93 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Este edital terá disputa ampla a todos os interessados, em virtude do certame nº 61/2017, no atendimento da LC 147/2014 restar Frustrado.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 06 de setembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da



Gerência de Licitações e Contratos.

Orçamento máximo da aquisição: R\$ 56.363,03 (cinquenta e seis mil trezentos e sessenta e três reais e três centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 18 de agosto de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

### **EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2017**

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL E ABASTECIMENTO

Tipo: Menor preço GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural em propriedades rurais cadastradas no município de Jaraguá do Sul, em conformidade com o Anexo VII – Minuta de Contrato e Anexo II – TERMO DE REFERÊNCIA.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Este edital terá disputa ampla a todos os interessados, em virtude do certame nº 75/2017, no atendimento da LC 147/2014 restar Deserto.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 13:30 horas do dia 06 de setembro de 2017, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul SC.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR MÁXIMO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 38.798,40 (trinta e oito mil setecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br)

Jaraguá do Sul (SC), 18 de agosto de 2017.

ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

### **PORTARIA Nº 060/2017/SEMSA**

PORTARIANº 060/2017/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2016.

RESOLVE :

Art.1º ADMITIR JOÃO PAULO ISSAMU TAKATA, para em Caráter

Temporário atuar como Médico Clínico Geral, a partir de 1º de agosto de 2017 até 27 de janeiro de 2018, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Vigilância Epidemiológica	100 horas/mês

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de agosto de 2017.

JONAS GERMANO SCHMIDT  
Secretário Municipal de Saúde

### **PORTARIA Nº 061/2017/SEMSA**

PORTARIANº 061/2017/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2016.

RESOLVE :

Art.1º ADMITIR RODRIGO OLIVEIRA CHAHINI, para em Caráter Temporário atuar como Médico Clínico Geral, a partir de 14 de agosto de 2017 até 09 de fevereiro de 2018, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Unidade Básica de Saúde Gilson Engelmann (Três Rios do Norte)	200 horas/mês

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de agosto de 2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de agosto de 2017.

JONAS GERMANO SCHMIDT  
Secretário Municipal de Saúde

### **PORTARIA SAMAESJU Nº 346/2017**

PORTARIA SAMAESJU Nº 346/2017

Revoga Portaria

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012;

CONSIDERANDO a Portaria nº 502/2017 do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM de 09 de agosto de 2017, concedendo Auxílio Doença.

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 262/2017 de 23/06/2017, que dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio do Servidor JUVINO FORMIGARI a partir do dia 11 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJSU Nº 347/2017**

PORTARIA SAMAESJSU Nº 347/2017  
Acordo Extrajudicial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5191/2009 de 16/04/2009,

CONSIDERANDO o memorando 557/2017, de 11 de agosto de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMA E diante do fato apresentado pelo senhor MAYCON WILLIAN FRANZENER e, se necessário, levantar o valor ao ressarcimento dos danos materiais.

Art.2º A Comissão responsável para apuração dos fatos, designada pela Portaria nº 332/2017 de 08/08/2017, terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, para conclusão dos trabalhos devendo elaborar o Laudo de Avaliação, ou seja, até dia 14/09/2017.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de agosto de 2017.  
ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJSU Nº 348/2017**

PORTARIA SAMAESJSU Nº 348/2017  
Acordo Extrajudicial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5191/2009 de 16/04/2009,

CONSIDERANDO o memorando 558/2017, de 11 de agosto de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMA E diante do fato apresentado pela senhora ADRIANA FARBER NARDELLI e, se necessário, levantar o valor ao ressarcimento dos danos materiais.

Art.2º A Comissão responsável para apuração dos fatos, designada pela Portaria nº 332/2017 de 08/08/2017, terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, para conclusão dos trabalhos devendo elaborar o Laudo de Avaliação, ou seja, até dia 14/09/2017.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de agosto de 2017.  
ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJSU Nº 349/2017**

PORTARIA SAMAESJSU Nº 349/2017  
Abertura de Sindicância

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014;

CONSIDERANDO, o memorando 570/2017/Samae/DA-CRH de 16/08/2017;

CONSIDERANDO o acidente de trânsito envolvendo os veículos do Samae, patrimônio nº 3738 no dia 14/08/2017,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores envolvidos no acidente de trânsito envolvendo o veículo do Samae, patrimônio nº 3738, ocorrido no dia 14/08/2017, na Rua Gustavo Barroso, s/nº, Bairro Rau.

Art. 2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 273/2017 de 29/06/2017, Comissão Permanente de Sindicância Administrativa que, deverá apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias, ou seja, até o dia 14/09/2017.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de agosto de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAESJSU Nº 350/2017**

PORTARIA SAMA E JSU Nº 350/2017

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados no acompanhamento e fiscalização de execução dos contratos firmados.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMA E, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012, suas alterações, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle de orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

CONSIDERANDO o Memorando nº 540/2017/SAMAE, de 07 de agosto de 2017;

Considerando os princípios básicos da Administração Pública, dispostos no artigo 37 da Constituição Federal, e aplicáveis ao Direito Administrativo, que versam sobre a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul – Samae, órgão da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por esta Autarquia; e

CONSIDERANDO a necessidade de oferecer subsídios aos Gestores e Fiscais para exercerem suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1º Os Fiscais de Contratos designados pelo Diretor Presidente deverão observar, por ocasião de suas atribuições de acompanhamento e fiscalização quanto à execução dos contratos, no âmbito do SAMAE, as determinações estabelecidas por esta Portaria e os imperativos previstos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e demais legislações pertinentes e vigentes.

Art. 2º Para os fins desta Portaria considera-se:

I - Objeto do Contrato: é o descritivo de obras, do serviço a ser contratado ou bem a ser adquirido, observados os prazos de execução, quantidade e qualidade, em estrita observância às disposições contratuais e/ou editalícias, Termo de Referência e Projeto Básico;

II - Serviços Continuados: serviços cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente;

III - Serviços não Continuados: serviços que têm como escopo a obtenção de obras, serviços e bens específicos em período predefinido;

IV - Gestor do Contrato: Servidor designado para assinatura de contratos em conjunto com o Diretor Presidente, com atribuições de coordenar e comandar o processo de Gerenciamento da execução contratual;

IV.1 - Tem como atribuições acompanhar a execução do contrato e observar o cumprimento, pela contratada, das regras previstas no processo de contratação, bem como no instrumento contratual.

V - Fiscal do Contrato: Servidor especialmente designado pela administração, com atribuições de acompanhar, controlar e fiscalizar a execução de contratos administrativos. É o representante da Administração, especialmente designado nas formas do art. 67 e 73, da Lei nº 8.666/93, para exercer o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo informar à Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor soluções para regularização de faltas e problemas observados e sanções que entender cabíveis, de acordo com as disposições contidas nessa Portaria;

V.1 - Fiscalização de contrato: O Servidor designado na qualidade de fiscal de contrato, tem como objetivo verificar o cumprimento das disposições contratuais e das ordens complementares emanadas da Administração sobre a execução do instrumento contratual, em todos os seus aspectos, a fim de identificar desvios e adotar ações no sentido de corrigi-los ou, quando fora de sua esfera de competência, propô-las à autoridade superior.

Art. 3º São Atribuições do Gestor de Contratos:

I – representar o contratante perante o contratado;

II - garantir a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

III - zelar pela garantia do interesse público, com a promoção de

medidas necessárias e adequadas a cada caso;

IV - acompanhar a execução dos contratos;

V - manter sob sua guarda os contratos, seus termos aditivos e apostilamentos;

VI - solicitar formalmente à contratada a indicação de preposto, quando for o caso;

VII – registrar no processo os fatos ocorridos a fim de documentá-los;

VIII - controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, a necessidade de prorrogação ou de nova contratação e tomar as providências cabíveis que estiverem na esfera de sua atribuição;

IX - indicar prazo para solicitar renovação de contrato ou realização de nova licitação;

X – nos contratos passíveis de prorrogação (conforme consta no art. 57 da Lei das Licitações), quando houver interesse da contratante na prorrogação deve enviar, 04 (quatro) meses antes do fim da vigência, documento à contratada solicitando manifestação quanto ao interesse de prorrogação do contrato, para que em caso negativo, haja tempo hábil de realização para nova licitação;

XI - solicitar formalmente ao setor competente manifestação sobre interesse e vantajosidade na prorrogação de contrato;

XII - ao receber solicitação de Revisão, Reajuste e/ou Repactuação, proceder à análise da solicitação, tomando por base as disposições legais;

XIII - manter sob sua guarda as Convenções Coletivas de Trabalho – CCT's, remeter a documentação ao fiscal do contrato e outros setores envolvidos para acompanhamento da execução contratual;

XIV - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando sempre o valor do contrato;

XV - acompanhar e controlar a prestação de garantia contratual por parte da contratada, observando os valores e prazos de vigência;

XVI - acompanhar processos de aplicação de sanções administrativas, bem como subsidiar as decisões da administração;

XVII - emitir pareceres e relatórios como forma de subsidiar o contratante na tomada de decisões;

XVIII – notificar a contratada quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação.

Art. 4º São atribuições do Fiscal do Contrato:

I – conhecer detalhadamente o processo de contratação, bem como o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

a) ao objeto da contratação;

b) ao regime de execução e o prazo de entrega de serviços e obras, bem como o quantitativo de funcionários, se houver;

c) à forma de fornecimento de bens e prazo de entrega;

d) ao cronograma de serviços;

e) às condições de pagamento;

f) atribuições de fiscalização;

g) às sanções administrativas.

II - manter processo de fiscalização individualizado, por contrato, para arquivamento de documentos, tais como: cópia do contrato, cópias dos termos aditivos, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III - conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços e ter cópia da proposta de preço, acompanhada, se for o caso, de planilha de custo e formação de preço, relação de bens, obra ou serviço;

IV - acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi designado, proporcionando não só ao contratante como à contratada todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V - acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades

suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI - verificar se a entrega de bens, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII - zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados, dos serviços prestados e obras executadas;

VIII - acompanhar o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;

IX - estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

X - notificar a contratada quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa;

XI - sugerir à autoridade competente aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações por meio de processo instruído para esse fim;

XII - exigir que a Contratada mantenha seus bens devidamente identificados, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do contratante. Além disso, todos os equipamentos e acessórios necessários à execução dos serviços e obras deverão obedecer às especificações constantes no contrato;

XIII - realizar, junto à contratada, as medições dos serviços e obras, nas datas estabelecidas, de acordo com a descrição dos serviços definida na especificação técnica do contrato, antes de atestar as respectivas notas fiscais;

XIV - acompanhar o saldo contratual e, quando for o caso, informar ao Gestor de Contrato sobre a necessidade de emissão/reforço da nota de empenho, para garantir a perfeita execução do mesmo, evitando-se desenvolvimento de atividade sem prévio empenho e sem cobertura contratual;

XV - informar à Coordenadoria Contábil, por meio de Memorando anexado à Nota Fiscal contendo a devida justificativa, sobre a necessidade de eventuais glosas a serem executadas, detalhando o item contratual e demais informações necessárias a subsidiar o cálculo e demais providências necessárias;

XVI - monitorar periodicamente os valores dos serviços e aquisições de sua responsabilidade, em comparação aos praticados no mercado, para que possa subsidiar o contratante quanto à viabilidade de continuação contratual nos moldes fixados;

XVII - acompanhar e controlar, quando for o caso, e referente ao contrato de sua responsabilidade, o estoque de materiais para reposição, garantindo a perfeita condução contratual e manutenção das atividades administrativas, principalmente quanto à quantidade e à qualidade do material previsto no objeto do acordo administrativo;

XVIII - exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e cópia das folhas de pagamento com a devida quitação, relativas à avença celebrada e em dia com as suas obrigações trabalhistas;

XIX - quando houver rescisão contratual de algum empregado da empresa contratada para a prestação de serviços de mão de obra, deve ser verificado o pagamento das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços (solicitar cópia do Termo de Rescisão e Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS quando da rescisão sem justa causa.);

XX - Certificar as notas fiscais e as faturas correspondentes à prestação de serviços, execução de obras e fornecimento de bens;

XXI - conferir toda a documentação que acompanha a Nota Fiscal e proceder o seu encaminhamento para pagamento;

XXII - comunicar à autoridade superior eventuais atrasos nos prazos de entrega ou execução do objeto, da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento de bens executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra,

serviço ou fornecimento do bem;

XXIII - avaliar a condução contratual e quando necessário, balizado pelas diretrizes contratuais, sugerir métodos de racionalização de atividade e gastos inerentes ao contrato de sua responsabilidade;

XXIV - solicitar, quando for o caso, a substituição do objeto por inadequação ou vícios que apresentem;

XXV - ao detectar a necessidade de majorações e supressões das utilidades pactuadas, deverá comunicá-las ao Gestor para que proceda ao redimensionamento contratual nos termos da Lei nº 8666/93. As decisões e providências que ultrapassem sua competência e apresentarem risco potencial de prejuízos deverão ser levadas ao conhecimento do Gestor do contrato;

XXVI - manter o controle das ordens de serviços emitidas e cumpridas;

XXVII - exigir que as notas fiscais sejam entregues nos prazos determinados pelo contrato;

XXVIII - transferir ao fiscal substituto, quando for o caso, documentos relativos à fiscalização do contrato;

XXIX - na ausência de novo fiscal, os documentos deverão ser transferidos ao Gestor.

Art. 5º É vedado ao fiscal praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

I - exercer o poder de mando sobre os funcionários da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

II - direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

III - promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

IV - permitir que pessoa sem vínculo empregatício com a contratada seja alocada aos serviços e obras contratados;

V - considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

VI - negociar folgas ou compensação de jornada com os funcionários da contratada;

VII - promover acertos verbais com o contratado;

VIII - manter contato com o contratado, visando obter benefício ou vantagem direta ou indireta, inclusive para terceiros.

Art. 6º - O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa na administração pública com as de fiscal de contrato, sob pena de não o fazendo, cometer insubordinação, não podendo alegar desconhecimento de causa.

Art. 7º - Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito com comprovação do recebimento.

Parágrafo único: As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente.

Art. 8º - O fiscal deverá registrar oficialmente todas as tratativas firmadas com a contratada, devendo, necessariamente, conter todas as reclamações e quaisquer outras informações consideradas relevantes pela fiscalização ou pela contratada, com clara identificação dos signatários e devidamente assinados.

Art. 9º - Os fiscais e seus substitutos respondem administrativamente pelo exercício irregular das atribuições que lhes são confiadas, estando sujeitos às penalidades previstas no Estatuto dos Servidores, Lei Complementar Municipal nº 154, de 03 de novembro de 2014.

Art. 10 - Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser



observadas as seguintes atribuições, além das demais já previstas nesta Portaria:

I - arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

II - exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço, quando for o caso;
- c) alvará de "habite-se", emitido pela Prefeitura Municipal;
- d) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- e) a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço/obra, tendo em vista o direito assegurado à contratante no art. 69 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e no art. 12 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 11 - A designação de Gestor e Fiscal de contrato será feita por meio de Portaria específica.

Art. 12 - Quando houver a necessidade de substituição, a área demandante deverá solicitar formalmente à autoridade competente a qual o fiscal está vinculado a alteração, visando à expedição de nova Portaria de designação.

Parágrafo único: Caso o fiscal deixe de integrar o quadro de servidores e não seja solicitada a sua substituição, o Gestor do contrato responderá pela fiscalização até que tal providência seja tomada.

Art. 13 - O servidor deverá ser previamente comunicado pela chefia imediata da indicação para exercer o encargo de Gestor e/ou Fiscal de contrato.

Art. 14 - Esta Portaria poderá ser revista a qualquer tempo para adequações que se fizerem necessárias.

Art. 15 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2017.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA SAMAESJSU Nº 351/2017**

PORTARIA SAMAES JSU Nº 351/2017

Decisão de Processo Administrativo para fins de ressarcimento ao erário em face do servidor Sergio Pacheco

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações.

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 13/2017 instaurado em face do servidor Sergio Pacheco para fins de ressarcimento ao erário referente danos causados no veículo do Samaes, patrimônio nº 3734;

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Processo Administrativo, nomeada pela Portaria SAMAESJSU nº 272/2017 de 29 de junho de 2017 observou adequadamente o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa;

CONSIDERANDO o teor do Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo, bem como a decisão administrativa exarada no bojo do referido processo;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 57, §1º e §4º, II da Lei Complementar Municipal nº 154/2014.

RESOLVE:

Art.1º DETERMINAR que o servidor Sergio Pacheco, matrícula 543, proceda à indenização integral dos valores apurados no bojo do Processo Administrativo nº 13/2017, nos termos do artigo 57, §1º e §4º, II da Lei Complementar Municipal nº 154/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA SAMAESJSU Nº 352/2017**

PORTARIA SAMAES JSU Nº 352/2017

Decisão de Processo Administrativo para fins de ressarcimento ao erário em face do servidor Agnaldo Soares.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações.

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 14/2017 instaurado em face do servidor Agnaldo Soares para fins de ressarcimento ao erário referente danos causados no veículo do Samaes, patrimônio nº 2486;

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Processo Administrativo, nomeada pela Portaria SAMAESJSU nº 272/2017 de 29 de junho de 2017 observou adequadamente o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa;

CONSIDERANDO o teor do Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo, bem como a decisão administrativa exarada no bojo do referido processo;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 57, §1º e §4º, II da Lei Complementar Municipal nº 154/2014.

RESOLVE:

Art.1º DETERMINAR que o servidor Agnaldo Soares, matrícula 445, proceda à indenização integral dos valores apurados no bojo do Processo Administrativo nº 14/2017, nos termos do artigo 57, §1º e §4º, II da Lei Complementar Municipal nº 154/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017 - PREGÃO PRESENCIAL**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: O objeto do presente pregão consiste na contratação de empresa especializada para AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE SEGURANÇA EM TI, que chamaremos, deste ponto em diante, de SiSTI, para controle de rede interna e internet, definição de regras e políticas de uso da rede de dados, internet e telefonia digital a serem prestados à Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, conforme Termo de Referência

REGIMENTO: Lei Federal 8.666 de 21/06/93, Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e DECRETO 6.737/2009 de 09 de julho de 2009.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 09:00 horas do dia 05 de setembro de 2017, na recepção da CÂMARA Municipal de Jaraguá do Sul, Av. Getúlio Vargas, 621, Bairro: Centro.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 09:30 horas do dia 05 de setembro de 2017, CÂMARA Municipal de Jaraguá do Sul, Av. Getúlio Vargas, 621, Bairro: Centro.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 13.854,60 (Treze mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.leg.br](http://www.jaraguadosul.sc.leg.br)

Jaraguá do Sul (SC), 22 de agosto de 2017.

PEDRO ANACELTO GARCIA

Presidente



# Joaçaba

## PREFEITURA

**AVISO PL 56/2017/PMJ - CRE 01/2017/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE CONTINUAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2017/PMJ

CREDENCIAMENTO Nº 01/2017/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 56/2017/PMJ – credenciamento nº 01/2017/PMJ, cujo objeto é “credenciamento de leiloeiro oficial, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, visando à realização de Leilão Público simultâneo presencial e online de bens patrimoniais móveis e não patrimoniais, inservíveis e pertencentes ao Município de Joaçaba, de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital e seus anexos”, que os recursos protocolados até a data de hoje, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, estão disponíveis no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis contrarrazões nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049) 3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br). Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)).

Joaçaba, 22 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Comissão de Licitação

**AVISO PL 63/2017/PMJ - TP 07/2017/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE CONTINUAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2017/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 07/2017/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 63/2017/PMJ – Tomada de Preço nº 07/2017/PMJ, cujo objeto é “A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica de parte da Rua Domingos Zanini, neste Município” a ata da sessão, realizada hoje, de julgamento dos documentos de habilitação, está disponível no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis recursos nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br). Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)).

Joaçaba, 22 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Comissão de Licitação

**DECRETO 5194**

DECRETO Nº 5.194 DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 5.045 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016, PELO ARTIGO 16 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 20.600,00 (vinte mil e seiscentos reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 07 Administração do Aeroporto Municipal

Proj./Atividade: 2.024 Manutenção do aeroporto Municipal

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-38

Valor: R\$ 1.000,00

UNIDADE 13 Gerencia de cultura

Proj./Atividade: 2.003 Manutenção das Atividades culturais

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-63

Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 1.027 Construção e Recuperação de Calçadas/Passeios

Modalidade Aplicação:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-165

Valor: R\$ 1.000,00

Proj./Atividade: 1.046 Implantação e Recuperação de Rede Pluvial

Modalidade Aplicação:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-167

Valor: R\$ 5.000,00

Proj./Atividade: 2.036 Manutenção do Trânsito-Prefeitura

Modalidade Aplicação:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0012.000000-150

Valor: R\$ 11.470,00

Modalidade Aplicação:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0012.000000-293

Valor: R\$ 1.130,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 07 Administração do Aeroporto Municipal

Proj./Atividade: 2.024 Manutenção do aeroporto Municipal

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-39

Valor: R\$ 1.000,00

UNIDADE 13 Gerencia de cultura

Proj./Atividade: 2.003 Manutenção das Atividades culturais

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-65

Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura  
Proj./Atividade: 1.027 Construção e Recuperação de Calçadas/Passeios

Modalidade Aplicação:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-166

Valor: R\$ 1.000,00

Proj./Atividade: 1.046 Implantação e Recuperação de Rede Pluvial

Modalidade Aplicação:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-168

Valor: R\$ 5.000,00

Proj./Atividade: 2.036 Manutenção do Trânsito-Prefeitura

Modalidade Aplicação:

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0012.000000-148

Valor: R\$ 12.600,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 22 de agosto de 2017

Dioclésio Ragnini  
Prefeito

### **EXTRATO ALTERAÇÃO PL 71/2017/PMJ - PP 47/2017/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 1

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2017/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital do Pregão Presencial Nº 43/2017/PMJ, tendo por objeto o "a aquisição de 01 (um) veículo tipo van, novo, zero quilômetro, ano/modelo 2017, destinado à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Joaçaba, para o transporte de seus usuários e familiares para acesso às atividades da Rede de Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.”:

- 1) Fica suprimida a característica "sistema de controle de tração (ASR)" do anexo I do edital e da cláusula quarta da minuta do contrato (anexo IV);
- 2) As demais disposições, inclusive a data de abertura e julgamento, ficam mantidas.

O edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 – Telefones 0xx49 3527-8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br) a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 22 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

### **PORTARIA N.º 1.341**

PORTARIA Nº 1.341 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

“AVERBA PARA EFEITOS DE APOSENTADORIA PERÍODOS DE LICENÇAS-PRÊMIO NÃO GOZADAS A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art.1º. AVERBAR para efeitos de aposentadoria os períodos de licenças-prêmio não gozadas pelo servidor LAERCIO ANTONIO BETIATTO, referente aos períodos de 01.10.1980 a 30.09.1985 correspondente a 90 (noventa) dias e 01.10.1985 a 30.09.1990 correspondente a 30 (trinta) dias, conforme art. 145 da Lei 666 de 21.03.1972.

Art. 2º. Para os efeitos da Lei 666 de 21.03.1972 contar-se-á em dobro os períodos não gozados totalizando 120 (cento e vinte) dias para efeitos de aposentadoria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

### **PORTARIA N.º 1.342**

PORTARIA Nº 1.342 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) EDUARDO DE CARLI BORTOLI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 12 de janeiro de 2012 a 11 de janeiro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 14 de agosto de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de agosto de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 10 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.343**

PORTARIA Nº 1.343 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 08 de agosto de 2017, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) MICHEL PAGNO, para exercer as funções de TÉCNICO DE ENFERMAGEM SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital de Teste Seletivo n.º 01/2016/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de agosto de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 10 de agosto de 2017

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.344**

PORTARIA Nº 1.344 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) LUIZ FERNANDO FRAGOSO, Técnico de Enfermagem – SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital n.º 01/2016/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de agosto de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 10 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.345**

PORTARIA Nº 1.345 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MICHEL PAGNO durante o período de 09 de agosto de 2017 a 08 de fevereiro de 2018, para exercer as funções de TÉCNICO DE ENFERMAGEM SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em virtude de sua aprovação em 4º lugar no edital de Teste Seletivo n.º 01/2017/SMS, conforme memorando n.º 450/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 09 de agosto de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 10 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.346**

PORTARIA Nº 1.346 DE 10 DE AGOSTO DE 2017

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LUIZ FERNANDO FRAGOSO durante o período de 10 de agosto de 2017 a 09 de fevereiro de 2018, para exercer as funções de TÉCNICO DE ENFERMAGEM SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em virtude de sua aprovação em 3º lugar no edital de Teste Seletivo n.º 01/2017/SMS, conforme memorando n.º 384/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 10 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.347**

PORTARIA Nº 1.347 DE 14 DE AGOSTO DE 2017

“CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:

Art. 1º. CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA a(o) Servidor(o) ELZIRA MEYER, Professor Com Magistério Nível II (Pós Graduação – cargo em extinção), em função de implementar o direito de acordo com o art. 35, da Lei Complementar nº 99 de 24 de junho de 2005 e alterações, requerido através do processo protocolado n.º 0002629/2017 de 03 de agosto de 2017 junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de junho de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.348**

PORTARIA Nº 1.348 DE 14 DE AGOSTO DE 2017

“CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:

Art. 1º. CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA a(o) Servidor(o) ELIO DA SILVA, Técnico de Administrativo, em função de implementar o direito de acordo com o art. 35, da Lei Complementar nº 99 de 24 de junho de 2005 e alterações, requerido através do processo protocolado n.º 0002706/2017 de 08 de agosto de 2017 junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 27 de julho de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.349**

PORTARIA Nº 1.349 DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

“TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

DIOCLELIO RAGNINI, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. AJONIELSEN BENITES, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação para a Coordenadoria de Esportes, conforme memorando nº 303/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 14 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.350**

PORTARIA Nº 1.350 DE 14 DE AGOSTO DE 2017

“REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. – REDUZ A CARGA HORÁRIA d(a) Sr.(a) ROSANA SIMI LENZ, Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado em 01º lugar no edital n.º 003/2017 – Edital de chamada pública, da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 30 (trinta) para 10 (dez) horas semanais, a partir de 16 de agosto de 2017, conforme memorando n.º 308/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 16 de agosto de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 1.351**

PORTARIA Nº 1.351 DE 14 DE AGOSTO DE 2017

**"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) DAIANA ALVES DE CAMPOS MARCANTE, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado em 50º lugar no edital n.º 014/2016 – Edital de Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a partir de 14 de agosto de 2017, conforme memorando 308/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.352**

PORTARIA Nº 1.352 DE 14 DE AGOSTO DE 2017

**"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até 28 de fevereiro de 2018, do(a) Servidor(a) Sr.(a) GUILHERME VIECELI RHODEN, para exercer as funções de MEDICO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação em 4º lugar no edital de processo seletivo n.º 013/2016/FMS,, conforme memorando n.º 456/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo a partir de 30 de agosto de 2017, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.353**

PORTARIA Nº 1.353 DE 14 DE AGOSTO DE 2017

**"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até 28 de fevereiro de 2018, do(a) Servidor(a) Sr.(a) ALANA KARLA MENDES FERNANDES, para exercer as funções de MEDICO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação em 5º lugar no edital de processo seletivo n.º 013/2016/FMS, conforme memorando n.º 456/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo a partir de 30 de agosto de 2017, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.354**

PORTARIA Nº 1.354 DE 15 DE AGOSTO DE 2017

**"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) GESSI DE OLIVEIRA BARROS DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, referente ao período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 21 de agosto de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de agosto de 2017, obedecendo ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 15 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.355**

PORTARIA Nº 1.355 DE 16 DE AGOSTO DE 2017

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) EDILAINE COSTA DE SOUZA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 278//2017 de 11 de agosto de 2017, referente ao período de 16 de abril de 2013 a 15 de abril de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 28 de agosto de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 28 de agosto de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 16 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.356**

PORTARIA Nº 1.356 DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

“TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

DIOCLELIO RAGNINI, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. MAURO CELSO BOTT, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Agricultura, Obras e Meio Ambiente para a Secretaria Municipal de Educação, conforme memorando nº 310/2017 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 16 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**TERMO DE DESISTÊNCIA**

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência do candidato(a) Sr(a) JUSSARA TEREZINHA BECKI PEREIRA, Cargo de Auxiliar de Serviços Inter-nos, classificado em 4º lugar, referente ao Edital de Teste Seletivo n.º 002/2017/SMAS, sem que a 2ª convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**TERMO DE DESISTÊNCIA**

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência do candidato(a) Sr(a) BEATRIZ MENEGUZZI, Cargo de Auxiliar de Serviços Internos, classificado em 2º lugar, referente ao Edital de Teste Seletivo n.º 002/2017/SMAS, sem que a 2ª convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO**

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 48 horas da convocação do candidato(a) Sr(a) Gianluca Pagani - cargo de Auxiliar de Serviços Internos, classificado em 27º lugar, referente ao Processo Seletivo n.º 014/2016 – Secretaria Municipal de Educação, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado. Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.



**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****ERRATA TOMADA DE PREÇOS JHL 0004/2017 - SIMAE****ERRATA**

SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SC.

Tomada de Preços JHL 0004/2017

Licitação nº 0044/2017

Protocolo 1560/2017

Objeto: Aquisição de duas estações elevatórias de esgoto compacta, em polietileno, para transporte do esgoto sanitário dos Bairros Clara Adélia e Contestado ao Sistema Municipal de Esgotamento Sanitário.

O Diretor Presidente do Simae torna público aos interessados a alteração do Edital de Licitação Tomada de Preços n.º 0004/2017, nos seguintes termos:

1ª Alteração – Alteração da data de entrega dos envelopes e abertura da sessão (Preâmbulo)

a) Fica alterada a data de recebimento dos envelopes n.º 1 "DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO" e n.º 2 "PROPOSTA DE PREÇOS" para o dia 12/09/2017, até as 9h;

b) Fica alterada a data de início da abertura dos envelopes n.º 1 "DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO" e n.º 2 "PROPOSTA DE PREÇOS" para o dia 12/09/2017, às 9h 10min;

2ª Alteração – Fica acrescido o subitem 3.1.6 ao item 3 e o subitem 4.1.6 ao item 4 do Termo de Referência (Anexo II do Edital) com a seguinte redação:

Painel elétrico de comando completo padrão da fabricante, com softstart e IHM (Interface homem máquina) para controle de até duas bombas do sistema, grau de proteção IP 68, botão seleção manual/automático, chave geral frontal, luz de sinalização de alarmes, terminais de conexão 4-20mA, incluindo horímetro, alarme de sobre corrente, tempo de operação das bombas, sistemas de alarme de equipamentos em falha, defeito, sistema de proteção elétrica, etc, e transmissor eletrônico (medidor) de nível do sistema.

Joaçaba, 21 de agosto de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente do Simae

**PREGÃO JHL 0045/2017**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0054/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0045/2017

PROTOCOLO JHL 1923/2017

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0045/2017 – Licitação 0054/2017, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE IMPRESSOS PERSONALIZADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SIMAE

Da Entrega dos Envelopes: até as 9h00min do dia 06/09/2017 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 06/09/2017 às 9h10min, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 23/08/2017 a 06/09/2017.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: [licitacao@simae.sc.gov.br](mailto:licitacao@simae.sc.gov.br).

Joaçaba - SC, 21 de agosto de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

**José Boiteux****CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2017**

Decreto Legislativo nº 003 de 21 de agosto de 2017

“Dispõe sobre a participação de Vereadores no Seminário de Vereadores Catarinenses em Brasília, que se realizará nos dias 29 à 31 de Agosto de 2017, na cidade de Brasília – DF e dá outras providências”.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de José Boiteux, no uso de suas atribuições regimentais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam autorizados os Vereadores Hélio Cuzum Farias, Osmair da Silva, Lindolfo Brehmer e Geovani Lunelli a participarem do evento "Seminário de Vereadores Catarinenses em Brasília", que se realizará nos dias 29 à 31 de agosto de 2017, na cidade de Brasília – DF.

Parágrafo único Os participantes após regresso apresentarão relatório escrito com suas conclusões sobre os principais assuntos, especialmente sobre os objetivos do Encontro e Viagem.

Art. 2º As diárias e as despesas com inscrições para o evento e deslocamento entre a cidade de origem e de destino serão custeadas conforme dispõe a Lei nº 933 de 14 de novembro de 2012.

Art. 3º As despesas decorrente do presente Decreto Legislativo correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Parágrafo Único – Havendo impedimento ou impossibilidade de participação de algum dos Vereadores citados no Art. 1º do presente Decreto, os mesmo arcarão com qualquer despesa decorrente de inscrição no evento, transferência e/ou cancelamento das passagens aéreas, bem como das reservas em hotel.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

José Boiteux, 21 de agosto de 2017.

Hélio Cuzum Farias

Presidente da Câmara Municipal

Lindolfo Brehmer  
Vice Presidente

Osmair da Silva  
1º Secretário

Gilberto dos Santos  
2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2017**

Decreto Legislativo nº 004 de 21 de agosto de 2017

“Altera a data da 27ª Sessão Ordinária, do Exercício de 2017, da Câmara Municipal de José Boiteux e dá outras providências”.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de José Boiteux, no uso de suas atribuições regimentais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica alterada a data da 27ª Sessão Ordinária, do Exercício de 2017, da Câmara Municipal de José Boiteux para o dia 24 de agosto de 2017 (quinta-feira).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de José Boiteux/SC, 21 de agosto de 2017.

Hélio Cuzum Farias

Presidente da Câmara Municipal

Lindolfo Brehmer  
Vice Presidente

Osmair da Silva  
1º Secretário

Gilberto dos Santos  
2º Secretário

# Jupia

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017 - SRP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

PROCESSO LICITATÓRIO nº 37/2017  
PREGÃO PRESENCIAL nº 24/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e alterações posteriores, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de serviços em rádio de alcance regional, sendo que as propostas serão abertas no dia 05/09/2017 às 13:00 horas.

Maiores informações e cópia completa do edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações no horário de expediente, das 07:45 as 11:45 hs e das 13:00 as 17:00 hs, na Rua Rio Branco, 320 ou pelo fone 49 3341-0001 e/ou pelo endereço eletrônico [tesouraria@jupia.sc.gov.br](mailto:tesouraria@jupia.sc.gov.br).

Jupia SC, em 22 de agosto de 2017.  
AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO  
Prefeito Municipal

# Lages

## PREFEITURA

### **EXTRATO ARP 20-D/2017 - COMERCIAL RIOCLARENSE - SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20-D/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017  
PROCESSO Nº 28/2017

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Orais, Injetáveis e outros para uso no Pronto Atendimento e Setor de Odontologia da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 05(cinco) dias a contar da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 11/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 180.637,00 (cento e oitenta mil e seiscentos e trinta e sete reais), sendo:

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, CNPJ nº 67.729.178/0004-91 – Praça Emílio Marconato, nº 1000, galpão 22 e 27 – Park Industrial, CEP 13.820-000, Jaguariuna/SP.

Lages, 18 de agosto 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 20-E/2017 - CRISTÁLIA - SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20-E/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017  
PROCESSO Nº 28/2017

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Orais, Injetáveis e outros para uso no Pronto Atendimento e Setor de Odontologia da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 05(cinco) dias a contar da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 11/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 207.728,90 (duzentos e sete mil e setecentos e vinte e oito reais e noventa centavos), sendo:

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA – CNPJ nº 44.734.671/0001-51 – com sede na Rodovia Itapira-Lindóia, km 14, Itapira/SP.

Lages, 18 de agosto 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 20-F/2017 - DIMASTER - SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20-F/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017  
PROCESSO Nº 28/2017

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Orais, Injetáveis e outros para uso no Pronto Atendimento e Setor de Odontologia da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 05(cinco) dias a contar da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 11/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 167.831,00 (cento e sessenta e sete mil e oitocentos e trinta e um reais), sendo:

DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 02.520.829/0001-40 – com sede da Rodovia BR 480, nº 180, CEP 99740-000, Barão do Cotegipe/RS.

Lages, 18 de agosto 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### **EXTRATO ARP 20-G/2017 - EXTRA DISTRIBUIDORA - SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:  
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20-G/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017  
PROCESSO Nº 28/2017

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Orais, Injetáveis e outros para uso no Pronto Atendimento e Setor de Odontologia da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 05(cinco) dias a contar da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLAÚSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O(s)preço(s)ofertado(s)pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro dePreçosé(são)o(s)especificado(s)nata-belaabaixo,deacordocomarespectivaclassificação no Pregão Presencial nº 11/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 1.183,00 (um mil e cento e oitenta e três reais), sendo:

EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES – CNPJ nº 06.035.038/0001-86 – Rua Rui Barbosa, nº 69, bairro Centro, CEP 88900-007, Araranguá/SC.

Lages, 18 de agosto 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

#### EXTRATO ARP 20-H/2017 - INOVAMED - SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20-H/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

PROCESSO Nº 28/2017

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Orais, Injetáveis e outros para uso no Pronto Atendimento e Setor de Odontologia da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s):em até 05(cinco) dias a contar da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLAÚSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O(s)preço(s)ofertado(s)pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro dePreçosé(são)o(s)especificado(s)nata-belaabaixo,deacordocomarespectivaclassificação no Pregão Presencial nº 11/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 31.172,50 (trinta e um mil e cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos), sendo:

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ nº 12.889.035/0001-02 – Rua Rubens Derks, nº 105, bairro Distrito Industrial, CEP 99700-970, Erechim/RS.

Lages, 18 de agosto 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

#### EXTRATO ARP 20-I/2017 - M DIAS - SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20-I/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

PROCESSO Nº 28/2017

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Orais, Injetáveis e outros para uso no Pronto Atendimento e Setor de Odontologia da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s):em até 05(cinco) dias a contar da solicitação da

Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLAÚSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O(s)preço(s)ofertado(s)pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro dePreçosé(são)o(s)especificado(s)nata-belaabaixo,deacordocomarespectivaclassificação no Pregão Presencial nº 11/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 53.243,13 (cinquenta e três mil e duzentos e quarenta e três reais e treze centavos), sendo:

M DIAS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA – ME – CNPJ nº 14.461.796/0001-94 – Rua Capri, nº 318, loja 01, bairro Passa Vinte, CEP 88132-229, Palhoça/SC.

Lages, 18 de agosto 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

#### EXTRATO ARP 20-J/2017 - MAURO MARCIANO - SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20-J/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

PROCESSO Nº 28/2017

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Orais, Injetáveis e outros para uso no Pronto Atendimento e Setor de Odontologia da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s):em até 05(cinco) dias a contar da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLAÚSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O(s)preço(s)ofertado(s)pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro dePreçosé(são)o(s)especificado(s)nata-belaabaixo,deacordocomarespectivaclassificação no Pregão Presencial nº 11/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 178.242,00 (cento e setenta e oito mil e duzentos e quarenta e dois reais), sendo:

MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ nº 94.894.169/0001-86 – Rua Samuel Hruschin, nº 200, bairro Patronato, CEP 97020-670, Santa Maria/RS.

Lages, 18 de agosto 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

#### EXTRATO ARP 20-K/2017 - MF DE ALMEIDA - SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20-K/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

PROCESSO Nº 28/2017

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Orais, Injetáveis e outros para uso no Pronto Atendimento e Setor de Odontologia da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;



2.3 Da Entrega(s):em até 05(cinco) dias a contar da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLAÚSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O(s)preço(s)ofertado(s)pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro dePreçosé(são)o(s)especificado(s)na tabelaabaixo,deacordocomarespectiva classificação no Pregão Presencial nº 11/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais), sendo:

MF DE ALMEIDA E CIA LTDA – CNPJ nº 05.021.932/0001-34 – Rua Sebastião Furtado, nº 101, bairro Centro, CEP 88501-140, Lages/SC.

Lages, 18 de agosto 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### EXTRATO ARP 20-L/2017 - PONTAMED - SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20-L/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

PROCESSO Nº 28/2017

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Orais, Injetáveis e outros para uso no Pronto Atendimento e Setor de Odontologia da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s):em até 05(cinco) dias a contar da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLAÚSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O(s)preço(s)ofertado(s)pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo,de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 11/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 159.237,41 (cento e cinquenta e nove mil e duzentos e trinta e sete reais e quarenta e um centavos), sendo:

PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA – CNPJ nº 02.816.696/0001-54 – Rua Franco Grilo, nº 374 – fundos, CEP 84045-320, Ponta Grossa/PR.

Lages, 18 de agosto 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### EXTRATO ARP 20-M/2017 - PROMEFARMA - SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20-M/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

PROCESSO Nº 28/2017

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Orais, Injetáveis e outros para uso no Pronto Atendimento e Setor de Odontologia da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s):em até 05(cinco) dias a contar da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLAÚSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O(s)preço(s)ofertado(s)pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo,de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 11/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 13.314,20 (treze mil e trezentos e quatorze reais e vinte centavos), sendo:

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA – CNPJ nº 81.706.251/0001-98 – Rua Prof. Leônidas Ferreira da Costa, nº 847, bairro Parolin, CEP 80220-410, Curitiba/PR.

Lages, 18 de agosto 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### EXTRATO ARP 20-N/2017 - PROSAUDE - SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20-N/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

PROCESSO Nº 28/2017

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Orais, Injetáveis e outros para uso no Pronto Atendimento e Setor de Odontologia da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s):em até 05(cinco) dias a contar da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLAÚSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O(s)preço(s)ofertado(s)pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo,de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 11/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 146.590,10 (cento e quarenta e seis mil e quinhentos e noventa reais e dez centavos), sendo:

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI – EPP – CNPJ nº 85.247.385/0001-49 – Rua Uruguai, nº 1538-E, bairro Maria Goretti, CEP 89801-447, Chapecó/SC.

Lages, 18 de agosto 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### EXTRATO ARP 20-O/2017 - SOMA SC - SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20-O/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

PROCESSO Nº 28/2017

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos Orais, Injetáveis e outros para uso no Pronto Atendimento e Setor de Odontologia da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de



Preços, decorrente;

2.2 Da Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s): em até 05 (cinco) dias a contar da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Almoxarifado;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLAÚSULA QUARTA – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 11/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 165.071,50 (cento e sessenta e cinco mil e setenta e um reais e cinquenta centavos), sendo:

SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ nº 05.531.725/0001-20 – Av. Ary Miguel da Silveira, nº 391, Bairro Jardim Eldorado, CEP 88133-531, Palhoça/SC.

Lages, 18 de agosto 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### **RERRATIFICAÇÃO PP 05/2017 SEMASA**

#### **RERRATIFICAÇÃO**

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017 – SEMASA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DOS PRÓPRIOS DA SEMASA.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

Incluir no item 14.8:

14.8.6 Cópia do DOF – Documento de Origem Florestal, comprovando a origem legal da madeira de araucária, para os licitantes que cotarem os itens 82, 88 e 89;

14.8.7 Cópia do CTF – Cadastro Técnico Federal emitido pelo IBAMA, para os licitantes que cotarem os itens 82, 88 e 89;

14.8.8 Cópia do Registro no IBAMA, para os licitantes que cotarem os itens 82, 88 e 89.

No Anexo II – Termo de Referência, no item 33:

Onde se lê: Escora para laje de construção civil 4M

Leia-se: Escora de madeira eucalipto para laje de construção civil 4M

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 09:00 horas do dia 28/08/2017, para às 09:00 horas do dia 18/09/2017.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 23 de agosto de 2017.

Antônio Cesar Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

# Laguna

## PREFEITURA

### EDITAL Nº02/2017

ESTABELECE A ABERTURA DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO E CONVOCA AS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS – BIENIO 2017/2019

O Conselho Municipal de Direitos do Idoso (CMDI), no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.842 de 4 de julho de 1994 – Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e criou o Conselho Nacional do Idoso, pela Lei nº10.741 de 1 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso e pelo Decreto Municipal nº 3.113, de 28 de julho de 2011, que regulamenta o Conselho Municipal de Direitos do Idoso - CMDI, pelo presente edital, aprovado conforme Resolução nº01/2017, considerando que a Assembleia de escolha dos representantes da Sociedade Civil marcada para o dia 15 de agosto de 2017 não teve quórum. Convoca todas as entidades não-governamentais, que direta ou indiretamente visem a defesa, proteção e promoção dos direitos do idoso com atuação no município, tais como fundações, associações, sindicatos, organizações religiosas e outras, para a Assembleia de escolha dos representantes da Sociedade Civil, a ser realizada no dia 30 de Agosto do ano de 2017, com início às 14 horas e término às 17 horas na Fundação Lagunense de Cultura, localizada na Av. Colombo Machado Salles, s/n Memorial Tordesilhas- Centro – Laguna – Santa Catarina.

#### Da Plenária

Art.1º A Plenária estará aberta a todos os interessados, participando as organizações civis devidamente organizadas.

Art. 2º A Plenária será presidida por um dos membros da Comissão Eleitoral CMDI, que procederá a abertura do evento explicitando os procedimentos que serão adotados e, após o encerramento dos trabalhos da eleição, receberá o resultado da apuração dos votos e proclamará o resultado, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

#### Das Habilitações

Art.3º As habilitações das entidades não-governamentais para participação de escolha dos representantes da Sociedade Civil para a composição do CMDI deverão ser realizada no dia 30 de Agosto de 2017, das 14h00 às 15h00, perante a Comissão Eleitoral do Conselho do Idoso, em formulário próprio, na Fundação Lagunense de Cultura.

#### Da Votação

Art.4º As cédulas de votação deverão ser rubricadas, na parte da frente, pelo Presidente e Secretário da Mesa Diretora.

Art.5º Poderão votar no Fórum específico os representantes habilitados na respectiva categoria, ocasião em que deverão apresentar o protocolo de inscrição e o documento de identidade.

Art.6º O voto do representante habilitado será pessoal e intransferível, sendo vetada a participação por meio de procuração.

Art.7º A votação será secreta e os votos serão depositados na urna lacrada pela mesa Diretora.

Art.8º Não serão admitidos recursos de votação ou apuração sem prévia impugnação, a qual não suspende o processo de escolha em andamento.

Art.9º A listagem dos representantes candidatos será afixada no local de votação.

#### Da Apuração

Art.10º A apuração dos votos será realizada pela Mesa Diretora

podendo os participantes acompanhar a apuração de sua categoria em seus devidos lugares.

Art. 11º Serão nulas as cédulas que:

I – contiverem rasuras;

II – não corresponderem ao modelo da cédula “Oficial”;

III – não estiverem rubricadas pelo Presidente e Secretário.

Art.12º Havendo empate na votação será considerado como critério de desempate para cada categoria o maior tempo de fundação, apurando pela data de seu primeiro estatuto quando não houver outra forma de comprovação.

Art. 13º Serão considerados escolhidos:

I – como titular, as entidades que obtiverem o maior número de votos válidos em cada categoria de representação.

II – como suplente, as entidades que obtiverem o maior número de votos válidos, imediatamente inferior ao número de votos dos titulares, da mesma categoria de representação.

Art. 14º Ao término da apuração dos votos será lavrada a ata com os resultados finais, que deverá ser assinada pela Mesa Diretora e duas testemunhas.

#### Das Vagas

Art. 15º As vagas para os representantes das Organizações da Sociedade Civil no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, serão em número de 6 (seis), cabendo a cada titular, um suplente, todos os escolhidos dentre a sociedade civil organizada conforme a Lei Municipal nº3.113, de 28 de julho de 2011.

#### Da Posse

Art. 16º Os representantes das organizações da Sociedade Civil eleitos no Processo de Escolha, serão nomeados e empossados na primeira reunião ordinária do CMDI.

#### Das Disposições Finais

Art.17º A inscrição no Processo de Escolha de Representantes de Organizações da Sociedade Civil implicará na aceitação por parte das organizações da Sociedade Civil, por meio de seus representantes, do pleno conhecimento desta regulamentação.

Art. 18º A competência da Comissão Eleitoral do Processo de Escolha cessará com a nomeação dos eleitos.

Art. 19º os casos omissos serão julgados e deliberados pela Comissão eleitoral deste processo.

Laguna/SC, 22 de Agosto de 2017

Valmir Telles Santana

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

### ERRATA À RESOLUÇÃO CMAS Nº 08/2017

Na página 323 do Diário Oficial edição nº 2320, de 16 de agosto de 2017, da Resolução CMAS nº08 de 15 de agosto de 2017.

#### Onde se lê:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, no valor total de , e para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, no valor total de , a serem transferido para o FMAS referente ao ano de 2017 e a serem executados conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Leia-se:

Art. 2º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, no valor total de R\$ 48.648,62, e para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, no valor total de R\$ 78.695,65, a serem transferido para o FMAS referente ao ano de 2017 e a serem executados conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Laguna, 22 de Agosto de 2017.

Gustavo Ramos Sant'Anna

Presidente do CMAS

# Lajeado Grande

## CÂMARA MUNICIPAL

### **DECRETO 018/2017 PROMOVE A DOAÇÃO DE UNIFORMES AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Decreto Legislativo n. 018/2017  
De 11/07/2017

“PROMOVE A DOAÇÃO DE UNIFORMES AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JURACI ANTÔNIO XAVIER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, e

Considerando a importância de se promover uma melhor organização das ações administrativas da Câmara de Vereadores;

Considerando a necessidade de padronização do uniforme dos servidores do Poder Legislativo para melhor identificação e organização;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o custeio de uniforme padronizado aos Servidores Efetivos e Comissionados da Câmara de Vereadores, consistente em:

- I – 02 (duas) camisetas estilo polo;
- II – 01(uma) camisa estilo social;
- III – 01 (uma) jaqueta em nylon.

Art. 2º Em relação aos uniformes previstos no artigo anterior, deverão ser observadas as seguintes disposições:

- I - os modelos e padrões dos uniformes não podem conter cores, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal ou partidária;
- II – o servidor deverá firmar “termo de responsabilidade” comprometendo-se a promover adequado uso, zelo, guarda, conservação e limpeza do uniforme;
- III – no caso de perda ou perecimento dos uniformes por culpa exclusiva do servidor, deverá ser promovido o ressarcimento ao Erário do valor gasto pela Câmara na aquisição;
- IV – havendo exoneração ou demissão do servidor no prazo de até 04 (quatro) meses contado do recebimento do uniforme este deverá ser devolvido sob pena de desconto do valor na rescisão contratual.

Art. 3º Fica a Secretaria Administrativa da Câmara encarregada de promover a coleta de orçamentos para aquisição dos uniformes previsto no presente Decreto, promovendo-se a aquisição da empresa que ofertar o menor valor de acordo com a qualidade exigida por este órgão.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC, em 17 de agosto de 2017.

JURACI ANTÔNIO XAVIER  
Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

MARGARETE DA SILVA COSTA FLORES  
Primeira Secretária

### **DECRETO 019/2017 DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO N. 01/2017 PARA PREENCHIMENTO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO DE LAJEADO GRANDE-SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Decreto Legislativo n. 019/2017  
De 17/08/2017

“DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO N. 01/2017 PARA PREENCHIMENTO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO DE LAJEADO GRANDE-SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JURACI ANTÔNIO XAVIER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara de Vereadores, e em conformidade com a Legislação em vigor relativamente à realização de Concurso Público, e

Considerando o Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Poder Legislativo de Lajeado Grande-SC e o Ministério Público Estadual prevendo a realização de Concurso Público para preenchimento de cargos de provimento efetivo da Câmara de Vereadores;

#### DECRETA:

Art. 1º Pelo presente Decreto Legislativo fica nomeada a Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público n. 01/2017, da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC, objetivando o preenchimento de cargos de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Legislativo, o qual será assim composta:

- I – Presidente: (Reinaldo Valentini – Contador da Câmara Municipal de Vereadores);
- II – Secretária: (Nadia Inez Foresti – Diretora de RH do Poder Executivo)
- III - Membros Efetivos:
  - a) (Eromildes Paulo Freitas Pereira – contador geral do Poder Executivo)
  - b) (Odete Percio Geremia – auxiliar de serviços gerais da Câmara Municipal de Vereadores)
- IV – Membro Suplente: (Edgar Rosa Da Silva – coordenador de controle interno do Poder Executivo).

§ 1º A Comissão Especial nomeada pelo presente Decreto Legislativo terá a competência para acompanhar a organização, coordenação, fiscalização e deliberação sobre todas as fases para a realização do Concurso Público.

§ 2º Caso se faça necessário, a Comissão Especial poderá requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias à consecução do objetivo proposto, submetendo tais requerimentos à apreciação da Presidência da Câmara de Vereadores.

Art. 2º Os membros da Comissão Especial ora nomeados não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação adicional pela respectiva nomeação, sendo considerado prestação de serviço relevante ao Poder Legislativo.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC, em 17 de agosto de 2017.

JURACI ANTÔNIO XAVIER

Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

MARGARETE DA SILVA COSTA FLORES

Primeira Secretária

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 124/PMLM/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 124/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 05/09/2017 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de uma colhedora de forragens e uma plantadeira hidráulica para a Secretaria de Agricultura do município de Lauro Muller, conforme condições fixadas no termo de referência em anexo.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível no site: [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 21 de agosto de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro



# Lebon Regis

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL NºPR02/2017\_RP02 PROCESSO LICITATÓRIO Nº08/2017**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2017 RDA

PREGÃO PRESENCIAL NºPR02/2017\_RP02 PROCESSO LICITATÓRIO Nº08/2017

OBJETO: Fica alterada a cláusula segunda da Ata de Registros de Preços nº 02/2017, para aumentar o valor unitário do combustível lícitado, conforme tabela, em razão do aumento na distribuidora comprovado por nota fiscal de compra, visando o equilíbrio econômico-financeiro previsto no Art. 65, Parágrafo II, alínea "d" da lei 8.666/93. O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS resolve através desta alterar os preços do seguinte fornecedor conforme segue: 499 - RDA COMÉRCIO E PECUÁRIA LTDA ME (13.070.027/0001-00). Item01-GASOLINA COMUM R\$3,526 e Item 04- ÓLEO DIESEL S10 R\$3,007. Vigência a partir de 18/08/2017 até 02/03/2018. Lebon Regis, 18/08/2017.

DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 32/2017. LICITAÇÃO: TP03/2017.**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 32/2017. Licitação: TP03/2017.

Objeto: Fica alterada a cláusula segunda do Contrato n. 32/2017 para aditar o valor contratual em 25%, conforme art. 65, inciso II, alínea "d", § 1º da Lei 8.666/93 e por haver necessidade de que seja mantido a prestação dos serviços até o fim de vigência contratual. Contratante: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO. Contratado: J & F ANÁLISES CLÍNICAS AMBIENTAIS LTDA - ME - 08.542.283/0001-05.

Valor: 421,81 (quatrocentos e vinte e um reais com oitenta e um centavos).

Vigência: 22/08/2017. Término: 31/12/2017.

Lebon Régis, 22/08/2017.

Douglas F de Mello -Prefeito Municipal

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 080/2017

DECRETO Nº 080 DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.323 de 21 de agosto de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal, no valor de R\$ 5.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Função	26	Transporte	5.000,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	5.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	5.000,00
Atividade	1.050	Construção de Ponte de Concreto - Alto Vargedo	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	5.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL .....			5.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação da dotação com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Função	26	Transporte	5.000,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	5.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	5.000,00
Atividade	1.049	Construção de Ponte de Concreto - Rib. dos Ovos	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	5.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de agosto de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2017

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2017

Divisão de Licitações e Compras

OBJETO da Dispensa de Licitação: Constitui objeto do presente certame, a aquisição de peças com mão de obra para o conserto da transmissão, embuchamento da lança e do sistema hidráulico da Retro Escavadeira, marca CASE, modelo 580M 4x4, ano 2007, pertencente a Frota da Secretaria Municipal da Agropecuária e Meio Ambiente, no valor de R\$ 26.562,34 (vinte e seis mil quinhentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos). Decreto nº 038, de 31 de maio de 2017, “Declara situação de emergência nas áreas do Município de Leoberto Leal afetadas por chuvas intensas”. CONTRATADA: HIDRAUSERV COMÉRCIO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua João Duarte Raimundo, nº 56, Bairro Caminho Novo, CEP 88.132-500, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 97.469.621/0001-50. ENQUADRAMENTO: art. 24, IV, Lei 8.666/93. Em 22/08/2017. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.

**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017 - PMLL**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 044/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017

TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de implementos agrícolas, de acordo com as especificações constantes no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 032/2017. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 05 de setembro de 2017. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 22/08/2017. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.

**LEI Nº 1324/2017**

LEI Nº 1.324, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

**“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO.”**

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social no valor de até R\$ 148.000,00 de acordo com as seguintes especificações:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	148.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	148.000,00
Função	10	Saúde	148.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	148.000,00
Programa	0006	SAÚDE COM EXCELÊNCIA	148.000,00
Projeto/ Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS	68.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	68.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	68.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	68.000,00
Fonte de Recurso/Detalhamento	01.0002.00	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	68.000,00
Projeto/ Atividade	2.056	Funcionamento e Manutenção da Estratégia da Família - ESF	40.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	40.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	40.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	40.000,00
Fonte de Recurso/Detalhamento	01.0002.00	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	40.000,00
Projeto/ Atividade	2.057	Funcionamento e Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS	40.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	40.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	40.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	40.000,00
Fonte de Recurso/Detalhamento	01.0002.00	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	40.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR .....			148.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	148.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	148.000,00
Função	10	Saúde	148.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	148.000,00
Programa	0006	SAÚDE COM EXCELÊNCIA	148.000,00
Projeto/ Atividade	2.016	Atenção Básica - Comp. Piso de Aten.Bás.Variáv - PAB Var.	148.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	148.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	148.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	140.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	8.000,00

Fonte de Recurso/Detalhamento	01.0002.00	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	148.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			148.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 22 de agosto de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 233/2017, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº 233/2017, de 11 de Agosto de 2017.

CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do artigo 91 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Conceder, a Servidora Pública Municipal Geneci Dellai, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Contadora, vinculada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 07 (sete) dias de férias, a contar de 14 de Agosto de 2017, relativas a Portaria nº 152/2016, de 13 de Maio de 2017, em virtude da interrupção efetuada pela Portaria nº 162/2016, de 20 de Maio de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 11 de Agosto de 2017.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Leonardo Júnior Cavallier  
Auxiliar de Técnico

**PORTARIA Nº 234/2017, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº 234/2017, 14 de Agosto de 2017.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições por Lei,

RESOLVE

Designar a servidora pública municipal, Senhorita Sandra Regina Zuanazzi, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Analista Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para responder a partir de 14 de Agosto de 2017 até 18 de Agosto de 2017, também pelas atividades inerentes ao cargo de Contadora, por motivo de férias da titular senhora Geneci Dellai.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul - SC,  
Em 14 de Agosto de 2017.

GENIR LOLI  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo RH

# Lontras

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 533/2017**

PORTARIA Nº 533/2017  
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se a falta de profissionais concursados nos quadros da municipalidade, tendo em vista que o último concurso foi realizado no ano de 2012, não havendo, assim, concurso público em vigência;

Considerando o processo seletivo previsto no Edital 006/2017, para contratação de professor em caráter temporário para o ano letivo de 2017 da rede municipal de ensino;

**RESOLVE:**

Art.1º - Contrata o servidor abaixo relacionado e selecionado, para conforme data de admissão, exercer o cargo de professor em caráter temporário, para o ano letivo de 2017 da rede municipal de ensino;

NOME	ADMISSÃO	CARGA HORÁRIA/ NÍVEL
ELISA LÚCIO GRUBER	21/08/2017	20H/1A

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 21 de agosto de 2017.  
MARCIONEI HILLESHEIM  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 534/2017**

PORTARIA Nº 534/2017  
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO E REVOGA PORTARIA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica Nomeado o(a) servidor(a) GILMAR NICOLETI ocupar o cargo em comissão de ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM MANUTENÇÃO DE VIAS, a partir do dia 18/08/2017.

Art. 2º - Revoga a Portaria 528/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 17 de agosto 2017.  
MARCIONEI HILLESHEIM  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 535/2017**

PORTARIA Nº 535/2017  
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90(Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 30 dias de licença-prêmio para o(a) servidor(a) GILMAR LUIZ BORGES FORNARI, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, referente aos períodos aquisitivos 2012/2017, a partir do dia 23/08/2017 até 21/09/2017, retornando no dia 22/09/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 21 de Agosto de 2017.  
MARCIONEI HILLESHEIM  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 536/2017**

PORTARIA Nº 536/2017  
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica Nomeado o(a) servidor(a) THAINÁ RAFAELA KOEPP PFLEGER ocupar o cargo em comissão de GERENCIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS, a partir do dia 01/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 22 de agosto 2017.  
MARCIONEI HILLESHEIM  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 537/2017**

PORTARIA Nº 537/2017  
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica Nomeado o(a) servidor(a) GLAUCIO CRISTIANO MUELLER ocupar o cargo em comissão de GERENCIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA, a partir do dia 01/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Lontras, 22 de agosto 2017.  
MARCIONEI HILLESHEIM  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 538/2017**

PORTARIA N° 538/2017  
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica Nomeado o(a) servidor(a) IARA FISCHER ocupar o cargo em comissão de GERENCIA DE APOIO OPERACIONAL, a partir do dia 01/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 22 de agosto 2017.  
MARCIONEI HILLESHEIM  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 539/2017**

PORTARIA N° 539/2017  
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica Nomeado o(a) servidor(a) EDILAMAR BAUKE SIEBERT ocupar o cargo em comissão de GERENCIA DE RECURSOS HUMANOS, a partir do dia 01/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 22 de agosto 2017.  
MARCIONEI HILLESHEIM  
Prefeito Municipal

# Luis Alves

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO Nº 42/2017 (PREFEITURA)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2017

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.  
Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PRANCHAS E TÁBUAS DE EUCALIPTO VERMELHO (EUCALYPTUS UROPHYLLA) PARA UTILIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES E BUEIROS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES - SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 09h45min horas do dia 05/09/2017, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 10h00min horas do dia 05/09/2017.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br), no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h30min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 22 de agosto de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO Nº 43/2017 (PREFEITURA)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2017

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GUARDA CORPO PARA AS PONTES DO BAIRRO BRAÇO ELZA E BRAÇO CUNHA DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 09h45min horas do dia 06/09/2017, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 10h00min horas do dia 06/09/2017.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br), no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h30min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 22 de agosto de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO Nº 44/2017 (PREFEITURA)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2017

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, NO INTUITO DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE TURISMO, SECRETARIA DE DEFESA CIVIL E GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 10h00min horas do dia 11/09/2017, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h45min horas do dia 11/09/2017.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br), no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h30min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 22 de agosto de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

### NOTA DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA - PR Nº 39/2017 (PREFEITURA)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

NOTA DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2017

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LEITORES BIOMÉTRICOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de agosto de 2017, por decisão da Secretaria de Administração, o processo fica SUSPENSO TEMPORARIAMENTE.

Luiz Alves, 22 de agosto de 2017.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### DECRETO 2425

DECRETO Nº 2425 de 22 de agosto de 2017.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º, da Lei nº 1.475 de 10 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente, as dotações atribuídas às ações discriminadas até o limite dos valores também abaixo discriminados:

06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração  
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários  
Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 1.000,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas até os limites anulados nas dotações atribuídas às ações discriminadas:

06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração  
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 4.4.90. Investimentos - Aplicações diretas  
Fonte: 00 - Recursos Ordinários  
Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de agosto de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### EXTRATO DE CONTRATO - PL 063.17 - DL 011.17 - CARTÃO PAGAMENTO - PML

EXTRATO DE CONTRATO

Origem: Processo Licitatório nº 063/17 – Dispensa de Licitação nº 011/2017 - PML.

Contratante: MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC e FUNDOS ESPECIAIS.

Contratado: BANCO DO BRASIL S.A.

Objeto: prestação de serviços relativos à emissão e administração de cartão de pagamento para utilização pela administração direta e autárquica do município de Luzerna, em saques e como meio de pagamento nas suas aquisições de bens e serviços.

Valor Total: R\$ 0,00.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Art 24, inciso VIII.

Vigência: 12 meses.

**LEI COMPLEMENTAR 168**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA

**LEI COMPLEMENTAR Nº 168 de 22 de agosto de 2017.**

“**CRIA, EXTINGUE E TRANSFORMA CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO NO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”.

**MOISÉS DIERSMANN**, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI COMPLEMENTAR:**

**Art.1º-** Fica **criado** no **ANEXO I - TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**, do Quadro de Pessoal do Município de Luzerna, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, o **GRUPO V - Estratégia Saúde da Família - ESF** e os cargos de provimento efetivo de **Auxiliar de Saúde Bucal**, Nível 01, **Atendente de Farmácia**, Nível 01, **Técnico em Enfermagem**, Nível 02, **Psicólogo - 20 horas**, Nível 03, **Farmacêutico**, Nível 04, **Enfermeiro**, Nível 05, **Odontólogo**, Nível 05 e **Médico Generalista**, Nível 06.

**Art.2º-** Ficam **extintos** assim que vagar os cargos de provimento efetivo de **Motorista I**, Nível 06 do **Grupo II - Atividades de Nível Operacional - ANO** e **Auxiliar de Contabilidade**, Nível 01 do **Grupo III - Atividades de Administração Geral - AAG** do **ANEXO I - TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**, do Quadro de Pessoal do Município de Luzerna, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores.

**Art.3º-** Fica **transformado** o cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais** nos cargos de provimento efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais Externos**, **Auxiliar de Copa e Higienização** e **Merendeira**, todos Nível 01 do **GRUPO I - Atividade de Nível Auxiliar - ANA** do **ANEXO I - TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**, do Quadro de Pessoal do Município de Luzerna, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores.

**Art.4º-** Resultante das alterações constantes nos arts 1º a 3º desta Lei Complementar, o **ANEXO I TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**, do Quadro de Pessoal do Município de Luzerna, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO I****TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA**

GRUPO/CATEGORIA	Nº DE CARGOS PÚBLICOS	CLASSES	NÍVEL
<b>GRUPO I</b>			
<b>Atividade de Nível Auxiliar - ANA</b>			
<b>01 - Auxiliar de Serviços Gerais Externos</b>	<b>10</b>	A.B.C.D.	01
<b>02 - Auxiliar de Copa e Higienização</b>	<b>18</b>	A.B.C.D.	01
<b>03 - Merendeira</b>	<b>06</b>	A.B.C.D.	01



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA

GRUPO/CATEGORIA	Nº DE EMPREGOS PÚBLICOS	CLASSES	NÍVEL
<b>GRUPO II</b>			
<b>Atividade de Nível Operacional - ANO</b>			
01 - Agente Administrativo (em extinção)	01	A.B.C.D.	02
05 - Auxiliar de Enfermagem (em extinção)	01	A.B.C.D.	03
<b>02 - Motorista I (em extinção)</b>	03	A.B.C.D.	06
03 - Motorista II	11	A.B.C.D.	06
06 - Agente de Serviços Gerais	01	A.B.C.D.	06
04 - Operador de Máquinas	12	A.B.C.D.	07
GRUPO/CATEGORIA	Nº DE EMPREGOS PÚBLICOS	CLASSES	NÍVEL
<b>GRUPO III</b>			
<b>Atividade de Administração Geral - AAG</b>			
01 - Técnico Administrativo	16	A.B.C.D.	01
<b>02 - Auxiliar de Contabilidade (em extinção)</b>	02	A.B.C.D.	01
03 - Fiscal Técnico Sanitarista	01	A.B.C.D.	01
04 - Tesoureiro	01	A.B.C.D.	02
GRUPO/CATEGORIA	Nº DE EMPREGOS PÚBLICOS	CLASSES	NÍVEL
<b>GRUPO IV</b>			
<b>Atividade de Nível Superior - ANS</b>			
01 - Fiscal de Tributos, Obras e Posturas	01	A.B.C.D.	01
02 - Instrutor de Atividades Físicas	01	A.B.C.D.	01
03 - Assistente Social	02	A.B.C.D.	02
04 - Psicólogo	01	A.B.C.D.	02
05 - Engenheiro Agrônomo	01	A.B.C.D.	02
06 - Médico Veterinário	01	A.B.C.D.	02
07 - Engenheiro Civil	01	A.B.C.D.	04
08 - Contador	02	A.B.C.D.	04
09 - Controlador Interno	01	A.B.C.D.	04
10 - Assessor Jurídico	01	A.B.C.D.	05
GRUPO/CATEGORIA	Nº DE EMPREGOS PÚBLICOS	CLASSES	NÍVEL
<b>GRUPO V</b>			
<b>Estratégia Saúde da Família – ESF</b>			
01 - Auxiliar em Saúde Bucal	02	A.B.C.D.	01
02 - Atendente de Farmácia	02	A.B.C.D.	01
03 - Técnico em Enfermagem	06	A.B.C.D.	02
04 - Psicólogo - 20 horas	02	A.B.C.D.	03
05 - Farmacêutico	02	A.B.C.D.	04
06 - Enfermeiro	02	A.B.C.D.	05
07 - Odontólogo	02	A.B.C.D.	05
08 - Médico Generalista	02	A.B.C.D.	06



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

**Art.5º-** Em decorrência da criação dos cargos públicos mencionados nos arts 1º e 3º desta Lei Complementar, ficam inseridas as **descrição de atividades** dos referidos cargos no **ANEXO IV - ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS** da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, conforme abaixo:

**4.0. DESCRIÇÃO SINTÉTICA DAS ATIVIDADES**

**CARGO:** Auxiliar de Serviços Externos

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividade de Nível Auxiliar - ANA

**ATRIBUIÇÕES:** Efetuar pequenos reparos e consertos; providenciar os serviços de manutenção em geral; ter sob a sua guarda materiais destinados às atividades de seu setor de trabalho; zelar pela limpeza e conservação de praças, parques, jardins; solicitar e manter controle de materiais necessários à limpeza, manutenção e conservação dos locais sob sua responsabilidade; conduzir ao local de trabalho equipamentos técnicos; operar, entre outras, máquinas de pequeno porte, cortador de grama e similares; auxiliar nos serviços de jardinagem; proceder à abertura de valas; efetuar serviço de capina em geral; varrer, escovar, lavar e remover lixos e detritos das vias públicas e próprios municipais; auxiliar em tarefas de construção, calçamento e pavimentação em geral; auxiliar no recebimento, pesagem e contagem de materiais; executar serviços braçais; executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

**REGIME DE TRABALHO:** estatutário

**CARGA HORÁRIA:** 44 horas semanais

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** Concurso Público de Provas (escritas e/ou práticas)

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** alfabetizado

**CARGO:** Auxiliar de Copa e Higienização

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividade de Nível Auxiliar - ANA

**ATRIBUIÇÕES:** Fazer os serviços de faxina em geral; remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos; • limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios; limpar, arrumar e desinfetar banheiros e toaletes; lavar e encerar assoalhos; coletar lixo dos depósitos colocando-os em recipientes adequados; lavar vidros, espelhos, persianas; varrer pátios; fazer café e similares e servir; fechar portas, janelas e outras vias de acesso; manter a higiene em locais de trabalho; executar serviços de copa; requisitar material necessário aos serviços; processar cópia de documentos; receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão; receber e transmitir mensagens; executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

**REGIME DE TRABALHO:** estatutário

**CARGA HORÁRIA:** 44 horas semanais

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** Concurso Público de Provas (escritas e/ou práticas)

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** alfabetizado

**CARGO:** Merendeira

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividade de Nível Auxiliar - ANA

**ATRIBUIÇÕES:** Preparar refeições de acordo com os cardápios pré-estabelecidos, segundo técnicas de culinária e higiene; receber, conferir e controlar os gêneros necessários para o preparo das refeições; controlar o estoque de produtos; armazenar alimentos de forma a conservá-los em perfeito estado de consumo; preparar o alimento de acordo com a receita, de forma a estarem prontos nos horários estabelecidos; organizar os utensílios e todo o material necessário à boa distribuição da merenda; servir os alimentos na temperatura adequada; cuidar da limpeza e manutenção do material e locais destinados à preparação, estocagem e distribuição; demonstrar interesse e cumprir as determinações superiores; tratar com delicadeza as crianças; distribuir a merenda, por igual a todas as crianças, incentivando-as “comer de tudo”, sem deixar sobras; higienizar utensílios, equipamentos e dependências do serviço de alimentação; zelar pela conservação, acondicionamento adequado e





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

segurança dos alimentos; manter a higienização e limpeza das áreas da cozinha, refeitório, dos equipamentos e utensílios; atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico; atender as determinações do cardápio estabelecido por nutricionista do Município.

**REGIME DE TRABALHO:** estatutário

**CARGA HORÁRIA:** 44 horas semanais

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** Concurso Público de Provas (escritas e/ou práticas)

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** alfabetizado

**CARGO:** Auxiliar em Saúde Bucal

**GRUPO PROFISSIONAL:** Estratégia Saúde de Família - ESF

**ATRIBUIÇÕES:** Realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde; realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, dos equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho; auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas; realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal; acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de Estratégia Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos; Processar filme radiográfico; selecionar moldeiras; preparar modelos em gesso; manipular materiais de uso odontológico; e participar da realização de levantamentos e estudos epidemiológicos; executa outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas pelo superior imediato.

**REGIME DE TRABALHO:** estatutário

**CARGA HORÁRIA:** 40 horas semanais

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** Ensino médio e Curso de Auxiliar em Saúde Bucal ou equivalente e registro no CRO.

**CARGO:** Atendente de Farmácia

**GRUPO PROFISSIONAL:** Estratégia Saúde da Família - ESF

**ATRIBUIÇÕES:** Prestar auxílio no recebimento dos medicamentos verificando quantidade, validade e laudo; organiza os medicamentos nas prateleiras, bem como verifica sua quantidade em relação ao estoque; elabora e separa as solicitações das Unidades Básicas de Saúde; relata as necessidades de compra quando o estoque atingir sua quantidade mínima de demanda, bem como, as validades próximas ao vencimento; auxilia na elaboração dos relatórios e pedidos de medicamentos dos programas de Alto Custo; distribui medicamentos aos pacientes nas Unidades Básicas de Saúde e atende aos pacientes do Alto Custo; executa outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas pelo superior imediato; participa de programas de educação continuada; Cumpre normas e regulamentos

**REGIME DE TRABALHO:** estatutário

**CARGA HORÁRIA:** 40 horas semanais

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** Ensino médio e curso de atendente de farmácia concluído.

**CARGO:** Técnico em Enfermagem

**GRUPO PROFISSIONAL:** Estratégia Saúde da Família - ESF

**ATRIBUIÇÕES:** Participar das atividades de atenção básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; realizar ações de educação em saúde à população adstrita, conforme planejamento da equipe; participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS; e contribuir, participar e realizar atividades de educação permanente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LUZERNA**

**REGIME DE TRABALHO:** estatutário

**CARGA HORÁRIA:** 40 horas semanais

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** Ensino médio e curso de técnico em enfermagem e registro no COREN.

**CARGO:** Psicólogo

**GRUPO PROFISSIONAL:** Estratégia Saúde da Família - ESF

**ATRIBUIÇÕES:** Realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional; atuar na área específica da saúde, colaborando para a compreensão dos processos intra e interpessoais, utilizando enfoque preventivo ou curativo, isoladamente ou em equipe multiprofissional; realizar pesquisa, diagnóstico, acompanhamento psicológico, e intervenção psicoterápica individual ou em grupo, através de diferentes abordagens teóricas; realizar avaliação e diagnóstico psicológicos de entrevistas, observação, testes e dinâmica de grupo, com vistas à prevenção e tratamento de problemas psíquicos; apoiar os demais profissionais da ESF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de transtornos mentais severos e persistentes, uso abusivo de álcool e outras drogas, pacientes egressos de internações psiquiátricas, tentativas de suicídio, situações de violência intrafamiliar; discutir com os demais profissionais da ESF os casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a questões subjetivas; criar, em conjunto com as ESF, estratégias para abordar problemas vinculados à violência e ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas, visando à redução de danos e à melhoria da qualidade do cuidado dos grupos de maior vulnerabilidade; evitar práticas que levem aos procedimentos psiquiátricos e medicamentos à psiquiatrização e à medicalização de situações individuais e sociais, comuns à vida cotidiana; fomentar ações que visem à difusão de uma cultura de atenção não-manicomial, diminuindo o preconceito e a segregação em relação à loucura; desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando constituir espaços de reabilitação psicossocial na comunidade, como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial - conselhos tutelares, associações de moradores, grupos de auto-ajuda etc; priorizar as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde mental se desenvolva nas unidades de saúde e em outros espaços na comunidade; ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as como parceiras no tratamento e buscando constituir redes de apoio e integração.

**REGIME DE TRABALHO:** estatutário

**CARGA HORÁRIA:** 20 horas semanais

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** Graduação em Psicologia e registro no CRP.

**CARGO:** Enfermeiro

**GRUPO PROFISSIONAL:** Estratégia Saúde da Família - ESF

**ATRIBUIÇÕES:** Realizar atenção à saúde aos indivíduos e famílias cadastradas nas equipes e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; realizar consulta de enfermagem, procedimentos, atividades em grupo e conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor federal, estadual, ou municipal, observadas as disposições legais da profissão; solicitar exames complementares, prescrever medicações e encaminhar, quando necessário, usuários a outros serviços; realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS em conjunto com os outros membros da equipe; contribuir, participar e realizar atividades de educação permanente da equipe de enfermagem e outros membros da equipe; e participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.

**REGIME DE TRABALHO:** estatutário

**CARGA HORÁRIA:** 40 horas semanais

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** Graduação em Enfermagem e registro no COREN.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE LUZERNA**

**CARGO:** Odontólogo

**GRUPO PROFISSIONAL:** Estratégia Saúde da Família - ESF

**ATRIBUIÇÕES:** Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal; realizar a atenção em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, acompanhamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento da equipe, com resolubilidade; realizar os procedimentos clínicos da atenção básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências, pequenas cirurgias ambulatoriais e procedimentos relacionados com a fase clínica da instalação de próteses dentárias elementares; realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais; acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; realizar supervisão técnica do auxiliar em saúde bucal (ASB); e participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.

**REGIME DE TRABALHO:** estatutário

**CARGA HORÁRIA:** 40 horas semanais

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** Curso de Graduação em Odontologia e registro no CRO.

**CARGO:** Médico Generalista

**GRUPO PROFISSIONAL:** Estratégia Saúde da Família - ESF

**ATRIBUIÇÕES:** Realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade; realizar consultas clínicas, pequenos procedimentos cirúrgicos, atividades em grupo na UBS e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico deles; indicar, de forma compartilhada com outros pontos de atenção, a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário; contribuir, realizar e participar das atividades de educação permanente de todos os membros da equipe; e participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS.

**REGIME DE TRABALHO:** estatutário

**CARGA HORÁRIA:** 40 horas semanais

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** Curso de Graduação em Medicina e registro no CRM.

**CARGO:** Farmacêutico

**GRUPO PROFISSIONAL:** Estratégia Saúde da Família - ESF

**ATRIBUIÇÕES:** Assessorar, gerenciar e responder tecnicamente pelas atividades relacionadas à assistência farmacêutica, entre elas: seleção, armazenamento, aquisição e distribuição de produtos farmacêuticos; responder técnica e legalmente pela farmácia da UBS desempenhando, supervisionando e coordenando as atividades que lhe são inerentes, entre elas a dispensação e atenção farmacêutica aos pacientes; participar da comissão de farmácia e terapêutica do Município; promover e participar de debates e atividades informativas junto à população, profissionais e entidades representativas, acerca dos temas relacionados com suas atividades; atuar em conjunto com a vigilância sanitária e epidemiológica, nas ações de educação em saúde e investigações epidemiológicas e sanitárias; divulgar as atividades de farmacovigilância junto aos profissionais de saúde, notificando desvios de qualidade e reações adversas aos medicamentos aos órgãos competentes; controle de estoque em sistema informatizado.

**REGIME DE TRABALHO:** estatutário

**CARGA HORÁRIA:** 40 horas semanais

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** Curso de Graduação em Farmácia e registro no CRF.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

**Art.6º-** Fica alterado o **Anexo II - TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO** da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores para acrescentar os cargos ora criados e transformados e excluídos níveis já extintos, passando a ter a redação do Anexo incluso a esta Lei Complementar.

**Art.7º-** As demais disposições vigentes da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004, permanecem inalteradas.

**Art.8º-** Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 22 de agosto de 2017.

**MOISÉS DIERSMANN**  
Prefeito de Luzerna



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA

**LEI COMPLEMENTAR Nº 035/2004 E ALTERAÇÕES POSTERIORES**  
**“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS**  
**SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.**

**ANEXO II**  
**TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

Grupos	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I ANA	1	974,51	1003,74	1032,98	1062,21	1091,45	1120,68	1149,92	1179,15	1208,39	1237,62	1266,86	1296,09	1325,33
	2	1234,40	1271,43	1308,47	1345,50	1382,53	1419,56	1456,59	1493,63	1530,66	1567,69	1604,72	1641,75	1678,79
	3	1248,56	1286,01	1323,47	1360,92	1398,38	1435,84	1473,29	1510,75	1548,21	1585,66	1623,12	1660,58	1698,03
II ANO	6	1698,04	1748,98	1799,92	1850,86	1901,80	1952,74	2003,69	2054,63	2105,57	2156,51	2207,45	2258,39	2309,33
	7	2080,91	2143,34	2205,77	2268,19	2330,62	2393,05	2455,47	2517,90	2580,33	2642,76	2705,18	2767,61	2830,04
III AAG	1	1698,04	1748,98	1799,92	1850,86	1901,80	1952,74	2003,69	2054,63	2105,57	2156,51	2207,45	2258,39	2309,33
	2	2970,60	3059,71	3148,83	3237,95	3327,07	3416,19	3505,30	3594,42	3683,54	3772,66	3861,78	3950,89	4040,01
IV ANS	1	2660,18	2739,98	2819,79	2899,59	2979,40	3059,20	3139,01	3218,81	3298,62	3378,42	3458,23	3538,03	3617,84
	2	3464,96	3568,91	3672,86	3776,80	3880,75	3984,70	4088,65	4192,60	4296,55	4400,50	4504,45	4608,39	4712,34
	4	4920,20	5067,80	5215,41	5363,01	5510,62	5658,22	5805,83	5953,44	6101,04	6248,65	6396,25	6543,86	6691,47
V ESF	5	4987,42	5137,04	5286,66	5436,28	5585,91	5735,53	5885,15	6034,77	6184,40	6334,02	6483,64	6633,26	6782,89
	1	1251,47	1289,01	1326,56	1364,10	1401,65	1439,19	1476,73	1514,28	1551,82	1589,37	1626,91	1664,46	1702,00
	2	1456,32	1500,01	1543,70	1587,39	1631,08	1674,77	1718,46	1762,15	1805,84	1849,53	1893,22	1936,91	1980,60
	3	1732,48	1784,45	1836,43	1888,40	1940,38	1992,35	2044,33	2096,30	2148,28	2200,25	2252,22	2304,20	2356,17
	4	4000,00	4120,00	4240,00	4360,00	4480,00	4600,00	4720,00	4840,00	4960,00	5080,00	5200,00	5320,00	5440,00
	5	5000,00	5150,00	5300,00	5450,00	5600,00	5750,00	5900,00	6050,00	6200,00	6350,00	6500,00	6650,00	6800,00
	6	12000,00	12360,00	12720,00	13080,00	13440,00	13800,00	14160,00	14520,00	14880,00	15240,00	15600,00	15960,00	16320,00

# Macieira

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO \_ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0040/2017**

ERRATA

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023/2017

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0040/2017

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0040/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0023/2017, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que até 09h00min, do dia 05 de setembro de 2017, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3588, de 03 de janeiro de 2017, estará recebendo propostas para contratação de empresa especializada para o conserto do caminhão Volvo placas QHD 4145, ano/modelo 2014, compreendendo entrega de peças e concomitante prestação de serviços de mão de obra qualificada, conforme especificações do Anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 05/09/2017, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0023/2017, através do e-mail [compras2@macieira.sc.gov.br](mailto:compras2@macieira.sc.gov.br) ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 08h00min as 12h00min e das 13h00min. as 17h00min.

Macieira – SC, 22 de agosto de 2017.

REJANE SPANHOLO ABRAÃO

PREGOEIRA



# Mafra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 096/2016

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 096/2016

Contrato nº: 096/2016

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: KSM MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS FERROVIARIOS LTDA-EPP

CNPJ nº 04.842.347/0001-32

Modalidade Processo Licitatório n.º 370/2016. Tomada de Preços nº 013/2016.

Data Assinatura do termo aditivo: 17 de março de 2017.

Prazo: com vigência até 29 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

# Major Vieira

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE N.º 011/2017**

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

CONVITE N.º 011/2017

Objeto: SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS de levantamento planialtimétrico do Greide, serviços de soldagens e laudos geológicos e ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, drenagem e sinalização Urbana. Orçamento e quantitativos, das ruas Afonso Sobczak, José Pereira do Vale, Argemiro Pires e Rua Projetada (rua Vitor Fernandes de Souza - central da Cohab, transversal à rua Afonso Sobczak).Tipo: Menor Preço – Global| Abertura/Data/hora: 30/08/2017 às 14h00. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra site [www.majorvieira.sc.gov.br/Local](http://www.majorvieira.sc.gov.br/Local) da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio F. Souza, 210, Bairro Centro, Major Vieira/SC, ou por e-mail: [Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br](mailto:Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br) Fone (47) 3655-1111. Prefeito Municipal. Orildo Antonio Severgnini

# Maracajá

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 048/2017

OBJETIVO: Registro de preços para a aquisição de peças para manutenção dos equipamentos pesados (trator, arado e roçadeira) do departamento de agricultura do município de maracajá.

DATA DE ENTREGA: até 11 de setembro de 2017 às 09h15min

DATA DE ABERTURA: Dia 11 de setembro de 2017 às 09h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br)

Maracajá, 22 de agosto de 2017.

ARLINDO ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

### SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/FMS/2017

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ torna público que, por interesse público e conveniência administrativa, SUSPENDE por tempo indeterminado a abertura do edital de Pregão Presencial Nº 009/FMS/2017, que tem como objeto o Registro de preços para aquisições futuras de dietas e fórmulas infantis para lactantes e de seguimento para lactantes e crianças de primeira infância destinada a necessidade dietoterápicas específicas com restrição de lactose composta por aminoácidos livres, por não haver tempo hábil para resposta ao pedido de impugnação interposto.

MARACAJÁ-SC, 22 de agosto de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

assinado no original

# Maravilha

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 08/2017

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº. 08/2017

ROSIMAR MALDANER, Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que dispõe o Decreto Lei n. 195/67 de 24 de fevereiro de 1967, Lei Municipal n. 1942/93 de 15 de dezembro de 1993 e Lei Complementar n. 110 de 16 de agosto de 2017, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Maravilha lança EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ao erário público municipal, dos valores despendidos nas obras de pavimentação asfáltica, compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Maravilha:

#### 1- LOCAL

- 1.1 Avenida Entre Rios (trecho I - compreendido entre a Avenida Maravilha e a Rua Sagrada Família) com área total de 4.633,70 m².
- 1.2 Avenida Entre Rios (trecho II - compreendido entre a Rua Sagrada Família e divisa com a Avenida Marginal) e Avenida Marginal (trecho I - compreendido entre a divisa com a Avenida Entre Rios e a Rua São Miguel) com área total de 5.200,50 m².
- 1.3 Avenida Marginal (trecho II - compreendido entre a Rua São Miguel e a Rua João Antônio Zandoná) com área total de 5.074,22 m².
- 1.4 Rua João Antônio Zandoná (trecho compreendido entre a Avenida Marginal e a BR-282) com área total de 2.314,85 m².
- 1.5 Avenida Presidente Vargas (trecho compreendido entre a Avenida Sul Brasil e Avenida Marginal) com área total de 6.719,95 m².
- 1.6 Rua 8 (trecho compreendido entre a Avenida Presidente Vargas e a Rua 13) com área total de 837,10 m².
- 1.7 Rua 9 (trecho compreendido entre a Avenida Presidente Vargas e a Rua 13) com área total de 632,90 m².
- 1.8 Rua Victor Meirelles (trecho compreendido entre a Avenida Euclides da Cunha e a Rua Silvio Noronha) com área total de 3.090,35 m².
- 1.9 Rua Eloi Luiz Dadan (trecho I - compreendido entre a Victor Meirelles e a Rua Balduino Gehn) com área total de 3.229,30 m².
- 1.10 Rua Eloi Luiz Dadan (trecho II - compreendido entre a Rua Balduino Gehn e a Rua São José) com área total de 3.563,90 m².
- 1.11 Rua Palmitos (trecho I - compreendido entre a Rua Eloi Luiz Dadan e a Rua Prefeito Baldissera) com área total de 2.561,10 m².
- 1.12 Rua Palmitos (trecho II - compreendido entre a Rua Prefeito Baldissera e a Rua Nidolfo Mattje) com área total de 2.459,60 m².
- 1.13 Rua São José (trecho I - compreendido entre o Lajeado Natal e a Rua Arnaldo Graff) com área total de 4.028,80 m².
- 1.14 Rua São José (trecho II - compreendido entre a Rua Arnaldo Graff e a Rua Santa Bárbara) com área total de 3.872,70 m².
- 1.15 Rua São José (trecho III - compreendido entre a Rua Santa Bárbara e a Rua Eloi Luiz Dadan) com área total de 4.354,40 m².

#### 2- MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

2.1 O presente memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos no processo licitatório nº 093/2017 na modalidade Concorrência n. 004/2017, e de acordo com o orçamento global da obra efetuado pelo engenheiro civil Jorge Luiz Dummer.

2.2 As obras compreenderão os seguintes serviços:

1. Placa da obra e serviços preliminares;
2. Execução de remendos profundos e rasos;
3. Drenagem Pluvial;
4. Limpeza;
5. Pavimentação asfáltica em C.B.U.Q;
6. Meio-Fio;
7. Rampa de acessibilidade;
8. Controle Tecnológico;
9. Sinalização viária (pinturas e placas);
10. Obras complementares.

2.3 Planilha quantitativa e orçamentária

Pavimentação Asfáltica Em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (C.B.U.Q.)

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa da Obra convênio em chapa de aço galvanizado (2,00 x 1,25 m)	m²	2,50	431,56	1.078,90
1.2	Caminhão Toco PBT 16.000 kg, Carroceria Aberta de Madeira p/ Transporte geral de carga seca	h	2,80	77,12	215,94
1.3	Encarregado Geral de Obras	h	104,00	56,09	5.833,36
1.4	Engenheiro Civil de Obra Júnior	h	52,00	93,86	4.880,72
1.5	Placa de Sinalização em chapa de Aço Num. 16 com	m²	3,66	802,07	2.935,58
1.6	Cone de Sinalização em PVC Rígido com faixa Refletiva, H= 70/76 cm	Unid.	54,00	65,01	3.510,54
	Total do item				18.455,03
2	REMOÇÃO DE CONCRETO				
2.1	Demolição de Concreto Simples	m³	23,70	279,39	6.621,54
	Total do item				6.621,54
3	REMEIOS PROFUNDOS				
3.1	Escavação Mecânica de Vala Profundidade até 1,50 m, com Retroescavadeira, largura até 2,0 m em solo de 1ª Cat.	m³	288,78	14,03	4.051,58
3.2	Transporte com caminhão basculante 6 m³ em rodovia com leito natural DMT até 200 m	m³	288,78	3,99	1.152,23
3.3	Embasamento de Material Granular - Rachão	m³	204,26	134,57	27.487,27
3.4	Transporte Comercial com Caminhão Basculante 6 m³, rodovia Pavimentada	m³	204,26	1,16	236,94
3.5	Base para Pavimentação com Brita Graduada, Inclusive Compactação	m³	63,76	121,08	7.720,06
3.6	Transporte Comercial com Caminhão Basculante 6 m³, rodovia Pavimentada	m³	63,76	1,16	73,96
3.7	Imprimação de Base de Pavimentação com Emulsão ADP CM-30	m²	327,75	5,93	1.943,56
3.8	Pintura de Ligação com Emulsão RR-2C	m²	327,75	1,64	537,51
3.9	Fabricação e Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) CAP 50/70, inclusive transporte do CAP	Ton.	40,99	240,00	9.837,60
3.10	Transporte com caminhão Basculante de 10 m³, em via urbana Pavimentada	m³xkm	91,53	0,86	78,72
	Total do item				53.119,43
4	LIMPEZA				
4.1	Limpeza Superfície com jato alta pressão de ar e água	m²	52.573,37	1,85	97.260,73
	Total do item				97.260,73
5	PAVIMENTAÇÃO - Regularização de Buracos				
5.1	Fabricação e Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) CAP 50/70, inclusive transporte do CAP	Ton.	76,85	240,00	18.444,00
	Total do item				18.444,00
6	PAVIMENTAÇÃO - Reperfilagem 3 cm				
6.1	Pintura de Ligação com Emulsão RR-2C	m²	52.573,37	1,64	86.220,33
6.2	Fabricação e Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) CAP 50/70, inclusive transporte do CAP	Ton.	3.942,74	240,00	946.257,60
6.3	Transporte com caminhão Basculante de 10 m³, em via urbana Pavimentada	m³xkm	6.659,07	0,86	5.726,80
	Total do item				1.038.204,73
7	PAVIMENTAÇÃO - Capa 4 cm				
7.1	Pintura de Ligação com Emulsão RR-2C	m²	52.573,37	1,64	86.220,33
7.2	Fabricação e Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) CAP 50/70, inclusive transporte do CAP	Ton.	5.152,98	240,00	1.236.715,20
7.3	Transporte com caminhão Basculante de 10 m³, em via urbana Pavimentada	m³xkm	9.002,14	0,86	7.741,84
	Total do item				1.330.677,37

8	REGULARIZAÇÃO DA BASE - Onde foi executada a tubulação				
8.1	Base para Pavimentação com Brita Graduada, Inclusive Compactação	m³	128,40	121,08	15.546,67
8.2	Transporte  Comercial com Caminhão Basculante 6 m³, Rodovia Pavimentada	m³	128,40	1,16	148,94
8.3	Imprimação de Base de Pavimentação com Emulsão ADP CM-30	m²	642,00	5,93	3.807,06
8.4	Pintura de Ligação com Emulsão RR-2C	m²	642,00	1,64	1.052,88
8.5	Fabricação e Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) CAP 50/70, inclusive transporte do CAP	Ton.	80,06	240,00	19.214,40
8.6	Transporte com caminhão Basculante de 10 m³, em via urbana Pavimentada	m³xkm	119,55	0,86	102,81
	Total do item				39.872,77
9	DRENO LONGITUDINAL				
9.1	Escavação Mecânica de Vala Profundidade até 1,50 m, com Retroescavadeira, largura até 2,0 m em solo de 1A Cat.	m³	96,95	14,03	1.360,21
9.2	Escavação em Vala Material de 3A Cat	m³	7,00	87,87	615,09
9.3	Execução de Dreno com Brita Num. 2	m³	96,60	117,82	11.381,41
9.4	Execução de Dreno com tubos de PVC Corrugado Flexível Perfurado - DN 100 mm	m	223,50	31,39	7.015,67
9.5	Execução de Dreno com manta Geotextil 200g/m²	m²	581,10	4,90	2.847,39
9.6	Base para Pavimentação com Brita Graduada, Inclusive Compactação	m³	21,15	121,08	2.560,84
9.7	Transporte  Comercial com Caminhão Basculante 6 m³, Rodovia Pavimentada	m³	21,15	1,16	24,53
9.8	Imprimação de Base de Pavimentação com Emulsão ADP CM-30	m²	105,75	5,93	627,10
9.9	Pintura de Ligação com Emulsão RR-2C	m²	105,75	1,64	173,43
9.10	Fabricação e Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) CAP 50/70, inclusive transporte do CAP	Ton.	13,23	240,00	3.175,20
9.11	Transporte com caminhão Basculante de 10 m³, em via urbana Pavimentada	m³xkm	27,47	0,86	23,62
	Total do item				29.804,49
10	PINTURA DE SINALIZAÇÃO				
10.1	Sinaliz. Horiz c/ tinta Retrorrefletiva a Base de Resina Acrílica com Micro. de Vidro - Branca Estacionamento	m²	159,07	25,40	4.040,38
10.2	Sinaliz. Horiz c/ tinta Retrorrefletiva a Base de Resina Acrílica com Micro. de Vidro - Branca Seg. PARE	m²	117,96	25,40	2.996,18
10.3	Sinaliz. Horiz c/ tinta Retrorrefletiva a Base de Resina Acrílica com Micro. de Vidro - Branca Pedestre	m²	777,40	25,40	19.745,96
10.4	Sinaliz. Horiz c/ tinta Retrorrefletiva a Base de Resina Acrílica com Micro. de Vidro - Meio de Pista	m²	578,95	25,40	14.705,33
10.5	Sinaliz. Horiz c/ tinta Retrorrefletiva a Base de Resina Acrílica com Micro. de Vidro - Pintura Lombada	m²	49,37	25,40	1.254,00
10.6	Sinaliz. Horiz c/ tinta Retrorrefletiva a Base de Resina Acrílica com Micro. de Vidro - Parada de Ônibus	m²	17,00	25,40	431,80
10.7	Sinaliz. Horiz c/ tinta Retrorrefletiva a Base de Resina Acrílica com Micro. de Vidro - Estac.Cadeirante	m²	33,72	25,40	856,49
10.8	Sinaliz. Horiz c/ tinta Retrorrefletiva a Base de Resina Acrílica com Micro. de Vidro - Pictograma Cadeirante	m²	17,28	25,40	438,91
10.9	Sinaliz. Horiz c/ tinta Retrorrefletiva a Base de Resina Acrílica com Micro. de Vidro - Estac. Idoso	m²	17,98	25,40	456,69
10.10	Sinaliz. Horiz c/ tinta Retrorrefletiva a Base de Resina Acrílica com Micro. de Vidro - Letras Estac. Idoso	m²	30,23	25,40	767,84
	Total do item				45.693,58
11	PLACAS DE SINALIZAÇÃO				
11.1	Placa de Sinalização Viária Octogonal L= 25 cm, com Suporte de Aço Galvanizado (D= 50 mm e H= 3 m), Inclusive Base em concreto não Estrutural	Unid.	48,00	388,70	18.657,60



11.2	Placa de Sinalização Viária Circular D= 50 cm, com Suporte de Aço Galvanizado (D= 50 mm e H= 3 m), Inclusive Base em concreto não Estrutural	Unid.	26,00	304,07	7.905,82
11.3	Placa de Identificação de Rua (2 Placas 45x20 cm), com Suporte de Aço Galvanizado (D= 50 mm e H= 3 m), Inclusive Base em concreto não Estrutural	Unid.	54,00	378,43	20.435,22
11.4	Placa de Sinalização Estacionamento Cadeirante em chapa de aço Num. 16, com Pintura Reflet.	m²	3,84	802,07	3.079,95
11.5	Poste Aço H= 2,50 m D= 75 mm	Unid.	8,00	305,98	2.447,84
11.6	Placa de Sinalização Estacionamento Idoso em chapa de aço Num. 16, com Pintura Reflet.	m²	5,32	802,07	4.267,01
11.7	Poste Aço H= 2,50 m D= 75 mm	Unid.	9,00	305,98	2.753,82
11.8	Placa de Sinalização Parade de Ônibus em chapa de aço Num. 16, com Pintura Reflet.	m²	2,40	802,07	1.924,97
11.9	Poste Aço H= 2,50 m D= 75 mm	Unid.	5,00	305,98	1.529,90
11.10	Placa de Sinalização Lombada em chapa de aço Num. 16, com Pintura Reflet.	m²	2,68	802,07	2.149,55
11.11	Poste Aço H= 2,50 m D= 75 mm	Unid.	12,00	305,98	3.671,76
Total do item					68.823,44
12	DRENAGEM PLUVIAL				
12.1	Escavação Mecânica de Vala Profundidade até 1,50 m, com Retroescavadeira, largura até 2,0 m em solo de 1A Cat.	m³	829,35	6,42	5.324,43
12.2	Reaterro manual de valas com compactação mecanizada	m³	434,56	30,43	13.223,66
12.3	Execução de dreno com brita num. 2	m³	78,00	117,82	9.189,96
12.4	Tubo de Concreto Simples Classe - PS1, PB, DN 400 mm, p/ águas Pluviais (NBR 8890)	m	780,50	31,93	24.921,37
12.5	Assentamento de tubos de Concreto, DN 400 mm, Simples ou armado, junta em argamassa 1:3 Cimento:Areia	m	780,50	50,20	39.181,10
12.6	Caixa Coletora BL 40 e 150 cm - Dimensões Externas (90x110x180)	Unid.	43,00	1.685,30	72.467,90
12.7	Caixa Coletora com Grade Maior	Unid.	2,00	3.608,85	7.217,70
12.8	Caixa de Ligação e Passagem CLP 01	Unid.	10,00	1.287,00	12.870,00
12.9	Remoção de Bueiros Existentes	m	24,50	93,46	2.289,77
12.10	Retirada de Alvenaria p/ encaixe de tubo	m³	1,20	85,96	103,15
12.11	Alvenaria Tijolo Maciço ou 21 furos fechamento novamente após	m²	6,04	143,18	864,81
12.12	Grade de ferro em barra chata 3/16 "	m²	1,44	250,51	360,73
Total do item					188.014,58
13	MEIO FIO				
13.1	Guia (Meio Fio) concreto, moldada in loco em trecho reto com Extrusora, 11,50 cm Base x 22 Altura	m	1.948,50	26,00	50.661,00
13.2	Compactação mecânica c/ controle do G.C	m³	3,90	6,33	24,69
Total do item					50.685,69
14	RAMPA DE ACESSIBILIDADE				
14.1	Execução de Passeio em Piso Intertravado, com bloco Retangular cor natural 20x10, esp. 6 cm	m²	142,60	70,00	9.982,00
14.2	Execução de Passeio em Piso Intertravado, com bloco Retangular cor nat 25x10, esp. 6 cm (DIRECIONAL)	m²	17,10	70,00	1.197,00
Total do item					11.179,00

TOTAL GERAL DA OBRA R\$

2.996.856,38

(Dois milhões, novecentos e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos.)

**3 DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA**

3.1 A Contribuição de Melhoria contemplará os imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com as vias públicas e respectivos trechos definidos no item 1 do presente edital. Os imóveis diretamente beneficiados com as obras são os constantes no anexo I do presente edital, juntamente com as respectivas avaliações destes antes da realização da obra pública de pavimentação asfáltica, conforme parecer da Comissão Especial de Avaliação, designada através do Decreto Municipal nº 003, de 02 de janeiro de 2013.

#### 4 DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 São partes integrantes deste edital as relações dos imóveis abrangidos e respectivos contribuintes.

4.2 Os proprietários, os titulares do domínio útil ou os possuidores a qualquer título dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, durante o horário de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

4.3 A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e valor dos imóveis.

#### 5 DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte no Setor de Tributação da Secretaria Municipal do Planejamento, Administração e Fazenda.

Maravilha, SC, 18 de agosto de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

#### ANEXO I

AO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº. 08/2017

#### LAUDOS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Avenida Entre Rios (trecho I - compreendido entre a Avenida Maravilha e a Rua Sagrada Família), Avenida Entre Rios (trecho II - compreendido entre a Rua Sagrada Família e divisa com a Avenida Marginal), Avenida Marginal (trecho I - compreendido entre a divisa com a Avenida Entre Rios e a Rua São Miguel) e Avenida Marginal (trecho II - compreendido entre a Rua São Miguel e a Rua João Antônio Zandoná).

Cadastro	Proprietário	Quadra	Lote	Valor venal territorial antes da obra pública (valor em R\$)
520908-0	COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE	-	-	594.000,00 *
849100-0	GENY FERREIRA	1	14	38.507,40
849200-0	LORECI JOHANN	1	15	36.601,20
813400-0	ALDAIR KESLER	7	14	71.710,20
813500-0	EDENIR TEIXEIRA	7	15	57.060,00
813600-0	GILSEO ZANINI	7	1	99.396,00
819700-0	MATEUS AUGUSTO SCHABARUM	8	10	96.015,60
813700-0	TEICOL TEIXEIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME	8	11	88.043,40
818900-0	VILMAR REINEHR	8	1	126.167,40
810700-0	JULIANA HELLER	1	3	87.742,20
468900-0	MITRA DIOCESANA DE CHAPECO	10	1	78.660,00
467200-0	VILCEMAR TEIXEIRA	9	P/2	55.440,00
467300-0	ENRIETE ZEILINGER TEIXEIRA	9	1	89.100,00
467401-0	VILCEMAR TEIXEIRA	9	34-A	62.020,80
467400-0	VOLMIR A. KNAK E LÚCIA H. KNAK	9	34-B	93.497,40
464000-0	IRACEMA SOARES	7	8	118.080,00
464100-0	JULIANE KLEMENT	7	7	81.000,00
464200-0	IMOBILIARIA FLORESTA LTDA	7	6	81.000,00
464300-0	LILIAN SCHWERZ	7	5	81.000,00
464400-0	ADAIR MACHADO	7	4	81.000,00
464500-0	ADAIR MACHADO	7	3	81.000,00
464600-0	ARNILDO THESING	7	2	78.300,00
462900-0	SIRLENE DE ABREU	7	1	81.900,00
458600-0	DARCILINO LAUFER	4	9-10	187.200,00
458700-0	ARI BOLFE	4	8	87.430,00
458800-0	MAXIMILIO PIZZI	4	7	89.880,00
458900-0	DARVIL ALBANI	4	6	92.820,00
459000-0	MIGUEL PAULO ASSMANN	4	5	95.200,00
459100-0	ARTUR ALBANI	4	4	97.020,00
459200-0	ALMA JOMMERTZ	4	3	99.400,00
459300-0	ROMEU FRANCISCO ROHENKOL	4	2	104.040,00

457200-0	ROMEU FRANCISCO ROHENKOL	4	1	114.066,90
455600-0	RAINOLDO MULLER	3	15	116.226,00
454200-0	ROQUE JOAO MARAFON	3	1	133.650,00
454100-0	NELI MARIA MARCON	2	1-A	70.092,00
454101-0	NELSON DA SILVA	2	1-B	70.092,00
453501-0	NEIDE VENDRAMINI	2	1-A	72.072,00
453500-0	GILMARI FATIMA BERTAMONI	2	2-B	75.834,00
452700-0	MARIA SUELI VENDRUSCULO	1	3	117.711,00
452800-0	AIRTO PROVENZI	1	4	115.192,00
452900-0	ADELINO MARQUES DE OLIVEIRA	1	5	73.920,00
453000-0	ARLEI NUNES CABRAL	1	6	68.530,00
453100-0	SAUL NUNES CABRAL	1	7	72.072,00
453200-0	ANTONIO FIORENTIN	1	P/8	31.166,52
453201-0	ADEMAR SCHUMANN	1	P/8	44.522,94
453300-0	ELEMAR SCHUMANN	1	9	84.942,00
453400-0	ALIDO JOSÉ KOCH	1	10	79.002,00
455900-0	VALDECIR ZANIVAN	5	3	77.770,00
456000-0	TELMIR JOSE ZANIVAN	5	4	83.160,00
456100-0	DARCILINO LAUFER	5	5	82.390,00
456200-0	BENO LUIZ TELEKEN	5	6/7	198.000,00
456300-0	MARLI APARECIDA DALBERTO ALBERTI	5	8	73.920,00
456400-0	VIVALDO DAENECKE	5	9	165.132,00
456500-0	LIRIO VIVIAN	5	10	94.644,00
459600-0	MARCIO AREZI	6	33/34	213.840,00
459800-0	EDEMAR EBERTZ	6	32	89.100,00
459900-0	VOLNEI CERBARO	6	31	89.100,00
460000-0	LEOCI IRIA RADDATZ KOCHHANN	6	30	89.100,00
460100-0	BENVINDO FRANDOLOSO	6	29	89.100,00
460200-0	DIONISIO PADILHA DOS SANTOS	6	28	89.100,00
460300-0	IRINEU EBERT	6	27	89.100,00
460400-0	PATRICIA MONICA DASSI	6	26	89.100,00
460500-0	TEREZA LURDES CRUZ	6	25	89.100,00
460600-0	JUVELINO PAULETTI	6	24	89.100,00
460700-0	WERNO WALDI WENZEL	6	23	89.100,00
460800-0	VITORINO CASSOL	6	22	89.100,00
460900-0	AGNES MARIA DRUMM DOS SANTOS	6	21	89.100,00
465200-0	ARGENOR JOSÉ HELLER	8	8	106.920,00
465300-0	ARGENOR JOSÉ HELLER	8	5	136.620,00
465400-0	GERALDO BIAZUSSI	8	4	128.502,00
810300-0	ALVINA TERESINHA BIAZUSSI	2	4	154.770,00
810400-0	JEFERSON CARLOS JANDREY	2	5	127.050,00
817200-0	VALENCIO DE MOURA	2	6	118.800,00
817300-0	CÉSAR FRANDOLOSO	2	7	118.800,00
810000-0	ROQUE GRANDO	1	6	94.002,48
816500-0	VANDERLEI PEDRO DASSI	1	7	89.100,00
814000-0	MARINES VIVIAN	1	8	89.100,00
810100-0	EVANDRO LUIZ E LEANDRO MAHLE	1	9	89.100,00
816400-0	ALFONSO BENEDITO SCHABARUM	1	10	89.100,00
814100-0	IVANIR GOTTARDO	1	11	89.100,00
816700-0	ARI BOLFE	1	12	89.100,00
810200-0	VITOR JOSE DURANTI	1	13	86.130,00
816800-0	ELIZEU CANOVA	1	14	81.383,94
816900-0	MULTI-ACO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	1	15	104.563,80
521018-0	FOLLE PRODUTOS SIDERURGICOS LTDA.	FR	13,14,15	534.600,00 *
890049-0	TAIVANE FRANKE	4	9	457.214,94

\* Consideradas somente as faixas de 30m da parte confrontante com a rua.

Rua João Antônio Zandoná (trecho compreendido entre a Avenida Marginal e a BR-282).

Cadastro	Proprietário	Quadra	Lote	Valor venal territorial antes da obra pública (valor em R\$)
5310800-0	NILVA JOSEFINA RADIN	6	15	79.463,48
5310900-0	NILVA JOSEFINA RADIN	6	16	61.343,10
5311000-0	NILVA JOSEFINA RADIN	6	17	71.150,63
5311100-0	NILVOR SANTO RIGONI	6	18	75.300,75
5311200-0	JULIÊ VANESSA DE SOUZA LIMA	6	19	53.776,80
5311300-0	KASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	6	20	52.571,93
Matr. 15.676	LUCIA RAMBO	-	-	330.750,00 *
Matr. 15.676	LUCIA RAMBO	-	-	472.500,00 *
452500-0	ANTONINHA DA SILVA	1	1	74.733,75
452600-0	ELIANE SCHLOSSER	1	2	69.930,00
452700-0	MARIA SUELI VENDRUSCULO	1	3	117.711,00

\* Consideradas somente as faixas de 30m da parte confrontante com a rua.

Avenida Presidente Vargas (trecho compreendido entre a Avenida Sul Brasil e Avenida Marginal).

Cadastro	Proprietário	Quadra	Lote	Valor venal territorial antes da obra pública (valor em R\$)
523700-0	GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	4	1	537.840,00 *
-	MUNICÍPIO DE MARAVILHA	3	1	389.934,00 *
330006-0	RUBERTO JORGE WERLANG	1	8	68.724,75
330007-0	RUBERTO JORGE WERLANG	1	7	69.919,20
330009-0	COLINA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	2	1	96.811,20
330008-0	COLINA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	2	2	100.571,60
454900-0	JACINTHO WEITZ	3	8	104.724,17
455000-0	OVIDIO GAUSMANN	3	9	99.948,60
455100-0	LENITA CASSANELLI ZANINI	3	10	103.982,40
455200-0	CELSON ZANINI	3	11	107.568,00
455300-0	VALMOR LEONARDO GIELOV	3	12	101.965,50
455400-0	MARTIN A GIELOW	3	13	100.845,00
455500-0	KASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	3	14	114.291,00
455600-0	RAINOLDO MULLER	3	15	131.546,70
457200-0	ROMEU FRANCISCO ROHENKOL	4	1	114.066,90
457300-0	ROMEO NILSSON	4	22	111.153,60
457400-0	ADEMAR BARON	4	21-A	80.676,00
457401-0	ARTUR ALBANI/DELICI MARIA ALBANI	4	21-B	80.676,00
457500-0	ARTUR ALBANI	4	20	125.496,00
523100-0	ILVO MAURI DREIFKE	1	1	108.128,25
523000-0	EVALDO ALBANO LAUER	1	2	115.691,63
522900-0	AGOSTINHO NEUMANN	1	3	117.652,50
522800-0	LOURDES MEZOMO BASSO	1	4	117.652,50
522700-0	NILTON BAIERLE	1	5	117.652,50
522600-0	REVILIO GOTTARDO	1	6	117.652,50
522500-0	VANDERLEI, SIRLEI E VOLNEI GRAMS	1	7	117.652,50
521400-0	LAUDELINO DA COSTA LEITE	2	1	117.652,50
521300-0	JOAO MARIA ALVES RAMOS	2	2	117.652,50
521200-0	AIRTON POTT	2	3	117.652,50
521100-0	VALTEMIR ANTONIO MACHADO	2	4	117.652,50
521101-0	IDENIR INÁCIO SECCHI	2	5	138.117,31

\* Consideradas somente as faixas de 30m da parte confrontante com a rua.

Rua 8 (trecho compreendido entre a Avenida Presidente Vargas e a Rua 13).

Cadastro	Proprietário	Quadra	Lote	Valor venal territorial antes da obra pública (valor em R\$)
478400-0	DARCI GOMES DE OLIVEIRA	18	7	121.500,00
478500-0	MELITA EBERTZ	18	8	78.750,00
478600-0	MARCIA SPANHOL	18	9	78.750,00
478700-0	NEODIR SPANHOL	18	10	78.750,00
477700-0	EDEMAR ANTONIO VANSO	18	11	86.905,00
475700-0	ARNILDO LANZ	19	2	101.077,20
475800-0	DORACY JOSE GONCALVES	19	3	74.025,00
476000-0	JOAO CARLOS RIEGER	19	4	80.325,00
476100-0	ALCIDES DAHMER	19	5	77.017,50
476200-0	NOELI KNOP	19	6	78.750,00
476300-0	VITORIO BORGES	19	7	121.500,00

Rua 9 (trecho compreendido entre a Avenida Presidente Vargas e a Rua 13).

Cadastro	Proprietário	Quadra	Lote	Valor venal territorial antes da obra pública (valor em R\$)
480900-0	VALDIR RHODEN	17	11	121.500,00
481000-0	PEDRO LOPES DUARTE	17	12	78.750,00
478800-0	AMÉLIA GATELLI	17	P/13	72.580,00
477801-0	LUIZ CARLOS DAHMER	18	1-B	57.300,00
477900-0	DARCY JOAO VERTMANN	18	2	78.750,00
478000-0	ARNILDO THESING	18	3	78.750,00
478100-0	JACIR PAULINHO LOPES DUARTE	18	4	121.500,00

Rua Victor Meirelles (trecho compreendido entre a Avenida Euclides da Cunha e a Rua Silvio Noronha).

Cadastro	Proprietário	Quadra	Lote	Valor venal territorial antes da obra pública (valor em R\$)
243200-0	RUDI OSMAR NERLING	48	9A	84.348,00
243201-0	HARRY EDGAR TRENEPOHL	48	9B	105.435,00
243300-0	HARRY EDGAR TRENEPOHL	48	10	186.971,40
243500-0	REINOLDO BERTOLDO KRUGER	48	11	186.971,40
243600-0	CLAUDIO ARNALDO SCHWERZ	48	P/12	71.695,80
241801-0	ATENOR WAZLAWIK	48	P/12-A	58.959,25
241800-0	ESPÓLIO DE CLAIRTON MORAIS	48	P/12-B	58.917,08
224000-0	ANTONIO ZAFFARI	43	26	80.514,00
224100-0	NILSON BUTZGE	43	27	127.927,80
224200-0	GISLENE G. DO COUTO FROZZA	43	28	127.927,80
224300-0	ROBERTO ELY	43	29	127.927,80
224400-0	CONSTRUTORA BRUMM LTDA	43	30-31	316.305,00
221500-0	MARLEI ZAPELINI	43	1	174.457,80
220201-0	BRUNO EDUARDO BEGROW	42	6	152.895,60
220300-0	ALCINDO TEDESCO	42	7	85.285,20
220400-0	HELMAR ROLLWAGEN	42	8	81.408,60
220500-0	ELSON DALL AGNOL	42	9	78.456,42
220600-0	AURI BRUCH	42	10	80.514,00
239600-0	VALDOMIRO WEIZEMANN	42-A	29	165.628,80
239800-0	SENO SCHAEGLER	42-A	49	127.927,80
239900-0	JAQUELINE ARCILDA KAER	42-A	48	127.927,80
240000-0	PAULO VALDOMIRO MACHADO	42-A	47	127.927,80
240100-0	SILVANA FREESE CARDOSO	42-A	46	127.927,80
240200-0	IVANIR BRAMBILLA OLIVA	42-A	45	127.927,80
240300-0	BENEDITO VASKEVICZ	42-A	44	80.514,00

Rua Eloi Luiz Dadan (trecho I - compreendido entre a Victor Meirelles e a Rua Balduino Gehn e trecho II - compreendido entre a Rua Balduino Gehn e a Rua São José).

Cadastro	Proprietário	Quadra	Lote	Valor venal territorial antes da obra pública (valor em R\$)
284101-0	ELLOS INCORPORADORA LTDA ME	53	A	147.922,74
284102-0	ELLOS INCORPORADORA LTDA ME	53	B	72.900,00
284103-0	ELLOS INCORPORADORA LTDA ME	53	C	111.992,63
284104-0	ELLOS INCORPORADORA LTDA ME	53	D	147.185,78
284105-0	ELLOS INCORPORADORA LTDA ME	53	E	66.150,00
284106-0	ELLOS INCORPORADORA LTDA ME	53	F	69.741,00
284107-0	ELLOS INCORPORADORA LTDA ME	53	G	70.875,00
284108-0	ELLOS INCORPORADORA LTDA ME	53	H	70.875,00
284109-0	ELLOS INCORPORADORA LTDA ME	53	I	70.875,00
284500-0	MARIA ISABEL LICKS MILANI	65	99	187.110,00 *
284600-0	MARIA ISABEL LICKS MILANI	65	100	187.110,00 *
285219-0	JOSE ANTONIO DOS SANTOS	66-A	J-2	24.300,00
285218-0	VALDIR ALVES RODRIGUES	66-A	J-3	24.300,00
285316-0	ELIANNI TEREZINHA SCHERER	66	106-I	24.300,00
285301-0	MUNICIPIO DE MARAVILHA	66	106-J1	24.300,00
285600-0	VALDECIR SILVEIRA MARTINS	80	1-A	40.500,00
285601-0	CELIO KAHER FEIL	80	1-B	40.500,00
225701-0	FRANCISCO MULLER E FÁTIMA SOARES	80	4-A	24.300,00
285702-0	LUSIMAR ROSA DA SILVA	80	4-B	24.300,00
-	SEVERINO LEMES CAMARGO	79	5	35.892,72
-	MUNICÍPIO DE MARAVILHA	79	4	19.107,09
-	FÁBIO MARCELO SCHELL	79	3	19.881,45
-	GERERSOU DOUGLAS FELIX	79	2	26.824,77
-	ADEMIR IANKE	79	1	29.581,20
281209-0	ALVELINO GONÇALVES MAIA	67-A	J-5	24.300,00
281200-0	ANTONIO VALDIR FERRAZ	67-A	89-A	24.300,00
280505-0	FERNANDO EMERSON GASS	64	84-J10	52.852,50
280200-0	MUNICIPIO DE MARAVILHA	64	79-84	283.500,00 *
279805-0	MARCIO LUIZ MATTE	54	78-F	29.932,74
279806-0	TEREZA GONÇALVES	54	78-GH	49.887,90
279808-0	DERCIO ROQUE HERMANN	54	78-I	40.380,53
280000-0	ALVINO THESING	54	77-A	58.320,00
280001-0	EVANDRO CARLOS MATTEI	54	77-B	58.320,00
280002-0	PEDRO BORTOLOZO	54	77-C	58.320,00
280003-0	NILVO THESSING	54	77-D	48.497,94
279400-0	DARCI FABRIS	44	72	442.323,00 *

\* Consideradas somente as faixas de 30m da parte confrontante com a rua.

Rua Palmitos (trecho I - compreendido entre a Rua Eloi Luiz Dadan e a Rua Prefeito Baldissera e trecho II - compreendido entre a Rua Prefeito Baldissera e a Rua Nidolfo Mattje).

Cadastro	Proprietário	Quadra	Lote	Valor venal territorial antes da obra pública (valor em R\$)
281200-0	ANTONIO VALDIR FERRAZ	67A	89-A	36.450,00
281201-0	SEBASTIANA DA OLIVEIRA	67A	89-B	36.450,00
281202-0	ERACI SELBOTH	67A	89-C	36.450,00
281203-0	WALDIR GASS	67A	89-D	36.450,00
281204-0	ANGELO VOLMIR BARBOSA	67A	89-E	36.450,00
281205-0	OMAR DE LEMES	67A	89-F	36.450,00
281206-0	ANTONIO BORTOLI / FRIDA BORTOLI	67A	89-G	36.450,00
281300-0	CELMAR LUIS DOS SANTOS	67A	87-A	36.450,00
281301-0	GERMARIA DE LURDES LIODADO DOS SANTOS	67A	87-B	36.450,00
281302-0	VALDIR ALVES RODRIGUES	67A	87-C	36.450,00
281303-0	IVETE DE JESUS PINTO CRESPIANI	67A	87-D	36.450,00
281304-0	LUIZ BIAZIN	67A	87-E	36.450,00



281305-0	ARLI AREND	67A	87-F	36.450,00
281306-0	VALMIR ALVES RODRIGUES	67A	87-G	36.450,00
281307-0	HILÁRIA MARIA DRUMM	67A	87-H	36.450,00
280800-0	RICARDO JOÃO BIANCHI	67A	85-A	36.450,00
280801-0	AFONSO CARDOSO	67A	85-B	36.450,00
280802-0	VERA LUCIA GELLER COCONCELLI	67A	85-C	36.450,00
280803-0	LAURI DE PAULA	67A	85-D	36.450,00
280804-0	TEREZINHA SALETE SLYS	67A	85-E	36.450,00
280805-0	TEREZINHA SALETE SLYS	67A	85-F	36.450,00
280806-0	MARIANA MAGALSKI DREHMER	67A	85-G	36.450,00
280807-0	IVANETE MÜLER	67A	85-H	36.450,00
280808-0	ELMAR ERCI JUSTEN	67A	85-I	36.450,00
274900-0	LOURDES SEBASTIANY	68	67-A	49.329,00
274901-0	ERNI ZORGETZ	68	67-B	44.043,75
274902-0	ROMEU CARLOS MOSSMANN	68	67-C	43.964,78
274903-0	NEIVA APARECIDA COMUNELLO	68	67-D	43.787,39
274904-0	GILMAR CRESTANI	68	67-E	43.964,78
274905-0	LEDIR FÁTIMA FELICHAK	68	67-F	44.043,75
274906-0	IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR	68	67-G	49.329,00
270921-0	BANCO BRADESCO S/A	69A	J10-D	36.450,00
270900-0	JOAO ALTAIR DE SOUZA	69A	A	36.450,00
270825-0	RUDI VANDERLEI DONHAUSER	69	J4	36.450,00
270800-0	JOÃO JOSÉ ZAMPIVA	69	J5	36.450,00
270416-0	NERVERSINDO MONTEIRO	51B	17	18.725,58
270511-0	MUNICÍPIO DE MARAVILHA	51B	12	36.085,50
270500-0	ALCINDO DA SILVA	51B	1	24.543,00
270613-0	MUNICÍPIO DE MARAVILHA	51B	13	51.759,00
270614-0	MARLI TEREZINHA CAMARGO	51B	14	28.066,50
270615-0	RENATA PINTO PONCIANO	51B	15	44.347,50
270600-0	COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO	51B	47-A	109.350,00
274802-0	UNIÃO SUL BRASILEIRA DA IGREJA ADVENTISTA DO 7º DIA	63	66C	56.497,50
274803-0	LEDIR FÁTIMA FELICHAK	63	66D	45.198,00
274804-0	JORGE LICKS, JACOB LICKS E MARIA I. L. MILANI	63	66E	45.198,00
274805-0	JORGE LICKS, JACOB LICKS E MARIA I. L. MILANI	63	66F	45.198,00
274806-0	JORGE LICKS, JACOB LICKS E MARIA I. L. MILANI	63	66G	45.198,00
274807-0	JORGE LICKS, JACOB LICKS E MARIA I. L. MILANI	63	66H	45.198,00
274808-0	JORGE LICKS, JACOB LICKS E MARIA I. L. MILANI	63	66I	56.497,50
280301-0	MUNICÍPIO DE MARAVILHA	64	80A	55.647,00
280302-0	MARIA DE LOURDES MARTINS	64	80B	49.207,50
280303-0	MARIZETE SLYS NERES	64	80C	49.207,50
280304-0	SADI PENA PEREIRA	64	80D	49.207,50
280305-0	LEONIR SILVERIO MULLER	64	80E	49.207,50
280306-0	JOÃO MARIA DA LUZ	64	80F	47.385,00
280401-0	IDACIR BERWENGER	64	82G	49.207,50
280402-0	ASTIR WEBER	64	82H	47.385,00
280403-0	OSVALDINO WINKI	64	82I	47.385,00
280404-0	LUCIANA DA SILVA	64	82-J2	47.385,00
280405-0	ALEXIANO DA SILVA CRESPIANI	64	82-J3	47.385,00
280406-0	JURACI DE PAULA SKIERZINSKI	64	82-J4	47.385,00
280407-0	PEDRO DOS SANTOS	64	82-J5	47.385,00
280501-0	ELVINA NIENOW	64	84-J6	47.385,00
280502-0	MARIA RABUSKE	64	84-J7	47.385,00
280503-0	PAULINHO DE OLIVEIRA	64	84-J8	47.385,00
280504-0	MARLIZE FREDRICH	64	84-J9	47.385,00
280505-0	FERNANDO EMERSON GASS	64	84-J10	52.852,50

Rua São José (trecho I - compreendido entre o Lajeado Natal e a Rua Arnaldo Graff, trecho II - compreendido entre a Rua Arnaldo Graff e a Rua Santa Bárbara e trecho III - compreendido entre a Rua Santa Bárbara e a Rua Eloi Luiz Dadan).

Cadastro	Proprietário	Quadra	Lote	Valor venal territorial antes da obra pública (valor em R\$)
282200-0	TERESINHA LUCI SEIBERT	81	12-A1	27.000,00
282202-0	MARCOS FERREIRA DE SALLES	81	12-A2	27.000,00
282201-0	CARMES MARIA TECCHIO	81	12-B	36.000,00
282300-0	IVANOR JACI MACHADO	81	11	122.220,00
282400-0	ADELAR IANKE	81	96-A	28.800,00
282401-0	CIRINITA BRUCH/FATIMA A. BUENO	81	96-B	28.800,00
282402-0	DEONILDO JAIRO GLIENKE	81	96-C	28.800,00
282403-0	SÉRGIO BRUCH	81	96-D	75.600,00
282404-0	SÉRGIO BRUCH	81	96-E	63.900,00
282405-0	PEDRO VALDESIR RIPPLINGER	81	96-F	28.800,00
282406-0	JOÃO PEDRO NUNES	81	96-G	28.800,00
282500-0	LUIZ WALCZACKI	81	95-AB	87.075,00
282502-0	ADEMAR CEZAR WANSCHER	81	95-C	70.875,00
282503-0	ERENITA DE FÁTIMA LIMA	81	95-D	75.150,00
282504-0	PEDRO BERTOLO	81	95-E	79.200,00
282601-0	LUIZ GNOATTO	81	94-A	27.660,60
282602-0	CASSIANO PINTO	81	94-B	28.080,00
282603-0	LEOMAR BORDIGNON	81	94-C	28.080,00
282604-0	LUIZ GNOATTO	81	94-F	28.080,00
271500-0	MARIA KVIATKOSKI	82	58-A	64.800,00
275101-0	JULIANA FISCHER DE MATTOS	82	58-B	54.000,00
278702-0	BRUNO SELMO GRAEFF	82	58-C	53.064,00
282303-0	MARIA RABUSKE	82	58-D	53.064,00
271606-0	ELIONAI MACHADO DE SOUZA	82	57-F	31.392,00
271605-0	MARIA SALETE LEIDA	82	57-E	31.392,00
271604-0	ROSANI ALBINA LEIDA	82	57-D	31.392,00
271603-0	MARIA SALETE LEIDA	82	57-C	31.392,00
271602-0	MARIA SEVERINA DA SILVA	82	57-B	36.964,08
271601-0	VERA LÚCIA LEIDA	82	57-A	107.730,00
271700-0	GILMAR ZANATTA	82	56	162.000,00 *
271800-0	FRANCISCO DOS SANTOS	82	55-A	55.080,00
271801-0	JORGE SCHWERZ	82	55-B	53.208,00
271802-0	MARLI ALVES E IGOR KAUE CELSO	82	55-C	35.100,00
271803-0	CLAUDIO JOSE HANAUER	82	55-D	36.270,00
260206-0	ANILDO HERPICH	83	P35-F	58.185,00
260207-0	ANILDO HERPICH	83	P35-G	57.375,00
260208-0	ANILDO HERPICH	83	P35-H	57.375,00
260209-0	ANILDO HERPICH	83	P35-I	58.205,25
260306-0	LURDES DE SOUZA	83	P34-A	33.750,00
260300-0	IRINEU ROQUE SOUZA LEITE	83A	P34-A	39.150,00
260404-0	VALDECIR FASSBINDER	83A	P33-J	33.750,00
260400-0	IVAN CARLOS DE LEMES	83B	P33-A	38.475,00
246300-0	ONIRDO ANTONIO GONCALVES	84	P7-A	143.119,44
246301-0	MARIA NOELI ROLLWAGEN	84	P7-B	44.550,00
246302-0	ROSELI HERPICH	84	P7-C	44.550,00
246303-0	VALDIR VIEIRA	84	P7-D	44.550,00
246304-0	HUGO ALFREDO MULLER	84	P7-E	166.580,28
246403-0	GILVANO ANTONIO GONCALVES	84	P6-D1	102.904,43
246404-0	FLORACI SCHUMANN MATTE	84	P6-D2	67.500,00
246405-0	ROSELI HERPICH	84	P6-D3	67.500,00
246402-0	REINALDO ALFREDO LANZ	84	P6-A1	90.720,00
235000-0	VILMAR DEBASTIANI	85	A	40.513,50
235001-0	VILMAR DEBASTIANI	85	B	40.513,50
235200-0	JOÃO ELEMAR SCHABARUM	85	P/QD	153.900,00 *
235400-0	ARTEMIO BONA	85	P/QD	627.750,00 *
230400-0	VITOR DEBASTIANI	75	14/15	301.526,55

230500-0	PATRICIA DANIELA DEBASTIANI	75	A	94.608,00
230600-0	SAMOEL VOITEROSKI/TAINA CRISTINA BONA	75	A-2	54.810,00
230601-0	AUDILAR BONA	75	B-2	148.770,00
234810-0	IDANIS DE VILLA	75-A	P3-F	55.282,50
234806-0	ANILDO ALVES DE QUADROS	75-A	P3-G	56.700,00
234800-0	CLAIR CECILIA ROHDEN	75-A	P3-A	59.400,00
246104-0	ADRIANA VICTOVSOSKI	76	4-E	56.700,00
246105-0	ARI GUEDES DA SILVA	76	4-F	56.700,00
246106-0	MARISA TERESINHA PAULINI	76	4-G	56.700,00
246107-0	IRIDES SANTINA JUNG	76	4-H	56.700,00
246210-0	MARIA LUIZA BANASESKI	76	5-J	39.690,00
246211-0	MOACIR R. FERRAZ	76	5-L	39.690,00
246212-0	JARDELINO GASPAR / ILDO KLEMMENN	76	5-M	41.580,00
246213-0	GILMAR VERISSIMO	76	5-N	37.125,00
246214-0	ALFREDO PETRY	76	5-O	37.125,00
246200-0	IGOR VINICIOS WINCH E IAGO FELIPE WINCH	76	5-A	40.500,00
259906-0	IRONILDE DE MELO	77-A	30-G	51.941,25
259907-0	ESPÓLIO DE JOÃO BATISTA A. DE OLIVEIRA	77-A	30-H	51.941,25
259908-0	ALZIRA HAUFF	77-A	30-I	51.941,25
259909-0	JOAO PAULO RIPPLINGER	77-A	30-J	63.787,50
259910-0	PAULO CESAR PITON	77-A	30-L	63.787,50
260000-0	SADI JOSÉ TONELLO	77-A	P31-A	39.150,00
260013-0	EDUARTE DE SOUZA	77	P31-A	38.812,50
260105-0	ROSANGELA F. MANFRIN	77	P32-F	46.777,50
260106-0	ANDRE LUIZ WOLFF	77	P32-G	46.777,50
260107-0	SADI ADÃO TEODORO	77	P32-H	46.777,50
260108-0	MIGUEL BERTHOLDO BRIXNER	77	P32-I	46.777,50
260109-0	ANILDO HERPICH	77	P32-J	104.125,50
271306-0	ANILDO HERPICH	78-A	52-G	27.000,00
271207-0	LOURENCO ESTANISLAU SCHNEIDER	78-A	52-H	27.000,00
271220-0	SALETE CARBOLIM FERREIRA	78	53-G	27.000,00
271303-0	MUNICÍPIO DE MARAVILHA	78	53-D	136.080,00
271304-0	SEBASTIÃO ALVES	78	53-E	31.500,00
271401-0	VALDIR RODRIGUES FRANÇA	78	54-B	31.500,00
271402-0	MARLENE DE FÁTIMA AMADO	78	54-C	31.500,00
271403-0	RAUL FERRAZ CORREA	78	54-D	31.500,00
271404-0	RAIMUNDO LUCHINI	78	54-E	31.500,00
271405-0	ARSEMILDO ANTÔNIO KISTENMACHER	78	54-F	31.500,00
271406-0	RITA DE CASSIA CRUZ SILVA	78	54-G	31.500,00
271407-0	ROSIMAR ALDAIR KOPSEL	78	54-H	31.500,00
271408-0	IVOLÉRIO DO NASCIMENTO	78	54-I	31.500,00
281508-0	RUI EDUARDO BEHLING	79	91-I	31.500,00
281509-0	ALCINO GASS	79	91-J	31.500,00
281510-0	LUIS CARLOS CARVALHO	79	91-L	31.500,00
281511-0	JOSÉ RODRIGUES	79	91-M	31.500,00
281512-0	NELSON FISCHER DE MATTOS	79	91-N	31.500,00
281513-0	MARIA GENECI DE CAMPOS	79	91-O	31.500,00
281514-0	CLODOMIRO ALVES LIMA	79	91-PQ	56.700,00
281608-0	LUCIA MULLER LANG	79	92-I	31.500,00
281609-0	NELSI JOÃO ALVES DOS SANTOS	79	92-J	31.500,00
281610-0	CARLOS CESAR RUKHABER	79	92-L	31.500,00
281611-0	PEDRO LUIZ GIEHL	79	92-M	31.500,00
281612-0	EDILSE PONCIO DOS SANTOS	79	92-N	31.500,00
281613-0	ROGERIO DREHMER E MARIANA MAGALSKI	79	92-O	31.500,00
281614-0	JANICE LINDEMANN HERMANN	79	92-P	31.500,00
281615-0	ADEMAR CEZAR WANSCHER	79	92-Q	31.500,00
-	ADELAR IANKE	79	10	41.056,47
-	MARIA ILSE ROSA	79	9	32.090,40
-	DARCISIO PAXECO	79	8	32.584,50

-	MARIA EVA ALVES	79	7	31.546,80
-	VANDERLEI WEBER	79	6	29.750,40
-	SEVERINO LEMES CAMARGO	79	5	35.892,72

\* Consideradas somente as faixas de 30m da parte confrontante com a rua.

### EXTRATO ABERTURA PROPOSTAS CP N. 002/17

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 084/2017 – Modalidade de Concorrência Pública n. 002/2017.

Data. Sessão Pública. Julgamento. Propostas.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, a relação de empresas habilitadas para a próxima fase do certame. HABILITADOS: Chama Lux, Pgm Indústria de Móveis, Ch Indústria e Comércio e Rino Indústria de Equipamentos Agrícolas. INABILITADOS: Esquadrias Cetegras Ltda, Rd Indústria de Móveis e Anderson Luis Backes, e que no dia 25/08/2017, com início às 8h e 30 min, será realizada a abertura e julgamento das propostas das empresas habilitadas. Qualquer informação poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7:30 às 11:30 e das 13 às 17 horas. Maravilha - SC, 22 de agosto de 2017. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

### EXTRATO CONTRATO N. 114/17

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 114/2017. Partes: Município de Maravilha – SC e PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA Objeto: sistema de alarme, com monitoramento 24horas, para as unidades de Saúde no Bairro Estrela e Nosso Sonho. Vigência: 12 meses. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 21/08/2017. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Carlinho Buratto pela Contratada.

### Lei Complementar nº 111/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 111, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Altera a Lei Complementar nº 93/2016, que dispõe sobre normas relativas às edificações do Município de Maravilha/SC - Código de Obras e Edificações e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica alterada a Tabela IV – Habitações Populares do art. 129, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

#### TABELA IV – HABITAÇÕES POPULARES

PARÂMETROS MÍNIMOS							
COMPARTIMENTO	ÁREA (M²)	CÍRCULO INSCRITO (M)	PÉ DIREITO (M)	PORTAS H=2,10m (M)	VÃO DE ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO (ÁREA)	REVEST. PISOS E PAREDES	CONDIÇÕES ESPECÍFICAS
COMPARTIMENTOS DE UTILIZAÇÃO PROLONGADA							
DORMITÓRIO	7,00	2,40	2,50	0,80	1/6	IDEAL AO USO	5
ESTAR / JANTAR	9,00	2,40	2,50	0,80	1/6	IDEAL AO USO	4
COMPARTIMENTOS DE UTILIZAÇÃO TRANSITÓRIA							
COZINHA	5,00	1,80	2,40	0,80	1/8	L.R.I.L	1 – 2 – 4
SANITÁRIO	3,00	1,30	2,30	0,80	1/10	L.R.I.L	1 – 3 – 4
ÁREA DE SERVIÇO	2,00	1,20	2,40	0,80	1/10	L.R.I.L	1
OBSERVAÇÕES: - L.R.I.L = Lavável, Resistente, Impermeável e Liso.							
- A área de serviço poderá ser externa desde comporte, no mínimo, um tanque e uma máquina de lavar roupas.							
- Observar Art. 94 da presente Lei Complementar, quando os vãos de iluminação e/ou ventilação se efetivarem por vão localizados em áreas cobertas.							
CONDIÇÕES ESPECÍFICAS: 1- Altura mínima de revestimento igual a 1,50m.							
2- Vedada a comunicação direta com dormitórios.							
3- Vedada a comunicação direta com copa e cozinha.							
4- [Revogado].							
5- Circulação mínima entre as camas igual a 0,80m; demais circulações (entre móveis e/ou paredes) de 0,50m.							

Art. 2º As despesas decorrentes das aplicações desta Lei serão consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o art. 26 da Lei Complementar nº 107, de 7 de julho de 2017.

Maravilha - SC, 22 de agosto de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Lei nº 4.021/2017**

LEI Nº 4.021, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre contribuição financeira para o Centro de Tradições Gaúchas Juca Ruivo de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar, em forma de contribuição financeira, o valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), para o Centro de Tradições Gaúchas Juca Ruivo, inscrito no CNPJ sob o nº 75.313.445/0001-20, localizado na BR 282, Km 604, neste Município.

Parágrafo único. O repasse de que trata este artigo será realizado em 5 (cinco) parcelas a partir da aprovação da presente Lei, conforme cronograma.

Art. 2º O valor a título de contribuição financeira tem por objetivo auxiliar a Entidade na realização do Projeto Apoio à Educação Continuada de Crianças e Adolescentes do CTG Juca Ruivo.

Art. 3º O repasse dos valores será realizado nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e através do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA.

Art. 4º A Entidade deverá prestar contas dos recursos concedidos, conforme o Art. 43, § 4º, e demais disposições da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

Art. 5º Fica a beneficiária proibida de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

Art. 6º A não comprovação da aplicação dos recursos recebidos, conforme o objeto constante do plano de trabalho, e/ou caso a prestação de contas não for aprovada pelo órgão fiscalizador, a Entidade deverá, obrigatoriamente, efetuar a devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação ao Município de Maravilha/SC.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei serão consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Maravilha - SC, 22 de agosto de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Lei nº 4.022/2017**

LEI Nº 4.022, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre contribuição financeira para o Grupo de Estudos e Apoio a Adoção de Maravilha/SC – GEAMA e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar, em forma de contribuição financeira, o valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), para o Grupo de Estudos e Apoio a Adoção de Maravilha/SC – GEAMA, inscrito no CNPJ sob o nº 25.060.959-0001-43, localizado na Rua Santos Dumont, 137, Centro, neste Município.

Parágrafo único. O repasse de que trata este artigo será realizado em parcela única no mês de agosto de 2017.

Art. 2º O valor a título de contribuição financeira tem por objetivo auxiliar a Entidade no desenvolvimento de atividades continuadas em prol de uma nova cultura da adoção.

Art. 3º O repasse dos valores será realizado nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e através do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA.

Art. 4º A Entidade deverá prestar contas dos recursos concedidos, conforme o Art. 43, § 4º, e demais disposições da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

Art. 5º Fica a beneficiária proibida de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

Art. 6º A não comprovação da aplicação dos recursos recebidos, conforme o objeto constante do plano de trabalho, e/ou caso a prestação de contas não for aprovada pelo órgão fiscalizador, a Entidade deverá, obrigatoriamente, efetuar a devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação ao Município de Maravilha/SC.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei serão consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Maravilha - SC, 22 de agosto de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda



# Massaranduba

## PREFEITURA

**DECRETO Nº. 3463 DE 01 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº. 3463 DE 01 DE AGOSTO DE 2017

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1784 de 02 de Dezembro de 2016, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 473,14 (Quatrocentos e Setenta e Três Reais e Quatorze Centavos), conforme programa e verba abaixo discriminado:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2041 – Administração da Secretaria de Educação

0501 – 33390000 – Aplicações Diretas

0501 – 10000 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 473,14

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado decorrerá da anulação no valor de R\$ 473,14 (Quatrocentos e Setenta e Três Reais e Quatorze Centavos), do programa e verba abaixo discriminado:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2041 – Administração da Secretaria de Educação

0501 – 34490000 – Aplicações Diretas

0501 – 10000 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 473,14

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 10 DE AGOSTO DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

**PROCESSO LICITATÓRIO 12.2017 PP 08.2017 - SERVIÇO DE CARRO DE SOM E GRAVAÇÕES**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CARRO DE SOM, INCLUINDO GRAVAÇÃO DE ANÚNCIOS PARA DIVULGAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC). CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 04/09/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 13h45min do dia 04/09/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 21 de agosto de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

**REVOGAÇÃO ATOS INEXIGIBILIDADE - PROCESSO LICITATÓRIO 117/2017**

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 117/2017

Modalidade Inexigibilidade n.º 17/2017

**JUSTIFICATIVA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

Trata-se de justificativa de Revogação pertinente ao PROCESSO n.º 117/2017 – Inexigibilidade n.º 17/2017, cujo objeto é a aquisição de Conjunto de Rolamento de Giro (rala).

O Secretário de Obras, Sr. Pedrinho Osmar Spezia, neste ato vem apresentar suas considerações para a revogação do Processo Licitatório em epígrafe, pelos motivos abaixo expostos:

**DO OBJETO**

Trata-se de revogação do procedimento licitatório na modalidade inexigibilidade de licitação, que teve como objeto a aquisição de conjunto de rolamento de giro (rala), no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), adquirida na empresa Shark Máquinas Para Construção, CNPJ n.º 06.224.121/0002-84, cuja empresa possui exclusividade para adquirir as peças originais da máquina Escavadeira Hidráulica New Holland.

**DA SÍNTESE DOS FATOS**

Preliminarmente, cabe destacar que o Processo Licitatório em questão teve todos seus atos devidamente publicados, ocorreu em perfeita sintonia com os ditames legais.

A aquisição da peça se deu em 04/08/2017, conforme Nota Fiscal 4312/2017.

Ocorre que, na data de hoje, a empresa Shark informou que foi constatada que a peça adquirida não é a peça correta para a efetiva resolução do problema da Escavadeira New Holland.

Dessa forma, em contato com a empresa Shark, a mesma informou

que a peça correta a ser adquirida é diferente da cotada no presente procedimento de inexigibilidade.

Dessa forma, faz-se necessária a revogação do presente procedimento, a fim de que seja estornado o valor pago de R\$ 30.000,00 para os cofres públicos, e seja adquirida nova e correta peça para resolução do problema.

#### DAS RAZÕES DA REVOGAÇÃO

Quanto às razões que ensejaram a presente Revogação, é plenamente justificável em razão de fato superveniente trazido pela empresa Shark.

Dessa forma, oportuno se faz constar a necessidade real de adequação do termo de referência.

Sendo assim, evidencia-se a necessidade de revogar o presente processo de inexigibilidade.

#### DA FUNDAMENTAÇÃO

Cabe ressaltar que a Revogação de uma licitação não decorre da existência de vício ou defeito no processo, mas sim diante da conveniência e da oportunidade administrativa e por motivo de relevante interesse público.

Neste contexto, destacam-se as palavras do professor:

Na revogação, o desfazimento do ato administrativo não decorre de vício ou defeito. Aliás, muito pelo contrário. Somente se alude à revogação se o ato for válido e perfeito: se defeituoso, a Administração deverá efetivar sua anulação. A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse sob tutela do Estado... Após praticado o ato, a Administração verifica que o interesse coletivo ou supra-individual poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior. A isso denomina-se revogação. (Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 12ª edição, São Paulo, 2008, pág. 614/616).

O ato de revogação de um processo de licitação deve fundamentar-se no que dispõe o art. 49 da Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 e demais alterações posteriores que prevê o que segue:

Art. 49 - A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Desta forma, ante ao e-mail apresentado pela empresa Shark Máquinas, mostra-se necessária a revogação do presente, a fim de garantir os fins a que se destina o processo licitatório, ou seja, garantir a vantagem para a administração.

Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal, sumulou o entendimento a respeito, senão vejamos o enunciado da súmula nº 473:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

#### DA DECISÃO

Ante ao exposto, e destacando que foram obedecidos todos os pressupostos para a Revogação do presente processo licitatório e para salvaguardar os interesses da Administração, recomenda-se a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório em epígrafe, pelos motivos de fato e de direito supramencionados, consubstanciando-se nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

Desse modo, diante de toda contextualização fática e documental com base naquilo que foi verificado, para salvaguardar os interesses da Administração, submeto a presente justificativa para análise da autoridade superior para apreciação e posterior ratificação.

Massaranduba, 22 de agosto de 2017.

PEDRINHO OSMAR SPEZIA

Secretário de Obras

Gabinete do Prefeito

Assunto: Revogação de processo de inexigibilidade

#### DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

Acolho o Parecer Jurídico e RATIFICO o documento de revogação subscrito pelo Presidente da Comissão de Licitação e declaro REVOGADO o Processo Licitatório n.º 117/2017 – Inexigibilidade 17/2017 por razões de interesse público, pautado nos motivos supervenientes retro citados, com fulcro do artigo 49, caput, lei nº 8.666/93 e Súmula 473 do STF.

Encaminhe-se os autos ao Setor de Obras para que, caso persista o interesse pelo objeto a ser contratado, apresente novo termo de referência a fim de que seja instaurado novo procedimento, com estrita observância da legislação vigente e das cautelas de praxe.

Comunique-se o Setor de Licitações e Contratos para tomar as providências cabíveis de estorno da Ordem de Compra, quando houver a devolução do valor já pago de R\$ 30.000,00.

Publique-se e intímese.

Massaranduba, 22 de agosto de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal de Massaranduba

# Meleiro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 075-2017 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AS

DECRETO n.º 075/2017

ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.732/2016, de 26 de Outubro de 2016.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), a ser distribuído na seguinte conta:

12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
1201.08.244.2061 – Manut. Dos Programas de Proteção Social Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas (222)	R\$ 70.000,00
Total .....	R\$ 70.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
1201.08.244.2061 – Manut. Dos Programas de Proteção Social Básica	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas (221)	R\$ 70.000,00
Total .....	R\$ 70.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 03 de Agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secret. Adm. e Finanças.

### EXTRATO ADITIVO Nº 001-2017 AO CONTRATO Nº 006-2017

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2017 (Supressão de valor)

Contrato nº. 006/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (Óleo diesel S500 e Óleo

diesel S10), PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2017  
Data da assinatura: 21 de Julho de 2017

### EXTRATO ADITIVO Nº 002-2017 AO CONTRATO Nº 006-2017

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 002/2017 (Acréscimo)

Contrato nº. 006/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (Óleo diesel S500 e Óleo diesel S10), PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2017

Valor: R\$ 38.972,36

Data da assinatura: 01 de Agosto de 2017

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 065-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 065/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 05/09/2017 às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 065/2017, objetivando a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO COMBINADO (CILINDRO COMPACTADOR DIANTEIRO E PNEU PARA ASFALTO TRASEIRO), conforme Termo de Referencia do Anexo I deste Edital.

A integra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através da disponibilização no site do município [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br).

Meleiro/SC, 22 de agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 066-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 066/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 06/09/2017 às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 066/2017, objetivando a AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) PAVIMENTADORA DE ASFALTO PARA DISTRIBUIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA, NOVA conforme Termo de Referencia do Anexo I deste Edital.

A integra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na

Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através da disponibilização no site do município [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br).

Meleiro/SC, 22 de agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº274-2017**

PORTARIA n.º 274/2017

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

#### **CONCEDER**

Art. 1.º Licença saúde à servidora AMARFELINA MOTA DA BOIT, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 22/08/2017.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretaria de Administração e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### **ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO P.L. Nº 1296-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 052-2017 SERVIÇOS DE ARBITRAGEM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Alteração de data de entrega e abertura dos envelopes

Processo Licitatório nº: 1296/2017

Modalidade: Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 052/2017

Tipo: Menor preço - Unitário por Item

O pregoeiro do Município de Modelo/SC comunica que alterou a data de entrega e abertura dos envelopes, conforme segue:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, EXECUTADO NOS CAMPEONATOS E TORNEIOS MUNICIPAIS URBANOS E RURAIS, COMPREENDENDO FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SUÍÇO, FUTEBOL DE SALÃO E VOLEIBOL, ATUANDO JUNTAMENTE COM O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Considerando que foi retirado a exigência contida no item 10.1.12 - Prova de Registro da empresa no Conselho Regional de Educação Física (CREF), a qual trará mais competitividade a disputa.

Considerando que esta alteração pode modificar a formulação das propostas.

Fica alterada a data e horário conforme abaixo:

Entrega dos Envelopes será até às 08:15 horas do dia 05 de setembro de 2017

Abertura dos Envelopes ocorrerá às 08:30 horas do dia 05 de setembro de 2017.

O edital e seus anexos estão disponíveis no site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br).

Pedidos de esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados, por escrito, ao Departamento de Licitações do Município de Modelo, na Rua do Comércio, 1.304, Centro, Modelo/SC, ou através do e-mail [licitacao@modelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@modelo.sc.gov.br).

Modelo/SC 22 de agosto de 2017.

EDER SCHLOSSER DA SILVA

Pregoeiro

### **ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO P.L. Nº 1322-2017 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 004-2017 PLATAFORMA DE LEILÕES**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

Errata ao Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº: 1322/2017

Modalidade: Tomada de Preços nº 004/2017

Tipo: Menor preço - Global

O prefeito de Modelo informa que alterou a data de entrega dos envelopes deste processo licitatório, conforme segue:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS ELETRÔNICOS E PRESENCIAIS, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 14 de setembro de 2017.

Abertura dos Envelopes de habilitação: 08:30 horas do dia 14 de setembro de 2017.

O edital e seus anexos estão disponíveis no site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br).

Pedidos de esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados, por escrito, ao Departamento de Licitações do Município de Modelo, na Rua do Comércio, 1.304, Centro, Modelo/SC, ou através do e-mail [licitacao@modelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@modelo.sc.gov.br).

Modelo/SC 22 de agosto de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO

**PORTARIA Nº 0111/2017**

PORTARIA Nº 111/2017 DE 26 DE JULHO DE 2017

DEFINE LIMITES DE VALOR NA UTILIZAÇÃO PELO REGIME DE ADIANTAMENTO, ATRAVÉS DE CARTÃO DE PAGAMENTO DE DESPESAS DO GOVERNO MUNICIPAL – CPGM, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDECIR ANTONIO BOLIS, Prefeito Municipal de Modelo SC, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições legais, em especial, considerando as disposições da Lei Federal 4.320/64, a Lei Municipal 1.144/1993 de 05.11.1993, Decreto Municipal n.119/2017 e demais disposições legais,

Resolve:

Art. 1º - Fica estabelecido o valor/limite para UTILIZAÇÃO NOPAGAMENTO DE DESPESAS PROCESSADAS PELO REGIME DE ADIANTAMENTO, ATRAVÉS DE CARTÃO DE PAGAMENTO DE DESPESAS DO GOVERNO MUNICIPAL – CPGM, DOS SERVIDORES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, CNPJ 11.511.815/0001-18, devendo ser observadas as disposições para o adiantamento, conforme especifica:

Nome Servidor	CPF	Cargo	Valor /Limite
Gelson Simon	052.772.239-16	Motorista com designação para desempenho das atribuições no Departamento Municipal de Saude	1.000,00
Gleison Donida	055.022.359-20	Motorista com designação para desempenho das atribuições no Departamento Municipal de Saude	1.000,00
Eri Evaldo Simão	250.053.919-91	Motorista com designação para desempenho das atribuições no Departamento Municipal de Saude	1.000,00
Mauricio Rauber	038.868.859-92	Motorista com designação para desempenho das atribuições no Departamento Municipal de Saude	1.000,00
Gilson Hister	075.125.099-60	Motorista com designação para desempenho das atribuições no Departamento Municipal de Saude	1.000,00

Art. 2º - Se ocorrer a necessidade de aprovação de valor a maior do estabelecido, deverá ser solicitado previamente, pelo Diretor Municipal de Saude, devidamente justificado, para autorização através de Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito Municipal de Modelo SC aos 26 de julho de 2017

ALDECIR ANTONIO BOLIS – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA



# Monte Castelo

## PREFEITURA

### **PREGAO PRESENCIAL 040/2017**

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO LICITAÇÃO

Modalidade Pregão Presencial nº 040/17

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS 0KM, ANO/MODELO 2017 , conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I, e demais anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 15h00min horas do dia 23/08/2017 às 08h30min horas do dia 04/09/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h00min do dia 04/09/2017.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br), link licitacoes.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo-SC, 23 de Agosto de 2017.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### REGISTRO DE PREÇOS 015/2017

Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 015/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA PROJETO DE YOGA NO NASF, conforme anexo I. Data: 04/09/2017 as 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

### REGISTRO DE PREÇOS 017/2017

Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 017/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS, complementar conforme anexo I. Data: 06/09/2017 as 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

### REGISTRO DE PREÇOS 086/2017

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 086/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE REATOR VAPOR METÁLICO SODIO 70W, conforme anexo I. Data: 05/09/2017 as 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

# Morro Grande

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - CONVITE 8-2017 - PMMG

PREFEITURA DE MORRO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO - CONVITE Nº 8/2017

A PREFEITURA DE MORRO GRANDE, localizada a Rua Irmãos Biff, nº 50, CEP 88.925-000, Centro, Morro Grande/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo publicado o Edital de Convite nº 8/2017, cujo objetivo é a CONTRATAÇÃO DE OBRA DE RECUPERAÇÃO DA QUADRA COBERTA DE ESPORTES DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DÁRIO CREPALDI. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preço serão recebidos até às 09h00min do dia 06/09/2017, com abertura no mesmo dia às 09h10min, junto ao Setor de Licitações desta prefeitura. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço supracitado, das 07h45min às 11h45min e das 13h00min às 17h00min. Maiores informações estarão disponíveis os telefones (0xx48) 3544-0015/3544-0016 ou pelo e-mail [licita@morrogrande.sc.gov.br](mailto:licita@morrogrande.sc.gov.br). Valdionir Rocha - Prefeito Municipal.

### LEI 894-2017

LEI Nº 894/2017.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

#### SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Morro Grande, para o exercício de 2018, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I- as metas fiscais;

II- as prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2018 extraídas do Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021;

III- a estrutura dos orçamentos;

IV- as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V- as disposições sobre dívida pública municipal;

VI- as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII- as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII- as disposições gerais.

#### SEÇÃO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública, quando aplicáveis, para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos ANEXOS, que são parte integrante da presente lei, o qual conterà:

I- Metodologia e memória de cálculo das metas fiscais das receitas;

II- Demonstrativo da memória de cálculo das metas fiscais de despesa;

III- Demonstrativo das metas físicas e fiscais por ações;

IV- Demonstrativo de origem e destinação dos recursos previstos para 2018;

V- Receitas e despesas por fontes de recursos;

VI- Discriminação das receitas;

VII – Discriminação das despesas;

VIII – Metas para Resultado Primário;

IX – Metas para o Resultado Nominal;

X – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida.

#### SEÇÃO III DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2018

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas em audiência pública e/ou por determinação legal demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas nos Anexos do artigo 2º, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

#### SEÇÃO IV DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações,

limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no desmembramento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - receita não financeira, receita total do exercício, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito, de alienação de ativos, de aplicações no mercado financeiro e de amortização de empréstimos, quando existentes;

IX - despesa não financeira, despesa total do exercício, excluídas as provenientes de juros e amortização da dívida, reserva de contingência, concessão de empréstimos e aquisição de títulos de capital já integralizado.

X - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XI - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XII - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento (destinação de recursos) na forma da Portaria STN nº 303/2005 e alterações posteriores.

§2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por programas e operações especiais instituídos pela Administração Municipal.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e Autarquia, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

§ 1º O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento do disposto no artigo 100 da Constituição Federal e demais normas do Tribunal de Justiça.

§ 2º O Orçamento Municipal somente incluirá dotação para pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa,

projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com os anexos da Lei 4.320 e demais normas vigente.

I- Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II- Receita por Categoria Econômica;

III- Natureza da Despesa por Categorias Econômicas;

IV- Funções e Sub-funções de Governo;

V- Programa de Trabalho do Governo;

VI- Programa de Trabalho do Governo (consolidação);

VII- Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções e Programas Conforme Vinculo;

VIII- Demonstrativo da despesa por órgãos e funções.

§1º O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§3º O Quadro Demonstrativo da Despesa, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada programa e operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal.

#### SEÇÃO V DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 9º Os Orçamentos para o exercício de 2018 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos.

Art. 10 Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora central e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas.

Parágrafo único - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados servidores municipais, e sua contabilidade será executada como unidade Administrativa dentro do Orçamento do Município com exceção do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 12 Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I- Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II- Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III- Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e,

IV- Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14 Constituem riscos fiscais aqueles capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município.

§1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2016, que serão remanejados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 15 Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001 e demonstrativo de riscos fiscais.

§1º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 31 de outubro de 2018, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 16 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 17 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando

nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 18 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens, convênios e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido, através de assinatura de Termo de Convênio, o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 19 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, constantes nos Anexos desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 20 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e financeira voltadas para o fortalecimento do associativismo e cooperativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§ 1º Nas transferências de recursos, parcerias com o setor privado e outras modalidades análogas serão observados, no que couber, as disposições da Lei Federal 13.019/2014.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, ou até 10 de dezembro do exercício, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 21 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I e II do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 22 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 23 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 24 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão



orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 25 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001, consolidada.

Parágrafo único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários da mesma fonte, de uma dotação para outra, dentro do mesmo Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Ato do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 26 Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 e constantes desta lei.

Art. 27 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão orientados para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo apurar e acompanhar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo único - Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 28 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas e contemplados na Lei Orçamentária para 2018, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, para o 1º trimestre; setembro, para o 2º trimestre e fevereiro do exercício subsequente, para o 3º trimestre, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 29 Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### SEÇÃO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 30 A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000.

Art. 31 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 32 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo

30 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 13 desta lei.

#### SEÇÃO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 33 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 34 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 90% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I- redução de no mínimo 50% das despesas com horas extras;

II- exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

III- demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

IV- eliminação de vantagens concedidas a servidores.

Art. 36 Para efeito desta lei e registros contábeis pertinentes, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Morro Grande, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 37 Somente serão concedidas diárias e adquiridas passagens para servidores e Agentes Políticos dos Poderes Executivo e Legislativo, no estrito interesse do serviço público, observados ainda os termos da Lei Municipal nº 766/2013.

#### SEÇÃO VIII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida



ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 39 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

#### SEÇÃO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2016.

§1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§2º Se a Lei Orçamentária Anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 42 Por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo, as Destinações de Recursos poderão ser alteradas, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade e seja compatível com a finalidade da ação orçamentária, em especial quando originárias de intervenções do Tribunal de Contas e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 43 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria e outros motivos que justifiquem o pagamento, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo, desde que previsto na lei autorizativa.

Art. 45 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal, Estadual e municípios circunvizinhos, e/ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2018.

Art. 46 No decorrer do exercício de 2018, na forma da legislação em vigor e verificado o interesse público, o Município poderá instituir fundos, fundações, autarquias, empresas públicas, secretarias e órgãos na administração direta e indireta, bem como extinguir ou alterar o funcionamento de fundos, secretarias e órgãos já existentes.

Art. 47 Inserir alterações ao PPA 2014/2018, se for o caso

O Município adotará os procedimentos contábeis e patrimoniais estabelecidos pela Portaria Nº 828/2011, do Ministério da Fazenda e

alterações posteriores.

Art. 48 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Morro Grande, 22 de agosto de 2017.  
VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

# Navegantes

## PREFEITURA

### **ANÁLISE II DE CERTIFICADOS DE REGISTROS DE MEDICAMENTOS DO PREGÃO 43/2017 FMS**

Navegantes, 22 de agosto de 2017.

C.I. Nº 702-2017

DE: Administração da Saúde

PARA: Administração prefeitura

Assunto: Análise de certificados de registros de medicamentos do pregão 43/2017.

Vimos por meio desta, emitir o parecer sobre a análise dos certificados de registro de medicamentos do pregão 43/2017, visando a aquisição de medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde:

Participante: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES

Item 178

NÃO APRESENTOU CERTIFICADO DE REGISTRO

Participante: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item 27

NÃO APRESENTOU CERTIFICADO DE REGISTRO.

Participante: DIMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES

Item 72

APROVADOS ATRAVÉS DOS CERTIFICADOS DE REGISTRO APRESENTADOS.

Participante: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

Itens 132, 189

APROVADOS ATRAVÉS DOS CERTIFICADOS DE REGISTRO APRESENTADOS.

Participante: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

Itens 09, 42, 148

APROVADOS ATRAVÉS DOS CERTIFICADOS DE REGISTRO APRESENTADOS.

Item 113

NÃO APRESENTOU CERTIFICADO DE REGISTRO.

Sem mais, agradecemos cordialmente,

ALCÍDIO REIS PERA – Secretário de Saúde

GABRIELA FONTANA - Farmacêutica

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 01/2017 FMAS**

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 01/2017 FMAS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de camisetas devidamente personalizadas, para serem utilizadas nas atividades educativas de orientação e prevenção, realizadas através dos programas sociais da Secretaria de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 05/09/2017 até às 13h50. Abertura/envelopes: 05/09/2017 às 14h.

O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. DONIZETE JOSÉ DA SILVA – Prefeito em exercício.

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 119/2017 PMN**

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 119/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recalçamento com lajotas, paralelepípedos e/ou pavimentos das áreas afetadas por serviços decorrentes de obras de esgoto, por atividades desempenhadas pela Secretaria Municipal de Saneamento Básico do município de Navegantes/SC.. Entrega/envelopes: 11/09/2017 até às 8h50. Abertura/envelopes: 11/09/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. DONIZETE JOSÉ DA SILVA – Prefeito em exercício.

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 132/2017 PMN**

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 132/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos 1.0, ano/modelo 2016 ou superior, 4 portas (sem motorista), para atender as necessidades das secretarias existentes no paço municipal e demais Secretarias, Fundos e Fundações Municipais do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 05/09/2017 até às 8h50. Abertura/envelopes: 05/09/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. DONIZETE JOSÉ DA SILVA – Prefeito em exercício.

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 17/2017 FUMREBOM - REPUBLICADO**

PREFEITURA DE NAVEGANTES - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017 FUMREBOM - REPUBLICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de clínica laboratorial, especializada na prestação de serviços de exames toxicológicos de larga janela de detecção de substâncias psicoativas em conformidade com a resolução nº 517/2015 do CONTRAN-Conselho Nacional de Trânsito, através do FUMREBOM - Fundo Municipal de Reequip. Corpo de Bombeiros Militar de Navegantes/SC - item deserto no pregão presencial para registro de preços nº 12/2016 - FUMREBOM. Entrega/envelopes: 11/09/2017 até às 13h50. Abertura/envelopes: 11/09/2017 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. DONIZETE JOSÉ DA SILVA – Prefeito em exercício.

**CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA.****CERTIDÃO**

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidora efetiva CLAUDIA MARIA SERAFIM, inscrito no C.P.F n.º 798.403.619-53 adquiriu direito à incorporação do adicional de Regência de Classe na fração de 5/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de aposentadoria nº 2015.03.00221P, que demonstra contribuições nos anos 2009 (12 meses), 2010 (10 meses), 2011 (12 meses), 2012 (12 meses), 2013 (12 meses) e 2014 (09 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15/07/2015. Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 18 de agosto de 2017.

DONIZETE JOSE DA SILVA

Prefeito em exercício

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

**CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA.****CERTIDÃO**

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidora efetiva CLAUDIA MARIA SERAFIM, inscrito no C.P.F n.º 798.403.619-53 adquiriu direito à incorporação do adicional de Hora Atividade na fração de 5/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de aposentadoria nº 2015.03.00221P, que demonstra contribuições nos anos 2009 (12 meses), 2010 (10 meses), 2011 (12 meses), 2012 (12 meses), 2013 (12 meses) e 2014 (10 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15/07/2015. Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 18 de agosto de 2017.

DONIZETE JOSE DA SILVA

Prefeito em exercício

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

**CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA.****CERTIDÃO**

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidora efetiva REGINA CELIA DA SILVA SANTOS RODRIGUES, inscrito no C.P.F n.º 363.217.299-49 adquiriu direito à incorporação do adicional de Regência de Classe na fração de 5/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de aposentadoria nº 2017.04.05440P, que demonstra contribuições nos anos 2012 (12 meses), 2013 (12 meses), 2014 (12 meses), 2015 (12 meses), 2016 (12 meses) e 2017 (05 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação. Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 17 de agosto de 2017.

DONIZETE JOSE DA SILVA

Prefeito em exercício

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

**CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE REGISTRO DO PREGÃO 43/2017 FMS - TERCEIRA CHAMADA**

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA (CERTIFICADO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO) – TERCEIRA CHAMADA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, CONVOCA TERCEIRA CHAMADA PARA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA DOS 3º COLOCADOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2017 – FMS, CONFORME:

ITEM	3º COLOCADO
27	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA
113	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA
178	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALARES LTDA

Sem mais, agradecemos cordialmente,

**DECRETO Nº 426 DE 22 DE AGOSTO DE 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ 11.474.080/0001-33 Rua Vereador Nereu Liberato Nunes ° 150 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC.
--

**DECRETO Nº 426 DE 22 DE AGOSTO DE 2017**

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2016 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 3148 de 13/12/2016: DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2016, até o valor de R\$ 213.000,00 (Duzentos e treze mil reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 33801 – Sup. Financeiro/2016 – Atenção Básica

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 41 – Atenção Básica

2.094 – Manutenção dos Recursos do PAB

124 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 103.000,00

125 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE AGOSTO DE 2017.

Donizete José da Silva

PREFEITO EM EXERCÍCIO

**DECRETO Nº 427 DE 22 DE AGOSTO DE 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CNPJ 11.474.080/0001-33  
Rua Vereador Nereu Liberato Nunes º 150 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC.

DECRETO Nº 427 DE 22 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2016 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 3148 de 13/12/2016: DECRETA:

Art. 1 º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2016, até o valor de R\$ 188.500,00 (Cento e oitenta mil e quinhentos reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 33802 – Sup. Financeiro/2016 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 40 – Atenção Especializada

2.085 – Manutenção das Unidades de Atenção Especializada

126 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 188.500,00

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE AGOSTO DE 2017.

Donizete José da Silva

PREFEITO EM EXERCÍCIO

**EDITAL Nº 035/2017 PROCESSO SELETIVO**

PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 035/2017

EDITAL DE 19ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO, DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR (A) DE ANOS INICIAIS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a decima nona chamada do Processo Seletivo, para o provimento das funções de PROFESSOR (A) DE ANOS INICIAIS.

Serão chamados para o provimento a partir de agosto de 2017 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Processo Seletivo 001/2017, conforme segue:

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS	03	20	MAT/VESP

**2 . Das Exigências para a Contratação**

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO:**

- 1 foto 3x4 atualizada
- 2 cópias do RG – Carteira de Identidade – não pode ser habilitação
- 2 Cópias do CPF
- Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp)
- 2 Cópias do Comprovante de Residência – em nome do candidato, pai ou mãe, se do cônjuge, anexar a certidão de casamento (2 cópias) ou declaração de residência autenticada em cartório (2 cópias).
- Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento ou escritura pública de união estável ou documento similar emitido por autoridade de registro civil e RG e CPF do(a) companheiro (a)

- g. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino até 45 anos)
- h. Cópia do Título de Eleitor
- i. Cópia do comprovante da última votação
- j. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município;
- k. 1 Cópia da Carteira Profissional frente e verso, constando: Número, Série, U.F. e Data de Expedição
- l. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP
- m. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional (se o cargo exigir)
- n. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir)
- o. DIPLOMA ou HISTÓRICO ESCOLAR comprovando a escolaridade e a especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório,
- p. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente
- q. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
- r. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios
- s. Certidão de Nascimento dos dependentes
- t. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos
- u. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos
- v. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente
- w. Se possuir filhos menores de 18 anos: RG ou Certidão de Nascimento
- x. Se possuir filhos entre 18 e 21 anos: RG e CPF
- y. Se possuir filhos com algum tipo de deficiência incapacitante permanente: Laudo médico e documentação do dependente RG e CPF
- z. Se possui filhos dependentes em situação de guarda, tutela ou curatela: termo correspondente e documentação do dependente RG e CPF
- aa. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia , se Funcionário Público
- bb. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais:
- a) da Justiça Federal( [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br)) certidão cível, criminal, eleitoral e eleitoral 1º grau
- b) da Justiça Estadual( no Fórum de sua Cidade ou pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br))
- c) da Justiça Eleitoral([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)) certidão de quitação e de crimes eleitorais.
- cc. Cargos comissionados devem preencher declaração de nepotismo;

OBS: Os itens P, Q, R foram anexados os Formulários para preenchimento , assinatura e apresentação com toda a documentação.

OBS: Os itens P, Q, R foram anexados os Formulários para preenchimento , assinatura e apresentação com toda a documentação.

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

2.4. A aprovação neste Processo Seletivo ou Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Cíveis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

1.5. A efetivação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

## 2. Dos candidatos a serem chamados

### 2.1. Cargo: PROFESSOR (A) DE ANOS INICIAIS - 001/2017 ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
1.	Joseane Machado Da Silva
2.	Keli Matos
3.	Iara Machado Emilio

2.1.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

Cargo: PROFESSOR (A) DE ANOS INICIAIS - 001/2017 ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
1.	Jose Carlos Lima
2.	Julia Natieli De Lima Freitas
3.	Edimara Ribeiro Loch Lamin
4.	Barbara Camila Linzmayer De Sousa
5.	Tais Milena Schmitz Da Silva
6.	Vanuza Correa Mendes Portugal
7.	Anna Claudia Costa
8.	Diovana Silva De Oliveira
9.	Thiago Dalsochio
10.	Thaynara Coimbra Rocha
11.	Mariela De Souza Correa
12.	Leticia Mathiola



13.	Tatyane Aben Athar Vieira
14.	Byanca Ayana Da Costa
15.	Denise Schneider
16.	Allan Rodrigo Alves da Silva
17.	Janine Mohr
18.	Fabiana Raulino
19.	Joelma Romao
20.	Maildo Ferreira
21.	Gustavo Aparecido Daurelio Rodrigues

## 3. Do agendamento dos exames admissionais:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS	23/08	14:00	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

## 4. Da entrega de documentos e escolha de vagas:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS	23/08	08:30	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

## 5. Das Disposições Finais

A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes.

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 21 de agosto de 2017.

Donizete José da Silva

Prefeito Municipal em exercício

Regina Célia Correa

Secretária de Educação

Karlile Gugnier

Secretária da Administração e Logística Interino

## ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME \_\_\_\_\_ TELEFONE \_\_\_\_-\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_ DATA DE NASCIMENTO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_  
END \_\_\_\_\_  
BAIRRO \_\_\_\_\_ CIDADE \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_  
CARGO \_\_\_\_\_ SECRETARIA \_\_\_\_\_  
EFETIVO ( ) ACT ( ) COMISSIONADO ( )

## QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL MASCULINO

01 – Fumante ?

( ) Sim ( ) Não ( ) Ex fumante

02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?

( ) Sim ( ) Não

03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?

( ) Sim ( ) Não

04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?

( ) Sim ( ) Não

05- Já teve algum acidente de trabalho importante?

( ) Sim ( ) Não

06 – Tem filhos ? Quantos?

( )



- 07 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?  
( ) Sim ( ) Não
- 08 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?  
( ) Sim ( ) Não
- 09 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?  
( ) Sim ( ) Não
- 10 – Algum problema de visão ?  
( ) Sim ( ) Não
- 11 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?  
( ) Sim ( ) Não
- 12 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?  
( ) Sim ( ) Não
- 13 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?  
( ) Sim ( ) Não
- 14 – Sente dor no peito , como : palpitação?  
( ) Sim ( ) Não
- 15 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimente sente alguma dor? Se sim qual?  
( ) Sim ( ) Não
- 16 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?  
( ) Sim ( ) Não
- 17 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?  
( ) Sim ( ) Não
- 18 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?  
( ) Sim ( ) Não
- 19 – Como esta sua alimentação ?  
Adequada ( ) Não adequada ( )
- 20 – Como esta seu sono ?  
De boa qualidade ( ) Sem qualidade ( )

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: \_\_\_\_\_

Data : \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME \_\_\_\_\_ TELEFONE \_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_ DATA DE NASCIMENTO \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_  
END \_\_\_\_\_  
BAIRRO \_\_\_\_\_ CIDADE \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_  
CARGO \_\_\_\_\_ SECRETARIA \_\_\_\_\_  
EFETIVO ( ) ACT ( ) COMISSIONADO ( )

#### QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL FEMININO

- 01 – Fumante ?  
( ) Sim ( ) Não ( ) Ex fumante
- 02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?  
( ) Sim ( ) Não
- 03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?  
( ) Sim ( ) Não
- 04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?  
( ) Sim ( ) Não
- 05- Já teve algum acidente de trabalho importante?  
( ) Sim ( ) Não
- 06 – Já esteve grávida ?  
( ) Sim ( ) Não
- 07 – Quantos filhos?  
( )
- 08 – Parto Normal ou Cesária ?  
Normal ( ) Cesária ( ) Normal e Cesária ( )
- 09 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?

- ( ) Sim ( ) Não  
10 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?  
( ) Sim ( ) Não  
11- Tem menstruação regular ?  
( ) Sim ( ) Não  
12 – Toma algum anticoncepcional ? qual (is)?  
( ) Sim ( ) Não  
13 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?  
( ) Sim ( ) Não  
14 – Algum problema de visão ?  
( ) Sim ( ) Não  
15 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?  
( ) Sim ( ) Não  
16 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?  
( ) Sim ( ) Não  
17 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?  
( ) Sim ( ) Não  
18 – Sente dor no peito , como : palpitação?  
( ) Sim ( ) Não  
19 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimente sente alguma dor? Se sim qual?  
( ) Sim ( ) Não  
20 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?  
( ) Sim ( ) Não  
21 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?  
( ) Sim ( ) Não  
22 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?  
( ) Sim ( ) Não  
23 – Como esta sua alimentação ?  
Adequada ( ) Não adequada ( )  
24 – Como esta seu sono ?  
De boa qualidade ( ) Sem qualidade ( )

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: \_\_\_\_\_

Data : \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO (A) ADMITIDO (A):

Nome:
Cargo:
Secretaria:

Já trabalhou com carteira assinada?

( )SIM ( ) NÃO

Se nunca teve carteira assinada, e seja o seu primeiro emprego, informar se tem:

( ) PIS ou ( ) PASEP ( ) NÃO TEM

Tem dependente para Imposto de Renda?

( )SIM ( ) NÃO

Se sim, quais os respectivos nomes dos dependentes?

Número do telefone do funcionário:

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração

Navegantes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_ .

Assinatura do declarante

\s

## DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_, CPF nº. \_\_\_\_\_, declaro, junto à Prefeitura Municipal de Navegantes, não ter sofrido, no exercício da função pública, as penalidades previstas no art. 137, da Lei nº. 8.112/90, das quais tenho pleno conhecimento. Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Navegantes, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_.

Assinatura do declarante

**LAUDO II DAS AMOSTRAS 131/2017 PMN**  
RELATÓRIO DE AMOSTRAS – PROCESSO 131/2017 - PMN

## LAUDO DE AVALIAÇÃO/AMOSTRAS

Objeto: Registro de Preço visando a aquisição de materiais de expediente para suprir a demanda das Secretarias, Fundos e Fundações de navegantes/sc. referente aos itens fracassados no Pregão Presencial para Registro de Preço 035/2017.

Participante 8549 – KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA - ME  
Itens 29 – APROVADO

Participante 5944 – AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO INFORMATICA  
Itens 9, 10, 12, 18, 33, 35, 36 e 41 – APROVADOS

Participante 10645 – INFOTRIZ COMERCIAL LTDA - EPP  
Itens 5, 8, 11, 17, 23, 26, 30, 34, 38, 39, 42, 43, 44, 46 e 50 – APROVADOS  
Item 31 – REPROVADO - Não atende ao edital (4 unid) e entregue de 2 unidades.  
Item 40 – REPROVADO - Folder não atende ao edital quando ao peso aproximado e dimensões.  
Item 49 – REPROVADO - Não atende ao edital, foi apresentado com 0,5 mm a menos de altura.

Participante 12017 – BLU DISTRIBUIDORA E PAPELARIA LTDA ME  
Itens 1, 3, 20, 32, 45 E 48 – REPROVADO NÃO APRESENTOU AMOSTRA

Participante 12018 – BOZZANO E BOZZANO LTDA ME  
Itens 25 – APROVADO

Participante 12984 – LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP  
Itens 6, 15, 21, 37 e 51 – APROVADOS

Participante 17031 – PERFORMACE COMERCIO &SERVIÇOS EIRELI - ME  
Itens 2, 4, 7, 13, 14, 16, 19, 22, 47 E 53 - REPROVADO NÃO APRESENTOU AMOSTRA

Navegantes-SC, 22 de agosto de 2017

Karlile Cugnier - Secretário de Administração e Logística

**PORTARIA 2451,2452,2453/2017 CONCEDE LICENÇA PREMIO**

PORTARIA N º 2451 DE 11 DE AGOSTO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) LENITA QUEVEDO CARAGNATTO (matrícula 6249201), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HORAS, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 10/08/2017 a 07/11/2017, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de agosto de 2017 a 07 de novembro de 2017, fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2452 DE 11 DE AGOSTO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) ARLETE RODRIGUES DE MIRA FAUSTINO, (matrícula 324704) pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HORAS, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 10/08/2017 a 07/11/2017, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de agosto de 2017 a 07 de novembro de 2017, fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2453 DE 11 DE AGOSTO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) LILIAN DE SOUZA PASSOS (matrícula 482201), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 10/08/2017 a 07/11/2017, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de agosto de 2017 a 07 de novembro de 2017, fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 2470,2469/2017 CONCEDE LICENÇA PREMIO**

PORTARIA N º 2470 DE 14 DE AGOSTO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) MANOEL LUIZ CHRISTÓVÃO (matrícula 6193402), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HORAS, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 08/08/2017 a 05/11/2017, referente ao período aquisitivo de 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de agosto de 2017 a 05 de novembro de 2017, fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2469 DE 14 DE AGOSTO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) DANIELA BORTO-LATTO RANGUET, (matrícula 181002) pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA – 20 HORAS, para usufruir de 60 (sessenta) dias, pelo período de 14/08/2017 a 12/10/2017, referente ao período aquisitivo de 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 14 de agosto de 2017 a 12 de outubro de 2017, fazendo gozo de 60 (sessenta) dias restantes deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 2489/2017 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE**

PORTARIA N º 2489 DE 15 DE AGOSTO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes - RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora MARA HELENA THEISS MATHIOLA, ocupante do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 horas (matrícula 63265002), pelo período de 14/08/2017 a 09/02/2018.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 14/08/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 2494/2017 DETERMINA PROGRESSÃO POR DESEMPENHO**

PORTARIA N º 2494 DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes - RESOLVE:

I PROMOVER SARITA RAMOS MARQUES no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a classe/referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito retroativo a partir de 1º.08.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2496/2017 CONCEDE LICENÇA SAÚDE**  
PORTARIA N º 2496 DE 16 DE AGOSTO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MIRIAN GONÇALVES PIRES ROSSBACH, matrícula 371011, ocupante do cargo EFETIVO de SUPERVISORA ESCOLAR, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 16/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2497/2017 CONCEDE LICENÇA SAÚDE**  
PORTARIA N º 2497 DE 16 DE AGOSTO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) CLAUDIA MARIA APOLINARIO, matrícula 1985202 ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 08/06/2017 a 16/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2502/2017 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE**

PORTARIA N º 2502 DE 17 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -  
**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora ANA PAULA DOS ANJOS, ocupante do cargo de ENFERMEIRA ESF – 40 horas (matrícula 6308801), pelo período de 07/08/2017 a 02/02/2018.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 07/08/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2505/2017 CONCEDE LICENÇA SAÚDE**  
PORTARIA N º 2505 DE 17 DE AGOSTO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) VANILCE DOS SANTOS DE ALMEIDA HOLEK, matrícula 633373012 ocupante do cargo EFETIVO de GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL I, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 12/07/2017 a 17/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



**PORTARIA 2506/2017 NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO**

PORTARIA N º 2506 DE 18 DE AGOSTO DE 2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

**RESOLVE:**

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a Sra. NATALI ROMANO BATISTA, para exercer o cargo efetivo de ARQUITETA, 30 horas semanais, a partir de 14/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2017.

.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2507/2017 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE**

PORTARIA N º 2507 DE 18 DE AGOSTO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora ADRIANA RODRIGUES DE MIRA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS- 40 horas (matrícula 419702), pelo período de 17/08/2017 a 12/02/2018.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 17/08/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 2516,2517/2017 CONCEDE LICENÇA SAÚDE**

PORTARIA N º 2516 DE 18 DE AGOSTO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) OSVALDO GHIOTTO JUNIOR, matrícula 6337101 ocupante do cargo EFETIVO de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS GP, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 03/07/2017 a 18/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2517 DE 18 DE AGOSTO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MARINA AMARAL CAMARGO, matrícula 63312801 ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 12/08/2017 a 13/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 2518,2519/2017 CONCEDE LICENÇA SAÚDE**

PORTARIA N º 2518 DE 18 DE AGOSTO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ANA CLAUDIA DE FREITAS, matrícula 6276701, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente



ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 17/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N ° 2519 DE 18 DE AGOSTO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SEBASTIAO DELAMAR DE SOUZA TORRES, matrícula 404203, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 18/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 001/2017 CALENDÁRIO DE EVENTOS



EDITAL Nº 01/2017  
ESTABELECE CRITÉRIOS PARA  
ELABORAÇÃO DO CALENDÁRIO MUNICIPAL DE EVENTOS 2018.

A Secretária Municipal da Educação, Cultura e Esporte do Município de Nova Erechim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o Art. 37 da Lei nº 462/86, de 08 de dezembro de 1986. Resolve convocar todos os representantes de entidades constituídas do Município de Nova Erechim, para a entrega de propostas de eventos culturais, artísticos, promocionais e de lazer a serem realizados no ano de 2018, no período de janeiro a dezembro.

#### DOS OBJETIVOS

O Calendário Municipal de Eventos de Nova Erechim tem por objetivos:

- Fixar datas para eventos artístico-culturais, de lazer e promocionais para o Município de Nova Erechim - SC;
- Promover a organização distributiva dos eventos municipais de modo que nenhuma entidade promova qualquer outro evento simultâneo, a menos que haja acordo entre as partes em reunião de elaboração do Calendário de Eventos, ou quando ocorrer a cedência da data por parte de uma entidade;
- Divulgar na região e no Estado a programação prevista;
- Fomentar os movimentos culturais, artísticos e comunitários;
- Difundir a cultura.

#### DOS PARTICIPANTES

Podem apresentar propostas as entidades, grupos ou associações constituídas do Município de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina que promovem, segundo sua constituição própria, eventos de cunho cultural, artístico, de lazer, comunitário e promocional.

As entidades da sede do Município terão direito a marcar 02 (dois) eventos por ano, e as Entidades do interior 05 (cinco) eventos incluindo todos os grupos, clubes de serviço, esporte e de lazer.

#### DA FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser registradas em formulário padrão a ser distribuído pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte, através do Setor de Cultura, estando à disposição dos presidentes de comunidades, Clube de Mães, Grupos de Jovens e outras entidades interessadas.

Comunidades do Município tem resguardado, segundo suas tradições locais, as datas que compreendam Festas de Padroeiros, quando for o caso, devendo as mesmas constar nas referidas propostas.

#### DA ENTREGA DAS PROPOSTAS

Após o preenchimento do Formulário de Propostas de Eventos, a entidade, grupo ou associação deverá entregá-lo junto ao departamento de Cultura da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte até o dia 03 de outubro de 2017, no período de expediente externo.

As entidades que deixarem de entregar o Formulário de Propostas de Eventos e não comparecerem na reunião onde serão tomados

conhecimentos da distribuição das datas e resolvidos os casos conflitantes, deverão acatar as decisões tomadas pelos participantes.

#### DA ANÁLISE, COMPOSIÇÃO, AVALIAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

Após a entrega do Formulário de Propostas de Eventos, o Departamento de Cultura disporá de alguns dias úteis para proceder à distribuição das datas propostas no calendário competente e devidas considerações gerais sobre o processo.

No dia 23 de OUTUBRO de 2017, com início às 20 horas, na sala de Vídeo na Escola Reunida Municipal Professora Lydia Franzon Dondoni reunir-se todos os representantes das entidades, grupos ou associações para conhecimento da distribuição de datas e análise feita pelo Departamento de Cultura.

Levando-se em consideração o parecer do Departamento de Cultura, eventuais incompatibilidades de horários serão tratados pelos representantes, juntamente com o Departamento de Cultura, a fim de promover a redistribuição das datas conflitantes.

Após a composição final avaliada pelo grupo de representantes de entidades/grupos/associações, a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte fará a homologação do Calendário de Eventos - 2018.

#### DA COMPOSIÇÃO E DIVULGAÇÃO

O Calendário de Eventos de Nova Erechim - SC 2018 será composto definitivamente até o dia 30 de novembro de 2017, quando estará à disposição das entidades/grupos/associações cadastrados e demais interessados, passando a vigorar para eventos propostos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Fica reservado o direito da fixação de datas por parte da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte, para a realização de eventos de âmbito municipal.

As datas não incluídas no Calendário de Eventos de Nova Erechim - SC 2018 não serão consideradas oficiais, ressalvados os casos de solicitação de datas não ocupadas por ocasião da composição do Calendário, as quais poderão ser autorizadas através de ato próprio da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte, por intermédio do Setor de Cultura.

Será enviado um exemplar do Calendário de Eventos para a Delegacia de Polícia, a fim de que o Sr. Delegado possa acompanhar quais as entidades possuem data reservada, para fins de licença, bem como ao Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Nova Erechim, para fins de concessão de Alvará. Por ocasião da entrega das propostas, serão renovados os Cadastros das Entidades do Município, devendo constar dados atualizados da entidade e de sua Diretoria.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento de Cultura da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte.

Nova Erechim - SC, 16 de Agosto de 2017.

Eunice Terezinha Bruschi  
Secretária Municipal da Educação,  
Cultura e Esporte

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 214/2017

DECRETO Nº 214/2017 DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

“REVOGA DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL DO IMÓVEL LOTE URBANO Nº 195, MATRÍCULA 47.874, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições que lhe são conferidas no artigo 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e do previsto no Artigo 1275, inciso V, do Código Civil Brasileiro e Art. 182, § 2º, da Constituição Federal, combinada com os artigos 1º e 2º da Lei 6.602/78 de 07/12/78, que introduzem modificações no artigo 5º do Decreto Lei nº 3365/41 de 21/06/41, com a nova redação dada pela Lei nº 2.786/56 de 21/05/73 de 31/12/73, e demais legislações aplicadas à espécie;

CONSIDERANDO: que o Decreto nº 253/2014, declarou de utilidade publica para fins de desapropriação imóveis particular, entre estes o imóvel urbano lote 195, matrícula 47.874;

CONSIDERANDO: que referido imóvel não mais interessa ao Poder Publico, eis que não mais é prioridade do Poder Publico sua aquisição;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada a Declaração de Utilidade gravada sobre o imóvel: MATRÍCULA Nº 47.874, Lote Urbano nº 195, com área superficial de 640,00m²(seiscentos e quarenta metros quadrados), da Quadra nº 38, do Loteamento Nova Itaberaba, localizado na rua José Marocco, sn, Centro Nova Itaberaba, SC.

Art. 2º Os demais imóveis mencionados no Decreto 253/2014, permanecem com sendo de utilidade publica para todos os efeitos legais, vigendo o gravame imposto pelo decreto original.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, 15 DE AGOSTO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

### DECRETO Nº 217/2017

DECRETO Nº. 217/2017 DE 22 DE AGOSTO DE 2017

“ALTERA NOMINTA DOS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVA ITABERABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei e de conformidade com o Artigo 6 da Lei Municipal nº 1027/14 de 08 de setembro de 2.014.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal De Assistência Social do município de Nova Itaberaba, e seus respectivos suplentes, com mandato de 22 de Agosto de 2017 a 22 de Setembro de 2018, passando a ter a seguinte composição:

#### SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Marciane Althaus Suplente: Francieli Campagnaro Rigon

#### SECRETARIA DE SAÚDE

Titular: Claudete Maria Eckert Suplente: Mônia Cypel Santana

#### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Titular: Aírton Kerbes... Suplente: Fernanda Fiorezze

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Titular: Jaceline Severo Reolon.... Suplente: Cledia Mara Vidor

#### REPRESENTANTES DO PAIF; usuários

Titular: Ilda Dalapossa.... Suplente: Isabel Campagnoni

Titular: Ercelei dos Santos... Suplente: Jucelei Garcia

#### REPRESENTANTES DOS IDOSOS

Titular: Auzilia Ficagna Reginatto... Suplente: Salete de Lima

Titular: Maria Tramontina... Suplente: Selma Formagini Sgarbossa

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 211/2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, EM 22 DE AGOSTO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretario Municipal de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

### DECRETO Nº 218/2017

DECRETO Nº 218/2017 DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO NO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, § 2º da Lei Municipal 1047/2015 de 07 de Abril de 2015;

#### DECRETA:

Art. 1º - FICAM nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de Direitos do Idoso do Município de Nova Itaberaba, e seus respectivos suplentes, com mandato pelo período de 08 de Agosto de 2017 a 07 de Agosto de 2019, com a seguinte composição:

**I - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE SAÚDE:**

- Claudete Maria Eckerto
- Monia Cypel Santana

**II - REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL:**

- Francieli Campagnaro Rigon
- Melania Gambetta Musa

**III - REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

- Cristiano Pavin
- Fernanda Fioreze

**IV - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

- Gilberto Souza dos Santos
- Fuilherme Zamboni Ortigara

**V – REPRESENTANTES ASCINI – CDL:**

- Odinara Piaia Bianchetto
- Gilvanio Basso

**VI - REPRESENTANTES DO GRUPO DE IDOSOS**

- Plinio Zanella
- Joessa Mendes Moreira

- Ivanete Santana
- Venilde Testa

- Neiva Ortigara Gatto
- Lurdes Agostini

Art. 2º - Os membros do Conselho não serão remunerados, sendo seus aos serviços considerados de caráter relevante para o Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC,  
EM 22 DE AGOSTO DE 2017.  
MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 101/2017**

PORTARIA N.º 101/2017 DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

"REGULAMENTA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,;

CONSIDERANDO: que as atividades dos Agentes Comunitários de Saúde, constituem-se em visitas às famílias de cada área delimitada, com efetivação de relatórios, os quais devem ser armazenados em meio eletrônico nos arquivos da Secretaria Municipal de Saúde; CONSIDERANDO: Que atualmente a coleta de dados se dá com anotações em fichários de papel para posteriormente proceder a digitalização no sistema próprio da Secretaria, o que ocasiona a duplicação do trabalho, e consequentemente mais tempo despendido

pelos servidores;

CONSIDERANDO: Que a Secretaria de Saúde, adquiriu "notebook(tablets)", e procedeu a entrega para cada um dos agentes comunitários de saúde, para que o processo de coleta de dados e informações seja digitado diretamente no sistema, cujo acesso será liberado, aumentando assim a agilidade do exercício funcional.

**RESOLVE:**

Art. 1º - FICA determinado que os servidores "Agentes Comunitários de Saúde", a partir da data de 15/08/2017, procedam e realizem seus atendimentos somente por meio eletrônico abdicando de qualquer anotação em papel, exceto se houver falha do sistema, e que utilizem os equipamentos entregues de forma exclusiva para atividades relacionadas a função que desempenham.

Art. 2º - O descumprimento do disposto no artigo primeiro será considerado falta grave e ato de indisciplina do servidor sujeitando o mesmo as penalidades previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 10 DE AGOSTO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretário de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

# Nova Trento

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO FINAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2017

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2017

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2017, PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Classificação Final do Chamamento Público nº 005/2017, para contratação em caráter de urgência de profissionais é a seguinte:

CARGO: PROFESSOR DE APOIO NO PROJETO GESTÃO DA ALFABETIZAÇÃO

INSC.	NOME COMPLETO	DATA DE NASC.	TÍTULO (Pós Graduação)	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SER- VIÇO	NOTA FINAL	CLASS
002	Rosali Maria Mazzola Maurici	02/03/1968	6,0	2,0	2,0	10	1º
007	Leoniria Fátima Anzini Mistura	19/04/1970	6,0	1,0	2,0	9,0	2º
003	Lucia Marlene Murari Wisentainer	18/07/1971	6,0	1,0	2,0	9,0	3º
001	Juciane Silvano Zandonai	02/05/1968	00	1,0	2,0	3,0	4º
006	Lais Aparecida Schimitz	09/11/1986	00	2,0	1,0	3,0	5º
010	Jessica de Moura Rambor Creppas	15/08/1988	00	2,0	1,0	3,0	6º
009	Ivoneete Couto dos Santos	24/09/1975	00	2,0	0,5	2,5	7º
008	Clair Coelho de Quadros	12/07/1979	00	2,0	0,5	2,5	8º
004	Giorgia Sgrott	16/11/1989	00	1,0	0,5	1,5	9º
005	Ana Paula da Silva Jaraceski	Desclassificada Não atende ao item b) dos Requisitos					

Nova Trento, 22 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

### DECRETO 235/2017 - CONVOCA APROVADOS NO CHAMAMENTO PÚBLICO 005/2017

DECRETO nº 235/2017

convoca OS aprovadoS no CHAMAMENTO PÚBLICO 005/2017, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º – Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação, no dia 23 de agosto de 2017, às 13horas e 30minutos, para realizar a escolha de vagas.

Art. 2º – Posteriormente a escolha de vagas, os candidatos deverão comparecer ao Setor de RH, munidos da documentação abaixo relacionada:

I - 01 (uma) foto ¾;

II - Cópia da Carteira de Identidade;

III - Cópia do CPF;

IV – Cópia do Título de Eleitor;

V - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (Inscrição e PIS);

VI - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

VII - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

VIII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

IX - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral;

X - Comprovante do Serviço Militar (se for o caso);

XI - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar (de acordo com a habilitação especificada no Edital);

XII – Declaração de Bens; Declaração de Penalidades Disciplinar e Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

XIII - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 22 de agosto de 2017.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº 235/2017)

CARGO: PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - HABILITADO

CLASS	NOME COMPLETO
1º	Rosali Maria Mazzola Maurici
2º	Leoniria Fátima Anzini Mistura
3º	Lucia Marlene Murari Wisentainer
4º	Juciane Silvano Zandonai
5º	Lais Aparecida Schimitz
6º	Jessica de Moura Rambor Creppas
7º	Ivonete Couto dos Santos
8º	Clair Coelho de Quadros
9º	Giorgia Sgrott

ANEXO II

(Decreto nº 235/2017)

Exmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Nova Trento – SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, ....., portador (a) do  
RG nº ..... e CPF nº ....., Candidato(a) na .....ª posição do Chamamento Público  
005/2017, inscrição nº ....., para o cargo de ....., pela Prefeitura  
Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo  
Decreto nº 235/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios de 23/08/2017.

Nova Trento, ..... de ..... de 2017.

Assinatura

## **DECRETO Nº 236/2017 - CONVOCA APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO nº 236/2017

convoca aprovado no concurso público nº 003/2015 – TRIGÉSIMA TERCEIRA chamada, que nomina para comparecimento E apresentação  
de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da  
CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Huma-  
nos, do dia 24 de agosto de 2017 a 04 de setembro de 2017, munido da documentação (cópia e original) abaixo relacionada, observado o  
grau de instrução do respectivo cargo:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;



- III – CPF;  
 IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;  
 V – Título Eleitoral;  
 VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;  
 VII – Inscrição no PIS/PASEP;  
 VIII – Certidão atualizada de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);  
 IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);  
 X – Comprovante de Residência atual;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

**GABINETE DO PREFEITO**

- XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II);  
 XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;  
 XIII – Quitação do Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;  
 XIV – Cópia autenticada do Diploma (Ensino Fundamental/ Ensino Médio/ Curso Técnico/ Graduação/ Pós-Graduação/ Mestrado) em conformidade com área que irá atuar;  
 XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);  
 XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;  
 XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 22 de agosto de 2017.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal.

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

**GABINETE DO PREFEITO**

**ANEXO I**

(Decreto nº 236/2017)

**CARGO: TURISMÓLOGO**

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
2º	30	Debora Matté

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

**GABINETE DO PREFEITO**

**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA**

(Decreto nº 236/2017)

Exmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

**DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA**

Eu, ....., portador (a) do  
 RG nº ..... e CPF nº ....., Candidato(a) na .....ª posição do Concurso Público - Edital  
 nº ....., inscrição nº ....., para o cargo de ....., pela Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
 venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº .....,  
 publicado no Diário Oficial dos Municípios de ...../ ...../..... .

Nova Trento, ..... de ..... de 2017.

Assinatura

**ERRATA - PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 116/2014**

ERRATA N° 01 - Referência: Primeiro Aditivo ao Contrato n.º 116/2014, de 18 de novembro de 2015.

A Prefeitura de Nova Trento, através da Comissão Permanente de Licitações, vem a público retificar a Publicação do Termo Aditivo ao Contrato n° 116/2014. Alterar em parte a publicação efetuada por este jornal dia 19/04/2017, edição n° 2235. ONDE SE LÊ: o Valor de supressão de R\$ 1.746,75 (mil, setecentos e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos) correspondente a 0,40 % do calor da obra, LEIA-SE: o Valor de supressão de R\$ 1.668,31 (mil, seiscentos e sessenta e oito reais e trinta e um centavos) correspondente a 0,40 % do calor da obra. Os demais itens permanecem inalterados.

Nova Trento/SC, 21 de agosto de 2017.

Aprigio José Botameli

Presidente da Comissão de Licitações

**PROCESSO N° 084/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N° 062/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório n° 084/2017 – Pregão Presencial n° 062/2017

Objeto: O objeto deste pregão é a aquisição de equipamentos para uso na cozinha do hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 25/08/2017 até as 14:30 horas. Abertura: 25/08/2017 as 14:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br); [compras@novatreto.sc.gov.br](mailto:compras@novatreto.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

**PROCESSO N° 085/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N° 063/2017 - SRP N° 039/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório n° 085/2017 – Pregão Presencial n° 063/2017 – SRP 0039/2017

Objeto: O objeto deste pregão é o Registro de Preços para a aquisição parcelada de materiais para Cirurgias Ortopédicas, incluindo o fornecimento em regime de comodato de uma Torre de Vídeo para a realização de cirurgias ortopédicas, para o Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 29/08/2017 até as 14:00 horas. Abertura: 29/08/2017 as 14:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br); [compras@novatreto.sc.gov.br](mailto:compras@novatreto.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 031/16 - PR Nº 019/16**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

-----  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 21/08/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAS ELETRICOS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E MELHORIAS DA REDE DE ILUMICAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

CONTRATADO: EDMAR DA SILVA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.042.13 (Quatro mil quarenta e dois reais e treze centavos).

DATA: 21/08/2017 – VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

# Orleans

## PREFEITURA

### PROCESSO Nº 102/2017 - CONTRATO Nº 86/2017 PREFEITURA

JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 102/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 19/2017  
Contrato Nº.: 86/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada.: FUNDAÇÃO RADIO FM LUZ E VIDA  
Valor ..... : 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 19/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (20),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (188), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00  
(189), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (85),  
2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00  
(146)  
Objeto ..... : CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO  
DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
DE VEÍCULAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DA PREFEITURA  
DE ORLEANS, DOS SEGUINTE MEIOS DE COMUNICAÇÃO:  
EMISSORAS DE RÁDIO AM E FM, JORNAIS IMPRESSOS DIÁRIOS  
E SEMANAIS, E PORTAIS DE NOTÍCIAS NA INTERNET (WEB SITE  
JORNALÍSTICO) DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES  
PREVISTAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.  
FUNDAMENTO LEGAL Art. 25, CAPUT DA LEI Lei 8666/93  
Orleans, 22 de Agosto de 2017  
JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

### PROCESSO Nº 103/2017 CONTRATO Nº 87/2017 PREFEITURA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 103/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 20/2017  
Contrato Nº.: 87/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada.: JOELSON FIGUEREDO MENDES- MEI  
Valor ..... : 15.000,00 (quinze mil reais)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 20/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (20),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (188), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00  
(189), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (85),  
2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00  
(146)  
Objeto ..... : CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO  
DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
DE VEÍCULAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DA PREFEITURA  
DE ORLEANS, DOS SEGUINTE MEIOS DE COMUNICAÇÃO:  
EMISSORAS DE RÁDIO AM E FM, JORNAIS IMPRESSOS DIÁRIOS  
E SEMANAIS, E PORTAIS DE NOTÍCIAS NA INTERNET (WEB SITE  
JORNALÍSTICO) DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES  
PREVISTAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.  
FUNDAMENTO LEGAL Art. 25, CAPUT DA LEI Lei 8666/93  
Orleans, 22 de Agosto de 2017

### PROCESSO Nº 104 CONTRATO Nº 88/2017 PREFEITURA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 103/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 20/2017  
Contrato Nº.: 87/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada.: JOELSON FIGUEREDO MENDES- MEI  
Valor ..... : 15.000,00 (quinze mil reais)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 20/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (20),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (188), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00  
(189), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (85),  
2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00  
(146)  
Objeto ..... : CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO  
DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
DE VEÍCULAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DA PREFEITURA  
DE ORLEANS, DOS SEGUINTE MEIOS DE COMUNICAÇÃO:  
EMISSORAS DE RÁDIO AM E FM, JORNAIS IMPRESSOS DIÁRIOS  
E SEMANAIS, E PORTAIS DE NOTÍCIAS NA INTERNET (WEB SITE  
JORNALÍSTICO) DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES  
PREVISTAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.  
FUNDAMENTO LEGAL Art. 25, CAPUT DA LEI Lei 8666/93  
Orleans, 22 de Agosto de 2017  
JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

### PROCESSO Nº 105/2017 CONTRATO Nº 89/2017 PREFEITURA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 105/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 22/2017  
Contrato Nº.: 89/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada.: JORNAL JH EDITORA EIRELI - ME  
Valor ..... : 20.000,00 (vinte mil reais)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 22/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (20),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (188), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00  
(189), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (85),  
2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00  
(146)  
Objeto ..... : CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO  
DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
DE VEÍCULAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DA PREFEITURA  
DE ORLEANS, DOS SEGUINTE MEIOS DE COMUNICAÇÃO:

EMISSORAS DE RÁDIO AM E FM, JORNAIS IMPRESSOS DIÁRIOS E SEMANAIS, E PORTAIS DE NOTÍCIAS NA INTERNET (WEB SITE JORNALÍSTICO) DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.  
FUNDAMENTO LEGAL Art. 25, CAPUT DA LEI Lei 8666/93  
Orleans, 22 de Agosto de 2017  
JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PROCESSO Nº 106/2017 CONTRATO Nº 90/2017 PREFEITURA**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 106/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 23/2017  
Contrato Nº.: 90/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
Contratada...: RADIO SOCIEDADE CRUZ DE MALTA LTDA - ME  
Valor ..... : 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 23/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (20),  
2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (188), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00  
(189), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (85),  
2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00  
(146)  
Objeto ..... : CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VEÍCULAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DA PREFEITURA DE ORLEANS, DOS SEGUINTE MEIOS DE COMUNICAÇÃO: EMISSORAS DE RÁDIO AM E FM, JORNAIS IMPRESSOS DIÁRIOS E SEMANAIS, E PORTAIS DE NOTÍCIAS NA INTERNET (WEB SITE JORNALÍSTICO) DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.  
FUNDAMENTO LEGAL Art. 25, CAPUT DA LEI Lei 8666/93  
Orleans, 22 de Agosto de 2017  
JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PROCESSO Nº 55/2017 FMS**

FMS DE ORLEANS  
PROCESSO Nº 55/2017 FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017 FMS – REGISTRO DE PREÇO  
Objeto : AQUISIÇÃO DE BONÉS, CAMISETAS, BOLSAS E COLETES PERSONALIZADOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E SUAS DEPENDÊNCIAS.  
Data e hora da entrega dos envelopes: 05/09/2017 às 14h00min.  
Abertura: 05/09/2017 às 14h30min.  
Fundamento legal: Leis Federais Nº 10520/2002, 8.666/93 Lei Complementar Federal Nº 123/2006.  
Mais informações no Setor de Licitações, sito a Rua XV de Novembro - 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0131 ou 3886-0109, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br  
Orleans - SC, 22 de Agosto de 2017.  
Luana Debiasi Mattei de Oliveira  
Secretária de Saúde.

### **PROCESSO Nº 56/2017 CONTRATO Nº 31/2017 FMS**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 56/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 14/2017  
Contrato Nº.: 31/2017  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS  
Contratada...: FOLHA O JORNAL EDITORA EIRELI - EPP  
Valor ..... : 20.000,00 (vinte mil reais)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 14/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 77.404,69  
Objeto ..... : CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VEÍCULAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DA PREFEITURA DE ORLEANS, DOS SEGUINTE MEIOS DE COMUNICAÇÃO: EMISSORAS DE RÁDIO AM E FM, JORNAIS IMPRESSOS DIÁRIOS E SEMANAIS, E PORTAIS DE NOTÍCIAS NA INTERNET (WEB SITE JORNALÍSTICO) DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.  
FUNDAMENTO LEGAL Art. 25, CAPUT DA LEI Lei 8666/93  
Orleans, 22 de Agosto de 2017  
Luana Debiasi Mattei de Oliveira  
Secretária Municipal de Saúde

### **PROCESSO Nº 57/2017 CONTRATO Nº 32/2017 FMS**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 57/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 15/2017  
Contrato Nº.: 32/2017  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS  
Contratada...: FUNDAÇÃO RADIO FM LUZ E VIDA  
Valor ..... : 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 15/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 57.404,69  
Objeto ..... : CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VEÍCULAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DA PREFEITURA DE ORLEANS, DOS SEGUINTE MEIOS DE COMUNICAÇÃO: EMISSORAS DE RÁDIO AM E FM, JORNAIS IMPRESSOS DIÁRIOS E SEMANAIS, E PORTAIS DE NOTÍCIAS NA INTERNET (WEB SITE JORNALÍSTICO) DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.  
FUNDAMENTO LEGAL Art. 25, CAPUT DA LEI Lei 8666/93  
Orleans, 22 de Agosto de 2017  
Luana Debiasi Mattei de Oliveira  
Secretária Municipal de Saúde

### **PROCESSO Nº 58/2017 CONTRATO Nº 33/2017 FMS**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 58/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 16/2017  
Contrato Nº.: 33/2017  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS  
Contratada...: JOELSON FIGUEREDO MENDES - MEI  
Valor ..... : 15.000,00 (quinze mil reais)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 16/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 16.838,30  
Objeto ..... : CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VEÍCULAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DA PREFEITURA DE ORLEANS, DOS SEGUINTE MEIOS DE COMUNICAÇÃO: EMISSORAS DE RÁDIO AM E FM, JORNAIS IMPRESSOS DIÁRIOS E SEMANAIS, E PORTAIS DE NOTÍCIAS NA INTERNET (WEB SITE JORNALÍSTICO) DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.  
FUNDAMENTO LEGAL Art. 25, CAPUT DA LEI Lei 8666/93  
Orleans, 22 de Agosto de 2017  
Luana Debiasi Mattei de Oliveira  
Secretária Municipal de Saúde

**PROCESSO Nº 59/2017 CONTRATO Nº 34/2017 FMS**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 59/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 17/2017  
Contrato Nº.: 34/2017  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS  
Contratada.: RADIO VERDE VALE LTDA - EPP  
Valor ..... : 35.000,00 (trintase cinco mil reais)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 17/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 104.137,77  
Objeto ..... : CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VEÍCULAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DA PREFEITURA DE ORLEANS, DOS SEGUINTE MEIOS DE COMUNICAÇÃO: EMISSORAS DE RÁDIO AM E FM, JORNAIS IMPRESSOS DIÁRIOS E SEMANAIS, E PORTAIS DE NOTÍCIAS NA INTERNET (WEB SITE JORNALÍSTICO) DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.  
FUNDAMENTO LEGAL Art. 25, CAPUT DA LEI Lei 8666/93  
Orleans, 22 de Agosto de 2017  
Luana Debiasi Mattei de Oliveira  
Secretária Municipal de Saúde

**PROCESSO Nº 60/2017 CONTRATO Nº 35/2017 FMS**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 60/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 18/2017  
Contrato Nº.: 35/2017  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS  
Contratada.: JORNAL JH EDITORA EIRELI - ME  
Valor ..... : 20.000,00 (vinte mil reais)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 18/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 69.137,77  
Objeto ..... : CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VEÍCULAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DA PREFEITURA DE ORLEANS, DOS SEGUINTE MEIOS DE COMUNICAÇÃO: EMISSORAS DE RÁDIO AM E FM, JORNAIS IMPRESSOS DIÁRIOS E SEMANAIS, E PORTAIS DE NOTÍCIAS NA INTERNET (WEB SITE JORNALÍSTICO) DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

FUNDAMENTO LEGAL Art. 25, CAPUT DA LEI Lei 8666/93  
Orleans, 22 de Agosto de 2017  
Luana Debiasi Mattei de Oliveira  
Secretária Municipal de Saúde

**PROCESSO Nº 61/2017 CONTRATO Nº 36/2017 FMS**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 61/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 19/2017  
Contrato Nº.: 36/2017  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS  
Contratada.: RADIO SOCIEDADE CRUZ DE MALTA LTDA  
Valor ..... : 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 19/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 49.137,77  
Objeto ..... : CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VEÍCULAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DA PREFEITURA DE ORLEANS, DOS SEGUINTE MEIOS DE COMUNICAÇÃO: EMISSORAS DE RÁDIO AM E FM, JORNAIS IMPRESSOS DIÁRIOS E SEMANAIS, E PORTAIS DE NOTÍCIAS NA INTERNET (WEB SITE JORNALÍSTICO) DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.  
FUNDAMENTO LEGAL Art. 25, CAPUT DA LEI Lei 8666/93  
Orleans, 22 de Agosto de 2017  
Luana Debiasi Mattei de Oliveira  
Secretária Municipal de Saúde



# Ouro

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 10 / 2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2017.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2017.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE OURO

CONTRATADA: INDIARA LOUVATEL DEBARBA.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto:

Contratação de serviços de engenharia para elaboração de projeto arquitetônico, estrutural, anotações de responsabilidade técnica, cronograma físico financeiro, memorial descritivo, orçamento estimativo de material e mão de obra para execução dos muros de contenção e fechamento na sede do Legislativo Municipal de Ouro. Incluindo também os serviços de fiscalização e medição da obra durante a execução. Conforme segue descrição dos itens:

Item n 1º: Elaboração de projeto arquitetônico, estrutural, anotações de responsabilidade técnica, cronograma físico financeiro, memorial descritivo, orçamento estimativo de material e mão de obra para execução dos muros de contenção e fechamento na sede do Legislativo Municipal de Ouro.

Item n 2º: Duas medições dos serviços executados.

VALOR: Item nº 1: R\$ 2.820,82 (dois mil oitocentos e vinte reais e oitenta e dois centavos) em parcela única. Item nº 2: R\$ 700,00 (setecentos reais) em duas parcelas, sendo cada uma após a medição realizada na obra.

Total: R\$ 3.520,82 (três mil quinhentos e vinte reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: a partir da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 21 de agosto de 2017

Câmara Municipal de Vereadores de Ouro, em 21 de agosto de 2017.

Claudir Duarte

Presidente

# Palhoça

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 3121/2017**

PORTARIA Nº. 3121/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ZILMA MARGARIDDA DA SILVA CAMPOS, matrícula nº. 300135-2, ocupante da categoria funcional de ASO, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 13/06/2017.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 06 (seis) anos, 05 (cinco) meses e 04 (quatro) dias.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3122/2017.**

PORTARIA Nº. 3122/2017.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) OSVALDO ORLANDO DE SOUZA, matrícula nº. 500357-4, ocupante da categoria funcional de ASO, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 07 (sete) anos, 03 (três) meses e 07 (sete) dias.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

EDSON GHIZONI  
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3123/2017.**

PORTARIA Nº. 3123/2017.

LUIZ HENRIQUE SELL, Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) PEDRO PAULO SILVEIRA, matrícula nº. 600007-1, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, lotado (a) na Fundação Municipal de Esporte e Cultura, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

LUIZ HENRIQUE SELL  
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3124/2017.**

PORTARIA Nº. 3124/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ANDRESSA HAERTEL AIRES MORETTI, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Dona Maricota da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 004/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/08/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3125/2017.**

PORTARIA Nº. 3125/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER GRATIFICAÇÃO do JADNA APARECIDA NUNES, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Gerente do CREAS, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração

Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 096, de 15 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, a contar da data de admissão.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3126/2017**  
PORTARIA Nº. 3126/2017.

LUIZ HENRIQUE SELL, Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:  
EXONERAR A PEDIDO ALEXANDRE DE SOUZA, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/07/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
LUIZ HENRIQUE SELL  
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3127/2017.**  
PORTARIA Nº. 3127/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:  
Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora ANDREIA LOURDES MACARIO matrícula nº. 801486-3, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.  
Pelo período de 01 (um) ano a contar de 04/07/2017, de acordo com às folhas 25.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3128/2017.**  
PORTARIA Nº. 3128/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:  
Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora LAUDELINA MONICA DE SOUZA FORTUNATO, matrícula nº. 801107-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.  
Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 04/07/2017, de acordo com às folhas 42.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3129/2017.**  
PORTARIA Nº. 3129/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:  
CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora CRISTINA DA SILVA SOARES, matrícula nº. 124875-1, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 174 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 9314/2017, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 15/05/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3130/2017.**  
PORTARIA Nº. 3130/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:  
Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, o servidor ROCELITO SOUZA COELHO, matrícula nº. 800855-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.  
Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 06/07/2017, de acordo com às folhas 70.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3131/2017.**  
PORTARIA Nº. 3131/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora WANDERLEIA PIERRI GALVANI, matrícula nº. 800293-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.  
Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 06/07/2017, de acordo com às folhas 31.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3132/2017.**  
PORTARIA Nº. 3132/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora DINEIA MARIA DA SILVA matrícula nº. 800538-3, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 01 (um) ano a contar de 06/07/2017, de acordo com às folhas 04.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3133/2017.**  
PORTARIA Nº. 3133/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ARIANA CATARINA DA COSTA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Administração da UBS Enseada do Brito da Secretaria de Saúde, da Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2014, com efeitos a contar de 12/07/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3134/2017.**  
PORTARIA Nº. 3134/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para FABIOLA PIRES FERMINO, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de janeiro de 2015.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3135/2017.**

PORTARIA Nº. 3135/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para MEIRI CAROLINI DA SILVEIRA, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2015.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3136/2017.**

PORTARIA Nº. 3136/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO BRUNO DE SOUSA PEREIRA DA VITORIA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008, Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2016, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 07/07/2017 a 07/07/2018.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3137/2017.**

PORTARIA Nº. 3137/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IEDA MARI BITENCOURT LEITE, matrícula nº. 801794-5, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao

quinquênio de 01/02/2011 a 01/02/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3138/2017.**

PORTARIA Nº. 3138/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JULIANE REGINA COUTO SALVADOR, matrícula nº. 129179-8, titular do cargo de Supervisor Escolar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 03/10/2011 a 03/10/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3139/2017.**

PORTARIA Nº. 3139/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VALDESIA DE ESPINDOLA, matrícula nº. 126457-4, titular do cargo de Assistente de Educação, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2007 a 29/07/2012, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/11/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 3140/2017.**

PORTARIA Nº. 3140/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
100462-10	Bianca Leandro Luiz	R\$ 1000,00
100636-1	Letícia Gonçalves dos Anjos	R\$ 400,00

**ANEXO II**

MATRICULA	SERVIDOR	DE
126383-4	Rafael Jean Batista	R\$ 1000,00
801534-2	Tarcylla Marcondes Quint	R\$ 400,00

**ANEXO III**

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
3761210-1	Marcio Jose Sizenando	R\$ 400,00	R\$ 800,00

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3141/2017.**

PORTARIA Nº. 3141/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Produtividade ao funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com o Artigo 55, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

**ANEXO I**

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
100636-1	Leticia Gonçalves dos Anjos	R\$ 1.050,00	Coordenadora de Recursos Humanos

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 3142/2017.**

PORTARIA Nº. 3142/2017.

DANIEL BROEING HARGER, Secretário Executivo de Gabinete e Desburocratização, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
500443-2	Dioni Liberato	R\$ 600,00	R\$ 1000,00

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

DANIEL BROEING HARGER

Secretário Executivo de Gabinete e Desburocratização

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3143/2017.**

PORTARIA Nº. 3143/2017.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
500372-4	Pedro Julio de Melo	R\$ 600,00	R\$ 1000,00

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

EDSON GHIZONI

Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3144/2017.**

PORTARIA Nº. 3144/2017.

ADELINO SEVERIANO MACHADO, Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
500910-1	Luiz Carlos Moreira	R\$ 200,00

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ADELINO SEVERIANO MACHADO

Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3145/2017.**

PORTARIA Nº. 3145/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE
300142-2	Lilian Cristina Z. Besen	R\$ 300,00

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3146/2017.**

PORTARIA Nº. 3146/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCOS LUIS KRYSCYJ, matrícula nº. 401233-1, titular do cargo de Dentista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/05/2011 a 02/05/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3147/2017.**

PORTARIA Nº. 3147/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANINI SOUZA RODRIGUES, matrícula nº. 802064-2, titular do cargo de Professor, do Quadro

de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 03/10/2011 a 03/10/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3148/2017.**

PORTARIA Nº. 3148/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2820 de 02 de junho de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora FABIANA MARIA DE SOUZA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/08/2017 a 01/11/2017, face ao impedimento da titular Virginia Aparecida Ferreira, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3149/2017.**

PORTARIA Nº. 3149/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria nº. 4390 de 18 de novembro de 2016, que Prorrogou o Contrato da servidora JUSSARA CARMISINI DE LIMA FERREIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Indireta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser 01/08/2015 a 31/08/2017, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA

Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3150/2017.**

PORTARIA Nº. 3150/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOSELINO AGOSTINHO FARIAS, matrícula nº. 300035-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2003 a 01/06/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 24/07/2017 à 24/08/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3151/2017**

PORTARIA Nº. 3151/2017.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Secretário de Defesa do Cidadão, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão a servidora ELIANE BERRETA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 07/07/2017 a 14/12/2017, face a servidora estar em readaptação.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

NILSON JOÃO ESPINDOLA  
Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3152/2017.**

PORTARIA Nº. 3152/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a

servidora BIANCA DO NASCIMENTO matrícula nº. 801193-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 90 (noventa) dias a contar de 30/06/2017, de acordo com às folhas 04.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3153/2017.**

PORTARIA Nº. 3153/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora SANDRA CRISTINA SAIBERT, matrícula nº. 800603-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 11/07/2017, de acordo com às folhas 04.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3154/2017.**

PORTARIA Nº. 3154/2017.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DEISE DE LIMA, matrícula nº. 300014-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/04/2007 a 02/04/2012, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 04/07/2017 à 04/08/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ISNARDO LUIS BRANT  
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3155/2017.**

PORTARIA Nº. 3155/2017.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

DESAVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) TIAGO PEREIRA DOS SANTOS, matrícula nº. 501080-2, ocupante da categoria funcional de Fiscal de Obras, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, tempo de serviço pelo INSS, totalizando 06 (seis) anos e 05 (cinco) meses.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

EDSON GHIZONI

Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3156/2017.**

PORTARIA Nº. 3156/2017.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SUSANE CRISTINA DE FARIAS BROERING, matrícula nº. 300216-2, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 20/03/1996 a 20/03/2001, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 17/07/2017 à 17/08/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

LUCIANO DALLA POZZA

Procurador Geral do Município

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3157/2017.**

PORTARIA Nº. 3157/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A partir de
Helton Silveira do Livramento	20	25	11/07/2017 a 14/12/2017

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3158/2017.**

PORTARIA Nº. 3158/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOBI VIEIRA, matrícula nº. 100399-1, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/11/2011 a 02/01/2017, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 17/07/2017 à 17/08/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3159/2017.**

PORTARIA Nº. 3159/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FABIANE IRMA MARTINS, matrícula nº. 100385-1, titular do cargo de Técnico em Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 03/10/2011 a 03/10/2016, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 17/07/2017 à 17/08/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3160/2017.**

PORTARIA Nº. 3160/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SUSI NILZA GOULART, matrícula nº. 121857-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 12/06/2005 a 12/06/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar

de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3161/2017**

PORTARIA Nº. 3161/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA LUCIA PITZ SCHMITT, matrícula nº. 800796-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2007 a 29/07/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3162/2017.**

PORTARIA Nº. 3162/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA HILDA DA SILVA BATISTA, matrícula nº. 800243-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 28/09/2007 a 28/09/2012, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/10/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 3163/2017.**

PORTARIA Nº. 3163/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARCIA BRUGGMANN SPRICIGO, matrícula nº. 800938-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 12/03/2008 a 12/03/2013, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 03/08/2017 à 03/11/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3164/2017.**

PORTARIA Nº. 3164/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FATIMA APARECIDA RODRIGUES BASTOS, matrícula nº. 800773-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2009 a 29/07/2014, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/11/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3165/2017.**

PORTARIA Nº. 3165/2017.

LEONARDO RIBEIRO DE CARVALHO, Presidente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente, designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLAUDIOMAR GALVÃO, matrícula nº. 500456-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da FCAM - Fundação Cambirela do Meio Ambiente da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao

quinquênio de 01/06/2000 a 01/06/2005, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 24/07/2017 à 24/08/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
LEONARDO RIBEIRO DE CARVALHO  
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3166/2017.**

PORTARIA Nº. 3166/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANDRE PAMPLONA GOULART, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/07/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3169/2017.**

PORTARIA Nº. 3169/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para KELLI RODOLFO DA SILVA, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de junho de 2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**PORTARIA Nº. 3611/2017.**

PORTARIA Nº. 3611/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

NOMEAR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, nos termos dos parágrafos do artigo 51 da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações, para atuarem os servidores do quadro de pessoal efetivo, Jane das Dores da Silva, Presidente, Joana Schmidt e Lucas Pereira Carvalho, membros titulares, os servidores: Sandra Pereira de Abreu e Julio Cesar da Cruz, membros suplentes. Para juntos elaborarem editais, julgarem, receberem e examinarem todos os documentos e procedimentos relativos as licitações e ao cadastro de licitantes.

Esta Portaria entre em vigor em 18 de agosto de 2017.

Palhoça, SC, em 16 de agosto de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3614/2017.**

PORTARIA Nº. 3614/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

NOMEAR PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO, nos termos do Artigo 51 da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações e no artigo 3º, da Lei nº 10.520/2002, do quadro de pessoal efetivo:  
Como Pregoeiros:

Andre Jose Silveira;  
Deyvid Albino da Silva;  
Eduardo Henrique M. Sato;  
Jane das Dores da Silva;  
Joana Schmidt;  
Julio Cesar da Cruz;  
Lucas Pereira Carvalho;  
Sandra Pereira de Abreu Oliveira;  
Shirley Regina de Farias.

Como equipe de apoio os servidores acima mencionados.

Esta Portaria entre em vigor em 01 de abril de 2017.

Palhoça, SC, em 16 de agosto de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PREGÃO PRESENCIAL 087/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2017

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 06 de setembro de 2017, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de fraldas e lenços umedecidos para atender ao Serviço de Acolhimento Institucional da Secretaria de Assistência Social deste Município, através de Registro de Preços, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 19:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 21 de agosto de 2017. PREGOEIRA.

**RESULTADO HABILITAÇÃO TP 067/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº067/2017

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº067/2017, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que consiste na contratação de empresa especializada em mão de obra e fornecimento de materiais para reforma e melhorias da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e elevatórias de esgoto (EEs) do Centro Empresarial e Industrial Palhoça (CEIP) no município de Palhoça/SC.

EMPRESA HABILITADA:  
ROTARIA DO BRASIL LTDA

Palhoça, 22 de agosto de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****PROJETO DE LEI Nº 082/2017**

PROJETO DE LEI Nº 082/2017

Dispõe sobre a informatização do processo legislativo no Poder Legislativo de Palhoça Estado de Santa Catarina; e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O uso de meio eletrônico na tramitação de processos legislativos, comunicação de atos e transmissão de peças legislativas será admitido nos termos desta Lei.

§ 1º Aplica-se o disposto nesta Lei, indistintamente, à tramitação de Propostas de Emenda à Lei Orgânica, Projetos de Lei Complementar, Projetos de Lei, Projetos de Decreto Legislativo, Projetos de Resolução e todas as demais proposições previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Palhoça/SC.

§ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

I - meio eletrônico qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;

II - transmissão eletrônica toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores;

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

b) mediante cadastro de usuário no Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º O envio de proposições, seja pelos membros do Poder Legislativo Municipal, seja pelo Poder Executivo Municipal, se darão por meio eletrônico, e serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, na forma do art. 1º desta Lei, sendo obrigatório o credenciamento prévio no sistema do Poder Legislativo Municipal.

§ 1º O credenciamento no Poder Legislativo será realizado mediante procedimento no qual esteja assegurada a adequada identificação presencial do interessado.

§ 2º Ao credenciado será atribuído registro e meio de acesso ao sistema, de modo a preservar o sigilo, a identificação e a autenticidade de suas comunicações.

Art. 3º Consideram-se realizados os atos legislativos por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Legislativo, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico.

Parágrafo único. Quando a proposição eletrônica for enviada para atender prazo, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.

Art. 4º O Poder Legislativo Municipal poderá criar Diário Eletrônico, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos legislativos e administrativos próprios, bem como comunicações em geral.

§ 1º O sítio e o conteúdo das publicações de que trata este artigo deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada na forma da lei específica.

§ 2º A publicação eletrônica na forma deste artigo substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.

§ 3º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Eletrônico.

§ 4º Os prazos terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

Art. 5º As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2º desta Lei, dispensando-se a publicação e intimação pessoal.

§ 1º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que for enviada ao destinatário, certificando-se nos autos a sua realização.

§ 2º O prazo será contado no primeiro dia útil seguinte ao da intimação.

§ 3º As intimações feitas na forma deste artigo, inclusive do Poder Executivo Municipal, serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais.

Art. 6º O Poder Legislativo Municipal poderá desenvolver ou adquirir sistema eletrônico de processamento de processos legislativos por meio de autos totalmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas.

Parágrafo único. Todos os atos legislativos do processo eletrônico serão assinados eletronicamente na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 7º No processo eletrônico, todas as intimações e notificações, inclusive do Poder Executivo Municipal, serão feitas por meio eletrônico, na forma desta Lei.

§ 1º As intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais.

§ 2º Quando, por motivo técnico, devidamente atestado pela Presidência do Poder Legislativo, por meio de Portaria, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de intimação ou notificação, esses atos legislativos poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, que poderá ser posteriormente destruído.

Art. 8º. O protocolo das proposições em geral, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico, podem ser feitas diretamente pelos interessados, sem necessidade da intervenção do Setor Legislativo, situação em que a autuação deverá se dar de forma automática, fornecendo-se recibo eletrônico de protocolo.

§ 1º Quando o ato tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia.

§ 2º No caso do § 1º deste artigo, se o Sistema do Poder Legislativo

se tornar indisponível por motivo técnico, o prazo fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte à resolução do problema.

§ 3º O Poder Legislativo Municipal deverá manter equipamentos de digitalização e de acesso à rede mundial de computadores à disposição dos interessados para distribuição das proposições.

Art. 9º. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 1º Os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados aos processos legislativos eletrônicos têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

§ 2º Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao Setor Legislativo no prazo de 10 (dez) dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após a averiguação.

§ 3º Os documentos digitalizados juntados em processo eletrônico somente estarão disponíveis para acesso por meio da rede externa para o interessado e comunidade em geral.

Art. 10. A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico.

§ 1º Os autos dos processos eletrônicos deverão ser protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e integridade dos dados, sendo dispensada a formação de autos suplementares.

Art. 11. O sistema a ser desenvolvido ou adquirido pelo Poder Legislativo Municipal deverá ser acessível ininterruptamente por meio da rede mundial de computadores.

Art. 12. O Poder Legislativo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e implantará o sistema eletrônico no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação da presente lei.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

## PROJETO DE LEI Nº 131/2017

PROJETO DE LEI Nº 131/2017

Estabelece o dia 24 de junho como o Dia Municipal do Policial e do Bombeiro Militares.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal do Policial e do Bombeiro Militares, a ser comemorado, anualmente, no dia 24 de junho.

Parágrafo único. A data ora instituída passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

## RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

COMUNICADO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em recepção a serem executados em atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Palhoça.

DIA: 22/08/2017

HORÁRIO DA SESSÃO: 10h00min.

ENCERRAMENTO: 10h40min.

A Pregoeira da Câmara Municipal de Palhoça torna público, para conhecimento de interessados, que a empresa ADSERVI – ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA, foi vencedora do presente Certame, cumprindo todas as exigências do presente Edital.

Palhoça, 22 de agosto de 2017.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA

Pregoeira

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº06/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº06/2017 – Pregão Presencial 01/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de copa e cozinha de consumo, os alimentos são para refeições oferecidas para os pacientes dos CAPS II, CAPS AD e CAPS I, NEPS e para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores. DATA: 17/02/2017 à 16/02/2018.

Nome da Empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA			CNPJ: 02.625.813/0001-00		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Adoçante dietético tipo sucralose, em frasco com 100 ml					
5	20,00	FRS	Assugrim	R\$6,6500	R\$133,0000
Especificação: Amendoim sem casca, pacote com 500 gramas					
6	45,00	PCT	ARO	R\$8,9000	R\$400,5000
Especificação: Arroz doce, pacote com 50 unidades					
8	24,00	PCT	BEIJA FLOR	R\$16,9000	R\$405,6000
Especificação: Aveia em flocos finos, pacote com 500 gramas					
10	24,00	PCT	NATURALLE	R\$6,0000	R\$144,0000
Especificação: Azeitona verde, sem caroço, embalagem com aprox. 150 gr					
11	108,00	FRS	MK	R\$4,3500	R\$469,8000
Especificação: Bala de banana, pacote com no mínimo 700gr					
12	30,00	PCT	Joicer	R\$13,9000	R\$417,0000
Especificação: Bala de coco, sabor coco queimado, pacote com no mínimo 700gr					
13	30,00	PCT	Joicer	R\$10,9000	R\$327,0000
Especificação: Bananada, doce de banana, caixa com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar Cristal, Polpa de Banana, Amido de Milho Modificado, Xarope de glicose de Milho, Corante Caramelo, Ácido Cítrico(Acidulante - HII), Corante Caramelo, Aroma Artificial de Banana.					
14	24,00	CX	Joicer	R\$14,9000	R\$357,6000
Especificação: Batata palha, tradicional, pacote com 400 gramas					
15	10,00	PCT	TUTA	R\$9,0000	R\$90,0000
Especificação: Biscoito doce tipo rosquinhas, 1ª qualidade, nos sabores chocolate, coco e leite, embalado em embalagem plástica descartável com o mínimo 400 gramas.					
20	250,00	PCT	MARILAN	R\$5,5000	R\$1.375,0000
Especificação: Canjica branca, de 1ª qualidade, embalagem plástica atóxica de 500g, contendo data de fabricação.					
26	50,00	PCT	SINHA	R\$3,0000	R\$150,0000
Especificação: Castanha do Pará sem casca inteira.					
27	3,00	KG	MK	R\$79,0000	R\$237,0000
Especificação: Chá sabores diversos, embalados em pacotinhos individuais, com 15 pacotinhos.					
28	15,00	CX	NEILAR	R\$6,1000	R\$91,5000
Especificação: Chocolate em pó, 1ª qualidade, embalagem descartável com o mínimo 200 gramas.					
29	48,00	UN	APTI	R\$5,3300	R\$255,8400
Especificação: Cocada branca e queimada, caixa com 20 unidades.					
30	24,00	CX	ki-doce	R\$28,0000	R\$672,0000
Especificação: Creme de leite, embalagem com aprox. 300 gramas					
34	300,00	UN	NESTLE	R\$5,8000	R\$1.740,0000
Especificação: Doce de abóbora mista, ingredientes ou composição: abóbora, açúcar cristal, glicose de milho. Caixa com 50 unidades.					
35	24,00	CX	NUTRIBOM	R\$24,0000	R\$576,0000
Especificação: Ervilha em conserva, embalagem de no mínimo 200 gr drenado.					
38	108,00	LATA	ARO	R\$2,1900	R\$236,5200
Especificação: Farinha de trigo integral, fina, de primeira qualidade, com no mínimo 6g de fibra alimentar de 50g de produtos secos. Embalagem pacote com 1 kg.					

42	24,00	KG	Pam Fácil	R\$3,1000	R\$74,4000
Especificação: Fermento biológico para pão fresco, Embalagem de 500gr.					
44	30,00	UN	APTI	R\$15,0000	R\$450,0000
Especificação: Geleia de frutas (doce), pote com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar, Amido de Milho Modificado, Xarope de Glicose, Corante Artificial Vermelho Ponceaux e Amarelo Tartrazina, Aroma Artificial de frutas vermelhas. Peso líquido 1000g					
48	24,00	CX	NUTRIBOM	R\$18,0000	R\$432,0000
Especificação: Iogurte líquido natural, embalagem de 1 litro.					
49	36,00	LTS	HOLANDES	R\$6,2000	R\$223,2000
Especificação: Iogurte líquido com polpa de frutas vermelhas, morango e coco, embalagem de 1 litro					
50	360,00	LTS	FRIMESA	R\$4,1500	R\$1.494,0000
Especificação: Ketchup, frasco com no mínimo 390 gramas					
51	10,00	FRS	KONSUMO	R\$4,3100	R\$43,1000
Especificação: Leite condensado, embalagem com aprox. 395 gramas					
52	30,00	UN	Italac	R\$4,6400	R\$139,2000
Especificação: Leite longa vida integral Sem lactose, embalagem de 1 litro.					
54	120,00	LTS	TERRA VIVA	R\$4,9900	R\$598,8000
Especificação: Leite longa vida integral, embalagem tetrapack de 1 litro					
55	1200,00	LTS	TERRA VIVA	R\$2,9000	R\$3.480,0000
Especificação: Leite de coco, 1ª qualidade, embalagem de 500gr.					
56	30,00	FRS	Irajá	R\$8,9900	R\$269,7000
Especificação: Maionese tradicional, 1ª qualidade, embalagem com 500 gr					
58	80,00	UN	MK	R\$3,5700	R\$285,6000
Especificação: Manteiga com sal, 1ª qualidade, embalagem com 200gr.					
60	30,00	PCT	ELEGE	R\$6,1000	R\$183,0000
Especificação: Mocotó embalagem com aprox. 50 unidades. Ingrediente ou composição: açúcar cristal, gelatina incolor ribiere, água, corante artificial vermelho ponceaux, aroma artificial moranguete.					
65	24,00	CX	ki-doce	R\$19,0000	R\$456,0000
Especificação: Mostarda, frasco com no mínimo 190 gramas. Composição: vinagre, mostarda, água e condimento, benzoato de sódio.					
66	24,00	FRS	KONSUMO	R\$3,6400	R\$87,3600
Especificação: Óleo de girassol refinado embalagem com 900ml. Com validade mínima de 12 meses.					
68	72,00	FRS	SUAVIT	R\$7,2000	R\$518,4000
Especificação: Pé de moleque crocante, pote com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Amendoim, Açúcar Cristal, Fermento Químico Bicarbonato de Sódio, Acidulante Ácido Cítrico Anidro.					
72	24,00	CX	Amendopã	R\$16,0000	R\$384,0000
Especificação: Pó para sorvete, sabores diversos, embalagem com aproximadamente 150gr. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.					
75	12,00	PCT	APTI	R\$5,2000	R\$62,4000
Especificação: Pão de sanduiche de pão branco, pacote com no mínimo 16 fatias, massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Embalagem de 500 gramas, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 02 (dois) dias e tabela com informação nutricional.					
87	350,00	PCT	SÃO FRANCISCO	R\$8,3000	R\$2.905,0000
Especificação: Pão de sanduíche de pão integral, pacote com no mínimo 16 fatias, massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasito e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Embalagem de 500 gramas, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 02 (dois) dias e tabela com informação nutricional.					
88	180,00	PCT	SÃO FRANCISCO	R\$8,3000	R\$1.494,0000



Especificação: Pão para cachorro quente, tipo hot dog, massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasito e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Peso aproximado de 50gramas por unidade. Embalagem com 10 pães, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 02 (dois) dias e tabela com informação nutricional.

89	252,00	PCT	SÃO FRANCISCO	R\$8,3000	R\$2.091,6000
Especificação: Abacaxi Pérola. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
90	20,00	UN	IN NATURA	R\$5,1500	R\$103,0000
Especificação: Abóbora paulista. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
91	108,00	KG	IN NATURA	R\$3,2000	R\$345,6000

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Alface lisa. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
92	100,00	UN	IN NATURA	R\$2,7400	R\$274,0000
Especificação: Alho branco, grão, novo, de 1º qualidade, sem réstia, com prazo de validade semanal, acondicionando em embalagem resistente e transparente.					
93	9,00	KG	SÃO FRANCISCO	R\$23,3000	R\$209,7000
Especificação: Banana Branca cat.1, classe 16 (16 a 18cm) de conformidade com a Portaria M.A nº. 126 de 15/05/81. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
94	180,00	KG	IN NATURA	R\$4,9000	R\$882,0000
Especificação: Batata inglesa, não lavada. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
95	72,00	KG	IN NATURA	R\$3,3000	R\$237,6000
Especificação: Brócolis chinês - Tamanho médio, pesando entre 200 a 300 gramas a unidade, isento de folhas, não florando e com talo de no máximo 3 cm. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
96	30,00	UN	IN NATURA	R\$3,9000	R\$117,0000
Especificação: Cebola de Cabeça: Classe 4, tipo especial, de conformidade com a Portaria M.A nº 529 de 18/03/97. Coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.					
97	72,00	KG	IN NATURA	R\$3,5000	R\$252,0000
Especificação: Cebolinha verde. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.					
98	108,00	PCT	IN NATURA	R\$2,5000	R\$270,0000
Especificação: Cenoura: sem folhas, classe: 14 (14 à 18) ou categoria 1. Tipo: especial, Composição das raízes de 14 a 18 cm. Todos os produtos Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas por Lei.					
99	72,00	KG	IN NATURA	R\$3,9000	R\$280,8000
Especificação: Couve manteiga folhas, maço. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
100	72,00	PCT	IN NATURA	R\$2,3000	R\$165,6000
Especificação: Laranja bergamota: grupo I - Classe: 04 A (de 60 a 85 mm) - Tipo: especial - Grupo C4, Classe 61 (61 a 75mm). Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
102	180,00	KG	IN NATURA	R\$4,0000	R\$720,0000
Especificação: Laranja Pêra. Grupo I - Classe: 04 A (de 60 a 85mm) - Tipo: especial - Grupo C4, Classe 81 (81 a 85 mm). Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.					
103	180,00	KG	IN NATURA	R\$3,2000	R\$576,0000
Especificação: Limão Taiti. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
104	36,00	KG	IN NATURA	R\$4,2000	R\$151,2000
Especificação: Maçã nacional, gala, grupo rajada classe de 70 a 80mm, tipo ou categoria 2. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. OBS: Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitida apenas as tolerâncias previstas em lei.					
105	216,00	KG	IN NATURA	R\$7,8000	R\$1.684,8000



Especificação: Mamão formosa, Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
106	72,00	KG	IN NATURA	R\$4,5000	R\$324,0000
Especificação: Pepino. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
107	50,00	KG	IN NATURA	R\$3,7000	R\$185,0000
Especificação: Melância. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
108	72,00	KG	IN NATURA	R\$3,1000	R\$223,2000
Especificação: Salsinha. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
109	108,00	PCT	IN NATURA	R\$2,7000	R\$291,6000
Especificação: Tomate. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.					
110	100,00	KG	IN NATURA	R\$4,5000	R\$450,0000
Especificação: Carne bovina inteira: patinho, congelado, sem osso, limpa, sem nervos, sem tendões, sem aponeuroses e sem gorduras com características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de validade. Prazo de validade: de no mínimo 3 meses a partir da entrega.					
111	72,00	KG	CCS	R\$24,8000	R\$1.785,6000
Especificação: Carne bovina moída: fraldinha, congelado, limpa, sem nervos, sem aponeuroses e sem gorduras com características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de validade. Prazo de validade: de no mínimo 3 meses a partir da entrega.					
112	144,00	KG	CCS	R\$22,4900	R\$3.238,5600
Especificação: Peito de frango, sem osso. Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de validade. Prazo de validade: de no mínimo 3 meses a partir da entrega.					
115	144,00	KG	MACEDO	R\$11,0000	R\$1.584,0000
Especificação: Presunto cozido fatiado, sem gordura, embalagem com 150 gramas.					
116	72,00	KG	JCW	R\$22,0000	R\$1.584,0000
Especificação: Queijo tipo mussarela, fatiado, embalagem com 150 gramas					
117	120,00	UN	PREDILETO	R\$24,0800	R\$2.889,6000
Valor Total		(quarenta e dois mil, quinhentos e setenta e quatro reais e noventa e oito centavos)			R\$42.574,98

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº07/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº07/2017 – Pregão Presencial 01/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: J J MATTOS IND. E COM. DE CAFÉ LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de copa e cozinha de consumo, os alimentos são para refeições oferecidas para os pacientes dos CAPS II, CAPS AD e CAPS I, NEPS e para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/02/2017 à 16/02/2018.

Nome da Empresa: J J MATTOS IND. E COM. DE CAFE LTDA - EPP		CNPJ: 00.214.257/0001-46			
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Café tradicional ou extra forte de primeira linha ou superior. Características do Produto: Café em pó homogêneo, torrado e moído, constituídos de grão de café tipo 8 COB ou melhores, com no máximo 20% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e ou ardidos (PVA) =, evitando presença de grãos preto-verdes e fermentados, gosto predominante de café arábica, admitindo-se café robusta (conilon), com classificação de bebida de Dura à Rio, isento de gosto Rio Zona. Aroma e Sabor característico do produto, podendo ser Intenso e obter em análise sensorial da bebida, Nota de Qualidade Global na faixa de 4,5 a 5,9 com tolerância de no máximo 1% de impureza. Embalagem: Acondicionado em embalagem de 500gr à Vácuo (validade máxima de 12 meses) a partir da entrega pelo fornecedor. Estampado no rótulo da embalagem, o nome e composição do produto, lote, data de fabricação e de validade, CNPJ, nome e endereço do fabricante/produzidor, condições de armazenamento e quantidade em peso; Pacote de 500 g, de 1ª qualidade. Selo ABIC.					
22	3000,00	PCT	JURERÊ ECONÔM. TRADI	R\$11,6000	R\$34.800,0000
Valor Total		(trinta e quatro mil e oitocentos reais)			R\$34.800,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2017 – Pregão Presencial 01/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: GIZELE REGINA DA SILVA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de copa e cozinha de consumo, os alimentos são para refeições oferecidas para os pacientes dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i, NEPS e para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores. DATA: 17/02/2017 à 16/02/2018.

Nome da Empresa: GIZELE REGINA DA SILVA ME			CNPJ: 13.839.796/0001-12		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Abacaxi em calda, peso drenado com aproximadamente 400 gramas.					
1	108,00	LATA	NECTAR	R\$8,5500	R\$923,4000
Especificação: Extrato de tomate simples concentrado, com no mínimo 20%, substancia seca e Brix entre 15% a 20%, em latas sem ferrugem e/ou amassadas de 340 gramas, sem aditivos ou conservantes, deve constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade.					
39	180,00	UN	BONARE	R\$2,4700	R\$444,6000
Especificação: LEITE EM PÓ, INTEGRAL, INSTANTÂNEO, EMBALAGEM 400G					
53	288,00	LATA	ITAMBÉ	R\$12,7200	R\$3.663,3600
Especificação: Sardinha em lata pescado em óleo, conserva, lata com aproximadamente 125 gramas					
79	180,00	UN	PESCADOR	R\$2,4400	R\$439,2000
Especificação: Salsicha hot dog congelada, carne bovina de uma ou mais espécies de animais, adicionado de ingredientes e condimentos (exceto de pimenta e derivados) embutido em envoltório natural ou artificial ou por processo de extrusão e submetido a um processo térmico adequado. Permitido até 2% de amido e até 2% de sódio.					
118	144,00	KG	COPACOL	R\$8,8000	R\$1.267,2000
Valor Total			(seis mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos)		R\$6.737,76

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº09/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº09/2017 – Pregão Presencial 01/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de copa e cozinha de consumo, os alimentos são para refeições oferecidas para os pacientes dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i, NEPS e para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/02/2017 à 16/02/2018.

Nome da Empresa: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME			CNPJ: 14.990.312/0001-02		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Bebida gaseificada a base de cola, frasco com 2 litros.					
16	42,00	FRS	MAX	R\$5,8000	R\$243,6000
Especificação: Bebida gaseificada a base de guaraná, frasco com 2 litros					
17	42,00	FRS	MAX CA010	R\$4,6400	R\$194,8800
Especificação: Bebida gaseificada a base de limão, garrafa com 2 litros.					
18	42,00	FRS	MAX	R\$4,8500	R\$203,7000
Especificação: Biscoito doce tipo Maria, 1ª qualidade, embalado em embalagem plástica descartável com o mínimo 400 gramas.					
19	250,00	PCT	DIANA	R\$2,5900	R\$647,5000
Especificação: Caldo de carne em pó. Ingredientes: sal, amido, açúcar, gordura vegetal, carne bovina, cebola, realçadores de sabor. Embalagem de 01 kg.					
23	3,00	PCT	APTI	R\$8,5000	R\$25,5000
Especificação: Caldo de galinha em pó. Ingredientes: sal, amido, açúcar, gordura vegetal, carne de galinha, cebola, realçadores de sabor. Embalagem de 01 kg.					
24	6,00	PCT	APTI	R\$8,5000	R\$51,0000
Especificação: Coco ralado, branco, flocado, pacote com 100 gramas					

31	150,00	PCT	APTI	R\$3,6000	R\$540,0000
Especificação: Farinha de trigo especial: Deverá ser fabricada a partir de grãos de trigoãos e limpos, isentos de matéria terrosa. Embalagem pacote com 1 kg.					
41	540,00	KG	FIDALGA	R\$2,1900	R\$1.182,6000
Especificação: Gelatina em pó, nos sabores: uva, framboesa, morango, limão e tuti fruti, 100 unidades de cada sabor, embalagem com no mínimo 30 gramas					
47	540,00	UN	APTI	R\$0,8700	R\$469,8000
Especificação: Milho Verde em conserva, embalagem de no mínimo 200 gr drenado.					
64	72,00	LATA	STELLA DORO	R\$2,0300	R\$146,1600
Especificação: Óleo de soja Refinado, 1ª qualidade. Deverá apresentar aparência, cor, odor e sabor característicos e isento de ranço e outras peculiaridades indesejáveis. Embalagem: de 900ml.					
69	230,00	FRS	Camera	R\$4,4100	R\$1.014,3000
Especificação: Refresco - preparo sólido para refresco, nos sabores: laranja, abacaxi, maracujá, uva e morango, adoçado, embalagem com aproximadamente 8 gramas.					
76	1300,00	PCT	APTI	R\$0,7600	R\$988,0000
Especificação: Sal refinado de mesa iodato Não deve apresentar sujidade e misturas, Umidade máxima de 02% Embalagem primaria: sacos polietileno transparente, pacotes de 1 kg.					
77	15,00	KG	ZIZO	R\$1,2000	R\$18,0000
Especificação: Vinagre de álcool, embalagem de no mínimo 900 ml.					
86	10,00	FRS	HEINIG	R\$1,7000	R\$17,0000
Especificação: Linguça calabresa defumada, congelada a -18°C, embalagem de 01 kg, embalada em saco plástico a vácuo." devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de validade. Prazo de validade: de no mínimo 3 meses a partir da entrega.					
113	110,00	KG	Frigoneves	R\$9,5700	R\$1.052,7000
Especificação: Ovos de galinha fresco tipo especial, vermelho, de 55 a 60 gramas de peso por unidade, conforme Decreto Lei 3.748 de 12/07/93, artigo 687, Embalagem: com rótulo, descartável, aberta com 30 unidades. Deve apresentar a data de produção e validade.					
114	288,00	DZ	FRIOLAR	R\$6,0000	R\$1.728,0000
Especificação: Filtro de papel para coar café - referência 103, embalagem com com mínimo 30 unid.					
119	120,00	CX	BRIGITTA	R\$3,7800	R\$453,6000
Especificação: COADOR DE PANO ALGODÃO PARA COAR CAFÉ, TAMANHO PADRÃO PARA BULE.					
120	36,00	UN	RABITO	R\$6,0000	R\$216,0000
Valor Total		(nove mil, cento e noventa e dois reais e trinta e quatro centavos)			R\$9.192,34

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2017 – Pregão Presencial 01/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: L&M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de copa e cozinha de consumo, os alimentos são para refeições oferecidas para os pacientes dos CAPS II, CAPS AD e CAPS I, NEPS e para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/02/2017 à 16/02/2018.

Nome da Empresa: L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME			CNPJ: 14.546.646/0001-83		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Achocolatado em pó, 1ª qualidade, embalagem com aproximadamente 400 gramas.					
2	250,00	UN	TODDY	R\$7,8000	R\$1.950,0000
Especificação: Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor: prorpia, cheiro prorpio e sobor doce. Deverão ser efetuadas determinações de microorganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico sanitário, dessa classe de alimentos ou quando ocorrer toxinfecções alimetnares. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado". Embalagem: plástica com 05 Kg. Prazo de validade de no mínimo 06 (seis) meses.					
4	2000,00	KG	DUÇULA	R\$3,0800	R\$6.160,0000
Especificação: Amido de milho, pacote com 500 gramas.					

7	70,00	PCT	NEILAR	R\$2,8600	R\$200,2000
Especificação: Arroz parboilizado, longo, fino tipo I - registro do produto no Ministério da Agricultura ou Saúde. Embalagem padronizada com 1kg. Data de fabricação do produto de no máximo 30 dias da data de autorização de fornecimento expedida pela prefeitura. prazo de validade 12( doze) meses.					
9	30,00	KG	KIKA	R\$3,3600	R\$100,8000
Especificação: Biscoito salgado, 1ª qualidade, embalado em embalagem plástica descartável com o mínimo 400 gramas.					
21	250,00	PCT	PRODASA	R\$3,6000	R\$900,0000
Especificação: Canela em pó, embalagem com aproximadamente 50 gramas.					
25	12,00	UN	DA FILÓ	R\$2,9000	R\$34,8000
Especificação: Cravo da Índia, pacote com no mínimo 15 gr					
32	15,00	PCT	DA FILÓ	R\$3,0000	R\$45,0000
Especificação: Cominho em pó, pacote com 15gr.					
33	12,00	PCT	DA FILÓ	R\$2,9000	R\$34,8000
Especificação: Doce de frutas, sabores variados, pote com no mínimo 400gr.					
37	12,00	POTE	LUISALVENSE	R\$2,8000	R\$33,6000
Especificação: Farinha de Milho - Produto obtido pela ligeira torração do grão de milho, desgerminado ou fina, pura, previamente macerado e peneirado, 100% milho. Deverão ser efetuadas determinações de microrganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico- sanitário, dessa classe de alimentos, ou quando ocorrer toxinfecções alimentares. Não deverá conter sujidade, parasitos e larvas, conforme Resolução C.N.N. P A . 12/78 NTE 12/18, de 24/07/78. Embalagem: A embalagem primária do produto deverá ser de saco de polietileno transparente, atóxico, resistente, lacrado, pacotes de 01 Kg.					
40	36,00	KG	SINHA	R\$2,8600	R\$102,9600
Especificação: Feijão Preto: Tipo 1, isento de matérias estranhas, impurezas, insetos vivos ou mortos. Umidade máxima de 15%. Embalagem primária: Sacos de polietileno transparente, atóxico, pacotes de 1 kg.					
43	5,00	KG	BIEL	R\$6,6400	R\$33,2000
Especificação: Fermento em pó químico, frasco com aprox. 100 gramas					
45	240,00	FRS	FLESCHMANN	R\$2,6000	R\$624,0000
Especificação: Louro em folhas. Embalagem com mínimo 4gr.					
57	40,00	PCT	DA FILÓ	R\$2,5000	R\$100,0000
Especificação: Margarina vegetal, com sal 1ª qualidade, embalagem com aprox. 500 gramas					
62	170,00	UN	COAMO	R\$4,0700	R\$691,9000
Especificação: Milho para pipoca, grupo duro, classe amarelo, tipo 1, embalados em plástico atóxico, transparente e incolor, termosselada, isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem primária deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, peso líquido, prazo de validade, lote, número do registro no órgão competente, embalagem 500 gramas.					
63	140,00	PCT	COMVEL	R\$2,8000	R\$392,0000
Valor Total				(onze mil, quatrocentos e três reais e vinte e seis centavos)	
				R\$11.403,26	

**PREGÃO PRESENCIAL 35/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017.**

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 35/2017, objeto serviços de confecções de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS, CEAP, NEPS, CEO, UPA, SAMU e demais setores da Secretaria, com fornecimento de todos os materiais necessários, no dia 05 de setembro de 2017, às 13:30hs, recebimento dos envelopes contendo as propostas e documentações, abertura das propostas, lances e abertura dos documentos de habilitação, Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: palhoca.atende.net. Maiores informações fones: (48) 3047-5585 ou 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas. Palhoça, 22 de agosto de 2017. Rosiméri Hilda Coelho Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

# Papanduva

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº 041/2017**

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

CONTRATO 041/2017

Objeto : Contratação de gêneros alimentícios da AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Contratada : VILMAR PAITER. Validade: até 31 de Dezembro de 2017 . Base legal: Lei n.º 8666/93. Papanduva, 26 de Junho de 2017. Luiz Henrique Saliba -Prefeito Municipal.

**CONTRATO Nº 05/2017**

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

CONTRATO 005/2017

Objeto : Contratação de gêneros alimentícios da AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Contratada : COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE PAPANDUVA. Validade: até 31 de Julho de 2017 . Base legal: Lei n.º 8666/93. Papanduva, 03 de fevereiro de 2017. Luiz Henrique Saliba -Prefeito Municipal.

**CONTRATO Nº 39/2017**

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

CONTRATO 039/2017

Objeto : Contratação de gêneros alimentícios da AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Contratada : JOSÉ KAZMAREK. Validade : até 31 de Julho de 2017 . Base legal: Lei n.º 8666/93. Papanduva, 26 de Junho de 2017. Luiz Henrique Saliba -Prefeito Municipal.

**RETIFICAÇÃO DO PREGÃO Nº 007 PARA Nº12**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

RETIFICAÇÃO:

Objeto: O presente instrumento tem como objeto corrigir o Nº do processo licitatório, publicado em 15/08/2017 na edição nº 2.319 p. 540 no Diário Oficial dos municípios (DOM) a saber.

Onde se lê: Pregão Presencial Nº 007/2017

Leia-se: Pregão presencial Nº 12/2017

Papanduva/SC, 22 de Agosto de 2017.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

**SRP PREGÃO Nº 59/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

PREGÃO PRESENCIAL, SRP Nº 59/2017

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para realização de melhorias nos postos de SAÚDE do BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO e RONDINHA, com o fornecimento e a colocação de vidros.

Tipo: Tipo menor preço por item; Entrega dos envelopes: 06 de Setembro de 2017 às 09:00h ; Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 . Decreto Municipal nº 1975 de 10 de junho de 2009; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no email: compras@papanduva. Papanduva, 22 de Agosto de 2017. Luiz Henrique Saliba- Prefeito Municipal.

# Paraíso

## PREFEITURA

**IL 09-2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2017

INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2017

O MUNICIPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: Contratação de Serviços de Fornecimento e Distribuição de Água Potável Encanada, segundo previsão de gastos do Município de Paraíso - SC, para o exercício de 2017.

DO VALOR TOTAL: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMNETO CASAN

DA VIGÊNCIA: O Prazo de vigência será da data de assinatura até 31 de Dezembro de 2017.

DO FUNDAMENTO: Art. 25 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 22 de Agosto de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL



# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### 387/2017

PORTARIA Nº 387/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I e solicitação em anexo,

#### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR POR CONCURSO, Clarice Maria Gonçalves, brasileira, portadora do CPF nº 040.318.569-62, matrícula nº 11436, aprovada em Sétimo Lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, criado pela Lei 349/1986, com carga horária de 20 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Públicos Municipais, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 21/08/2017 à 20/08/2020 sob Regime Estatutário (Estatuto dos Servidores Público Municipal), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social – RGPS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 21 de agosto de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

José Antônio Rogério  
Secretário Municipal de Administração

### 388/2017

PORTARIA Nº 388/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I e solicitação em anexo,

#### RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGA LICENÇA SEM VENCIMENTO, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, IDENIS PEREIRA MATOS MEDEIROS, brasileira, portadora do CPF nº 789.565.879-49, matrícula nº. 699, ocupante do Cargo de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, no período de 21/08/2017 a 20/11/2017

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 21 de agosto de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

José Antônio Rogério  
Secretário Municipal de Administração

### DECRETO 31/2017

DECRETO Nº 31/2017

Dispõe sobre a opção do Município de Paulo Lopes/SC pelo regime especial de pagamento de precatórios instituído pelo art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o regime especial de pagamento de precatórios no Município de Paulo Lopes, nos termos do “caput” do artigo 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2º O Município de Paulo Lopes opta pelo pagamento dos precatórios vencidos, relativos às suas administrações direta e indireta, e os emitidos durante o período de vigência do regime especial, mediante depósito mensal, em conta especial criada para tal fim, de 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1% (um por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito, na forma do inciso I do § 1º e §2º do artigo 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Parágrafo único. Os depósitos serão efetuados até o último dia útil do mês de competência em conta especial criada para este fim, conforme trata o I do § 1º do artigo 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Finanças divulgará mensalmente o valor da receita corrente líquida calculada nos termos do §3º do artigo 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 21 de agosto de 2017.

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 23 de agosto de 2017.

JOSÉ ANTÔNIO ROGÉRIO  
Secretário Municipal de Administração

### DECRETO 32/2017

DECRETO Nº 32/2017.

Autoriza o Município de Palhoça a promover a ocupação temporária, em caráter de urgência, de imóvel localizado neste Município.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que o Município de Palhoça necessita executar obra de captação de água para o abastecimento da Região Sul do Município, de relevante interesse público;

Considerando que a obra de captação de água, conforme indicação técnica e nos termos do licenciamento ambiental promovido junto ao órgão ambiental competente, será realizada sobre o trecho específico do Rio Cachoeira do Sul, que representa a divisa geográfica entre os Municípios de Palhoça e Paulo Lopes;

Considerando que para se chegar ao local exato da obra somente é

possível por meio do território do Município de Paulo Lopes, pois a presença do morro e da mata nativa fechada impede o acesso via Município de Palhoça, sendo necessário ainda a utilização de uma propriedade privada adjacente ao Rio Cachoeira do Sul;

Considerando que o Município de Palhoça editou o Decreto Municipal Nº 2.223, de 11 de agosto de 2017, onde declarou de utilidade pública para fins de ocupação temporária, em caráter de urgência, parte de imóvel localizado neste Município, destinado à realização da obra;

Considerando que para o Município de Palhoça promover a ocupação temporária de imóvel localizado no Município de Paulo Lopes é indispensável a autorização expressa e formal deste, mediante Decreto Municipal;

Considerando que incumbe à Administração Pública no desenvolvimento de suas ações, atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, resolve,

#### DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Município de Palhoça autorizado a promover a ocupação temporária, sem destinação expropriatória, em caráter de urgência, de parte do imóvel rural abaixo indicado, localizado neste município:

I – Faixa de terras não edificadas, medindo 650m<sup>2</sup> (seiscientos e cinquenta) metros quadrados, adjacente ao curso d'água

denominado Rio Cachoeira do Sul, que corresponde a parte do imóvel rural de propriedade de Carlos Costa, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob o nº 179.563.159-72 e no RG sob o nº 196340, e Ana Lucia, brasileira, do lar, inscrita no CPF sob nº 071.937.219-41 e no RG sob nº 4469171, ambos conviventes entre si, localizado na Estrada Sertão do Campo, s/nº, Município de Paulo Lopes/SC, conforme croqui em anexo, que é parte integrante deste.

Art. 2º - A ocupação temporária de que trata o presente Decreto destina-se a dar o suporte físico necessário aos trabalhos de execução da obra de captação de água para o abastecimento da Região Sul do Município de Palhoça, realizada sob o Rio Cachoeira do Sul, nos termos do Decreto Municipal nº 2.223, de 11 de agosto de 2017, de responsabilidade integral e exclusiva daquele Município, sob todos os aspectos.

Art. 3º - Não haverá qualquer despesa decorrente deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes/SC, 22 de agosto de 2017.  
NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 23 de agosto de 2017.

JOSÉ ANTÔNIO ROGÉRIO  
Secretário mun. Administração

---

### CÂMARA MUNICIPAL

---

#### 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 02/2015

TERMO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

4º Termo Aditivo ao Contrato nº. 02/2015, de 23/09/2015, conforme processo licitatório nº. 136/2015. Tendo como contratante a CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES contratado LEGTECH SOLUÇÕES WEB EIRELI ME. Objeto: acrescer ao objeto contratado originalmente o serviço relativo ao "módulo de cronômetro" com a finalidade de atender à necessidade de manter a ordem no uso do tempo pelos Vereadores durante as sessões oficiais e demais reuniões da Contratante. Valor: o custo mensal dos serviços é reajustado em 15% (quinze por cento), nos termos do art. 65, I, "b", e § 1º, da Lei nº 8.666/93. O Contratante pagará à Contratada o valor mensal de R\$ 319,95 (trezentos e dezenove reais e noventa e cinco centavos).

Paulo Lopes, 22 de Agosto de 2017.  
EVERALDO EVILÁSIO DOS SANTOS  
Presidente da Câmara

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONVENIO 004

CONVÊNIO Nº 004/2017

Termo de Convênio que entre si celebram o Município de PINHEIRO PRETO, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Radiopatrulha da Polícia Militar.

O Município de PINHEIRO PRETO, doravante denominado Município, com sede Administrativa na Av. Mal Costa e Silva, n. 111, inscrito no CNPJ sob nº 82.827.148/0001-69, neste ato representado pelo Exmo. Sr. PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 508.424.129-72, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - PMSC, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, representada pelo seu Comandante Geral, PAULO HENRIQUE HENN, amparados na Lei Municipal nº 1.959, e demais normativos aplicados à espécie, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

##### a) À PMSC:

- I. Dispor de Organização Policial Militar no Município;
- II. Destacar policiais militares necessários para o planejamento, execução e fiscalização do policiamento ostensivo através de radiopatrulha;
- III. Fornecer as viaturas necessárias para tal serviço, devendo estas ser cadastrada no setor competente do Município e na Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar, cuja quantidade será definida de acordo com as necessidades e disponibilidades;
- IV. Equipar as viaturas com estações transceptoras móveis, para comunicação entre essas e uma central de atendimentos;
- V. Manter uma central de atendimentos equipada com uma estação transceptora fixa ou equipamento alternativo, no porte suficiente para atendimento à demanda do serviço;
- VI. Publicação do Extrato do Convênio no Diário Oficial do Estado.

##### b) Ao Município:

- I. Disponibilizar, mensalmente, a importância em reais, equivalente a 350 (trezentos e cinquenta) litros de gasolina, para cobrir despesas de manutenção (combustível, lubrificante, peças, acessórios, pneus e serviços) das viaturas colocadas a serviço (conveniada), visando proporcionar condições de execução do policiamento de radiopatrulha no Município, e disponibilizar, mensalmente, a importância em reais, equivalente a 50 (cinquenta) litros de gasolina para cobrir despesas de material de expediente, limpeza, fardamento,

manutenção do aquartelamento, equipamentos e alimentação do pessoal de serviço.

II. Depositar a importância prevista no inciso "I" na primeira quinzena de cada mês, em conta vinculada, na Agência do Banco do Brasil, do Município, sob a denominação de PMSC/Convênio de Radiopatrulha e, receber valores depositados à título de doação por pessoas físicas ou jurídicas que queiram

contribuir com o serviço de rádio patrulhamento, objeto deste Convênio, colocando a conta vinculada ao convênio à disposição dos possíveis doadores;

III. Realizar, a conta de suas dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente convênio, por requisição do Comandante da Organização Policial Militar do Município, observadas as Diretrizes de Ação Administrativas do Comando Geral da PMSC;

IV. Prestação de Contas dos Recursos repassados, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. A partir de 01 de janeiro de 2018, ou em data anterior a ser informada pelo Comando da Polícia, o valor a ser repassado passará a ser:

I – o equivalente em reais a 350 (trezentos e cinquenta) litros de gasolina, para cobrir despesas de manutenção com combustível, lubrificantes, peças, acessórios, pneus e serviços;

II – o equivalente em reais a 50 (cinquenta) litros de gasolina, para fazer frente às despesas com material de expediente, limpeza, fardamento, manutenção do aquartelamento, equipamentos e alimentação do pessoal de serviço.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

São executores do presente convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e o Comandante da Organização Policial Militar do Município.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta da seguinte dotação orçamentária vigente.

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:6 - Segurança Pública  
Subfunção:181 - Policiamento  
Programa:4 - Segurança Municipal  
Ação:2.67 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RADIOPATRULHA - POLÍCIA MILITAR

Parágrafo único. O Município consignará na lei orçamentária do próximo exercício financeiro, recursos para fazer frente ao presente convênio.

#### CLÁUSULA QUINTA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade até 12 (doze) meses, contados a partir de 07 de agosto de 2017, podendo ser denunciado, a qualquer época, por qualquer das partes, independente de interpelação judicial.

**CLÁUSULA SEXTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Pinheiro Preto - SC, 22 de agosto de 2017

PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

PAULO HENRIQUE HENN  
Cel PM Comandante Geral da PMSC

Testemunhas:

1 .....	2 .....
NOME:	NOME:
CPF: .....	CPF: .....

**DECRETO 4651**

DECRETO Nº 4.651, DE 16 DE AGOSTO DE 2017  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL PELO SUPERÁVIT  
FINANCEIRO NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município, conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.913 de 16 de novembro de 2016 e autorização em Lei nº 1.957 de 16 de agosto de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$60.000,00 (Sessenta mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 3 - Administração Geral  
Ação: 2.22 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
3.3.42.00.00 Execução Orçamentária Delegada a Municípios.

Art. 2º Para suporte do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Município de Pinheiro Preto de 2016, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 16 DE AGOSTO DE 2017.  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL CONVOCAÇÃO CMDCA 003**

Edital de Convocação

Jurcelei Bertha, Presidente do CMDCA (Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente) do Município de Pinheiro Preto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº

569/91 e pelo decreto nº 4.263, de 18 de agosto de 2015, leva ao conhecimento de todos o presente Edital de Convocação 03/2017. Considerando a Portaria de nº 300 de 31 de julho de 2017 de vacância do cargo da Conselheira Tutelar Luciana Zanella e a renúncia de Hellen Cristina Mânica, vem convocar Ligiane Schollosser, tendo sido eleita em decimo lugar no processo eleitoral de 04 de outubro de 2015, para assumir o cargo de Conselheira Tutelar. O presente edital será publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Pinheiro Preto, 15 de agosto de 2017.

Jurcelei Bertha  
Presidente do CMDCA

**LEI 1958**

LEI Nº 1.958, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

NOMINA RUA QUE ESPECIFICA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica nominada Rua "REGINA GRANDO ZANELLA" o trecho da estrada Municipal PPO 030, localizada no perímetro urbano, saída para Linha Navegantes, com área total de 2.915,64 m², entroncamento com a Rua Antonio Costenaro Filho, área esta de propriedade do Município, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Tangará, matrícula nº 8.572, na forma da planta constante do anexo à presente lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 22 de agosto de 2017.

PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1.958, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

NOMINA RUA QUE ESPECIFICA

ANEXO

PLANTA DA RUA  
LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO  
DATA MARÇO/2017

**LEI 1959**

LEI Nº 1.959, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a firmar convênio de cooperação com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, na forma do anexo à presente lei.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, mediante rondas



periódicas e atendimento de ocorrências no Município através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.

Art. 2º Para fins do convênio, o Município disponibilizará, mensalmente, a importância em reais equivalente a 650 (seiscentos e cinquenta) litros de combustível tipo gasolina comum, para cobrir despesas de manutenção (combustível, lubrificante, peças, acessórios, pneus e serviços) das viaturas colocadas a serviço, e disponibilizar, mensalmente, a importância em reais equivalente a 50 (cinquenta) litros de gasolina comum para cobrir despesas de material de expediente, limpeza, fardamento, manutenção do aquartelamento, equipamentos e alimentação do pessoal de serviço.

Parágrafo único. A partir de 01 de janeiro de 2018, ou em data anterior a ser informada pelo Comando da Polícia, o valor a ser repassado passará a ser:

I – o equivalente em reais a 350 (trezentos e cinquenta) litros de gasolina comum, para cobrir despesas com manutenção de combustível, lubrificantes, peças, acessórios, pneus e serviços;

II – o equivalente em reais a 50 (cinquenta) litros de gasolina, para cobrir despesas de material de expediente, limpeza, fardamento, manutenção do aquartelamento, equipamentos e alimentação do pessoal de serviço.

Art. 3º O convênio será pelo prazo de doze meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária prevista no atual orçamento:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:6 - Segurança Pública  
Subfunção:181 - Policiamento  
Programa:4 - Segurança Municipal  
Ação:2.67 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RADIOPATRULHA - POLÍCIA MILITAR

Parágrafo único. O Município consignará nas leis orçamentárias do próximo exercício, dotação necessária para fazer frente ao presente convênio.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de agosto de 2017.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 22 de agosto de 2017.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.959, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

ANEXO

CONVÊNIO Nº 004/2017

Termo de Convênio que entre si celebram o Município de PINHEIRO PRETO, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Radiopatrulha da Polícia Militar.

O Município de PINHEIRO PRETO, doravante denominado Município, com sede Administrativa na Av. Mal Costa e Silva, n. 111, inscrito no CNPJ sob nº 82.827.148/0001-69, neste ato representado pelo Exmo. Sr. PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal, portador do

CPF nº 508.424.129-72, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - PMSC, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, representada pelo seu Comandante Geral, PAULO HENRIQUE HENN, amparados na Lei Municipal nº 1.959, e demais normativos aplicados à espécie, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

##### a) À PMSC:

- I. Dispor de Organização Policial Militar no Município;
- II. Destacar policiais militares necessários para o planejamento, execução e fiscalização do policiamento ostensivo através de radiopatrulha;
- III. Fornecer as viaturas necessárias para tal serviço, devendo estas ser cadastrada no setor competente do Município e na Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar, cuja quantidade será definida de acordo com as necessidades e disponibilidades;
- IV. Equipar as viaturas com estações transceptoras móveis, para comunicação entre essas e uma central de atendimentos;
- V. Manter uma central de atendimentos equipada com uma estação transceptora fixa ou equipamento alternativo, no porte suficiente para atendimento à demanda do serviço;
- VI. Publicação do Extrato do Convênio no Diário Oficial do Estado.

##### b) Ao Município:

- I. Disponibilizar, mensalmente, a importância em reais, equivalente a 350 (trezentos e cinquenta) litros de gasolina, para cobrir despesas de manutenção (combustível, lubrificante, peças, acessórios, pneus e serviços) das viaturas colocadas a serviço (conveniada), visando proporcionar condições de execução do policiamento de radiopatrulha no Município, e disponibilizar, mensalmente, a importância em reais, equivalente a 50 (cinquenta) litros de gasolina para cobrir despesas de material de expediente, limpeza, fardamento, manutenção do aquartelamento, equipamentos e alimentação do pessoal de serviço.
- II. Depositar a importância prevista no inciso "I" na primeira quinzena de cada mês, em conta vinculada, na Agência do Banco do Brasil, do Município, sob a denominação de PMSC/Convênio de Radiopatrulha e, receber valores depositados à título de doação por pessoas físicas ou jurídicas que queiram contribuir com o serviço de rádio patrulhamento, objeto deste Convênio, colocando a conta vinculada ao convênio à disposição dos possíveis doadores;
- III. Realizar, a conta de suas dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente convênio, por requisição do Comandante da Organização Policial Militar do Município, observadas as Diretrizes de Ação Administrativas do Comando Geral da PMSC;
- IV. Prestação de Contas dos Recursos repassados, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. A partir de 01 de janeiro de 2018, ou em data

anterior a ser informada pelo Comando da Polícia, o valor a ser repassado passará a ser:

I – o equivalente em reais a 350 (trezentos e cinquenta) litros de gasolina, para cobrir despesas de manutenção com combustível, lubrificantes, peças, acessórios, pneus e serviços;

II – o equivalente em reais a 50 (cinquenta) litros de gasolina, para fazer frente às despesas com material de expediente, limpeza, fardamento, manutenção do aquartelamento, equipamentos e alimentação do pessoal de serviço.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

São executores do presente convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e o Comandante da Organização Policial Militar do Município.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta da seguinte dotação orçamentária vigente.

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:6 - Segurança Pública  
Subfunção:181 - Policiamento  
Programa:4 - Segurança Municipal  
Ação:2.67 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RADIOPATROLHA - POLÍCIA MILITAR

Parágrafo único. O Município consignará na lei orçamentária do próximo exercício financeiro, recursos para fazer frente ao presente convênio.

#### CLÁUSULA QUINTA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade até 12 (doze) meses, contados a partir de 07 de agosto de 2017, podendo ser denunciado, a qualquer época, por qualquer das partes, independente de interpelação judicial.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Pinheiro Preto - SC, 22 de agosto de 2017

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

PAULO HENRIQUE HENN

Cel PM Comandante Geral da PMSC

Testemunhas:

1	2
NOME:	NOME:
CPF:	CPF:

#### PORTARIA 332

PORTARIA Nº 332, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA NOVO MEMBRO COMISSÃO DE SELEÇÃO DE QUE TRATA O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 001/2017.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a exoneração da Servidora Pública, Eloisa Hack,

RESOLVE:

Art. 1º Em substituição a Servidora Eloisa Hack, fica nomeado o Servidor Público Municipal, MAX WAGNER FEITEN.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 22 de agosto de 2017

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

### CÂMARA MUNICIPAL

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 007/2017

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 005/2017

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto, em cumprimento a ratificação/homologação procedida pelo Presidente, faz publicar o presente extrato.

CONTRATANTE: Câmara De Vereadores De Pinheiro Preto.

EMPRESA CONTRATADA: F & F Viagens E Turismo Ltda (Skyline Viagens)

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição Passagens Aéreas.

ITEM 1: Passagens Aéreas de Florianópolis à Brasília, (Ida e Volta);

Saída : dia 28 de agosto, a partir das 17:30 horas

Retorno: dia 01 de Setembro, primeiro embarque da manhã;

Classe Econômica;

Nomes: Edison Antônio Mânica, Kelvin Brocardo e Odair Vailatti

VALOR TOTAL: R\$ 3.367,56 (Três Mil Trezentos e Sessenta e Sete

Reais e Cinquenta e Seis Centavos) DOTAÇÃO: 2.19 – 33.90.33.01

Passagens pelo País

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Pinheiro Preto, 22 de agosto de 2017.

Kelvin Brocardo

Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.



# Piratuba

## PREFEITURA

### ADENDO 01 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 065/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

ADENDO 01 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 065/2017

O Município de Piratuba, SC, através do Supervisor de Compras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é Registro de Preço para contratação de empresas para possível fornecimento de material de informática destinados as unidades administrativa do Município, sofreu alteração no Anexo "E" do Edital, e também alterando a data de recebimento dos envelopes contendo as propostas de preços e documentações de habilitação para o dia 05 de setembro de 2017, às 14h15, sendo a abertura da licitação neste mesmo dia às 14h30. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288. Piratuba, SC, 22 de agosto de 2017.

Carlos Alberto Maltauro  
Supervisor de Compras

### CLASS TP 09/2017

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC  
TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2017 - PMP

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de troca e reparos de esquadrias na Escola Amélia Poletto Hepp, conforme Projetos Básicos constantes do Anexo "E" deste Edital.

### EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante EGITO ENGENHARIA LTDA, sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe com o valor de R\$ 40.155,60 ( quarenta mil cento e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos); a licitante ESATTO ENGENHARIA LTDA ME, ficou na segunda colocação com o valor de R\$ 44.472,72 (quarenta e quatro mil quatrocentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso. Piratuba, SC, 22 de agosto de 2017.

CAMILA APARECIDA PIRES BELOTTO  
Presidente da C.P.L.

### DECRETO 795/2017

DECRETO Nº 795/2017, de 19 de junho de 2017.

Nomeia Membros do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social- CMHIS.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de acordo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal, e nos termos do artigo 2º da Lei nº 922/2007 que cria o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS e dá outras providências, alterado pela Lei 1016/2008,

### DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS, que passa a ter a seguinte composição:

I – Representantes de Entidades Populares

a) Grupo da Terceira Idade Viver e Conhecer de Piratuba:

Titular: Plínio Fries

Suplente: Lucia Regalin

II – Representante de Sindicatos de trabalhadores

Titular: Norberto Muller

Suplente: Vilmar Barros

III - Respresentante de Entidade Empresarial

Titular: Evandro Sachini

Suplente: Claito Rodimar Cavalheiro

III – Representante do Poder Legislativo

Titular: Mareci Stempcosqui

Suplente: Luiz Henrique da Silva

IV – Representante do Poder Executivo

a) Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e Habitação

Titular: Vanderlei Weber

Suplente: Dirceu Dalmagro

b) Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Titular: Giovani Gelson Meneghel

Suplente: Joelson Medeiros

c) Membros indicados pelo Executivo

Titular: Simara Teixeira Petry

Suplente: Roselei Koch

Titular: Elias Fernando de Freitas

Suplente: Clademir Sérgio da Silva

Titular: Juliane Wentz

Suplente: Vagner Luiz da Silva

Parágrafo único. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Habitação Interesse Social – CMHIS será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 2º As atividades do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social – CMHIS serão exercidas na forma da Lei nº 922/2007, alterada pela Lei nº 1016/2008 e legislação pertinentes e normas complementares.

Art. 3º Fica revogado o Decreto 346/2013, de 06 de setembro de 2013.

Art. 4º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua

publicação

Piratuba-SC, 19 de junho de 2017.  
Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial  
Conforme Lei nº 226/93  
Em 19 de junho de 2017

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 831/2017

DECRETO Nº 831/2017, de 22 de agosto de 2017  
Abre crédito suplementar por conta da anulação de dotações no valor de R\$ 18.900,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64. DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 14 – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO  
Unidade: 14.01 – Fundo Municipal de Turismo  
Projeto/Atividade: 2.027 – Ações da Secretaria de Turismo  
Modalidade: 93 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Outras Desp. Correntes 18.900,00

TOTAL: .....  
..... R\$ 18.900,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 14 – FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO  
Unidade: 14.01 – Fundo Municipal de Turismo  
Projeto/Atividade: 2.027 – Ações da Secretaria de Turismo  
Modalidade: 92 – 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 – Transf. Instit. Privadas s/ fins luc. 18.900,00

TOTAL: .....  
..... R\$ 18.900,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba-SC, 22 de agosto de 2017.  
OLMIR PAULINO BENJAMINI  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial  
Conforme Lei n. 226/93  
Em 22 de agosto de 2017.

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0014/2017

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0014/2017

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de materiais para procedimentos médico-hospitalares e higiene e limpeza destinados à distribuição gratuita a recém-nascidos do Município, conforme especificações no Edital.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Recebimento das propostas: até as 08h15 do dia 06/09/2017.

Abertura: às 08h30 do dia 06/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288. Piratuba, SC, 17 de agosto de 2017.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 066/2017

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 066/2017

Objeto: Registro de Preço para contratação de empresa para fornecimentos de material impressos destinados as unidades administrativas do Município, conforme especificações no Anexo "E" do Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h15 do dia 04/09/2017.

Abertura: às 08h30 do dia 04/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288. Piratuba, SC, 16 de agosto de 2017.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 067/2017

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 067/2017

Objeto: Registro de preço para possível aquisição de Botijão de Gás e Cargas de Gás de Cozinha (P-13 e P-45) para os Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais de Ensino Fundamental e demais unidades administrativas do Município.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h15 do dia 05/09/2017.

Abertura: às 08h30 do dia 05/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288. Piratuba, SC, 18 de Agosto de 2017.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

# Pomerode

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 3.264/17

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.264/17

DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE POMERODE, POR 03 (TRÊS) DIAS, EM RAZÃO DO FALECIMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CARMO KOEPP - DIRETOR DO CEI ROSA BORCK

GLADYS DINAH SIEVERT, Prefeita Municipal em Exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, alínea "n" da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o falecimento na data de 22 de agosto de 2017 do Senhor Carmo Koepp,

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado Luto Oficial no Município de Pomerode, por 3 (três) dias, a partir de 22 de agosto de 2017, em razão do falecimento do Servidor Público Municipal ocupante do cargo de Diretor de , Carmo Koepp, atuando no serviço público municipal desde 28/09/1998.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode (SC), 22 de agosto de 2017.

GLADYS DINAH SIEVERT

Prefeita Municipal em Exercício

### PORTARIA 22.007

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 22.007

PRORROGA CONTRATO DA SERVIDORA THAIS TATIANA GLATZ PARA FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso das atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

PRORROGAR, de acordo com a Lei Ordinária de nº2819 de 17 de março de 2016, a contratação por prazo determinado da servidora THAIS TATIANA GLATZ, ocupante da função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, a partir de 20 de julho de 2016 até 19 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 20 de abril de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

### PORTARIA 22.033

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 22.033

PRORROGA CONTRATO DA SERVIDORA ROSANE OTT PARA FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso das atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

PRORROGAR, de acordo com a Lei Ordinária de nº2819 de 17 de março de 2016, a contratação por prazo determinado da servidora ROSANE OTT, ocupante da função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, a partir de 27 de julho de 2016 até 26 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 27 de abril de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

### PORTARIA 22.405

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 22.405

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO THAIS TATIANA GLATZ FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por término de contrato THAIS TATIANA GLATZ, da função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, vaga vinculada a servidora Leonita Horstmann (em licença saúde), na Secretaria de Saúde, a partir de 19 de julho de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 19 de julho de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

**PORTARIA 22.461**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254  
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04  
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

**PORTARIA Nº 22.461**  
**EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO ROSANE OTT DA FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.**

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

**RESOLVE:**

De acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR por término de contrato ROSANE OTT, da função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 26 de julho de 2017.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 26 de julho de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 27 de julho de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 22.574**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254  
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04  
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

**PORTARIA Nº 22.574**

**INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE.**

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 74, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município de Pomerode combinado com o artigo 174 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 269/2014 e artigo 22 do Decreto nº 2.899/2014, alterado pelo Decreto nº 3.033/2015;

**RESOLVE:**

I - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apuração de eventuais responsabilidades administrativas, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos, praticadas pela servidora MARIA VITÓRIA DE JESUS SANTOS, servidora pública efetiva do Município de Pomerode, atualmente investida no cargo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 311442.

De acordo com o Memorando nº 169/2017, subscrito pelo Secretário de Saúde deste Município, Sr. Rafael Ramthun, a servidora Maria Vitória de Jesus Santos, em tese, teria inobservado o dever funcional previsto no artigo 10, da Lei Federal nº 11.350/2006, bem como os incisos I, III e IV do artigo 149, da Lei Complementar nº 269/2014.

Tal situação revela que a aludida servidora, em tese, não observou

os deveres funcionais previsto no artigo 10, da Lei Federal nº 11.350/2006, bem como os incisos I, III e IV do artigo 149, da Lei Complementar nº 269/2014.

Assim, nos termos do artigo 162 da Lei Complementar nº 269/2014 e artigo 97, § 1º do Decreto nº 2899/2015, caso restar comprovado as alegações descritas no Memorando nº 169/2017 da Secretaria de Saúde, a servidora ficará sujeita a penalidade de demissão.

II – Designar os membros abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para comporem a comissão destinada a apurar os fatos mencionados no item I (artigo 9º e seguintes do Decreto nº 2.899/2014, alterado pelo Decreto nº 3.033/2015).

Kelly Cristina Oreano Giusti Meurer – Pedagogo – Nível II  
Tiago Cardozo- Psicólogo – Nível I  
Rosane Boss Gomes – Tecnólogo Educacional – Nível I

III - Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos (artigo 29 do Decreto nº 2.899/2014, alterado pelo Decreto nº 3.033/2015), podendo ser prorrogado por igual prazo.

IV – Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 18 de agosto de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 12/2017/COMAS**

RESOLUÇÃO Nº12/2017/COMAS

Dispõe sobre a extinção da Comissão Especial Organizadora da Conferência Municipal de Assistência Social de 2017.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE - COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº206 de 25 de Maio de 2011, e em conformidade com a deliberação da Reunião da Ordinária do dia 26 de julho de 2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Extinguir a Comissão Especial Organizadora da Conferência Municipal de Assistência Social de 2017, uma vez que suas funções foram cumpridas e não há pendências.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da publicação.

Pomerode, 17 de agosto de 2017.

Michelle Vitório Marchetto  
Coordenador do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode - COMAS

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### RETÍFICA DE PUBLICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2017 TP 09/2017

AVISO DE RETÍFICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2017

TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE Nº009/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO GLOBAL DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO EXECUTIVO ANEXO APROVADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, MANDATÁRIA DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO ÂMBITO DO CONVÊNIO Nº 841850/2016/FNAS/ CAIXA, CONTRATO DE REPASSE Nº 1.037.283-70/2016. ONDE LÊ-SE: 6.6. Com base em levantamento e nas informações de preços e serviços e planilhas em anexo, o valor global máximo da obra, expresso em reais nos seguintes valores: R\$ 68.989,47 (sessenta e oito mil novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e sete centavos). LEIA-SE: 6.6. Com base em levantamento e nas informações de preços e serviços e planilhas em anexo, o valor global máximo da obra, expresso em reais nos seguintes valores: R\$ 402.309,92 (quatrocentos e dois mil trezentos e nove reais e noventa e dois centavos). As demais alterações permanecem sem alteração.

Ponte Serrada, 23 de agosto de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO 009/2017

EXTRATO CONTRATO 009/2017 Câmara Municipal de Vereadores

Ponte Serrada - Estado de Santa Catarina

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores

PONTE SERRADA – SC –CNPJ 78501004/0001-40

CONTRATADO: VALMIR CLEITON ALVES DA ROSA

CNPJ 25.021.877/0001-90

PROCESSO LICITATÓRIO 007/2017.

EDITAL: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2017.

FUNDAMENTO: ART. 24ii da Lei 8.666/93.

Objeto: O presente tem por objeto a execução de um guarda corpo (cerca de proteção) na sacada e escadaria da Câmara Municipal de Vereadores.

Valor : R\$ 4.900,00 ( Quatro mil e novecentos reais reais)

VIGENCIA: O presente contrato vigorará ate 30.09.2017

Ponte Serrada-SC, GILSON DAMACENO

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores



# Porto Belo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 016/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 016/2017 - FMS

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Aquisição de medicamentos de uso veterinário e ração para suprir a demanda no centro de castração animal do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento dos envelopes nº 01 e 02: Até 12:30 horas do dia 06/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 06/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [administracao@portobelo.sc.gov.br](mailto:administracao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 23 de Agosto de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 041/2017 - PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço nº 041/2017 - PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Contratação de empresa para Fornecimento e instalação de ACADEMIAS DE GINÁSTICA AO AR LIVRE para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 05/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 05/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 213 ou pelo e-mail [administracao@portobelo.sc.gov.br](mailto:administracao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 23 de Agosto de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1642, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 1642, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Institui a Sala de Situação Municipal para Coordenação, Combate e Enfrentamento da Dengue (mosquito *aedes aegypti*), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando que, a teor do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Poder Público, a quem compete garanti-la mediante adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando que o combate eficaz à proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da Dengue, do Zika Vírus e da Febre Chikungunya, depende da indispensável mobilização da sociedade e participação da população;

Considerando que a criação da Sala de Situação Municipal deverá definir diretrizes para intensificar a mobilização e o combate ao mosquito *Aedes Aegypti* em todo o território do Município de Itajaí, além de consolidar e divulgar informações sobre as ações e os resultados obtidos, também deverá coordenar ações com a disponibilização de recursos humanos, insumos, equipamentos e apoio técnico e logístico, em articulação com os órgãos estaduais e federais, e diante do relevante interesse público, DECRETA:

Art. 1º Fica instituída no Município de Porto Belo a Sala de Situação Municipal para Coordenação, Combate e Enfrentamento da Dengue, que tem como objetivo gerenciar e monitorar a intensificação das ações de mobilização e combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, para o enfrentamento da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus.

Art. 2º A Sala de Situação Municipal funcionará nas dependências da Secretaria de Saúde e Saneamento, situado na Rua Félix Waleadowski, nº 321, Bairro Perequê, com horário de funcionamento das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas e atendimento através do telefone (47) 3369-6020.

Art. 3º A Sala de Situação Municipal será composta por representantes nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo um titular e seu respectivo suplente, dos seguintes órgãos da Estrutura Administrativa do Município de Porto Belo:

I - Secretaria Municipal da Saúde;

II - Secretaria Municipal de Educação;

III - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

IV - Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária;

V - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;

VI - Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil;

VII - FAMAP - Fundação Municipal do Meio Ambiente;

VIII - Secretaria Municipal da Pesca e Aquicultura.

§ 1º Havendo necessidade poderá ser requisitada a participação de outros órgãos da Estrutura Administrativa do Município de Porto Belo.

§ 2º Poderão integrar a Sala de Situação Municipal para Coordenação, Combate e Enfrentamento da Dengue, os seguintes órgãos do Governo Estadual e Federal:

I - Batalhão do Corpo de Bombeiros de Porto Belo;

II - Batalhão da Polícia Militar de Porto Belo.

Art. 4º A participação na Sala de Situação Municipal será considerada prestação de serviço público relevante não remunerado.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de agosto de 2017.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

**DECRETO Nº 1643, DE 21 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº 1643, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18, inciso I da Lei Municipal nº 2467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 65.364,09 (Sessenta e cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais e nove centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 05 – Secretaria de Transportes e Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transportes e Obras e Serviços Públicos

Funcional Programática: 15.451.0021

Projeto: 1.005 – Construção de Obras de Arte

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 59.364,09

Órgão: 08 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 12.361.0014

Atividade: 2.021 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 6.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2017 por conta do Recurso Ordinário na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 21 dias do mês de agosto de 2017.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

**DECRETO Nº 1644, DE 22 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº 1644, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 19 da Lei Municipal nº 2467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 15.707,84 (Quinze mil, setecentos e sete reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional Programática: 08.244.0005

Atividade: 2.030 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.27 SF APOIO ESTADUAL

Valor: R\$ 15.707,84

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2016, por conta dos recursos Apoio Estadual na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 22 dias do mês de agosto de 2017.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 268/2017

DECRETO Nº 268, de 21 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bens Móveis Municipais à Associação de Moradores de São Pedro do Timbó – AMOSPET, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, à Associação de Moradores de São Pedro do Timbó – AMOSPET, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 07.762.094/0001-85, com sede na Colônia de São Pedro do Timbó – Porto União – SC, o uso gratuito dos bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (uma) carreta agrícola marca TADEU, usada, 05 toneladas, com freio automático, rodado duplo, pneus ressolados, aro 16, chassi retangular, com assoalho de madeira macho e fêmea;
- 01 (um) botijão criogênico para sêmen bovino.
- 01 (uma) plantadeira hidráulica com cambagem 03 (três) linhas para montanha.
- 01 (um) braço valetador marca Machesan.
- 01 (uma) roçadeira costal a gasolina marca Kawashima.

Art. 2º Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º Os bens acima especificados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 21 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação de Moradores de São Pedro do Timbó – AMOSPET, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 07.762.094/0001-85, com sede na Colônia de São Pedro do Timbó - Porto União - SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, os bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (uma) carreta agrícola marca TADEU, usada, 05 toneladas, com freio automático, rodado duplo, pneus ressolados, aro 16, chassi retangular, com assoalho de madeira macho e fêmea;
- 01 (um) botijão criogênico para sêmen bovino.
- 01 (uma) plantadeira hidráulica com cambagem 03 (três) linhas para montanha.
- 01 (um) braço valetador marca Machesan.
- 01 (uma) roçadeira costal a gasolina marca Kawashima.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - Os bens móveis acima relacionados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2020.

04 - Necessitando os bens de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foram recebidos, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização dos bens móveis supra mencionados, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 21 de agosto de 2017.

PERMITENTE: ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: RUDI WINTER

RG nº 4.074.931 SSP/SC

CPF nº 026.888.499-48

## **DECRETO Nº 269/2017**

DECRETO Nº 269, de 21 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a designação dos membros da Comissão Especial para implementação do Sistema Integrado de Dados dos Servidores Públicos do Município de Porto União (SC), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com o Artigo 4º do Decreto nº 265, de 17 de agosto de 2017, que institui o Sistema Integrado de Dados dos Servidores Públicos do Município de Porto União – SC,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para compor a Comissão Especial para implementação do Sistema Integrado de Dados dos Servidores Públicos do Município de Porto União (SC), os seguintes membros:

I- MARGARETH FLISSAK – Presidente;

II- VIVIAN JULIANE STASIAK CAMARGO SCHIER – Secretária;

III- DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO – Membro;

IV- VANESSA NALON DOS SANTOS – Membro;

V- LAURECI FREISLEBEN – Membro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **PORTARIA Nº 870/2017 - RH**

PORTARIA Nº 870, de 14 de agosto de 2017.

Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a partir de 01 de agosto de 2017, o contrato de trabalho de Sirlei Rosane Mariano Sepanhaki, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Matemática), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 14 de julho de 2017.

Porto União - SC, em 14 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 871/2017 - RH**

PORTARIA Nº 871, de 14 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Contratação Temporária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 14 de agosto de 2017 a 13 de agosto de 2018, ou até a realização de concurso público, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Marcos Piroski, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Transportes, Obra e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **EXTRATO DE CONTRATO MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2017**

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato

Modalidade de Pregão Presencial nº 005/2017 - Processo Licitatório nº 029/2017

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB nº 83.529.933/0001-06).

Contratada: Dalgallo Music Center Ltda. (CNPJ nº 12.940.258/0001-57).

Objeto: Contratada empresa para a aquisição de equipamentos de áudio, vídeo e foto para a Câmara de Vereadores de Porto União.

Valores: R\$ 12.975,00 (Doze mil e novecentos e setenta e cinco reais).

Vigência: de junho a dezembro 2017.

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União

Unidade 01- Câmara de Vereadores de Porto União

Atividade – 1.030 – Aquisição de Equipamentos para Atividades Legislativas.

Modalidade- 4.4.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento: 4.4.90.52.33.00.00.00 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto.

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002, Lei complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis.

Luiz Alberto Pasqualin

Presidente

### **PORTARIA Nº038/2017**

PORTARIA Nº038/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Camila Lezan, investida no cargo de carreira de Auxiliar de Serviços Gerais 10 (dez) dias de férias regulamentares, adquiridas no período aquisitivo de 21/07/2016 à 20/07/2017 a serem gozadas no período entre 16/08/2017 e 25/08/2017 em conformidade com o insculpido no Artigo 24 da Lei Municipal nº 3.048/2005 de 13 de abril de 2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.

Porto União - SC, 16 de agosto de 2017.

Luiz Alberto Pasqualin

Presidente

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### **PROCESSO 042 2017 - PISO VINILICO E TAPETES DE VINIL**

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 42/2017 - MULTIENTIDADE

PREGÃO PRESENCIAL (REGISTRO DE PREÇOS) Nº. 30/2017

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 04.09.2017, para Registro de Preços para Aquisição de tapetes de Vinil (Capachos), e Piso Vinilico, para uso nos Postos de Saúde do Município, Centros Educacionais infantis e Centros Educacionais, e Conselho Tutelar do Município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br).

Pouso Redondo, em 22 de Agosto de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

# Praia Grande

## PREFEITURA

### DECRETO 122

DECRETO Nº 122/2017

EDITA PLANTA GENÉRICA DE VALORES DE IMÓVEIS RURAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HENRIQUE MATOS MACIEL, Prefeito Municipal de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e combinando com o artigo 251 da Lei Municipal nº 642/93 de 15/12/93,

DECRETA:

Art. 1º Os imóveis rurais, para efeito de apuração do valor venal, ficam assim definidos:

CATEGORIA	LOCALIZAÇÃO	VALOR/HA/UFM
1ª	Todos os terrenos que fazem frente a Rod.SC-290, situados na costa ou do Rio Canoas e Mampituba	642,78 ou 803,47
2ª	Todos os terrenos que não fazem frente a Rod.SC-290, e que localizam-se próximo a costa do Rio Canoas e Mampituba.	642,78 ou 723,12
3ª	Todos os terrenos que fazem frente a Rod.SC-108, situado nas localidades de Figueira, Três Irmãos, Cachoeira e Sanga da Ripa.	562,43 ou 642,78
4ª	Todos os terrenos que não fazem frente a Rod.SC-108 e que localizam-se nas Localidades de Figueira,Três Irmãos, Cachoeira, Passo da Cachoeira, Sanga da Ripa e Sanga D'anta.	482,08 ou 562,43
5ª	Todos os terrenos que localizam-se nas Localidades de Vista Alegre, Costão Novo, Zona Nova, Fortaleza, Alvorada.	401,74 ou 482,08
6ª	Todos os terrenos situados nas Localidades de Vila Rosa, Pintada, Corujão, Rio do Boi, Alto da Esperança, Passo Fundo Mãe dos Homens.	321,39 ou 401,74
7ª	Localidade de Pedra Branca	160,69 ou 241,04

Art. 2º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Praia Grande, 01 de Agosto de 2017.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

VARNER DE OLIVEIRA

Secretário Administração e Finanças



# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017, de 21/08/2017.

#### EXTRATO

A Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei Orgânica Municipal, leva ao conhecimento de quem possa interessar, que estão abertas as inscrições para a seleção de Professor (Pedagogia) e Técnico em Esportes, admitidos em Caráter Temporário, a realizarem-se no período de 22 de agosto de 2017 a 04 de setembro de 2017, no portal [www.sigmaconsultoriasc.com.br](http://www.sigmaconsultoriasc.com.br), na opção correspondente ao Município de Presidente Castello Branco/SC. Os requisitos para a inscrição e os critérios para a seleção encontram-se publicados no Quadro Mural do Edifício Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Alberto Ernesto Lang, 29, da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, da Câmara Municipal de Vereadores, no site [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br) e [www.sigmaconsultoriasc.com.br](http://www.sigmaconsultoriasc.com.br). Maiores informações na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças no horário de expediente, ou pelo telefone: (49) 3457-1122.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

GABINETE DO PREFEITO, 21 de agosto de 2017.

ADEMIR DOMINGOS MIOTTO

Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017, de 21/08/2017.

#### EXTRATO

A Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei Orgânica Municipal, leva ao conhecimento de quem possa interessar, que estão abertas as inscrições para a seleção de Fisioterapeuta, admitido em Caráter Temporário, a realizarem-se no período de 22 de agosto de 2017 a 04 de setembro de 2017, no portal [www.sigmaconsultoriasc.com.br](http://www.sigmaconsultoriasc.com.br), na opção correspondente ao Município de Presidente Castello Branco/SC. Os requisitos para a inscrição e os critérios para a seleção encontram-se publicados no Quadro Mural do Edifício Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Alberto Ernesto Lang, 29, da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, da Câmara Municipal de Vereadores, no site [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br) e [www.sigmaconsultoriasc.com.br](http://www.sigmaconsultoriasc.com.br). Maiores informações na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças no horário de expediente, ou pelo telefone: (49) 3457-1122.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

GABINETE DO PREFEITO, 21 de agosto de 2017.

ADEMIR DOMINGOS MIOTTO

Prefeito Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO Nº 10/2017 ( FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE) A "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE"**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº 10/2017

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTENEREU, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 89.102.699/0001-28, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 14.488.313/0001-45, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE", conforme descrito no presente Edital e em seu Anexo I. O presente certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, de 17/07/2002, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, com as devidas alterações e Lei Complementar 123 de 14/12/2006 e demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos.

Local e horário de expediente para retirada do Edital, esclarecimentos e informações aos licitantes: Secretaria de Administração e Finanças (Departamento de Compras e Licitações), sito a Rua PRAÇA LEÃO DEHON, nº 50, CENTRO, PRESIDENTE NEREU (Santa Catarina), nos horários de 08:00h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h, de segunda a sexta-feira.

#### 1. LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL:

0.1. A presente licitação tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE", conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital

1. 2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 05 de setembro de 2017.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00 horas
- e) Abertura do processo: dia 05/09/2017 às 09:15 horas.

#### 2. DAS ENTREGAS

2.1. O licitante vencedor do certame deverá, num prazo de 05 (cinco) dias, disponibilizar uma amostra de todas as ferramentas ofertadas, a fim de que sejam submetidos a avaliação técnica funcional de modo que fique comprovado que cumprem fielmente as especificações do edital.

2.2. 2.2. O prazo máximo de Implantação será de 60 (sessenta) dias a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, sob pena de incorrer nas sanções e penalidades previstas neste Edital, e deverá ser entregue conforme a quantidade e condições estabelecidas na Autorização de Fornecimento.

2.3. 2.3 O prazo máximo para os Treinamentos e Capacitação do sistema será de 90 (noventa) dias a partir da data de assinatura do contrato.

#### 3. FORMA E PRAZOS PARA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

3.1. A licitante deverá possuir ferramenta própria na internet que permita a abertura e acompanhamento de chamados técnicos de qualquer natureza, permitindo:

3.2. A criação de acesso e administração por unidade, departamentos ou usuários;

3.3. O acompanhamento detalhado dos incidentes e solicitações em aberto, concluído e em andamento.

3.4. Relatório gerando número de chamados por período, data e hora da abertura, data e hora de término, local ou departamento originado, usuário ou solicitante.

3.5. O prazo para resolução do problema inicia-se no momento da abertura do chamado e finaliza-se na resolução do mesmo.

3.6. À contratada terá um prazo máximo de 12 horas úteis para resolução dos chamados a contar da abertura do mesmo.

3.7. No caso de descumprimento de cláusulas contratuais de prazo de atendimento para manutenção corretiva, ficam estabelecidas as seguintes penalidades:

3.8. R\$ 200,00 (Duzentos Reais) para atendimento em até 24 horas úteis posteriores ao prazo original;

3.9. R\$ 300,00 (Trezentos Reais) para atendimento em até 36 horas úteis posteriores ao prazo original;

3.10. R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais) para atendimento em até ou superior a 48 horas úteis posteriores ao prazo original.

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

4.1. Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

4.2. 2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

4.3. I - Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

4.4. II - Em dissolução ou em liquidação;

4.5. III - Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na

esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

4.6. IV - Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.7. V - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993.

#### 5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

5.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolando o pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas no endereço referido do subitem 16.13 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.2 Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

#### 6. DO CREDENCIAMENTO:

6.1. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, na presente licitação, de mais de uma empresa.

6.2. Por credenciamento, entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

I - Cópia autenticada de documento oficial de identidade do representante, com foto;

II - Carta de credenciamento, conforme modelo do Anexo II ou Procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante; Caso o Credenciado seja sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, faz-se necessário somente à apresentação de cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

III - Declaração de cumprimento dos requisitos habilitatórios, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital, assinado por quem de direito, e;

6.3. A carta de credenciamento ou procuração particular deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante (contrato social).

6.4. A falta de apresentação ou a apresentação dos documentos de credenciamento em desacordo com este capítulo, ou ainda a ausência do representante, equivale à renúncia por parte do licitante ao direito de apresentar lances durante a sessão e de praticar os demais atos inerentes ao certame, inclusive quanto a recursos, ressaltando que quando a documentação de credenciamento estiver, por lapso, dentro de quaisquer dos envelopes (1 ou 2), o respectivo envelope será entregue ao licitante que estará autorizado a abri-lo e retirá-la, lacrando-o em seguida, uma vez que citado documento se encontra no recinto, com o intuito de ampliar a disputa.

6.5. O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

6.6. No ato de credenciamento, o representante da proponente deverá identificar-se, mediante a apresentação, ao Pregoeiro, de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento.

6.7. Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes devidamente credenciados das proponentes.

6.8. Quando o licitante não indicar representante para credenciamento, deverá apresentar o instrumento de constituição da sociedade (Contrato Social, estatuto, etc...) e a Declaração de cumprimento dos requisitos habilitatórios, juntamente com a proposta, sob pena de desclassificação.

#### 7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

7.1. Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: Proposta de Preços e Habilitação.

7.2. Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante, o número do CNPJ, o número e o objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação"), na forma dos incisos I e II a seguir:

I - Envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU/SC

PREGÃO Nº 10/2017

LICITANTE: \_\_\_\_\_

Nº DO CNPJ: \_\_\_\_\_

ENVELOPE Nº 1 (PROPOSTA DE PREÇOS)

II - Envelope contendo os Documentos de Habilitação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU/SC

PREGÃO Nº 10/2017

LICITANTE: \_\_\_\_\_

Nº DO CNPJ: \_\_\_\_\_

ENVELOPE Nº 2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

7.3. Os documentos necessários à participação da presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, por servidor municipal devidamente designado e/ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.

7.4. Visando à racionalização dos trabalhos, é necessário que a autenticação de documentos seja solicitada antes da realização da sessão de recebimento das propostas, sendo a autenticação efetuada em horário de expediente, no endereço referido no subitem 16.13.

7.5. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

7.6. Para os documentos sem validade expressa, considerar-se-á 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão;

7.7. Os documentos não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante do processo licitatório.

7.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital

e seus Anexos.

#### 8. DA PROPOSTA DE PREÇOS: (ENVELOPE Nº 1)

8.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que desejarem obter benefícios da Lei complementar 123/2006, deverão apresentar a declaração conforme modelo constante do Anexo VII deste Edital assinado por quem de direito ou Certidão de Enquadramento ou equivalente expedida pela Junta Comercial, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA;

8.2. A proposta de preços, entregue no ENVELOPE Nº 1 (PROPOSTA DE PREÇOS) deve ser apresentada em uma via, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, em papel timbrado da licitante e identificado com o carimbo padronizado do CNPJ, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, com descrição detalhada do objeto ofertado, contendo a Marca de cada produto constante do item, a quantidade, o preço unitário e total, em moeda corrente nacional, com somente 02 (duas) casas após a vírgula, com o valor expresso em algarismos e o total por extenso, devendo suas folhas ser numeradas, rubricadas e a última assinada por quem de direito.

8.3. Nos preços propostos já deverão estar incluídos todos os custos necessários para a entrega dos produtos, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, descontos, acréscimos de insalubridade e periculosidade e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto lícitado;

8.4. Não serão aceitas propostas que contenham descrição DO OBJETO do tipo "conforme descrito no edital", ou em desacordo com o objeto lícitado;

8.5. No caso de produtos ou serviços não passíveis de classificação por Marca, o campo referente deverá ser preenchido com a informação "Não Consta";

8.6. Havendo dúvida, e não sendo esclarecida pelo representante credenciado, prevalecerão as descrições e os preços apresentados na proposta comercial;

8.7. Ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, e;

8.8. A falta de rubrica, data e/ou assinatura na proposta somente poderá ser suprida por representante da proponente, com poderes para tal fim, que esteja presente na reunião de abertura dos envelopes.

#### 9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será efetuado através de Depósito na Conta Bancária, indicada na Nota Fiscal, até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento, acompanhada da Respectiva Nota Fiscal com o devido aceite.

9.2. Customizações, atendimento técnico local, deslocamento técnico: pagamento em 15 (quinze) dias, contado a partir da conclusão dos serviços, conforme valor proposto para o item "Serviços adicionais do Sistema" constante do Anexo I deste Edital.

9.3. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.4. Toda proposta entregue será considerada com prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, quando então prevalecerá este prazo.

9.5. A apresentação de proposta de preço implica na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

9.6. O valor proposto para o item "Implantação do Sistema" constante do Anexo I deste Edital, será pago em 20 dias após execução do serviço, para tanto deve ser descrito na proposta, conforme Modelo de Proposta (Anexo VI).

9.7. A inobservância das determinações acima implicará na desclassificação da proponente, exceto no que tange a questões meramente formais, que serão analisadas e decididas caso a caso.

9.8. Os valores referentes ao item "Mensalidade do Sistema" do Anexo I deste edital, somente serão faturados e pagos após a implantação do referido sistema.

#### 10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: (ENVELOPE Nº 2)

10.1. O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os seguintes documentos, necessários à habilitação do licitante:

##### 10.2. RELATIVO À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.3. I - Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital, assinado por quem de direito;

10.4. II - Declaração de que não tem em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, menores de 16 (dezesesseis) anos, executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante no Anexo V deste Edital;

10.5. III - Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;

10.6. IV - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante comprovante atualizado, e;

10.7. V - Alvará de localização e Funcionamento.

##### 11. RELATIVO À REGULARIDADE FISCAL:

11.1 I - Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.2 II - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND);

11.3 III - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, e;

11.4 IV - Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, para comprovação de que a empresa não possui débitos trabalhistas.

##### 12. RELATIVO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

12.1 I - Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial, de acordo com a Lei 11.101/2005.

**13. RELATIVO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a. Apresentar Declaração até a assinatura do contrato de que disponibilizará, durante o período de implantação do software, no mínimo, os seguintes profissionais:
- b. a) - 01 (um) Técnico de Suporte de Software com conhecimento no software ofertado pela proponente e com conhecimento em sistemas operacionais Linux, Windows, configuração de Redes;
- c. b) - 01 (um) Analista de Sistemas com experiência em Banco de Dados com conhecimento e domínio do software ofertado, e que possua formação superior na área da Tecnologia da Informação em entidade reconhecida pelo MEC;
- d. II - Para fins de comprovação de capacidade técnica, deverão ser apresentados cópias de certificados de graduação, diplomas ou certificado de pós-graduação dos profissionais exigidos nos itens I;
- e. III - Plano de treinamento de acordo com o termo de referência (anexo I) do edital, e;
- f. IV - 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito privado ou público que comprove ter a empresa licitante realizado serviço compatível em características com o objeto licitado, ou seja, locação de software e suporte;
- g. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- h. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação do certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação relativo ao de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- i. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.
- j. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- k. Fica dispensada a apresentação de qualquer documento exigido no item 7.1 caso já tenha sido apresentado em etapa anterior do mesmo processo licitatório.

**14. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:**

- 14.1. No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro receberá dos representantes credenciados, em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, as propostas de preços e a documentação exigida para habilitação das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes, sendo vedada a remessa postal das propostas.
- 14.2. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.
- 14.3. Serão abertos inicialmente os envelopes contendo as Propostas de Preços, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.
- 14.4. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro

**15. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA HABILITAÇÃO:**

- 15.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que desejarem obter benefícios da Lei complementar 123/2006, deverão apresentar a declaração conforme modelo constante do Anexo VI deste Edital assinado por quem de direito ou Certidão de Enquadramento ou equivalente expedida pela Junta Comercial, juntamente com a proposta.
- 15.2. O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preços para o fornecimento dos serviços da presente licitação, e os respectivos valores ofertados.
- 15.3. No julgamento será levado em consideração o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, determinando que seja classificada a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do Edital e oferecer, o menor preço.
- 15.4. Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.
- 15.5. Serão desclassificadas as propostas que estiverem em desacordo com o artigo 4º da Lei 10.520/2002.
- 15.6. Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:
- 15.7. VIII - no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;
- 15.8. Caso não haja, no mínimo, 03 (três) propostas de índices nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará e proclamará as melhores propostas subsequentes, até que haja no máximo 3 (três) licitantes classificadas, quaisquer que sejam os preços ofertados, conforme disposto no inciso IX do artigo 4º da Lei 10.520/2002.
- 15.9. Às licitantes classificadas conforme estabelecido no subitem 9.4 será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.
- 15.10. O Pregoeiro convidará todas as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço, em ordem decrescente de índice.
- 15.11. Caso as propostas apresentadas por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço, lhes será assegurada preferência de contratação, situação denominada de empate.
- 15.12. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 15.13. Em caso de a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, será adjudicado o objeto em seu favor. (Artigo 45, I).
- 15.14. Em não ocorrendo à contratação da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na Lei Complementar 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito. (Artigo 45, II).
- 15.15. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta. (Artigo 45, III).
- 15.16. Na hipótese da não contratação, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. (Artigo



45, parágrafo 2º).

15.17. A desistência em apresentar lance verbal, quando feita à convocação pelo Pregoeiro, implicará na impossibilidade de a licitante futuramente efetuar novos lances.

15.18. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

15.19. A regularidade do cadastramento da licitante será confirmada por meio de consulta ao Departamento de Compras do Município de PRESIDENTE NEREU/SC, assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.

15.20. Caso a licitante não apresente a documentação relativa ao cadastramento ao Departamento de Compras e na própria sessão, os documentos que não possuírem prazo de validade somente serão aceitos com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data prevista para a apresentação das propostas.

15.21. Caso a licitante não esteja cadastrada no Departamento de Compras do Município de PRESIDENTE NEREU/SC, poderá se cadastrar no dia do certame, porém apresente irregularidade no seu cadastramento, ou apresente documentação de habilitação incompleta ou incorreta, será declarada inabilitada.

15.22. No caso da licitante ser inabilitada por conta de irregularidade constatada quando da consulta ao Departamento de Compras, e comprovar, exclusivamente, mediante apresentação do formulário ter, entregue a documentação ao Departamento de Compras no prazo regulamentar, o Pregoeiro suspenderá os trabalhos e comunicará o fato à Secretaria da Administração.

15.23. Constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado pelo Pregoeiro o objeto da presente licitação.

15.24. Caso os dados e informações constantes no processo não atendam aos requisitos estabelecidos no item 7 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por meios eletrônicos hábeis de informações.

15.25. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.

15.26. A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de novos documentos ou a substituição de documentos anteriormente ofertados, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação.

15.27. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

15.28. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido preço melhor, nas situações previstas no item 9.15.

15.29. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

15.30. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão as primeiras.

15.31. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pelos licitantes presentes e pela equipe de apoio.

## 16 DAS CONDIÇÕES GERAIS A SEREM ATENDIDAS:

16.1 A empresa Adjudicatária fica obrigada a:

16.2 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração.

16.3 Assumir inteira responsabilidade pela efetiva prestação do serviço licitado e efetuar-lo de acordo com as normas vigentes e/ou instruções deste Edital e seus anexos.

16.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

16.5 Manter a regularidade no cadastramento do Departamento de Compras até a data de pagamento.

16.6 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos produtos, objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Nota de Empenho.

16.7 Mediante acordo das partes poderá haver supressões de quantitativos em percentual superior a 25% do valor inicial da quantidade licitada.

## 17 DO PAGAMENTO:

17.1 O pagamento pelo objeto deste Edital será efetuado em moeda nacional, através de depósito em qualquer agência da rede bancária, desde que vinculada ao sistema de compensação de cheques, até o 30º (trigésimo) dia posterior à entrega da Nota Fiscal.

17.2 Nenhum pagamento será efetuado à Adjudicatária enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento Contratual.

17.3 As despesas decorrentes do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do ano de 2016 e 2018, conforme fonte de recurso abaixo especificado:

10
001
2022
33390391100000
01020000

17.4 O valor proposto para o item 01 do Anexo I – “Implantação dos Sistemas”, será pago em parcela única após 30 dias da execução do serviço.



**18 DA VIGÊNCIA:**

18.1 A presente licitação engloba serviços a serem contratados pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis pelo mesmo período até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

**19 DA FISCALIZAÇÃO:**

19.1 A prestação dos serviços pela empresa vencedora será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do Fundo Municipal de Saúde do município, devidamente designado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

**20 DAS PENALIDADES:**

20.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a cumprir o objeto injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o item 9.17, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

20.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.21 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não mais aceitarem o objeto da licitação.

20.3 O licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do compromisso, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com esta Administração e, se for o caso, será descredenciado no Departamento de Compras, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

20.3.1 As penalidades de que tratam o subitem anterior, serão aplicadas na forma abaixo:

a) - Deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta, ficará impedido de licitar com esta Administração por até 90 (noventa) dias;

b) - Falhar ou fraudar na entrega dos produtos ficará impedido de licitar com esta Administração pelo período de 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;

c) - Apresentação de documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, será descredenciado do Departamento de Compras pelo período de 02 (dois) a 05 (cinco) anos;

20.4 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Departamento de Compras e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

20.5 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - Advertência;

II - Multa (s), que deverá (ao) ser recolhida (s) em qualquer agência integrante do sistema de compensação por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Secretaria Municipal da Fazenda:

a) de 0,1% (um décimo por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos de entrega dos produtos, previstos neste Edital;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, aplicada em dobro na reincidência.

20.6 As multas aplicadas deverão ser recolhidas para a Secretaria Municipal da Fazenda no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, segundo a Lei nº 6.830/80, com os encargos correspondentes.

20.7 Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar o serviço, se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital.

20.8 Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e a critério da Administração, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

20.9 Para as penalidades previstas nos subitens 14.1 a 14.8 será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

20.10 As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da Administração.

**21 DOS RECURSOS:**

21.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias, para apresentação das razões do recurso, no qual poderá juntar memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

21.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

21.3 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

21.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

21.5 A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

21.6 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Prefeito Municipal homologará o resultado da licitação.

21.7 Dos atos da Administração, após a Adjudicação, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, caberá:

21.8 I - Recurso, dirigido ao Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, interposto no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolado no endereço referido no subitem 16.13 deste Edital, nos casos de:

21.9 a) - Anulação ou revogação da licitação;

21.10 b) - Rescisão de Contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666/1993;

21.11 c) - Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa.

21.12 II - Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

21.13 III - Pedido de reconsideração de decisão do Prefeito Municipal, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com

a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

21.14 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informados àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (§ 4º do artigo 109 da Lei Nº 8.666/1993).

21.15 A intimação dos atos referidos no inciso I do subitem 15.2, excluindo-se as penas de advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação no Diário Oficial do Município.

21.16 Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

## 22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital, cujo desconhecimento não poderão alegar.

22.2 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

22.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU/SC.

22.4 O Prefeito Municipal de PRESIDENTE NEREU/SC poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.5 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

22.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

22.7 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

22.8 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

22.9 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.10 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Comarca de Porto Belo (SC).

22.11 Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

22.12 Os participantes da presente licitação autorizam a filmagem e gravação dos trabalhos desenvolvidos durante a sessão do Pregão.

22.13 Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Pregoeiro, no Departamento de Compras do Município de PRESIDENTE NEREU, situado na Prefeitura Municipal, Rua PRAÇA LEÃO DEHON, 50, Bairro CENTRO até 02 (dois) dias anteriores à data de abertura da licitação, as quais serão respondidas, igualmente por escrito, depois de esgotado o prazo de consulta, por meio de circular encaminhada a todos os interessados. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (47) 3362 1108 ou e-mail: [compras@presidentenereu.sc.gov.br](mailto:compras@presidentenereu.sc.gov.br).

22.14 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pelo Prefeito Municipal.

22.15 Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo do Documento de Credenciamento;

Anexo III - Declaração de cumprimento dos requisitos habilitatórios;

Anexo IV - Declaração de inexistência de fatos impeditivos;

Anexo V - Declaração de que não emprega menor;

Anexo VI - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo VII - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

Anexo VIII - Minuta do contrato.

ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA

## ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2017

#### 23. DO OBJETO:

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de Sistema Informatizado em Gestão da Saúde, atendendo integralmente aos requisitos listados no termo de referência (anexo I do presente edital), incluindo treinamento, instalação, implantação, suporte técnico e configuração para as necessidades do Município. Conforme especificações e quantitativos descritos neste anexo:

#### 24. DA PROPOSTA DE PREÇOS:

A proposta de preços deverá ser apresentada de acordo com os moldes relacionados, sendo automaticamente desclassificadas as propostas com preços superiores aos de referência.

Implantação do Sistema:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de Sistema Informatizado em Gestão da Saúde, atendendo integralmente aos requisitos listados no termo de referência (anexo I do presente edital), incluindo treinamento, instalação, implantação, suporte técnico e configuração para as necessidades do Município	4 MESES	3.000,00	12.000,00

## Relação das Unidades de Saúde:

QTDE	UNIDADE	ENDEREÇO
01	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU	RUA PAPA JOÃO XXIII

## 25. Requisitos obrigatórios para a manutenção do sistema:

25.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços contínuos de manutenção legal e corretiva do sistema contratado, durante a execução do contrato, sem ônus à CONTRATANTE.

25.2. Em caso de mudança na legislação e que tenha influência direta ou indireta na utilização do sistema, entre outros, será elaborada uma programação para atendimento às mudanças ocorridas, sem prejuízos à operação do sistema, durante vigência contratual.

25.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar a atualização de versão do sistema, sempre que necessário para atendimento da legislação federal vigente, sem quaisquer ônus adicionais para o Fundo Municipal de Saúde de PRESIDENTE NEREU/SC, durante a vigência contratual.

25.4. Sistema de Back Up deverá possibilitar execução automática através de agendamentos, com históricos e LOG dos Back Ups realizados. Permitindo extração e salva guarda deste pelo Fundo Municipal de Saúde.

25.5. Sistema Integrado de SCRIPT, realizando cópias de arquivos e pastas e executando aplicativos automaticamente, com histórico dos Scripts executados, permitindo ao administrador do Sistema, realizar e agendar processos para serem executados diariamente em toda a estrutura da empresa, para padronização e segurança das informações de todos os computadores conectados na rede acessada.

25.6. Sistema Integrado de atualizações automáticas de versões nas estações dos Clientes, dispensando a execução de processos manuais pelo administrador do Sistema, padronizando assim todos os Sistemas dos computadores conectados ao Servidor de Banco de Dados, onde o administrador do Sistema, deverá copiar o arquivo com a atualização somente para o Servidor de Banco de Dados, já que os computadores dos usuários que estiverem utilizando este Sistema, serão atualizados automaticamente.

25.7. A CONTRATADA deverá prestar manutenção legal e corretiva do software licenciado durante o período de vigência do contrato.

## 26. Requisitos do banco de dados:

26.1. Processar automaticamente as conversões das acentuações gráficas dos caracteres, onde por exemplo, poderão ser cadastrados nomes de pessoas com acentos e nas pesquisas não serão necessárias informar as acentuações e vice-versa.

26.2. Processar de forma paralela caracteres maiúsculos e minúsculos nas pesquisas realizadas

26.3. Possuir opções para gerar automaticamente Gráficos de Barras, Pizzas e Linhas nos relatórios processados, onde estes gráficos devem possuir percentuais, valores e enquadramentos e os mesmos poderão ser impressos, salvos em arquivo e também copiados para outras aplicações.

26.4. Permitir habilitar e gerenciar o envio e recepção de mensagens e notificações entre os usuários, possibilitando aos usuários solicitarem tarefas ou processos a outros usuários, tal como, enviarem notificação de reuniões e mensagens para outros usuários ou para o administrador do Sistema.

26.5. Controle completo de permissões e privilégios de usuários, com parametrizações para acessos à Banco de Dados, Grupos de Usuários, Tabelas, Datas e Horários de validade de usuários, permissões e restrições de acessos à determinadas Tabelas, permissões e restrições de acessos à determinados campos (Colunas) de Tabelas, tipos de permissões e restrições que os usuários poderão executar para cada tipo de parametrização, também permitir a configuração de datas, feriados, horários, fim de semanas, nos quais cada usuário poderá estar acessando o sistema.

26.6. O banco de dados a ser utilizado deverá obrigatoriamente possuir recursos de arquivamento de log dos processos executados pelos usuários.

26.7. O banco de dados deve possuir mecanismo de controle de concorrência de multi-versão (MVCC) onde processos de leitura não bloqueiem processos de escrita e vice-versa, reduzindo de forma drástica a contenção entre transações concorrentes e paralisação parcial ou completa (deadlock).

26.8. O banco de dados adotado deve possuir mecanismo para backup's online permitindo sua restauração posterior se necessário, o qual deverá refletir exatamente o mesmo ambiente do momento em que o mesmo foi realizado.

## 27. REQUISITOS MÍNIMOS DOS MÓDULOS DO SISTEMA

O sistema ofertado deverá ser composto por módulos, os quais deverão ser integrados entre si, desde que atenda a todas as especificações técnicas funcionais e os requisitos técnicos mínimos do Sistema de Gestão da Saúde.

## ESPECIFICAÇÕES:

## 28. Cadastro Geral

28.1. Possibilitar cadastro do munícipe contendo informações de Nome, RG, CPF, Data de Nascimento, Endereço, Filiação.

28.2. Possuir cadastro de informações sobre Área, Micro Área, número da Família, Hipertensos, Diabéticos, Tipos de Deficiências, Cônjuges, Profissões, etc;

28.3. Permitir captura de foto com qualidade de resolução para auxílio a identificação do munícipe.

- 28.4. Garantir que todas as informações dos cadastros possam ser alteradas, como incluir mais registros.
- 28.5. Possuir registro do CNS (cartão nacional do sus).
- 28.6. Possuir pronta identificação de tipo sanguíneo, fator RH e doador de Sangue.
- 28.7. Fazer o controle dos cadastros homônimos.
- 28.8. Possuir disponibilidade de validação de ruas por bairros.
- 28.9. Possibilitar localização do município por coordenadas geográficas.
- 28.10. Possibilitar envio de informações através de mensagens de texto (SMS) para aparelhos de celular de forma individual ou, utilizando informações armazenadas a partir do cadastro único. Estas informações podendo ser criadas manualmente como também já ter pré-definidas no sistema.
- 28.11. Impressão de etiquetas com informações dos municípios cadastrados para adesivar os cartões de saúde da secretaria municipal de saúde.
- 28.12. Impressão de etiquetas para mala direta e correspondência.

#### 29. Agendamento

- 29.1. Possuir o controle e gestão dos agendamentos no atendimento em todas as unidades de saúde ou ambulatorios da rede básica.
- 29.2. Possuir agenda para profissionais e procedimentos.
- 29.3. Possuir parametrização por cotas, horários e intervalos de horários.
- 29.4. Possibilitar parametrizar feriados, pontos facultativos, férias ou folgas.
- 29.5. Possuir controle como também alertas de faltas e avisos.
- 29.6. Possuir alerta caso haja fila de espera para a especialidade que está sendo agendado.
- 29.7. Possibilitar parametrizar alertas por datas de agendamentos anteriores como também as futuras.
- 29.8. Possuir controle por tipo de atendimento: Consultas, Retornos, Pequenas Cirurgias, entre outros.
- 29.9. Possibilitar o cadastro de data limite para agendamentos de consultas.
- 29.10. Possibilitar a busca de exames e consultas na fila de espera do paciente.
- 29.11. Utilização de TOTEM para autoatendimento de agendamento com seleção de médicos, datas e horários disponíveis.
- 29.12. Possibilitar impressão do comprovante de agendamento.
- 29.13. Envio automático de mensagens de texto (SMS) para o paciente com a data do agendamento, hora, médico e especialidade no ato do agendamento como também horas antes do evento pré-definidas no sistema.
- 29.14. Possibilitar envio de informações através de mensagens de texto (SMS) para aparelhos de celular de forma individual ou, utilizando informações armazenadas a partir do agendamento. Estas informações podendo ser criadas manualmente como também já ter pré-definidas no sistema.
- 29.15. Visualizar e possibilitar imprimir agenda do dia.

#### 30. Exames (Autorizações)

- 30.1. Possibilitar autorização dos exames laboratoriais.
- 30.2. Parametrização de cotas por profissional, disponibilizado no ato de cada nova autorização extrato do Total da Cota X Utilizado X Saldo Disponível.
- 30.3. Parametrização de cotas por Unidade de Saúde, disponibilizado no ato de cada nova autorização extrato do Total da Cota X Utilizado X Saldo Disponível.
- 30.4. Parametrização de cotas por Laboratório, disponibilizado no ato de cada nova autorização extrato do Total da Cota X Consumido X Saldo Disponível.
- 30.5. Possibilitar a geração de autorização de um determinado grupo de exames simultaneamente.
- 30.6. Transferência de exames do prontuário eletrônico para autorização de exames.
- 30.7. Permitir informar outros valores de exames.
- 30.8. Impressão do comprovante de autorização de exames.
- 30.9. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.

#### 31. Autorizações de viagens

- 31.1. Cadastro de Motoristas e Autorizadores de viagens.
- 31.2. Deve permitir a criação de rotas contendo sua descrição, cidade de origem e cidade de destino.
- 31.3. Horários e KM de saída e retorno.
- 31.4. Controle de faltas dos pacientes que não avisarem que não irão precisar da viagem agendada.
- 31.5. Possibilitar o cadastro de horas extras dos motoristas.
- 31.6. Emissão de autorização de viagens e prestação de contas.
- 31.7. Cadastramentos de locais pré-definidos.
- 31.8. Possibilitar a função copiar e colar da lista de municípios das viagens anteriores.
- 31.9. Possuir campo de observação pré-definido.
- 31.10. Possibilitar envio de informações através de mensagens de texto (SMS) para aparelhos de celular de forma individual ou, utilizando informações armazenadas a partir das autorizações de viagens. Estas informações podendo ser criadas manualmente como também já ter pré-definidas no sistema.
- 31.11. Possibilitar anexar arquivos digitais, como imagens, documentos, diretamente no cadastro de viagens, tal como criar documentos

#### 32. Produção/Triagem

- 32.1. Cadastro dos profissionais, procedimentos, pessoas e períodos.
- 32.2. Compatibilidade e controle do CBO X Procedimentos X nível de complexidade da Unidade de Saúde X CID X Serviços de Classificação.
- 32.3. Transferência de informações da triagem do paciente para prontuário eletrônico com nível de prioridade de atendimento.
- 32.4. Possibilitar acessar e visualizar lista de pacientes agendados.
- 32.5. Possibilitar lançamento e administração de faltas dos pacientes.
- 32.6. Permitir que em um mesmo atendimento na triagem, consiga cadastrar todos os procedimentos realizados no paciente.



- 32.7. Possuir modulo com a tabela SIGTAP inclusa para consulta off line.
- 32.8. Geração do BPA consolidado e o individualizado.
- 32.9. Permitir anexar arquivos digitais, como imagens, documentos, áudio, vídeos, diretamente no cadastro da produção triagem, tal como criar documentos.
- 32.10. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
33. Farmácia
- 33.1. Gestão do estoque de medicamentos e suas tabelas.
- 33.2. Gestão do Estoque Mínimo e Máximo.
- 33.3. Possibilitar utilização de leitor de código de barras.
- 33.4. Controle de Inventário das unidades de saúde.
- 33.5. Gestão de Aquisição de Medicamentos, contendo informações sobre lotes, validade, preços, quantidades, estoques mínimos e máximos, fornecedores, laboratórios, notas fiscais e de empenho, entre outras informações, possibilitar que os medicamentos lançados pelo Módulo de Aquisição sejam transferidos automaticamente para o Módulo de Estoque de Medicamentos.
- 33.6. Transferências de medicamentos entre as unidades de saúde.
- 33.7. Dispensação de medicamentos com informações de lote, data de validade, tipo de medicamentos, quantidade, valor, nome do município, nome do médico, especialidade, e se necessário as posologias dos medicamentos e suas indicações quanto ao uso contínuo.
- 33.8. Possuir aviso indicando se o município possui medicamento em casa, caso o mesmo for realizar uma nova retirada deste medicamento, mostrando também a quantidade do medicamento retirado anteriormente e a quantidade de dias para a sua utilização.
- 33.9. Permitir geração de arquivo com informações do estoque de medicamentos para ser anexado ao Portal da Transparência podendo também ser separados por unidades de saúde.
- 33.10. Permitir a impressão automática da posologia após o cadastro da dispensação do medicamento em etiquetas autoadesivas e auto destacáveis para colar nas caixas, cartelas e frascos dos medicamentos.
- 33.11. Possibilitar envio de informações através de mensagens de texto (SMS) para aparelhos de celular de forma individual ou, utilizando informações armazenadas a partir da triagem. Estas informações podendo ser criadas manualmente como também já ter pré-definidas no sistema.
- 33.12. Permitir anexar arquivos digitais, como imagens, documentos, diretamente no módulo da farmácia, tal como criar documentos.
- 33.13. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
34. Prontuário Eletrônico
- 34.1. Administrar informações sobre Unidade de Saúde do atendimento, nome do Município, sexo, idade, data do atendimento, horário de chegada do paciente na unidade de saúde, tempo de espera para atendimento, tempo médio para consulta, informações coletadas na triagem como: Pressão arterial, temperatura, altura, peso, glicemia, idade e Patologias Crônicas.
- 34.2. Nome do Profissional, Conselho de Classe, Especialidade e CBO.
- 34.3. Informar o tempo de espera entre a triagem e o início da consulta, como também o tempo de duração da consulta do paciente.
- 34.4. Alerta de autorizações de exames em duplicidade.
- 34.5. Código e nome do procedimento executado conforme a tabela SIGTAP.
- 34.6. Tipo de Consulta (Consulta, Retorno, Urgência).
- 34.7. Prescrição de Medicamentos, selecionando os existentes na farmácia da unidade permitindo também personalizar cadastros de medicamentos com seus nomes, tipos, quantidades, posologias, forma de uso (interno ou externo) e tipo de receita (simples ou controladas).
- 34.8. Cada profissional poderá cadastrar grupos de medicamentos pré-definidos para suas prescrições.
- 34.9. Exibir listagem de medicamentos e Estoque da farmácia básica da unidade.
- 34.10. Pesquisa de Medicamentos em outras unidades de saúde caso seja necessário e permitido.
- 34.11. Solicitação de exames, selecionando os exames da tabela SIGTAP com seu código e descrição, permitindo também personalizar cadastros de exames, contendo 1 ou mais exames com os seus códigos e nomes.
- 34.12. ANAMNESE com no mínimo 1500 caracteres.
- 34.13. Resultados dos Exames com no mínimo 1500 caracteres.
- 34.14. Emissão de atestado Médico, declarações de comparecimento e atestado admissional.
- 34.15. Opções para navegação entre os atendimentos, (consultas) do prontuário.
- 34.16. Listagem do Histórico Geral do prontuário, como também visualizar apenas as informações de: Anamneses, Medicamentos Prescritos, Exames Solicitados, Resultados de exames e procedimentos executados, tal como também salvar em arquivo e imprimir essas informações.
- 34.17. Disponibilizar tabela do CID e DSM.
- 34.18. Impressão de Receituários simples.
- 34.19. Impressão de receituário controlado 2 vias.
- 34.20. Impressão de receituário antibiótico 2 vias.
- 34.21. Impressão de requisições de exames.
- 34.22. Função com a possibilidade de duplicar (copiar) dados anteriores como: medicamentos e exames já prescritos de uma consulta anterior para a consulta atual.
- 34.23. Cadastro predefinido para ANAMNESE e resultados de exames.
- 34.24. Permitir que seja cadastrado mais de um procedimento para mesma consulta.
- 34.25. Possibilitar visualizar e atualizar os odontogramas dos pacientes.
- 34.26. Possibilitar anexar documentos, laudos, imagens entre outros arquivos ao prontuário eletrônico do paciente.
- 34.27. Possuir laudo Médico para tratamento fora domicílio (TFD), tanto intraestadual como interestadual.
- 34.28. Permitir preenchimento e impressão do formulário de Mamografia.
- 34.29. Permitir preenchimento e impressão do formulário de laudo Médico para solicitação de procedimentos processados através dos BPA'I.
- 34.30. Permitir preenchimento e impressão do formulário de encaminhamento especializado para solicitação de procedimentos processados.
- 34.31. Possibilitar preenchimento das informações da ficha individual e odontológica do e-SUS através do Prontuário.
- 34.32. Possibilitar visualização do histórico de triagens do paciente.
- 34.33. Permitir ao profissional visualizar lista dos pacientes ainda não atendidos como também os já atendidos.

- 34.34. Chamada do paciente para o consultório através de um monitor disparando um sinal sonoro e informando, Número da Sala do Consultório, Nome e Foto do Paciente.
- 34.35. Possibilitar criar tipos de grupos de atendimentos.
- 34.36. Possibilitar a criação de um grupo específico de exames para cada profissional, onde o profissional só poderá solicitar os exames cadastrados no seu grupo.
- 34.37. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
35. Exames citopatológicos
- 35.1. Gestão e controle de exame preventivo (Citopatológico).
- 35.2. Cadastro da requisição de exame citopatológico disponibilizando todas as informações conforme requisição do Ministério da Saúde.
- 35.3. Cadastro de resultado de exame citopatológico disponibilizando todas as informações conforme fixa de resultado do Ministério da Saúde.
- 35.4. Impressão do formulário oficial de requisição do exame citopatológico com as informações da coleta e resultados.
- 35.5. Permitir anexar arquivos digitais, como imagens, documentos, áudio, vídeos, diretamente no módulo de exames citopatológicos, tal como criar documentos.
- 35.6. Possibilitar envio de informações através de mensagens de texto (SMS) para aparelhos de celular de forma individual ou, utilizando informações armazenadas a partir do módulo dos exames citopatológicos. Estas informações podendo ser criadas manualmente como também já ter pré-definidas no sistema.
- 35.7. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica
36. AIH
- 36.1. Gestão e controle das AIH's do município.
- 36.2. Informações sobre a Data de Lançamento, Laudo e Competência, Nome e Código do IBGE do Município, Número da AIH, Nome e CNPJ do Hospital ou Clínica, Nome do Médico com o CRM e CPF, informações cadastrais do município, Código e Nome do Procedimento executado.
- 36.3. Controle de fila de espera de AIHs, seladas e não seladas.
- 36.4. Gerador de etiquetas com a numeração da AIH.
- 36.5. Permitir geração de arquivo com informações da fila de espera para cirurgias para ser anexado ao Portal da Transparência.
- 36.6. Possibilitar envio de informações através de mensagens de texto (SMS) para aparelhos de celular de forma individual ou, utilizando informações armazenadas a partir do módulo. Estas informações podendo ser criadas manualmente como também já ter pré-definidas no sistema.
- 36.7. Permitir anexar arquivos digitais, como imagens, documentos, áudio, vídeos, diretamente no módulo de AIH, tal como criar documentos.
- 36.8. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
37. TFD
- 37.1. Cadastro de atendimentos realizados via TFD.
- 37.2. Impressão do formulário do pedido de tratamento fora domicílio.
- 37.3. Gestão da situação do processo TFD.
- 37.4. Permitir impressão de fichas com informações dos TFD's.
- 37.5. Possuir informações cadastrais do município, município de origem, médico solicitante, número da regional e parecer com informações de negado, autorizado ou Inconclusivo, contendo suas justificativas.
- 37.6. Possibilitar envio de informações através de mensagens de texto (SMS) para aparelhos de celular de forma individual ou, utilizando informações armazenadas a partir do módulo de TFD. Estas informações podendo ser criadas manualmente como também já ter pré-definidas no sistema
- 37.7. Permitir anexar arquivos digitais, como imagens, documentos, áudio, vídeos, diretamente no módulo de TFD, tal como criar documentos.
- 37.8. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
38. Procedimentos externos
- 38.1. Gestão e Controle de exames e consultas realizados fora do município.
- 38.2. Possibilitar cadastrar outros valores de consultas e exames correspondentes os convênios.
- 38.3. Gestão da fila de espera.
- 38.4. Controle de faltas.
- 38.5. Permitir impressão de fichas com informações de procedimentos externos.
- 38.6. Cadastro de perfil do profissional para regulação dos procedimentos de consultas e exames.
- 38.7. Permitir geração de arquivo com informações da fila de espera de consultas e exames externos para ser anexado ao Portal da Transparência
- 38.8. Possibilitar envio de informações através de mensagens de texto (SMS) para aparelhos de celular de forma individual ou, utilizando informações armazenadas a partir do módulo de exames e consultas externas. Estas informações podendo ser criadas manualmente como também já ter pré-definidas no sistema
- 38.9. Permitir anexar arquivos digitais, como imagens, documentos, áudio, vídeos, diretamente no cadastro dos exames e consultas externas, tal como criar documentos.
- 38.10. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
39. Vacinação
- 39.1. Gestão de Estoque das Vacinas por lote e validade.
- 39.2. Gestão da aplicação das vacinas.
- 39.3. Estratificar em forma de relatórios a relação de vacinas aplicadas por município.
- 39.4. Controle das vacinas em estoque.



39.5. Controle de vacinas a serem aplicadas futuramente.

39.6. Impressão do boletim de vacinação.

39.7. Bloqueio e liberação de vacinas.

39.8. Possibilitar envio de informações através de mensagens de texto (SMS) para aparelhos de celular de forma individual ou, utilizando informações armazenadas a partir do módulo de vacinação. Estas informações podendo ser criadas manualmente como também já ter pré-definidas no sistema

39.9. Possibilitar alertas de pacientes com vacinas em atraso nos setores de agendamento, autorizações de exames laboratoriais, transporte, farmácia, triagem, exames citopatológicos, TFD, consultas e exames externos e no prontuário eletrônico.

39.10. Permitir anexar arquivos digitais, como imagens, documentos, vídeos, diretamente no módulo de vacinação, tal como criar documentos.

39.11. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.

#### 40. E-sus

40.1. Possibilitar transmissão dos dados e-SUS via Apache Thirift ou XML, de forma total e completa, contendo todos os dados do: Cadastro Domiciliar, Cadastro Individual, Visita Domiciliar, Atendimento Individual, Individual Odontológico e Ficha de procedimentos.

#### 41. Assistência Social

41.1. Cadastro de pessoas e familiares possibilitando integração com o cadastro único.

41.2. Cadastro socioeconômico.

41.3. Cadastro de informações financeiras como, local de trabalho, atividade exercida, salário, outras rendas como aposentadoria, seguro desemprego, e pensão alimentícia.

41.4. Possibilitar o cadastro com informações com quantidade de pessoas, idosos, gestantes e deficientes por família.

41.5. Possibilitar o cadastro da situação habitacional como, tipo de residência, dados sobre a propriedade, financiamentos, aluguel, moradia anterior, tempo de moradia atual, propriedade rural ou urbano.

41.6. Informações de infraestrutura, abastecimento de água, tratamento de água, tipo de iluminação, esgoto e destino de lixo.

41.7. Permitir vincular as famílias aos programas da atenção básica, como o cadastro único, bolsa família, CRAS, BPC – Benefício de prestação continua, acompanhamento PAIF, grupo de mulheres, Centro de convivência melhor idade, programas de benefícios sociais como cesta básica, leite, conta de energia, funeral, conta de água, cursos profissionalizantes, roupas entre outros.

41.8. Permitir vincular as famílias aos programas de média complexidade, como o CREAS, PAEF, serviço de proteção social, situação de rua, vítimas de violência doméstica.

41.9. Permitir vincular as famílias aos programas da alta complexidade, como acolhimento para idosos, mulheres vítimas de violência, acolhimentos de jovens e adultos com deficiência, acolhimento de criança e adolescentes, situação de calamidade pública e família acolhedora.

41.10. Possibilitar o cadastro dos familiares relacionados ao responsável familiar com informações como parentesco, atividade exercida, trabalho, escola, deficiência e renda individual e total.

41.11. Cadastro e histórico de atendimentos realizados pelos psicólogos e assistentes sociais contendo informações sobre a pessoa, tipo de atendimento, encaminhamentos, recebimento e descrição detalhada do atendimento.

41.12. Cadastro e histórico de benefícios contendo informações sobre a pessoa, o benefício concedido, quantidade, valor, encaminhamentos, local de retirada e descrição detalhada destes benefícios.

41.13. Permitir anexar arquivos digitais, como imagens, documentos, áudio, vídeos, diretamente no módulo de assistência social, tal como criar documentos.

41.14. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.

41.15. Possibilitar envio de informações através de mensagens de texto (SMS) para aparelhos de celular de forma individual ou, utilizando informações armazenadas a partir do módulo de assistência social. Estas informações podendo ser criadas manualmente como também já ter pré-definidas no sistema.

41.16. Permitir a impressão detalhada do Histórico de Atendimento

41.17. Permitir a impressão detalhada do Histórico de Distribuição de Benefícios.

41.18. Imprimir comprovante de entrega dos benefícios com campo para assinatura

#### 42. Habitação

42.1. Cadastro das informações com nome, data de nascimento, RG, CPF, sexo, endereço, telefone, naturalidade e filiação dos munícipes.

42.2. Possibilitar o cadastro das condições de moradia atual do munícipe como tipo de moradia, se há alagamentos frequentes, risco de deslizamento, margem de rodovia, margem de rio, gasto mensal com moradia como aluguel e condomínio.

42.3. Cadastro das informações de tempo de moradia na residência, nº de filhos, renda familiar, pontuação.

42.4. Cadastro das informações da atividade e local de trabalho dos munícipes.

42.5. Possibilitar o cadastro de endereço para correspondências.

42.6. Possibilitar o cadastro das informações financeiras dos familiares do responsável.

42.7. Possibilitar o cadastro dos recursos disponíveis por munícipes, como poupança, FGTS, recurso próprio e se participa de algum outro programa habitacional.

42.8. Cadastro de renda per capita.

42.9. Possibilitar o cadastro dos documentos faltantes para o programa de habitação.

42.10. Permitir anexar arquivos digitais, como imagens, documentos, áudio, vídeos, diretamente no sistema de habitação, tal como criar documentos.

#### 43. Fila de espera interna

43.1. Possibilitar gerenciar e ordenar a fila de espera de especialidades, exames, administração de receitas e outras necessidades que se faça necessário.

43.2. Descrevendo qual especialidade, tipo de procedimento ou necessidade gerenciando os níveis de prioridade.

43.3. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.

- 44. Ordem de compra
  - 44.1. Cadastro do tipo do benefício/produto.
  - 44.2. Cadastro dos fornecedores.
  - 44.3. Informações com a descrição do tipo da ordem de compra.
  - 44.4. Cadastro da quantidade e valor do benefício/produto.
  - 44.5. Cadastro do ordenador da ordem.
  - 44.6. Impressão das autorizações de compra.
  - 44.7. Permitir anexar arquivos digitais, como imagens, documentos, vídeos, diretamente no cadastro da ordem de compra, tal como criar documentos.
  - 44.8. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
- 45. Conselho tutelar
  - 45.1. Cadastro e gestão dos atendimentos realizados.
  - 45.2. Cadastro do tipo de atendimento realizado.
  - 45.3. Cadastro do profissional responsável pelo atendimento.
  - 45.4. Impressão da ficha de atendimento.
  - 45.5. Permitir anexar arquivos digitais, como imagens, documentos, áudio, vídeos, diretamente no módulo do conselho tutelar, tal como criar documentos.
  - 45.6. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
- 46. Parametrizações
  - 46.1. Cadastro geral de usuários.
  - 46.2. Alteração de informações dos usuários.
  - 46.3. Perfil com as permissões de acesso de usuários para os diversos módulos do sistema.
  - 46.4. Regras para cadastramento dos campos do cadastro único.
  - 46.5. Remanejamento e correção de Campos.
  - 46.6. Remanejamento e unificação de cadastros.
  - 46.7. Parametrização dos CID.
  - 46.8. Parametrização do status do código de barras entre outros parâmetros da farmácia básica.
  - 46.9. Parametrização de faltas dos munícipes.
  - 46.10. Parametrização dos serviços/classificação.
  - 46.11. Histórico de LOG de usuários.
  - 46.12. Cadastro de Unidades de saúde.
  - 46.13. Parametrização das complexidades das unidades.
  - 46.14. Procedimentos específicos para cada unidade de saúde.
  - 46.15. Procedimentos extras para cada unidade de saúde.
- 47. Almoxarifado
  - 47.1. Informações do cadastro de materiais com classe e sub-classe e suas especificações.
  - 47.2. Possibilitar cadastro completo de fornecedores.
  - 47.3. Cadastro das aquisições de material contendo informações sobre: lotes, validades, preços, quantidades, estoques mínimos e máximos, fornecedores, notas fiscais e de empenho.
  - 47.4. Permitir utilização do leitor de código de barras.
  - 47.5. Cadastro de localização física do material.
  - 47.6. Gestão do Estoque Mínimo/máximo.
  - 47.7. Transferências de materiais para outras unidades e setores.
  - 47.8. Dispensação de materiais, com nome material, classe e subclasse, setor, quantidade, valor, profissional, finalidade, destino e posicionamento físico do material.
  - 47.9. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
- 48. Gerenciador de documentos
  - 48.1. Cadastro, gestão e controle de documentos, áudios, imagens, vídeos e outros arquivos digitais com tipificação e índices ou palavras-chaves de busca dos conteúdos.
  - 48.2. Criação de leiaute para geração automática de documentos.
  - 48.3. Criação de modelos matrizes para utilização de novos documentos e planilhas como padronização de ofícios, contratos, leis, portarias e os mais diversos tipos de conteúdo.
  - 48.4. Cadastro de conteúdo por tipo.
  - 48.5. Gerar numeração sequencial automática por tipo de documentos.
  - 48.6. Importação de documentos, imagens, vídeos e outros arquivos digitais.
  - 48.7. Controle de prazos de respostas para os documentos.
  - 48.8. Permitir o cadastro da informação para qual setor foi encaminhado o conteúdo gerenciado.
  - 48.9. Status do conteúdo.
  - 48.10. Criação de grupo de conteúdos.
  - 48.11. Possuir integração com os módulos do sistema.
  - 48.12. Possuir integração com todos os setores das unidades de saúde e assistência social.
  - 48.13. Importação automatizada de conteúdo em massa de forma ilimitada, por tipos de conteúdo, com data, descrições e assunto.
  - 48.14. Possibilitar a busca dos conteúdos e documentos através de palavra como também por parte parcial dela, bastando essa estar inclusa no assunto do documento ou conteúdo ou na sua descrição.
  - 48.15. Permitir a busca por tipo de documento.

**49. Frotas**

- 49.1. Cadastro de ordens de abastecimentos e manutenções realizadas.
- 49.2. Geração do número sequencial da ordem de serviço automaticamente.
- 49.3. Identificação do tipo de serviço, indicando se o serviço é de abastecimento, lubrificante ou outro serviço de manutenção, incluindo informações contendo o nome do serviço, combustível ou lubrificante, tal como quantidade de litros ou materiais utilizados com seus valores.
- 49.4. Cadastro completo do veículo, com placa, modelo, marca, setor a qual pertence o veículo e consumo médio.
- 49.5. Parametrização da obrigatoriedade do preenchimento do hodômetro.
- 49.6. Cadastro dos fornecedores de serviços, com nome, atividade, endereço e telefone.
- 49.7. Cadastro dos condutores dos veículos.
- 49.8. Gestão do consumo médio dos veículos.
- 49.9. Gestão de serviços e manutenções futuras dos veículos.
- 49.10. Opção para pesquisa rápida das ordens lançadas no dia.
- 49.11. Cadastro do responsável pelo serviço executado pela empresa terceirizada.
- 49.12. Controle de peças e manutenções em garantia.
- 49.13. Controle de rodagem dos veículos, informações de Km 's rodados.
- 49.14. Impressão de ordem de serviço.
- 49.15. Permitir anexar arquivos digitais, como imagens, documentos, áudio, vídeos, diretamente no módulo de frotas, tal como criar documentos.
- 49.16. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.

**50. Relatórios**

51. Cadastro Único deverá fornecer no mínimo os seguintes relatórios:

- 51.1. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
- 51.2. As informações dos relatórios deverão ser exibidas no formato de lista de itens roláveis (listView) e também na janela do cadastro único, onde deverão ser mostradas todas as informações existentes, permitindo a rolagem (avanço e retorno) dos cadastros exibidos, permitindo também a visualização das fotografias das pessoas cadastradas.
- 51.3. As informações que serão exibidas no formato de lista de itens roláveis (listView) também poderão ser impressas diretamente destas listagens e permitir a cópia destes itens para processadores de textos e planilhas eletrônicas de cálculos.
- 51.4. Relatório por setor/unidade de saúde de cadastramento
- 51.5. Relatório por área, micro área, rua, bairro, categoria, idade, escolaridade, naturalidade, profissão, estado civil, cor de pele.
- 51.6. Relatório de hipertensos, diabéticos, tipos de deficiências, doadores de órgãos e doadores de sangue.
- 51.7. Relatório de aniversariantes por mês ou datas específicas.
- 51.8. Possibilitar a criação de espelhos dos relatórios permitindo a utilização do sistema em paralelo.
- 51.9. Possibilitar a classificação dos relatórios em ordem crescente e decrescente da coluna selecionada.
- 51.10. Permitir copiar e transferir as informações dos relatórios diretamente para planilhas e processadores de texto sem a necessidade de salva-lo anteriormente.
- 51.11. Permitir alteração do cabeçalho nos relatórios exibidos.

52. Agendamento deverá fornecer no mínimo os seguintes relatórios:

- 52.1. Possibilitar a personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
- 52.2. As informações dos relatórios deverão ser exibidas no formato de lista de itens roláveis (listView) e também na janela do agendamento, onde deverão ser mostradas todas as informações existentes, permitindo a rolagem (avanço e retorno) dos agendamentos exibidos.
- 52.3. As informações que serão exibidas no formato de lista de itens roláveis (listView) também poderão ser impressas diretamente destas listagens e permitir a cópia destes itens para processadores de textos e planilhas eletrônicas de cálculos.
- 52.4. Relatório com profissionais com CRM, especialidade e CBO.
- 52.5. Relatório de folgas e férias por período e profissional.
- 52.6. Relatório com data de agendamento, município, horário individual, especialidade, tipo de consulta, profissional, faltas, data de nascimento e telefone.
- 52.7. Relatório de faltas com os nomes dos municípios.
- 52.8. Relatórios de agendamento por profissional.
- 52.9. Relatórios de agendamento por filtro de pesquisa de profissional, data de agendamento, município, idades e unidade de saúde.
- 52.10. Possibilitar a criação de espelhos dos relatórios permitindo a utilização do sistema em paralelo.
- 52.11. Possibilitar a classificação dos relatórios em ordem crescente e decrescente da coluna selecionada.
- 52.12. Permitir copiar e transferir as informações dos relatórios diretamente para planilhas e processadores de texto sem a necessidade de salva-lo anteriormente.
- 52.13. Permitir alteração do cabeçalho nos relatórios exibidos.

53. Autorização de exame laboratorial deverá fornecer no mínimo os seguintes relatórios:

- 53.1. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
- 53.2. As informações dos relatórios deverão ser exibidas no formato de lista de itens roláveis (listView) e também na janela do módulo de autorizações de exames, onde deverão ser mostradas todas as informações existentes, permitindo a rolagem (avanço e retorno) dos exames autorizados exibidos.
- 53.3. As informações que serão exibidas no formato de lista de itens roláveis (listView) também poderão ser impressas diretamente destas listagens e permitir a cópia destes itens para processadores de textos e planilhas eletrônicas de cálculo
- 53.4. Relatório de exames por período.
- 53.5. Relatório de exames por laboratório – Possibilitando geração de gráficos estatísticos.
- 53.6. Relatório de exames solicitados por código de CBO– Possibilitando geração de gráficos estatísticos.
- 53.7. Relatórios de exames por idade dos pacientes – Possibilitando geração de gráficos estatísticos.

- 53.8. Relatório de exames com profissional solicitante e quantidade– Possibilitando geração de gráficos estatísticos.
- 53.9. Relatório de exames laboratoriais por paciente.
- 53.10. Relatório de exames por unidade de saúde – Possibilitando geração de gráficos estatísticos.
- 53.11. Relatórios de autorização de exames, por filtro de data, laboratórios, municípios, profissionais, exames e unidades de saúde.
- 53.12. Possibilitar a criação de espelhos dos relatórios permitindo a utilização do sistema em paralelo.
- 53.13. Possibilitar a classificação dos relatórios em ordem crescente e decrescente da coluna selecionada.
- 53.14. Permitir copiar e transferir as informações dos relatórios diretamente para planilhas e processadores de texto sem a necessidade de salva-lo anteriormente.
- 53.15. Permitir alteração do cabeçalho nos relatórios exibidos.
54. Exames e consultas externas deverá fornecer no mínimo os seguintes relatórios:
- 54.1. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
- 54.2. As informações dos relatórios deverão ser exibidas no formato de lista de itens roláveis (listView) e também nas janelas dos exames e consultas externas, onde deverão ser mostradas todas as informações existentes, permitindo a rolagem (avanço e retorno) dos exames e consultas exibidas.
- 54.3. As informações que serão exibidas no formato de lista de itens roláveis (listView) também poderão ser impressas diretamente destas listagens e permitir a cópia destes itens para processadores de textos e planilhas eletrônicas de cálculo.
- 54.4. Possibilitar a geração de gráficos estatísticos de exames e consultas externas, clínicas, especialidades, convênio, níveis de urgência e períodos.
- 54.5. Relatório de exames e consultas com número sequencial da fila, nível de prioridade, data de lançamento, data de agendamento, nome do município, idade, sexo, especialidade, nível de urgência, nome do exame, nome do profissional médico e valor.
- 54.6. Relatórios de exames e consultas agrupadas com quantidades e valores com a possibilidade de geração de gráficos estatísticos.
- 54.7. Relatórios de exames e consultas por período selecionado.
- 54.8. Relatórios de exames e consultas por clínicas, local e exames.
- 54.9. Relatórios de exames e consultas por especialidade – Possibilitando geração de gráficos estatísticos.
- 54.10. Relatórios de exames e consultas por idade dos pacientes – Possibilitando geração de gráficos estatísticos.
- 54.11. Relatórios de exames e consultas por complexidade – Possibilitando geração de gráficos estatísticos.
- 54.12. Relatórios de exames e consultas por formas de convênio e especialidade – Possibilitando geração de gráficos estatísticos.
- 54.13. Relatórios de exames e consultas com nome dos pacientes.
- 54.14. Relatório da fila de espera dos exames e consultas externas.
- 54.15. Relatório de nível de prioridade dos exames e consultas reguladas.
- 54.16. Possibilitar a criação de espelhos dos relatórios permitindo a utilização do sistema em paralelo.
- 54.17. Possibilitar a classificação dos relatórios em ordem crescente e decrescente da coluna selecionada.
- 54.18. Permitir copiar e transferir as informações dos relatórios diretamente para planilhas e processadores de texto sem a necessidade de salva-lo anteriormente.
- 54.19. Permitir alteração do cabeçalho nos relatórios exibidos.
55. Autorizações de viagens deverá fornecer no mínimo os seguintes relatórios.
- 55.1. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
- 55.2. As informações dos relatórios deverão ser exibidas no formato de lista de itens roláveis (listView) e também nas janelas da autorização de viagem, onde deverão ser mostradas todas as informações existentes, permitindo a rolagem (avanço e retorno) dos exames e consultas exibidas.
- 55.3. As informações que serão exibidas no formato de lista de itens roláveis (listView) também poderão ser impressas diretamente destas listagens e permitir a cópia destes itens para processadores de textos e planilhas eletrônicas de cálculo.
- 55.4. Relatório de viagens com informações como data de viagem, horário de saída, horário de chegada, km rodado, origem, destino, veículo, motorista, número de pessoas transportadas, observações.
- 55.5. Relatório por período de datas.
- 55.6. Relatório de viagem por período com destino, número da viagem, km rodado e número de pessoas transportadas.
- 55.7. Relatório por destinos.
- 55.8. Relatório por autorizadores de viagens.
- 55.9. Relatório com motorista e quantidade de horas extras.
- 55.10. Possibilitar a criação de espelhos dos relatórios permitindo a utilização do sistema em paralelo.
- 55.11. Possibilitar a classificação dos relatórios em ordem crescente e decrescente da coluna selecionada.
- 55.12. Permitir copiar e transferir as informações dos relatórios diretamente para planilhas e processadores de texto sem a necessidade de salva-lo anteriormente.
- 55.13. Permitir alteração do cabeçalho nos relatórios exibidos.
56. Farmácia deverá fornecer no mínimo os seguintes relatórios:
- 56.1. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
- 56.2. As informações dos relatórios deverão ser exibidas no formato de lista de itens roláveis (listView) e também na janela do módulo da farmácia, onde deverão ser mostradas todas as informações existentes, permitindo a rolagem (avanço e retorno) das baixas e aquisições dos medicamentos exibidas.
- 56.3. As informações que serão exibidas no formato de lista de itens roláveis (listView) também poderão ser impressas diretamente destas listagens e permitir a cópia destes itens para processadores de textos e planilhas eletrônicas de cálculo.
- 56.4. Possibilitar a geração de gráficos estatísticos de medicamentos distribuídos, tipos de medicamentos, grupos de medicamentos, especialidades, bairros, unidades de saúde e períodos mensais.
- 56.5. Relatórios de dispensação de medicamentos, com nome, data da retirada, grupo de medicamento, data de validade, nº lote, valor, data de nascimento, tipo de receita, unidade de saúde, município e responsável pela dispensação,
- 56.6. Relatório de medicamento retirados por hipertensos e diabéticos.



- 56.7. Relatório de transferência de medicações – Possibilitando geração de gráficos estatísticos.
- 56.8. Relatórios de medicamentos com estoque zerados.
- 56.9. Relatórios de medicamentos dispensados por rua e bairro.
- 56.10. Relatório com medicamentos com estoque abaixo do mínimo.
- 56.11. Relatórios com medicamento com estoque maior que o máximo.
- 56.12. Relatórios de medicamentos pesquisados com o prazo de validade.
- 56.13. Relatórios de medicamentos vencidos.
- 56.14. Os relatórios de dispensação de medicamentos deverão permitir a utilização de filtros de pesquisa por nome dos medicamentos, lote, grupo, bairro, município, profissional prescritor, medicamentos vencidos ou perdidos, unidades de saúde, idades, hipertensos e diabéticos.
- 56.15. Possibilitar a geração de relatórios contendo as quantidades distribuídas, separadas por mês, média da somatória de todos os períodos exibidos, quantidade total em estoque e estoque mínimo necessário.
- 56.16. Possibilitar a geração de relatórios contendo a quantidade total de atendimentos com os nomes das pessoas em um determinado período.
- 56.17. Possibilitar a geração de relatórios contendo os nomes das pessoas que receberão medicamentos em um determinado período, podendo também ser separados por meses.
- 56.18. Possibilitar a criação de espelhos dos relatórios permitindo a utilização do sistema em paralelo.
- 56.19. Possibilitar a classificação dos relatórios em ordem crescente e decrescente da coluna selecionada.
- 56.20. Permitir copiar e transferir as informações dos relatórios diretamente para planilhas e processadores de texto sem a necessidade de salva-lo anteriormente.
- 56.21. Permitir alteração do cabeçalho nos relatórios exibidos.
57. Prontuário Eletrônico deverá fornecer no mínimo os seguintes relatórios:
- 57.1. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
- 57.2. As informações dos relatórios deverão ser exibidas no formato de lista de itens roláveis (ListView).
- 57.3. As informações exibidas no formato de lista de itens roláveis (ListView) também deverão poder ser impressas diretamente destas listagens e permitir a cópia destes itens para processadores de texto e planilhas eletrônicas de cálculos
- 57.4. Possibilitar a geração de gráficos estatísticos de períodos, procedimentos, especialidades, profissionais, bairros, hipertensos, diabéticos, área, micro-área, encaminhamentos e unidades de saúde.
- 57.5. Possibilitar a seleção e acréscimo de mais campos de informações aos relatórios gerados, como descrição do procedimento, matrícula de classe (CRM/CRO/COREN), pressão arterial, temperatura, altura, peso, hipertenso, diabético, especialidade, idade, dados pessoais do paciente como telefone, profissão, endereço, bairro, cidade, área e micro-área, entre outros.
- 57.6. Relatórios de consultas, procedimentos, profissionais, CBOs, tipo de consultas, sexo e quantidades por períodos selecionados,
- 57.7. Relatórios por dias da semana com maior número de atendimentos – Possibilitando geração de gráficos estatísticos.
- 57.8. Relatórios de atendimentos por ESF e unidades de saúde – Possibilitando geração de gráficos estatísticos.
- 57.9. Relatórios por grupo de procedimentos e quantidades – Possibilitando geração de gráficos estatísticos.
- 57.10. Relatórios de encaminhamentos e especialidades médicas – Possibilitando geração de gráficos estatísticos.
- 57.11. Relatórios dos exames solicitados por dia, semana ou mês – Possibilitando geração de gráficos estatísticos.
- 57.12. Relatórios dos exames solicitados com o nome do profissional solicitante por dia, semana ou mês – Possibilitando geração de gráficos estatísticos.
- 57.13. Relatórios dos medicamentos prescritos por dia, semana ou mês – Possibilitando geração de gráficos estatísticos.
- 57.14. Relatórios dos medicamentos prescritos com o nome do profissional solicitante por dia, semana ou mês – Possibilitando geração de gráficos estatísticos.
- 57.15. Relatório dos procedimentos realizados pelos profissionais da Triagem por período informado e profissional.
- 57.16. Relatório dos Paciente já atendidos por filtro de datas e profissionais com exibição dos horários e divisão de turnos.
- 57.17. Relatório dos Paciente ainda não atendidos por data e salas
- 57.18. Relatórios de consultas e procedimentos realizados através de filtros de pesquisa de qualquer conteúdo registrado na descrição do atendimento/anamnese.
- 57.19. Relatórios de consultas e procedimentos realizados através de filtros de pesquisa de patologias crônicas.
- 57.20. Relatórios de consultas e procedimentos realizados através de filtros de pesquisa de resultados de exames.
- 57.21. Relatórios de consultas e procedimentos realizados através de filtros de pesquisa de exames solicitados.
- 57.22. Relatórios de consultas e procedimentos realizados através de filtros de pesquisa de medicamentos prescritos.
- 57.23. Relatórios contendo a data de cadastro, profissional e descrição de imagens, documentos e outros arquivos digitais anexados ao prontuário eletrônico do paciente, permitindo abrir e visualizar estes arquivos diretamente do relatório exibido.
- 57.24. Possibilitar a criação de espelhos dos relatórios permitindo a utilização do sistema em paralelo.
- 57.25. Possibilitar a classificação dos relatórios em ordem crescente e decrescente da coluna selecionada.
- 57.26. Permitir copiar e transferir as informações dos relatórios diretamente para planilhas e processadores de texto sem a necessidade de salva-lo anteriormente.
- 57.27. Permitir alteração do cabeçalho nos relatórios exibidos.
58. Exames Citopatológicos deveram fornecer no mínimo os seguintes relatórios:
- 58.1. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
- 58.2. As informações dos relatórios deverão ser exibidas no formato de lista de itens roláveis (ListView) e também na janela do módulo de exames citopatológicos, onde deverão ser mostradas todas as informações existentes, permitindo a rolagem (avanço e retorno) dos exames e resultados exibidos.
- 58.3. As informações exibidas no formato de lista de itens roláveis (ListView) também deverão poder ser impressas diretamente destas listagens e permitir a cópia destes itens para processadores de texto e planilhas eletrônicas de cálculos
- 58.4. Possibilitar a geração de gráficos estatísticos de Unidades de Saúde, bairros, idades, laboratórios, informações da coleta do material para o exame citopatológico e informações sobre o resultado do exame citopatológico.
- 58.5. Relatório de exames coletados por dia, mês, ano ou intervalos de datas

- 58.6. Relatório de exames coletados com data de coleta, número da coleta, município, data de nascimento, telefone, unidade de coleta, coletor.
- 58.7. Relatório de coletas por rua, bairro, área e micro área.
- 58.8. Relatório por idade.
- 58.9. Relatórios de laboratórios de resultados.
- 58.10. Relatórios de resultados.
- 58.11. Possibilitar a criação de espelhos dos relatórios permitindo a utilização do sistema em paralelo.
- 58.12. Possibilitar a classificação dos relatórios em ordem crescente e decrescente da coluna selecionada.
- 58.13. Permitir copiar e transferir as informações dos relatórios diretamente para planilhas e processadores de texto sem a necessidade de salva-lo anteriormente.
- 58.14. Permitir alteração do cabeçalho nos relatórios exibidos.

59. AIH deverá fornecer no mínimo os seguintes relatórios:

- 59.1. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
- 59.2. As informações dos relatórios deverão ser exibidas no formato de lista de itens roláveis (ListView) e também na janela do módulo das AIHs, onde deverão ser mostradas todas as informações existentes, permitindo a rolagem (avanço e retorno) das AIHs exibidas.
- 59.3. As informações exibidas no formato de lista de itens roláveis (ListView) também deverão poder ser impressas diretamente destas listagens e permitir a cópia destes itens para processadores de texto e planilhas eletrônicas de cálculos
- 59.4. Possibilitar a geração de gráficos estatísticos de descrição dos procedimentos das AIHs, Especialidades, Hospitais, Médicos, Sexo e períodos mensais.
- 59.5. Relatório de AIH por data de lançamento, data de laudo, data de competência, hospital, médico, município, procedimento.
- 59.6. Relatórios por procedimentos executados.
- 59.7. Possibilitar a criação de espelhos dos relatórios permitindo a utilização do sistema em paralelo.
- 59.8. Possibilitar a classificação dos relatórios em ordem crescente e decrescente da coluna selecionada.
- 59.9. Permitir copiar e transferir as informações dos relatórios diretamente para planilhas e processadores de texto sem a necessidade de salva-lo anteriormente.
- 59.10. Permitir alteração do cabeçalho nos relatórios exibidos.

60. TFDs e LAUDOS DE TFDs deverá fornecer no mínimo os seguintes relatórios:

- 60.1. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
- 60.2. As informações dos relatórios deverão ser exibidas no formato de lista de itens roláveis (ListView) e também na janela do TFD, onde deverão ser mostradas todas as informações existentes, permitindo a rolagem (avanço e retorno) dos TFDs exibidos.
- 60.3. As informações exibidas no formato de lista de itens roláveis (ListView) também deverão poder ser impressas diretamente destas listagens e permitir a cópia destes itens para processadores de texto e planilhas eletrônicas de cálculos
- 60.4. Possibilitar a geração de gráficos estatísticos de TFDs de Data de lançamento, envio, resposta e agendamento, autorizados, negados, inconclusivos.
- 60.5. Relatórios de TFDs com o status do processo indicando data do cadastro, data de envio, data de resposta, data de agendamento, local, nome do profissional, autorizado, negado e motivo.
- 60.6. Relatórios por períodos
- 60.7. Relatórios por tipo de procedimentos.
- 60.8. Relatórios de Laudos de TFDs com data de laudo, município, sexo, idade, médico, procedimento e CID.
- 60.9. As informações dos relatórios dos Laudos dos TFDs deverão ser exibidas no formato de lista de itens roláveis (ListView) e também na janela do Laudo do TFD, onde deverão ser mostradas todas as informações existentes, permitindo a rolagem (avanço e retorno) dos Laudos de TFDs exibidos.
- 60.10. Possibilitar a geração de gráficos estatísticos de profissionais solicitantes dos laudos de TFDs, idades, sexo, intraestadual, interestadual, caráter de atendimento, médio de transporte, unidade de saúde e períodos mensais.
- 60.11. Possibilitar a criação de espelhos dos relatórios permitindo a utilização do sistema em paralelo.
- 60.12. Possibilitar a classificação dos relatórios em ordem crescente e decrescente da coluna selecionada.
- 60.13. Permitir copiar e transferir as informações dos relatórios diretamente para planilhas e processadores de texto sem a necessidade de salva-lo anteriormente.
- 60.14. Permitir alteração do cabeçalho nos relatórios exibidos.

61. Vacinação deverá fornecer no mínimo os seguintes relatórios:

- 61.1. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
- 61.2. As informações dos relatórios deverão ser exibidas no formato de lista de itens roláveis (ListView) e também na janela do módulo das Vacinas, onde deverão ser mostradas todas as informações existentes, permitindo a rolagem (avanço e retorno) dos históricos de vacinação exibidos.
- 61.3. As informações exibidas no formato de lista de itens roláveis (ListView) também deverão poder ser impressas diretamente destas listagens e permitir a cópia destes itens para processadores de texto e planilhas eletrônicas de cálculos
- 61.4. Possibilitar a geração de gráficos estatísticos de nomes de vacinas aplicadas, descrições de doses, nome dos vacinadores, idades, sexo, gestantes, bairros, unidades de saúde e períodos mensais.
- 61.5. Possibilitar a geração de relatório relacionado ao Boletim de aplicação de vacinas de rotina pelo nome da vacina.
- 61.6. Relatórios por nome de vacina.
- 61.7. Relatórios das descrições de doses de vacina.
- 61.8. Relatórios por rua e bairros
- 61.9. Relatório de vacinas obrigatórias
- 61.10. Relatório das próximas vacinas.
- 61.11. Cadastro e parametrização de novas vacinas.
- 61.12. Possibilitar a criação de espelhos dos relatórios permitindo a utilização do sistema em paralelo.



- 61.13. Possibilitar a classificação dos relatórios em ordem crescente e decrescente da coluna selecionada.
- 61.14. Permitir copiar e transferir as informações dos relatórios diretamente para planilhas e processadores de texto sem a necessidade de salva-lo anteriormente.
- 61.15. Permitir alteração do cabeçalho nos relatórios exibidos.
62. Formulários E-SUS deverão fornecer no mínimo os seguintes relatórios:
- 62.1. Relatórios relacionados com a ficha de atendimento individual por sexo, raça e cor, fumantes, usuários de drogas, usuários de álcool, hipertensos, diabéticos, membro de povo indígena, se possui deficiência, naturalidade, gestantes, frequente escola, situação de rua, recebe benefícios, teve doença cardíaca, acamados, câncer, etc., possibilitando geração de gráficos estatísticos.
- 62.2. Relatórios relacionados a ficha de visita domiciliar por datas, motivo da visita, motivo da visita (busca ativa), motivo da visita (acompanhamento).
- 62.3. Relatórios de visitas realizadas, recusadas e ausentes.
- 62.4. Relatórios de atividades coletivas utilizando filtros por datas, unidades de saúde, profissionais, tipo de atividade, temas para reunião, público alvo e práticas e temas para saúde.
- 62.5. Relatórios de atendimentos individuais contendo procedimentos, profissionais, especialidades, idades, sexo, unidades de saúde, turnos, bairros, tipo de atendimento, atenção domiciliar (AD), gestantes, problema e condição avaliada, NASF, conduta exames solicitados e avaliados utilizando filtros por datas, profissionais, bairros, endereços, unidades de saúde, idades, área e micro-área com a Possibilidade de geração de gráficos estatísticos.
- 62.6. Relatórios de atendimentos odontológicos contendo procedimentos, profissionais, especialidades, idades, sexo, unidades de saúde, turnos, bairros, tipo de atendimento, tipo de consulta, vigilância em saúde bucal, conduta, higiene bucal, necessidades especiais e gestantes utilizando filtros por datas, profissionais, bairros, endereços, unidades de saúde, idades, área e micro-área com a Possibilidade de geração de gráficos estatísticos.
- 62.7. Relatórios de procedimentos contendo procedimentos, profissionais, especialidades, idades, sexo, unidades de saúde, turnos, bairros utilizando filtros por datas, profissionais, bairros, endereços, unidades de saúde, idades, área e micro-área com a Possibilidade de geração de gráficos estatísticos.
- 62.8. Possibilitar a criação de espelhos dos relatórios permitindo a utilização do sistema em paralelo.
- 62.9. Possibilitar a classificação dos relatórios em ordem crescente e decrescente da coluna selecionada.
- 62.10. Permitir copiar e transferir as informações dos relatórios diretamente para planilhas e processadores de texto sem a necessidade de salva-lo anteriormente.
- 62.11. Permitir alteração do cabeçalho nos relatórios exibidos.
63. Fila de Espera deverá fornecer no mínimo os seguintes relatórios:
- 63.1. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
- 63.2. As informações dos relatórios deverão ser exibidas no formato de lista de itens roláveis (ListView) e também na janela do módulo de Fila de Espera, onde deverão ser mostradas todas as informações existentes, permitindo a rolagem (avanço e retorno) das informações das Filas de Espera exibidas.
- 63.3. As informações exibidas no formato de lista de itens roláveis (ListView) também deverão poder ser impressas diretamente destas listagens e permitir a cópia destes itens para processadores de texto e planilhas eletrônicas de cálculos
- 63.4. Possibilitar a geração de gráficos estatísticos de especialidades, tipo de procedimentos, sexo, nível de urgência e profissionais.
- 63.5. Relatórios da fila de espera por datas e níveis de urgência e classificação.
- 63.6. Relatórios da fila de espera por especialidades.
- 63.7. Relatórios da fila de espera por profissionais.
- 63.8. Relatórios da fila de espera por qualquer informação cadastrada na descrição da fila de espera.
- 63.9. Relatórios da fila de espera por procedimentos.
- 63.10. Relatório geral que contenha número sequencial da fila de espera, data de lançamento, município, data de nascimento, telefone, data consulta, especialidade, nível de urgência.
- 63.11. Possibilitar a criação de espelhos dos relatórios permitindo a utilização do sistema em paralelo.
- 63.12. Possibilitar a classificação dos relatórios em ordem crescente e decrescente da coluna selecionada.
- 63.13. Permitir copiar e transferir as informações dos relatórios diretamente para planilhas e processadores de texto sem a necessidade de salva-lo anteriormente.
- 63.14. Permitir alteração do cabeçalho nos relatórios exibidos.
64. Ordem de compra deverá fornecer no mínimo os seguintes relatórios:
- 64.1. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.
- 64.2. As informações dos relatórios deverão ser exibidas no formato de lista de itens roláveis (ListView) e também na janela de Ordens de Compra, onde deverão ser mostradas todas as informações existentes, permitindo a rolagem (avanço e retorno) das Ordens de Compra exibidas.
- 64.3. As informações exibidas no formato de lista de itens roláveis (ListView) também deverão poder ser impressas diretamente destas listagens e permitir a cópia destes itens para processadores de texto e planilhas eletrônicas de cálculos
- 64.4. Possibilitar a geração de gráficos estatísticos de Produtos, Serviços, Benefícios, Fornecedores, bairros e períodos mensais.
- 64.5. Possibilitar gerar relatório que contenha a data de lançamento da ordem, município, produto/benefício, fornecedor, descrição do produto, quantidade, valor e ordenador.
- 64.6. Relatórios em intervalos de datas.
- 64.7. Relatórios por produtos, serviços e benefícios.
- 64.8. Relatórios por fornecedores.
- 64.9. Relatórios por ordenadores.
- 64.10. Relatórios de ordens de compra por Rua, bairro, área e micro área.
- 64.11. Possibilitar a criação de espelhos dos relatórios permitindo a utilização do sistema em paralelo.
- 64.12. Possibilitar a classificação dos relatórios em ordem crescente e decrescente da coluna selecionada.

64.13. Permitir copiar e transferir as informações dos relatórios diretamente para planilhas e processadores de texto sem a necessidade de salva-lo anteriormente.

64.14. Permitir alteração do cabeçalho nos relatórios exibidos.

65. Almoxarifado deverá fornecer no mínimo os seguintes relatórios:

65.1. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.

65.2. As informações dos relatórios deverão ser exibidas no formato de lista de itens roláveis (ListView) e também na janela do módulo do Almoxarifado, onde deverão ser mostradas todas as informações existentes, permitindo a rolagem (avanco e retorno) das Baixas, Aquisições e Estoque de Materiais exibidos.

65.3. As informações exibidas no formato de lista de itens roláveis (ListView) também deverão poder ser impressas diretamente destas listagens e permitir a cópia destes itens para processadores de texto e planilhas eletrônicas de cálculos

65.4. O Módulo da Baixa de Materiais deverá possibilitar a geração de gráficos estatísticos de materiais baixados, lotes, classes, sub-classes, períodos, finalidades e setores utilizando filtros de pesquisa como data da baixa, classe, sub-classe, código ou nome material, finalidades, transferências e lotes.

65.5. Possibilitar no Módulo da Baixa de Materiais gerar relatórios contendo as quantidades distribuídas, separadas por mês, média mensal da somatória de todos os períodos exibidos e quantidade total em estoque.

65.6. O Módulo de Aquisição de Materiais deverá possibilitar a geração de gráficos estatísticos de materiais adquiridos, lotes, classes, sub-classes, períodos, fornecedores, finalidades, notas fiscais, ordens de compra e setores utilizando filtros de pesquisa como data da aquisição, classe, sub-classe, código ou nome material, finalidades e fornecedores.

65.7. Relatórios por fornecedores.

65.8. Os relatórios de baixa de materiais e serviços deverão conter as datas das baixas, código e nome dos materiais, quantidades, valores, lotes, data de validade e profissional que dispensou o material.

65.9. Os relatórios de baixa de materiais deverão poder ser pesquisados por data da baixa, unidades, código de barras, código ou nome do material, classe, sub-classe, profissional que dispensou o material, finalidade e especificações do material.

65.10. Relatórios de baixas de materiais por localização física.

65.11. Relatórios de transferências de material para outras unidades e setores.

65.12. Os relatórios de aquisição de materiais deverão conter as datas das aquisições, código e nome dos materiais, quantidades, valores, lotes, data de validade, número da Nota Fiscal, número da Ordem de Compra e nome do Fornecedor.

65.13. Os relatórios de aquisição de materiais deverão poder ser pesquisados por data da aquisição, unidades, código de barras, código ou nome do material, classe, sub-classe, número do lote, nota fiscal, ordem de compra, número do empenho, requisitante, finalidade e nome do fornecedor.

65.14. Relatórios de aquisição de materiais por localização física.

65.15. Os relatórios de materiais em estoque deverão conter o código e nome dos materiais, quantidades, unidades de medida, valores, lotes, data de validade.

65.16. Os relatórios de materiais em estoque deverão poder ser pesquisados por código de barras, código ou nome do material, classe, sub-classe, número do lote.

65.17. Possibilidade de gerar relatórios de materiais em estoque vencidos ou filtrar a data de validade dos materiais.

65.18. Possibilidade de gerar relatórios de materiais em estoque zerado.

65.19. Possibilidade de gerar relatórios de materiais desabilitados, que estão sem utilização.

65.20. Possibilidade de gerar relatórios de materiais em estoque abaixo do estoque mínimo.

65.21. Possibilidade de gerar relatórios de materiais em estoque acima do estoque máximo.

65.22. Possibilidade de gerar relatórios de materiais divididos por classe, sub-classe e Itens, com código e nome do material, unidade de medida, e qual seria o seu estoque mínimo e máximo.

65.23. Possibilitar a criação de espelhos dos relatórios permitindo a utilização do sistema em paralelo.

65.24. Possibilitar a classificação dos relatórios em ordem crescente e decrescente da coluna selecionada.

65.25. Permitir copiar e transferir as informações dos relatórios diretamente para planilhas e processadores de texto sem a necessidade de salva-lo anteriormente.

65.26. Permitir alteração do cabeçalho nos relatórios exibidos.

66. Frota deverá fornecer no mínimo os seguintes relatórios:

66.1. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.

66.2. As informações dos relatórios deverão ser exibidas no formato de lista de itens roláveis (ListView) e também na janela do módulo de Frotas, onde deverão ser mostradas todas as informações existentes, permitindo a rolagem (avanco e retorno) das informações do histórico de Frotas exibido.

66.3. As informações exibidas no formato de lista de itens roláveis (ListView) também deverão poder ser impressas diretamente destas listagens e permitir a cópia destes itens para processadores de texto e planilhas eletrônicas de cálculos

66.4. Possibilitar a geração de gráficos estatísticos de Abastecimentos, Lubrificantes, Serviços, postos e oficinas, itens, placas, nome dos veículos, modelos dos veículos, destinos e finalidades, motoristas, setores e departamentos e períodos anuais.

66.5. Relatórios de abastecimentos com data, número da ordem de serviço, placa, veículo, finalidade, motorista, autorizador, local do serviço, hodômetro, consumo, tipo de serviço executado, quantidade e valor.

66.6. Relatórios de lubrificantes com data, número da ordem de serviço, placa, veículo, finalidade, motorista, autorizador, local do serviço, hodômetro, item, quantidade e valor.

66.7. Relatórios de serviços com data, número da ordem de serviço, placa, veículo, finalidade, motorista, autorizador, local do serviço, hodômetro, item, quantidade e valor.

66.8. Relatório com os próximos serviços e manutenções para serem realizadas conforme o hodômetro do veículo.

66.9. Relatórios por data de execução.

66.10. Relatórios por data de conferência

66.11. Possibilitar a criação de espelhos dos relatórios permitindo a utilização do sistema em paralelo.

66.12. Possibilitar a classificação dos relatórios em ordem crescente e decrescente da coluna selecionada.

66.13. Permitir copiar e transferir as informações dos relatórios diretamente para planilhas e processadores de texto sem a necessidade de salva-lo anteriormente.

66.14. Permitir alteração do cabeçalho nos relatórios exibidos.

67. A Saúde deverá fornecer no mínimo os seguintes relatórios:

67.1. Possibilitar a criação e personalização de relatórios sintéticos e gráficos pelos usuários de forma prática e dinâmica.

67.2. As informações que serão exibidas no formato de lista de itens roláveis (listView) também poderão ser impressas diretamente destas listagens e permitir a cópia destes itens para processadores de textos e planilhas eletrônicas de cálculo.

67.3. Possibilitar a impressão dos Históricos de Atendimentos

67.4. Os relatórios de Distribuição de Benefícios deverão conter informações sobre o munícipe, benefício, local de retirada, quantidade, valor, encaminhamentos e recebimentos e o histórico relacionado ao benefício concedido.

67.5. Possibilitar a geração de gráficos estatísticos de famílias por bairros, atividades, localidades urbanas e rurais, gestantes, idosos, deficientes e entrevistadores

67.6. Possibilitar a geração de gráficos estatísticos de Históricos de Atendimentos por tipo de atendimento e períodos mensais.

67.7. Possibilitar a geração de gráficos estatísticos de Distribuição de Benefícios por tipo de benefício e períodos mensais.

67.8. Possibilitar a criação de espelhos dos relatórios permitindo a utilização do sistema em paralelo.

67.9. Possibilitar a classificação dos relatórios em ordem crescente e decrescente da coluna selecionada.

67.10. Permitir copiar e transferir as informações dos relatórios diretamente para planilhas e processadores de texto sem a necessidade de salva-lo anteriormente.

67.11. Permitir alteração do cabeçalho nos relatórios exibidos.

68. Relatório de utilização de serviços e procedimentos por pessoas deverá fornecer no mínimo os seguintes relatórios:

68.1. Relatório de pessoas que mais utilizaram serviços e procedimentos nas unidades de saúde com quantidades de procedimentos, utilizando filtros de pesquisa por procedimento, serviço e datas.

68.2. Relatório de serviços e procedimentos executados por pessoa individualmente, podendo conter também o relatório destes procedimentos e serviços utilizados por seus familiares, processando informações individuais sobre seus agendamentos, exames laboratoriais, viagens, retiradas de medicamentos, procedimentos, consultas, AIHS, TFDs, exames e procedimentos externos e vacinações com as quantidades realizadas, podendo usar também filtros por datas.

68.3. Relatório com pessoas que mais faltaram aos agendamentos marcados

68.4. Relatórios de especialidade com mais faltas nos agendamentos

68.5. Possibilitar a criação de espelhos dos relatórios permitindo a utilização do sistema em paralelo.

68.6. Possibilitar a classificação dos relatórios em ordem crescente e decrescente da coluna selecionada.

68.7. Permitir copiar e transferir as informações dos relatórios diretamente para planilhas e processadores de texto sem a necessidade de salva-lo anteriormente.

68.8. Permitir alteração do cabeçalho nos relatórios exibidos.

69. Relatórios gerais estatísticos e gráficos deverá fornecer no mínimo os seguintes relatórios:

69.1. Gerar gráficos por períodos mensais, períodos anuais e por anos contendo informações do percentual, mês, ano e quantidade nas colunas gráficas.

69.2. Os gráficos e relatórios deverão poder ser gerados através de informações sobre consultas, procedimentos, medicamentos, viagens, exames e consultas externas, exames laboratoriais, exames citopatológicos, TFDs, AIHs e vacinações.

69.3. Os gráficos e relatórios deverão poder ser gerados através de informações sobre consultas, procedimentos, medicamentos, viagens, exames e consultas externas, exames laboratoriais, exames citopatológicos, TFDs, AIHs e vacinações.

70. BPA

70.1. Geração de BPA consolidado e individualizado para alimentação dos sistemas do ministério da saúde.

70.2. Todas as informações que caracterizem realização de procedimento realizados deverão automaticamente gerar produção ambulatorial (BPA).

71. Formulários Pró Ativos

71.1. Criação com número ilimitado de formulários extras para gerenciamento diversos

71.2. Gerador de agrupadores de informações e gráficos.

71.3. Impressão de formulários criados

72. Sigtap

72.1. Integração com Tabela Unificada do DATASUS-MS – SIGTAP.

72.2. A aplicação deve possuir mecanismo para digitação de produção, de forma que o profissional possa pesquisar todos os procedimentos compatíveis segundo regras do SIGTAP, podendo registrar a execução de quaisquer procedimentos permitidos.

72.3. Atualização automática das novas versões, dispensando a secretaria de disponibilizar um funcionário para esta função.

73. Sistemas Off-line

73.1. A solução de mobilidade deverá envolver a utilização de tablets com usabilidade off-line.

73.2. Cadastros Off-line para Agentes Comunitárias de Saúde.

73.3. Cadastro Individual

73.4. Cadastro Domiciliar

73.5. Cadastro de Visita Domiciliar

74. Dashboard

74.1. Fornecer painel de indicadores de forma que indique em tempo real através de gráficos e colunas informações sobre:

74.2. Atendimentos nos Consultórios; demonstrando quantidades de usuários na fila de espera para o atendimento, tempo médio de espera para a chamada da consulta e tempo médio de atendimento no consultório.

74.3. Controle de exames, consultas e procedimentos realizados pelo consórcio intermunicipal de saúde do município, indicando a quantidade e valores já agendados para o mês de trabalho e os meses subsequentes.

74.4. Medicamentos: indicando saída de medicamentos em tempo real das farmácias nas unidades de saúde com quantidade de medicamentos, possibilitar visualizar quais são os medicamentos com mais saída nas unidades, e por unidades separadamente.

74.5. Contratualização: Indicando valores e quantidade de cotas contratadas por prestador de serviço, valor ou quantidade já utilizada e restante para atingir a cota.

74.6. Viagens: Estratificando Profissional, destino, horário de saída e quantidade de pacientes em transporte.

74.7. A aplicação deve possibilitar personalizar outras informações pertinentes ao gestor como os procedimentos de enfermagem realizados em tempo real, retirada de material do almoxarifado, ordens de compra com valores lançadas no dia, benefícios concedidos na assistência social, exames e consultas na fila de espera para fora do município, entre outros.

#### 75. Aplicativo Mobile

75.1. Pesquisa em plataforma mobile de munícipes com nomes, telefones e data de nascimento gerando informações e gráficos sobre seus históricos de agendamentos, exames laboratoriais, viagens, retiradas de medicamentos, procedimentos, consultas, AIHS, TFDs, exames e procedimentos externos e vacinações, contendo nestas listagens as Quantidades/Valores e as datas da última vez que realizou estes procedimentos.

75.2. Pesquisa em plataforma mobile da fila de espera dos munícipes triados para os atendimentos nos consultórios, contendo informações sobre a unidade de saúde, tempo médio de espera para o atendimento e tempo médio das consultas realizadas.

#### 76. PRAZO DE IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTOS E CAPACITAÇÃO DO SISTEMA:

76.1. O prazo máximo para os Treinamentos e Capacitação do sistema será de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de assinatura do contrato.

76.2. O prazo máximo de Implantação do sistema será de 60 (sessenta) dias a partir da data de assinatura do contrato.

76.3. Entendemos que todos os profissionais tenham conhecimento básico em informática.

#### 77. SUPORTE DE SERVIÇO E MANUTENÇÃO:

77.1. A empresa deverá executar os serviços contínuos de manutenção legal e corretiva do sistema contratado, durante o período de vigência do contrato, incluindo as seguintes atividades:

77.2. a) - Manutenção corretiva: aquela decorrente de problemas de funcionalidade detectados pelo usuário, ou seja, funcionamento em desacordo com o que foi especificado relativo a telas, regras de negócio, relatórios e integração, com prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis para conclusão;

77.3. b) - Manutenção legal: caso de mudança na legislação, plano de contas, banco de dados, entre outros, será elaborada uma programação, com cronograma definido junto ao Grupo Gestor do contrato para atendimento às mudanças ocorridas, sem prejuízos à operação do sistema, durante vigência contratual.

77.4. Disponibilização de atualização da versão do sistema, sempre que necessário para atendimento da legislação federal vigente, sem quaisquer ônus adicionais para o Município, durante a vigência contratual.

77.5. Suporte on-line Possuir tecnologia para disponibilizar acesso remoto "via Internet", com canal exclusivo para o cliente garantindo o suporte técnico ou correção de procedimentos.

#### 78. PADRONIZAÇÃO:

78.1. Deverá ter a capacidade de exportar informações nos padrões, Editor de Texto e Planilhas.

78.2. Sistema com módulos interligados/integrados e multiusuário.

78.3. Licença ilimitada de usuários.

78.4. Controle de acesso baseado em usuários, por meio de login e senhas individualizadas, com possibilidade de limitação de acesso por meio de perfil de usuários e por funções do sistema.

78.5. Capacidade de atualização de versões de forma remota.

78.6. Possibilitar o cadastramento de novos procedimentos, além dos existentes na Tabela SUS, para atender eventuais necessidades locais de registro de atividades e procedimentos não existentes na Tabela SUS (SIGTAP).

78.7. Compartilhamento eletrônico da informação - Os dados clínicos devem ser acessados a partir de qualquer estação de trabalho ou ponto de acesso devidamente autorizado.

78.8. Deve existir mecanismo de escolha da senha pelos novos usuários sem a interferência do pessoal de apoio.

78.9. Realizar o acesso ao ambiente através de senhas individuais que caracterizam o acesso individual e particular apenas aos módulos e funcionalidades cujo usuário tenha permissão de acesso.

#### 79. COMPATIBILIDADE:

79.1. Deverá ser compatível com os sistemas operacionais Windows e Linux.

#### 80. TREINAMENTOS E CAPACITAÇÃO

80.1. A licitante deverá apresentar juntamente com os documentos de habilitação (envelope nº 02), um plano de treinamento, o qual deverá conter os seguintes requisitos mínimos;

a) - Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;

b) - Público alvo;

c) - Conteúdo programático;

d) - Carga horária de cada módulo do treinamento;

e) - Processo de avaliação de aprendizado;

f) - Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, filmes, slides, etc.).

g) - As turmas devem ser dimensionadas por módulo, sendo que cada turma não poderá ter mais de 15 (quinze) participantes e com reforço



individualizado após conclusão dos treinamentos.

h) - As despesas relativas à participação dos instrutores e de pessoal próprio, tais como: hospedagem, transporte, diárias, etc. serão de responsabilidade da licitante.

i) - Cronograma de atividades por categoria profissional, sendo que deverá haver correlação de categoria profissional entre os profissionais que irão capacitar e os que serão capacitados (Por exemplo: enfermeiro Ou tec. enfermagem capacita enfermeiro).

#### 81. IMPLANTAÇÃO:

81.1. A implantação compreende em realizar a instalação, adaptação, ajustes da solução nos computadores da Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades de saúde.

a) - Na implantação do sistema acima discriminado, deverão ser cumpridas, quando couber, as seguintes etapas:

1. Entrega, instalação e configuração do sistema licitado;

2. Adaptação do sistema;

3. Adequação de relatórios e logotipos;

4. Parametrização inicial de tabelas e cadastros;

5. Estruturação de acesso, capacitação e habilitações dos usuários.

b) - A empresa licitante deverá responsabilizar-se integralmente por sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à consecução dos trabalhos durante toda a execução do contrato dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação das penalidades previstas neste edital.

c) - O recebimento e aceite do sistema licitado, devidamente adaptado às necessidades do município, deverão ser obrigatoriamente antecedidos de procedimentos de validação pelo Secretário Municipal de Saúde, sendo que estes deverão ser formais e instrumentalizados.

d) - Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuadas, deverão ser prévia e formalmente acordados e documentados entre as partes.

e) - A empresa licitante responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.

f) - A empresa licitante e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no CONTRATO, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

#### ANEXO II

##### MODELO DO DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO

Obs: De preferência este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

PREGÃO PRESENCIAL nº. 10 /2017

Através da presente, credenciamos o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e CPF sob nº. \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, bem como formular propostas/lances verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Carimbo, Nome e Assinatura do Credenciante

Os documentos necessários ao credenciamento deverão estar fora dos envelopes.

#### ANEXO III

##### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

Obs: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

Licitante (nome, CNPJ), sediada na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes do edital de Pregão nº \_\_\_\_/2017, do Município de PRESIDENTE NEREU. (conforme art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Carimbo, Nome e Assinatura do Representante e Empresa.

#### ANEXO IV

##### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Obs: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

Licitante (nome, CNPJ), sediada na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

Declara, também, que está obrigada sob as penas da lei, a declarar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Carimbo, Nome e Assinatura do Representante e Empresa.

#### ANEXO V

#### DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

Obs: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

Declaramos para fins de participação na \_\_\_\_\_ (preencher com o tipo de licitação) nº \_\_\_\_/2017 (preencher o nº da licitação) que a empresa \_\_\_\_\_, sob o CNPJ nº \_\_\_\_\_, cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 (dezesesseis) anos, executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

A empresa está ciente de que o descumprimento do disposto acima durante a vigência do contrato acarretará em rescisão deste.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Carimbo, Nome e Assinatura do Representante e Empresa.

#### ANEXO VI

#### MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

Obs: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

EMPRESA: \_\_\_\_\_.  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_.  
CIDADE: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_.  
TELEFONE: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_.  
CNPJ: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_  
E-MAIL: \_\_\_\_\_.  
Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta-Corrente: \_\_\_\_\_.

Licitação modalidade pregão presencial nº \_\_\_\_/2017 - A presente licitação tem por objeto a:  
Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de Sistema Informatizado em Gestão da Saúde, o software deve atender integralmente aos requisitos listados no termo de referência (anexo I do presente edital), incluindo os serviços de treinamento, instalação, implantação, suporte técnico, configuração para as necessidades do Município, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do presente edital:

Menor Valor Global:

Implantação do Sistema:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de Sistema Informatizado em Gestão da Saúde, atendendo integralmente aos requisitos listados no termo de referência (anexo I do presente edital), incluindo treinamento, instalação, implantação, suporte técnico e configuração para as necessidades do Município	4 MESES		

Valor total por extenso: \_\_\_\_\_

Validade da proposta: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Os preços cotados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, neles já estão inclusas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais que incidam sobre a contratação.



\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Carimbo, Nome e Assinatura do Representante e Empresa.

#### ANEXO VII

(Modelo a ser preenchido pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte)

#### DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

1. Obs: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.
2. Este documento deverá estar dentro do envelope de Proposta de Preço.

Nome da empresa, qualificação, endereço \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador do RG sob o nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao artigo 32, §2º, da Lei nº 8.666/93.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Carimbo, Nome e Assinatura do Representante e Empresa.

Carimbo, Nome e Assinatura do Contador e Empresa do Contador.

#### ANEXO VIII

#### Minuta de Contrato

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2017, "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de PRESIDENTE NEREU", que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ..... e a EMPRESA \_\_\_\_\_.

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº XXX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXXX, XXX, neste ato representado pelo Sr. XXXXXXXX, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, designado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa XXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede à Rua XXXXXXXXXXXXX, nº XXX, neste ato representado pelo Sr. XXXXXXXXXXXXX, portador do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, brasileiro, solteiro/casado, residente e domiciliado à Rua XXXXXXXXXXXXX, nº XXX, que apresentou os documentos exigidos por Lei, denominado simplesmente CONTRATADO, têm entre si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento para prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira – Do Objeto. O presente Contrato tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante no processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2017, homologada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, regendo-se pela Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93, alterada pelas leis 8.883/94 e 9.648/98 e legislação pertinente, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Contrato tem por objeto a "Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de Sistema Informatizado em Gestão da Saúde", a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de Sistema Informatizado em Gestão da Saúde, atendendo integralmente aos requisitos listados no termo de referência (anexo I do presente edital), incluindo treinamento, instalação, implantação, suporte técnico e configuração para as necessidades do Município	4 MESES	3.000,00	12.000,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO:

Caberá à Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXXX, a seu critério, a irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da execução do contrato e do Comportamento do Pessoal da contratada, sem prejuízo da obrigação, desta de fiscalizar seus responsáveis Técnicos, empregados, prepostos ou subordinados.

A existência e a atuação da fiscalização da Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXXX sem nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações, próximas ou remotas;

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

A vigência do contrato a ser firmado com a Proponente vencedora será de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_ a 31 de dezembro de 2017, respeitadas as determinações do art. 57 da Lei 8.666/93 com suas alterações.

#### CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Assegurar o livre acesso aos funcionários da CONTRATADA, desde que os mesmos estejam devidamente credenciados e identificados e obedeçam às normas regulamentares da Administração;
- b) Fiscalizar o serviço contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades do Código Civil e/ou Penal;
- c) Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte mediante ofício;
- d) Esclarecer à CONTRATADA, em tempo hábil, toda e qualquer dúvida com referência ao objeto;
- e) Pagar à CONTRATADA as faturas apresentadas e aceitas nas condições estabelecidas na Cláusula Nona;

#### CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA, além dos demais encargos previstos neste contrato e em seus anexos que o integram, obriga-se a:

- a) Assumir todos os encargos legais previdenciários, trabalhistas, sociais e judiciais e por todas as despesas decorrentes da execução do contrato.
- b) Prestar os serviços de acordo com o estabelecido no Edital e sua proposta.
- c) Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas dentro dos prazos estabelecidos pela Contratante.
- d) Executar os serviços dentro dos parâmetros e das rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.
- e) Atender dentro dos prazos previamente acordados a quaisquer exigências da fiscalização do CONTRATANTE, inerentes ao objeto.
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O responsável pela fiscalização do presente contrato deverá assegurar o seu fiel cumprimento, especialmente quanto à aplicação das penalidades, sob pena de incorrer nas estabelecidas na Lei 8.666/93 e na legislação aplicável, com consequente responsabilização;

#### CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por um representante do CONTRATANTE, neste ato denominado FISCAL. Caberá a CONTRATANTE custear quaisquer despesas, inclusive a contratação para a realização do serviço de fiscalização.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA** - Cabe a CONTRATADA atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para o CONTRATANTE, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO:

A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela execução dos serviços efetivamente prestados, a importância de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ).

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Nos preços acima indicados estão inclusos todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretos e indiretos, inclusive IPI ou ICMS, se houver incidência, não importando a natureza que recaiam sobre o fornecimento do objeto do presente instrumento, inclusive o frete, à carga e descarga, que correrão por sua conta e risco.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa com a execução do presente Contrato correrá no presente exercício a conta das seguintes dotações orçamentárias:

10
001
2022
3339039110000
01020000

#### CLAUSULA NONA - DO PAGAMENTO:

O pagamento pelos serviços, real e efetivamente prestado, será efetuado em moeda corrente nacional, através de depósito em qualquer agência da rede bancária, desde que vinculada ao sistema de compensação de cheques e de outros papéis do Banco do Brasil, a ser efetuado após apresentação da Nota Fiscal, até o trigésimo dia útil do mês subsequente ao vencido, correspondente aos serviços efetuados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A fatura emitida pela CONTRATADA deverá ser entregue na sede da CONTRATANTE quando da conclusão e aceitação do objeto, sendo que em caso de atraso na apresentação da fatura na sede da CONTRANTE, a data de vencimento será automaticamente

postergada por prazo igual ao do atraso verificado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – REAJUSTE DOS PREÇOS:

Os preços indicados na cláusula sétima serão reajustados a cada 12 (doze) meses pelo índice de variação do IGP-M (Índice Geral de Preços ao Consumidor) calculado e divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro meio a que vier a substituí-lo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TRANSFERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES:

A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcial o objeto deste contrato, bem como não serão admitidos consórcios, associações, cessões ou transferência, fusão, cisão ou incorporação para a prestação dos serviços relativos a esta contratação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PENALIDADE:

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, erro, imperfeição ou ora na execução, inadimplemento e não veracidade de informações, garantida a prévia defesa, poderá ser aplicada a CONTRATADA, segundo a extensão da falta, as penalidades previstas em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As multas serão aplicadas em conformidade com os percentuais a seguir estabelecidos sobre o valor contratual:

- a) - 1% (um por cento) ao dia por atraso no início da prestação dos serviços;
- b) - 5% (cinco por cento) por inadimplência, sendo esta última dobrável no caso de reincidência;
- c) - Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar a prestação de serviço se a irregularidade não for sanada.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em função da natureza da infração, a CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA as penas de suspensão temporária do direito de prestar serviços e impedimento de contratar com a Administração, por prazo superior a 02 (dois) anos, ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO:

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA assegurará a CONTRATANTE nos termos da Seção V da lei nº 8666/93, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento. Fica a critério do Secretário da Administração ou AUTORIDADE superior, declarar rescindido o Contrato, nos termos desta Cláusula, ou aplicar a multa de que trata este Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - A rescisão com fundamento em um dos incisos do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, poderá a critério do CONTRATANTE, ensejar a assunção imediata do objeto contratual bem como das instalações, equipamentos, material em face ao princípio da continuidade, art. 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DISPOSIÇÕES GERAIS:

- a) - A CONTRATADA não poderá divulgar ou publicar relatórios, ilustrações, entrevistas ou detalhes dos serviços objeto do contrato.
- b) - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, mesmo por omissão, permitir a inobservância, no todo ou em parte, das cláusulas do contrato e seus anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar, afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.
- c) - A Contratada tem pleno conhecimento de todos os itens e anexos expressos no respectivo Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2017, a eles se obrigando como se neste estivessem transcritos, inclusive quanto à obrigatoriedade de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 55, inc. XIII, da Lei 8.666/93 com suas alterações;

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO:

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, é competente o Juízo da Comarca do Município de Rio do Sul/SC.

E por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se – o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, o qual após lido e achado conforme, é assinado pelo CONTRATANTE e CONTRATADA.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
BENITO BRAND  
GESTOR MUNICIPAL  
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CPF: XXX.XXX.XXX-XX  
TESTEMUNHA

EMPRESA CONTRATADA  
REPRESENTANTE LEGAL  
CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CPF: XXX.XXX.XXX-XX  
TESTEMUNHA

# Princesa

## PREFEITURA

**DECRETO Nº. 206 DE 22.08.2017**

DECRETO Nº. 206, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VI, IX e X do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal; combinada com o artigo 48 e 49 da Lei Complementar nº 023, de 30 de dezembro de 2014, Lei Complementar nº. 40 de 05 de Julho de 2017, mais o Edital nº 001, de 11 de Agosto de 2017, e tendo presentes os termos dos prejudgados números 1432 e 1449, do Tribunal de Contas de Santa Catarina; e, considerando motivos e razões de ordem pública no desenvolvimento dos serviços de comunicação,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada, temporariamente, a carga horária do Servidor Público Sr. LUCIANO MATIELLO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Comunicação e Imprensa, matrícula 1212, lotado na Secretaria de Administração, Planejamento e Fazenda, de 10 horas semanais para 20 horas semanais, com vencimentos e vantagens correspondentes, a partir de 22 de Agosto de 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão à conta do orçamento municipal vigente, em dotação específica para tal fato.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal De Princesa, SC, em, 22 de Agosto de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 207, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº. 207, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 842, de 23 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.301.0024.2.024 Manutenção Bloco Atenção Básica

MODALIDADE:	(39) 3.3.90.00.0.3.0002.0000-	Aplicações Diretas	R\$	90.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0002.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	90.000,00
TOTAL GERAL			R\$	90.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2016 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 22 de agosto de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 208 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº. 208 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 842, de 23 de Novembro de 2016 e Lei 876, de 17 e maio de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 29.500,00 (Vinte e nove mil e quinhentos reais), destinado a acrescentar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE  
 UNIDADE: 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE  
 PROJ./ATIV.: 04.122.0020.2.020 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

MODALIDADE:	(187) 4.4.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.500,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	2.500,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
 UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
 PROJ./ATIV.: 04.122.0021.2.021 – Manutenção das Atividades Administrativas

MODALIDADE:	(188) 4.4.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	10.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
 UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
 PROJ./ATIV.: 06.181.0056.2.056 – Manutenção Convênio Secretaria de Segurança Pública

MODALIDADE:	(162) 3.3.90.00.0.3.0006.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0006 – Recurso Conv. Multas Trânsito				
TOTAL			R\$	1.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 PROJ./ATIV.: 08.244.0031.2.031 – Manutenção da Assistência Social

MODALIDADE:	(189) 3.3.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	3.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 PROJ./ATIV.: 20.608.0042.2.042 Manutenção do Departamento de Agricultura

MODALIDADE:	(190) 4.4.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	5.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES  
 UNIDADE: 07.01 DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO  
 PROJ./ATIV.: 15.782.0043.2.043 – Manutenção do Dpto de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

MODALIDADE:	(191) 4.4.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	3.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE ESPORTE, TURISMO E LAZER  
 UNIDADE: 08.01 DEPARTAMENTO DE ESPORTES  
 PROJ./ATIV.: 27.812.0050.2.050 – Manutenção das Atividades Esportivas

MODALIDADE:	(192) 3.3.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	5.000,00
TOTAL GERAL			R\$	29.500,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 29.500,00 (Vinte e nove mil e quinhentos reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2016 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, nas fontes de recurso acima citadas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RINCESA - SC, 23 de agosto de 2017.  
 Edilson Miguel Volkweis  
 Prefeito Municipal



**EDITAL PROCESSO SELETIVO 003/2017****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017**

BAIXA NORMAS PARA PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL PARA SUBSTITUIR SERVIDORES EFETIVOS EM LICENÇA, FÉRIAS, OU INVESTIDOS EM FUNÇÕES DE CONFIANÇA DAS DEMAIS ÁREAS DOMUNICÍPIO DE PRINCESA/SC.

O Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, Sr. EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº 21 de 30 de dezembro de 2014 e de acordo com o disposto no Artigo 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo para contratação por tempo determinado de pessoal para substituir servidores efetivos em licença, férias, ou investidos em funções de confiança das demais áreas do Município, vinculado ao Regime Estatutário e Regime Geral de Previdência Social – RGPS para atender necessidades de excepcional interesse público, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS****1.1. Disposições preliminares:**

1.1.1. O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, Lei Municipal Complementar nº 21 de 30 de dezembro de 2014 e demais legislação vigente.

1.1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo do Município de Princesa - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Processo Seletivo serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Princesa – SC e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br), [www.princesa.gov.br](http://www.princesa.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

1.1.4. A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal de que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br)

1.1.6. O presente Processo Seletivo é válido pelo prazo de 01 (um) ano contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.1.7. São condições para participação no presente Processo Seletivo:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

1.1.9. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA e PRÁTICA

**1.2 Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:**

1.2.1. O Processo Seletivo destina-se ao preenchimento de vagas, para os níveis e vencimentos iniciais dispostos no Quadro Geral do Poder Executivo Municipal atualmente existente.

1.2.2. O quadro abaixo compreende vagas que poderão ser preenchidas durante a validade do Processo Seletivo, de acordo com as vagas e a necessidade da Administração Municipal, inclusive vagas que poderão ser criadas conforme a necessidade do Município, sendo neste caso convocados os candidatos classificados nas provas deste processo seletivo.

1.2.3. As vagas abaixo delineadas serão para cargos públicos, regidos pelo Estatuto dos Servidores e vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

1.2.4. As vagas destinam-se ao preenchimento dos cargos/funções abaixo delineados, em caráter temporário – ACT, e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham da escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo/ função	Nº Vagas	Vencto R\$	Carga horária Semanal	Habilitação	Tipo de prova
Odontólogo	*CR	R\$ 5.965,05	40h/sem	Curso Superior de odontologia, com registro no Conselho Regional de Odontologia – CRO.	Objetiva
Psicóloga	CR*	R\$ 3.901,87	40h/sem	Curso Superior de Psicologia com Registro no Conselho Regional de Psicologia – CRP.	Objetiva
Agente Administrativo	CR*	R\$ 1.974,10	40h/sem	Ensino Médio Completo.	Objetiva

Auxiliar Administrativo	CR*	R\$ 1.312,25	40h/sem	Ensino Médio Completo.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 01) Comunidade de Vista Alta e parte da comunidade de Pinheirinho.	CR*	R\$ 1.277,28	40h/sem	Ensino fundamental Completo e residir na comunidade/área de atuação, desde a data da publicação do edital.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 02) Comunidade de Vista Alegre, parte da comunidade de Marmeleiro e do centro da cidade.	CR*	R\$ 1.277,28	40h/sem	Ensino fundamental Completo e residir na comunidade/área de atuação, desde a data da publicação do edital.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 03) Comunidade de Moqué, parte da comunidade de Pinheirinho e a parte da cidade comumente chamada de "Bairro Boa Vista" ou "Cidade Alta".	CR*	R\$ 1.277,28	40h/sem	Ensino fundamental Completo e residir na comunidade/área de atuação, desde a data da publicação do edital.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 04) Comunidades de São Francisco, União, Progresso e Jatobá.	CR*	R\$ 1.277,28	40h/sem	Ensino fundamental Completo e residir na comunidade/área de atuação, desde a data da publicação do edital.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 05) Comunidades de Esquina Tobias, Sagrada Família e Marmeleiro.	CR*	R\$ 1.277,28	40h/sem	Ensino fundamental Completo e residir na comunidade/área de atuação, desde a data da publicação do edital.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 07) Parte do centro da cidade e parte da cidade comumente denominada de "Bairro Floresta".	CR*	R\$ 1.277,28	40h/sem	Ensino fundamental Completo e residir na comunidade/área de atuação, desde a data da publicação do edital.	Objetiva

Agente Comunitário de Saúde (Micro área 08) Parte do centro da cidade e Linha Schertz.	CR*	R\$ 1.277,28	40h/sem	Ensino fundamental Completo e residir na comunidade/área de atuação, desde a data da publicação do edital.	Objetiva
Motorista de Veículos Pesados, CNH, Cat. "D"	CR*	R\$ 1.360,43	40h/sem	Certificado de conclusão da 4ª série do Ensino Fundamental ou equivalente, e Carteira Nacional de Habilitação, Categoria D.	Objetiva e prática
Operador de Equipamentos CNH – Cat. "D"	CR*	R\$ 1.574,57	40h/sem	Certificado de conclusão da 4ª série do Ensino Fundamental ou equivalente, e Carteira Nacional de Habilitação, Categoria D.	Objetiva e Prática
Agente de Apoio Operacional CNH -, Cat. "D"	CR*	R\$ 1.574,57	40h/sem	Certificado de conclusão da 4ª série do Ensino Fundamental ou equivalente, e Carteira Nacional de Habilitação, Categoria D.	Objetiva e prática

CR\* – Cadastro de Reserva

1.2.5. Conforme o Art. 6º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, os candidatos ao cargo de Agente Comunitário de Saúde deverão residir na área da comunidade/área de atuação em que atuar, desde a data da publicação do edital do Processo Seletivo; haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada (Obs.: o curso introdutório será disponibilizado pelo Município após o ingresso no cargo).

1.2.6 A lotação de todos os cargos se dará na forma do art. 13 e parágrafo único da Lei Complementar n. 23/2014.

1.2.7 São previstas ainda como vantagens financeiras o valor de R\$ 200,00 (Duzentos reais) para cargas horárias de 40 horas semanais como Auxílio Alimentação e Adicional de Insalubridade sobre o salário mínimo na porcentagem de 20% para o cargo de Odontólogo e 10% para os cargos de Agente de Apoio Operacional e Operador de Equipamentos.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO poderão ser efetuadas pela INTERNET ou PRESENCIAL - ON LINE, no período das 08 horas do dia 23/08/2017 às 23h59min do dia 21/09/2017.

### 2.1.1. DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET:

2.1.1.2. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período de inscrição, seguir os seguintes procedimentos:

- acessar o endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e clicar no link Concursos;
- fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição;
- preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;
- imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até as 23h59min do dia 22/09/2017.
- pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor; a baixa dos boletos acontecerá após o envio dos arquivos ao sistema de gestão

pelo executor do certame; este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no anexo I do edital (cronograma).

2.1.1.3. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

2.1.1.4. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

**2.1.2. DAS INSCRIÇÕES PRESENCIAL - ON LINE:**

2.1.2.1. Os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, poderão realizar a sua inscrição presencial - on line sendo que para tanto deverão se dirigir à Prefeitura Municipal de Princesa – SC, sito a Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº. 545, Centro, durante o período das inscrições, em horário de expediente da Secretaria.

2.1.2.2. Para a efetivação das inscrições presencial - on line o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo que o servidor municipal designado para realizar as inscrições presencial - on line apenas transmitirá ao sistema de inscrição os dados e informações que lhe forem repassados pelo candidato que será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos a sua inscrição.

2.1.2.3. Na oportunidade de realização da inscrição presencial - on line será entregue ao candidato o Comprovante de sua Inscrição, bem como o Boleto Bancário referente a sua inscrição cujo pagamento é de inteira responsabilidade do candidato no período destinado para tanto, qual seja, até as 23h59min do dia 22/09/2017.

2.1.2.4. Munido do boleto bancário, o candidato deverá efetuar o seu pagamento preferencialmente, no banco emissor; a baixa dos boletos acontecerá após o envio dos arquivos ao sistema de gestão pelo executor do certame; este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no anexo I do edital (cronograma).

2.1.2.5. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

2.1.2.6. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2.7. Só serão efetivadas as inscrições presenciais - on line dos candidatos que se dirigirem a Prefeitura Municipal de Princesa, sito a Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº. 545, nesta cidade de Princesa – SC, durante o período das inscrições, no horário de expediente da Prefeitura, até o último dia de inscrição.

2.2. O Município de Princesa – SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.3. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.4. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.5. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Princesa – SC, quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

**2.6. DA FORMA DE INSCRIÇÕES:**

2.6.1. O candidato poderá inscrever-se somente para 01 (uma) vaga do cargo de que trata o presente Edital. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.7. O valor da taxa de inscrição é fixado de acordo com o nível de escolaridade exigido para o respectivo cargo, nos seguintes valores:

ESCOLARIDADE EXIGIDA PARA O INGRESSO AO CARGO	R\$
Nível Superior	100,00
Nível Médio	75,00
Nível Fundamental/Alfabetizado	50,00

2.8. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Processo Seletivo, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.9. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.9.1. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.9.2. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br), [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) do deferimento ou não do pedido.

2.9.3. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

**2.10. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE:**

2.10.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei municipal nº 739/2014, (Doador de Sangue) poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Processo Seletivo.

2.10.2. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para doadores de sangue (modelo anexo) deverá ser dirigido à Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Princesa – SC sendo que a entrega deverá ocorrer do dia 23/08/2017 até o dia 11/09/2017, no Endereço da Prefeitura Municipal de Princesa – SC, sito à Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545 – Centro – Princesa - SC, juntamente com os seguintes documentos:

a) Cópia do requerimento de inscrição;

b) Comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que para efeito da isenção o doador deve comprovar a doação ao menos 01 (uma) vez nos 06 (seis) meses anteriores ao ato da inscrição.

c) A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal (SEDEX), com cópia autenticada em cartório a ser encaminhado para a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Princesa, sito à Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545 – Centro – Princesa - SC. Os mesmos devem estar na Prefeitura de Princesa até o dia 12/09/2017.

2.10.3. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público da Prefeitura Municipal de Princesa - SC e nos sites [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br) no dia 14/09/2017 não sendo encaminhada resposta individual ao candidato.

2.10.4. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição INDEFERIDOS poderão participar do presente Processo Seletivo desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até às 23h59min do dia 22/09/2017, como os demais candidatos. O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

### 3. DAS VAGAS RESERVADAS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Considerando-se que o presente Processo Seletivo destina-se a cadastro de reserva, não havendo número definido de vagas a serem preenchidas, e que por lei são reservados 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com necessidades especiais, desprezadas as frações, das vagas oferecidas no certame, até a extinção da validade do mesmo, de acordo com a Constituição Federal.

3.2. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser portador de necessidades especiais.

3.2.1. Durante o prazo de inscrição, o candidato inscrito nas condições de portador de necessidades especiais, deverá encaminhar aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Princesa – SC, sito na Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545 – Centro – Princesa, em horário de expediente da Prefeitura, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas na Secretaria Municipal de Educação somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no processo do Processo Seletivo, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Princesa – SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.2.2. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Princesa – SC, sito na Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545 – Centro do Município de Princesa, através de cópia autenticada em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

3.3. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.4. As pessoas com deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.5. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

### 4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de Princesa – SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br), [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

### 5. DAS PROVAS

#### 5.1. Da prova objetiva

5.1.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 04/11/2017, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL RENASCER, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 954 – Centro, na cidade de Princesa – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Princesa - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br), [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h30min.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 09h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Princesa – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 09h20min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09h30min e término às 12 horas.

5.1.3. A relação das salas será publicada após a homologação das inscrições nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br), [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 02h30min, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão de resposta e na 1ª página do caderno de provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais.

5.1.4.2. A prova será composta de 20 (vinte) questões.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais, conforme quadro abaixo, para o cargo os cargos de: Psicólogo, Odontólogo, Agente Administrativo, Auxiliar Administrativo, Agente



Comunitário de Saúde, especificados no deste edital.

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Específicos	12	0,60	7,20	4,00
2 <input type="checkbox"/> Língua Portuguesa	05	0,35	1,75	
3 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Gerais	03	0,35	1,05	
TOTAL	20	-	10,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme quadro acima.

5.3. DA PROVA OBJETIVA e PRÁTICA (Modalidade B) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa, Conhecimentos Gerais e Prova Prática conforme o tabela abaixo, para o seguinte cargo: Operador de Equipamentos – “CNH Cat. D”, Agente de Apoio Operacional- “CNH Cat. D” e Motorista de Veículos Pesados-“CNH Cat. D” especificado neste edital.

Prova Objetiva	Nº Questões	Peso	Total de Pontos Por Disciplina	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Específicos	12	0,19	2,28	1,00
2 <input type="checkbox"/> Língua Portuguesa	05	0,09	0,45	
3 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Gerais	03	0,09	0,27	
TOTAL <input type="checkbox"/>	20	-	3,00	-

Prova Prática	Total de Pontos (Nota)	Nota Mínima da Prova Prática
Prova Prática	7,00	3,00
TOTAL <input type="checkbox"/>	7,00	3,00

5.3.1. Para os cargos acima descrito, somente serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota mínima de 1,00 (um ponto) no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais) e nota mínima de 3,00 (três pontos), na Prova Prática, conforme tabelas especificadas.

#### 5.4. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

5.4.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL (COM FOTOGRAFIA), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.4.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2, mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.4.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.4.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Processo Seletivo.

5.4.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.4.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões, um cartão resposta.

5.4.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Resposta, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à questão correta, conforme a forma correta, exemplificada no próprio cartão resposta e na primeira folha do caderno de provas, para propiciar a correção com leitura ótica, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.4.4.3. No Cartão Resposta do candidato constará as assinaturas dos fiscais e dos últimos três (03) candidatos de cada sala.

5.4.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.4.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a marcação correta, sendo que a não marcação correta invalidará o cartão resposta.

5.4.6.1. Forma correta de preencher o Tipo de Prova e o Cartão de Resposta:

5.4.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes



na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.4.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.4.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

5.4.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

5.4.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.4.12. A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.4.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta e o cartão identificação.

5.4.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.4.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.4.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.4.17. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão apor no local indicado dos cartões respostas suas assinaturas.

5.4.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão anotar no verso do cartão de respostas eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.4.17.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.4.17.3. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em branco, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.4.17.4. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.4.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.4.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br), [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

5.4.20. O Município de Princesa e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

## 5.5. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA:

5.5.1. A prova será aplicada aos candidatos à função de Operador de Equipamentos, Agente de Apoio Operacional e Motorista de Veículos Pesados ambos com exigência da "CNH Cat. D".

5.5.2. A prova prática será realizada no dia 04/11/2017, com início às 13 horas, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, junto a Secretaria de Infraestrutura, de Obras, Urbanismo e dos Transportes, de Princesa – SC.

5.5.2.1. A comissão organizadora do certame reserva-se o direito de, considerando a quantidade de inscritos e condições meteorológicas, estipular o horário de encerramento das provas do dia 04/11/2017.

5.5.3. O candidato que não estiver presente no dia e horário determinado no item 5.5.2 para realização da prova prática será considerado desistente e, consequentemente, eliminado do Processo Seletivo, sendo que a partir das 13 horas não será mais permitido o acesso de candidatos ao Parque de Máquinas, sob qualquer alegação. A Instituição executora do certame e o Município de Princesa – SC não se responsabilizarão por atrasos.

5.5.4. Na prova prática, para a função de Operador de Equipamentos, Agente de Apoio Operacional e Motorista de Veículos Pesados ambos com exigência da "CNH Cat. D", o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina ou veículo, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, entre outros critérios pertinentes ao conhecimento da máquina ou do veículo e dos trabalhos a serem realizados com os mesmos. Os conceitos utilizados são: Ótimo (0,70 pontos), Muito Bom (0,60 pontos); Bom (0,50 pontos); Satisfatório (0,40 pontos), Regular (0,30 ponto) e Péssimo (0,00 ponto).

5.5.5. Para a função que se exigir o emprego de veículos, pertencentes ou sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Princesa – SC, poderá ser o critério da fiscalização, excluído o candidato que demonstrar não possuir a necessária capacidade de manejo.

5.5.6. À nota da prova prática será atribuída pontuação/nota escala 0 (zero) a 7,00 (sete).

5.5.7. Para efeitos de atribuição de notas, será eliminado o candidato que não obtiver, no mínimo 3,00 (três) pontos no total da Prova Prática e também o que não atingir a nota mínima de 1,00 (um) ponto na Prova Objetiva.

5.5.8. A média final será: Nota da Prova Objetiva somada com a Nota da Prova Prática.

5.5.9. Para a realização da Prova Prática o candidato deve apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

a) Documento de Identificação original;

b) Carteira Nacional Habilitação para o cargo de Operador de Equipamentos, Agente de Apoio Operacional e Motorista de Veículos Pesados ambos com exigência da "CNH Cat. D".

5.5.10. O candidato que faltar, ou seja, não comparecer para realização da prova prática no dia e local informado nos itens acima estará automaticamente desclassificado do certame.

5.5.11. A Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições meteorológicas alterar a data e o local das provas práticas. Ocorrendo qualquer alteração, os candidatos poderão ser avisados no dia da prova

objetiva.

5.5.12. Em caso de impossibilidade de realização de todas as provas práticas na data prevista, a continuidade das mesmas fica automaticamente regulamentada para continuidade no dia seguinte, a partir das 07h30min até o horário necessário para finalização das mesmas.

#### 5.6. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

5.6.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Comprovante de Inscrição;
- c) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- d) Lápis preto e borracha;
- e) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.6.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.6.3. O Município de Princesa e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

#### 5.7. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) Fumar;
- c) Comunicação entre os candidatos;
- d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc.);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.

#### 5.8. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
  - b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
  - c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
  - d) não apresentar documento que bem o identifique;
  - e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
  - f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
  - g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta ou outros materiais não permitidos;
  - h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
  - i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
  - j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar;
  - k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
  - l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
- 5.8.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

#### 6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura digital, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São Miguel do Oeste - SC, às 13h do dia 28/11/2017 com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato.

6.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares, sem os critérios de desempates constantes no item 7 do presente edital.

6.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme data estabelecida no cronograma do edital. Nesta constará os critérios de desempate constantes no item 7 do presente edital e da Prova Prática.

6.4. A sessão será filmada e acompanhada pelos membros da comissão organizadora do certame do município de Princesa e da comissão organizadora da Ameosc e por todos os candidatos e interessados que terão acesso no local devendo assinar lista de presença.

#### 7. DO EMPATE NA NOTA FINAL

7.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

- 7.1.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo na forma do dispositivo no parágrafo único de art.27 da Lei Federal nº 10. 741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- 7.1.2. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;
- 7.1.3. Maior nota na prova Prática: (Operador de Equipamentos, Agente de Apoio Operacional e Motorista de Veículos Pesados);
- 7.1.4. Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;
- 7.1.5. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais;
- 7.1.6. Maior Idade;
- 7.1.7. Sorteio Público.

#### 8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br), [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

#### 9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

- a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;
- b) na relação dos títulos apresentados referente a prova de títulos;
- c) na formulação das questões da Prova Objetiva e no Gabarito Preliminar divulgado: (No período de 07 e 08/11/2017- Prazo destinado a interposição de recursos em face das Questões da Prova Objetiva, e do Gabarito Preliminar).
- d) da correção dos Cartões Resposta. (No período de 31/11 e 01/11/2017 - Prazo de interposição de recurso, SOMENTE em face da Correção dos Cartões Respostas).

9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital Anexo I.

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4. Os RECURSOS deverão ser interpostos VIA ONLINE – pelo sistema.

9.4.1. Para a interposição de RECURSO VIA ONLINE o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e clicar no link Concursos.

b) Acessar a “Área do Candidato”.

c) Clicar em “recursos”.

d) Preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas.

e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário o mesmo NÃO será apreciado.

f) NÃO serão apreciados recursos referentes às questões da Prova Objetiva fora do prazo estipulado por esse edital, qual seja, 07 e 08/11/2017

9.4.1.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.1.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independentemente de terem recorrido.

9.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Processo Seletivo.

9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br), [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

9.5.3. Se houver alteração do gabarito preliminar, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da AMEOSC.

9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independentemente de vigência de prazo.

9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecorrível na esfera administrativa.

9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo edital de resultado final será publicado.

## 10. DO PROVIMENTO DO CARGO/FUNÇÃO

10.1. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

10.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a contratação no cargo/função só lhes serão deferida no caso de exibirem:

a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;

b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitado exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;

c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;

d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;

e) documento de Inscrição no órgão de Classe para os cargos de nível superior;

f) demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal, tais como: (cópia RG, CPF, título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral, certificado de reservista- sexo masculino, inscrição no PIS/PASEP juntamente com a cópia da carteira de trabalho e previdência social, certidão de nascimento ou casamento, certidão de nascimento dos filhos, carteira de vacinação dos filhos menores de 07 anos, comprovante de endereço atualizado, declaração de conta corrente em instituição bancária oficial, declaração de bens na forma da lei, declaração de ter sofrido ou não, no exercício da função pública penalidades disciplinares);

10.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.

10.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Princesa – SC.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato sua contratação, mas apenas a expectativa de ser contratado segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a contratação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Princesa- SC.

11.2. As publicações sobre o Processo Seletivo serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Princesa – SC e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br), [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

11.3. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

11.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Processo Seletivo em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste, e pela Prefeitura Municipal de Princesa– SC, conforme a legislação vigente.

11.5. O Prefeito do Município de Princesa– SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo Seletivo mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

11.6. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de São Jose do Cedro – SC.

12.7. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I– Cronograma;

ANEXO II – Conteúdo Programático;

ANEXOIII – Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV – Requerimento Isenção Taxa de Inscrição Doadores de Sangue;

ANEXO V – Decreto que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO VI – Resolução que nomeia a Comissão Organizadora da AMEOSC;

Princesa– SC, 22 de agosto de 2017.  
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito

Vistado na Forma de Lei  
IVAN BERNARDI - OAB/SC 18468  
Assessor Jurídico do Município de Princesa

**ANEXO I**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017**  
**CRONOGRAMA**

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	22/08/2017	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Princesa– SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Princesa–SC até o dia 11/09/2017
Inscrições	23/08/2017 a 21/09/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Recebimento de Inscrições para Candidatos que requererem a isenção de taxa de inscrição (Doador de Sangue)	23/08/2017 a 11/09/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (Doador de Sangue)	14/09/2017	Pela internet nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.princesa.sc.gov.br">www.princesa.sc.gov.br</a> A partir das 17h.
Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa INDEFERIDA. (Doador de Sangue)	15/09 a 22/09/2017	O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Último prazo para pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos.	22/09/2017	O boleto para impresso e pagamento deverá ser acessado junto ao site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	27/09/2017	Pela internet nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.princesa.sc.gov.br">www.princesa.sc.gov.br</a> A partir das 17h.
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	28e 29/09/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições.	05/10/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> A partir das 17h.
Publicação do Ensalamento	16/10/2017	Pela internet nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.princesa.sc.gov.br">www.princesa.sc.gov.br</a> A partir das 17h.
Prova Objetiva	04/11/2017	A Prova Objetiva será realizada no ESCOLA MUNICIPAL RENASCER, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 954 – Centro, na cidade de Princesa – SC.
Prova Pratica	04/11/2017	A Prova Prática será realizada no Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, Princesa – SC.
Divulgação do Gabarito Preliminar da Prova Objetiva	06/11/2017	A partir das 17 horas nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.princesa.sc.gov.br">www.princesa.sc.gov.br</a>
Prazo destinado a interposição de recursos em face das Questões da Prova Objetiva, Prova Praticae do Gabarito Preliminar.	07 e 08/11/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação do julgamento dos recursos interpostos em face das Questões da Prova Objetiva, Prova Pratica e do Gabarito Preliminar.	23/11/2017	A partir das 17h nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.princesa.sc.gov.br">www.princesa.sc.gov.br</a>
Divulgação do Gabarito Final após análise dos recursos interpostos contra as Questões da Prova Objetiva, Prova Pratica e do Gabarito Preliminar.	24/11/2017	A partir das 17h nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.princesa.sc.gov.br">www.princesa.sc.gov.br</a>
Sessão Pública para correção dos Cartões Resposta e identificação dos candidatos por cargo.	28/11/2017	Às 13h, na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São Miguel do Oeste – SC.
Publicação da Classificação após Parecer dos Recursos e Correção dos Cartões Resposta.	29/11/2017	A partir das 17h nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.princesa.sc.gov.br">www.princesa.sc.gov.br</a>
Prazo de interposição de recurso, SOMENTE em face da correção dos Cartões Respostas.	30/11 e 01/12/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>



Parecer dos recursos interpostos contra em face da correção dos Cartões Resposta.	07/12/2017	A partir das 17h nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.princesa.sc.gov.br">www.princesa.sc.gov.br</a>
Publicação do Resultado Final	08/12/2017	O Resultado Final por cargo será publicada nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.princesa.sc.gov.br">www.princesa.sc.gov.br</a> também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Princesa – SC. A partir das 17h.

**ANEXO II****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR****I – LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; sinônimos; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

**II – CONHECIMENTOS GERAIS:**

Fundamentos e aspectos socioeconômicos, culturais, artísticos, históricos, políticos e geográficos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Atualidades nos assuntos atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, esportes, tecnologia, segurança pública, saúde, justiça, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais, cidadania e direitos humanos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Lei Orgânica do Município; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho, zelo pelo patrimônio público, raciocínio lógico.

**III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****PSICÓLOGO:**

Conhecimentos específicos na área de atuação: Atendimento de idosos, alcoólatras e drogados; Desenvolvimento psicológico da Criança (infância e Adolescência), considerando os Pressupostos básicos dados pelas diferenças abordagens psicoterápicas utilizadas na atualidade - Psicanálise, Ludoterapia, Lacania e outros; Direitos fundamentais da criança e do adolescente; O Psicólogo inserido no serviço Público - Atendimento Ambulatorial, Terapias ambulatoriais em saúde mental. Doenças e deficiências mentais. Diagnóstico Psicológico: conceito e objetivo, teoria psicodinâmica, processo diagnóstico, testes e laudos. Abordagens terapêuticas. Psicopatológica: natureza e causa dos distúrbios mentais. Neurose, psicose e perversão: diagnóstico. Função e adequação às necessidades da Comunidade Assistida; O Psicólogo na atuação Clínica; psicologia clínica. Psicopatologia Clínica: conceito de neurose; Conceito básico em psicologia clínica; dinâmica do funcionamento psíquico, história individual, motivos inconscientes, o papel do desejo, o papel do outro; transferência, repressão, resistência; mecanismo de defesa; Psicoterapia com Grupos; conflitos intragrupais, sua dinâmica e importância; a Psicologia Humanística: diretividade e não-diretividade; coordenadores e facilitadores: vantagens e desvantagens; grupos operativos e suas aplicações; Estudos sobre a família: cenário familiar, regras e metaregras. O psicólogo na escola: acompanhamento Escolar, dificuldades na aprendizagem, a escola e a criança/adolescente e o processo de psicodiagnóstico; Aprendizagem – fatores determinantes do processo ensino aprendizagem: família, comunidade, escola, companheiros. A educação inclusiva: os portadores de necessidades especiais, as altas habilidades (superlotados). Psicologia social e organizacional - Comportamento social: atitudes, estereótipos, preconceitos, conformismo. O desenvolvimento humano - Determinantes biopsico-sócio-culturais de comportamento: síndromes genéticas, gestação, parto, puerpério, interação mãe-bebê; Características comportamentais esperadas ao longo do desenvolvimento: constituição do EU. Conceito de sujeito. Desenvolvimento cognitivo. Velhice: perdas e ganhos, sua inserção social. Motivação humana: valores e ação humana. Os grupos: processos grupais, papéis, liderança, leis da dinâmica grupal. O indivíduo e a organização: análise e intervenção, mudança e resistência à mudança. Neuroses profissionais. Gestão de conflitos. Psicologia jurídica. Relações Humanas e Recursos Humanos; Noções de Recrutamentos e seleção e desenvolvimento de Pessoal. Legislação: Constituição Federal, em seus Artigos: 196, 197, 198, 199 e 200. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1.990 em seus artigos: 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1.990 e suas atualizações, todo o teor. Lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1.990 e suas atualizações, todo o teor. Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1.993, todo o teor. Lei nº 8.842, de 04 de Janeiro de 1.994, todo o teor. Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2.003, em seus artigos: 15, 16, 17, 18 e 19. Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010 em seus Artigos: 6, 7 e 8.

**ODONTÓLOGO:**

Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do cargo, do serviço público e de servidores públicos municipais. Saúde, direito do cidadão e dever do Estado, na Constituição Federal, e na Lei Orgânica Municipal. SUS – Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90). Cariologia. Doenças da polpa e dos tecidos periapicais. Distúrbios do desenvolvimento das estruturas bucais e parabucais. Tumores benignos e malignos da cavidade bucal. Tumores das glândulas salivares. Cistos e tumores de origem odontogênica. Alterações regressivas dos dentes. Infecções bacterianas, virais e micóticas. Disseminação das infecções bucais. Lesões físicas e químicas da cavidade bucal. Manifestações bucais das doenças metabólicas. Doenças do periodonto. Doenças dos nervos e músculos. Anestesiologia local e controle da dor. Técnicas de anestesia regional e local. Anatomia das regiões da cabeça e pescoço. Soluções anestésicas. Emergências no consultório. Flúor. Adesão aos tecidos dentários. Radiologia. Oclusão. Periodontia aplicada à dentística. Restaurações diretas e indiretas em dentes posteriores com resinas compostas. Restaurações diretas em dentes anteriores com resinas compostas. Lesões não-cariosas. Restaurações adesivas diretas. Facetas diretas com resinas compostas. Restaurações cerâmicas do tipo Inlay/Onlay. Facetas de porcelana. Restaurações de dentes tratados endodonticamente. Restaurações em dentes fraturados. Materiais odontológicos. Biocompatibilidade dos materiais dentários. Materiais de moldagem. Gesso. Resinas para restauração. Amálgama dental. Cimentos odontológicos. Cerâmicas odontológicas. Materiais de acabamento e polimento. Diagnóstico e plano de tratamento em clínica odontológica infantil. Dor em Odontopediatria. Tratamento nas lesões cariosas em dentes decíduos. Terapia endodôntica em dentes decíduos. Desenvolvimento da oclusão. Cirurgia bucal pediátrica. Traumatismo em dentes anteriores. Selantes de fôssulas e fissuras. Doenças infecciosas de preocupação especial na Odontologia. Avaliação do paciente e proteção pessoal. Princípios de esterilização e desinfecção. AIDS e a prática odontológica. Controle da infecção cruzada na prática odontológica. Odontologia preventiva e social. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Humanização. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos.

Prevenção e controle de riscos.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

#### I – LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

#### II – CONHECIMENTOS GERAIS:

Fundamentos e aspectos socioeconômicos, culturais, artísticos, históricos, políticos e geográficos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Atualidades nos assuntos atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, esportes, tecnologia, segurança pública, saúde, justiça, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais, cidadania e direitos humanos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Lei Orgânica do Município; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho, zelo pelo patrimônio público, raciocínio lógico.

#### III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### AGENTE ADMINISTRATIVO e AUXILIAR ADMINISTRATIVO:

Lei Federal 4320/64 e Legislação complementar. Código Tributário Nacional e Municipal. Constituição Federal. Lei Federal 8666/93 e suas alterações. Lei nº 10.520/02 (pregão). Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Direito Administrativo. Noções de Informática. Princípios básicos da Administração Pública. Atos administrativos. Emenda Constitucional 19 e 20. Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; classificação de documentos e correspondências; correspondência oficial; processos administrativos: formação, autuação e tramitação; gestão de material e controle de estoques e almoxarifado; organização administrativa dos serviços do Órgão Municipal: finalidades dos órgãos; qualidade no atendimento ao público; a imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Formas de tratamento - Decretos - Organograma - Poderes Legislativo e Executivo Municipal - Constituição Federal Art.º 6º a 11. Rotinas de secretaria/escritório/setor administrativo: Arquivamento documental físico e eletrônico, técnicas de arquivamento documental; Protocolo de documentos. Agenda, organização de reuniões. Comunicação empresarial. Manuseio de tecnologias de escritório. Redação de comunicações internas, ofícios, atas, cartas, memorandos, certidões, declarações, sinopses. (Redação Oficial: Uso dos pronomes de tratamento. Linguagem de Comunicações Oficiais, padronização, impessoalidade, formalidade, concisão e objetividade. Ofício: etapas, forma de formatação e estrutura).

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

#### I – LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

#### II – CONHECIMENTOS GERAIS:

Fundamentos e aspectos socioeconômicos, culturais, artísticos, históricos, políticos e geográficos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Atualidades nos assuntos atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, esportes, tecnologia, segurança pública, saúde, justiça, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais, cidadania e direitos humanos do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município.

Lei Orgânica do Município; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho, zelo pelo patrimônio público, raciocínio lógico.

#### III – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

Lei Orgânica do Município. Sistema Único de Saúde. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Portaria nº 2.488/2011 – Revisão das Diretrizes e Normas para a Organização da Atenção Básica para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Lei nº 11.350, de 5 de Outubro de 2006. Programa Estratégia Saúde da Família – ESF. Sistemas Nacionais de Informação (SINAN, SISVAN, SINASC, SIAB). Vigilância em saúde (vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental). Política Nacional de Promoção Da Saúde. Calendário Básico de Vacinação da criança, adolescente, adultos e idoso. Aleitamento materno. Doenças transmissíveis: vetores, vias de transmissão, sintomas, cuidados e tratamento. O Agente comunitário inserido nos Programas Ministeriais de Saúde: Tuberculose, Hipertensão, Diabetes, DST/AIDS. Atenção à saúde da mulher, da criança e do recém-nascido (RN), do adolescente, do homem e do idoso. Pré-Natal. Parto e Nascimento Humanizado, Puerpério. Aleitamento materno Normas de biossegurança. Humanização e ética na atenção à saúde. Doenças de notificação compulsória. Educação em saúde e acolhimento na Estratégia Saúde da Família. Competências e habilidades do Agente Comunitário de Saúde. Noções Básicas de informática.

#### AGENTE DE APOIO OPERACIONAL- CNH – Cat. “D”:

Legislação e Sinalização de Trânsito. Normas gerais de circulação e conduta. Sinalização de Trânsito. Direção defensiva e preventiva. Noções de mecânica básica. Código de Trânsito Brasileiro, seus anexos e atualizações. Decretos e demais normas do COTRAN. Condução de veículos da espécie. Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando. Manutenção de equipamentos rodoviários. Direção e operação veicular de máquinas motorizadas e não motorizadas. Conservação e manutenção de máquinas rodoviárias. Noções básicas dos sistemas de alimentação, arrefecimento, ignição, elétrico, suspensão, freios, direção e transmissão. Sistemas hidráulicos. Óleos e graxas: tipos e



especificações. Ferramentas de mecânico: conhecimento e aplicação. Manobras. Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando e manutenção do veículo. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Ética profissional. Noções de Primeiros Socorros. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público.

#### OPERADOR DE EQUIPAMENTOS- CNH – Cat. "D":

Legislação e Sinalização de Trânsito. Normas gerais de circulação e conduta. Sinalização de Trânsito. Direção defensiva e preventiva. Noções de mecânica básica. Código de Trânsito Brasileiro, seus anexos e atualizações. Decretos e demais normas do COTRAN. Condução de veículos da espécie. Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando. Manutenção de equipamentos rodoviários. Direção e operação veicular de máquinas motorizadas e não motorizadas. Conservação e manutenção de máquinas rodoviárias. Noções básicas dos sistemas de alimentação, arrefecimento, ignição, elétrico, suspensão, freios, direção e transmissão. Sistemas hidráulicos. Óleos e graxas: tipos e especificações. Ferramentas de mecânico: conhecimento e aplicação. Manutenção e reparos no veículo. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Ética profissional. Noções de Primeiros Socorros. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público.

#### MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - CNH – Cat. "D":

Legislação e Sinalização de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro, seus anexos e atualizações. Decretos e demais normas do COTRAN. Normas gerais de circulação e conduta. Conceitos e definições sobre segurança no trânsito. Direção defensiva. Primeiros Socorros. Proteção ao Meio Ambiente. Cidadania. Noções de mecânica básica. Princípios de manutenção de veículos. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico. Sistema de arrefecimento. Manobras. Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando e manutenção do veículo. Manutenção e reparos no veículo. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem /combustíveis/lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Ética profissional. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público.

#### ANEXO III

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

#### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

##### PSICÓLOGO:

- Avaliar comportamento individual, grupal e institucional;
- Acolher os usuários e humanizar a atenção;
- Analisar a influência dos fatores hereditários, ambientais e psicossociais sobre o indivíduo, na sua dinâmica inter e intrapsíquica e suas relações sociais, para orientar-se no diagnóstico e atendimento psicológico;
- Definir protocolos e instrumentos de avaliação, aplicar e mensurar os resultados.
- Elaborar e executar estudos e projetos ou rotinas na área de gestão de pessoas;
- Atuar em programas específicos da área da Saúde e Assistência Social;
- Participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais, realizando atividades em conjunto, tais como: visitas médicas; discussão de casos; reuniões administrativas; visitas domiciliares etc.;
- Proporcionar suporte emocional para a equipe de saúde em situações extremas;
- Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade;
- Trabalhar segundo normas padrão de biossegurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental;
- Executar tarefas de suporte psicológico e de coordenação aos grupos de apoio às crianças, adolescentes e seus familiares, mulheres vítimas de violência doméstica, idosos e deficientes vítimas de maus-tratos;
- Executar tarefas socioeducativas concernentes à realidade e voltadas à formação plena da cidadania e inclusão social de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social;
- Realizar estudo de casos e elaborar laudos e pareceres técnicos psicólogos quando solicitados;
- Realizar visita domiciliar quando for necessário;
- Fazer visitas domiciliares a servidores públicos municipais para fins de avaliação e emissão de laudos de acompanhamento de licenças por motivo de doença;
- Acompanhar crianças, adolescentes e seus familiares junto à rede de serviço;
- Participar de palestras informativas a comunidade;
- Fazer estudo permanente acerca do tema da violência;
- Manter atualizado os registros de todos os atendimentos;
- Participar de reuniões com profissionais das ESF, para levantamento das reais necessidades da população adscrita;
- Participar dos Conselhos Locais de Saúde;
- Realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré estabelecidos;
- Desenvolver grupos de portadores de transtorno mental, envolvendo pacientes e familiares, com objetivo de reinserção social, utilizando-se dos recursos da comunidade;
- Auxiliar no processo de trabalho dos profissionais das ESF no que diz respeito à reinserção social do portador de transtorno mental;
- Realizar ações coletivas abordando o uso de tabaco, álcool e drogas, traçando estratégias de prevenção utilizando os recursos da comunidade;
- Realizar ações de difusão da prática de atenção não manicomial, diminuindo o preconceito e a estigmatização com relação ao transtorno mental;
- Acolher de forma especial o egresso de internação psiquiátrica e orientar sua família, visando a reinserção social e a compreensão da doença;

- Mobilizar os recursos da comunidade para constituir espaços de aceitação e inserção social do portador de transtorno mental;
- Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função;
- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior hierárquico.
- Atividade auxiliar, compreendendo as atribuições que se destinam a executar, sob execução imediata, trabalhos administrativos de rotina;
- Organizar, controlar, e atualizar os arquivos administrativos;
- Efetuar registros em documentos conforme legislação em vigor;
- Efetuar contatos com pessoas de outras Secretarias e de fora da Instituição para referendar e operacionalizar programas e agendas, prestar informações sobre o conteúdo da legislação e suas implicações;
- Elaborar cálculos matemáticos referentes ao nível do segundo grau escolar, tais como: porcentagens, juros, frações e equações de segundo grau;
- Preencher mapas de dados, formulários e relatórios administrativos referentes a atividades rotineiras inerentes à sua área de atuação;
- Acompanhar e controlar a movimentação de pessoal, processos, registros, cargos, de acordo com a legislação em vigor;
- Conferir lançamentos e registros documentais referentes a pagamentos, tributos, recebimentos, etc;
- Redigir cartas, ofícios, memorandos e outros, segundo padrões pré-estabelecidos;
- Classificar contas e registros de acordo com as especificações necessárias e previstas em planos de contas, manuais e legislação;
- Receber encaminhar e expedir correspondências e outros documentos;
- Digitar e manusear documentos diversos, através de equipamentos disponíveis;
- Desenvolver atividades relacionadas a processos administrativos rotineiros ou não, segundo política administrativa para o setor;
- Realizar agendamentos e controles para seus supervisores diretos ou aqueles necessários para exercício de sua função;
- Cadastrar população para usufruir benefícios sociais e manter atualizados cadastros e sistemas relativos a controle e manutenção de programas diversos;
- Auxiliar na preparação de processos licitatórios, conferência de empenhos, arquivamento e prestação de contas;
- Montar projetos nas diversas áreas da prefeitura para solicitação de verbas, com fundamentação pertinente, em programas existentes bem como programas a serem instalados;
- Auxiliar no controle do patrimônio público e sua manutenção e conservação;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior hierárquico.

#### AUXILIAR ADMINISTRATIVO

- Prestar atendimento e esclarecimentos ao público interno e externo, pessoalmente, por meio de ofícios e processos ou por meio das ferramentas de comunicação que lhe forem disponibilizadas;
- Efetuar e auxiliar no preenchimento de processos, guias, requisições e outros impressos;
- Otimizar as comunicações internas e externas, mediante a utilização dos meios postos à sua disposição, tais como telefone, fax, correio eletrônico, entre outros;
- Promover recebimentos e arrecadação de valores e numerários, dentre outros;
- Monitorar e desenvolver as áreas de protocolo, serviço de malote e postagem;
- Instruir requerimentos e processos, realizando estudos e levantamentos de dados, observando prazos, normas e procedimentos legais;
- Organizar, classificar, registrar, selecionar, catalogar, arquivar e desarquivar processos, documentos, relatórios, periódicos e outras publicações;
- Operar computadores, utilizando adequadamente os programas e sistemas informacionais postos à sua disposição, contribuindo para os processos de automação, alimentação de dados e agilização das rotinas de trabalho relativos à sua área de atuação;
- Operar máquinas de reprografia, fax, calculadoras, encadernadoras e outras máquinas de acordo com as necessidades do trabalho;
- Redigir textos, ofícios, relatórios e correspondências, com observância das regras gramaticais e das normas de comunicação oficial;
- Realizar procedimentos de controle de estoque, inclusive verificando o manuseio de materiais, os prazos de validade, as condições de armazenagem e efetivando o registro e o controle patrimonial dos bens públicos;
- Auxiliar nos processos de leilão, pregão e demais modalidades licitatórias de bens e serviços;
- Colaborar em levantamentos, estudos e pesquisas para a formulação de planos, programas, projetos e ações públicas;
- Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva;
- Ter iniciativa e contribuir para o bom funcionamento da unidade em que estiver desempenhando as suas tarefas;
- Propor à gerência imediata providências para a consecução plena de suas atividades, inclusive indicando a necessidade de aquisição, substituição, reposição, manutenção e reparo de materiais e equipamentos;
- Manter-se atualizado sobre as normas municipais e sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal;
- Participar de cursos de qualificação e requalificação profissional e repassar aos seus pares informações e conhecimentos técnicos;
- Manter conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência, preservando o sigilo das informações;
- Tratar o público com zelo e urbanidade;
- Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior hierárquico.

#### AGENTE DE APOIO OPERACIONAL

- Atividade de natureza operacional, abrangendo condução e conservação de veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e carga, operação e manutenção de máquinas e equipamentos, e outras atividades correlatas, dentre as quais:
- Conduzir caminhões, ônibus, microônibus, ambulância, motocicletas, veículos leves e outros veículos de pequeno e grande porte, para transporte de carga e de passageiros;
- Operar, dentre outros equipamentos, as seguintes máquinas: tratores agrícolas, rolo compactador vibratório, pá carregadeira, motoniveladora, trator de esteiras, retroescavadeira, escavadeira hidráulica e outras;
- Vistoriar os veículos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo do carter, testar os freios, sistema elétrico, podendo ainda efetuar pequenos reparos nos veículos, equipamentos e implementos;

- Zelar pelo andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis na prevenção ou solução de qualquer anomalia para garantir a segurança dos passageiros, cargas, transeuntes e outros veículos que estão circulando;
- Executar e acompanhar a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, das máquinas e implementos, abastecendo-os, limpando e lubrificando seus componentes e executando outras operações necessárias ao seu funcionamento para conservá-los em condições de uso;
- Registrar as operações realizadas anotando diariamente, em diário de bordo, os tipos e os períodos de trabalho e os processos utilizados;
- Examinar as ordens de serviços, verificando o itinerário a ser seguido, os horários, o número de viagens e outras instruções normativas pertinentes;
- Movimentar os veículos e as máquinas, manipulando seus comandos, e observando o fluxo do trânsito e a sinalização para realizar as operações necessárias a realização dos serviços, sempre observando as medidas de segurança necessárias;
- Providenciar os serviços de manutenção do veículo e máquina, comunicando as falhas e solicitando reparos, para assegurar seu perfeito estado;
- Recolher os veículos e as máquinas após a jornada de trabalho, conduzindo-a a garagem, para permitir a manutenção e abastecimento dos mesmos.
- Manter atualizado o documento de Habilitação Profissional;
- Obedecer na íntegra a legislação de trânsito vigente;
- Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência;
- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior hierárquico.

**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:**

- Realizar mapeamento de sua área;
- Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;
- Preencher os relatórios indispensáveis de controle, de acordo com o exigido pelo Programa Estratégia Saúde da Família;
- Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;
- Identificar área de risco;
- Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;
- Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básicas de acordo com as políticas existentes e conforme orientação dos responsáveis da área;
- Realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;
- Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco;
- Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;
- Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;
- Traduzir para a Secretaria de Saúde a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;
- Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior hierárquico.

**MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS:**

- Dirigir e zelar pela manutenção de motocicletas, automóveis, camionetas, caminhões, ônibus e ambulância, veículos automotores de transporte de cargas pesadas, equipamentos e maquinários, de acordo com a legislação vigente e as atribuições funcionais do cargo;
- Conduzir veículos automotores destinados ao transporte de passageiros e cargas;
- Conduzir equipamentos em geral disponibilizados pelo município para o desenvolvimento de ações de interesse público;
- Recolher o veículo ou equipamento à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente;
- Manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de emergência; zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue;
- Promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo; verificar o funcionamento do sistema elétrico, freios, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção; providenciar a lubrificação quando indicada; verificar o grau densidade e nível de água da bateria, bem como a calibração dos pneus;
- Auxiliar os demais profissionais envolvidos na atividade inerente, oferecendo suporte e logística;
- Transportar pessoas, materiais e documentos;
- Zelar pela segurança de passageiros e de terceiros;
- Orientar e auxiliar na carga e descarga de materiais;
- Registrar dados, pré-estabelecidos, sobre a utilização diária do veículo;
- Zelar pela limpeza e conservação do veículo sob sua responsabilidade;
- Verificar, diariamente, as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização;
- Comunicar a chefia imediata à necessidade reparos no veículo;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Responsabilizar-se pela manutenção preventiva;
- Manter atualizado o documento de habilitação profissional;
- Obedecer, na íntegra, a legislação de trânsito vigente;
- Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior hierárquico.

**OPERADOR DE EQUIPAMENTOS:**

- Operar equipamentos pesados destinados à consecução de atividades inerentes a obras, agricultura e serviços em geral, inclusive com habilidade dotados de controle remotos hidráulico, providos ou não de implementos, para realização de trabalhos de terraplanagem, aterros, nivelamento e revestimento de estradas, desmatamento, abertura e desobstrução de valetas, nivelamento de terrenos e taludes,

revolvimento, remoção e compactação de terra, semeadura, feitiço de silagem, adubação e aplicação de produtos químicos e demais atividades correlatas;

- Operar, dentre outros equipamentos, as seguintes máquinas: tratores agrícolas, rolo compactador, rolo compactador vibratório, pá carregadeira, motoniveladora, trator de esteiras, retroescavadeira, escavadeira hidráulica e motoniveladora;
- Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva das máquinas e seus implementos e, depois de executados, efetuar os testes necessários;
- Limpar, lubrificar e ajustar as máquinas e seus implementos, de acordo com as instruções de manutenção do fabricante;
- Observar as medidas de segurança ao operar e estacionar as máquinas;
- Anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre trabalhos realizados, consumo de combustível, consertos e outras ocorrências;
- Executar suas atribuições cooperando com zelo e determinação na realização de tarefas interrelacionais que dependam de interação com outros equipamentos e funções;
- Executar demais tarefas correlatas;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Recolher a máquina após a jornada de trabalho, conduzindo-a a garagem, para permitir a manutenção e abastecimento da mesma;
- Exercer a função de motorista, eventualmente, desde que tenha devida habilitação para o exercício da função.

#### ANEXO IV

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

REQUERIMENTO ISENÇÃO TAXA DE INSCRIÇÃO DOADOR DE SANGUE

Para:

Comissão Organizadora do PROCESSO SELETIVO

Eu \_\_\_\_\_ portador(a) do documento de identidade sob nº \_\_\_\_\_, inscrição nº \_\_\_\_\_, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Processo Seletivo, Edital nº 003/2017.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Municipal nº 739/2014.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Municipal.

Princesa – SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura Candidato(a)

Documentos anexos:

- 1: \_\_\_\_\_
- 2: \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

#### ANEXO V

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

PORTARIA COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICÍPIO DE PRINCESA

PORTARIA Nº. 176, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

CRIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Daiane Pagno, Ruti Freese, Mariele Cristina Bruder, Rossana Beal, Lisiane Steffenon, Carmen Dockhorn, Silvana de Moura Stuari, Ana Paula Bogorni, Giovani Furtin, Gilberto Fávero, Valdecir Muller, Valtair Epping, Gustavo Mantovani, Margarete Rovedder e João Luiz Kayser, brasileiros, servidores públicos municipais, sob a presidência da primeira, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do Processo Seletivo, instaurado através do Edital nº. 003/2017.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa em 21 de Agosto de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

**ANEXO VI****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017****RESOLUÇÃO Nº 001/2017 - COMISSÃO ORGANIZADORA CONCURSOS DA AMEOSC**

Dispõe sobre a nomeação de Comissão para acompanhamento de Concursos Públicos e Testes Seletivos realizados pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e dá outras providências.

CLÁUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul - SC e Presidente da AMEOSC, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da entidade,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os funcionários JUSSARA REGINATTO, JACSON SONAGLIO e UDINARA VANUSA ZANCHETTIN para comporem a Comissão Organizadora da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC nos Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade.

Art. 2º - Compete a Comissão Organizadora da AMEOSC a elaboração dos editais que regulamentarão os Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade, mediante a supervisão e aquiescência do ente público que solicitou o certame, elaboração e aplicação das provas objetivas e práticas coordenando, fiscalizando e acompanhando as mesmas, correção dos cartões respostas, pontuação e classificação dos candidatos, receber e analisar eventuais recursos interpostos e emitir relação dos candidatos aprovados para homologação da autoridade competente.

Art. 3º - A Comissão Organizadora da Ameosc poderá requisitar, tanto para a Ameosc quanto ao ente público que realiza o processo de seleção, recursos humanos, financeiros, equipamentos, materiais e instalações necessárias para a regular realização dos certames.

Art. 4º - São impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Parágrafo único: Verificando os membros da presente Comissão o deferimento de inscrição de candidato que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, deverá solicitar seu desligamento da Comissão.

Art. 5º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de janeiro de 2017.

CLÁUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal de Guarujá do Sul - Presidente da AMEOSC

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 18.2017 - EQUIPAMENTOS CRECHE**

Extrato de Publicação de Ata de Registro de Preços

Detentor(es) da Ata: CB COMÉRCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA  
AGRO VETERINÁRIA PRINCESA LTDA

Ata de Registro de Preços: 18/2017-PM

Processo Licitatório: 58/2017-PM

Pregão Presencial: 34/2017-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520 e demais legislação.

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de PEÇAS PARA ESTOFADO DE ÔNIBUS, CARRINHOS DE BEBÊ, CAMINHAS PORTÁTEIS e LAVADORA DE ALTA PRESSÃO para uso na Creche Municipal".

Data da Assinatura: 22/08/2017

Data da Publicação: 23/08/2017

Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata.

Valor Total (previsto): R\$ 6.502,00 (seis mil e quinhentos e dois reais)

Forma de Pagamento: até o 10º dia do mês subsequente à entrega do produto.

**EXTRATO DE CONTRATO 40.2017 - SEGURANÇA**

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: PÁTRIA SEGURANÇA LTDA - ME

Contrato: 40/2017-PM

Processo Licitatório: 64/2017-PM

Dispensa de Licitação: 13/2017-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93.

Objeto: Contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA na prestação de serviço de SEGURANÇA para as festividades oficiais do XXII Aniversário do Município de Princesa/SC, a serem realizadas durante o mês de setembro/2017.

Data da Assinatura: 22/08/2017

Data da Publicação: 23/08/2017

Vigência: 90 dias



Valor Total: R\$ 7.182,00 (sete mil, cento e oitenta e dois reais).

Forma de Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente ao da execução do serviço

### EXTRATO DE DISPENSA 13.2017 - SEGURANÇA PARA FESTIVIDADES

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 64/2017-PM

Dispensa de Licitação 13/2017-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação PÚBLICA, destinada à "Contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA na prestação de serviço de SEGURANÇA para as festividades oficiais do XXII Aniversário do Município de Princesa/SC, a serem realizadas durante o mês de setembro/2017." A efetivação do procedimento ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail [compras@princesa.sc.gov.br](mailto:compras@princesa.sc.gov.br) ou no endereço eletrônico [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br). Princesa/SC, 22 de agosto de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2017

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

BAIXA NORMAS PARA PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL PARA SUBSTITUIR SERVIDORES EFETIVOS EM LICENÇA, FÉRIAS, OU INVESTIDOS EM FUNÇÕES DE CONFIANÇA DAS DEMAIS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC.

O Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, Sr. EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº 21 de 30 de dezembro de 2014 e de acordo com o disposto no Artigo 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo para contratação por tempo determinado de pessoal para substituir servidores efetivos em licença, férias, ou investidos em funções de confiança das demais áreas do Município, vinculado ao Regime Estatutário e Regime Geral de Previdência Social – RGPS para atender necessidades de excepcional interesse público, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, Lei Municipal Complementar nº 21 de 30 de dezembro de 2014 e demais legislação vigente.

1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo do Município de Princesa - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

1.3. O presente Processo Seletivo é válido pelo prazo de 01 (um) ano contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.4. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA e PRÁTICA

1.5. As vagas destinam-se ao preenchimento dos cargos/funções abaixo delineados, em caráter temporário – ACT, e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham da escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo/ função	Nº Vagas	Vencido R\$	Carga horária Semanal	Habilitação	Tipo de prova
Odontólogo	*CR	R\$ 5.965,05	40h/sem	Curso Superior de odontologia, com registro no Conselho Regional de Odontologia – CRO.	Objetiva
Psicóloga	CR*	R\$ 3.901,87	40h/sem	Curso Superior de Psicologia com Registro no Conselho Regional de Psicologia – CRP.	Objetiva
Agente Administrativo	CR*	R\$ 1.974,10	40h/sem	Ensino Médio Completo.	Objetiva
Auxiliar Administrativo	CR*	R\$ 1.312,25	40h/sem	Ensino Médio Completo.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 01) Comunidade de Vista Alta e parte da comunidade de Pinheirinho.	CR*	R\$ 1.277,28	40h/sem	Ensino fundamental Completo e residir na comunidade/área de atuação, desde a data da publicação do edital.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 02) Comunidade de Vista Alegre, parte da comunidade de Marmeleiro e do centro da cidade.	CR*	R\$ 1.277,28	40h/sem	Ensino fundamental Completo e residir na comunidade/área de atuação, desde a data da publicação do edital.	Objetiva



Agente Comunitário de Saúde (Micro área 03) Comunidade de Moquéim, parte da comunidade de Pinheirinho e a parte da cidade comumente chamada de "Bairro Boa Vista" ou "Cidade Alta".	CR*	R\$ 1.277,28	40h/sem	Ensino fundamental Completo e residir na comunidade/área de atuação, desde a data da publicação do edital.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 04) Comunidades de São Francisco, União, Progresso e Jatobá.	CR*	R\$ 1.277,28	40h/sem	Ensino fundamental Completo e residir na comunidade/área de atuação, desde a data da publicação do edital.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 05) Comunidades de Esquina Tobias, Sagrada Família e Marmeleiro.	CR*	R\$ 1.277,28	40h/sem	Ensino fundamental Completo e residir na comunidade/área de atuação, desde a data da publicação do edital.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 07) Parte do centro da cidade e parte da cidade comumente denominada de "Bairro Floresta".	CR*	R\$ 1.277,28	40h/sem	Ensino fundamental Completo e residir na comunidade/área de atuação, desde a data da publicação do edital.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde (Micro área 08) Parte do centro da cidade e Linha Schertz.	CR*	R\$ 1.277,28	40h/sem	Ensino fundamental Completo e residir na comunidade/área de atuação, desde a data da publicação do edital.	Objetiva
Motorista de Veículos Pesados, CNH, Cat. "D"	CR*	R\$ 1.360,43	40h/sem	Certificado de conclusão da 4ª série do Ensino Fundamental ou equivalente, e Carteira Nacional de Habilitação, Categoria D.	Objetiva e prática
Operador de Equipamentos CNH – Cat. "D"	CR*	R\$ 1.574,57	40h/sem	Certificado de conclusão da 4ª série do Ensino Fundamental ou equivalente, e Carteira Nacional de Habilitação, Categoria D.	Objetiva e Prática

Agente de Apoio Operacional CNH -, Cat. "D"	CR*	R\$ 1.574,57	40h/sem	Certificado de conclusão da 4ª série do Ensino Fundamental ou equivalente, e Carteira Nacional de Habilitação, Categoria D.	Objetiva e prática
--	-----	--------------	---------	---	--------------------

CR\* – Cadastro de Reserva

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO poderão ser efetuadas pela INTERNET ou PRESENCIAL - ON LINE, no período das 08 horas do dia 23/08/2017 às 23h59min do dia 21/09/2017.

2.2. O pagamento do boleto bancário referente à taxa de inscrição poderá ser efetuado até às 23h59min do dia 22/09/2017.

## 3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 04/11/2017, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL RENASCER, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 954 – Centro, na cidade de Princesa – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Princesa - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br), [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

3.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h30min.

3.3. O fechamento dos portões será às 09h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.4. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Princesa – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

3.5. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 09h20min.

3.6. A prova objetiva terá início às 09h30min e término às 12 horas.

3.7. A PROVA PRÁTICA será realizada no dia 04/11/2017, com início às 13 horas, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, junto a Secretaria de Infraestrutura, de Obras, Urbanismo e dos Transportes, de Princesa – SC.

## 4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A integral do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de Princesa – SC e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br)

Princesa– SC, 22 de Agosto de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2017 PM.

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: JPM ENGENHARIA LTDA - ME

Contrato: 39/2017-PM

Processo Licitatório: 62/2017-PM

Dispensa de Licitação: 12/2017-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93.

Objeto: "Contratação de Pessoa Jurídica para elaboração de projeto arquitetônico, elétrico, estrutural, automação, memorial de dimensionamento da estação e dos equipamentos, memorial descritivo e orçamento, de uma estação elevatória de esgoto, complementar ao projeto de esgoto sanitário, do Município de Princesa/SC", incluindo o recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de projeto, outras taxas e demais despesas na elaboração do projeto, apresentação e apreciação junto ao órgão fiscalizador – FUNANA".

Data da Assinatura: 14/08/2017

Data da Publicação: 23/08/2017

Vigência: 2 meses a partir da emissão da ordem de serviço.

Valor Total: R\$ 9.856,00 (nove mil oitocentos e cinquenta e seis reais).

Forma de Pagamento: Após conclusão e aprovação do órgão competente.

**EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 62/2017-PM, MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2017 PM.**

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 61/2017-PM

Dispensa de Licitação 12/2017-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação PÚBLICA, destinada ao "Contratação de Pessoa Jurídica para elaboração de projeto arquitetônico, elétrico, estrutural, automação, memorial de dimensionamento da estação e dos equipamentos, memorial descritivo e orçamento, de uma estação elevatória de esgoto, complementar ao projeto de esgoto sanitário, do Município de Princesa/SC." A efetivação do procedimento ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail [compras@princesa.sc.gov.br](mailto:compras@princesa.sc.gov.br) ou no endereço eletrônico [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br). Princesa/SC, 14 de agosto de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

# Rio das Antas

## PREFEITURA

### RESUMO DE TOMADA DE PREÇO Nº 0001/2017 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 0001/2017 – PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0066/2017 - PMRA na modalidade TOMADA DE PREÇO nº 0001/2017 - PMRA, tendo como Objeto: contratação de empresa especializada na captação de recursos, conforme objeto e condições estabelecidas no edital. O Credenciamento e a entrega dos envelopes da Documentação de habilitação e a Proposta de Preço será no departamento de Licitações do Município, no dia 12/09/2017, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes, com início da sessão as 09h15min. do mesmo dia. BASE LEGAL: Lei 8.666/93 e alterações, lei complementar 123/06 e demais legislação vigente para o objeto. O critério de Avaliação será o MENOR PREÇO UNITÁRIO. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: [licita@riodasantas.sc.gov.br](mailto:licita@riodasantas.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas no departamento de Licitações do Município de Rio das Antas/SC, sito à Rua do Comércio, 780, CEP.: 89.550-000 ou pelo fone 0xx49 3564-0125, Ramal 22./Rio das Antas (SC), 22 de agosto de 2017. Ronaldo Domingos Loss-Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### Portaria 1048/DGP

PORTARIA Nº. 1048/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no ARTIGO 160 DA LEI COMPLEMENTAR N. 309 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015, ACRESCIDO PELA LEI COMPLEMENTAR N. 362, DE 28 JUNHO DE 2017, Decreto n. 6357/2017, pareceres exarados pela APAE – Rio do Sul, Psicóloga e Assistentes Sociais da equipe multiprofissional e interdisciplinar desta municipalidade, Perícia Médica Oficial do Município e Secretário de Administração e Fazenda (anexo ao Protocolo n. 166681/2017), Licença Especial para Atendimento ao Portador de Necessidades Especiais, no período de 31/07/2017 à 31/07/2018, a servidora municipal DANIELA APARECIDA RODRIGUES DONNER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor(40 horas semanais).

Art. 2º Conforme Art. 3º do Decreto n. 6357/2017 no período da licença, a jornada de trabalho da servidora terá uma redução de 50% (cinquenta por cento), sendo assim, exercerá 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de Agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

TAS

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 1005/2017

PORTARIA No 1005, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Autoriza o Gozo remanescente de Férias a Servidora Sandra Regina Orlando

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 28 de agosto a 16 de setembro de 2017, a servidora Sandra Regina Orlando, Auxiliar Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, em complemento ao período remanescente referente a 2015 – 2016, de acordo com a Portaria nº 977, de 30 de maio de 2017.

Art. 2º Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2017.

HELIANA DUARTE PRIM

Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

### PORTARIA Nº 1006/2017

PORTARIA No 1006, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Autoriza o Gozo remanescente de Férias ao Servidor João Henrique Facchini

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 09 a 18 de outubro de 2017, ao servidor João Henrique Facchini, Assessor Parlamentar da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, em complemento ao período remanescente (10 dias) referente a 2015 – 2016, de acordo com a Portaria nº 935, de 05 de dezembro de 2016.

Art. 2º Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2017.

HELIANA DUARTE PRIM

Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 087/2016

DECRETO Nº 087, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

REGULAMENTA AS DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM VIAGEM A SERVIÇO, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DAS DEMAIS SECRETARIAS, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Salto Veloso/SC e a orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Instrução Normativa nº. 14/2012):

Decreta:

Art. 1º. Fica estabelecido aos servidores públicos do Poder Executivo, Fundo Municipal de Saúde e das demais Secretarias, em viagem a serviço, que as refeições deverão ser realizadas exclusivamente nos estabelecimentos e restaurantes credenciados previamente pela municipalidade.

Parágrafo Único: O credenciamento dos estabelecimentos e restaurantes serão realizados pela Tesouraria e aprovado pelo superior imediato dos servidores públicos que necessitem realizar viagem a serviço.

Art. 2º. Não havendo estabelecimentos e restaurantes credenciados previamente pela municipalidade no local de destino, fica estabelecido aos servidores públicos do Poder Executivo, Fundo Municipal de Saúde e das demais Secretarias, em viagem a serviço, os valores para as despesas com refeições, nos moldes abaixo:

I – Despesa de até R\$ 13,00 (treze reais) para um lanche (café da manhã);

II – Despesa de até R\$ 30,00 (trinta reais) para uma refeição (almoço);

III – Despesa de até R\$ 30,00 (trinta reais) para uma refeição (jantar).

Parágrafo Único: As despesas que excederem os valores descritos acima, ficarão a cargo do servidor público, estando o Município de Salto Veloso obrigado ao pagamento apenas dos valores acima.

Art. 3º. Para a realização de lanche (café da manhã) e refeição (almoço e jantar), os servidores públicos necessariamente deverão observar os horários abaixo, sob pena de não serem ressarcidas as despesas:

I – Se o servidor iniciar viagem pela manhã após as 6h30min e o serviço estender-se necessariamente pela noite (a partir das 19h00min), receberá os valores referentes a 02 (duas) refeições (almoço e jantar / R\$ 30,00 + R\$ 30,00);

II – Se o servidor iniciar a viagem antes ou até o horário de 6h30min e esta se estender até 13 horas/17h30min terá direito aos valores de lanche e uma refeição (café da manhã e almoço / R\$ 13,00 + R\$ 30,00);

III – Se o servidor iniciar a viagem antes ou até o horário de 6h30min e esta se estender até 20 horas/22 horas, terá direito aos valores de 1 (um) lanche e 02 (duas) refeições (café da manhã,

almoço e jantar / R\$ 13,00 + R\$ 30,00 + R\$ 30,00).

IV – Se o servidor iniciar a viagem no período entre meia noite/3 horas da manhã e esta se estender até após o meio dia, terá direito ao valor adicional de um lanche (café da manhã + café da manhã / R\$ 13,00 + R\$ 13,00).

Art. 4º. Os servidores públicos terão o prazo de 03 (três) dias úteis para realizar a prestação de contas, por intermédio de documento hábil e de Relatório de viagem, para comprovar a efetivação da despesa.

Art. 5º. Para fins deste decreto, considera-se documento hábil para efeito de comprovação de despesa, nota fiscal (branca ou eletrônica) ou cupom fiscal eletrônico emitida por hotéis, restaurantes e similares da cidade de destino.

Parágrafo único. Serão aceitas, de forma excepcional, as notas fiscais "brancas", desde que haja justificativa do motorista e que não seja possível a emissão de nota fiscal ou cupom fiscal de forma eletrônica por parte do estabelecimento comercial.

Art. 6º. O servidor que não prestar contas dos valores, fica impedido de receber novo valor, até a efetivação da prestação de contas a seu superior imediato ou a Tesouraria.

Art. 7º. O adiantamento de valores para as viagens em serviço dos servidores públicos continuarão a seguir os ditames da Lei Municipal nº. 965, de 19 de agosto de 1999.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, o Decreto nº. 029/2017.

Salto Veloso/SC, 21 de agosto de 2017.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL  
Secretário de Administração e Finanças

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 018/2017, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 04/09/2017 até as 14h00min.

Abertura: 04/09/2017, às 14h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal



de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 22 de AGOSTO 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 019/2017 , que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE RECAPAGEM DE PNEUS

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 04/09/2017 até as 09h00min.

Abertura: 04/09/2017, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 22 de AGOSTO 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

# Santa Helena

## PREFEITURA

### **PROCESSO LICITATORIO Nº 67/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PREFEITURA

#### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 67/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2017

O Município de Santa Helena - Prefeitura, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº 67/2017, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 55/2017, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, para aquisição de uniformes esportivos feminino e masculino destinados para a C.M.E. do município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 05 de setembro de 2017. Abertura das propostas as 08h45min do dia 05 de setembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, nº 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site [www.santahelena.sc.gov.br](http://www.santahelena.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 22 de agosto de 2017.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

# Santa Rosa de Lima

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº17/2017 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº17 /2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº13 /2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01(UM) REFRIGERADOR VERTICAL – EQUIPAMENTO DE FORMATO EXTERNO E INTERNO EM AÇO RETANGULAR, DESENVOLVIDO ESPECIFICAMENTE PARA ARMAZENAMENTO MÍNIMO DE 430 LITROS ÚTEIS OU 27.000 DOSES DE 5ML PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA/SC.

Data, Horário e Local de Abertura: 12 de Setembro de 2017, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000.

Santa Rosa de Lima, 22 de Agosto de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº42/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DE EXPEDIENTE, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA.

Data, Horário e Local de Abertura: 06 de Setembro de 2017, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000.

Santa Rosa de Lima, 22 de Agosto de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 014, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

DECRETO Nº 014, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

Dispõe sobre Pontos Facultativos no Carnaval e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso das atribuições legais, e de acordo com o Art. 52, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica considerado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, nos dias 27 e 28 de fevereiro e dia 1º de março, ponto facultativo até as 13h00min em virtude do Carnaval.

Parágrafo único. Os serviços essenciais como saúde e SAMAE funcionarão em regime de Plantão. A Coleta de Lixo funcionará normalmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de fevereiro de 2017.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

### DECRETO Nº 042, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 042, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

Abre Crédito adicional – Especial por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SANTA ROSA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 1037 de 07 de agosto de 2017,

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o Crédito Adicional Especial no Orçamento Vigente na seguinte dotação orçamentária:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO

1.014 – Construção do Parque Municipal de Eventos

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

03.0080 – Recursos Ordinários – Superávit Financeiro

TOTAL .....

. R\$ 250.000,00

Art. 2º. Para atendimento do Crédito Adicional Especial que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior da seguinte fonte de recurso:

03.0080 – Recursos Ordinários – Superávit Financeiro

TOTAL .....

.. R\$ 250.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de agosto de 2017.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE,

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 043, DE 07 DE AGOSTO DE 2017

Decreto nº 043, de 07 de agosto de 2017.

Substitui membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 330 de 03/12/96 e Lei nº 401, de 05/10/1999,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, como segue:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

a) Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social, BRUNA FRAGA TRISTÃO, Titular FRANCIELI KUNZ PAULO, Suplente;

b) Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Turismo, MARA REJANE DA SILVA ROXO, Titular, GERUSA RODRIGUES CLAUDINO, Suplente;

c) Secretaria da Administração e Finanças, WILFRIED HEMMER, Titular, CÉLIA CAETANA PAULO DE BORBA ROXO, Suplente;

II - REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) Pastoral da Criança de Santa Rosa do Sul, CELANIR TEIXEIRA DE SOUZA, Titular, NEIVA DERLANE DOS SANTOS, Suplente;

b) Sindicato dos Trabalhadores Rurais: MARIA GENUINO PEREIRA, Titular, JOSÉ GILMAR ZACARON, Suplente;

c) Câmara de Dirigentes Lojistas, NAIRA LUIZ PEREIRA, Titular, ORIVALDO ROCHA MELLO, Suplente.

Art. 2º Fica revogado o decreto nº 024, de 31 de março de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de agosto de 2017.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer

Secretário da Administração e Finanças

**DECRETO Nº 044 DE 08 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº 044, DE 08 DE AGOSTO DE 2017.

Fixa calendário para cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os Artigos 33 e 120 da Lei nº 92, de 05/12/91,

**DECRETA:**

Art. 1º A cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, para o exercício de 2017 será efetuada em parcela única ou 04 (quatro) parcelas mensais consecutivas, com os seguintes vencimentos:

I - parcela única ou primeira parcela 29/09/2017

II - segunda parcela 30/10/2017

III - terceira parcela 30/11/2017

IV - quarta parcela 28/12/2017

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de agosto de 2017.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE,

WILFRIED HEMMER

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 15 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.**

DECRETO Nº 015, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

Dispõe sobre o horário de expediente dos órgãos e serviços da Prefeitura Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 52, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º A partir do dia 06 de março do corrente ano, o expediente dos órgãos e serviços da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, obedecerá aos seguintes horários:

Das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min horas

- Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, e
- Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos.
- Secretaria da Administração e Finanças,
- Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Secretaria da Saúde e Bem Estar Social, obedecerá ao disposto no Decreto 069, de 10 de novembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de fevereiro de 2017.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 084/2017 TP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 084/2017 – TP Nº 084/2017

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para execução de serviços de elaboração de projetos de instalações elétricas, preventivo contra incêndio e pânico e projeto de iluminação pública do município de Santa Rosa do Sul. Conforme especificações constantes no Edital. Com entrega dos envelopes até às 09h45min do dia 11 de Setembro de 2017, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 10h00min do dia 11 de Setembro de 2017. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113.

Santa Rosa do Sul, 22 de Agosto de 2017.

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

**DECRETO 024, DE 24 DE ABRIL DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Santa Rosa do Sul

**DECRETO Nº 000024/17 de 24 de Abril de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SANTA ROSA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001021/16 de 20 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 87.043,34 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DA SAUDE E DO BEM ESTAR SOCIAL

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.01.10.301.0106.2.016-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

3.710,00

06 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

06.01.26.782.0116.2.031-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

83.333,34

**Art 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação

87.043,34

**Art 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal, 24 de Abril de 2017**

\_\_\_\_\_  
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

REGISTRA-SE E PUBLICA-SE

\_\_\_\_\_  
WILFRIED HEMMER  
Secretário da Administração e Finanças



**DECRETO Nº 006,DE 10 DE JANEIRO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Santa Rosa do Sul

**DECRETO Nº 000006/17 de 10 de Janeiro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SANTA ROSA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001021/16 de 20 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 976.565,16 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	
03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	
03.01.06.181.0104.2.005-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	5.893,21
03.01.06.181.0104.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	23.085,10
03.01.06.182.0104.2.036-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	9.349,01
03.01.28.846.0100.0.004-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	19.634,74
03.01.06.181.0104.2.006-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	13.399,00
03.01.28.843.0100.0.001-4.6.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	1.423,34
04 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	
04.01.12.365.0107.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	6.910,15
04.01.12.361.0107.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	46.140,39
04.01.12.361.0107.2.009-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	39.276,32
04.01.12.361.0107.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	66.179,61
04.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
04.02.13.392.0108.1.014-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	172.721,98
05 - SECRETARIA DA SAUDE E DO BEM ESTAR SOCIAL	
05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.01.10.301.0106.2.017-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	24.802,17
05.01.10.301.0106.2.018-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	7.598,03
05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
05.02.08.244.0105.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	21.383,18
05.02.08.242.0105.2.024-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	660,56
05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.01.10.305.0106.2.020-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	32.486,60
05.01.10.304.0106.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	3.011,28
05.01.10.301.0106.2.016-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	84.501,98
05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
05.02.08.244.0105.2.021-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	22.070,77
05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.01.10.301.0106.2.016-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	29.709,78
05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
05.02.08.243.0105.2.026-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	6.155,82
05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.01.10.301.0106.2.016-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	254.238,31
05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
05.02.08.244.0105.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	9.524,67
05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.01.10.301.0106.2.016-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	45.620,31
05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
05.02.08.244.0105.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	18.687,88
06 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
06.01 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
06.01.15.452.0110.2.034-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	4.616,27
06.01.26.782.0116.2.031-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	7.484,70

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Santa Rosa do Sul

06 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

06.01.26.782.0116.2.031-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

7.484,70

**Art 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro

976.565,16

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal, 10 de Janeiro de 2017**

---

**NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal

**REGISTRA-SE E PUBLICA-SE**

---

**WILFRIED HEMMER**  
Secretário da Administração e Finanças

**DECRETO Nº 007,DE 10 DE JANEIRO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Santa Rosa do Sul

**DECRETO Nº 000007/17 de 10 de Janeiro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SANTA ROSA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001021/16 de 20 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 374.200,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DA SAUDE E DO BEM ESTAR SOCIAL

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.01.10.301.0106.2.016-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

100.000,00

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO

07.01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA

07.01.20.606.0114.1.011-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

274.200,00

**Art 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação

374.200,00

**Art 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal, 10 de Janeiro de 2017**

\_\_\_\_\_  
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

REGISTRA-SE E PUBLICA-SE

\_\_\_\_\_  
WILFRIED HEMMER  
Secretário da Administração e Finanças

**DECRETO Nº 016 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Santa Rosa do Sul

**DECRETO Nº 000016/17 de 23 de Fevereiro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SANTA ROSA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001021/16 de 20 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 128.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCACAO

04.01.12.361.0107.1.003-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

38.000,00

05 - SECRETARIA DA SAUDE E DO BEM ESTAR SOCIAL

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.01.10.301.0106.2.016-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

90.000,00

**Art 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação

128.000,00

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal, 23 de Fevereiro de 2017**

\_\_\_\_\_  
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

REGISTRA-SE E PUBLICA-SE

\_\_\_\_\_  
WILFRIED HEMMER  
Secretário da Administração e Finanças

**DECRETO Nº 018 DE 09 DE MARÇO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Santa Rosa do Sul

**DECRETO Nº 000018/17 de 9 de Março de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SANTA ROSA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001021/16 de 20 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 56.157,67 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0102.2.001-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

55.000,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.28.846.0100.0.004-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

1.157,67

**Art 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro

56.157,67

**Art 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal, 9 de Março de 2017**

\_\_\_\_\_  
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

REGISTRA-SE E PUBLICA-SE

\_\_\_\_\_  
WILFRIED HEMMER  
Secretário da Administração e Finanças

**DECRETO Nº 031 DE 27 DE JUNHO DE 2017.**ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Santa Rosa do Sul**DECRETO Nº 000031/17 de 27 de Junho de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SANTA ROSA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001021/16 de 20 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 120.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	
03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	
03.01.28.843.0100.0.001-4.6.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	100.000,00
05 - SECRETARIA DA SAUDE E DO BEM ESTAR SOCIAL	
05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.01.10.301.0106.2.018-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	20.000,00

**Art. 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	
03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	
03.01.28.843.0100.0.001-3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	100.000,00
05 - SECRETARIA DA SAUDE E DO BEM ESTAR SOCIAL	
05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.01.10.301.0106.2.018-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	15.000,00
05.01.10.301.0106.2.018-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	5.000,00

**Art. 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal, 27 de Junho de 2017**

---

**NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal

**REGISTRA-SE E PUBLICA-SE**

---

**WILFRIED HEMMER**  
Secretário da Administração e Finanças



**DECRETO Nº 034, DE 29 DE JUNHO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Santa Rosa do Sul

**DECRETO Nº 000034/17 de 29 de Junho de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SANTA ROSA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001021/16 de 20 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 100.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10 - SAMAE SANTA ROSA DO SUL

10.01 - SAMAE - SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO

10.01.17.512.0113.6.001-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

100.000,00

**Art 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro

100.000,00

**Art 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal, 29 de Junho de 2017**

\_\_\_\_\_  
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

REGISTRA-SE E PUBLICA-SE

\_\_\_\_\_  
WILFRIED HEMMER  
Secretário da Administração e Finanças

**DECRETO Nº 035, DE 29 DE JUNHO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Santa Rosa do Sul

**DECRETO Nº 000035/17 de 29 de Junho de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SANTA ROSA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001021/16 de 20 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 49.020,17 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.28.846.0100.0.004-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

4,17

05 - SECRETARIA DA SAUDE E DO BEM ESTAR SOCIAL

05.03 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESC.

05.03.08.243.0105.2.029-3.3.50.00.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu

49.016,00

**Art 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro

49.020,17

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal, 29 de Junho de 2017**

\_\_\_\_\_  
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

REGISTRA-SE E PUBLICA-SE

\_\_\_\_\_  
WILFRIED HEMMER  
Secretário da Administração e Finanças

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 228/2017 - DE 18 DE AGOSTO DE 2017.** ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 228/2017 - DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Exonera a Servidora Pública Municipal TACIANE RITA MATTIOLO e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada pelo término do contrato, a partir de 31 de agosto de 2017, a Servidora TACIANE RITA MATTIOLO, nomeada pelo Decreto Nº128/2017 de 17 de abril de 2017, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, conforme Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 18 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

### **DECRETO Nº227/2017 – DE 17 DE AGOSTO DE 2017.** DECRETO Nº227/2017 – DE 17 DE AGOSTO DE 2017. Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR

Ação: 2.049 – Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água  
Atividade: 2.049 – Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00–Aplicações Diretas..... R\$ 5.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 17 de agosto de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

### **DECRETO Nº229/2017 – DE 18 DE AGOSTO DE 2017.** DECRETO Nº229/2017 – DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0023 – PRÓ VIAS

Ação: 2.053 – Manut. Atividades – Estradas Vicinais

Atividade: 2.053 – Manut. Atividades – Estradas Vicinais

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 - Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,

em 18 de agosto de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

### **EDITAL DE CHAMAMENTO Nº008/2017 - CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº008/2017

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao Art. 9º, § 4º da Lei Complementar Federal nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e de conformidade com a Lei Municipal nº 162/2001, de 23 de abril de 2001, CONVOCA a população em geral, bem como todas as entidades civis organizadas, a participarem da Audiência Pública, para Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais, referente ao 2º (segundo) Quadrimestre de 2017, e Audiência Pública para Apresentação do Relatório de Gestão da Saúde referente ao 2º (segundo) Quadrimestre de 2017 em conformidade com o Art. 36, § 5º, da Lei Complementar Federal nº141/2012 de 13 de Janeiro de 2012, no seguinte local, data e horário:

Local: Câmara Municipal de Vereadores

Rua Beira Rio, 747, centro

Data: 18 de setembro de 2017

Horário: 17:30 horas

Santiago do Sul (SC), em 18 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal de Santiago do Sul-SC

### **PORTARIA Nº 134/2017 - DE 01 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº 134/2017 - DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

Concede Licença por Tratamento de Doença em Pessoa da Família à servidora TATIANE CHIMELLO e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA POR TRATAMENTO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA a Servidora Pública Municipal TATIANE CHIMELLO, ocupante do Cargo de FARMACÊUTICA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo prazo de 03 (três) dias, ou seja, do dia 01 de agosto de 2017 ao dia 03 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,

em 01 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 135/2017 - DE 04 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº 135/2017 - DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

Concede Licença por Tratamento de Doença em Pessoa da Família à servidora IDENE ARDENGHY LUNEDO e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA POR TRATAMENTO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA a Servidora Pública Municipal IDENE ARDENGHY LUNEDO, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo prazo de 01 (um) dia, ou seja, no dia 04 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,

em 04 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 136/2017 - DE 04 DE AGOSTO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 136/2017 - DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

Designa Servidora Pública para atuar como Coordenadora do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora Pública Municipal Sra. Juliana de Quadros, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para atuar como Coordenadora do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 137/2017 - DE 08 DE AGOSTO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 137/2017 - DE 08 DE AGOSTO DE 2017.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor TIAGO DE PARIS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor TIAGO DE PARIS, ocupante do Cargo de TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, Lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 08 de agosto de 2017, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 139/2017 - DE 10 DE AGOSTO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 139/2017 - DE 10 DE AGOSTO DE 2017.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora CAMILA LAZARIN e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora CAMILA LAZARIN, ocupante do Cargo de NUTRICIONISTA, Lotada na Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 10 de agosto de 2017, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 10 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 140/2017 - DE 11 DE AGOSTO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 140/2017 - DE 11 DE AGOSTO DE 2017.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora JUDILE BOLZAN DURANTE e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora JUDILE BOLZAN DURANTE, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 07 (sete) dias, ou seja, do dia 11 de agosto de 2017 até o dia 17 de agosto de 2017, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 11 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 142/2017 - DE 11 DE AGOSTO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 142/2017 - DE 11 DE AGOSTO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE OS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DOS MOTORISTAS DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica aberto até o dia 31 de agosto de 2017 o prazo para os Servidores Públicos Municipais ocupantes do cargo de Motorista, manifestarem interesse em realizar cursos de transporte de urgência e emergência, coletivo e escolar

Art. 2º Os servidores interessados deverão comunicar o Secretário responsável da respectiva secretaria.

Art. 3º Os cursos serão disponibilizados aos interessados no decorrer do exercício financeiro respectivo à manifestação de interesse.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 11 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 144/2017 - DE 16 DE AGOSTO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 144/2017 - DE 16 DE AGOSTO DE 2017.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora IDENE ARDENGHY LUNEDO e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora IDENE ARDENGHY LUNEDO, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 15 (quinze) dias, ou seja, do dia 16 de agosto de 2017 até o dia 30 de agosto de 2017, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 16 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 147/2017 - DE 18 DE AGOSTO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 147/2017 - DE 18 DE AGOSTO DE 2017.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora CARLA CRISTINA GENTILINI e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora CARLA CRISTINA GENTILINI, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADA, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 07 (sete) dias, ou seja, do dia 18 de agosto de 2017 até o dia 24 de agosto de 2017, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 18 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº133/2017 - DE 01 DE AGOSTO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº133/2017 - DE 01 DE AGOSTO DE 2017.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora ERONITA ESTEVES DA SILVEIRA e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59



da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor ERONITA ESTEVES DA SILVEIRA, ocupante do Cargo temporário de ORIENTADOR SOCIAL – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (HABILITADO), Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social - CRAS, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, do dia 01 de agosto de 2017 até 02 de agosto de 2017, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 01 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº138/2017 - DE 08 DE AGOSTO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº138/2017 - DE 08 DE AGOSTO DE 2017.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora IVETE TERESINHA PIAIA TOAZZA e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal IVETE TERESINHA PIAIA TOAZZA, ocupante do Cargo de AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no dia 08 de agosto de 2017, conforme atestado médico

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de agosto de 2017.  
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº141/2017 - DE 11 DE AGOSTO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº141/2017 - DE 11 DE AGOSTO DE 2017.  
Concede Férias ao Servidor Público Municipal PEDRO LUIS PACAZZA.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal PEDRO LUIS PACAZZA, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016 à serem Gozadas no período de 15 de agosto de 2017 à 13 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 11 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.  
Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº143/2017 - DE 16 DE AGOSTO DE 2017.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº143/2017 - DE 16 DE AGOSTO DE 2017.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor SADI ANTONIO ORLANDI e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal SADI ANTONIO ORLANDI, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, nos dias 16 de agosto de 2017 e 17 de agosto de 2017, conforme atestado médico

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 16 de agosto de 2017.  
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº145/2017 - DE 17 DE AGOSTO DE 2017.**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº145/2017 - DE 17 DE AGOSTO DE 2017.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor GENECIR OTTONI e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal GENECIR OTTONI, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINA II, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, pelo período de 15 (quinze) dias, ou seja, do dia 17 de agosto de 2017 ao dia 31 de agosto de 2017, conforme atestado médico

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 17 de agosto de 2017.  
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº146/2017 - DE 17 DE AGOSTO DE 2017.**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº146/2017 - DE 17 DE AGOSTO DE 2017.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor CONSTANTINO FURLAN e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal CONSTANTINO FURLAN, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS II, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, nos dias 17 e 18 de agosto de 2017, conforme atestado médico

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 17 de agosto de 2017.  
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº148/2017 - DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº148/2017 - DE 21 DE AGOSTO DE 2017.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidora CLEDIANE GROLI MARMONTINI e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal CLEDIANE GROLI MARMONTINI, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 07 (sete) dias, ou seja, do dia 21 de agosto de 2017 até 27 de agosto de 2017, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 21 de agosto de 2017.  
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 149/2017 - DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 149/2017 - DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

Complementa férias da Servidora Pública Municipal LORITA HELENA CAMPANHOLO BORDIGNON e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 e seguintes da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); Portaria nº 009/2017, Portaria nº 016/2017 e Portaria nº 043/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º COMPLEMENTAR AS FÉRIAS INTERROMPIDAS da Servidora Pública Municipal LORITA HELENA CAMPANHOLO BORDIGNON, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE 1º AO 5º ANO, Lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir do dia 21 de agosto de 2017 até o dia 30 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 21 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2017**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2017

MENOR PREÇO POR ITEM.

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Planejamento e Urbanismo e da Secretária de Finanças, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 0406, de 10 de julho de 2017, que receberá até às 08:30 horas do dia 12 de setembro de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA A 21ª DRP E MATERIAL GRÁFICO PARA A SECRETARIA DE FINANÇAS E DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO URBANO - DETRU.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6199 ou retirar o Edital completo através do site: [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao).

São Bento do Sul, 28 de julho de 2017.

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

Secretário de Planejamento e Urbanismo

ROSILANE ZÉLIA DOS SANTOS

Secretária de Finanças

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2017**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2017

MENOR PREÇO POR LOTE

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Chefe de Gabinete, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 0406, de 10 de julho de 2017, que receberá até às 13:30 horas do dia 06 de setembro de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ÁGUA PARA O 23º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 36316044 ou retirar o Edital completo através do site: [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao).

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2017.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

Chefe de Gabinete

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2017**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2016

MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Chefe de Gabinete, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 01 de setembro de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA A REALIZAÇÃO SEGURO PARA TERCEIROS, POR 1 ANO, COM COBERTURA DE R\$ 200.000,00 PARA RCF – DANOS MATERIAIS E R\$ 200.000,00 PARA RCF - DANOS CORPORAIS, SERVIÇO DE REBOQUE ATÉ 1000 KM, SEM NENHUM TIPO DE FRANQUIA, PRORROGÁVEL NA FORMA DA LEI CONFORME RELAÇÃO DAS VIATURAS ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6125 ou retirar o Edital completo através do site: [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao).

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2017.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ  
CHEFE DE GABINETE – Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI  
PREGOEIRA MUNICIPAL

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017 - FMS**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017  
MENOR PREÇO POR ITEM

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 0406, de 10 de julho de 2017, que receberá até às 08:30 horas do dia 06 de Setembro de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL LABORATORIAL PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min..

São Bento do Sul, 16 de Agosto de 2017.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

SANDRA Mª SADOWSKI ANDRZEJEWSKI  
Pregoeira

### **ERRATA PORTARIA Nº 2192/2017**

ERRATA:  
Na publicação da Portaria nº 2192/2017, no DOM nº 2323, de 21 de agosto de 2017, pág. 604, no local que se lê "Professor Educação Especial" leia-se "Atendente Educativo Especial".

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 007/2017**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 007/2017

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 018/2013, firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Brasil Sul Serviços de Segurança Ltda.

Considerando o término da vigência do contrato em 15 de outubro de 2017, que tem por objeto a contratação de empresa de segurança, se faz necessária a prorrogação do contrato por 12 (doze) meses, a contar de 16 de outubro de 2017 a 15 de outubro de 2018, totalizando o valor R\$ 71.076,30 (setenta e um mil e setenta e seis reais e trinta centavos), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 5.923,02 (cinco mil novecentos e vinte e três reais e dois centavos), atualizados de acordo com o IGP-M acumulado nos últimos 12 meses. As demais cláusulas e condições previstas no contrato primitivo, firmado em 16 de outubro de 2013, permanecerão inalteradas.

São Bento do Sul, 11 de agosto de 2017.

EDIMAR GERALDO SALOMON – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS – pela Empresa Contratada

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 008/2017**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 008/2017

DA ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 018/2013, firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Brasil Sul Serviços de Segurança Ltda., em 16 de outubro de 2013.

Considerando a previsão legal para alteração contratual, que tem como objeto a contratação de empresa de segurança, se faz necessária a majoração dos valores inicialmente contratados em R\$ 1.980,00 (hum mil novecentos e oitenta reais), em virtude da necessidade na ampliação da segurança desta casa de leis, para 24 (vinte e quatro) horas diárias, nos dias 07, 08, 09 e 10 de setembro de 2017. As demais cláusulas e condições previstas no contrato primitivo permanecerão inalterados.

São Bento do Sul, 14 de agosto de 2017.

EDIMAR GERALDO SALOMON – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS – pela Empresa Contratada



**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 009/2017**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 009/2017

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 017/2013, firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Brasil Sul Serviços Especializados Ltda. EPP.

Considerando ao término da vigência do contrato em 15 de outubro de 2017, que tem por objeto a contratação de empresa de monitoramento eletrônico, se faz necessária a prorrogação do contrato por mais 12 (doze) meses, a contar de 16 de outubro de 2017 a 15 de outubro de 2018, totalizando o valor corrigido de R\$ 1.517,19 (hum mil quinhentos e dezessete reais e dezenove centavos). As demais cláusulas e condições previstas no contrato originário permanecerão inalteradas.

São Bento do Sul, 16 de agosto de 2017.

Edimar Geraldo Salomon – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

Pedro Fagundes dos Santos – pela Empresa Contratada

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS****PORTARIA IPRESBS Nº 273/2017**

PORTARIA IPRESBS Nº 273/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 138/2017, à servidora ARISTIANE RIBEIRO ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 13/08/2017 em virtude de falecimento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/08/2017.

São Bento do Sul, 17/08 /2017.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº274/2017**

PORTARIA IPRESBS Nº 274/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 159/2017, à servidora OZANA CARINE MECABO LAZAROTTO LOURENÇO ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/08/2017 em virtude de Licença Maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/08/2017.

São Bento do Sul, 17/08 /2017.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº275/2017**

PORTARIA IPRESBS Nº 275/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 18/08/2017 a 31/10/2017, ao servidor ANTONIO ALDORI STEIN ocupante do cargo de provimento efetivo de Pintor, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 03/08/2017 a 17/08/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/08/2017.

São Bento do Sul, 17/08/2017

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº276/2017**

PORTARIA IPRESBS Nº. 276/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 09/08/2017 a 06/12/2017, concedido ao servidor ANTONIO CARLOS SEBOLD ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 056/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09/08/2017.

São Bento do Sul, 17/08/2017.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente



**PORTARIA IPRESBS Nº277/2017**

PORTARIA IPRESBS Nº 277/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 17/08/2017 a 31/10/2017, a servidora ROSANE KOSMALA ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 02/08/2017 a 16/08/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/08/2017.

São Bento do Sul, 17/08/2017  
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº278/2017**

PORTARIA IPRESBS Nº. 278/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 10/08/2017 a 23/09/2017, concedido ao servidor ANTONIO WANDERLEI STOCK ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 057/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/08/2017.

São Bento do Sul, 17/08/2017.  
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº279/2017**

PORTARIA IPRESBS Nº 279/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 19/08/2017 a 02/10/2017, a servidora CARMELITA MA-NOEL VARGAS ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 04/08/2017 a 18/08/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/08/2017.

São Bento do Sul, 17/08/2017  
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº280/2017**

PORTARIA IPRESBS Nº 280/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 23/08/2017 a 30/09/2017, a servidora ANA PAULA DE OLIVEIRA SCHEEL ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 08/08/2017 a 22/08/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/08/2017.

São Bento do Sul, 18/08/2017  
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº281/2017**

PORTARIA IPRESBS Nº 281/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 23/08/2017 a 22/09/2017, a servidora GRACIEMA DO CARMO VARELA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 08/08/2017 a 22/08/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/08/2017.

São Bento do Sul, 18/08/2017  
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº282/2017**

PORTARIA IPRESBS Nº 282/2017

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 26/08/2017 a 09/10/2017, a servidora SELMA LEONTINA PLANCA BOTAPOFF ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação,

conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos períodos, 11/08/2017 a 25/08/2017 competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/08/2017.

São Bento do Sul, 18/08/2017  
JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor Presidente

---

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**

---

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 148, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 148, de 21 de agosto de 2017.

**“CONCEDE FÉRIAS”**

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, designada pela Portaria nº 2103, de 31 de julho de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

**RESOLVE**

Art. 1º – CONCEDER ao servidor MARCO RODRIGO REDLICH, matrícula 362, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento II, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2011/2016.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 21/8/2017.

CLAUDETE STAWNY

Diretora Presidente Interina

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 150, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 150, de 21 de agosto de 2017.

**“CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL”**

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, designada pela Portaria nº 2103, de 31 de julho de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

**RESOLVE**

Art. 1º – CONCEDER, ao servidor VALDIR GROSSKOPF, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, matrícula 381, Grupo Ocupacional 02, Classe D, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, progressão vertical para o nível “IV”, conforme consta no Artigo 4º da Lei Municipal nº 2966 de 29 de fevereiro de 2012 e seus Anexos e de acordo com o Processo nº 5565/2017 de 21/07/2017.

CLAUDETE STAWNY

Diretora Presidente Interina

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 149, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 149, de 21 de agosto de 2017.

**“CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL”**

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, designada pela Portaria nº 2103, de 31 de julho de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

**RESOLVE**

Art. 1º – CONCEDER ao servidor RENATO JOSÉ QUOST, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, matrícula 332, Grupo Ocupacional 02, Classe G, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, progressão vertical para o nível “IV”, conforme consta no Artigo 4º da Lei Municipal nº 2966 de 29 de fevereiro de 2012 e seus Anexos e de acordo com o Processo nº 5564/2017 de 21/07/2017.

CLAUDETE STAWNY

Diretora Presidente Interina

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 151, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 151, de 21 de agosto de 2017.

**“CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA”**

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, designada pela Portaria nº 2103, de 31 de julho de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

**RESOLVE**

Art. 1º – CONCEDER ao servidor JEAN MARCELO FUCK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, matrícula 335, lotado nesta Autarquia, Função Gratificada de Assessoramento Administrativo, em conformidade com o Artigo 2º, Inciso VIII, alínea a, da Lei nº 2970, de 2 de março de 2012.

CLAUDETE STAWNY

Diretora Presidente Interina

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 152, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 152, de 21 de agosto de 2017.

**“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”**

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, designada pela Portaria nº 2103, de 31 de julho de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

**RESOLVE**

Art. 1º – CONCEDER ao servidor EDELSON ILG, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento II, matrícula 336, Gratificação de Função de Agente de Serviços, FG-3, em conformidade com o Artigo 75, da Lei Municipal Nº 228, de 28/12/2001, e modificação introduzida pela Lei Municipal Nº 1897 de 24/7/2007.

CLAUDETE STAWNY  
Diretora Presidente Interina

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 153, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 153, de 21 de agosto de 2017.

**“RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”**

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, designada pela Portaria nº 2103, de 31 de julho de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

**RESOLVE**

Art. 1º – RETIRAR da servidora KARLA SOFIA DIENER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, matrícula 479, a Gratificação de Função de Agente de Área, FG-2, em conformidade com o Artigo 75, Parágrafo único, da Lei Municipal Nº 228, de 28/12/2001, e modificação introduzida pela Lei Municipal Nº 1897 de 24/07/2007.

CLAUDETE STAWNY  
Diretora Presidente Interina

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 154, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 154, de 21 de agosto de 2017.

**“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”**

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, designada pela Portaria nº 2103, de 31 de julho de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

**RESOLVE**

Art. 1º – CONCEDER a servidora ALEXSANDRA CARVALHO SUOMINSKY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, matrícula 396, Gratificação de Função de Agente de Área, FG-2, em conformidade com o Artigo 75, da Lei Municipal Nº 228, de 28/12/2001, e modificação introduzida pela Lei Municipal Nº 1897 de 24/7/2007.

CLAUDETE STAWNY  
Diretora Presidente Interina

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 155, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 155, de 21 de agosto de 2017.

**“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”**

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, designada pela Portaria nº 2103, de 31 de julho de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

**RESOLVE**

Art. 1º – CONCEDER ao servidor CRISTIANO TEIXEIRA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, matrícula 395, Gratificação de Função de Agente de Área, FG-2 em conformidade com o Artigo 75, da Lei Municipal nº 228, de 28/12/2001, e modificação introduzida pela Lei Municipal nº 1897 de 24/7/2007.

CLAUDETE STAWNY  
Diretora Presidente Interina

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 156, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 156, de 21 de agosto de 2017.

**“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”**

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, designada pela Portaria nº 2103, de 31 de julho de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

**RESOLVE**

Art. 1º – CONCEDER ao servidor GABRIEL BENJAMIM DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico de Manutenção, matrícula 348, Gratificação de Função de Agente de Área, FG-2, em conformidade com o Artigo 75, da Lei Municipal Nº 228, de 28/12/2001, e modificação introduzida pela Lei Municipal Nº 1897 de 24/7/2007.

CLAUDETE STAWNY  
Diretora Presidente Interina

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 157, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 157, de 21 de agosto de 2017.

**“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”**

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, designada pela Portaria nº 2103, de 31 de julho de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

**RESOLVE**

Art. 1º – CONCEDER ao servidor JONAS ALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento II, matrícula 134, Gratificação de Função de Agente de Área, FG-2, em conformidade com o Artigo 75, da Lei Municipal Nº 228, de 28/12/2001, e modificação introduzida pela Lei Municipal Nº 1897 de 24/7/2007.

CLAUDETE STAWNY  
Diretora Presidente Interina

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 158, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 158, de 21 de agosto de 2017.

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, designada pela Portaria nº 2103, de 31 de julho de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor MAURO BOENO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, matrícula 451, Gratificação de Função de Agente de Área, FG-2, em conformidade com o Artigo 75, da Lei Municipal Nº 228, de 28/12/2001, e modificação introduzida pela Lei Municipal Nº 1897 de 24/7/2007.

CLAUDETE STAWNY  
Diretora Presidente Interina

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 159, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 159, de 21 de agosto de 2017.

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, designada pela Portaria nº 2103, de 31 de julho de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER a servidora EDITE DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 318, Gratificação de Função de Agente de Serviços de Responsabilidades Alheias ao Cargo Efetivo, FG-1, em conformidade com o Artigo 75, da Lei Municipal Nº 228, de 28/12/2001, e modificação introduzida pela Lei Municipal Nº 1897 de 24/7/2007.

CLAUDETE STAWNY  
Diretora Presidente Interina

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 160, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 160, de 21 de agosto de 2017.

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e

Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, designada pela Portaria nº 2103, de 31 de julho de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER a servidora MARLI ALVES DE CARVALHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 372, Gratificação de Função de Agente de Serviços de Responsabilidades Alheias ao Cargo Efetivo, FG-1, em conformidade com o Artigo 75, da Lei Municipal Nº 228, de 28/12/2001, e modificação introduzida pela Lei Municipal Nº 1897 de 24/7/2007.

CLAUDETE STAWNY  
Diretora Presidente Interina

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 161, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 161, de 21 de agosto de 2017.

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, designada pela Portaria nº 2103, de 31 de julho de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor MIGUEL BONETT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, matrícula 322, Gratificação de Função de Agente de Serviços de Responsabilidades Alheias ao Cargo Efetivo, FG-1, em conformidade com o Artigo 75, da Lei Municipal Nº 228, de 28/12/2001, e modificação introduzida pela Lei Municipal Nº 1897 de 24/7/2007.

CLAUDETE STAWNY  
Diretora Presidente Interina

**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 162, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 162, de 21 de agosto de 2017.

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, designada pela Portaria nº 2103, de 31 de julho de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER a servidora VEREDIANE PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, matrícula 463, Gratificação de Função de Agente de Serviços de Responsabilidades Alheias ao Cargo Efetivo, FG-1, em conformidade com o Artigo 75, da Lei Municipal Nº 228, de 28/12/2001, e modificação introduzida pela Lei Municipal Nº 1897 de 24/7/2007.

CLAUDETE STAWNY  
Diretora Presidente Interina



# São Bonifácio

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 183/2017

Portaria nº 0183/2017

Admite Auxiliar de Manutenção e Conservação, por Tempo Determinado.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio,

- considerando o disposto na Lei nº 1044 de 22/12/2000;
- considerando o item VIII do artigo 4º do decreto nº 680/00;
- considerando o disposto no item III do artigo 5º do decreto nº 680/00;
- considerando que o titular do cargo encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde;
- considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Manutenção e Conservação II; e,
- no uso de suas obrigações legais, RESOLVE:

ADMITIR, POR TEMPO DETERMINADO, MARCINEI PETRY, brasileiro, solteiro, para ocupar o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação II, nível 6.2-A, pelo período que perdurar a incapacidade para trabalho concedido pelo INSS, contados a partir do dia 14 de agosto de 2017.

São Bonifácio, 11 de agosto de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Ninkoetter

Chefe de Gabinete

### PORTARIA Nº 184/2017

Portaria nº 0184/2017

Concede Férias.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 127, da Lei nº 633/90 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 4577/2017, deferido em 22/08/2017, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS A FABIANA BERKENBROCK, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, nível 4.21-C, pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 18 de setembro de 2017, referente ao exercício 2016/2017.

São Bonifácio, 22 de agosto de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

### PORTARIA Nº 185/2017

Portaria nº 0185/2017

Concede Férias.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 127, da Lei nº 633/90 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 4579/2017, deferido em 22/08/2017, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS A ANGELITA PETRY, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação I, nível 6.1-D, pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 24 de agosto de 2017, referente ao exercício 2015/2016.

São Bonifácio, 22 de agosto de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

### PORTARIA Nº 186/2017

Portaria nº 0186/2017

Concede Licença para Tratamento de Saúde.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 99, da Lei nº 633/90 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 4580/2017, deferido em 22/08/2017, RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A ADRIANA VICENTE SCHMITZ, brasileira, casada, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível 7.1-A, pelo período em que perdurar a incapacidade para o trabalho concedido pelo INSS, contados a partir do dia 23 de agosto de 2017.

São Bonifácio, 22 de agosto de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 43/2017 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO  
AVISO DE LICITAÇÃO Processo de Licitação 43/2017 Concorrência Pública 01/2017 do Tipo: Maior Lance; Objeto: Concessão do direito real de uso, pelo prazo de 24 (vinte e quatro meses), prorrogável por igual período, do espaço destinado ao bar, quadra de esportes dos Três Ginásio de Esportes Municipais (Sede, Santo Antônio e Santa Maria), conforme especificações no edital e anexos. Início da

sessão pública: às 14:00 horas do dia 25/09/2017. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura sito à Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – SC, ou pelo fone (48) 3252-0111. São Bonifácio(SC), 23 de Agosto de 2017. Ricardo de Souza Carvalho – Prefeito Municipal



# São Domingos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 203, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 203, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM).

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, pela Lei Municipal nº 1.594 de 29/06/09, pelo artigo 58 da Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08; e: Considerando o Ofício n. 005/2017, da Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Mulher;

#### DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), passa a ser composto pelos seguintes membros:

I - Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres:  
Efetiva: Francismara Aparecida Mariani; Suplente: Maria de Lurdes Anghinoni Camargo;

II - Secretaria Municipal de Assistência Social:

Efetiva: Juliane Bellé Vieira; Suplente: Cristiane Ansolin;

III - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Efetiva: Elaine Terezinha de Mello Guadagnin; Suplente: Adriana Cararo;

IV - Secretaria Municipal de Saúde:

Efetiva: Luci Aparecida Tonin; Suplente: Juliana Dutra;

V - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Efetiva: Bruna Aparecida Gonçalves; Suplente: Adriana Anghinoni Geremia;

VI - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

Efetiva: Juliane Brunetto; Suplente: Paula Natana Comachio;

VII - Delegacia de Polícia Civil:

Efetivo: Josevana Camila Schina; Suplente: Eva Rosenice Santetti Gitrone;

VIII – Movimento das Mulheres Camponesas:

Efetivo: Erecilda Zamboni Câmara; Suplente: Nair Dlugokenski;

IX - Cooperativas:

Efetivo: Marivone Bolsonello; Suplente: Janice de Souza Tonatto;

X - Grupos de Mulheres Organizadas da Área Rural:

Efetivo: Nelci S. Granzotto; Suplente: Iraci N. Ribeiro;

XI - Grupos de Mulheres Organizadas da Área Urbana:

Efetivo: Lurdes Angeli; Suplente: Sebastiana E. Galvão;

XII – Sindicatos:

Efetivo: Josiane Rottava; Suplente: Jucimara Meotti Araldi;

§ 1º O mandato das conselheiras será de 02 (dois) anos, sendo permitida a recondução.

§ 2º Os membros do conselho não receberão qualquer remuneração, sendo considerado serviço de interesse público relevante.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 117, de 25 de abril de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de agosto de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

### PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 113/2017

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 113/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 038/2017

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 04 de setembro de 2017, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE FILTROS AUTOMOTIVOS DIVERSOS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 18 de agosto de 2017.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

# São João Batista

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017 PREGÃO PRESENCIAL 008/HMMJL/2017

Ata de Registro de Preços nº 005/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017

PROCESSO LICITATÓRIO 009/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

No dia 22 de agosto de 2017, o Hospital Municipal Monsenhor José Locks de São João Batista, com sede à Rua Leopoldina Brasil, 112, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial 008/2017, na Ata de julgamento de preços, homologada em 22/08/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 10.000 METROS CÚBICOS DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL MONSENHOR JOSÉ LOCKS DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço global. A licitante registrada para os serviços cotados é:

IBG INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA

CNPJ Nº 67.423.152/0001-78

Item: 01

Valor total homologado ao licitante: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os materiais deverão ser executados conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os serviços deverão ser executados no prazo imediato, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista, 22 de agosto de 2017 – Rudilene Hermes – Diretora Executiva

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2017 PREGÃO PRESENCIAL 007/HMMJL/2017

Ata de Registro de Preços nº 006/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2017

PROCESSO LICITATÓRIO 008/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017

No dia 22 de agosto de 2017, o Hospital Municipal Monsenhor José Locks de São João Batista, com sede à Rua Leopoldina Brasil, 112, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial 007/2017, na Ata de julgamento de preços, homologada em 22/08/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA LAVANDERIA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MONSENHOR JOSÉ LOCKS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item. As licitantes registradas para os medicamentos cotados são:

COMERCIAL MULTVILLE EPP

CNPJ Nº 06.220.022/0001-43

Itens: 1, 2, 3, 4, 5

Valor total homologado ao licitante: R\$ 62.870,00 (sessenta e dois mil oitocentos e setenta reais)

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos para lavanderia deverão ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dias, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista, 22 de agosto de 2017 – Rudilene Hermes – Diretora Executiva

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2017 PREGÃO PRESENCIAL 032/FMS/2017

Ata de Registro de Preços nº 013/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2017

PROCESSO LICITATÓRIO 040/FMS/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/FMS/2017

No dia 22 de agosto de 2017, o Fundo Municipal de Saúde, com sede à Rua Gilson Geraldo Sartori, 440, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 22/08/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM PROFISSIONAL COMPROVADAMENTE HABILITADO PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA CLÍNICA E FISIOTERAPIA DOMICILIAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item. As licitantes registradas para os serviços de fisioterapia cotados são:

CORPORALLE CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA

CNPJ 04.624.852/0001-00

Item: 01, 02.

Valor total homologado ao Licitante: R\$ 70.600,00 (setenta mil e seiscientos reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues em 05 (cinco) dias, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista, 22 de agosto de 2017 – Ademir José Rover - Secretário Municipal.

**DECRETO 3175/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89 CNPJ 82.925 .652/0001-00

(48) 3265-0195 - www.sjbatista.sc.gov.br

**DECRETO 3175/2017**

“Constitui Comissão de Monitoramento e Avaliação de que trata o artigo 13 do Decreto Municipal 3.118/2017 e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de São João Batista, no uso do exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 67, IX e XII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo 13 do Decreto n. 3.118/2017, RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Monitoramento e Avaliação dos Termos de Fomento de n. 018/FMS/2017 e 006/HMM-JL/2017, firmados com o instituto Vidas nas datas de 31/05/2017 e 01/06/2017, respectivamente.

§1º - Ficam nomeados como integrantes da Comissão Especial de Monitoramento e Avaliação dos Termos de Fomento referidos no caput deste artigo os seguintes servidores municipais:

I - RAFAELA FERRARI PERREIRA, matrícula 4417, na condição de presidente;

II - VENÉSIO FAGUNDES, matrícula 8228, na condição vice- presidente;

III - ALINE MARIA PAULISTA, matrícula 2199 na condição de secretário.

§2º - Os membros da Comissão não receberão gratificação ou qualquer espécie de vantagem pecuniária em razão do exercício das suas funções.

Art. 2º - Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parceria, sem prejuízo de outros deveres e prerrogativas previstos em lei, exercer as seguintes funções :

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89 CNPJ 82.925 .652/0001-00

(48) 3265-0195 - www.sjbatista.sc.gov.br

I - Monitorar e Avaliar as parcerias celebradas com as Organizações da Sociedade Civil;

II - Realizar visitas in loco às entidades;

III - Realizar, quando solicitado pelo Gestor, pesquisa de satisfação com os beneficiários dos planos de trabalhos das parcerias;

IV - Fiscalizar, quando assim solicitado pelo Gestor e em parceria com o Fiscal do Termo de Fomento, a prestação de contas das Organizações da Sociedade Civil;

V - Homologar relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela Administração Pública.

Art. 3º - As deliberações e as decisões da Comissão serão tomadas mediante o expresse consentimento da maioria absoluta de seus membros.

Art. 4º - Para o desempenho de suas funções, a Comissão de que trata este Decreto poderá, mediante expressa autorização do Gestor da Parceria, valer-se de apoio técnico de terceiros .

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São João Batista, 03 de agosto de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

**LICITAÇÃO FRACASSADA - PROCESSO LICITATÓRIO 036/FMS/2017 - PP 029/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 036/FMS/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/FMS/2017

O departamento de licitações, obedecendo ao que preconiza a legislação em vigor, comunica ao Chefe do Poder Executivo que o Processo Licitatório 036/FMS/2017 - Pregão Presencial 029/2017, referente a registro de preços para contratação de empresa especializada na locação de impressoras com o fornecimento de suprimentos, bem como o reparo e manutenção dos mesmos para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do município de São João Batista, SC, foi considerada fracassada, conforme ata de reunião de julgamento de propostas nr. 18/2017 (sequência 01). São João Batista, 22 de agosto de 2017. Ademir José Rover – Secretário de Saúde.

**PORTARIA Nº 454/2017**

PORTARIA Nº 454/2017

Nomeia aprovada em concurso público que menciona e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através da Lei nº 3.700/2017 e Decreto nº 3.091/2017, considerando o interesse da Administração e o resultado do Concurso Público Municipal 02/2014, homologado em 15 de dezembro de 2014, resolve:

Art. 1º - Fica nomeada a seguinte pessoa aprovada e habilitada para o seguinte cargo:

AGENTE DE SAÚDE - PSF	CLASSIFICAÇÃO:
JULIANA BORGES	7º

Art. 2º - Fica convocada a nomeada a tomar posse, no prazo máximo de 30 dias, que se finalizam em 03/09/2017, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, situada na praça Valter Vicente Gomes, nº 89 no Centro de São João Batista, no horário das 13:30h às 17:30h.

Art. 3º - A aprovada deverá apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para a posse, originais e cópia dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Graduação e Registro Profissional ou protocolo de inscrição no respectivo Conselho de Classe, quando for o caso;
- b) Comprovante de endereço recente;
- c) Título de Eleitor, com respectivo comprovante de voto na última eleição;
- d) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- e) Documento que comprove quitação com obrigações militares e ou Certificado de Reservista (para homens);
- f) Cédula de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- g) Carteira de Identidade;
- h) Pis ou Pasep, se cadastrado;
- i) Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for o caso;
- j) Comprovante de Escolaridade;
- k) Certidão de nascimento dos filhos até 14 anos incompletos e as

respectivas cópias da carteira de vacinação dos filhos, no caso de percepção de salário família;

l) Certidão de nascimento dos filhos até 21 anos, no caso de dependente de Imposto de Renda;

m) Atestado de antecedentes criminais;

n) Atestado Médico Admissional, fornecido pela Junta médica Oficial do Município;

o) Declaração de Bens;

p) Declaração de que a posse não implica acumulação legalmente proibida de cargo, emprego e ou função pública;

q) Declaração de não ter sofrido penalidades na função pública;

r) Uma foto 3x4 recente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de agosto de 2017.

Jaci João Silva
Secretário M.de Administração

### **PORTARIA Nº 455/2017**

PORTARIA Nº 455/2017

Prorrogação de Contrato.

O Secretário Municipal de Administração, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através da Lei nº 3.700/2017 e Decreto nº 3.091/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 01/05/2017 à 15/12/2017, o contrato do (a) servidor (a) ESTER DIAS AMARAL DOS SANTOS admitido (a) para a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 04 de agosto de 2017.

Jaci João Silva
Secretário M.de Administração

### **PORTARIA Nº 456/2017**

PORTARIA Nº 456/2017

ACT

O Secretário Municipal de Administração, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através da Lei nº 3.700/2017 e Decreto nº 3.091/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ANA LUCIA FRANCISCO para prestar serviços de excepcional interesse público na função de ASSISTENTE SOCIAL, pelo período de 07/07/2017 à 24/08/2017, nos termos do contrato de trabalho, em substituição a Naldir da Silva Alexandre.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 04 de agosto de 2017.

Jaci João Silva
Secretário M.de Administração

### **PORTARIA Nº 457/2017**

PORTARIA Nº 457/2017

Concede Licença Especial por Assiduidade

O Secretário Municipal de Administração, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através da Lei nº 3.700/2017 e Decreto nº 3.091/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica concedido 1/3 de LICENÇA ESPECIAL POR ASSIDUIDADE CONVERTIDO EM PECÚNIA a servidora VANDERLÉIA APARECIDA MARTINI, referente ao período aquisitivo de 02/05/2012 À 02/05/2017, restando desta 2/3 para usufruir em data a combinar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 04 de agosto de 2017.

Jaci João Silva
Secretário M.de Administração

### **PORTARIA Nº 458/2017**

PORTARIA Nº 458/2017

Prorrogação de Contrato.

O Secretário Municipal de Administração, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através da Lei nº 3.700/2017 e Decreto nº 3.091/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 01/08/2017 à 31/12/2017, o contrato do (a) servidor (a) SOLANGE GERMANO JARACESKI admitido (a) para a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 04 de agosto de 2017.

Jaci João Silva
Secretário M.de Administração

### **PORTARIA Nº 459/2017**

PORTARIA Nº 459/2017

Prorrogação de Contrato.

O Secretário Municipal de Administração, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através da Lei nº 3.700/2017 e Decreto nº 3.091/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 01/08/2017 à 31/12/2017, o contrato do (a) servidor (a) LUCIMAR PEDRO FAGUNDES admitido (a) para a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 04 de agosto de 2017.

Jaci João Silva
Secretário M.de Administração



**PORTARIA Nº 460/2017**

PORTARIA Nº 460/2017

Prorrogação de Contrato.

O Secretário Municipal de Administração, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através da Lei nº 3.700/2017 e Decreto nº 3.091/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 01/08/2017 à 31/12/2017, o contrato do (a) servidor (a) VALDETE VARGAS FERREIRA admitido (a) para a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 04 de agosto de 2017.

Jaci João Silva

Secretário M.de Administração

**PORTARIA Nº 461/2017**

PORTARIA Nº 461/2017

Prorrogação de Contrato.

O Secretário Municipal de Administração, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através da Lei nº 3.700/2017 e Decreto nº 3.091/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 01/08/2017 à 31/12/2017, o contrato do (a) servidor (a) GILMAR VARGAS admitido (a) para a função de MESTRE DE OBRAS, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 04 de agosto de 2017.

Jaci João Silva

Secretário M.de Administração

**PORTARIA Nº 462/2017**

PORTARIA Nº 462/2017

Prorrogação de Contrato.

O Secretário Municipal de Administração, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através da Lei nº 3.700/2017 e Decreto nº 3.091/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 01/08/2017 à 31/12/2017, o contrato do (a) servidor (a) BENTO COSTA admitido (a) para a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 04 de agosto de 2017.

Jaci João Silva

Secretário M.de Administração

**PORTARIA Nº 463/2017**

PORTARIA Nº 463/2017

Prorrogação de Contrato.

O Secretário Municipal de Administração, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através da Lei nº 3.700/2017 e Decreto nº 3.091/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 01/08/2017 à 31/12/2017, o contrato do servidor JOSE PEDRO PEIXER admitido para a função de CONDUTOR DE VEÍCULO PESADO I, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 04 de agosto de 2017.

Jaci João Silva

Secretário M.de Administração

**PORTARIA Nº 464/2017**

PORTARIA Nº 464/2017

Prorrogação de Contrato.

O Secretário Municipal de Administração, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através da Lei nº 3.700/2017 e Decreto nº 3.091/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 01/08/2017 à 31/12/2017, o contrato do servidor MIRAMAR POLICARPO DA SILVA admitido para a função de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 04 de agosto de 2017.

Jaci João Silva

Secretário M.de Administração

**PORTARIA Nº 465/2017**

PORTARIA Nº 465/2017

Prorrogação de Contrato.

O Secretário Municipal de Administração, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através da Lei nº 3.700/2017 e Decreto nº 3.091/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 01/08/2017 à 31/12/2017, o contrato da servidora ROSELI DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO CAMPOS admitida para a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 04 de agosto de 2017.

Jaci João Silva

Secretário M.de Administração

**PORTARIA Nº 466/2017**

PORTARIA Nº 466/2017

Prorrogação de Contrato.

O Secretário Municipal de Administração, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através da Lei nº 3.700/2017 e Decreto nº 3.091/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 01/08/2017 à 31/12/2017, o contrato do servidor ITACIR MARQUES admitido para a função de MESTRE DE OBRAS, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 04 de agosto de 2017.

Jaci João Silva
Secretário M.de Administração

**PORTARIA Nº 467/2017**

PORTARIA Nº 467/2017

Prorrogação de Contrato.

O Secretário Municipal de Administração, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através da Lei nº 3.700/2017 e Decreto nº 3.091/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 25/05/2017 à 31/12/2017, o contrato do servidor JOÃO LUIZ LOZ admitido para a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 04 de agosto de 2017.

Jaci João Silva
Secretário M.de Administração

**PORTARIA Nº 468/2017**

PORTARIA Nº 468/2017

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, a servidora Carla Ferreira Cerutti, nos termos do Art. 22 da Lei Municipal 2.341/2000 do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

O Secretário Municipal de Administração, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através da Lei nº 3.700/2017 e Decreto nº 3.091/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º - Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 22 da Lei Municipal nº 2.341/2000 e do Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora CARLA FERREIRA CERUTTI, detentora da matrícula funcional nº 900, CPF nº 715.572.379-72, ocupante do cargo de efetivo de Professora Fundamental I – 1º/5º - Geral, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a

100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição, que será pago mensalmente pelo IPRESJB.

Parágrafo Único – A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º - Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista do art. 48 da Lei Complementar municipal nº 001/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São João Batista.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogar as disposições em contrário.

São João Batista, 07 de agosto de 2017.

Jaci João Silva	Marcelo Sartori
Secretário M.de Administração	Diretor Executivo - Ipresjb

**PORTARIA Nº 469/2017**

PORTARIA Nº 469/2017

Concede Licença Gestação

O Secretário Municipal de Administração, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através da Lei nº 3.700/2017 e Decreto nº 3.091/2017, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 1945/2017 resolve:

Art. 1º Fica concedido 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTAÇÃO à servidora CRISTIANE DE ARAÚJO, a contar de 29 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 10 de agosto de 2017.

Jaci João Silva
Secretário M.de Administração

**PORTARIA Nº 470/2017**

PORTARIA Nº 470/2017

Concede Licença Gestação

O Secretário Municipal de Administração, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através da Lei nº 3.700/2017 e Decreto nº 3.091/2017, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 2026/2017 resolve:

Art. 1º Fica concedido 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTAÇÃO à servidora LETÍCIA MAFESSOLLI, a contar de 28 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 10 de agosto de 2017.

Jaci João Silva
Secretário M.de Administração



**PORTARIA Nº 471/2017**

PORTARIA Nº 471/2017

Concede Licença Gestão

O Secretário Municipal de Administração, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através da Lei nº 3.700/2017 e Decreto nº 3.091/2017, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 2190/2017 resolve:

Art. 1º Fica concedido 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTAÇÃO à servidora ROSEMERI HOCHMANN, a contar de 04 de julho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 10 de agosto de 2017.

Jaci João Silva
-----------------

Secretário M.de Administração
-------------------------------

**PORTARIA Nº 472/2017**

PORTARIA Nº 472/2017

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, a servidora Elizabete Adriano dos Santos, nos termos do Art. 22 da Lei Municipal 2.341/2000 do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

O Secretário Municipal de Administração, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através da Lei nº 3.700/2017 e Decreto nº 3.091/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º - Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 22 da Lei Municipal nº 2.341/2000 e do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora ELIZABETE ADRIANO DOS SANTOS, detentora da matrícula funcional nº 2315, CPF nº 594.201.389-68, ocupante do cargo de efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição, que será pago mensalmente pelo IPRESJB.

Art. 3º - Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista do art. 48 da Lei Complementar municipal nº 001/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São João Batista.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogar as disposições em contrário.

São João Batista, 16 de agosto de 2017.

Jaci João Silva	Marcelo Sartori
-----------------	-----------------

Secretário M.de Administração	Diretor Executivo - Ipresjb
-------------------------------	-----------------------------

**PROCESSO LICITATÓRIO 027/SISAM/2017 - PP 014.2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 027/SISAM/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/SISAM/2017

O SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 07.585.406/0001-22, com sede na Rua José Antônio Soares, nº 2.533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com as Leis 8.666/93 e 10.520/02, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/SISAM/2017 – Pregão Presencial 014/SISAM/2017, para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE BOCA DE LOBO E POÇO DE VISITA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, DESTINADAS A PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, CONFORME PROJETO A SER APRESENTADO. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 13/09/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 13/09/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, pelo tel: (48) 3265-0195, ramais 206/214, através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br) ou e-mail: [licita@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita@sjbatista.sc.gov.br). São João Batista, 22 de agosto de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

**HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO DE SÃO JOÃO BATISTA/SC**

Estado de Santa Catarina  
Município de São João Batista  
Processo Seletivo n.º 08/2017

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 008/2017****HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO DE  
SÃO JOÃO BATISTA/SC**

**DANIEL NETTO CANDIDO**, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, HOMOLOGA as Inscrições do Processo Seletivo de São João Batista.

**1. INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS:**

**1.1** Homologação das inscrições dos candidatos do Processo Seletivo referente a função temporária do cargo de CONTADOR para integrar temporariamente o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de São João Batista/SC, referente ao Edital de Processo Seletivo nº. 008/2017.

Nº	CANDIDATO	ÁREA
1.	Alcyr Melzi	Contador
2.	Camila Rejany Machado de Souza	Contador
3.	Cleberson José Antônio	Contador
4.	Cristiane Maikot dos Santos	Contador
5.	Franciny Roza	Contador
6.	Gabriela Zunino	Contador
7.	Hélio David Leal Junior	Contador
8.	Joana Elisa Rocha	Contador
9.	Lidiane Koerich	Contador
10.	Max Well Costa	Contador
11.	Maycon Mateus Rodrigo de Souza	Contador
12.	Thais Regina Umbelino	Contador
13.	Victor Feller dos Santos	Contador
14.	Walcione Dias Goes	Contador



**Estado de Santa Catarina**  
**Município de São João Batista**  
**Processo Seletivo n.º 08/2017**

**1.2** Homologação das inscrições dos candidatos do Processo Seletivo referente a função temporária do cargo de FARMACÊUTICO para integrar temporariamente o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de São João Batista/SC, referente ao Edital de Processo Seletivo nº. 008/2017.

Nº	CANDIDATO	ÁREA
1.	Emiliana de Oliveira Puel Martins	Farmacêutico
2.	Inaê de Azevedo Spezia	Farmacêutico
3.	Giselle Aparecida Bonato	Farmacêutico
4.	Letícia Wisbecki Borgonovo	Farmacêutico
5.	Mariana Carolina de Carvalho	Farmacêutico
6.	Taynara Silveira	Farmacêutico

**1.3** Homologação das inscrições dos candidatos do Processo Seletivo referente a função temporária do cargo de ODONTÓLOGO PSF para integrar temporariamente o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de São João Batista/SC, referente ao Edital de Processo Seletivo nº. 008/2017.

Nº	CANDIDATO	ÁREA
1.	Aline Boppré	Odontólogo PSF
2.	Ana Carolina Rodrigues Auricchio	Odontólogo PSF
3.	Ana Eloiza Costa	Odontólogo PSF
4.	Carolina Rodrigues Auricchio	Odontólogo PSF
5.	Elisa Netto Cândido Piffer	Odontólogo PSF
6.	Gladistone Malta Guedes Junior	Odontólogo PSF
7.	Ilen Nascimento Régis	Odontólogo PSF
8.	Janaina Vieira	Odontólogo PSF
9.	Janaina Ximenes Paschoa	Odontólogo PSF
10.	Janquiel Sgarbi Parnoff	Odontólogo PSF
11.	João Paulo Cervi Piva	Odontólogo PSF
12.	Julia Bortoli	Odontólogo PSF
13.	Larissa Gesser	Odontólogo PSF



**Estado de Santa Catarina**  
**Município de São João Batista**  
**Processo Seletivo n.º 08/2017**

14.	Luanna Nunes	Odontólogo PSF
15.	Luciana Agüero Damasceno	Odontólogo PSF
16.	Luis Carlos Caramori Fontes	Odontólogo PSF
17.	Mariana Elias Mesquita	Odontólogo PSF
18.	Simone de Souza Pereira Paes	Odontólogo PSF
19.	Thaila Mariani da Silva	Odontólogo PSF
20.	Vânia Dorotea Melo	Odontólogo PSF
21.	Yasmim Guterres	Odontólogo PSF

**1.4** Homologação das inscrições dos candidatos do Processo Seletivo referente a função temporária do cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL PSF para integrar temporariamente o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de São João Batista/SC, referente ao Edital de Processo Seletivo nº. 008/2017.

Nº	CANDIDATO	ÁREA
1.	Runa Lysakowski Fortes	Médico Clínico Geral PSF
2.	Etevaldo Nogueira Lima Sobrinho	Médico Clínico Geral PSF
3.	Fábio Shihedeh Mohmud Leite	Médico Clínico Geral PSF
4.	Magnus Henrique Augustin Müller	Médico Clínico Geral PSF
5.	Marcos Queiroz	Médico Clínico Geral PSF
6.	Mariana de Souza Pereira Paes	Médico Clínico Geral PSF

Prefeitura Municipal de São João Batista/SC, 07 de agosto de 2017.

**Daniel Netto Candido**  
Prefeito de São João Batista

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Associação de Árbitros de Guaraciaba- ASSAG

ORIGEM: Pregão Presencial nº 88/2017

OBJETO: "Contratação de serviços de arbitragem para os 12º jogos abertos de São João do Oeste- Jasjo- Edição 2017."

VALOR: R\$ 34.580,00

PRAZO: 23.08.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 23 de Agosto de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e SMK Medicamentos Especiais EIRELI- EPP

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 08/2017

OBJETO: "Aquisição do medicamento Revolade 25 mg caixa com 14 comprimidos por ordem Judicial no autos de nº 0300634-50.2015.8.24.0034."

VALOR: R\$ 7.560,00

PRAZO: 21.08.2017 26.08.2017

São João do Oeste – 21 de Agosto de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

### RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Editora Oikos- LTDA

ORIGEM: Inexigibilidade nº 11/2017

OBJETO: Onde lia-se "Aquisição de 50 unidades" leia-se "Aquisição de 100 unidades" do livro O Retrato da repressão: as perseguições a alemães no Oeste de Santa Catarina durante o Estado Novo (1937-1945).

VALOR: Onde lia-se "R\$ 1.800,00" leia-se 3.600,00

PRAZO: 17.08.2017 até 30.08.2017

São João do Oeste – 17 de Agosto de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

# São João do Sul

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO PROCESSO 16-2017 - EQUIPAMENTOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços no intuito de selecionar a melhor proposta para futura e eventual aquisição de equipamentos e material permanente, nos termos da reprogramação da PROPOSTA Nº 11364.800000/1150-01, obedecendo às especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial o descritivo e preços máximos constantes Termo de Referência (Anexo - I).

Tipo de julgamento: menor valor unitário.

Base Legal: Lei Federal 10.520, de 17 julho de 2002; Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2016; subsidiariamente Lei 8.666, de 21 de junho de 1993; e Lei Federal nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 08h15min do dia 12 de setembro de 2017, com início do credenciamento e abertura marcada para as 08h30min do dia 11 de setembro de 2017.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC, sito à Av. Nereu Ramos, 50, Centro de São João do Sul-SC. No Horário das 08h00min as 12h00min e das 13h30min a 17h30min de segunda a sexta ou pelo telefone (48) 3539-0113.

São João do Sul-SC, 22 de agosto de 2017.

Rejane Elibio Borba

Secretaria Municipal de Saúde



# São Joaquim

## PREFEITURA

**PP 14/2017 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOAQUIM

Processo Nº22/2017

Pregão Presencial 14/2017 - registro de preço

Objeto: Aquisição de toners para Fundo Municipal de Saúde

Entrega dos Envelopes e abertura do certame: 11/09/2017 às 13:30horas

O Processo será regido pela lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6457.

São Joaquim, 22 de agosto de 2017

Departamento de Compras.

**PP 46/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Processo Nº63/2017

Pregão Presencial 46/2017 - registro de preço

Objeto: Aquisição de Combustíveis e Antipoluentes para a frota da Secretarias e Fundos Municipais

Entrega dos Envelopes e abertura do certame: 04/09/2017 às 13:30horas

O Processo será regido pela lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6457.

São Joaquim, 22 de agosto de 2017

Departamento de Compras

# São José

## PREFEITURA

**CONTRATO/CT: Nº 054/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 054/2017 – IN 006/2017 – Processo 226/2017 – Proc. Adm. 3536/2017 - Contratado: NC COMUNICAÇÕES S.A.. Objeto: INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA NC COMUNICAÇÕES S.A. PARA FORNECIMENTO DE 06 (SEIS) ASSINATURAS ANUAIS DO JORNAL DIÁRIO CATARINENSE, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DO GABINETE DA PREFEITA E SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Prazo: O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da Autorização de Fornecimento. Valor: R\$ 4.775,40 (quatro mil e setecentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos). Data da Assinatura do Contrato: 25 de julho de 2017.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2017 – NOVA ABERTURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2017 – NOVA ABERTURA – Processo nº 378/2017 – Proc. Adm. 5943/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA O EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS, COM INSTALAÇÃO E SERVIÇOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO “SISTEMA VITAL DE SEGURANÇA” DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 23 de agosto de 2017 às 18h00min até dia 04 de setembro de 2017, às 14h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h31min do dia 04 de setembro de 2017. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 094/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 094/2017 – Processo nº 494/2017 – Proc. Adm. 7002/2017. Fornecedor: CONSESC & NACIONAL ELEVADORES LTDA - EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, EM 03 (TRÊS) ELEVADORES DA MARCA OTIS, INSTALADOS NO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE CONSUMO, NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. Valor Total: R\$ 58.800,00 – cinquenta e oito mil, oitocentos reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

**RETIFICAÇÃO – EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 020/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE SAÚDE

RETIFICAÇÃO – EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 020/2017 - Proc. Adm. 7457/2017. Objeto: HABILITAÇÃO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE, LEGALMENTE CONSTITUÍDAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC E QUE DEMONSTREM CAPACIDADE JURÍDICA E APTIDÃO TÉCNICA, PARA ATENDER A DEMANDA REPRIMIDA DE EXAMES DE IMAGEM EXISTENTES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. A Secretária de Saúde informa aos licitantes interessados que ocorreram modificações no Edital, o qual já está disponível no link: <http://www.pmsj.sc.gov.br/>.

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 201/2017**

PORTARIA Nº 201/2017

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, “a” e art. 70 do Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Nomear a servidora Maria Eduarda Stein de Souza para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar – CCV-3, Gabinete da Vereadora Sandra Pereira Alves Martins.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, SC, 18 de agosto 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA  
PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2017 - SRP - PR Nº 029/2017 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 04/09/2017, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CEO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste, 22 de Agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2017 - SRP - PR Nº 099/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 04/09/2017, às 15h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOUSE PAD'S PERSONALIZADOS PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de Agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2017 - FMS**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2017 - FMS  
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 027/2017 – Pregão Presencial Nº 024/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PROFISSIONAIS PARA USO DOS SERVIDORES DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU VINCULADO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: MARCIA GIRARDI - ME - CNPJ: 19.915.444/0001-85.

VALOR: R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).

TOTAL: R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 16/08/2017.

VIGÊNCIA: 16/08/2017 à 31/12/2017.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

### **EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2017**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 108/2017 – Pregão Presencial Nº 084/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) E EMULSÃO ASFÁLTICA, A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2017.

FORNECEDOR: PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - CNPJ: 79.569.398/0001-31.

VALOR: R\$ 282.000,00 (duzentos e oitenta e dois mil reais).

TOTAL: R\$ 282.000,00 (duzentos e oitenta e dois mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 09/08/2017.

VIGÊNCIA: 09/08/2017 à 31/12/2017.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

### **EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2017**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 109/2017 – Pregão Presencial Nº 085/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINA CORTADORA DE PISO E ASFALTO, MARTELETE ROMPEDOR E DISCOS DIAMANTADOS PARA USO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO E DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA, AMBAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: COMERCIAL DIFERMAQ LTDA - EPP - CNPJ: 13.745.092/0001-80.

VALOR: R\$ 63.350,00 (sessenta e três mil, trezentos e cinquenta reais).

TOTAL: R\$ 63.350,00 (sessenta e três mil, trezentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 09/08/2017.

VIGÊNCIA: 09/08/2017 à 31/12/2017.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

### **EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2017**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 115/2017 – Pregão Presencial Nº 087/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO KM OBJETIVANDO A

ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, CONFORME PROCESSO Nº 71001.029883/2016-43 E CONVÊNIO Nº 837426/2016, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO E O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

FORNECEDOR: DE MARCO LTDA - CNPJ: 84.584.556/0011-34.

VALOR: R\$ 180.200,00 (cento e oitenta mil e duzentos reais).

TOTAL: R\$ 180.200,00 (cento e oitenta mil e duzentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 14/08/2017.

VIGÊNCIA: 14/08/2017 à 31/12/2017.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

### **EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2017**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 117/2017 – Pregão Presencial Nº 089/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO A SEREM UTILIZADOS NO ANO DE 2017 NO CENTRO DE EVENTOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: MULTIAÇÃO - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA LTDA – EPP - CNPJ: 73.244.337/0001-18.

VALOR: R\$ 5.044,52 (cinco mil, quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 05.919.156/0001-94.

VALOR: R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais).

FORNECEDOR: SCS COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 13.995.853/0001-52.

VALOR: R\$ 10.174,10 (dez mil, cento e setenta e quatro reais e dez centavos).

FORNECEDOR: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME - CNPJ: 12.144.365/0001-79.

VALOR: R\$ 687,00 (seiscentos e oitenta e sete reais).

FORNECEDOR: SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - CNPJ: 05.340.608/0001-89.

VALOR: R\$ 6.493,00 (seis mil, quatrocentos e noventa e três reais).

FORNECEDOR: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME - CNPJ: 07.814.016/0001-87.

VALOR: R\$ 4.421,30 (quatro mil, quatrocentos e vinte e um reais e trinta centavos).

FORNECEDOR: HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME - CNPJ: 22.094.574/0001-09.

VALOR: R\$ 7.910,00 (sete mil, novecentos e dez reais).

FORNECEDOR: CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME - CNPJ: 26.556.616/0001-37.

VALOR: R\$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte e cinco reais).

FORNECEDOR: UNIVERSAL INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA – EPP - CNPJ: 04.364.393/0001-73.

VALOR: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais).

TOTAL: R\$ 48.499,92 (quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

DATA DE ASSINATURA: 15/08/2017.

VIGÊNCIA: 15/08/2017 à 31/12/2017.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

### **EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2017**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 118/2017 – Pregão Presencial Nº 090/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS A SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: CELI PRODUTOS DE ACO LTDA - CNPJ: 81.340.960/0001-00.

VALOR: R\$ 14.250,00 (quatorze mil, duzentos e cinquenta reais).

FORNECEDOR: PAULINEIA LOTTERMANN REIS ME - CNPJ: 10.936.352/0001-07.

VALOR: R\$ 18.080,00 (dezoito mil e oitenta reais).

FORNECEDOR: GESUL COMERCIAL LTDA - CNPJ: 14.711.959/0001-40.

VALOR: R\$ 19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais).

FORNECEDOR: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME - CNPJ: 09.552.508/0001-77.

VALOR: R\$ 17.930,00 (dezessete mil, novecentos e trinta reais).

TOTAL: R\$ 69.860,00 (sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 18/08/2017.

VIGÊNCIA: 18/08/2017 à 31/12/2017.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

### **EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 005/2017.**

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 005/2017.

FINALIDADE: Constitui-se objeto da presente Inexigibilidade de Chamamento Público para a celebração de termo de colaboração com INVERNADAS ARTÍSTICAS AMIZADE SEM FRONTEIRAS, CNPJ 07.501.159/0001-39, com sede na Rod. SC 468 s/n KM 3, em São Lourenço do Oeste/SC, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida entidade, conforme condições estabelecidas no Termo que faz parte do presente edital.

RESUMO: Termo de Colaboração com a INVERNADAS ARTÍSTICAS AMIZADE SEM FRONTEIRAS de São Lourenço do Oeste, SC.

OBJETO: CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA A ENTIDADE INVERNADAS ARTÍSTICAS AMIZADE SEM FRONTEIRAS, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 07.501.159/0001-39, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, NO VALOR DE R\$9.000,00 (NOVE MIL REAIS), COM A FINALIDADE DE COPARTICIPAÇÃO À REFERIDA ENTIDADE NAS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS POR OPORTUNIDADE DO ACAMPAMENTO FARROUPILHA DESTE ANO DE 2017.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 31, CAPUT E INCISO II, DA LEI 13.019/2014, COM A REDAÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI 13.204/2015; ARTS. 25, V e 55, XXIX, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, LEI MUNICIPAL Nº 2.335, de 17/08/2017.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: CONSIDERANDO o regramento contido na Lei 13.019/2014, com as alterações que lhe foram dadas pela Lei 13.204/2015, no que tange ao regime jurídico e às exigências materiais e procedimentais para a celebração de parcerias e entre a administração pública e as entidades e/ou organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em

termos de Colaboração ou em acordos de cooperação; CONSIDERANDO que através da Lei Municipal nº 2.335, de 17/08/2017, foi autorizado o repasse de recursos da ordem de R\$ 9.000,00 pelo Município à INVERNADAS ARTISTICAS AMIZADE SEM FRONTEIRAS de São Lourenço do Oeste, bem como que existe dotação orçamentária para tal; CONSIDERANDO que a referida entidade tem por fins e objetivos voltados a I)promover diversões sadias aos seus associados e respectivas famílias, unindo – os num ambiente de cordialidade e amizade; II)ensino de arte e cultura do folclore tradicionalista gaúcha; III)atividade de espetáculo e dança; IV) sala de espetáculos; V)atividade de aulas de música; VI)produção de arranjo musical; VII)promoção e organização de eventos musicais; CONSIDERANDO a solicitação de recursos formalizada pela entidade, acompanhada da documentação mínima necessária, estatuto social, ata da assembleia de eleição da diretoria, relatório de atividades desenvolvidas/serviços prestados pela entidade no exercício 2016, balancete geral anual e balanço patrimonial, certidões de declaração de utilidade pública em âmbito estadual e municipal, comprovações do enquadramento como entidade beneficente de assistência social, e, certidões negativadas de débitos exigidas em lei; CONSIDERANDO, ainda, o inegável serviço público prestado pela entidade no decorrer dos vários anos de sua existência (única dessa natureza, aliás, existente no Município) em todas as áreas de atuação acima delineadas, especialmente na disseminação da Cultura Tradicionalista Gaúcha, berço da colonização na comunidade Lourenciana; CONSIDERANDO, por fim, que cumpre todos os requisitos legais exigidos para o caso, bem como no mérito da proposta contida neste está em conformidade com a modalidade de parceria que se pretende adotar.

#### **PORTARIA Nº 949, DE 21 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA Nº 949, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 50, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 01 de setembro de 2017, o Senhor DIEGO SANDRO ZILLI, ocupante do cargo em Comissão de CHEFE DE GABINETE, matrícula nº 1750/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.



# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 1/2017 - AGRICOLA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 1/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 1/2017 - PR 3/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 7/2017 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE SEMENTES, INSUMOS E MATERIAIS DESTINADOS PARA O VIVEIRO MUNICIPAL PARA PRODUÇÃO DE MUDAS E PLANTAS ORNAMENTAIS, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

Fornecedores:

NOVAMIL EMPREENDIMENTOS AGROPECUARIOS LTDA - EPP, vencedora dos itens 1 a 1, 2, 4, 8 a 21 no valor de R\$ 3.886,30 (três mil e oitocentos e oitenta e seis reais e trinta centavos).

Total da Licitação: R\$ 3.886,30 (três mil e oitocentos e oitenta e seis reais e trinta centavos).

ASSINATURA: 14/08/2017.

VIGÊNCIA: 12 meses.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2/2017 - AGRICOLA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2017 - PR 4/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 8/2017 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DISTRIBUIÇÃO COMO INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO AGRICOLA, PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA ATRAVÉS DE FONTES MODELO CAXAMBU, CONFORME LEI Nº 4.870/2001, PROJETO "ÁGUA PURA", DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

Fornecedores:

NOVAMIL EMPREENDIMENTOS AGROPECUARIOS LTDA - EPP, vencedora dos itens 4 no valor de R\$ 2.940,00 (dois mil e novecentos e quarenta reais).

EUROPA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP, vencedora dos itens 1 a 3 no valor de R\$ 17.540,00 (dezessete mil e quinhentos e quarenta reais).

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ZANARDI LTDA - ME, vencedora dos itens 8 e 9 no valor de R\$ 112.870,00 (cento e doze mil e oitocentos e setenta reais).

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LIZETE LTDA - EPP, vencedora dos itens 5 a 7 no valor de R\$ 32.922,00 (trinta e dois mil e novecentos e vinte e dois reais).

Total da Licitação: R\$ 166.272,00 (cento e sessenta e seis mil e duzentos e setenta e dois reais).

ASSINATURA: 22/08/2017.

VIGÊNCIA: 12 meses.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 46/2017 - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2017 - PR 114/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 165/2017 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, DE ACORDO COM O ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Fornecedores:

COMERCIO DE PEÇAS SÃO LUIZ LTDA - EPP, vencedora do lote 10 e 25 no valor de R\$ 36.367,00 (trinta e seis mil e trezentos e sessenta e sete reais).

SCHAURICH & CIA LTDA, vencedora do item 1, no valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).

ZORDAN CENTER PEÇAS LTDA - EPP, vencedora dos itens 21 e 24 no valor de R\$ 117.600,00 (cento e dezessete mil e seiscentos reais).

WAY COMERCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA - EPP, vencedora dos itens 2 a 7, 9, 29 no valor de R\$ 304.330,00 (trezentos e quatro mil e trezentos e trinta reais).

AUTO MECANICA IVAL LTDA - ME, vencedora dos itens 12 a 16, 19, 22, 27, 28 no valor de R\$ 223.500,00 (duzentos e vinte e três mil e quinhentos reais).

VIELMAQUINAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, vencedora dos itens 8, 11, 20, 23, 26 no valor de R\$ 90.950,00 (noventa mil e novecentos e cinquenta reais).

IDROL INDUSTRIA MECANICA LTDA - EPP, vencedora dos itens 17, 18 no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Total da Licitação: R\$ 795.847,00 (setecentos e noventa e cinco mil e oitocentos e quarenta e sete reais).

ASSINATURA: 22/08/2017.

VIGÊNCIA: 12 meses.



# Schroeder

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 89/2017-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 89/2017-PMS

PROCESSO Nº. 171/2017-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em fornecimento de manutenção preventiva e corretiva das câmeras de vídeo monitoramento instaladas na Rua Marechal Castelo Branco no Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 25 de setembro de 2017 às 08h45min.

Abertura do Processo: 25 de setembro de 2017 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 23 de agosto de 2017.

Adriano Kath

Prefeito Municipal em exercício

### **DECRETO Nº 4.211/2017 DE 18 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº 4.211/2017 de 18 de agosto de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

ADRIANO KATH, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 157.113,71 (cento e cinquenta e sete mil cento e treze reais e setenta e um centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.05 - UNID DE MEIO AMBIENTE

07.05.18.452.3005.2.317 - Manutenção da Coleta de Lixo

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0225 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 157.113,71

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 18 de agosto de 2017.

ADRIANO KATH ELMER

Prefeito Municipal e.e.

SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.182/2017, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº 7.182/2017, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

ADRIANO KATH, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a realização do Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares realizado em 04 de outubro de 2015;

Considerando o Edital 002/2015-6 de publicação do resultado final da eleição a membros do Conselho Tutelar de Schroeder – CMDCA (SC) e chamamento para posse;

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR o Sr. Luiz Carlos Gonzaga dos Santos, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar, percebendo remuneração conforme Lei Municipal nº 2.097/2015, de 01/04/2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua eleição no Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares realizado em 04 de outubro de 2015, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de agosto de 2017.

ADRIANO KATH

Prefeito Municipal, em Exercício

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.183/2017, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº. 7.183/2017, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

ADRIANO KATH, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da servidora Sra. Odete Aparecida Silveira, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 22 de agosto de 2017.

ADRIANO KATH

HARILDO KONELL

Prefeito Municipal e.e. Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

QUADRO COMPARATIVO DA TOMADA DE PREÇOS 10 2017 PMS

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 144/2017  
Licitação.....: 10/2017 - TP  
Modalidade....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
Objeto.....: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de reforma do pórtico de acesso ao centro de eventos do Município de Schroeder/SC compreendendo uma área a construir de 112,53m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório

Total dos Itens Vencedores: 0,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	19870	-	execução de reforma do pórtico de acesso ao centro de evento	-	Unidade: UN		
13112	FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
13543	CHICO PINTURAS EIRELI - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
13670	EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA SANTA MONICA EIRELI - M		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
13669	DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA - ME		1,000	0,0000	47.689,3300	47.689,33	Desclassif.	0
13224	ADRIANA L. K. WILPERT - ME		1,000	0,0000	52.616,9400	52.616,94	Indefinido	0
13439	SL CONSTRUTORA EIRELI - EPP		1,000	0,0000	55.911,7000	55.911,70	Indefinido	0
12256	CUBICA CONSTRUCOES LTDA - EPP		1,000	0,0000	66.205,9400	66.205,94	Indefinido	0
12632	OMVS CONSTRUTORA LTDA-ME		1,000	0,0000	66.864,6900	66.864,69	Indefinido	0

Schroeder,	Em	...../...../.....
Daniela Samuleski -	.....	Presidente da Comissão
Cezar Santos de Jesus -	.....	Membro
Ana Paula Kreis -	.....	Membro
Walter Egídio Mukai -	.....	Membro
Ivandra de Souza -	.....	Secretária
Valderi Rocha de Camargo -	.....	Membro Suplente
Ilmar José Pereira Borges Filho -	.....	Membro Suplente
Natalia Kersten Brumuller -	.....	Membro Suplente
Diego Guilherme Lasta -	.....	Membro Suplente

**ATA DA TOMADA DE PREÇOS 10 2017 PMS SEQUENCIA 2**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 10/2017 - TP</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 144/2017 Data do Processo: 21/07/2017
	Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 134/2017 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de reforma do pátio de acesso ao centro de eventos do Município de Schroeder/SC compreendendo uma área a construir de 112,53m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório

A comissão reuniu-se para abertura das propostas comerciais das empresas habilitadas, conforme determinado anteriormente em ata. Apenas a representante da empresa ADRIANA L. K. WILPERT - ME está presente na sessão. Foram abertos os envelopes de propostas comerciais das empresas ADRIANA L. K. WILPERT - ME, OMVS CONSTRUTORA LTDA-ME, SL CONSTRUTORA LTDA - EPP, DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA - ME e CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA habilitadas. Constatando que proposta comercial apresentada pela empresa DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA - ME, não possui BDI detalhado conforme exigido no edital no item 10.1.1.7 "Informar o BDI (Benefício ou Bonificação e Despesas Indiretas) detalhado, aplicado ao custo do objeto licitado", resultando assim a proposta comercial da empresa DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA - ME desclassificada. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue cópia da ata a representante presente, e enviada cópia às empresas participantes, bem como quadro comparativo de valores.

Schroeder, 22 de Agosto de 2017

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro
Ana Paula Kreis	- ..... - Membro
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro
Ivandra de Souza	- ..... - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro Suplente
Ilmar José Pereira Borges Filho	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

Adriana L. K. Wilpert	- ..... - Representante
-----------------------	-------------------------

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 71/2017-PMS

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2017**

**Número do Registro de Preços:** 63/2017      **Data do Registro:** 22/08/2017      **Válido até:** 22/08/2018  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de filmagem profissional para cobertura do evento Schroederfest 2017 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Produção completa de vídeo para a Schroederfest 2017, cobertura diária de 5 horas (Captação de cena do evento, depoimento de expositores e visitantes - horas cumulativas) e posterior edição completo do evento. Captação de 10 horas da montagem para vídeo acelerado. Captação com equipamento profissional, iluminação, microfone, edição de vídeo com inserção de imagens, animações e trilha pesquisada. Finalização personalizada. Limitado a duas revisões do cliente. Incluso cenas e Fotos Aéreas com Drone. DATA DA PRODUÇÃO 08 a 08 de outubro de 2017. MATERIAIS A SEREM ENTREGUES APÓS O EVENTO: - Um Vídeo de até 3 minutos - Um Vídeo de até 30 minutos - Arquivos eletrônicos e DVD autorado	UN	THIAGO WALTER VERA - ME (13525)		0	5.300,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2017

Número do Registro de Preços: 63/2017		Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de filmagem profissional para cobertura do evento Schroederfest 2017 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
					0	6.000,0000	2
DOMP DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, MARKETING EP (13218)							



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2017

Número do Registro de Preços: 63/2017		Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de filmagem profissional para cobertura do evento Schroederfest 2017 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário
						Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2017

PROCESSO Nº 147/2017

(13218) - DIMP DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, MARKETING E P  
(13525) - THIAGO WALTER VERA - ME

Schroeder, 22 de Agosto de 2017.

# Seara

## PREFEITURA

### **ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 017/2017-FMS - PL 027/2017- FORN. AIR LIQUIDE**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 027/2017 – FMS - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2017 -FMS – REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preços nº. 007/2017-FMS

Pregão Presencial nº. 017/2017-FMS

Gestor: Fundo Municipal de Saúde

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, através do Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.672.134/0001-75, neste ato representado por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº 14/R- 2.468.693, CPF nº 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Air Liquide Brasil Ltda, CNPJ nº 00.331.788/0001-19, estabelecida na av. Thiago Antunes Teixeira, 14/15, bairro Bela Vista, Palhoça, SC, neste ato representada pelo Sra. Mirna Wolitz Cavalcante, brasileira, divorciada, fisioterapeuta, RG nº 105.640.484.49, CPF nº 748.000.350-15, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 017/2017-FMS - Registro de Preços, que tem como objeto a seleção de fornecedores e proposta para aquisição de gás oxigênio medicinal e locação de equipamentos concentradores de oxigênio, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 21.240,00 (vinte e um mil, duzentos e quarenta reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 22/08/2017 tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 21/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 017/2017-FMS cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 21/08/2017.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Flávio Joel Zolet  
Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

Mirna Wolitz Cavalcante  
Air Liquide Brasil Ltda  
Contratada

### **ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 017/2017-FMS - PL 027/2017- FORN. WHITE**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 027/2017 – FMS - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2017 -FMS – REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preços nº. 007/2017-FMS

Pregão Presencial nº. 017/2017-FMS

Gestor: Fundo Municipal de Saúde

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, através do Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.672.134/0001-75, neste ato representado por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº 14/R- 2.468.693, CPF nº 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa White Martins Gases Industriais Ltda, CNPJ nº 35.820.448/0107-94, estabelecida na rua Albano Schmidt, 2850, bairro Boa Vista, Joinville, SC, neste ato representada pelo Sr. Marcio dos Reis Ferrão, brasileiro, solteiro, gerente de negócios, RG nº 1013424351 SSP/RS, CPF nº 622.410.280-53, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 017/2017-FMS - Registro de Preços, que tem como objeto a seleção de fornecedores e proposta para aquisição de gás oxigênio medicinal e locação de equipamentos concentradores de oxigênio, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 27.300,00 (vinte e sete mil e trezentos reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 22/08/2017 tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 21/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 017/2017-FMS cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 21/08/2017.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Flávio Joel Zolet  
Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

Marcio dos Reis Ferrão  
White Martins Gases Industriais Ltda  
Contratada

**ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 057/2017 - PL 098/2017- FORN. ASTOR**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 098/2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/2017 – REGISTRO DE PREÇO

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**Ata de Registro de Preços nº. 033/2017  
Pregão Presencial nº. 057/2017  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Astor Staudt ME, CNPJ n.º 91.824.383/0001-78, estabelecida na rua Marcos José de Leão, nº 583, Centro, Feliz, RS, neste ato representada pelo Sr. Elton Roncatto Spindler, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 9086135739, CPF nº 769.176.900-82, residente e domiciliado na rua Dr. Barcellos, nº 671, Bairro Tristeza, Porto Alegre, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 057/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais esportivos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 19.162,70 (dezenove mil, cento e sessenta e dois reais e setenta centavos), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 21/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 20/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 057/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC., 21/08/2017.

Edemilson Canale	Elton Roncatto Spindler
Prefeito Municipal	Astor Staudt ME
Município de Seara	Contratada

**ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 057/2017 - PL 098/2017- FORN. BITENCOURT**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 098/2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/2017 – REGISTRO DE PREÇO

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**Ata de Registro de Preços nº. 033/2017  
Pregão Presencial nº. 057/2017  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de

um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa José Paulo Bitencourt - ME, CNPJ n.º 08.272.612/0001-45, estabelecida na rua Araujo Figueiredo, nº 77 – Loja 06, Centro, Florianópolis, SC, neste ato representada pelo proprietário o Sr. José Paulo Bitencourt, brasileiro, divorciado, empresário, RG nº 560615, CPF nº 246.232.299-04, residente e domiciliado na rua Duarte Schutel, nº. 262, apto 602, Centro, Florianópolis, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 057/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais esportivos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 9.584,50 (nove mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 21/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 20/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 057/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC., 21/08/2017.

Edemilson Canale	José Paulo Bitencourt
Prefeito Municipal	José Paulo Bitencourt - ME
Município de Seara	Contratada

**ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 057/2017 - PL 098/2017- FORN. IRACI**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 098/2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/2017 – REGISTRO DE PREÇO

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**Ata de Registro de Preços nº. 033/2017  
Pregão Presencial nº. 057/2017  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Iraci Bertollo & Filho Ltda ME, CNPJ n.º 05.984.055/0001-05, estabelecida na Avenida Sul Brasil, nº 44, Centro, Maravilha, SC, neste ato representada pelo Sr. Laédio Antonio de Marco, brasileiro, solteiro, corretor de imóveis, RG nº 2.759.891, CPF nº 017.657.939-71, residente e domiciliado na Avenida Sul Brasil, nº 44, Centro, Maravilha, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 057/2017, de Registro de Preços

que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais esportivos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 5.773,00 (cinco mil, setecentos e setenta e três reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 21/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 20/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 057/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC., 21/08/2017.

Edemilson Canale	Laédio Antonio de Marco
Prefeito Municipal	Iraci Bertollo & Filho Ltda ME
Município de Seara	Contratada

#### **ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 057/2017 - PL 098/2017- FORN. MILRAU**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 098/2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/2017 – REGISTRO DE PREÇO

##### **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Ata de Registro de Preços nº. 033/2017  
Pregão Presencial nº. 057/2017  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Milrau Comércio de Artigos Pedagógicos Ltda, CNPJ nº 02.459.406/0001-62, estabelecida na rua Est. Octávio Frasca, nº 695, Bairro Belem Velho, Porto Alegre, SC, neste ato representada pelo Sr. Edison Luis Mayer, brasileiro, representante, RG nº 2104380205, CPF nº 021.464.530-44, residente e domiciliado na Caminho Encosta da serra, nº 351, Morro Reuter, RS, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 057/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais esportivos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 20.064,50 (vinte mil e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 21/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 20/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 057/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC., 21/08/2017.

Edemilson Canale	Edison Luis Mayer
Prefeito Municipal	Milrau Com. Artigos Pedagógicos Ltda
Município de Seara	Contratada

#### **ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 057/2017 - PL 098/2017- FORN. MOLOZZI**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 098/2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/2017 – REGISTRO DE PREÇO

##### **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Ata de Registro de Preços nº. 033/2017  
Pregão Presencial nº. 057/2017  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Almir C. Molozzi & Cia Ltda, CNPJ nº 86.262.763/0001-26, estabelecida na av. Anita Garibaldi, 246, centro, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Almir Carlos Molozzi, brasileiro, casado, empresário, RG nº 1.371.743-0, CPF nº 432.667.039-87, residente e domiciliado na av. Anita Garibaldi, 246, centro, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 057/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais esportivos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 181,80 (cento e oitenta e um reais e oitenta centavos), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 21/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 20/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 057/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC., 21/08/2017.

Edemilson Canale	Almir Carlos Molozzi
Prefeito Municipal	Almir C. Molozzi & Cia Ltda
Município de Seara	Contratada



**ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 057/2017 - PL 098/2017- FORN. OBJETIVA**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 098/2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/2017 – REGISTRO DE PREÇO

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**Ata de Registro de Preços nº. 033/2017  
Pregão Presencial nº. 057/2017  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda - ME, CNPJ n.º 11.499.653/0001-83, estabelecida na rua Silvino Ciarini, n.º. 530, sala A, bairro Industriários, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. Kleber Luiz Libano, brasileiro, casado, sócio-administrativo, RG n.º. 14/R. 2.699.456-9, CPF n.º. 848.629.399-53, residente e domiciliado na rua Silvino Ciarini, n.º. 530, bairro Industriários, Concórdia, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 057/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais esportivos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 12.738,00 (doze mil, setecentos e trinta e oito reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 21/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 20/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 057/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC., 21/08/2017.

Edemilson Canale	Kleber Luiz Libano
Prefeito Municipal	Objetiva Comércio de Equip. Ltda - ME
Município de Seara	Contratada

**ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 057/2017 - PL 098/2017- FORN. TELECOPY**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 098/2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 057/2017 – REGISTRO DE PREÇO

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**Ata de Registro de Preços nº. 033/2017  
Pregão Presencial nº. 057/2017  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de

um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Telecopy Equipamentos Ltda, CNPJ n.º 04.303.600/0001-80, estabelecida na rua 1º de Maio, n.º 645, Bairro Padre Antonio, Maravilha, SC, neste ato representada pelo proprietário o Sr. Luiz Flach, brasileiro, casado, empresário, RG n.º 3.103.620, CPF n.º 883.832.700-97, residente e domiciliado na Avenida 7 de Setembro, n.º 662, apto 501, Centro, Maravilha, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 057/2017, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais esportivos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 25.154,00 (vinte e cinco mil, cento e cinquenta e quatro reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 21/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 20/08/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 057/2017, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC., 21/08/2017.

Edemilson Canale	Luiz Flach
Prefeito Municipal	Telecopy Equipamentos Ltda
Município de Seara	Contratada

**PORTARIAS 363/2017 E 364/2017**

Portaria nº. 363/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 137 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Seara, das fundações municipais e dá outras providências, resolve, Convocar, Cidemar Allebrandt - matrícula 225903, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, com férias registradas para o período de 01 a 30 de agosto de 2017, conforme Portaria nº. 338/2017, para retornar ao trabalho a partir de 21 de agosto de 2017, por imperiosa necessidade do serviço público, sendo que os dias restantes serão usufruídos em outro período definido pelo Executivo Municipal, em comum acordo com o servidor.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 21 de agosto de 2017.  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se  
Em 21 de agosto de 2017.  
Neri Cosmann  
Secretário da Administração

Portaria nº. 364/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 137 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Seara, das

fundações municipais e dá outras providências, resolve,  
Convocar, Jolaine Marcelo Mingotti - matrícula 240301, ocupante  
do cargo de provimento efetivo de Mecânico, com férias registra-  
das para o período de 01 a 30 de agosto de 2017, conforme Porta-  
ria nº. 338/2017, para retornar ao trabalho a partir de 21 de agosto  
de 2017, por imperiosa necessidade do serviço público, sendo que  
os dias restantes serão usufruídos em outro período definido pelo  
Executivo Municipal, em comum acordo com o servidor.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 21 de agosto de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 21 de agosto de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração



ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 017/2017-FMS - PL 027/2017- FORN. AIR LIQUIDE

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 27/2017      Licitação: 17/2017 - PR      Data da Homologação: 22/08/2017									
Fornecedor: 12234      - AIR LIQUIDE BRASIL LTDA									
2	37253	LOCAÇÃO MENSAL DE EQUIPAMENTO CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO, INCLUINDO CIRCUITO COMPLETO DE OXIGÊNIO TERAPIA E OXÍMETRO (OXÍMETRO DE PULSO OU DE DEDO PORTÁTIL TIPO DE TELA (MODO DISPLAY) LED, VARIAÇÃO DE MEDIDA PARA SP02 (SATURAÇÃO DE HEMOGLOBINA) 70-99% VARIAÇÃO DE MEDIDA PARA FC 30-254 BPM, VISUALIZAÇÃO NA TELA DE FC (MODO DE DISPLAY) GRÁFICO DE BARRAS, INDICADOR DE BATERIA FRACA, ENERGIA NECESSARIA, BATERIAS (PILHAS) ALCALINAS 1.5V, INDICAÇÃO DA INTENSIDADE DO PULSO NO GRÁFICO DE BARRAS, RESOLUÇÃO +-1% PARA SP02 +- 1BPM PARA VARIAÇÃO DE PULSO (FREQUENCIA CARDIACA), INSTALADO NA RESIDENCIA DO PACIENTE COM PRESTAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DO EQUIPAMENTO, BEM COMO A TROCA DE FILTROS E ASSISTÊNCIA PERMANENTE JUNTO AO EQUIPAMENTO, E DISPONIBILIZAÇÃO DE CILINDRO DE OXIGÊNIO GÁS MEDICINAL DE 1M3, VÁLVULA COM FLUXÓMETRO, UMIDIFICADOR, MANGUEIRA MASCARA OU CATETER TIPO ÓCULOS PARA O CASO EM EVENTUAIS QUEDAS DE ENERGIA OU FALHAS NO APARELHO CONCENTRADOR.	AIR LIQUIDE	UN	144,000	0,0000	147,5000	21.240,00	Venceu
Total do Fornecedor —>								21.240,00	

Seara, 22 de Agosto de 2017.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 017/2017-FMS - PL 027/2017- FORN. WHITE

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 27/2017			Licitação: 17/2017 - PR			Data da Homologação: 22/08/2017			
Fornecedor: 10681			- WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA						
1	39106	GAS OXIGENIO MEDICINAL EM METROS CÚBICOS	WHITE MARTINS	M3	1.400,000	0,0000	19,5000	27.300,00	Venceu
Total do Fornecedor					1.400,000			27.300,00	

Seara, 22 de Agosto de 2017.

## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 057/2017 - PL 098/2017- FORN. ASTOR

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p><b>Nr. do Processo: 98/2017</b>      <b>Licitação: 57/2017 - PR</b>      <b>Data da Homologação: 21/08/2017</b>  <b>Fornecedor: 12570</b>      <b>- ASTOR STAUDT ME</b></p>									
4	333397973	MURAL PARA AULAS DE XADREZ MAGNÉTICO; DIMENSÕES: 80CM X 62 CM; PEÇAS EM EVA IMANTADOS; CALIBRADOR DIGITAL DE BOLAS TABULEIRO DE XADREZ CONFECCIONADO EM NAPA	BOTTICELLI	UN	2,000	0,0000	227,0000	454,00	Venceu
5	333397946	RELOGIO PARA XADREZ TIPO: ANALÓGICO À CORDA	BOTTICELLI	UN	20,000	0,0000	9,1500	183,00	Venceu
7	333397948	RAQUETE DE BADMINTON MISSION PRO; COMPOSIÇÃO: CABECA 100% ALUMÍNIO, EIXO DE AÇO; PESO: 95G; DETALHAMENTO: RAQUETE ENCORDOADA; LEVE E RESISTENTE;	BOTTICELLI	UN	10,000	0,0000	89,5000	895,00	Venceu
10	333397951	BOLA FUTEBOL DE CAMPO 8 GOMOS	AZPR	UN	80,000	0,0000	19,8000	1.584,00	Venceu
13	333397954	MATÉRIA-PRIMA: NEOGEL - DIÂMETRO: 68 - 70 CM; PESO: 420 - 445 G; CÂMARA: CÂMARA AIRBILITY; CONSTRUÇÃO: TERMOTEC; MATERIAL: PU ULTRA 100%; MIOLO: MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	UN	50,000	0,0000	61,7000	3.085,00	Venceu
20	333397961	REDE DE VOLEIBOL OFICIAL, COM 04 FAIXAS, FIO Nº 2, COM SUPORTE DE ANTENA, TAMANHO: 9,50M DE COMPRIMENTO X 1,00M DE ALTURA, MALHA 10CM, 100% POLIETILENO, FAIXA 100% POLIETILENO.	NEDEL	UN	10,000	0,0000	63,0000	630,00	Venceu
24	333397965	BOLA DE FUTSAL 06/08/10/12 GOMOS DIÂMETRO: 62 - 64 CM; CÂMARA: AIRVILITY / BUTIL; REVESTIMENTO: PU CRISTAL; FIO: FIO DUALXIAL 48 ILAMENTOS KEULAR; PESO: 410 - 440 GRAMAS; MOLDAGEM: TERMOFUSION; MIOLO: REMOVÍVEL E LUBRIFICADO; MATERIAL INTERNO: NEOGEL.	NEDEL	UN	50,000	0,0000	50,0000	2.500,00	Venceu
27	333397968	BOLA FUTEBOL DE CAMPO 06/08/10/12 GOMOS; DIÂMETRO: 68 - 70 CM; CÂMARA: AIRVILITY / BUTIL; REVESTIMENTO: PU CRISTAL FIO: FIO DUALXIAL 48 FILAMENTO KEULAR PESO: 420 - 450G MOLDAGEM: TERMOFUSION MIOLO: REMOVÍVEL E LUBRIFICADO MATERIAL INTERNO: NEOGEL	NEDEL	UN	100,000	0,0000	44,5000	4.450,00	Venceu
34	333397897	BOLAS DE BORRACHA; BOLA DE INICIAÇÃO INFANTIL Nº 08; MATRIZADA, CONFECCIONADA EM BORRACHA, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, CIRCUNFERÊNCIA: 40 - 42 CM, PESO: 110-120 G, CÂMARA: AIRBILT. TAMANHO Nº 08	STORM	UN	32,000	0,0000	8,6000	275,20	Venceu
42	333397905	COLCHÃO DE ESPUMA CASAL MATERIAL TECIDO 100% POLIESTER ALTURA (CM) 20 LARGURA (CM) 138 PROFUNDIDADE (CM) 188; TAMANHO GRANDE	KALANGO	UN	2,000	0,0000	250,0000	500,00	Venceu

Página: 2/2

# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo:</b> 98/2017 <b>Licitação:</b> 57/2017 - PR <b>Data da Homologação:</b> 21/08/2017 <b>Fornecedor:</b> 12570 - ASTOR STAUDT ME									
43	333397906	BOLA DE BASQUETEBOL PARA CATEGORIA MIRIM. DIMENSÕES: CIRCUNFERÊNCIA: APROXIMADAMENTE 72 CM CONFECCIONADA EM BORRACHA CÁMARA BUTIL MIOLO LUBRIFICADO E REMOVÍVEL	IDEIA	UN	20,000	0,0000	25,0000	500,00	Venceu
44	333397907	BOLA DE BASQUETEBOL. MATERIAL: EM BORRACHA; CIRCUNFERÊNCIA: 74-76 CM; PRESSÃO ESTIMADA: 7-9 LBS; PESO APROXIMADO: 600 G; CÁMARA BUTIL; MIOLO LUBRIFICADO E REMOVÍVEL	IDEIA	UN	15,000	0,0000	25,0000	375,00	Venceu
45	333397974	BOLA DE EVA COM 66-67 CM DE CIRCUNFERÊNCIA; PESO 260-280 GRAMAS; MODELO DA CÁMARA AIRBALANCED; MATERIAL EVA; TIPO MATRIZADA; MIOLO REMOVÍVEL; TAIMANHO G	NEDEL	UN	40,000	0,0000	9,9000	396,00	Venceu
46	333397909	BOLAS GIGANTES PLÁSTICO; BOLAS DE VINIL GRANDE COM 40CM DE ALTURA, 126CM DE DIÂMETRO COM 15 POLEGADAS	MAUA	UN	25,000	0,0000	6,0000	150,00	Venceu
49	333397912	PESO PARA ARREMOSO DE PESO ATLETISMO DE 5.0KG EM AÇO, DIÂMETRO DE 100 A 120MM.	NEDEL	UN	1,000	0,0000	86,5000	86,50	Venceu
50	333397913	PESO PARA ARREMOSO DE PESO ATLETISMO DE 7.26KG EM AÇO, DIÂMETRO DE 110 A 130MM.	NEDEL	UN	1,000	0,0000	99,0000	99,00	Venceu
52	333397915	RAQUETES DE TÊNIS COM FIOS DE NYLON DE GRANDE RESISTENCIA COM CABO EMBORRACHADO - DIMENSÕES APROX. RAQUETE: 53CM COMP. X 22,5CM LARG.	CLASSE	UN	50,000	0,0000	60,0000	3.000,00	Venceu
<b>Total do Fornecedor</b>					<b>508,000</b>			<b>19.162,70</b>	

Seara, 21 de Agosto de 2017.

## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 057/2017 - PL 098/2017- FORN. BITENCOURT

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descr(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 98/2017 Fornecedor: 12567 - JOSÉ PAULO BITENCOURT ME									
Licitação: 57/2017 - PR Data da Homologação: 21/08/2017									
8	333397949	PETECA BADMINTON MAVIS 350 TUBO COM 06 UNIDADES MATERIAL: DESENVOLVIDA EM NYLON COM BASE EM CORTIÇA: DETALHAMENTO: TUBO COM 06 PETECAS DE ALTA QUALIDADE, QUE PROPORCIONAM MAIS ESTABILIDADE E EXATIDÃO DURANTE OS JOGOS, COR AMARELA, INDICADA PARA INICIANTE E LAZER.	VOLLO	UN	100,000	0,0000	84,5000	8.450,00	Venceu
11	333397952	MESA DE TÊNIS DOBRÁVEL COM RODÍZIOS, MEDIDAS OFICIAIS QUE ATENDEM AOS PADRÕES DA ITTF (INTERNATIONAL TABLE TENNIS FEDERATION). TAMPO EM MDP COM 15MM DE ESPESSURA, PERFEITO ACABAMENTO EM MASSA, ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO PINTADOS E PES DE TUBO COM PINTURA EPOXI. ACOMPANHA SUPORTE E REDE. DIMENSÕES (LxAxP) 152x76x274 CM PESO 55000G	KLOPF	UN	2,000	0,0000	500,0000	1.000,00	Venceu
38	333397901	FABRICANTE KLOPF JOGOS RAQUETE DE TÊNIS DE MESA; RAQUETE PARA TÊNIS DE MESA DE MADEIRA COM BORRACHA NOS DOIS LADOS QUE ATENDAM AOS PADRÕES OFICIAIS DA ITTF (INTERNATIONAL TABLE TENNIS FEDERATION). COMPRIMENTO 25CM, LARGURA 15CM, PESO APROXIMADO 156GR	KLOPF	UN	5,000	0,0000	26,9000	134,50	Venceu
<b>Total do Fornecedor</b>						107,000		9.584,50	

Seara, 21 de Agosto de 2017.

## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 057/2017 - PL 098/2017- FORN. IRACI

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 98/2017 Fornecedor: 12569 - IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA - ME									
Licitação: 57/2017 - PR Data da Homologação: 21/08/2017									
17	333397958	PAR DE MEIAS JUVENIL PARA FUTSAL COM PÉ ATOALHADA	KANCHIA	UN	80,000	0,0000	8,4500	676,00	Venceu
30	333397893	BOLA HANDEBOL TAMANHO FEMININO, COSTURADA, COM 32 GOMOS DIAMETRO: 54 - 56 CM PESO: 325 - 400 G CÂMARA: CÂMARA AIRBILITY CONSTRUÇÃO: COSTURADA MATERIAL: PU ULTRA GRIP MIOLO: MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO MARCA: PENALTY "MODELO SUECIA" (CONFORME EXIGÊNCIA DA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE HANDEBOL) PARA DISPUTA DO CAMPEONATO ESTADUAL	PENALTY	UN	30,000	0,0000	130,0000	3.900,00	Venceu
48	333397911	BOLA PARA TÊNIS DE MESA - CLASSIFICAÇÃO: 3 ESTRELAS - APROVADA PELA ITTF - MODELO OFICIAL 40MM	YASCHIMA	UN	60,000	0,0000	19,9500	1.197,00	Venceu
					Total do Fornecedor ---->			5.773,00	

Seara, 21 de Agosto de 2017.



## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 057/2017 - PL 098/2017- FORN. MILRAU

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 98/2017 Fornecedor: 12568 - MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA.									
Licitação: 57/2017 - PR Data da Homologação: 21/08/2017									
2	333397941	PRATO DEMARCATÓRIO/SINALIZADOR AMARELO 19CM; ALTURA: 4CM; DIÂMETRO DA BASE: 19CM	Plastcor	UN	80,000	0,0000	2,5000	200,00	Venceu
3	333399139	CALIBRADOR CANETA PARA BOLAS	Penalty	UN	30,000	0,0000	25,8000	774,00	Venceu
18	333397959	BOMBA DE AR, PVC, COM DOIS BICOS DE METAL REMOVÍVEIS (SENDO 01 SOBRESSALENTE), COM DUPLA AÇÃO (ENCHE NOS DOIS SENTIDOS DE MOVIMENTO DA BARRA).	Penalty	UN	20,000	0,0000	17,1500	343,00	Venceu
21	333397962	BARRA DE FERRO DE 3M (RÉGUA DE VÓLEI)	Spiter	UN	2,000	0,0000	91,0000	182,00	Venceu
26	333397967	ANTENA DE FIBRA ZN. BOLA DE FUTSAL 8 GOMOS MIRIM DIÂMETRO: 50 - 55 CM; PESO: 300 - 350 GRAMAS; CÂMARA: CÂMARA AIRBILITY; CONSTRUÇÃO: TERMOTEC; MATERIAL: PU; MIOLO: MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO; MARCA: PENALTY CONFORME EXIGÊNCIA DA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTSAL PARA DISPUTA DO CAMPEONATO ESTADUAL.	Penalty	UN	50,000	0,0000	91,0000	4.550,00	Venceu
28	333397969	BOLA DE FUTSAL 8 GOMOS INFANTIL DIÂMETRO: 55 - 59 CM; PESO: 350 - 380 GRAMAS; CÂMARA: CÂMARA AIRBILITY; CONSTRUÇÃO: TERMOTEC; MATERIAL: PU; MIOLO: MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO; MARCA: PENALTY (CONFORME EXIGÊNCIA DA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTSAL PARA DISPUTA DO CAMPEONATO ESTADUAL).	Penalty	UN	50,000	0,0000	96,2000	4.810,00	Venceu
29	333397892	BOLA HANDEBOL TAMANHO INFANTIL, COSTURADA, COM 32 GOMOS DIÂMETRO: 49 - 51 CM PESO: 230 - 270 G CÂMARA: CÂMARA AIRBILITY CONSTRUÇÃO: COSTURADA MATERIAL: PU ULTRA GRIP MIOLO: MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO MARCA: PENALTY "MODELO SUECIA" (CONFORME EXIGÊNCIA DA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE HANDEBOL) PARA DISPUTA DO CAMPEONATO ESTADUAL.	Penalty	UN	30,000	0,0000	119,5000	3.585,00	Venceu

Página: 2/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 98/2017</b> <b>Licitação: 57/2017 - PR</b> <b>Data da Homologação: 21/08/2017</b> <b>Fornecedor: 12568 - MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA.</b>									
31	333397894	BOLA HANDEBOL TAMANHO MASCULINO, COSTURADA, COM 32 GOMOS DIÂMETRO: 58 - 60 CM PESO: 425 - 475 G CÂMARA: CÂMARA AIRBILITY CONSTRUÇÃO: COSTURADA MATERIAL: PU ULTRA GRIP MIOLO: MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO MARCA: PENALTY "MODELO SUECIA" (CONFORME EXIGÊNCIA DA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE HANDEBOL) PARA DISPUTA DO CAMPEONATO ESTADUAL.	Penalty	UN	30,000	0,0000	137,5000	4.125,00	Venceu
35	333397898	BOLAS DE BORRACHA; BOLA DE INICIAÇÃO INFANTIL Nº 10, MATRIZADA, CONFECIONADA EM BORRACHA, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, CIRCUNFERÊNCIA: 48 - 50 CM; PESO: 180-200 G, CÂMARA: AIRBILITY, TAMANHO Nº 10	Olimport	UN	40,000	0,0000	12,6000	504,00	Venceu
36	333397899	BOLAS DE BORRACHA; BOLA DE INICIAÇÃO INFANTIL Nº 12, MATRIZADA, CONFECIONADA EM BORRACHA, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, CIRCUNFERÊNCIA: 57 - 59 CM, PESO: 250-270 G, CÂMARA: AIRBILT, TAMANHO Nº 12	Olimport	UN	50,000	0,0000	16,4500	822,50	Venceu

Página: 3/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 98/2017      Licitação: 57/2017 - PR      Data da Homologação: 21/08/2017  Fornecedor: 12568    - MILRAU COMÉRCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA.</p>									
37	333397900	BOLAS DE BORRACHA; BOLA DE INICIAÇÃO INFANTIL Nº 14, MATRIZADA, CONFECCIONADA EM BORRACHA; MILO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. CIRCUNFERÊNCIA: 65 - 67 CM; PESO: 350-370 G, CÂMARA: AIRBILT. TAMANHO GG	Olimport	UN	10,000	0,0000	16,9000	169,00	Vencou
					Total do Fornecedor →	392,000		20.064,50	

Seara, 21 de Agosto de 2017.

## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 057/2017 - PL 098/2017- FORN. MOLOZZI

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 98/2017      Licitação: 57/2017 - PR      Data da Homologação: 21/08/2017</p> <p>Fornecedor: 7583      - ALMIR C. MOLOZZI &amp; CIA LTDA</p>									
6	333397947	JOGO DE PEÇAS PARA XADREZ	PANGUÊ	UN	20,000	0,0000	7,3000	146,00	Venceu
14	333397955	DOMINÓ COM 28 PEDRAS, COM NUMERAÇÃO DE 0 A 6 GRANDES BRANCAS DE 2,5 X 5 X 1 COM ESTOJO.	PANGUÊ	UN	10,000	0,0000	3,5800	35,80	Venceu
Total do Fornecedor ———>								181,80	

Seara, 21 de Agosto de 2017.

## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 057/2017 - PL 098/2017- FORN. OBJETIVA

Página: 1/2

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 98/2017 Fornecedor: 10574 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME			Data da Homologação: 21/08/2017						
9	333397950	REDE PARA BADMINTON 1 FAIXA COM SUPORTE CONFECCIONADA EM FIO 2,0 DE POLIPROPILENO (NYLON) MALHA 5X5CM, FAIXA DE MATERIAL SINTATICO COM 5CM DE LARGURA. TAMANHO: (LXA) 6,0x0,76M DIMENSÕES DA EMBALAGEM: 10x10x25	PANGUE	UN	10,000	0,0000	85,0000	850,00	Venceu
12	333399140	REDE DE NYLON FUTSAL MEDIDA 7,50 X 2,50 FIO 4MM	PANGUE	UN	10,000	0,0000	88,0000	880,00	Venceu
15	333397956	BARALHO PINGÜIM PARA CANASTRA DE QUATRO NAIPES, EM CAIXINHA UNITÁRIA COM CELOFANE E FITILHO PARA ABERTURA NA COR VERMELHA, COM 55 CARTAS COUCHE (52 CARTAS + 2 CURINGAS + CARTA GARANTIA) DE 89 X 57 MM, PESO DE 305 GRAMAS, EM VERNIZ ATÓXICO.	PINGUIM	UN	20,000	0,0000	8,7000	174,00	Venceu
16	333397957	BARALHO ESPANHOL DE QUATRO NAIPES, EM CAIXINHA UNITÁRIA COM CELOFANE E FILTRO PARA ABERTURA, COM 50 CARTAS DE 89 X 57 MM, PESO DE 275 GRAMAS, EM VERNIZ ATÓXICO, COLETES PARA JOGO, TAMANHO P, M, E G, 100% POLIESTER	COPAG	UN	50,000	0,0000	8,5000	425,00	Venceu
19	333397960	REDE DE NYLON FUTEBOL DE CAMPO MEDIDA 7,50 x 2,50 FIO 4mm (PAR)	PLAY FLAIR	UN	200,000	0,0000	5,9000	1.180,00	Venceu
22	333397963	REDE DE NYLON FUTEBOL SUIÇO MEDIDA 4MM TRAJE 5 METROS (PAR)	PANGUE	UN	10,000	0,0000	149,0000	1.490,00	Venceu
23	333397964	BOLA DE FUTSAL 8 GOMOS CATEGORIA ADULTO DIÁMETRO: 61 - 64 CM; PESO: 410 - 440 GRAMAS; CÂMARA: CÂMARA IRBILITY; CONSTRUÇÃO: TERMOTEC; MATERIAL: PU ULTRA 100%; MILO: MILO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO; MARCA: PENALTY (CONFORME EXIGÊNCIA DA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTSAL PARA DISPUTA DO CAMPEONATO ESTADUAL).	PANGUE	UN	10,000	0,0000	115,0000	1.150,00	Venceu
25	333397966	COLCHONETE COM DIMENSÕES: 3x40x90CM (AXLX), PESO APROXIMADO: 330G MATERIAL EXTERNO: COURVIN COSTURADO E SELADO, FÁCIL DE LIMPAR E IMPERMEÁVEL. MATERIAL INTERNO: ESPUMA HOMOGÊNEA COM ESPESSURA DE APROX. 3 CM. TAMANHO MÍDIOS	PENALTY	UN	50,000	0,0000	120,5000	6.025,00	Venceu
40	333397903	COLCHONETE COM DIMENSÕES: 3x40x90CM (AXLX), PESO APROXIMADO: 330G MATERIAL EXTERNO: COURVIN COSTURADO E SELADO, FÁCIL DE LIMPAR E IMPERMEÁVEL. MATERIAL INTERNO: ESPUMA HOMOGÊNEA COM ESPESSURA DE APROX. 3 CM. TAMANHO MÍDIOS	PANGUE	UN	20,000	0,0000	16,0000	320,00	Venceu
41	333397904	COLCHONETE COM DIMENSÕES(PXLXA) : 100 X 60 X 3 MATERIAL EXTERNO: COURVIN COSTURADO E SELADO, FÁCIL DE LIMPAR E IMPERMEÁVEL. MATERIAL INTERNO: ESPUMA HOMOGÊNEA COM ESPESSURA DE APROX. 3 CM. TAMANHO GRANDE	PANGUE	UN	3,000	0,0000	23,0000	69,00	Venceu

Página: 2/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nº do Processo: 98/2017 Fornecedor: 10574 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME			Licitação: 57/2017 - PR			Data da Homologação: 21/08/2017			
53	333397916	PAR DE SUPORTE EM METAL PARA TÊNIS DE MESA COM REDE NA COMPOSIÇÃO: ALGODÃO PESO DA REDE: 56G DIMENSÕES DA REDE: ALT(CM) 15,00 X LARG (CM) 1,00 X COMP(CM) 174,00	PANGUE	PAR	5,000	0,0000	35,0000	175,00	Vencido
Total do Fornecedor →					388,000			12.738,00	

Seara, 21 de Agosto de 2017.



## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 057/2017 - PL 098/2017- FORN. TELECOPY

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 98/2017      Licitação: 57/2017 - PR Fornecedor: 11855 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA      Data da Homologação: 21/08/2017									
33	333397896	PLAÇAS TATAME EVA, REVESTIDO COM PELÍCULA TEXTURIZADA E SILICONADA PROTETORA NAS DUAS FACES, "QUEIMA A PELE", ANIDERRAPANTE, ATÓXICO E RESISTENTE A ÁGUA 2X1 DE 28MM. COMPOSIÇÃO: TATAME ESPECIALMETE DESENVOLVIDO EM EVA(ETIL VINIL ACETATO), COM COMPOSIÇÃO EXTRA DO PRODUTO, PROPORCIONANDO ENCAIXE PERFEITO E EXCELENTE EFEITO MEMÓRIA. CORTE PERFEITO EM 90°, CORES AZUL E VERMELHO.	HAYTI	UN	200,000	0,0000	115,4000	23.080,00	Venceu
47	333397910	TUBO DE BOLA DE TÊNIS CONTENDO 3 UNIDADES, IDEAL PARA TODOS OS TIPOS DE QUADRA, ALTA DENSIDADE E ALTA QUALIDADE DE COSTURA, FELTRO TRADICIONAL	CM	UN	60,000	0,0000	19,9000	1.194,00	Venceu
51	333397914	JOGO DE XADREZ GIGANTE JAEHRIG COM TABULEIRO GIGANTE PARA EXPOSIÇÕES OU DEMONSTRAÇÕES. MEDIDA: 75 X 2, 75 M REI=62CM DE ALTURA; MATERIAL: TABULEIRO FLEXÍVEL EM CURVIN; TIPO GIGANTE	JAEHRING	UN	4,000	0,0000	220,0000	880,00	Venceu
					Total do Fornecedor ———>		264,000	25.154,00	

Seara, 21 de Agosto de 2017.

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO 166/2017

DECRETO Nº 166/2017, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso II do art. 4º da Lei nº. 1.069/2016 e Decreto nº 073/2017, de 13 de março de 2017,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.069/2016:

Órgão: 11.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 11.02 – Fundo de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.920 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.03.0001 – Superávit – Recursos Ordinários

Despesa: 130 ..... R\$ 110.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), são provenientes do Superávit Financeiro do Exercício anterior, apurado pelo Decreto nº 073/2017, de 13 de março de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando o Decreto nº 165/2017, de 18 de agosto de 2017, e demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de agosto de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

### PORTARIA 086/2017

PORTARIA Nº. 086/2017, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, TITULAR E SUBSTITUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato referente ao Processo Licitatório nº. 027/2017, na modalidade TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATO Nº:	046/2017.		
OBJETO:	EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DA EDIFICAÇÃO QUE ABRIGA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, COMPREENDENDO UMA ÁREA TOTAL DE CONSTRUÇÃO DE 272,30M².		
EMPRESA:	M.M MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP		
CNPJ Nº:	01.674.325/0001-12		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	LOIVO BERTOLDI		
CARGO:	ENGENHEIRO CIVIL		
CPF:	868.872.389-34	MATRÍCULA:	628
LOTAÇÃO:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	DANIELA ZANELLA DONIDA		
CARGO:	ASSISTENTE SOCIAL		
CPF:	032.264.009-16	MATRÍCULA:	325

LOTAÇÃO:	Secretaria de Assistência Social
----------	----------------------------------

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato titular e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 21 de agosto de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 027/2017**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SERRA ALTA</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 27/2017 - TP</b>
CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	Processo Administrativo: 27/2017 Processo de Licitação: 27/2017 Data do Processo: 26/07/2017
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 27/2017  
b ) Licitação Nr.: 27/2017-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 21/08/2017  
e ) Data da Adjudicação: 21/08/2017 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Contratação de Empresa p/a Execução da obra de Reforma da edificação que abriga o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com uma área total de construção de 272,30m². O objetivo da obra é dispor de uma infraestrutura adequada oferecendo maior comodidade aos usuários do programa.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 000648 - MM MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	1 1	0,0000	193.295,62 193.295,62

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.900.4.4.90.00.00.00.00 (98), 2.900.4.4.90.00.00.00.00 (99), 2.920.4.4.90.00.00.00.00 (102), 2.920.4.4.90.00.00.00.00 (130)

Serra Alta, 21 de Agosto de 2017.

\_\_\_\_\_  
EDERSON CEREZOLLI  
Presidente da Comissão de Licitação

\_\_\_\_\_  
DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

# Tangará

## PREFEITURA

### 1º ADITIVO CONTRATO 180/2017

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 180/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará.

Contratada: Mitra Construtora Ltda Me

Objeto: Contratação De Empresa De Construção Civil Para Reforma Geral Do Posto De Saúde Da Comunidade De Irakitan E Marari Do Município De Tangará. Fica aditado o valor de R\$ 2.421,24 no valor total do contrato nº 180/2017.

Tangará, 22 de Agosto de 2017.

Nadir Baú da Silva - Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 072, DE 11 DE AGOSTO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

DECRETO Nº 072, DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

#### "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.298/16.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 6.635,46 (Seis mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no presente exercício.

07-SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO

Projeto 1014

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.0149 Aplicações Diretas  
..... R\$ 6.635,46

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 11 DE AGOSTO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

### LEI N.º 2.334, DE 22 DE AGOSTO DE 2017. "DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2018-2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEI N.º 2.334, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

#### "DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2018-2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, I, c/c o art. 206, I, ambos da Lei Orgânica do Município; Faz Saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Plurianual do Município de Tangará para o Quadriênio 2018-2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, na forma dos Anexos I, II, e III desta Lei.

Art. 2º. Os Programas, no âmbito da Administração Pública Municipal, como instrumento de organização das ações de Governo, ficam restritos àqueles integrantes do Plano Plurianual.

Art. 3º. As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas nos Anexos desta Lei, serão estruturadas em programa, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor global para os quatros exercícios.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, considera-se:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II – Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III – Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V – Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;

VI – Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII – Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 4º. Os valores constantes das planilhas poderão ser atualizados em cada exercício de vigência do Plano Plurianual, por ato do Chefe do Poder Executivo, com base na variação acumulada do INPC de janeiro a dezembro do exercício imediatamente anterior.

Art. 5º. A exclusão ou alteração dos programas constantes desta Lei ou a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou mediante leis específicas.

Art. 6º. O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 7º. As codificações de programas e ações deste plano serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais, e nas leis de revisão do Plano Plurianual.

Parágrafo único. Os códigos a que se refere este artigo prevalecerão até a extinção dos programas e ações a que se vinculam.

Art. 8º. As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas desta Lei.

Art. 9º. Os investimentos e contratações cuja execução ultrapasse

um exercício financeiro são aqueles constantes desta lei e que constarão da Lei de diretrizes orçamentárias. Havendo necessidade de novos investimentos ou contratações que não estejam previstos no Plano Plurianual, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, somente poderão ser incluídos mediante Lei específica.

Art. 10º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 22 DE AGOSTO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI N.º 2.335, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.  
"AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL  
PARA ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS."**

LEI N.º 2.335, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL PARA ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção social ao MORRO AGUDO MOTO CLUBE, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob n. 05.754.470/0001-64, com sede na cidade de Tangará/SC, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Parágrafo único. O valor da subvenção de que trata o caput deste artigo será utilizado pela entidade beneficiária na realização do Desafio Vale do Rio do Peixe de Velocross, e será repassado em parcela única no dia 25 de agosto de 2017.

Art. 2º. Cabe à entidade beneficiária, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento dos recursos, prestar contas da aplicação do valor recebido junto à Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças Municipal.

Art. 3º. Para o recebimento da subvenção, a entidade beneficiária deverá apresentar certidões negativas de débitos Federal, Estadual, Municipal e Trabalhista, comprovante de regularidade perante o INSS e o FGTS, além do Plano de Trabalho em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/14.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta do orçamento previsto para o exercício financeiro de 2017.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 22 DE AGOSTO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 2.336, DE 22 DE AGOSTO DE 2017. "RATIFICA CONVÊNIO FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, O DETRAN, A POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, A POLÍCIA CIVIL E O MUNICÍPIO DE TANGARÁ/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

LEI Nº 2.336, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

"RATIFICA CONVÊNIO FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, O DETRAN, A POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, A POLÍCIA CIVIL E O MUNICÍPIO DE TANGARÁ/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 34, XII e o art. 74, inciso I, ambos da Lei Orgânica do Município; Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado o Termo de Convenio de Trânsito nº 2016TN001767 celebrado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública, o Detran, a Polícia Militar de Santa Catarina, a Polícia Civil e o Município de Tangará/SC, que prevê a delegação de atividades com vistas à maior eficiência e à segurança viária.

Art. 2º. O respectivo Convênio de que trata o art. 1º obedece aos termos do instrumento anexo, que fica fazendo parte integrante desta Lei, independente de sua transcrição.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução do convênio de que trata esta Lei, relativas aos encargos assumidos pelo Município de Tangará/SC, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus jurídicos e legais efeitos a partir da data da assinatura do Termo de Convenio.

Art. 5º. Ficam revogadas disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 22 DE AGOSTO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 2.337, DE 22 DE AGOSTO DE 2017. "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

LEI Nº 2.337, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAU DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no artigo 167, inciso II, da Constituição Federal; no artigo 41, inciso I, da Lei nº 4.320/64; e de conformidade com a Lei nº 2.298/16; Faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no atual orçamento da Prefeitura Municipal de Tangará no valor de R\$ 520.000,00 (Quinhentos e vinte mil reais) com recursos do excesso de arrecadação apurado no presente exercício.



05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER  
Projeto 1007  
Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.0401 Aplicações Diretas  
..... R\$ 180.000,00

Projeto 1010  
Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.0400 Aplicações Diretas  
..... R\$ 100.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
Atividade 2030  
Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas  
..... R\$ 200.000,00

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS  
Atividade 2026  
Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas  
..... R\$ 40.000,00

Art.2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 22 DE AGOSTO DE 2017.

NADIR BAU DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA N.º 459, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.  
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
HABITAÇÃO - CMH**

PORTARIA N.º 459, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.  
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH

NADIR BAU DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal n. 1.704/05 e na Lei Municipal n. 2.02711,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear para compor o Conselho Municipal de Habitação - CMH, as seguintes pessoas:

**I. Representantes do Serviço Social do Município:**

a) Titular: Maria Helena Ferlin

b) Suplente: Franciele Silva

**II. Representantes do setor de Vigilância Sanitária do Município:**

a) Titular: Ivor Demétrio Fossati

b) Suplente: Ivonete A. L. Meneguzzi

**III. Representantes da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo:**

a) Titular: Mauri da Costa

b) Suplente: Moacir Balbinot

**IV. Representantes do Setor de Fiscalização de Tributos e Parcelamento do Solo:**

a) Titular: Camila Bruns

b) Suplente: Camila C. H. Hahne

**V. Representantes do Sindicato Rural de Tangará:**

a) Titular: Gilson Panceri

b) Suplente: Cladir Coser

**VI. Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tangará:**

a) Titular: Vicente Demori

b) Suplente: Eugenio Clemir Bolzani

**VII. Representantes da Associação de Pais e Alunos dos Excepcionais – APAE:**

a) Titular: Hélio Renato Almeida

b) Suplente: Arlete Samistraro Galafassi

**VIII. Representantes da Associação Comercial e Industrial de Tangará - ACITA:**

a) Titular: Maicon Zornitta

b) Suplente: Adriana Regina Fritzen

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria de n.º 306, de 23 de maio de 2011.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 22 DE AGOSTO DE 2017.

NADIR BAU DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 458, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.  
CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR QUE  
ESPECIFICA, PARA AUXÍLIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA Nº. 458, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA, PARA AUXÍLIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAU DA SILVA, Prefeito Municipal, de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, que a servidora necessita de afastamento para tratamento de saúde através do Instituto da Previdência Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder afastamento por auxilio doença a servidora FABIANE MORO MOREIRA, brasileira, residente e domiciliada neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA EDUCAÇÃO – NÍVEL 03 – CLASSE D, a partir de 22/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, EM DE 22 DE AGOSTO DE 2017.  
NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PR 084/2017**

MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2017

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 084/2017, a qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE ITENS DE PREMIAÇÃO PARA O CAMPEONATO ESPORTIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até às 14h00min do dia 04/09/2017, com abertura às 14h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 22 de Agosto de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 082 17

DECRETO Nº 082/2017, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 861/2017 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DO AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES E REVOGA O DECRETO Nº 023/17;

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Orgânica, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 861/2017,

#### DECRETA:

Art. 1º. - Fica regulamentado o Auxílio-Financeiro disposto na Lei Municipal nº 861/2017, sendo estipulado que aquele será pago, mensalmente, a partir do mês de março de 2017, aos estudantes que comprovem preencher os requisitos legais e formularem o cadastramento e requerimento prévio na Secretaria Municipal de Administração;

Parágrafo único. É vedado o pagamento de auxílio financeiro retroativamente a data do cadastramento e requerimento do benefício.

Art. 2º - Para obtenção do auxílio previsto na Lei Municipal nº 861/2017 o estudante deverá comprovar documentalmente junto à Secretaria Municipal de Administração o preenchimento dos requisitos estabelecidos no artigo 4º de referida Lei, devendo apresentar os seguintes documentos:

- Documento de Identidade e CPF;
- Cópia de comprovante de residência (energia elétrica ou água);
- Atestado de Frequência até o décimo dia de cada mês;
- Declaração informando que reside no município de Tigrinhos/SC;
- Declaração firmada pelo estudante acerca da veracidade das informações prestadas, com sua ciência sobre as penalidades criminais em caso de falsidade;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o decreto nº 023/2017.

Tigrinhos/SC, 22 de agosto de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito

### LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 051/17

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 051/17, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA A LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº. 014/2010, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e

promulga a presente Lei.

Art. 1º Altera os artigos 101 e 104 Lei Municipal Complementar Nº 014/2010, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 101. Após cada 05 (cinco) anos de exercício público prestado exclusivamente como servidor efetivo municipal, conceder-se-á licença a título de prêmio com remuneração, pelo período de 60 (sessenta) dias, devendo ser gozada na sua totalidade.

§ 1º O servidor deverá aguardar em exercício a concessão da licença, que deverá ser concedida pelo Chefe do Poder Público dentro dos 12 (doze) meses posteriores ao requerimento.

§ 2º É vedado o acúmulo de licença-prêmio, podendo a mesma ser convertida em abono pecuniário até o percentual de 50% (cinquenta por cento), desde que o servidor apresente requerimento e seja deferido pelo Prefeito Municipal.

§ 3º Em caso de excepcional necessidade de continuidade do serviço público desenvolvido pelo servidor municipal, que não possa ser substituído por outro servidor do quadro efetivo, poderá ser convertida a licença prêmio em abono pecuniário em percentual equivalente a 100% (cem por cento).

Parágrafo único: perderá o direito à licença o membro do magistério que tiver mais do que três faltas injustificadas por ano ou 15 faltas no período aquisitivo de licença.

Art. 104. Suspendem o curso do prazo do período aquisitivo da licença prêmio, para efeitos do artigo anterior, as seguintes ocorrências:

- penalidade disciplinar de suspensão;
- afastamento do cargo em virtude de:
  - licença para tratar de interesses particulares;
  - licença para tratamento de pessoa da família quando não remunerada;
  - condenação à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;
  - desempenho de mandato classista;
  - afastamento de cônjuge ou companheiro; e
  - licença para atividade política.

Parágrafo único. As faltas não justificadas ao serviço retardarão a concessão do prêmio previsto neste artigo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 22 de agosto de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito

**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 052/17**

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 052/17, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 035/2015 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015 - ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º Fica alterado o Anexo I, Grupo V da Lei Complementar Municipal nº 035/2015 unicamente com relação à habilitação exigida para o cargo de Médico, que passa a ser:

- Ensino Superior Completo em Medicina com registro no Conselho de Medicina.

Art. 2º Fica alterado o Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 035/2015 com relação às atribuições do cargo de Médico, o qual passa a ter a seguinte redação:

**GRUPO V****ATIVIDADE TÉCNICA DE NÍVEL SUPERIOR****Médico**

Realizar atendimento ambulatorial;

Participar dos programas de atendimento à população atingida por calamidades públicas e em situação de vulnerabilidade social.;

Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento;

Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva;

Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria de Saúde;

Emitir laudos e pareceres, quando solicitado;

Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da instituição;

Fornecer dados estatísticos de suas atividades;

Realizar atendimento relativo a atenção básica no domicílio, quando necessário;

Participação em atividades de planejamento institucional e reuniões de equipe;

Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e família em todas as fases da vida;

Prestar atendimento de Urgência e Emergência passíveis de tratamento a níveis de Pronto Atendimento a pacientes tanto adultos como pediátricos em

demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos;

Atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados de acordo com protocolo de acolhimento definidas pela Secretaria Municipal de Saúde, realizado pelo Enfermeiro;

Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários, analisar e interpretar seus resultados, emitir diagnósticos, emitir atestado médico quando houver necessidade, prescrever tratamentos, orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do usuário;

Encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar (caso indicado), contar como hospital ou com a Central de Leitos do SUS, garantindo a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e

estadual, prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias, realizar atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico;

Fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão, intensivista e de assistência pré-hospitalar.

Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como, outros determinados pela Secretaria Municipal de Saúde;

Dar apoio a atendimentos de urgência nos eventos externos, de responsabilidade da instituição; Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho; Executar outras tarefas correlatas à sua área de competência; Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade de Urgência e Emergência, caso convocado; Obedecer ao Código de Ética Médica.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 22 de agosto de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

**LEI MUNICIPAL Nº 879/17**

LEI MUNICIPAL Nº. 879/17, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC, PARA O QUADRIÊNIO DE 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio 2018/2021 serão financiados com os recursos previstos no Anexo I desta Lei.

Art. 2º. O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Tigrinhos para o quadriênio 2018/2021 contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada estão expressas nas planilhas dos ANEXOS II desta Lei.

Art. 3º. As metas da Administração para o quadriênio 2018/2021, consolidadas por programas, são aquelas constantes do Anexo III desta Lei.

Art. 4º. As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no Anexo II desta Lei, serão estruturadas em programa, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

§ 1º As metas físicas e fiscais por ações em cada programa, serão demonstradas na forma do Anexo IV desta Lei.

§ 2º Para fins desta Lei, considera-se:

I) Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II) Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III) Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem

disciplinar e orientar a atuação governamental;  
 IV) Objetivos, os resultados que pretende alcançar com a realização das ações governamentais;  
 V) Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;  
 VI) Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa; e  
 VII) Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 5º. Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão orçados a preços correntes com projeção de inflação de 4,10% (quatro virgula dez por cento) para o ano de 2018, 4,50% (quatro virgula cinquenta por cento) para o ano de 2019, 4,50% (quatro virgula cinquenta por cento) para o ano de 2020 e 4,50% (quatro virgula cinquenta por cento) para o ano de 2021.

Art. 6º. As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara de Vereadores.

Art. 7º. O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 8º. As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta Lei.

Art. 9º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão..

Art. 10º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 11º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 22 de agosto de 2017.  
 DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
 Prefeito

### LEI MUNICIPAL Nº 881/17

LEI MUNICIPAL Nº. 881/17, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A BAIXA DE BENS QUE INTEGRAM O ACERVO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à baixa de bens móveis inservíveis que integram o patrimônio público municipal, conforme abaixo especificado:

ITEM Nº	DESCRIÇÃO DO BEM PATRIMONIAL	VALOR R\$	
1268	CONDICIONADOR DE AR	158,32	
2243	MACA	84,24	
0976	IMPRESSORA	1,53	
2649	IMPRESSORA	25,82	
2564	IMPRESSORA	27,41	
0082	MAQUINA DE DATILOGRAFIA	1,23	
1577	MONITOR	44,87	
1578	MONITOR	44,87	
VALOR TOTAL DOS ITENS	388,29		

Art. 2º. Fica o departamento competente autorizado a proceder a atualização dos lançamentos na forma da lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

### LEI MUNICIPAL Nº 880/17

LEI MUNICIPAL Nº. 880/17, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar os seguintes bens móveis de propriedade do Município, conforme características abaixo descritas:

- TANQUE DE FABRICAÇÃO MANUAL DE QUEIJOS EM AÇO INOX, CAPACIDADE 3.000 LITROS, MARCA CASA FORTE, PATRIMONIO MUNICIPAL Nº. 2816.

- PRENSA PNEUMATICA PARA QUEIJO 120FORMAS/0,800 GRAMAS, MARCA AGUIA INOX, PATRIMONIO MUNICIPAL Nº. 2817.

- MATURADOR PARA IOGURTE/BEBIDAS LACTEAS EM AÇO INOX, CAPACIDADE 2000 LITROS, MARCA CASA FORTE, PATRIMONIO MUNICIPAL Nº. 2818.

Art. 2º. A alienação de que trata esta Lei visa atender o interesse público e será realizada com base na legislação vigente, em especial na Lei Federal nº. 8.666/93 consolidada.

Art. 3º. O valor mínimo para oferta do bem será estabelecido através de avaliação por Comissão especialmente designada para tal fim.

Art. 4º. O bem será alienado no estado de conservação em que se encontram.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 22 de agosto de 2017.  
 DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
 Prefeito



Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 22 de agosto de 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito

### **LEI MUNICIPAL Nº 882/17**

LEI MUNICIPAL Nº. 882/17, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 11.000,00 (Onze mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIOR

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Proj./Ativ.: 15.451.1011.1.176 – Pavimentação de Vias Públicas Urbanas

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0183–Aplicações Diretas (149) R\$ 11.000,00

Fonte de Recurso: 0183– Superávit Recursos Livres

TOTAL R\$ 11.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 11.000,00 (Onze mil reais) previstos no artigo 1º desta Lei, fica utilizada a receita proveniente do Superávit financeiro apurado no Balanço de 2016 na fonte 183 superávits financeiro Recursos Ordinários Livres.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 22 de agosto de 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito

### **LEI MUNICIPAL Nº 883/17**

LEI MUNICIPAL Nº. 883/17, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional especial no valor de R\$ 5.300,00 (Cinco mil e trezentos reais) através da suplementação de dotação orçamentária constante no orçamento vigente do Município conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROJ./ATIV.: 06.181.1019.2.150 – Manutenção do Convenio de Multas de Transito

MODALIDADE: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (XX) R\$ 5.300,00

FONTE DE RECURSO: 056 – Convenio Transito - Prefeitura

TOTAL R\$ 5.300,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 5.300,00 (Cinco mil e trezentos reais) previstos no artigo 1º desta Lei, fica anulada as seguintes dotações:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROJ./ATIV.: 06.181.1019.2.150 – Manutenção do Convenio de Multas de Transito

MODALIDADE: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (19) R\$ 5.300,00

FONTE DE RECURSO: 056 – Convenio Transito - Prefeitura.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.



Tigrinhos/SC, 22 de agosto de 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito

### **LEI MUNICIPAL Nº 884/17**

LEI MUNICIPAL Nº. 884/17, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 429.607,68 (Quatrocentos e vinte e nove mil seiscentos e sete reais e sessenta e oito centavos), destinados suplementar dotação no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj./Ativ.: 04.122.1002.2.014 – Manutenção da Secretaria de Administração

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (07) R\$ 28.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE FAZENDA

UNIDADE: 01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Proj./Ativ.: 04.123.1004.2.111 – Manutenção da Secretaria de Finanças

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (24) R\$ 20.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.1005.2.113 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (40) R\$ 101.385,54

Fonte de Recurso: 0001 – Recursos 25% para Educação

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTE

Proj./Ativ.: 27.812.1006.2.043 – Manutenção do departamento de Esportes

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (63) R\$ 23.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Proj./Ativ.: 08.244.1008.2.048 – Manutenção da Assistência Social

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (70) R\$ 50.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 08.243.1008.2.133 – Manutenção do Conselho Tutelar

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (68) R\$ 54.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 08.244.1143.2.139 – Proteção Social Básica

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (72) R\$ 22.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 08.243.1144.2.140 – Serviço de Proteção Social de Media Complexidade

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (80) R\$ 45.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS. SERV.URB.AGRIC.INTER

UNIDADE: 02 – DEPTO DE TRANSPORTES

Proj./Ativ.: 26.782.1.015.2.087 – Manutenção da Secretaria de Obras - DMER

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (100) R\$ 23.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS. SERV.URB.AGRIC.INTER

UNIDADE: 03 – FUNDEAGRO FDO. MUN. DES. AGROPECUARIO

Proj./Ativ.: 20.605.1.018.1.023 – Ampliação e melhoria de redes de agua

Modalidade: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (110) R\$ 18.222,14

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 20.543.1.017.2.091 – Manutenção da Secretaria de Agricultura  
Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (105) R\$ 45.000,00  
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 429.607,68

Art. 2.º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 429.607,68 (Quatrocentos e vinte e nove mil seiscentos e sete reais e sessenta e oito centavos) previstos no artigo 1º desta Lei, ficam utilizados os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 02 – CHEFIA DE GABINETE

Proj./Ativ.: 04.121.1001.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito  
Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (03) R\$ 40.000,00  
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.1026.2.124 – Ampliação do Colégio Municipal  
Modalidade: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (46) R\$ 5.000,00  
Fonte de Recurso: 0001 – Recursos 25% para Educação

Proj./Ativ.: 12.361.1005.2.040 – Transporte escolar Fundamental  
Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (36) R\$ 25.010,00  
Fonte de Recurso: 0001 – Recursos 25% para Educação

Proj./Ativ.: 12.365.1005.2.145 – Transporte Escolar Infantil  
Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (57) R\$ 23.587,91  
Fonte de Recurso: 0001 – Recursos 25% para Educação

Proj./Ativ.: 12.362.1005.2.146 – Transporte Escolar Médio  
Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (47) R\$ 17.686,77

Fonte de Recurso: 0001 – Recursos 25% para Educação

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Proj./Ativ.: 08.244.1144.2.151 – ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM FAMÍLIA ACOLHEDORA  
Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (88) R\$ 15.000,00  
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS. SERV.URB.AGRIC.INTER

UNIDADE: 01 – DEPTO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Proj./Ativ.: 15.452.1.011.1.011 – Construção de abrigo de passageiros  
Modalidade: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (97) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 15.451.1.014.1.012 – Pavimentação de vias urbanas com pedras irregulares

Modalidade: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (91) R\$ 10.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 15.451.1.014.1.013 – Pavimentação de passeio

Modalidade: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (92) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 15.451.1.014.1.015 – Construção de Estação de Tratamento e captação de Água - ETA

Modalidade: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (94) R\$ 240.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 15.451.1.014.1.126 – Infraestrutura e Reforma e Ponte no Perímetro Urbano

Modalidade: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (95) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS. SERV.URB.AGRIC.INTER

UNIDADE: 03 – FUNDEAGRO FDO. MUN. DES. AGROPECUARIO

Proj./Ativ.: 18.543.1.016.1.020 – Aquisição de equipamentos diversos

Modalidade: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (104) R\$ 10.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 20.605.1.018.1.024 – Proteção de fontes

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (111) R\$ 3.222,14

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Modalidade: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (112) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 20.608.1.017.2.142 – Melhoramento genético do Rebanho Leiteiro e de Corte

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (114) R\$ 20.100,86

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 429.607,68

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 22 de agosto de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

**ATA 007-2017 PROCESSO LICITATÓRIO 011-2017 FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIGRINHOS</b>  CNPJ: 11.396.412/0001-09 AVENIDA FELIPE BACZINSKI, 503 C.E.P.: 89875-000 - Tigrinhos - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 3/2017 - TP</b>
	Processo Administrativo: 11/2017 Processo de Licitação: 11/2017 Data do Processo: 25/07/2017

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 7/2017 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS 1ª ETAPA, E EXECUÇÃO DO PROJETO DE ADEQUAÇÃO DA UNIDADE A ACESSIBILIDADE INTERNA, CONFORME PROJETOS ANEXOS AO PROCESSO LICITATÓRIO, SOB REGIME DE MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL.

Analisando as impugnações apresentadas pelas empresas proponentes com relação a habilitação das concorrentes a Comissão de Licitações decidiu: a) Com relação à impugnação apresentada pela empresa CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA e MS FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA -ME, no qual alegam que a empresa DA SILVA E LAMB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA não teria cumprido o item 3.2 letra i, "qualificação técnica", tendo deixado de apresentar ART de Cargo e Função do Responsável Técnico pela Empresa temos que, consultado o departamento de Arquitetura e Fiscalização do Município de Tigrinhos, confirmamos que assiste razão as empresas que apresentaram a impugnação tendo em vista que os documentos apresentados realmente não suprem a exigência constante no Edital. Desta forma, a Comissão conclui por julgar INABILITADA a empresa DA SILVA E LAMB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA EPP. b) Com relação à impugnação apresentada pela empresa MS FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME e DA SILVA E LAMB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA EPP apontando que a empresa CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA não teria apresentado documento que comprove a caução garantia exigida no item 5.1.2 do Edital, este que deveria constar no envelope de habilitação da empresa proponente, a Comissão de Licitações concluiu que de fato também assiste razão as empresas que apresentaram a impugnação à medida em que a empresa impugnada não apresentou qualquer documento que comprovasse a prestação da garantia, e, sendo esta, uma condição de habilitação outra alternativa não resta senão a de acatar a impugnação e considerar a impugnada INABILITADA. Ato contínuo, considerando a decisão da Comissão de Licitações, deverão ser intimadas as empresas participantes do certame, oportunizando-lhes o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que possam, querendo, exercer seu direito à recurso.

Tigrinhos, 21 de Agosto de 2017

**COMISSÃO:**

MAICON BRUXEL	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
CLEITON SOETHE	- ..... - MEMBRO
BERNARDETE DAS GRAÇAS A.T. HONNEF	- ..... - MEMBRO

# Tijucas

## PREFEITURA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/PMT/2017 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 095/PMT/2017**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/PMT/2017  
PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇO Nº 095/PMT/2017

Objeto: Aquisição de materiais para uso em pintura de meio fio e postes de iluminação, na cidade, que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/ SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Data de Abertura: 04 de setembro de 2017, as 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DA LICITAÇÃO 53/2017 PP

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 53/2017 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada em instalação de palco, som, stands e tendas para realização da 1ª Feira da Agricultura Familiar Timbeense, que acontecerá durante as festividades de "50 anos de Emancipação do Município, entre os dias 22 a 24 de Setembro de 2017, neste Município.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 08h15min do dia 04/09/2017.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h30min do dia 04/09/2017.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 – Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07h30min as 11h30 horas e das 13h as 17h, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@timbedosul.sc.gov.br](mailto:licita@timbedosul.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3536-1133. Roberto Biava  
Prefeito Municipal

### DECRETO 199/2017 NOMEIA SERVIDOR CONTRATADO POR PRAZO DETERMINADO

DECRETO Nº 199, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR CONTRATADO POR PRAZO DETERMINADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com o Processo Seletivo 001/2017;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a servidora abaixo identificada, no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul – SC, de 14/08/2017 à 31/12/2017:

Nome	Cargo/ Carga horária	Nº Contrato Administrativo
Jaqueline Machado	Auxiliar de Serviços Gerais I	123/2017

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 21 de Agosto de 2017.

ROBERTO BIAVA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA  
Secretário de Administração e finanças

### DECRETO 200/2017 NOMEIA SERVIDOR CONTRATADO POR PRAZO DETERMINADO

DECRETO Nº 200, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

CONTRATA SERVIDOR POR PRAZO DETERMINADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002, que: Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada a servidora abaixo identificada, no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul – SC, de 15/08/2017 à 31/12/2017;

Nome	Cargo	Nº Contrato Administrativo
Dilceia Maria Borges Santos	Monitor PETI	124/2017

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 21 de Agosto de 2017.

ROBERTO BIAVA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 201/2017 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 201, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.857/2017;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:  
03.01 – Secretaria de Administração e Finanças  
2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
10-3.3.90.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 100.000,00  
194-3.3.50.00.00.00.00.00.0380; Transferências à Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos...R\$ 10.000,00  
07.01 – Secretaria de Obras e Transportes  
2.024 – Manutenção da rede Viária do Município  
81-3.3.90.00.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 160.000,00  
08.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
2.027 - Manutenção da Secretaria Agricultura e Meio Ambiente



108-3.3.90.00.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial das dotações abaixo descritas:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

2.002 – Manutenção do Gabinete do prefeito

190-3.3.90.00.00.00.00.00.00380; Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

04.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

2.008 – manutenção do Transporte Escolar

41-3.1.90.00.00.00.00.00.00087; Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 180.000,00

07.01 – SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

2.026 – Manutenção de Iluminação Pública

90-3.3.90.00.00.00.00.00.00080; Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 100.000,00

08.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.028 – Apoio ao Pequeno Agricultor

110-3.3.50.00.00.00.00.00.00080; Transferências à Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul - SC, 22 de Agosto de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

## **DECRETO 202/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

DECRETO Nº 202, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1816/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 38.282,94 (trinta e oito mil e duzentos e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

08.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

2.028 – Apoio ao Pequeno Agricultor

111-3.3.90.00.00.00.00.00.00080; Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 9.900,00

204-3.3.90.00.00.00.00.00.00064; Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 19.997,92

11.01 – Secretaria de Assistência Social e Habitação

2013 – Manutenção do Departamento de Promoção Social

122-3.3.50.00.00.00.00.00.00080; Transferências à Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos ..... R\$ 8.385,02

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes:

I - de anulação das dotações abaixo especificadas:

08.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

2.028 – Apoio ao Pequeno Agricultor

1109-3.1.90.00.00.00.00.00.00080; Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 9.900,00

11.01 – Secretaria de Assistência Social e Habitação

2013 – Manutenção do Departamento de Promoção Social

124-3.3.90.00.00.00.00.00.00080; Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 8.385,02

II – do provável excesso de arrecadação em decorrência de transferência do Governo do Estado de Santa Catarina através da 22ª Agência de Desenvolvimento Regional de Araranguá; Proposta Transferência nº 19549/2017, no valor de R\$ 19.997,92(dezenove mil e novecentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos).

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 22 de Agosto de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

## **DECRETO 203/2017**

DECRETO Nº 203, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

CONTRATA SERVIDOR POR PRAZO DETERMINADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002, que: Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada a servidora abaixo identificada, no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul – SC, de 18/08/2017 à 31/12/2017;

Nome	Cargo	Nº Contrato Administrativo
LUANA AGUIAR SARTOR	ASSISTENTE SOCIAL	125/2017

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 22 de Agosto de 2017.

ROBERTO BIAVA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA

Secretário de Administração e Finanças

## **EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO 01/2017**

Estado de Santa Catarina

Município de Timbé do Sul

Termo de Cessão de Uso nº 01/2017

Cedente: Município de Timbé do Sul

Cessionária: Ritmi Confecções Ltda

Objeto: Cessão de uso de bem público, denominada "cessão de uso de bem público", que o CEDENTE faz à CESSIONÁRIA de um

imóvel de sua propriedade sito a Rua Antonio Savi, n. 278, no centro do município de Timbé do Sul/SC, constando de um terreno com área de 1.430 m<sup>2</sup> e um pavilhão para fins industriais de alvenaria com área de 865,98m<sup>2</sup>, conforme registro nº R.10-7.977 em 29/11/2011 no Cartório de registro de imóveis na Comarca de Turvo.

Valor: A presente cessão de uso tem caráter gratuito e intransferível.

Vigência: 10 (dez) anos, contados a partir de 25/07/2017

### **LEI Nº 1852/2017 AUTORIZA DOAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO POR DESUSO**

LEI Nº 1.852, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO POR DESUSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Timbé do Sul, nos termos estabelecidos pelo Art 8º, § 3º da Lei Orgânica Municipal autorizado a proceder a doação de imóvel público constituído de um terreno com área de 375,00 m<sup>2</sup>(trezentos e setenta e cinco metros quadrados), localizado em Rocinha, Matrícula do Registro de Imóveis sob nº 18.665 e um prédio em alvenaria, medindo aproximadamente 43,30 m<sup>2</sup>, onde funcionava o Posto de Saúde, edificada sob o mesmo terreno, em favor de Luiz Manoel Aguiar, CPF nº 378.158.909-97 e RG nº 850.566-7.

Art. 2º - Ao donatário caberão todas as despesas decorrentes da transferência física bem como escrituração do imóvel, cabendo-lhe o prazo de 120(cento e vinte) dias para realização do mesmo.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul - SC, 15 de agosto de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº 1853/2017 ALTERA LEI MUNICIPAL Nº 1832/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 1.853, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA LEI MUNICIPAL Nº 1.832/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo a alterar o Art 2º da Lei Municipal nº 1.832/2017, passando a vigorar com a seguinte redação: " Art.2º - Ao donatário caberá todas as despesas decorrentes da transferência física bem como escrituração do imóvel, cabendo-lhe o prazo de 120 dias para realização do mesmo."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul - SC, 15 de Agosto de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº 1854/2017 ALTERA LEI MUNICIPAL Nº 1832/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 1.854, DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA LEI MUNICIPAL Nº 1.831/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo a alterar o Art 2º da Lei Municipal nº 1.831/2017, passando a vigorar com a seguinte redação: " Art.2º - Ao donatário caberá todas as despesas decorrentes da transferência física bem como escrituração do imóvel, cabendo-lhe o prazo de 120 dias para realização do mesmo."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul - SC, 15 de Agosto de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº 1855/2017 AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO POR DESUSO**

LEI Nº 1.855, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO POR DESUSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Timbé do Sul, nos termos estabelecidos pelo Art 8º, § 3º da Lei Orgânica Municipal, autorizado a proceder a doação de imóvel público constituído de um terreno com área de 450,00 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), localizado em Rio do Norte, Matrícula do Registro de Imóveis sob nº 18.734 e um prédio em alvenaria, medindo aproximadamente 66,00 m<sup>2</sup>, onde funcionava a Escola Municipal Rio do Norte, edificada sob o mesmo terreno, em favor de Zenaldo Polli, CPF nº 636.355.349-00 e RG nº 1.976.174-0.

Art. 2º - Ao donatário caberão todas as despesas decorrentes da transferência física bem como escrituração do imóvel, cabendo-lhe o prazo de 120(cento e vinte) dias para realização do mesmo.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul - SC, 22 de Agosto de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº 1856/2017 AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO POR DESUSO**

LEI Nº 1.856, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO POR DESUSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Timbé do Sul, nos termos estabelecidos pelo Art 8º, § 3º da Lei Orgânica Municipal autorizado a proceder a doação de imóvel público constituído de um terreno com área de 1.500,00 m2(um mil e quinhentos metros quadrados), localizado na localidade de Figueira – Linha Torta (Figueira Alessio), Matrícula do Registro de Imóveis sob nº 14.408 e um prédio em alvenaria, medindo aproximadamente 60,00 m2, onde funcionava a Escola Municipal de Ensino Fundamental Figueira Alessio, edificada sob o mesmo terreno, em favor do Sr. Deonísio Alessio, CPF nº 613.554.539-68 e RG nº 1.974.927.

Art. 2º - Ao donatário caberão todas as despesas decorrentes da transferência física bem como escrituração do imóvel, cabendo-lhe o prazo de 120(cento e vinte) dias para realização do mesmo.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se a Lei nº 1.839 de 23/05/2017 e disposições em contrário.

Timbé do Sul - SC, 22 de Agosto de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº 1857/2017 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

LEI Nº 1.857, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional

suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

10-3.3.90.00.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 100.000,00

194-3.3.50.00.00.00.00.00.0380; Transferências à Instituições Privadas s/ ins Lucrativos...R\$ 10.000,00

07.01 – Secretaria de Obras e Transportes

2.024 – Manutenção da rede Viária do Município

81-3.3.90.00.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 160.000,00

08.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

2.027 - Manutenção da Secretaria Agricultura e Meio Ambiente

108-3.3.90.00.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial das dotações abaixo descritas:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

2.002 – Manutenção do Gabinete do prefeito

190-3.3.90.00.00.00.00.00.0380; Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

04.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

2.008 – manutenção do Transporte Escolar

41-3.1.90.00.00.00.00.00.0087; Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 180.000,00

07.01 – SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

2.026 – Manutenção de Iluminação Pública

90-3.3.90.00.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 100.000,00

08.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.028 – Apoio ao Pequeno Agricultor

110-3.3.50.00.00.00.00.00.0080; Transferências à Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos ...R\$ 30.000,00

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul - SC, 22 de Agosto de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 87/2017 DESIGNA RESPONSÁVEL PELO SETOR DE FROTAS**

PORTARIA Nº 87, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO SETOR DE FROTAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado para responder pelo Setor de Frotas do Município e do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, o Servidor Anderson Jeronimo, matrícula nº 3269, Diretor do Departamento de Turismo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 14 de Agosto de 2017.

ROBERTO BIAVA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 88/2017 COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL**

PORTARIA Nº 88, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO TÉCNICO, O CONSELHO COMUNITÁRIO E A PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL – COMDEC.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições legais eu lhe confere a Lei nº 924 de 06 de Setembro de 1997;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear os Membros do Conselho Técnico da Comissão Municipal de Defesa Civil do Município de Timbé do Sul – COMDEC, conforme Art. 10º da Lei Municipal 924/97:

- a) Secretaria de Saúde
  - Fabiano Pelizzari Waterkemper - Titular
  - Vilmar Maffiolette - Suplente
- b) Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
  - Suzete Stecanella Savi - Titular
  - Fabiana Alexandre Panatta - Suplente
- c) Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
  - Gentil José Vieira - Titular
  - Renata Rovaris Biava - Suplente

Art. 2º - Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Comunitário da Comissão Municipal de Defesa Civil do Município de Timbé do Sul – COMDEC, conforme Art. 12º da Lei Municipal nº 924/97:

- a) Secretaria de Obras e Transportes
  - Antonio Carminatti – Titular
  - Edemilson Monsani – Suplente
- b) Representantes da Câmara de Vereadores
  - Luiz Manoel Aguiar – Titular
  - Josélia Scot Pezente – Suplente
- c) Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
  - Luiz Pizzoni – Titular
  - Veni Savio – Suplente
- d) Representantes do Sindicato dos Produtores Rurais
  - Alceu Stecanella – Titular
  - Celita Netto – Suplente
- e) Representantes da Associação Comercial, Industrial e Agrícola
  - Clóvis Pelizzari – Titular
  - Daniel Romão – Suplente

Art. 3º - A Presidência da Comissão será exercida pelo Senhor Roberto Biava - Prefeito Municipal.

Art. 4º - A Secretaria da Comissão será a Senhora Renata Rovaris Biava.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 14 de agosto de 2017.  
ROBERTO BIAVA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 89/2017 CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS**

PORTARIA Nº. 89, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS À SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75 da Lei Municipal nº 467, de 16 de dezembro de 1988, alterada pela Lei nº 1.141, de 26 de junho de 2002;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença sem Vencimentos, ao Servidor Jairo Luiz Nunes Pizzolo, matrícula nº 1003, ocupante do cargo de Motorista, Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Timbé do Sul, por prazo indeterminado, a partir de 23/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 22 DE AGOSTO DE 2017.  
Roberto Biava  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta  
Secretário de Administração e Finanças



# Timbó

## PREFEITURA

### ATA DILIGÊNCIA TOMADA DE PREÇOS N.º 20 2017-FCT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2017 – FCT  
ATA DE DILIGÊNCIA

Às catorze horas, do vigésimo segundo dia do mês de agosto de dois mil e dezessete (22/08/2017), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 55, de 27 de janeiro de 2017, sob a presidência da Sra. Lourdes Moser, estando presentes os membros Ângela Preuss e Moacyr Cristofolini Jr. para análise do CI nº. 09/2017 do Setor de Licitações acerca do processo licitatório Tomada de Preços nº 20/2017 – FCT.

Iniciada a sessão, a Senhora Presidente expôs aos presentes o teor do comunicado do Setor de Licitações onde a Comissão é informada que a Empresa Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda. foi inabilitada no Processo Licitatório Tomada de Preço nº. 46/2016/PMT por apresentar a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial com dados incorretos.

Na sequência a Presidente solicitou a um membro da Comissão que fizesse pesquisa de consulta da optante do Simples Nacional no site da Receita Federal, onde consta que a situação da Empresa Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda. – CNPJ nº. 08.628.996/0001-96 foi excluída do Sistema Simples Nacional em 31/12/2014, corroborando a informação contida no Comunicado Interno.

Assim sendo, a Comissão solicita que a referida Empresa, no prazo improrrogável de cinco (05) dias úteis, se manifeste a respeito das informações sobre a Certidão Simplificada e os dados constantes no Sistema Simples Nacional.

Nada mais havendo, foi encerrada a reunião e assinada pela Comissão Permanente de Licitações a presente ata.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

LOURDES MOSER

Presidente

MOACYR CRISTOFOLINI JR

Membro

ANGELA PREUSS

Membro

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04 2017 FME - TROFEUS E MEDALHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04/2017 FME

OBJETO: registro de preços para aquisição de troféus e medalhas destinados a premiação das competições constantes no calendário de eventos da Fundação Municipal de Esportes, bem como eventos apoiados no decorrer do ano de 2017 (Repetição total do Pregão Presencial SRP nº 03/2017 FME, sem alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 06 de setembro de 2017. ABER-TURA: dia 06 de setembro de 2017 às 08h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó (SC), 22/08/2017

MARCIO ELISIO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

### DECISÃO PAGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 11 2017 FCT

Pregão Presencial 11/2017 FCT

Contrato Administrativo nº 59/2017

DECISÃO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO CENOGRÁFICA, ENTRE OUTROS, LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS (COM MONTAGEM E DESMONTAGEM), E LOCAÇÃO DE CADEIRAS PLÁSTICAS, PARA A "FEIRA DE RUA DO LIVRO DE TIMBÓ 2017" QUE ACONTECERÁ DE 07 A 11 DE JUNHO DE 2017, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURA MÍNIMA REQUERIDA.

O Município de Timbó/SC, através da Fundação Cultural de Timbó (localizada na Rua Sete de Setembro n.º 414, Centro), CNPJ n.º 03.918.310/0001-88, representado pelo Diretor Presidente, o Sr. Jorge Revelino Ferreira, considerando o parecer jurídico exarado pela r. Procuradoria Geral do Município de Timbó/SC anexo, e considerando que:

1. Em 05/06/17 a administração acolheu orientação do Conselho Municipal de Defesa Civil de Timbó (representado pelo Presidente WIEGOLD STARK), a qual mencionava grave risco de enchente e deslizamentos nos dias previstos para o evento FEIRA DO LIVRO DE TIMBÓ, o que motivou o cancelamento do evento, e consequentemente todos os contratos administrativos firmados com o objetivo de subsidiar a feira.

2. Dentre os contratos referidos rescindiu-se o Contrato Administrativo nº 59/2017, entre a Fundação Cultural de Timbó e a Empresa Casa Moreira Eventos Ltda., com fundamento na sua Cláusula Sétima, alínea "e", e nos arts. 78, XVII (Constituem motivo para rescisão do contrato: XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato) e 79, I (A rescisão do contrato poderá ser: I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior) da Lei 8.666/1993.

3. Acerca do cancelamento, a Empresa Casa Moreira Eventos Ltda apresentou razões ao não cancelamento do contrato em 16/06/17, requerendo o pagamento integral do objeto.

4. O requerimento foi analisado por esta r. Fundação, em que determinou-se o recálculo dos cálculos objeto do requerimento, vez que o contrato não foram devidamente cumprido vez que rescindido.

5. Desta divergência a empresa foi oficiada (quando foi determinando novo cálculo), momento em que esta última elaborou documento intitulado "cálculo de custos em relação ao Pregão Presencial 11/2017 FCT e Contrato Administrativo nº 59/2017 Novamente foi necessária a intervenção do corpo técnico Fundação, que se posicionou (CI nº 176 FCT/ESS) pelo pagamento parcial, conforme documento anexo.

6. Os autos restaram remetidos à procuradoria para parecer de análise técnica jurídica em que restou consignado que:

Face a competência exclusiva da Fundação Cultural no que tange a apresentar manifestação decisória acerca das questões de

mérito que norteiam o caso em tela e tendo em vista que a rescisão contratual teve fundamento no art. 78, XVII e art. 79, I da Lei nº. 8.666/93, em restando claramente consignado na decisão da Fundação Cultural o pleno cumprimento dos requisitos do art. 79, §2º, II da Lei 8.666/93, a Procuradoria Geral do Município OPINA pelo pagamento, por esta última, dos custos tidos pela mesma como técnica e financeiramente devidos à contratada, tudo vinculado a prévia apresentação do correspondente conjunto probatório (especialmente notas fiscais, justificativas e/ou outros que entender pertinentes).

7. DESTA FORMA, ante o exposto, face a competência exclusiva da Fundação Cultural no que tange a apresentar manifestação decisória acerca das questões de mérito que norteiam o caso delibera-se pelo pagamento dos custos no valor de R\$ 6.176,00 (seis mil cento e setenta e seis reais) desde que apresentados os documentos que comprovem a compatibilidade dos valores, nos termos da CI nº 176 FCT

Registre-se, Publique-se e Intime-se acerca dos termos desta decisão para que surta os efeitos legais.

Timbó/SC, 18/08/2017.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 002/2017**

Página 1/26

**PUBLICAÇÕES LEGAIS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 002/2017**

A **Fazenda Municipal de Timbó**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os arts. 114 ao 119, e art. 128, todos da Lei Complementar nº 142, de 21/12/98 – Código Tributário Municipal, **NOTIFICA** os contribuintes em débito com a Fazenda Municipal, da inscrição em dívida ativa de créditos tributários e não tributários, referente aos exercícios fiscais de 2010 a 2016.

Os créditos inscritos em dívida ativa estão acrescidos: **a)** Atualização monetária prevista nos arts. 137 e 434 da LC nº142/98, com redação da Lei Complementar nº193/2000 e art. 6º da Lei Complementar nº255/2003; **b)** Juros previstos no art. 73 da LC nº142/98; **c)** Multa prevista no art. 193 da LC nº142/98.

Os créditos inscritos em dívida ativa oriundos do Simples Nacional sujeitam-se a incidência de encargos legais na forma prevista na legislação do imposto sobre a renda conforme art. 21 da Lei Complementar nº123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

Desta forma, cientificamos o(s) contribuinte(s) quanto aos débitos inscritos em dívida ativa e quanto ao **prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital**, para: Pagamento integral da dívida, ou para pedido de parcelamento de débitos, e/ou para apresentação de Defesa ou Recurso, na sede da municipalidade, sita na Av. Getúlio Vargas, 700, neste Município.

Esgotado o prazo mencionado, a repartição competente providenciará a deflagração do processo judicial, para cobrança judicial, conforme art. 128 da LC nº142/98.

Notificação: 1609/2017 de 16/06/2017

Contribuinte: ALEXANDRE LUIS DE QUADROS SILVA

CPF: 031.199.409-17

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8586/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	45,81	8,08	1,08	14,55	69,52	A
8265/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	43,05	10,84	1,08	21,02	75,99	A
9223/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	285,13	17,94	6,06	45,46	354,59	A
9222/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
9221/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	8,09	63,08	A
8587/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	10,23	48,89	A
8585/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	257,64	45,42	6,06	81,83	390,95	A
8266/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,77	53,39	A
8264/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	242,10	60,94	6,06	118,19	427,29	A
3506/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	1.157,95	377,13	30,71	767,56	2.333,35	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>2.180,51</b>	<b>539,07</b>	<b>54,41</b>	<b>1.087,38</b>	<b>3.861,37</b>	

EM EXTENSO: três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e sete centavos

Notificação: 1610/2017 de 16/06/2017  
 Contribuinte: ALEXANDRE LUIS DE QUADROS SILVA  
 CPF: 031.199.409-17

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9220/2016 - 0	ISS Fixo Anual	10/02/2017	15/04/2016	1.069,23	67,26	22,73	170,47	1.329,69	A
8588/2015 - 0	ISS - Fixo	12/01/2016	15/04/2015	966,18	170,35	22,73	306,86	1.466,12	A
8267/2014 - 0	ISS - Fixo	18/02/2015	15/04/2014	907,98	228,55	22,73	443,25	1.602,51	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>2.943,39</b>	<b>466,16</b>	<b>68,19</b>	<b>920,58</b>	<b>4.398,32</b>	
EM EXTENSO: quatro mil, trezentos e noventa e oito reais e trinta e dois centavos									

Notificação: 885/2017 de 18/04/2017  
 Contribuinte: ANA CLEIA DA ROSA ME  
 CNPJ: 13.874.836/0001-67

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9733/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/05/2015	24,15	4,26	0,57	6,82	35,80	A
9731/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/05/2015	72,45	12,77	1,70	20,45	107,37	A
9730/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/05/2015	72,45	12,77	1,70	20,45	107,37	A
9546/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,28	7,62	0,76	14,02	52,68	A
9544/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	42,05	157,98	A
9543/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	42,05	157,98	A
3918/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	17/06/2013	120,28	39,18	3,20	74,96	237,62	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>501,21</b>	<b>122,32</b>	<b>12,47</b>	<b>220,80</b>	<b>856,80</b>	
EM EXTENSO: oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos									

Notificação: 886/2017 de 18/04/2017  
 Contribuinte: ANA CLEIA DA ROSA ME  
 CNPJ: 13.874.836/0001-67

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9732/2015 - 0	T.L. Com. Eventual	12/01/2016	15/05/2015	34,29	6,05	0,81	9,68	50,83	A
9545/2014 - 0	T.L. Com. Eventual	18/02/2015	15/04/2014	43,05	10,84	1,08	19,94	74,91	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>77,34</b>	<b>16,89</b>	<b>1,89</b>	<b>29,62</b>	<b>125,74</b>	
EM EXTENSO: cento e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos									

Notificação: 3288/2017 de 10/08/2017  
 Contribuinte: ANDRESSA CLAUDIA MORATELLI DE OLIVEIRA ME  
 CNPJ: 15.618.177/0001-23

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
1424/2014 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	07/01/2015	15/04/2014	257,96	64,94	6,46	129,16	458,52	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>257,96</b>	<b>64,94</b>	<b>6,46</b>	<b>129,16</b>	<b>458,52</b>	
EM EXTENSO: quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e dois centavos									

Notificação: 2768/2017 de 19/07/2017  
 Contribuinte: ARMELINDO FELIPPI ME  
 CNPJ: 12.437.710/0001-62

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9461/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	57,30	10,10	1,35	18,87	87,62	A
10027/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	18,18	134,10	A
10026/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	6,06	44,70	A
10025/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	63,41	3,99	1,35	10,78	79,53	A
10024/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	18,18	134,10	A
9161/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	53,85	13,55	1,35	26,96	95,71	A
9462/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,61	49,25	A
9460/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	31,82	147,72	A
9459/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	31,82	147,72	A
9162/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,28	7,62	0,76	15,16	53,82	A
9160/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	45,46	161,39	A
9159/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	45,46	161,39	A
3804/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	253,70	82,63	6,73	171,53	514,59	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>1.115,02</b>	<b>219,05</b>	<b>26,68</b>	<b>450,89</b>	<b>1.811,64</b>	

EM EXTENSO: um mil, oitocentos e onze reais e sessenta e quatro centavos

Notificação: 1585/2017 de 13/06/2017  
 Contribuinte: B.H. COM. SISTEMAS SERVICOS LTDA  
 CNPJ: 00.389.377/0001-84

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
7752/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	107,72	27,11	2,70	51,24	188,77	A
8673/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	15,91	131,83	A
8672/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,30	43,94	A
8671/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	126,85	7,98	2,70	18,88	156,41	A
8670/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	15,91	131,83	A
8019/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	114,63	20,21	2,70	35,06	172,60	A
8020/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	9,85	48,49	A
8018/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	29,54	145,44	A
8017/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	29,54	145,44	A
7753/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,39	53,01	A
7751/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	43,19	159,12	A
7750/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	43,19	159,12	A
3350/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	304,67	99,23	8,08	197,91	609,89	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>1.340,60</b>	<b>263,30</b>	<b>32,08</b>	<b>509,91</b>	<b>2.145,89</b>	

EM EXTENSO: dois mil, cento e quarenta e cinco reais e oitenta e nove centavos

Notificação: 2361/2017 de 11/07/2017  
 Contribuinte: COML. GELI LTDA ME  
 CNPJ: 06.313.881/0001-87

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9175/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
9174/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	105,71	6,65	2,25	16,85	131,46	A
9173/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
8540/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	95,52	16,84	2,25	30,34	144,95	A
8225/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	89,76	22,59	2,25	43,82	158,42	A

Página 4/26

8541/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
8539/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,63	17,04	2,27	30,69	146,63	A
8226/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,27	7,62	0,76	14,78	53,43	A
8224/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,81	22,86	2,27	44,33	160,27	A
3495/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	201,93	65,76	5,36	133,86	406,91	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>885,39</b>	<b>174,01</b>	<b>21,20</b>	<b>347,63</b>	<b>1.428,23</b>	
EM EXTENSO: um mil, quatrocentos e vinte e oito reais e vinte e três centavos									

Notificação: 2138/2017 de 03/07/2017  
 Contribuinte: DIVIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA  
 CNPJ: 10.978.457/0004-71

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3925/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	329,34	107,26	8,74	218,32	663,66	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>329,34</b>	<b>107,26</b>	<b>8,74</b>	<b>218,32</b>	<b>663,66</b>	
EM EXTENSO: seiscentos e sessenta e três reais e sessenta e seis centavos									

Notificação: 2139/2017 de 03/07/2017  
 Contribuinte: DIVIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA  
 CNPJ: 10.978.457/0004-71

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
608/2015 - 0	Multas Diversas Fisc. Tributos	28/08/2015	07/07/2013	285,76	93,07	7,58	181,84	568,25	A
609/2015 - 0	Multas Diversas Fisc. Tributos	28/08/2015	12/01/2014	571,52	186,14	15,15	318,22	1.091,03	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>857,28</b>	<b>279,21</b>	<b>22,73</b>	<b>500,06</b>	<b>1.659,28</b>	
EM EXTENSO: um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos									

Notificação: 2351/2017 de 10/07/2017  
 Contribuinte: ELISANGELA NICOLICHI  
 CPF: 342.766.098-28

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9959/2016 - 0	ISS Fixo Anual	10/02/2017	15/04/2016	213,85	13,45	4,55	34,10	265,95	A
9389/2015 - 0	ISS - Fixo	12/01/2016	15/04/2015	193,25	34,07	4,55	61,38	293,25	A
9044/2014 - 0	ISS - Fixo	18/02/2015	15/04/2014	181,60	45,71	4,55	88,65	320,51	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>588,70</b>	<b>93,23</b>	<b>13,65</b>	<b>184,13</b>	<b>879,71</b>	
EM EXTENSO: oitocentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos									

Notificação: 2353/2017 de 10/07/2017  
 Contribuinte: ELISANGELA NICOLICHI  
 CPF: 342.766.098-28

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9387/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	45,84	8,08	1,08	14,56	69,56	A
9042/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	43,09	10,85	1,08	21,04	76,06	A
9962/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	71,28	4,48	1,52	11,36	88,64	A
9961/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
9960/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	8,09	63,08	A

Página 5/26

3767/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	300,74	97,94	7,99	199,36	606,03	A
9388/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
9386/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	64,40	11,35	1,52	20,45	97,72	A
9043/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,77	53,39	A
9041/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	60,55	15,24	1,52	29,56	106,87	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>734,71</b>	<b>166,66</b>	<b>18,07</b>	<b>335,10</b>	<b>1.254,54</b>	

EM EXTENSO: um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos

Notificação: 2303/2017 de 07/07/2017

Contribuinte: EMC REPRESENTACOES E CONSULTORIA LTDA

CNPJ: 16.844.980/0001-49

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
4495/2013 - 0	ISS - Homologado	20/02/2014	15/02/2013	83,72	27,27	2,22	58,82	172,03	A
4496/2013 - 0	ISS - Homologado	20/02/2014	15/03/2013	48,48	15,79	1,29	33,42	98,98	A
4497/2013 - 0	ISS - Homologado	20/02/2014	15/04/2013	42,37	13,80	1,12	28,65	85,94	A
4498/2013 - 0	ISS - Homologado	20/02/2014	15/05/2013	48,84	15,91	1,30	32,38	98,43	A
4499/2013 - 0	ISS - Homologado	20/02/2014	17/06/2013	35,24	11,48	0,93	22,89	70,54	A
4500/2013 - 0	ISS - Homologado	20/02/2014	15/07/2013	13,60	4,43	0,36	8,65	27,04	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>272,25</b>	<b>88,68</b>	<b>7,22</b>	<b>184,81</b>	<b>552,96</b>	

EM EXTENSO: quinhentos e cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos

Notificação: 2304/2017 de 07/07/2017

Contribuinte: EMC REPRESENTACOES E CONSULTORIA LTDA

CNPJ: 16.844.980/0001-49

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10138/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	89,73	22,59	2,25	43,80	158,37	A
10585/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	267,31	16,82	5,68	42,62	332,43	A
10584/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
10583/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	105,68	6,65	2,25	16,85	131,43	A
10582/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
10084/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	95,49	16,84	2,25	30,33	144,91	A
10085/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	10,23	48,89	A
10083/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
10082/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	241,56	42,59	5,68	76,72	366,55	A
10139/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,77	53,39	A
10137/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,78	22,85	2,27	44,32	160,22	A
10136/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	226,98	57,13	5,68	110,80	400,59	A
4074/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	416,23	135,55	11,04	275,90	838,72	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>1.835,39</b>	<b>360,31</b>	<b>43,92</b>	<b>719,75</b>	<b>2.959,37</b>	

EM EXTENSO: dois mil, novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e sete centavos

Notificação: 2305/2017 de 07/07/2017

Contribuinte: EMC REPRESENTACOES E CONSULTORIA LTDA

CNPJ: 16.844.980/0001-49

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
690/2015 - 0	Multas Diversas Fisc. Tributos	08/09/2015	14/08/2015	302,65	53,36	7,12	81,88	445,01	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>302,65</b>	<b>53,36</b>	<b>7,12</b>	<b>81,88</b>	<b>445,01</b>	

EM EXTENSO: quatrocentos e quarenta e cinco reais e um centavo

Página 6/26

Notificação: 2172/2017 de 04/07/2017

Contribuinte: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA BUBLITZ LTDA ME

CNPJ: 03.348.912/0001-47

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10052/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
10051/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	63,41	3,99	1,35	10,11	78,86	A
9207/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	53,84	13,55	1,35	26,28	95,02	A
3817/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	79,42	25,87	2,11	52,65	160,05	A
9491/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,21	5,68	0,76	10,23	48,88	A
9208/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,27	7,62	0,76	14,78	53,43	A
9490/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	57,29	10,10	1,35	18,20	86,94	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>352,08</b>	<b>69,05</b>	<b>8,44</b>	<b>137,93</b>	<b>567,50</b>	
EM EXTENSO: quinhentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos									

Notificação: 2173/2017 de 04/07/2017

Contribuinte: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA BUBLITZ LTDA ME

CNPJ: 03.348.912/0001-47

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
557/2015 - 0	Multas Diversas Fisc. Tributos	28/04/2015	12/12/2014	302,65	76,18	7,58	117,44	503,85	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>302,65</b>	<b>76,18</b>	<b>7,58</b>	<b>117,44</b>	<b>503,85</b>	
EM EXTENSO: quinhentos e três reais e oitenta e cinco centavos									

Notificação: 874/2017 de 18/04/2017

Contribuinte: ESTAMPARIA MALKUT LTDA ME

CNPJ: 09.365.114/0001-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10729/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	63,41	3,99	1,35	8,76	77,51	A
10728/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	160,38	10,09	3,41	22,16	196,04	A
10731/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	142,56	8,97	3,03	19,70	174,26	A
10730/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	4,92	43,56	A
10236/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	9,47	48,11	A
10234/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	144,90	25,55	3,41	42,61	216,47	A
10233/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	128,80	22,71	3,03	37,88	192,42	A
10415/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,01	52,63	A
10413/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	136,20	34,28	3,41	63,08	236,97	A
10412/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	121,05	30,47	3,03	56,06	210,61	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>995,39</b>	<b>151,59</b>	<b>22,95</b>	<b>278,65</b>	<b>1.448,58</b>	
EM EXTENSO: um mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e oito centavos									

Notificação: 875/2017 de 18/04/2017

Contribuinte: ESTAMPARIA MALKUT LTDA ME

CNPJ: 09.365.114/0001-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10414/2014 - 0	T.L. Com. Eventual	18/02/2015	15/04/2014	53,83	13,55	1,35	24,93	93,66	A



10235/2015 - 0	T.L. Com. Eventual	12/01/2016	15/04/2015	57,28	10,10	1,35	16,85	85,58	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>111,11</b>	<b>23,65</b>	<b>2,70</b>	<b>41,78</b>	<b>179,24</b>	
EM EXTENSO: cento e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos									

Notificação: 1637/2017 de 16/06/2017  
 Contribuinte: GABRIELA YONA HOFFMANN  
 CPF: 053.041.009-56

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11146/2016 - 0	ISS Fixo Anual	10/02/2017	15/04/2016	1.069,23	67,26	22,73	170,47	1.329,69	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>1.069,23</b>	<b>67,26</b>	<b>22,73</b>	<b>170,47</b>	<b>1.329,69</b>	
EM EXTENSO: um mil, trezentos e vinte e nove reais e sessenta e nove centavos									

Notificação: 1638/2017 de 16/06/2017  
 Contribuinte: GABRIELA YONA HOFFMANN  
 CPF: 053.041.009-56

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11149/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	213,85	13,45	4,55	34,10	265,95	A
11148/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
11147/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	8,09	63,08	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>300,21</b>	<b>18,88</b>	<b>6,39</b>	<b>47,87</b>	<b>373,35</b>	
EM EXTENSO: trezentos e setenta e três reais e trinta e cinco centavos									

Notificação: 293/2017 de 17/03/2017  
 Contribuinte: GUNTHER HERSING  
 CPF: 093.056.379-49

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5144/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	578,38	36,38	12,30	73,77	700,83	A
5020/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	491,16	123,63	12,30	227,47	854,56	A
4439/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	522,61	92,14	12,30	147,54	774,59	A
2309/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	466,59	151,96	12,38	290,72	921,65	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>2.058,74</b>	<b>404,11</b>	<b>49,28</b>	<b>739,50</b>	<b>3.251,63</b>	
EM EXTENSO: três mil, duzentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos									

Notificação: 3292/2017 de 11/08/2017  
 Contribuinte: GUNTHER HERSING  
 CPF: 093.056.379-49

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11362/2015 - 0	Patrulha Mecanizada	08/07/2016	07/05/2015	512,68	90,39	12,06	168,86	783,99	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>512,68</b>	<b>90,39</b>	<b>12,06</b>	<b>168,86</b>	<b>783,99</b>	
EM EXTENSO: setecentos e oitenta e três reais e noventa e nove centavos									

Notificação: 1188/2017 de 02/06/2017

Contribuinte: H8 BRANDS COMERCIO DO VESTUARIO LTDA

CNPJ: 04.143.622/0002-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11417/2014 - 0	ISSQN - Pgto a Menor	18/04/2017	22/04/2014	12,09	3,04	0,30	5,75	21,18	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>12,09</b>	<b>3,04</b>	<b>0,30</b>	<b>5,75</b>	<b>21,18</b>	

EM EXTENSO: vinte e um reais e dezoito centavos

Notificação: 1189/2017 de 02/06/2017

Contribuinte: H8 BRANDS COMERCIO DO VESTUARIO LTDA

CNPJ: 04.143.622/0002-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9602/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	177,13	31,23	4,17	54,17	266,70	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>177,13</b>	<b>31,23</b>	<b>4,17</b>	<b>54,17</b>	<b>266,70</b>	

EM EXTENSO: duzentos e sessenta e seis reais e setenta centavos

Notificação: 1190/2017 de 02/06/2017

Contribuinte: H8 BRANDS COMERCIO DO VESTUARIO LTDA

CNPJ: 04.143.622/0002-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9603/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	29,54	145,44	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>96,60</b>	<b>17,03</b>	<b>2,27</b>	<b>29,54</b>	<b>145,44</b>	

EM EXTENSO: cento e quarenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos

Notificação: 1191/2017 de 02/06/2017

Contribuinte: H8 BRANDS COMERCIO DO VESTUARIO LTDA

CNPJ: 04.143.622/0002-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9605/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	9,85	48,51	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>32,22</b>	<b>5,68</b>	<b>0,76</b>	<b>9,85</b>	<b>48,51</b>	

EM EXTENSO: quarenta e oito reais e cinquenta e um centavos

Notificação: 1192/2017 de 02/06/2017

Contribuinte: H8 BRANDS COMERCIO DO VESTUARIO LTDA

CNPJ: 04.143.622/0002-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10160/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	15,91	131,83	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>106,92</b>	<b>6,73</b>	<b>2,27</b>	<b>15,91</b>	<b>131,83</b>	

EM EXTENSO: cento e trinta e um reais e oitenta e três centavos

Notificação: 1193/2017 de 02/06/2017

Contribuinte: H8 BRANDS COMERCIO DO VESTUARIO LTDA

CNPJ: 04.143.622/0002-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10161/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	251,09	15,79	5,34	37,36	309,58	A
9604/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	226,89	40,00	5,34	69,39	341,62	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>477,98</b>	<b>55,79</b>	<b>10,68</b>	<b>106,75</b>	<b>651,20</b>	

EM EXTENSO: seiscentos e cinquenta e um reais e vinte centavos

Notificação: 1194/2017 de 02/06/2017

Contribuinte: H8 BRANDS COMERCIO DO VESTUARIO LTDA

CNPJ: 04.143.622/0002-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10162/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,30	43,94	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>35,64</b>	<b>2,24</b>	<b>0,76</b>	<b>5,30</b>	<b>43,94</b>	

EM EXTENSO: quarenta e três reais e noventa e quatro centavos

Notificação: 1195/2017 de 02/06/2017

Contribuinte: H8 BRANDS COMERCIO DO VESTUARIO LTDA

CNPJ: 04.143.622/0002-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10163/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	196,03	12,33	4,17	29,17	241,70	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>196,03</b>	<b>12,33</b>	<b>4,17</b>	<b>29,17</b>	<b>241,70</b>	

EM EXTENSO: duzentos e quarenta e um reais e setenta centavos

Notificação: 159/2017 de 01/03/2017

Contribuinte: I.SILVEIRA E CIA LTDA- ME

CNPJ: 91.935.270/0001-40

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
65/2016 - 0	Multas de Licitações	02/09/2016	30/05/2016	3.199,10	201,24	68,01	340,03	3.808,38	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>3.199,10</b>	<b>201,24</b>	<b>68,01</b>	<b>340,03</b>	<b>3.808,38</b>	

EM EXTENSO: três mil, oitocentos e oito reais e trinta e oito centavos

Notificação: 1621/2017 de 16/06/2017

Contribuinte: J.J.D. SERVICOS DE MAO DE OBRA LTDA

CNPJ: 11.007.194/0001-73

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9224/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	57,29	10,10	1,35	18,20	86,94	A
8876/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	53,85	13,55	1,35	26,29	95,04	A
9807/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
9806/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	63,41	3,99	1,35	10,11	78,86	A
9805/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
9225/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
9223/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,62	17,03	2,27	30,69	146,61	A
8877/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,26	7,62	0,76	14,77	53,41	A
8875/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
3708/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	167,99	54,72	4,46	111,37	338,54	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>734,98</b>	<b>144,52</b>	<b>17,60</b>	<b>288,72</b>	<b>1.185,82</b>	

EM EXTENSO: um mil, cento e oitenta e cinco reais e oitenta e dois centavos

Notificação: 1620/2017 de 16/06/2017

Contribuinte: J.J.D. SERVICOS DE MAO DE OBRA LTDA

CNPJ: 11.007.194/0001-73

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
4419/2013 - 0	ISS - Homologado	20/02/2014	17/06/2013	120,00	39,08	3,18	76,36	238,62	A
4420/2013 - 0	ISS - Homologado	20/02/2014	15/07/2013	78,00	25,40	2,07	49,63	155,10	A
4421/2013 - 0	ISS - Homologado	20/02/2014	15/08/2013	96,00	31,27	2,55	59,82	189,64	A
4422/2013 - 0	ISS - Homologado	20/02/2014	16/09/2013	175,42	57,13	4,65	104,65	341,85	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>469,42</b>	<b>152,88</b>	<b>12,45</b>	<b>290,46</b>	<b>925,21</b>	

EM EXTENSO: novecentos e vinte e cinco reais e vinte e um centavos

Notificação: 1196/2017 de 02/06/2017

Contribuinte: JACEL SERVICOS E COMERCIO LTDA ME

CNPJ: 12.319.757/0001-21

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10477/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	302,95	19,06	6,44	45,08	373,53	A
9934/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	273,73	48,26	6,44	83,72	412,15	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>576,68</b>	<b>67,32</b>	<b>12,88</b>	<b>128,80</b>	<b>785,68</b>	

EM EXTENSO: setecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e oito centavos

Notificação: 1197/2017 de 02/06/2017

Contribuinte: JACEL SERVICOS E COMERCIO LTDA ME

CNPJ: 12.319.757/0001-21

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10474/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	15,91	131,83	A
9935/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	29,54	145,44	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>203,52</b>	<b>23,76</b>	<b>4,54</b>	<b>45,45</b>	<b>277,27</b>	

EM EXTENSO: duzentos e setenta e sete reais e vinte e sete centavos

Notificação: 1198/2017 de 02/06/2017

Contribuinte: JACEL SERVICOS E COMERCIO LTDA ME

CNPJ: 12.319.757/0001-21

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10476/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,30	43,94	A
9937/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	9,85	48,51	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>67,86</b>	<b>7,92</b>	<b>1,52</b>	<b>15,15</b>	<b>92,45</b>	

EM EXTENSO: noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos

Notificação: 1213/2017 de 02/06/2017

Contribuinte: JACEL SERVICOS E COMERCIO LTDA ME

CNPJ: 12.319.757/001-21

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10475/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	63,41	3,99	1,35	9,44	78,19	A
9936/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	57,28	10,10	1,35	17,52	86,25	A

<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>	<b>120,69</b>	<b>14,09</b>	<b>2,70</b>	<b>26,96</b>	<b>164,44</b>	
EM EXTENSO: cento e sessenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos						

Notificação: 3112/2017 de 26/07/2017  
 Contribuinte: JACEL SERVICOS E COMERCIO LTDA ME  
 CNPJ: 12.319.757/0001-21

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
13223/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	26/07/2017	20/04/2015	399,00	0,00	7,98	113,83	520,81	A
13222/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	26/07/2017	20/03/2015	106,75	0,00	2,14	31,47	140,36	A
13221/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	26/07/2017	20/02/2015	986,37	0,00	19,73	301,04	1.307,14	A
11934/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	26/07/2017	20/01/2015	449,82	0,00	9,00	140,97	599,79	A
11933/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	26/07/2017	22/12/2014	725,37	0,00	14,51	234,15	974,03	A
11932/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	26/07/2017	20/11/2014	743,68	0,00	14,87	247,20	1.005,75	A
11931/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	26/07/2017	20/10/2014	472,50	0,00	9,45	161,03	642,98	A
11930/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	26/07/2017	22/09/2014	718,21	0,00	14,36	251,59	984,16	A
11929/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	26/07/2017	20/08/2014	402,50	0,00	8,05	144,66	555,21	A
11928/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	26/07/2017	21/07/2014	55,80	0,00	1,12	20,54	77,46	A
11927/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	26/07/2017	20/06/2014	358,47	0,00	7,17	135,36	501,00	A
11926/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	26/07/2017	20/05/2014	366,02	0,00	7,32	141,21	514,55	A
11925/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	26/07/2017	22/04/2014	626,12	0,00	12,52	247,00	885,64	A
11924/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	26/07/2017	20/03/2014	24,00	0,00	0,48	9,66	34,14	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>6.434,61</b>	<b>0,00</b>	<b>128,70</b>	<b>2.179,71</b>	<b>8.743,02</b>	
EM EXTENSO: oito mil, setecentos e quarenta e três reais e dois centavos									

Notificação: 3093/2017 de 24/07/2017  
 Contribuinte: JACSON NOVAK MOVEIS ME  
 CNPJ: 13.407.163/0001-35

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11840/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	24/07/2017	20/03/2014	50,00	0,00	1,00	20,14	71,14	A
11841/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	24/07/2017	22/04/2014	50,00	0,00	1,00	19,73	70,73	A
11842/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	24/07/2017	20/05/2014	50,00	0,00	1,00	19,29	70,29	A
11843/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	24/07/2017	20/06/2014	50,00	0,00	1,00	18,88	69,88	A
11844/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	24/07/2017	21/07/2014	50,00	0,00	1,00	18,41	69,41	A
11845/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	24/07/2017	20/08/2014	50,00	0,00	1,00	17,97	68,97	A
11846/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	24/07/2017	22/09/2014	50,00	0,00	1,00	17,52	68,52	A
11847/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	24/07/2017	20/10/2014	50,00	0,00	1,00	17,04	68,04	A
11848/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	24/07/2017	20/11/2014	50,00	0,00	1,00	16,62	67,62	A
11849/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	24/07/2017	22/12/2014	50,00	0,00	1,00	16,14	67,14	A
11850/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	24/07/2017	20/01/2015	50,00	0,00	1,00	15,67	66,67	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>550,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11,00</b>	<b>197,41</b>	<b>758,41</b>	
EM EXTENSO: setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e um centavos									

Notificação: 3289/2017 de 10/08/2017  
 Contribuinte: JAIRO CESAR NASCIMENTO FILHO E CIA LTDA ME  
 CNPJ: 12.461.665/0003-43

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
1423/2014 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	07/01/2015	15/04/2014	304,63	76,68	7,63	152,52	541,46	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>304,63</b>	<b>76,68</b>	<b>7,63</b>	<b>152,52</b>	<b>541,46</b>	
EM EXTENSO: quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e seis centavos									

Notificação: 412/2016 de 14/11/2016  
 Contribuinte: JANETE ANTONINHA ANTUNES (MEI)  
 CNPJ: 11.767.567/0001-04

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9073/2014 - 0	T.L. Com. Eventual	18/02/2015	15/04/2014	53,83	9,56	1,27	19,65	84,31	A
9074/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	5,37	0,71	11,04	47,37	A
9072/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	136,20	24,19	3,21	49,72	213,32	A
9071/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	16,13	2,14	33,15	142,22	A
3776/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	296,63	73,33	7,40	155,38	532,74	A
12568/2015 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	18/07/2016	15/04/2015	96,62	10,31	2,14	20,32	129,39	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>704,33</b>	<b>138,89</b>	<b>16,87</b>	<b>289,26</b>	<b>1.149,35</b>	

EM EXTENSO: um mil, cento e quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos

Notificação: 168/2016 de 19/07/2016  
 Contribuinte: JESSICA PEREIRA FELICIANO 08522327998 (MEI)  
 CNPJ: 18.274.749/0001-92

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
12562/2015 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	15/07/2016	15/05/2015	154,60	16,49	3,42	25,66	200,17	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>154,60</b>	<b>16,49</b>	<b>3,42</b>	<b>25,66</b>	<b>200,17</b>	

EM EXTENSO: duzentos reais e dezessete centavos

Notificação: 928/2017 de 25/04/2017  
 Contribuinte: JOAO PAULO ROCHA (MEI)  
 CNPJ: 17.782.548/0001-33

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
12671/2015 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	18/07/2016	15/04/2015	80,51	14,19	1,89	23,68	120,27	A
10244/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,28	7,62	0,76	14,02	52,68	A
10242/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	42,05	157,98	A
10241/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	75,68	19,05	1,89	35,05	131,67	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>277,27</b>	<b>63,72</b>	<b>6,81</b>	<b>114,80</b>	<b>462,60</b>	

EM EXTENSO: quatrocentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos

Notificação: 929/2017 de 25/04/2017  
 Contribuinte: JOAO PAULO ROCHA (MEI)  
 CNPJ: 17.782.548/0001-33

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10243/2014 - 0	T.L. Com. Eventual	18/02/2015	15/04/2014	43,05	10,84	1,08	19,94	74,91	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>43,05</b>	<b>10,84</b>	<b>1,08</b>	<b>19,94</b>	<b>74,91</b>	

EM EXTENSO: setenta e quatro reais e noventa e um centavos

Notificação: 1925/2017 de 23/06/2017  
 Contribuinte: JOSE PEDRO VICENTE  
 CPF: 326.419.112-13

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
1892/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	224,54	14,12	4,77	35,80	279,23	A



1805/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	190,68	48,00	4,77	95,47	338,92	A
1087/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	202,89	35,77	4,77	64,44	307,87	A
1121/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	182,89	59,56	4,85	121,23	368,53	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>801,00</b>	<b>157,45</b>	<b>19,16</b>	<b>316,94</b>	<b>1.294,55</b>	

EM EXTENSO: um mil, duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta e cinco centavos

Notificação: 533/2016 de 30/11/2016  
 Contribuinte: JOZENI MARIA DE JESUS  
 CNPJ: 12.968.413/0001-43

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5355/2013 - 0	ISS - Homologado	14/11/2016	15/02/2013	183,00	45,24	4,56	104,99	337,79	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>183,00</b>	<b>45,24</b>	<b>4,56</b>	<b>104,99</b>	<b>337,79</b>	

EM EXTENSO: trezentos e trinta e sete reais e setenta e nove centavos

Notificação: 534/2016 de 30/11/2016  
 Contribuinte: JOZENI MARIA DE JESUS  
 CNPJ: 12.968.413/0001-43

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
975/2016 - 0	ISS Fiscalizacão	14/11/2016	15/03/2013	91,50	22,62	2,28	51,35	167,75	A
974/2016 - 0	ISS Fiscalizacão	14/11/2016	15/02/2013	91,50	22,62	2,28	52,50	168,90	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>183,00</b>	<b>45,24</b>	<b>4,56</b>	<b>103,85</b>	<b>336,65</b>	

EM EXTENSO: trezentos e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos

Notificação: 537/2016 de 30/11/2016  
 Contribuinte: JOZENI MARIA DE JESUS  
 CNPJ: 12.968.413/0001-43

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9529/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,21	3,44	0,71	7,13	43,49	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>32,21</b>	<b>3,44</b>	<b>0,71</b>	<b>7,13</b>	<b>43,49</b>	

EM EXTENSO: quarenta e três reais e quarenta e nove centavos

Notificação: 538/2016 de 30/11/2016  
 Contribuinte: JOZENI MARIA DE JESUS  
 CNPJ: 12.968.413/0001-43

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9528/2015 - 0	T.L. Com. Eventual	12/01/2016	15/04/2015	45,83	4,89	1,01	10,14	61,87	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>45,83</b>	<b>4,89</b>	<b>1,01</b>	<b>10,14</b>	<b>61,87</b>	

EM EXTENSO: sessenta e um reais e oitenta e sete centavos

Notificação: 3293/2017 de 11/08/2017  
 Contribuinte: JOZENI MARIA DE JESUS  
 CNPJ: 12.968.413/0001-43

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10094/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	6,06	44,70	A
10093/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	8,63	63,62	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>86,36</b>	<b>5,43</b>	<b>1,84</b>	<b>14,69</b>	<b>108,32</b>	

EM EXTENSO: cento e oito reais e trinta e dois centavos

Notificação: 2135/2017 de 03/07/2017  
 Contribuinte: JULIANA CRISTINA CUNHA ME  
 CNPJ: 15.137.195/0002-74

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10243/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/05/2015	34,29	6,05	0,81	10,49	51,64	A
10743/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
10742/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
10741/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	8,09	63,08	A
10740/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
10244/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/05/2015	24,15	4,26	0,57	7,39	36,37	A
10242/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/05/2015	72,45	12,77	1,70	22,16	109,08	A
10241/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/05/2015	72,45	12,77	1,70	22,16	109,08	A
4113/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/08/2013	137,47	44,77	3,66	85,66	271,56	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>641,01</b>	<b>99,51</b>	<b>14,82</b>	<b>195,73</b>	<b>951,07</b>	

EM EXTENSO: novecentos e cinquenta e um reais e sete centavos

Notificação: 2104/2017 de 29/06/2017  
 Contribuinte: JUVILDE ROSA SADOSKI ME  
 CNPJ: 11.067.335/0001-43

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9278/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	45,82	8,08	1,08	14,55	69,53	A
8930/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	43,05	10,84	1,08	21,02	75,99	A
9859/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
9858/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
9857/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	8,09	63,08	A
9856/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
9279/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
9277/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
9276/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
8931/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,28	7,62	0,76	14,78	53,44	A
8929/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
8928/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
3725/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	243,51	79,31	6,46	161,42	490,70	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>1.069,86</b>	<b>210,20</b>	<b>25,60</b>	<b>419,89</b>	<b>1.725,55</b>	

EM EXTENSO: um mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos

Notificação: 2961/2017 de 20/07/2017  
 Contribuinte: KATHIA HELMBRECHT RAZINI  
 CPF: 989.360.859-72

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
4171/2013 - 0	Certidoes/Contratos	11/02/2014	26/05/2013	17,13	5,58	0,46	11,36	34,53	A

Página 15/26

<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>	<b>17,13</b>	<b>5,58</b>	<b>0,46</b>	<b>11,36</b>	<b>34,53</b>
EM EXTENSO: trinta e quatro reais e cinquenta e três centavos					

Notificação: 2109/2017 de 30/06/2017  
 Contribuinte: LICISUL COMERCIAL LTDA  
 CNPJ: 21.112.066/0001-43

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
27/2017 - 0	Multas de Licitações	30/06/2017	20/04/2017	6.279,00	0,00	125,58	188,37	6.592,95	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>6.279,00</b>	<b>0,00</b>	<b>125,58</b>	<b>188,37</b>	<b>6.592,95</b>	
EM EXTENSO: seis mil, quinhentos e noventa e dois reais e noventa e cinco centavos									

Notificação: 2326/2017 de 10/07/2017  
 Contribuinte: MARLETE DIRKSEN PASCHOALINI ME  
 CNPJ: 03.073.051/0001-31

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8199/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	43,05	10,84	1,08	21,02	75,99	A
9152/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
9151/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
9150/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	8,09	63,08	A
9149/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
8521/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	45,82	8,08	1,08	14,55	69,53	A
3487/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	243,51	79,31	6,46	161,42	490,70	A
8522/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
8520/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
8519/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
8200/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,28	7,62	0,76	14,78	53,44	A
8198/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
8197/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>1.069,86</b>	<b>210,20</b>	<b>25,60</b>	<b>419,89</b>	<b>1.725,55</b>	
EM EXTENSO: um mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos									

Notificação: 991/2017 de 08/05/2017  
 Contribuinte: MARTIN GUTJAHR ME  
 CNPJ: 17.191.895/0001-91

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10575/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	7,01	62,00	A
10574/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	14,77	130,69	A
4073/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	17/06/2013	134,58	43,84	3,58	83,87	265,87	A
10576/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	4,92	43,56	A
10077/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	9,47	48,11	A
10075/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	28,41	144,31	A
10074/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	128,84	22,72	3,03	37,89	192,48	A
10135/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,28	7,62	0,76	14,02	52,68	A
10133/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	42,05	157,98	A
10132/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	121,08	30,48	3,03	56,08	210,67	A
10577/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	142,56	8,97	3,03	19,70	174,26	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>970,22</b>	<b>171,36</b>	<b>22,84</b>	<b>318,19</b>	<b>1.482,61</b>	
EM EXTENSO: um mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e sessenta e um centavos									

Página 16/26

Notificação: 992/2017 de 08/05/2017  
 Contribuinte: MARTIN GUTJAHR ME  
 CNPJ: 17.191.895/0001-91

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10134/2014 - 0	T.L. Com. Eventual	18/02/2015	15/04/2014	43,05	10,84	1,08	19,94	74,91	A
10076/2015 - 0	T.L. Com. Eventual	12/01/2016	15/04/2015	45,82	8,08	1,08	13,48	68,46	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>88,87</b>	<b>18,92</b>	<b>2,16</b>	<b>33,42</b>	<b>143,37</b>	

EM EXTENSO: cento e quarenta e três reais e trinta e sete centavos

Notificação: 570/2017 de 28/03/2017  
 Contribuinte: MERI APARECIDA MONTANARI  
 CPF: 605.026.149-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
2303/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	70,27	22,89	1,87	43,79	138,82	A
4424/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	27,44	4,84	0,65	7,75	40,68	A
4423/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	4,77	0,84	0,11	1,35	7,07	A
5129/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	53,39	3,36	1,14	6,81	64,70	A
5128/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	30,37	1,91	0,65	3,87	36,80	A
5127/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	5,27	0,33	0,11	0,67	6,38	A
5002/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	4,48	1,13	0,11	2,08	7,80	A
5003/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	25,79	6,49	0,65	11,94	44,87	A
5004/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	41,13	10,35	1,03	19,05	71,56	A
4425/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	48,24	8,51	1,14	13,62	71,51	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>311,15</b>	<b>60,65</b>	<b>7,46</b>	<b>110,93</b>	<b>490,19</b>	

EM EXTENSO: quatrocentos e noventa reais e dezenove centavos

Notificação: 571/2017 de 28/03/2017  
 Contribuinte: MERI APARECIDA MONTANARI  
 CPF: 605.026.149-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5156/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	30,37	1,91	0,65	3,87	36,80	A
5155/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	5,27	0,33	0,11	0,67	6,38	A
5031/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	4,48	1,13	0,11	2,08	7,80	A
5032/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	25,79	6,49	0,65	11,94	44,87	A
5033/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	41,13	10,35	1,03	19,05	71,56	A
4452/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	48,24	8,51	1,14	13,62	71,51	A
4451/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	27,44	4,84	0,65	7,75	40,68	A
4450/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	4,77	0,84	0,11	1,35	7,07	A
2313/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	70,27	22,89	1,87	43,79	138,82	A
5157/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	53,39	3,36	1,14	6,81	64,70	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>311,15</b>	<b>60,65</b>	<b>7,46</b>	<b>110,93</b>	<b>490,19</b>	

EM EXTENSO: quatrocentos e noventa reais e dezenove centavos

Notificação: 1571/2017 de 13/06/2017  
 Contribuinte: METALVA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA  
 CNPJ: 83.634.261/0001-90

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3318/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	606,85	197,64	16,09	394,20	1.214,78	A

Página 17/26

<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>	<b>606,85</b>	<b>197,64</b>	<b>16,09</b>	<b>394,20</b>	<b>1.214,78</b>
EM EXTENSO: um mil, duzentos e quatorze reais e setenta e oito centavos					

Notificação: 1572/2017 de 13/06/2017

Contribuinte: METALVA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 83.634.261/0001-90

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
87/2015 - 0	Multas Diversas Fisc. Tributos	17/02/2015	12/01/2014	571,52	186,14	15,15	318,22	1.091,03	A
86/2015 - 0	Multas Diversas Fisc. Tributos	17/02/2015	25/05/2013	285,76	93,07	7,58	185,63	572,04	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>857,28</b>	<b>279,21</b>	<b>22,73</b>	<b>503,85</b>	<b>1.663,07</b>	
EM EXTENSO: um mil, seiscentos e sessenta e três reais e sete centavos									

Notificação: 1573/2017 de 13/06/2017

Contribuinte: METALVA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 83.634.261/0001-90

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
481/2016 - 0	Contribuição de Melhoria	04/10/2016	10/12/2015	180,98	31,91	4,26	40,45	257,60	A
480/2016 - 0	Contribuição de Melhoria	04/10/2016	10/11/2015	180,98	31,91	4,26	42,58	259,73	A
479/2016 - 0	Contribuição de Melhoria	04/10/2016	10/10/2015	180,98	31,91	4,26	44,71	261,86	A
478/2016 - 0	Contribuição de Melhoria	04/10/2016	10/09/2015	180,98	31,91	4,26	46,84	263,99	A
477/2016 - 0	Contribuição de Melhoria	04/10/2016	10/08/2015	180,98	31,91	4,26	48,96	266,11	A
476/2016 - 0	Contribuição de Melhoria	04/10/2016	10/07/2015	180,98	31,91	4,26	51,09	268,24	A
475/2016 - 0	Contribuição de Melhoria	04/10/2016	10/06/2015	181,04	31,92	4,26	53,24	270,46	A
11439/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	13/06/2017	10/06/2017	180,98	31,91	4,26	2,13	219,28	A
11438/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	13/06/2017	10/05/2017	180,98	31,91	4,26	4,26	221,41	A
11437/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	13/06/2017	10/04/2017	180,98	31,91	4,26	6,39	223,54	A
11436/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	13/06/2017	10/03/2017	180,98	31,91	4,26	8,52	225,67	A
11435/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	13/06/2017	10/02/2017	180,98	31,91	4,26	10,64	227,79	A
11434/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	13/06/2017	10/01/2017	180,98	31,91	4,26	12,77	229,92	A
11433/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	13/06/2017	10/12/2016	180,98	31,91	4,26	14,90	232,05	A
11432/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	13/06/2017	10/11/2016	180,98	31,91	4,26	17,03	234,18	A
11431/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	13/06/2017	10/10/2016	180,98	31,91	4,26	19,16	236,31	A
11430/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	13/06/2017	10/09/2016	180,98	31,91	4,26	21,29	238,44	A
11429/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	13/06/2017	10/08/2016	180,98	31,91	4,26	23,42	240,57	A
11428/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	13/06/2017	10/07/2016	180,98	31,91	4,26	25,55	242,70	A
11427/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	13/06/2017	10/06/2016	180,98	31,91	4,26	27,68	244,83	A

Página 18/26

	Melhoria								
11426/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	13/06/2017	10/05/2016	180,98	31,91	4,26	29,80	246,95	A
11425/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	13/06/2017	10/04/2016	180,98	31,91	4,26	31,93	249,08	A
11424/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	13/06/2017	10/03/2016	180,98	31,91	4,26	34,06	251,21	A
11423/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	13/06/2017	10/02/2016	180,98	31,91	4,26	36,19	253,34	A
11422/2014 - 0	Contribuição de Melhoria	13/06/2017	10/01/2016	180,98	31,91	4,26	38,32	255,47	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>4.524,56</b>	<b>797,76</b>	<b>106,50</b>	<b>691,91</b>	<b>6.120,73</b>	

EM EXTENSO: seis mil, cento e vinte reais e setenta e três centavos

Notificação: 1574/2017 de 13/06/2017

Contribuinte: METALVA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 83.634.261/0001-90

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
5471/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	215,40	54,22	5,39	107,85	382,86	A
5472/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	357,00	89,86	8,94	178,74	634,54	A
5473/2014 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2015	10/03/2014	222,42	55,99	5,57	111,36	395,34	A
4889/2015 - 0	Coleta de Lixo	12/01/2016	10/04/2015	260,88	46,00	6,14	82,86	395,88	A
4888/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	379,92	66,98	8,94	120,66	576,50	A
4887/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	229,26	40,42	5,39	72,81	347,88	A
2470/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	904,69	294,66	23,99	587,69	1.811,03	A
5596/2016 - 0	Imposto Predial	09/02/2017	15/04/2016	420,42	26,45	8,94	62,56	518,37	A
5595/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	253,69	15,96	5,39	37,75	312,79	A
5597/2016 - 0	Coleta de Lixo	09/02/2017	15/04/2016	288,69	18,16	6,14	42,96	355,95	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>3.532,37</b>	<b>708,70</b>	<b>84,83</b>	<b>1.405,24</b>	<b>5.731,14</b>	

EM EXTENSO: cinco mil, setecentos e trinta e um reais e quatorze centavos

Notificação: 1222/2017 de 02/06/2017

Contribuinte: MULTI CONSULTORIA TELECOM LTDA ME

CNPJ: 13.178.989/0002-50

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11138/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitário	10/02/2017	15/04/2016	249,49	15,69	5,30	37,13	307,61	A
10651/2015 - 0	Alvara Sanitário	12/01/2016	15/07/2015	131,50	23,18	3,09	35,58	193,35	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>380,99</b>	<b>38,87</b>	<b>8,39</b>	<b>72,71</b>	<b>500,96</b>	

EM EXTENSO: quinhentos reais e noventa e seis centavos

Notificação: 1223/2017 de 02/06/2017

Contribuinte: MULTI CONSULTORIA TELECOM LTDA ME

CNPJ: 13.178.989/0002-50

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11135/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	15,91	131,83	A
10652/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/07/2015	56,35	9,94	1,33	15,25	82,87	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>163,27</b>	<b>16,67</b>	<b>3,60</b>	<b>31,16</b>	<b>214,70</b>	

EM EXTENSO: duzentos e quatorze reais e setenta centavos



Notificação: 1224/2017 de 02/06/2017

Contribuinte: MULTI CONSULTORIA TELECOM LTDA ME

CNPJ: 13.178.989/0002-50

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11137/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,30	43,94	A
10654/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/07/2015	32,20	5,68	0,76	8,71	47,35	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>67,84</b>	<b>7,92</b>	<b>1,52</b>	<b>14,01</b>	<b>91,29</b>	
EM EXTENSO: noventa e um reais e vinte e nove centavos									

Notificação: 1225/2017 de 02/06/2017

Contribuinte: MULTI CONSULTORIA TELECOM LTDA ME

CNPJ: 13.178.989/0002-50

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11136/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	126,85	7,98	2,70	18,88	156,41	A
10653/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/07/2015	66,84	11,78	1,57	18,08	98,27	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>193,69</b>	<b>19,76</b>	<b>4,27</b>	<b>36,96</b>	<b>254,68</b>	
EM EXTENSO: duzentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e oito centavos									

Notificação: 985/2017 de 08/05/2017

Contribuinte: OSMAR DELMIGLIO JUNIOR EPP

CNPJ: 03.826.923/0001-95

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8890/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	211,42	13,30	4,49	29,21	258,42	A
8889/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	160,38	10,09	3,41	22,16	196,04	A
8892/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	14,77	130,69	A
8891/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	4,92	43,56	A
8266/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	9,48	48,14	A
8264/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	144,90	25,55	3,41	42,61	216,47	A
8263/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	28,41	144,31	A
7958/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,01	52,63	A
7956/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	136,20	34,28	3,41	63,08	236,97	A
7955/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,78	22,85	2,27	42,04	157,94	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>1.045,31</b>	<b>145,36</b>	<b>23,81</b>	<b>270,69</b>	<b>1.485,17</b>	
EM EXTENSO: um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e dezessete centavos									

Notificação: 986/2017 de 08/05/2017

Contribuinte: OSMAR DELMIGLIO JUNIOR EPP

CNPJ: 03.826.923/0001-95

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8265/2015 - 0	T.L. Com. Eventual	12/01/2016	15/04/2015	191,05	33,68	4,49	56,18	285,40	A
7957/2014 - 0	T.L. Com. Eventual	18/02/2015	15/04/2014	179,52	45,19	4,49	83,14	312,34	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>370,57</b>	<b>78,87</b>	<b>8,98</b>	<b>139,32</b>	<b>597,74</b>	
EM EXTENSO: quinhentos e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos									

Notificação: 3098/2017 de 25/07/2017  
 Contribuinte: PEDRO ROSA DA SILVA ME  
 CNPJ: 12.545.824/0001-26

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
13184/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/03/2015	50,00	0,00	1,00	14,74	65,74	A
13183/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/02/2015	50,00	0,00	1,00	15,26	66,26	A
11861/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/01/2015	50,00	0,00	1,00	15,67	66,67	A
11860/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	22/12/2014	50,00	0,00	1,00	16,14	67,14	A
11859/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/11/2014	50,00	0,00	1,00	16,62	67,62	A
11858/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/10/2014	50,00	0,00	1,00	17,04	68,04	A
11857/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	22/09/2014	50,00	0,00	1,00	17,52	68,52	A
11856/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/08/2014	50,00	0,00	1,00	17,97	68,97	A
11855/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	21/07/2014	50,00	0,00	1,00	18,41	69,41	A
11854/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/06/2014	50,00	0,00	1,00	18,88	69,88	A
11853/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/05/2014	50,00	0,00	1,00	19,29	70,29	A
11852/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	22/04/2014	50,00	0,00	1,00	19,73	70,73	A
11851/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/03/2014	50,00	0,00	1,00	20,14	71,14	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>650,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13,00</b>	<b>227,41</b>	<b>890,41</b>	
EM EXTENSO: oitocentos e noventa reais e quarenta e um centavos									

Notificação: 3100/2017 de 25/07/2017  
 Contribuinte: R.A. IMPERMEABILIZACAO LTDA ME  
 CNPJ: 11.473.095/0001-87

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11862/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/03/2014	50,00	0,00	1,00	20,14	71,14	A
11863/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	22/04/2014	50,00	0,00	1,00	19,73	70,73	A
11864/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/05/2014	50,00	0,00	1,00	19,29	70,29	A
11865/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/06/2014	50,00	0,00	1,00	18,88	69,88	A
11866/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	21/07/2014	50,00	0,00	1,00	18,41	69,41	A
11867/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/08/2014	50,00	0,00	1,00	17,97	68,97	A
11868/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	22/09/2014	50,00	0,00	1,00	17,52	68,52	A
11869/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/10/2014	50,00	0,00	1,00	17,04	68,04	A
11870/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/11/2014	50,00	0,00	1,00	16,62	67,62	A
11871/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	22/12/2014	50,00	0,00	1,00	16,14	67,14	A
11872/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/01/2015	50,00	0,00	1,00	15,67	66,67	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>550,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11,00</b>	<b>197,41</b>	<b>758,41</b>	
EM EXTENSO: setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e um centavos									

Notificação: 3102/2017 de 25/07/2017  
 Contribuinte: REINHARDT MAAS ME  
 CNPJ: 79.527.073/0001-96

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
13196/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/01/2016	50,00	0,00	1,00	9,34	60,34	A
13195/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	21/12/2015	50,00	0,00	1,00	9,87	60,87	A
13194/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/11/2015	50,00	0,00	1,00	10,45	61,45	A
13193/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/10/2015	50,00	0,00	1,00	10,98	61,98	A
13192/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	21/09/2015	50,00	0,00	1,00	11,54	62,54	A
13191/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/08/2015	50,00	0,00	1,00	12,09	63,09	A
13190/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/07/2015	50,00	0,00	1,00	12,65	63,65	A
13189/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	22/06/2015	50,00	0,00	1,00	13,24	64,24	A
13188/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/05/2015	50,00	0,00	1,00	13,77	64,77	A
13187/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/04/2015	50,00	0,00	1,00	14,27	65,27	A
13186/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/03/2015	50,00	0,00	1,00	14,74	65,74	A
13185/2015 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/02/2015	50,00	0,00	1,00	15,26	66,26	A

Página 21/26

11883/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/01/2015	50,00	0,00	1,00	15,67	66,67	A
11882/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	22/12/2014	50,00	0,00	1,00	16,14	67,14	A
11881/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/11/2014	50,00	0,00	1,00	16,62	67,62	A
11880/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/10/2014	50,00	0,00	1,00	17,04	68,04	A
11879/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	22/09/2014	50,00	0,00	1,00	17,52	68,52	A
11878/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/08/2014	50,00	0,00	1,00	17,97	68,97	A
11877/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	21/07/2014	50,00	0,00	1,00	18,41	69,41	A
11876/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/06/2014	50,00	0,00	1,00	18,88	69,88	A
11875/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/05/2014	50,00	0,00	1,00	19,29	70,29	A
11874/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	22/04/2014	50,00	0,00	1,00	19,73	70,73	A
11873/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/03/2014	50,00	0,00	1,00	20,14	71,14	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>1.150,00</b>	<b>0,00</b>	<b>23,00</b>	<b>345,61</b>	<b>1.518,61</b>	

EM EXTENSO: um mil, quinhentos e dezoito reais e sessenta e um centavos

Notificação: 1938/2017 de 26/06/2017  
 Contribuinte: REST. NEREUZINHO LTDA ME  
 CNPJ: 00.853.767/0001-63

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8150/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	102,33	25,76	2,56	49,96	180,61	A
9095/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	178,21	11,21	3,79	28,41	221,62	A
9094/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
9093/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	120,50	7,58	2,56	19,21	149,85	A
9092/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
8454/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	108,88	19,20	2,56	34,58	165,22	A
8455/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	10,23	48,89	A
8453/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
8452/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	161,04	28,39	3,79	51,15	244,37	A
8151/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,77	53,39	A
8149/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	90,78	22,85	2,27	44,32	160,22	A
8148/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	151,32	38,09	3,79	73,87	267,07	A
3469/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	356,64	116,15	9,46	236,41	718,66	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>1.571,33</b>	<b>308,52</b>	<b>37,60</b>	<b>616,32</b>	<b>2.533,77</b>	

EM EXTENSO: dois mil, quinhentos e trinta e três reais e setenta e sete centavos

Notificação: 730/2017 de 12/04/2017  
 Contribuinte: RODRIGO LUIZ BITENCOURT  
 CPF: 032.467.999-89

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10721/2016 - 0	ISS Fixo Anual	10/02/2017	15/04/2016	1.069,23	67,26	22,73	136,38	1.295,60	A
10723/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	4,55	43,19	A
10722/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	50,72	3,19	1,08	6,47	61,46	A
10228/2015 - 0	ISS - Fixo	12/01/2016	15/04/2015	966,18	170,35	22,73	272,77	1.432,03	A
10227/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,22	5,68	0,76	9,10	47,76	A
10389/2014 - 0	ISS - Fixo	18/02/2015	15/04/2014	907,98	228,55	22,73	409,15	1.568,41	A
10388/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	13,63	52,25	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>3.092,22</b>	<b>484,88</b>	<b>71,55</b>	<b>852,05</b>	<b>4.500,70</b>	

EM EXTENSO: quatro mil, quinhentos reais e setenta centavos

Notificação: 731/2017 de 12/04/2017  
 Contribuinte: RODRIGO LUIZ BITENCOURT  
 CPF: 032.467.999-89

Página 22/26

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10387/2014 - 0	T.L. Com. Eventual	18/02/2015	15/04/2014	43,05	10,84	1,08	19,40	74,37	A
10226/2015 - 0	T.L. Com. Eventual	12/01/2016	15/04/2015	45,81	8,08	1,08	12,93	67,90	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>88,86</b>	<b>18,92</b>	<b>2,16</b>	<b>32,33</b>	<b>142,27</b>	
EM EXTENSO: cento e quarenta e dois reais e vinte e sete centavos									

Notificação: 1605/2017 de 16/06/2017  
 Contribuinte: ROMILDA KANNENBERG  
 CPF: 614.294.909-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
3113/2013 - 0	IPTU e/ou Taxas	03/01/2014	15/05/2013	615,96	200,61	16,34	408,29	1.241,20	A
7173/2016 - 0	Imposto Territorial	09/02/2017	15/04/2016	764,68	48,10	16,26	121,92	950,96	A
6572/2015 - 0	IPTU e/ou Taxas	12/01/2016	10/04/2015	690,94	121,82	16,26	219,45	1.048,47	A
6920/2014 - 0	IPTU e/ou Taxas	09/02/2015	10/03/2014	649,35	163,45	16,26	325,12	1.154,18	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>2.720,93</b>	<b>533,98</b>	<b>65,12</b>	<b>1.074,78</b>	<b>4.394,81</b>	
EM EXTENSO: quatro mil, trezentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos									

Notificação: 3104/2017 de 25/07/2017  
 Contribuinte: RUTHMANN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME  
 CNPJ: 12.310.860/0001-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11884/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/03/2014	537,13	0,00	10,74	216,30	764,17	A
11885/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	22/04/2014	78,65	0,00	1,57	31,03	111,25	A
11886/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/05/2014	38,70	0,00	0,77	14,93	54,40	A
11887/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/06/2014	297,99	0,00	5,96	112,52	416,47	A
11888/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	21/07/2014	5.795,94	0,00	115,92	2.133,49	8.045,35	A
11889/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/08/2014	1.744,95	0,00	34,90	627,13	2.406,98	A
11890/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	22/09/2014	596,43	0,00	11,93	208,93	817,29	A
11891/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/10/2014	37,85	0,00	0,76	12,90	51,51	A
11892/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	22/12/2014	188,95	0,00	3,78	60,99	253,72	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>9.316,59</b>	<b>0,00</b>	<b>186,33</b>	<b>3.418,22</b>	<b>12.921,14</b>	
EM EXTENSO: doze mil, novecentos e vinte e um reais e quatorze centavos									

Notificação: 693/2017 de 12/04/2017  
 Contribuinte: SAMUEL CONZATTI  
 CPF: 093.167.279-10

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11397/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/07/2016	66,83	4,20	1,42	6,39	78,84	A
11396/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/07/2016	35,64	2,24	0,76	3,41	42,05	A
11395/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/07/2016	38,03	2,39	0,81	3,64	44,87	A
11394/2016 - 0	ISS Fixo Anual	10/02/2017	15/07/2016	481,15	30,27	10,23	46,03	567,68	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>621,65</b>	<b>39,10</b>	<b>13,22</b>	<b>59,47</b>	<b>733,44</b>	
EM EXTENSO: setecentos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos									

Notificação: 981/2017 de 08/05/2017  
 Contribuinte: SHIZEN PLASTICOS IND. COM. LTDA  
 CNPJ: 07.843.263/0001-01

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9334/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	160,38	10,09	3,41	22,16	196,04	A
9336/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	4,92	43,56	A
9335/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	63,41	3,99	1,35	8,76	77,51	A
8704/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	9,47	48,11	A
8702/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	144,93	25,55	3,41	42,62	216,51	A
8374/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,27	7,62	0,76	14,02	52,67	A
8372/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	136,20	34,28	3,41	63,08	236,97	A
3542/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	210,87	68,68	5,60	134,19	419,34	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>813,90</b>	<b>158,13</b>	<b>19,46</b>	<b>299,22</b>	<b>1.290,71</b>	

EM EXTENSO: um mil, duzentos e noventa reais e setenta e um centavos

Notificação: 982/2017 de 08/05/2017

Contribuinte: SHIZEN PLASTICOS IND. COM. LTDA

CNPJ: 07.843.263/0001-01

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8703/2015 - 0	T.L. Com. Eventual	12/01/2016	15/04/2015	57,30	10,10	1,35	16,85	85,60	A
8373/2014 - 0	T.L. Com. Eventual	18/02/2015	15/04/2014	53,85	13,55	1,35	24,94	93,69	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>111,15</b>	<b>23,65</b>	<b>2,70</b>	<b>41,79</b>	<b>179,29</b>	

EM EXTENSO: cento e setenta e nove reais e vinte e nove centavos

Notificação: 840/2017 de 13/04/2017

Contribuinte: SUPER LAR COMERCIAL LTDA ME

CNPJ: 21.963.135/0001-22

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11057/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	13,64	129,56	A
11056/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	4,55	43,19	A
11055/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	63,41	3,99	1,35	8,09	76,84	A
11054/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	13,64	129,56	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>312,89</b>	<b>19,69</b>	<b>6,65</b>	<b>39,92</b>	<b>379,15</b>	

EM EXTENSO: trezentos e setenta e nove reais e quinze centavos

Notificação: 841/2017 de 13/04/2017

Contribuinte: SUPER LAR COMERCIAL LTDA ME

CNPJ: 21.963.135/0001-22

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11441/2015 - 0	Certidoes Decl. Ambientais Diversas	11/07/2016	18/12/2015	70,85	12,49	1,67	13,33	98,34	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>70,85</b>	<b>12,49</b>	<b>1,67</b>	<b>13,33</b>	<b>98,34</b>	

EM EXTENSO: noventa e oito reais e trinta e quatro centavos

Notificação: 1957/2017 de 26/06/2017

Contribuinte: VANDERLEI ALVES ME

CNPJ: 04.526.911/0001-08

Página 24/26

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
8323/2015 - 0	Taxa Licença	12/01/2016	15/04/2015	57,28	10,10	1,35	18,19	86,92	A
8010/2014 - 0	Taxa Licença	18/02/2015	15/04/2014	53,83	13,55	1,35	26,28	95,01	A
8938/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	17,05	132,97	A
8937/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	5,68	44,32	A
8936/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	63,41	3,99	1,35	10,11	78,86	A
8935/2016 - 0	T.S.O.C.D	10/02/2017	15/04/2016	160,38	10,09	3,41	25,57	199,45	A
3423/2013 - 0	ISS/TL e/ou Taxas	13/01/2014	15/05/2013	296,63	96,60	7,87	196,63	597,73	A
8324/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	10,23	48,87	A
8322/2015 - 0	T.S.O.C.D	12/01/2016	15/04/2015	144,90	25,55	3,41	46,02	219,88	A
8321/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,60	17,03	2,27	30,68	146,58	A
8011/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,25	7,61	0,76	14,77	53,39	A
8009/2014 - 0	T.S.O.C.D	18/02/2015	15/04/2014	136,20	34,28	3,41	66,49	240,38	A
8008/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	44,33	160,26	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>1.305,04</b>	<b>256,31</b>	<b>31,24</b>	<b>512,03</b>	<b>2.104,62</b>	

EM EXTENSO: dois mil, cento e quatro reais e sessenta e dois centavos

Notificação: 3106/2017 de 25/07/2017

Contribuinte: VIRELLI EQUIPAMENTOS P/ ESCRITORIO LTDA

CNPJ: 83.546.796/001-00

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
11893/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/03/2014	50,00	0,00	1,00	20,14	71,14	A
11894/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	22/04/2014	50,00	0,00	1,00	19,73	70,73	A
11895/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/05/2014	50,00	0,00	1,00	19,29	70,29	A
11896/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/06/2014	50,00	0,00	1,00	18,88	69,88	A
11897/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	21/07/2014	50,00	0,00	1,00	18,41	69,41	A
11898/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/08/2014	50,00	0,00	1,00	17,97	68,97	A
11899/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	22/09/2014	50,00	0,00	1,00	17,52	68,52	A
11900/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/10/2014	50,00	0,00	1,00	17,04	68,04	A
11901/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/11/2014	50,00	0,00	1,00	16,62	67,62	A
11902/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	22/12/2014	50,00	0,00	1,00	16,14	67,14	A
11903/2014 - 0	ISS - Simples Nacional	25/07/2017	20/01/2015	50,00	0,00	1,00	15,67	66,67	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>550,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11,00</b>	<b>197,41</b>	<b>758,41</b>	

EM EXTENSO: setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e um centavos

Notificação: 870/2017 de 18/04/2017

Contribuinte: ZEFERINO NODARI ME

CNPJ: 13.362.685/0001-68

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
10148/2016 - 0	Taxa Licença	10/02/2017	15/04/2016	63,41	3,99	1,35	8,76	77,51	A
10150/2016 - 0	Taxa Alvara Sanitario	10/02/2017	15/04/2016	106,92	6,73	2,27	14,77	130,69	A
10149/2016 - 0	Alvara Loc. Funcionamento	10/02/2017	15/04/2016	35,64	2,24	0,76	4,92	43,56	A
9585/2015 - 0	Alvara Localizacao	12/01/2016	15/04/2015	32,20	5,68	0,76	9,47	48,11	A
9583/2015 - 0	Alvara Sanitario	12/01/2016	15/04/2015	96,62	17,03	2,27	28,41	144,33	A
9346/2014 - 0	Alvara Localizacao	18/02/2015	15/04/2014	30,26	7,62	0,76	14,02	52,66	A
9344/2014 - 0	Alvara Sanitario	18/02/2015	15/04/2014	90,80	22,86	2,27	42,05	157,98	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>455,85</b>	<b>66,15</b>	<b>10,44</b>	<b>122,40</b>	<b>654,84</b>	

EM EXTENSO: seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos



Notificação: 871/2017 de 18/04/2017  
 Contribuinte: ZEFERINO NODARI ME  
 CNPJ: 13.362.685/0001-68

Insc/Ano/Parc	Dívida	Data Insc.	Data Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Total	S
9584/2015 - 0	T.L. Com. Eventual	12/01/2016	15/04/2015	57,29	10,10	1,35	16,85	85,59	A
9345/2014 - 0	T.L. Com. Eventual	18/02/2015	15/04/2014	53,85	13,55	1,35	24,94	93,69	A
<b>TOTAL DAS PARCELAS EM R\$</b>				<b>111,14</b>	<b>23,65</b>	<b>2,70</b>	<b>41,79</b>	<b>179,28</b>	
EM EXTENSO: cento e setenta e nove reais e vinte e oito centavos									

### Legenda de identificação dos tributos acima descritos e sua fundamentação legal:

**ISS Simples Nacional:** Imposto sobre Serviço devido pelo regime de tributação Simples Nacional. Art. 156, III da Constituição Federal; Arts. 10 a 13, 16 e 16-A da Lei Complementar Municipal nº389/2010; Arts. 262 a 297 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98); Arts 13 e 18 ao 22 da Lei Complementar Nacional nº123/2006. Inscrição em dívida ativa e cobrança mediante Convênio PGFN.

**ISS homologado:** Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza devido pelo prestador do serviço. Art. 156, III da Constituição Federal; Arts. 262, 263, 265 ao 269, 275, 278 ao 281 e 288 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

**ISS fiscalização:** Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza lançado mediante fiscalização. Art. 156, III da Constituição Federal; Arts. 262, 263, 265 ao 269, 275, 278 ao 281 e 288 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

**ISS retido na fonte:** Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza devido pelo tomador do serviço. Art. 156, III da Constituição Federal; Arts. 262, 265 ao 275, 278, 280, 281 e 288 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

**ISS fixo ou ISS fixo anual:** Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza devido por profissional autônomo ou sociedade uniprofissional. Art. 156, III da Constituição Federal; Arts. 262, 267 ao 269, 276, 277, 279, 280 e 288 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

**TAS ou Alvará Sanitário ou Taxa Alvará Sanitário:** Taxa de Vigilância Sanitária. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 298 ao 300, 364 ao 414 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98); Código Sanitário Municipal (LC nº466/2015).

**TSOCD:** Taxa de Segurança Ostensiva Contra Delitos. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 11 e 12 da Lei Complementar nº125/1997.

**TL ou Taxa Licença ou T.L. Com. Eventual :** Taxa de Licença para Localização e Funcionamento. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 301 ao 321 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

**AL ou Alvará Localização ou Alvará Loc. Funcionamento:** Alvará de licença para localização e Funcionamento. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 355, 356 e 357, item 3, "a", do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

**DAM:** Documento de Arrecadação Municipal. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 355, 356 e 357, item 1, “a”, do Código Tributário Municipal (LC nº142/98). Art. 357, item 1, “a” revogado pela LC nº457/2014.

**ISS/TL e/ou Taxas:** quando contribuinte for profissional autônomo ou sociedade uniprofissional inclui além das taxas: TAS, TSOCD, TL e AL, o Imposto sobre Serviços: ISS fixo.

**ISSQN – Pgto a menor:** Diferença de pagamento de tributos após o vencimento. Dos Impostos - Título II do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº142/98), das Taxas Título III do Código Tributário Municipal e da Contribuição de Melhoria Título IV do Código Tributário Municipal. Juros: Art. 73 da Lei Complementar nº142/98. Multa: Art. 193 da Lei Complementar nº142/98. Atualização monetária: Arts. 137 e 434 da LC nº142/98, com redação da Lei Complementar nº193/2000 e art. 6º da Lei Complementar nº255/2003.

**Multa Diversas Fiscalização Tributos:** Multa por descumprimento de obrigação acessória. Arts. 120, 122, 165 ao 167, 197 e 198 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

**Multas de Licitações:** Multa aplicada em processo administrativo de licitação. Art. 2º da Lei nº 6.830/1980, art. 39 § 2º da lei nº 4.320/1964 e art. 87, II da lei nº 8.666/93.

**Certidões/Contratos:** taxa de expediente. Art. 145. II da Constituição Federal; Arts. 357, item 1, alíneas “b” e/ou “c” do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

**Certidões Decl. Ambientais Divers:** taxa de prestação de serviços ambientais. Lei Complementar nº453/2014 e Arts. 38 e 39 da Lei Complementar nº336/2007.

**Patrulha mecanizada:** Preço público. Art. 435 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98). Decreto nº 632/2006, art. 1º.

**Contribuição de Melhoria:** Art. 145, III da Constituição Federal; Arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66); Art. 233, III e art. 415 a 430 do Código Tributário Municipal (LC. nº 142/98).

**Imposto Territorial, Imposto Predial ou IPTU e/ou Taxas:** Imposto Predial e Territorial Urbano. Art. 156, I da Constituição Federal; Arts. 32 a 34 do Código Tributário Nacional (LC nº5.172/66); Arts. 234 a 248 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98); e/ou Taxa de Coleta de Lixo. Arts. 347 a 349 do Código Tributário Municipal (LC nº142/98).

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda e Administração – Divisão de Tributação e Fiscalização da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de agosto de 2017, 147º Ano de Fundação; 83º Ano de Emancipação Política.

**Maria Angelica Faggiani**  
Secretária da Fazenda e Administração

**Daniela Rosalia Witthoeft Krambeck**  
Fiscal de Tributos – Matrícula 965-2

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 13 2017 FMS - CONFECÇÃO DE IMPRESSOS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2017 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para confecção de impressos destinados a atender as necessidades de diversos setores do Fundo Municipal de Saúde.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Alb Graf Formulários Ltda; Grafica Timbo Ltda Me; Gráfica Alta Definição Ltda; SR Artes Graficas Ltda Me e Estilo - Jeferson Lopes - Mei.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 28.180,05 (vinte e oito mil cento e oitenta reais e cinco centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 22/08/2018

Timbó, 22/08/2017

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

**EXTRATO DE CONVÊNIO**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CONVENIADO: MUNICÍPIO DE TIMBÓ

OBJETO: Realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de Ensino Médio e de Graduação da UFSC nas dependências da Prefeitura de Timbó.

PRAZO: 05 (cinco) anos, contados da data de sua assinatura. Data da assinatura: 17/08/2017.

JORGE AUGUSTO KRUEGER

Prefeito de Timbó

**SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 106. 2016 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 106/2016 – PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para contratação de serviços em pneus (recauchutagem, recapagem, conserto, balanceamento, entre outros) para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta do Município.

EMPRESAS FORNECEDORAS: PAUL NUBER & FILHOS LTDA EPP; GRANDO PNEUS LTDA; RB TRUCK CENTER LTDA ME; VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 251.515,00 (duzentos e cinquenta e um mil quinhentos e quinze reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 22/02/2018

Timbó, 22 de fevereiro de 2017.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**RESOLUÇÃO MD Nº 07/2017**

Resolução MD Nº 07/2017

Estabelece ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Timbó.

FAÇO SABER a todos os Munícipes, que a Mesa da Câmara Municipal de Timbó aprovou e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO MD:  
Art. 1º Será facultativo o ponto para os servidores da Câmara Municipal de Timbó no dia 8 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 17 de agosto de 2017.

DOUGLAS EMANUEL MARCHETTI  
Presidente

ADILSON MESCH  
Vice-Presidente

MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Secretário

**TIMBOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ****PORTARIA TIMBOPREV Nº 59, DE 10 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA TIMBOPREV Nº 59, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição a Servidora Pública Municipal Denise Luzia Agostini Mayer.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

**RESOLVE:**

Art.1º AUTORIZAR DENISE LUZIA AGOSTINI MAYER, ocupante do cargo de Professora, Referência Salarial D-31, matrícula nº 15245-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts. 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00042/17-3, expedida em 26/06/2017, computando-se 824 (oitocentos e vinte e quatro) dias, ou seja, 02 (dois) anos, 03 (três) meses e 04 (quatro) dias, conforme processo TIMBOPREV 52/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

**PORTARIA TIMBOPREV Nº 60, DE 10 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA TIMBOPREV Nº 60, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição a Servidora Pública Municipal Eliane Marta Slomp Nones.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

**RESOLVE:**

Art.1º AUTORIZAR ELIANE MARTA SLOMP NONES, ocupante do cargo de Professora, Referência Salarial D-32, matrícula nº 18813-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts. 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00026/17-8, expedida em 26/05/2017, computando-se 2005 (dois mil e cinco) dias, ou seja, 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses, conforme processo TIMBOPREV 47/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do

Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

**PORTARIA TIMBOPREV Nº 61, DE 10 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA TIMBOPREV Nº 61, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição ao Servidor Público Municipal Waldir Ferrari.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

**RESOLVE:**

Art.1º AUTORIZAR WALDIR FERRARI, ocupante do cargo de Motorista, Referência Salarial SG-32, matrícula nº 22659-03, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts. 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00030/17-5, expedida em 30/05/2017, computando-se 6353 (seis mil, trezentos e cinquenta e três) dias, ou seja, 17 (dezessete) anos, 04 (quatro) meses e 28 (vinte e oito) dias, conforme processo TIMBOPREV 45/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

**PORTARIA TIMBOPREV Nº 62, DE 10 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA TIMBOPREV Nº 62, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição a Servidora Pública Municipal Armelinda Simeoni Agostini.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

**RESOLVE:**

Art.1º AUTORIZAR ARMELINDA SIMEONI AGOSTINI, ocupante do cargo de Educadora Infantil, Referência Salarial C-27, matrícula nº

1062557-11, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts. 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00013/16-5, expedida em 18/03/2016, computando-se 6402 (seis mil, quatrocentos e dois) dias, ou seja, 17 (dezessete) anos, 06 (seis) meses e 17 (dezessete) dias, conforme processo TIMBOPREV 50/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

### **PORTARIA TIMBOPREV Nº 63, DE 10 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA TIMBOPREV Nº 63, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição ao Servidor Público Municipal Eno Kamke.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

#### **RESOLVE:**

Art.1º AUTORIZAR ENO KAMKE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional III, Referência Salarial SG-21, matrícula nº 18120-00, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts. 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00043/17-0, expedida em 07/07/2017, computando-se 5282 (cinco mil, duzentos e oitenta e dois) dias, ou seja, 14 (catorze) anos, 05 (cinco) meses e 22 (vinte e dois) dias, conforme processo TIMBOPREV 56/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

### **PORTARIA TIMBOPREV Nº 64, DE 10 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA TIMBOPREV Nº 64, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição a Servidora Pública Municipal Christiane Keim Stein.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

#### **RESOLVE:**

Art.1º AUTORIZAR CHRISTIANE KEIM STEIN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Referência Salarial SP-46, matrícula nº 20281-00, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts. 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00038/17-6, expedida em 28/06/2017, computando-se 650 (seiscentos e cinquenta) dias, ou seja, 01 (um) ano, 09 (nove) meses e 15 (quinze) dias, conforme processo TIMBOPREV 58/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV



# Três Barras

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO 01/2017 CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DE EMPREGO PUBLICO CONVOCAÇÃO

Através do presente instrumento particular, o Município de Três Barras – SC, no uso de suas atribuições legais e amparado nos arts. 13 e seguintes da Lei Complementar nº 138/2009, e no Edital de Concurso de Emprego Publico.

CONVOCA as pessoas abaixo relacionadas e citadas para, no prazo de até trinta dias, manifestarem o interesse e tomarem posse no Cargo de Provimento Efetivo e de Emprego Publico abaixo especificado, ante a aprovação em regular concurso público de provas e títulos:

#### MEDICO CLINICO GERAL

1º Juliana Sussembach Krauss

2º Jorge Leonides Gomez Veles

#### MEDICO CLINICO GERAL EMPREGO PUBLICO

1º Andre Luiz de Carvalho

2º Marcos Vinicius de Moraes Okada

Os convocados deverão comparecer, no prazo legal, no Setor de RH do Município de Três Barras, localizado no Paço municipal, para as providências legais.

Três Barras, 22 de Agosto de 2017

LUZIELE CAROLINE SANTOS FERREIRA

Diretora Administrativa

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2017.

Vigência: 17/08/2017 até 27/08/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Três Barras – SC – CNPJ nº 11.491.075/0001-39.

Contratado: M A BERTAZZO CORREA COMÉRCIO ÓPTICO EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 23.730.342/0002-43.

Objeto: Constitui objeto do presente pacto a contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ÁREA DE OFTALMOLOGIA para realização de 150 (cento e cinquenta) atendimentos/consultas médicas na especialidade de oftalmologia para pacientes do município de Três Barras-SC devidamente cadastrados na fila de espera da Secretaria Municipal de Saúde, no período de 25 até 27 de agosto de 2017.

Valor Total: R\$ 7.980,00 (sete mil e novecentos e oitenta reais).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 17 de agosto de 2017.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2017

Processo Licitatório nº 39/2017

Vigência: Prevista de 19 (dezenove) meses, fixando seu início para 17 de julho de 2017.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ: 82.515.859/0001-06.

Objeto: Constitui-se objeto deste instrumento a execução do PROJETO CIDADE EMPREENDEDORA NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, na opção ULTIMATE, com 34 (trinta e quatro) soluções, pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, conforme características, objetivos e metodologia discutidos e apresentados na PROPOSTA COMERCIAL DO PROJETO (anexado ao procedimento administrativo) e aprovado mediante TERMO DE ADESÃO (anexado ao procedimento administrativo), de comum acordo entre as partes. O PROJETO CIDADE EMPREENDEDORA foi desenvolvido pelo CONTRATADO, detentor da metodologia e sua aplicação, configurando-se como única sociedade civil habilitada a desenvolvê-lo.

Valor Total: R\$ 146.100,00 (cento e quarenta e seis mil e cem reais).

Previsão orçamentária: Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária específica da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO; LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI  
PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 21 de agosto de 2017.

### EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2015 - TERMO ADITIVO Nº 61/2017.

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2015 - Termo Aditivo nº 61/2017.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Paviplan Pavimentação Ltda – CNPJ nº 03.620.927/0001-12.

Objeto: Altera-se a Cláusula Terceira do Contrato Principal nº 004/2015 incluindo serviços e materiais indispensáveis à conclusão dos trabalhos (Fornecimento, transporte, execução e compactação de camada de macadame hidráulico – Brita 4 A – DMT=20km e=15cm), constantes na planilha elaborada pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal, anexo inseparável deste Instrumento de Aditivo.

Valor: R\$ 44.387,08 (quarenta e quatro mil e trezentos e oitenta e sete mil e oito centavos).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 15 de agosto de 2017.



**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 47/2017.**

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 47/2017 - Edital Pregão nº. 41/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 04 de setembro de 2017, Propostas para "contratação de serviços mecânicos e fornecimento de peças para a manutenção de veículo ambulância Ford Transit placas MIT 7411 do Corpo de Bombeiros de Três Barras", em conformidade com o edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 04 de setembro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro –

Fone / Fax: 47 3623-0121 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 21 de agosto de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI - PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 70/2017

EXTRATO DE CONTRATO 70/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: HB ENGENHARIA EIRELI EPP

OBJETO: Contratação de pessoa física ou jurídica especializada para elaboração de Projeto Estrutural em concreto armado para uma área de 7.086,01 m, compreendendo os serviços de fornecimento de projeto executivo em arquivos DWG, fornecimento de laudo de sondagem do solo, para construção de uma nova escola no Município de Treze Tílias, conforme os valores máximos e descritivo, constantes no Anexo I, integrante deste edital.

TOMADA DE PREÇOS Nº 61/2017

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias, do orçamento vigente para 2017: 06.02.2.203.44.90.00.00.00.00.00, através de recursos próprios.

VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 14.414.00 (Quatorze mil, quatrocentos e quatorze reais).

VIGÊNCIA: O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 30 dias.

DATA ASSINATURA: 22/08/2017

TREZE TÍLIAS, 22/08/2017

## ATA DE RP 09/2017

Página: 1/5

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 9/2017 Data do Registro: 22/08/2017 Válido até: 22/08/2018

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edit

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Recapagem Pneu 1000x20 (Borrachudo) (5730)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	605,0000	1
2	Recapagem Pneu 1000x20 (Liso) (5731)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	600,0000	1
3	Recapagem Pneu 750x16 (Borrachudo) (5732)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	305,0000	1
4	Recapagem Pneu 215/75 R17,5 (Borrachudo) (5734)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	375,0000	1
5	Recapagem Pneu 185/14 (Borrachudo) (5735)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	210,0000	1
6	Recapagem Pneu 185/65 R14 (Liso) (6812)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	200,0000	1
7	Recapagem Pneu 900x20 (Borrachudo) (6813)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	520,0000	1
8	Recauchutagem Pneu 1400x24 (5736)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	1.630,0000	1
9	Recauchutagem Pneu 12,5 - 80x18 (6161)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	945,0000	1
10	Recauchutagem Pneu 19,5x24 (6160)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	2.170,0000	1
11	Recauchutagem Pneu 18,4x30 (5742)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	2.000,0000	1
12	Recauchutagem Pneu 17,5x25 (5743)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	2.040,0000	1
13	Recauchutagem Pneu 12,4x24 (6541)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	980,0000	1
14	Recauchutagem Pneu 700x18 (6159)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	315,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 9/2017		Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018				
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edit								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
15	Recauchutagem Pneu 900x16 (Frisado) (5739)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	400,0000	1	
16	Recauchutagem 750x16 (Frisado) (6815)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	275,0000	1	
17	Recauchutagem 23,1x26 (7709)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	2,600,0000	1	
18	Manchão para pneu 1000x20 (6816)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	68,0000	1	
19	Manchão para pneu 900x20 (6817)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	65,0000	1	
20	Vulcanização Pneu 1400x24 (5746)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	440,0000	1	
21	Vulcanização Pneu 1000x20 (5744)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	135,0000	1	
22	Conserto Pneu Nº 2 (5748)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	23,0000	1	
23	Conserto Pneu Nº 3 (5749)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	30,0000	1	
24	Conserto Pneu Nº 4 (5750)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	35,0000	1	
25	Conserto Pneu Nº 5 (5751)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	45,0000	1	
26	Conserto Pneu Nº 6 (5752)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	53,0000	1	
27	Conserto Pneu nº 7 (6818)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	60,0000	1	
28	Conserto Pneu Nº 8 (5753)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	70,0000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 9/2017		Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018			
Objeto da Compra:		A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edit					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Conserto Pneu Nº 9 (5754)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	90.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 9/2017		Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018			
Objeto da Compra:		A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edit					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	Conserto Pneu Nº10 (5755)	UN	RECAUCHUTADORA RODA LTDA (103)	VIPAL	0	125.0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 9/2017		Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edit							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2017  
PROCESSO Nº 74/2017

(103) - RECAUCHUTADORA RODA LTDA

Treze Tílias, 22 de Agosto de 2017.

## ATA RP Nº 08/2017

Página: 1/13

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 8/2017		Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018		Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de pneus, câmaras de ar e protetores novos para os automóveis e máquinas das diversas secretarias do município de Treze Tílias conforme os itens constantes no Anexo I.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Câmara de ar 100x20 (5666)	UN	SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME (3845)	JFF	0	74,0000	1
			Pneu Bom Ltda. (3847)	Brastube/V304	0	75,0000	2
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	DOBERMANN	0	79,0000	3
2	Câmara de ar 12,5x20 (6779)	UN	SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME (3845)	JFF	0	84,0000	1
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	BBW	0	85,0000	2
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	RS	0	93,0000	3
3	Câmara de ar 140x24 - (5668)	UN	SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME (3845)	JFF	0	149,0000	1
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	BBW	0	150,0000	2
			PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	QBOM	0	156,0000	3
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	DOBERMANN	0	158,0000	4
4	Câmara de ar 14x17,5 (6783)	UN	SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME (3845)	JFF	0	83,9300	1
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	BBW	0	100,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (1546)	TORTUGA	0	122,0000	3
5	Câmara de ar 17,5x25 (5671)	UN	PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	DOBERMANN	0	175,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS**

Página: 2/13

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

**Número do Registro de Preços: 8/2017 Data do Registro: 22/08/2017 Válido até: 22/08/2018**

**Objeto da Compra:** Aquisição de forma parcelada de pneus, câmaras de ar e protetores novos para os automóveis e máquinas das diversas secretarias do município de Treze Tílias conforme os itens constantes no Anexo I.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Câmara de ar 900x16 (5669)		BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	QBOM	0	206,0000	2
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	BBW	0	217,0000	3
		UN	SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME (3845)	JFF	0	55,3900	1
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	QBOM	0	70,0000	2
			PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	QBOM	0	70,0000	3
7	Câmara de ar 900x20 (6782)		PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	QBOM	0	75,0000	4
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	BBW	0	75,0000	5
		UN	SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME (3845)	JFF	0	59,0000	1
			Pneu Bom Ltda. (3847)	MagnumV304	0	60,0000	2
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	DOBERMANN	0	65,0000	3
8	Câmara de ar agrícola 750x16 (6400)	UN	SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME (3845)	JFF	0	35,0000	1
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	DOBERMAN	0	36,0000	2
			JOACABA PNEUS LTDA (3057)	TR15 QBOM	0	45,0000	3
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	BBW	0	45,0000	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS**

Página: 3/13

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

**Número do Registro de Preços: 8/2017 Data do Registro: 22/08/2017 Válido até: 22/08/2018**

**Objeto da Compra:** Aquisição de forma parcelada de pneus, câmaras de ar e protetores novos para os automóveis e máquinas das diversas secretarias do município de Treze Tílias conforme os itens constantes no Anexo I.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Câmara de ar bico largo 750x16 (6401)	UN	SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME (3845)	JFF	0	39,0000	1
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	DOBERMAN	0	40,0000	2
			PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	QBOM	0	55,0000	3
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	QBOM	0	55,0000	4
			JOACABA PNEUS LTDA (3057)	16HE415 PIRE	0	55,0000	5
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	BBW	0	55,0000	6
10	Pneu 1000x20 (borrachudo/misto/radial) 16 lonas (5650)	UN	PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	FIRESTONE T	0	1,310,0000	1
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	PIRELLI/VTG01	0	1,315,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA (1546)	FIRESTONE	0	1,466,0000	3
11	Pneu 1000x20 (iso/misto/radial) 16 lonas (5651)	UN	PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	FIRESTONE T	0	1,190,0000	1
			JOACABA PNEUS LTDA (3057)	FG01 PIRELLI	0	1,200,0000	2
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	PIRELLI/FG01	0	1,240,0000	3
12	Pneu 12,5x60 - 18 (10 lonas) (6078)	UN	JOACABA PNEUS LTDA (3057)	PN12 PIRELLI	0	954,0000	1
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	PIRELLI/PN12	0	955,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS**

Página: 4/13

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

**Número do Registro de Preços: 8/2017 Data do Registro: 22/08/2017 Válido até: 22/08/2018**

**Objeto da Compra:** Aquisição de forma parcelada de pneus, câmaras de ar e protetores novos para os automóveis e máquinas das diversas secretarias do município de Treze Tílias conforme os itens constantes no Anexo I.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Pneu 140x24 (16 lonas) (5553)	UN	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (3623)	TITAN/CONTR	0	995,0000	3
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	GOODYEAR	0	1.003,0000	4
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	GOODYEAR	0	1,100,0000	5
			Pneu Bom Ltda. (3847)	Meggon/Lavor	0	1,890,0000	1
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	PIRELLI/PN14	0	1,950,0000	2
14	Pneu 140x24 (24 lonas) (6398)	UN	JOACABA PNEUS LTDA (3057)	G2L2 PN14 PI	0	1,970,0000	3
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	TITAN	0	1,990,0000	4
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (3623)	TITAN/ROAD (	0	2,000,0000	5
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	TITAN	0	2,228,0000	6
			PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	FIRESTONE S	0	2,240,0000	7
15	Pneu 14x17,5 (10 lonas) (6777)	UN	JOACABA PNEUS LTDA (3057)	ES RM65 PIRE	0	4,335,0000	1
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	PIRELLI/RM65	0	4,338,0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (3623)	ROADGUIDEF	0	4,500,0000	3
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	GOODYEAR	0	1,335,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS**

Página: 5/13

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 8/2017		Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018			
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de pneus, câmaras de ar e protetores novos para os automóveis e máquinas das diversas secretarias do município de Treze Tílias conforme os itens constantes no Anexo I.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

16	Pneu 165/70 R13 (7733)	UN	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (3623)	GOODYEAR/T	0	1.340,0000	2
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	GOODYEAR	0	1.378,0000	3
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	PIRELLI/CONTI	0	154,0000	1
			PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	FIRESTONE F	0	155,0000	2
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	GOODYEAR	0	166,0000	3
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	GOODYEAR	0	175,0000	4
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (3623)	TITAN/EARTH	0	2.430,0000	1
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	TITAN	0	2.550,0000	2
			PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	FIRESTONE 6	0	2.670,0000	3
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	TITAN	0	2.677,0000	4
			PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	FIRESTONE A	0	2.150,0000	1
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (3623)	TITAN/INDUS	0	2.200,0000	2
18	Pneu 19,5/24 (12 lonas) (6077)	UN	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	GOODYEAR	0	2.279,0000	3
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	PIRELLI/PN12	0	2.280,0000	4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE TREZE TILIAS**

Página: 6/13

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

**Número do Registro de Preços: 8/2017 Data do Registro: 22/08/2017 Válido até: 22/08/2018**

**Objeto da Compra:** Aquisição de forma parcelada de pneus, câmaras de ar e protetores novos para os automóveis e máquinas das diversas secretarias do município de Treze Tílias conforme os itens constantes no Anexo I.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Pneu 205x75R16 (8 lonas) (10618)		JOACABA PNEUS LTDA (3057)	PN12 PIRELLI	0	2.290.0000	5
		UN	PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	BRIDGESTON	0	434.0000	1
			JOACABA PNEUS LTDA (3057)	CHRONO PIRI	0	435.0000	2
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	FALKEN	0	460.0000	3
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	PIRELLI/CHRC	0	485.0000	4
20	Pneu 225/45 R17 (7734)			PIRELLI/CINT	0	275.0000	1
		UN	BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	P1 CINT+ PIRI	0	284.0000	2
			JOACABA PNEUS LTDA (3057)				
21	Pneu 750x16 borrachudo (10 lonas) (5654)			RT59 PIRELLI	0	409.0000	1
		UN	JOACABA PNEUS LTDA (3057)				
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	PIRELLI/RT59	0	410.0000	2
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	GOODYEAR	0	450.0000	3
			PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	PIRELLI RT5	0	470.0000	4
22	Pneu 750x16 frizado (10 lonas) (5655)			GOODYEAR	0	439.0000	1
		UN	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)				
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	PIRELLI/RT501	0	440.0000	2
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	GOODYEAR	0	450.0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS**

Página: 7/13

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

**Número do Registro de Preços: 8/2017 Data do Registro: 22/08/2017 Válido até: 22/08/2018**

**Objeto da Compra:** Aquisição de forma parcelada de pneus, câmaras de ar e protetores novos para os automóveis e máquinas das diversas secretarias do município de Treze Tílias conforme os itens constantes no Anexo I.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Pneu 900x16 frizado (10 lonas) (6076)	UN	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	GOODYEAR	0	539,0000	1
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	PIRELLI/TD501	0	540,0000	2
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	GOODYEAR	0	550,0000	3
24	Pneu 900x20 borrachudo misto radial 900x20 (6778)	UN	JOACABA PNEUS LTDA (3057)	TG01 PIRELLI	0	1.119,0000	1
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	PIRELLI/TG01	0	1.120,0000	2
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	GOODYEAR	0	1.350,0000	3
25	Pneu 900x20 liso misto radial 900x20 (6785)	UN	JOACABA PNEUS LTDA (3057)	FG01 PIRELLI	0	1.087,0000	1
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	PIRELLI/FG01	0	1.088,0000	2
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	GOODYEAR	0	1.211,0000	3
26	Pneu liso 175/70 R13 (radial) (5642)	UN	PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	FIRESTONE F	0	158,0000	1
			JOACABA PNEUS LTDA (3057)	P4 CINT PIREI	0	159,0000	2
			SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME (3845)	Bridgestone	0	168,0000	3
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	GOODYEAR	0	170,0000	4
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	GOODYEAR	0	180,0000	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS**

Página: 8/13

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

**Número do Registro de Preços: 8/2017 Data do Registro: 22/08/2017 Válido até: 22/08/2018**

**Objeto da Compra:** Aquisição de forma parcelada de pneus, câmaras de ar e protetores novos para os automóveis e máquinas das diversas secretarias do município de Treze Tílias conforme os itens constantes no Anexo I.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	Pneu liso 175/70 R14 (radial) (6399)	UN	JOACABA PNEUS LTDA (3057)	P1 CINT PIREI	0	210,0000	1
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	PIRELLI/CINTI	0	220,0000	2
			PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	FIRESTONE F	0	225,0000	3
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	DUNLOP	0	254,0000	4
28	Pneu liso 185/65 R14 (radial) (5645)	UN	PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	FIRESTONE	0	219,0000	1
			JOACABA PNEUS LTDA (3057)	P1 CINT PIREI	0	220,0000	2
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	PIRELLI/CINTI	0	225,0000	3
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	DUNLOP	0	240,0000	4
29	Pneu liso 215/75 R17,5 (mistoradial) (5647)	UN	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3821)	GOODYEAR	0	819,0000	1
			PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	BRIDGESTON	0	820,0000	2
30	Protetor 1000x20 - (5673)	UN	SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME (3845)	ZANANDREA	0	23,0000	1
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	RUZI	0	24,0000	2
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	GAFLEX	0	26,0000	3
			PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	CARRETEIRO	0	35,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Página: 9/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 8/2017 Data do Registro: 22/08/2017 Válido até: 22/08/2018

Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de pneus, câmaras de ar e protetores novos para os automóveis e máquinas das diversas secretarias do município de Treze Tílias conforme os itens constantes no Anexo I.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	Protetor 1400x24 (5674)		Pneu Bom Ltda. (3847)	Carreteiro/Arcoz	0	35,0000	5
		UN	SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME (3845)	ZANANDREA	0	39,9000	1
			Pneu Bom Ltda. (3847)	ZcRubber/Arcoz	0	40,0000	2
			JOACABA PNEUS LTDA (3057)	24 SBN	0	50,0000	3
32	Protetor 17,5x25 (5677)			ZANANDREA	0	109,0000	1
		UN	SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME (3845)	Carreteiro/Arcoz	0	110,0000	2
			Pneu Bom Ltda. (3847)	IRBOFLEX	0	148,0000	3
33	Protetor 750x16 (5676)			ZANANDREA	0	16,5800	1
		UN	SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME (3845)	GAFLEX	0	22,0000	2
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	16 SBN	0	27,0000	3
34	Protetor 900x20- (6784)			ZANANDREA	0	23,0000	1
		UN	SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME (3845)	RUIZI	0	24,0000	2
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	GAFLEX	0	26,0000	3
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	Carreteiro/Arcoz	0	35,0000	4
			Pneu Bom Ltda. (3847)				

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Página: 10/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 8/2017 Data do Registro: 22/08/2017 Válido até: 22/08/2018

Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de pneus, câmaras de ar e protetores novos para os automóveis e máquinas das diversas secretarias do município de Treze Tílias conforme os itens constantes no Anexo I.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	Pneu 185 R14 (12136)		PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	CARRETEIRO	0	35.0000	5
		UN	JOACABA PNEUS LTDA (3057)	CHRONO PIRI	0	270.0000	1
			BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	PIRELLI/CHRC	0	280.0000	2
			PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	FIRESTONE C	0	285.0000	3
36	Pneu 195/60 R15 (12137)		PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	FIRESTONE F	0	238.0000	1
		UN	JOACABA PNEUS LTDA (3057)	P7 PIRELLI	0	239.0000	2
		UN	BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	PIRELLI/CINT	0	256.0000	1
37	Pneu 205/55 R16 (11968)		PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	BRIDGESTON	0	282.0000	2
			PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	GOODYEAR	0	295.0000	3
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	GOODYEAR	0	295.0000	4
38	Pneu 275/60 R22,5 (12138)		PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	BRIDGESTON	0	1.240.0000	1
		UN	BELLENZIER PNEUS LTDA (3619)	PIRELLI/FR85	0	1.245.0000	2
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3621)	GOODYEAR	0	1.279.0000	3
			MODELO PNEUS LTDA (1546)	DAYTON	0	1.365.0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

Página: 11/13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 8/2017		Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018			
Objeto da Compra:		Aquisição de forma parcelada de pneus, câmaras de ar e protetores novos para os automóveis e máquinas das diversas secretarias do município de Treze Tílias conforme os itens constantes no Anexo I.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	Pneu 900 R20 (12139)		PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	GOODYEAR	0	1.388,0000	5
		UN	PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME (3844)	BRIDGESTON	0	1.030,0000	1
			PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (3821)	GOODYEAR	0	1.038,0000	2
			JOACABA PNEUS LTDA (3057)	FG01 PIRELLI	0	1.039,0000	3



Página: 12/13

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 8/2017							Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018	
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de pneus, câmaras de ar e protetores novos para os automóveis e máquinas das diversas secretarias do município de Treze Tílias conforme os itens constantes no Anexo I.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
					PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA (3846)	GOODYEAR	0	1.050.0000	4	

Página: 13/13

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 8/2017		Data do Registro: 22/08/2017		Válido até: 22/08/2018			
Objeto da Compra: Aquisição de forma parcelada de pneus, câmaras de ar e protetores novos para os automóveis e máquinas das diversas secretarias do município de Treze Tílias conforme os itens constantes no Anexo I.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2017

PROCESSO Nº 70/2017

- (1546) - MODELO PNEUS LTDA
- (3057) - JOACABA PNEUS LTDA
- (3619) - BELLENZIER PNEUS LTDA
- (3621) - PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME
- (3623) - GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA
- (3844) - PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME
- (3845) - SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME
- (3846) - PNEUS COMERCIO DE PNEUS LTDA
- (3847) - Preu Bom Ltda.

Treze Tílias, 22 de Agosto de 2017.



# Tunápolis

## PREFEITURA

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 176/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 109/2017 DATA EMISSÃO: 22/08/2017**

Processo de Compra Nº.: 176/2017

Pregão Presencial nº: 109/2017

Data Emissão: 22/08/2017

Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

- O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por Item, sob regime de entrega imediata, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Nº 147 de 07 de Agosto de 2014 Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 8h30min do dia 04 de setembro de 2017 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A presente licitação tem por objeto a aquisição uréia adubo, e substrato utilizado no viveiro e grama dos locais públicos nesta Municipalidade de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 8h30min do dia 04 de setembro de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 36/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 22/2017**

Processo de Compra Nº.: 36/2017

Pregão Presencial nº: 22/2017

Data Emissão: 22/08/2017.

Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

- O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE e sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por Item, sob regime de entrega imediata, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecida na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, às 14h do dia 04 de setembro de 2017, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

O Objeto desta licitação refere-se a aquisição de bolsa para gestante e pano de pelúcia para o Kit Gestante, distribuídos para as gestantes do município, através do programa "Prevenção de agravos e melhora da Assistência a Gestante" coordenado pelo Fundo Municipal da Saúde, conforme especificações, e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as às 14h do dia 04 de setembro de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

CLARICE WEIS STAUB  
Gestora do Fundo

# Turvo

## PREFEITURA

### **NOTIFICAÇÃO DE REPASSE 13/2017**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES Nº 13/2017

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

· Contrato de repasse nº: 1023338-99/2015

Objeto: Pavimentação e drenagem pluvial no Município de Turvo

Origem dos Recursos: Ministério das Cidades

Valor da parcela: R\$ 28.442,88 (1ª parcela)

Data do repasse da parcela: 18/08/2017

Turvo/SC, 22 de Agosto de 2017

# União do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO N. 10/2017 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 10/2017
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2017
Tipo : Menor Preço/por item
AQUISIÇÃO DE VEICULO AUTOMOTOR NOVO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE SC.
Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 05 de setembro de 2017.
Abertura dos Envelopes: 14:15 horas do dia 05 de setembro de 2017.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202 ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br
União do Oeste - SC, 22 de agosto de 2017.
VITÓRIO GUBERT
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### DECRETO N. 3526/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 3.526/2017, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.						
		DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.				
		'O Senhor CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1.053/2016;				
		DECRETA:				
Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2017 no valor de R\$36.652,26 (trinta e seis mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e vinte e seis centavos) oriundos do superávit financeiro do exercício anterior (2016), destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa em fonte de recurso específica:						
ADICIONAR DOTAÇÕES						
ENTIDADE: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE						
Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
Unidade Orçamentária: 11.01 – Fundo Municipal de Saúde						
FUNÇÃO: 10 Saúde - SUBFUNÇÃO: 301 Atenção Básica						
Projeto Atividade: 1.015 – Aquisição de Veículos						
41 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.138.000020 .....						23.652,26
42 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.03.138.000008 .....						12.979,92
TOTAL SUPLEMENTADO .....						36.632,18

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2016, originados das seguintes fontes de recursos:					
ORIGEM DOS RECURSOS					
ENTIDADE: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE					
Código do Recurso	Código -Detalhamento		Descrição dos Recursos		Saldo Utilizado - Superávit (R\$)
00.03.0138	20	PMAQ	Superávit - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/UNIÃO		23.652,26
00.03.0138	08	PAB FIXO	Superávit - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/UNIÃO		12.979,92
TOTAL DE RECURSOS			.....		36.632,18
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.					
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.					
CELSO MATIELLO					
Prefeito Municipal					
Registrado em data supra e publicado cfe. Lei Municipal N.º 1010/2014.					

**DECRETO N. 3527/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.527, de 22 de agosto de 2017.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Municipal N.º 976, de 08 de outubro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, do município de União do Oeste, as pessoas representantes das instituições abaixo relacionadas:

I – 03 (três) representantes da Prefeitura Municipal de União do Oeste:

IVAN CARLOS GIROTTI  
EDINHO FAVERO  
ROSEMARI DALLA CORTE

II – 01 (um) representante de Entidades Religiosas:

LEODACIR PIANESOLA

III – 01 (um) representante de Banco ou Cooperativa de Crédito:



CRISTINA GIOVANNONI

IV – 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial do Município de União do Oeste:

SALETE TRENTIN

V – 01 (um) representante da Rede hoteleira, bares e ou similares:

JOSÉ CÍRIO RORING

Art. 2º Os membros do COMTUR, nomeados por este Decreto, prestarão serviços relevantes sem ônus para o poder Público Municipal e terão mandato de 02 (dois) anos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto Municipal N.º 3.450/2017 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 22 de agosto de 2017.

CELSO MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

## **DECRETO N. 3528/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.528, de 22 de agosto de 2017.

“DISPÕE SOBRE INSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DAS AMOSTRAS DE PRÓTESES DENTÁRIAS, OBJETO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO N.º 01/2017 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC”

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Credenciamento Público N.º 001/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Equipe Técnica para avaliação e aprovação das amostras de Próteses Dentárias, objeto do Edital de Credenciamento Público N.º 001/2017 do Fundo Municipal de Saúde do Município de União do Oeste/SC.

Art. 2º São atribuições da Equipe Técnica de avaliação e aprovação da Próteses dentárias:

I – Avaliar as amostras apresentadas pelas empresas credenciantes, afim de comprovar se atendem os requisitos mínimos exigidos no anexo “A” do Edital de Credenciamento Público N.º 01/2017;

II – Emitir parecer conclusivo, no prazo de 05 dias úteis a contar do recebimento das amostras, nos moldes do anexo “E” do Edital de Credenciamento Público n.º 001/2017;

III – Remeter o parecer a Comissão Permanente de Licitações.

Art. 3º Ficam nomeados, para compor a Equipe Técnica de que trará o presente decreto, os seguintes membros:

a) LUCIANA BEAL

b) SUSANA SERGILIO DE CARVALHO

a) NELI MARIA MACHADO

Art. 4º Os serviços prestados pela equipe técnica são considerados de caráter relevante, sem ônus para o município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 22 de agosto de 2017.

CELSO MATIELLO

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

# Urussanga

## PREFEITURA

### **AVISO DE REVOGAÇÃO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 88/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE REVOGAÇÃO DE TERMO ADITIVO

Fica revogada o Terceiro Termo Aditivo/ Supressão ao Contrato nº 88/2015.

Processo de Licitação: 01/2015

Pregão Presencial: 01/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: EMPRESA AUTO VIAÇÃO SÃO JOSÉ LTDA

CNPJ/CPF: 86.529.831/0001-70

Objeto: Transporte Escolar Municipal e Intermunicipal.

Revoga-se a supressão ao Item 14, passando o veículo a fazer a rota de segunda-feira até sexta-feira.

# Videira

## PREFEITURA

### ATA 256/2017-CMDCA

ATA 256/2017-CMDCA – Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, às 08h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a seguinte pauta: 1. Comissão Permanente de Normas e Regulamentação; 1.1 Ofício Conselheira Tutelar Silvana Toccolini; 1.2 Regimento Interno do Conselho Tutelar; 2. Cartilha com as ações do Plano Decenal; 3. Definição de data para o repasse do curso do IX Congressul; 4. Andamento dos processos de registro e inscrição das Entidades Governamentais e Não Governamentais; 5. Criação de site para o CMDCA; 6. Ofício do Ministério Público; 7. Campanha alusiva ao dia 24 de setembro - Dia Estadual de Combate à Violência e à Exploração Sexual Infantojuvenil; 8. Assuntos gerais (mudança Lei Orgânica, Acessibilidade Conselho Tutelar, representante de criança ou adolescente no CMDCA, e campanha de captação do FIA). Iniciada a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Registre-se a presença do Presidente do Conselho Tutelar Luiz Carlos Spanholi. Dando início a Presidente do CMDCA passou a palavra ao Presidente da Comissão de Normas e Regulamentação Rodolfo Pires Filho, o qual explanou que a Conselheira Tutelar Silvana Toccolini solicitou a dispensa para a realização de estágio curricular obrigatório sem a necessidade de compensação, bem como o Conselho Tutelar encaminhou o seu Regimento Interno para análise. Informou ainda que, o ofício da Conselheira Tutelar Silvana Toccolini já foi objeto de discussão e decidido pela plenária neste ano, entregando a análise da Comissão de Normas à Presidente. Quanto à análise do Regimento Interno, este será apresentado na próxima reunião. Após, a Presidente do CMDCA explanou que a cartilha com as ações do Plano Decenal, está em fase de arte gráfica pelo setor de marketing da Prefeitura Municipal de Videira, e que a respectiva arte será apresentada na próxima reunião do Conselho. Em seguida, a Presidente expôs à plenária que participou do dia 08/08/2017 à 10/08/2017 do IX Congressul no município de Blumenau, juntamente com os Conselheiros Rodolfo Pires Filho, Luana Baraúna e os Conselheiros Tutelares Luiz Carlos Spanholi e Miriane Batista, o qual ficou estabelecido a data de 29/08/2017 às 08h00 no Departamento de Ação Social, para o repasse do conteúdo abordado nesta capacitação aos Conselheiros do CMDCA e os Conselheiros Tutelares. Em sequência, no tocante ao andamento dos processos de registro e inscrição das Entidades Governamentais e Não Governamentais, a Presidente explanou que foram 13 (treze) entidades que solicitaram o registro/inscrição no Conselho, e que será repassado a documentação apresentada à Comissão de Normas e Regulamentação. Ficaram definidas as visitas às entidades com as seguintes equipes: 1. APAE/Secretaria Municipal de Saúde: Associação Sorria Criança, Comunidade Terapêutica São Francisco e Pastoral da Criança. 2. Escola de Pais do Brasil/Secretaria Municipal de Educação: APAE, Centro Educacional Passos Firmes, Centro de Educação infantil Pertutti Bambini, Centro de Cuidado Infantil Anjo da Guarda; 3. Pastoral da Criança/Administração Municipal: Abrigo Institucional Lar Menino Jesus I e II e CREAS; 4. Associação Sorria Criança/Departamento de Ação Social: Escola de Pais do Brasil, Polícia Militar de Videira e Associação de Bombeiros Comunitários. Quanto ao Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), esta apresentou o certificado de inscrição no CMDCA no ano de 2014, ficando acordado que esta documentação será encaminhada para análise ao Conselheiro Rodolfo Pires Filho. Após tratando-se da alteração de membros da Secretaria de Finanças, o qual o Secretário Adjunto de Finanças e Controle enviou para Administração

Municipal comunicação de substituição de servidor da área de finanças, porém, sem servidor da respectiva área no Conselho. Após discussões, ficou estabelecido que este caso será encaminhado ao Prefeito Municipal de Videira através do competente ofício. Quanto à criação de um site, a Presidente explanou que a Administração Municipal de Videira propôs de forma gratuita a criação de uma página de facebook e de um link do CMDCA no site da Prefeitura. Após discussões, ficou deliberado que não deve existir vinculação entre os sites. Será encaminhado à Administração Municipal para a realização de licitação para a criação de um site do CMDCA. Após, foi analisado o Plano de Ação e Aplicação do FIA, ficou estabelecido para viabilizar uma capacitação para os Conselheiros do CMDCA e trabalhadores da rede de atendimento a criança e adolescente com palestrantes renomados desta área, e que o palestrante será decidido após o levantamento de orçamento. Quanto à ação de captação de recurso para o Fundo da Infância e Adolescência – FIA, ficou estabelecido para a realização de um café da manhã com as entidades da rede de atendimento a criança e adolescente, para explanação com a participação da Contadora Ilva Farina, para a captação deste recurso até a data de 31/12/2017. Após foi explanado à plenária o Ofício n. 0387/2017/01PJ/VID da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Videira, o qual cientifica ao CMDCA sobre o indeferimento de instauração de Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil referente a Notícia de Fato n. 01.2016.00016107-9 da Conselheira Tutelar Juliana Weber. Quanto à campanha alusiva do dia 24 de setembro - Dia Estadual de Combate à Violência e à Exploração Sexual Infantojuvenil, a Presidente explanou a plenária para nesta data realizar panfletagem informativa, bem como para finalizar com a possibilidade da realização de um espetáculo teatral, o qual ficou estabelecido para enviar o orçamento da peça Memórias de Nina do Dueto Produções, ao Departamento de Ação Social para contratação desta peça. E ainda, marcar uma reunião com o Secretário Municipal de Educação e com a Gerente Regional de Educação, para que as crianças e adolescentes das escolas do município desenvolvam atividades para exposição na Praça de Lazer, sobre a data alusiva do dia 24 de setembro, e também com exposição da APAE. Ao final, no tocante aos assuntos gerais os Conselheiros discutiram sobre a possibilidade de alteração da Lei Orgânica que o Prefeito Municipal é o Presidente do Conselho. Quanto à falta de acessibilidade da sede do Conselho Tutelar, ficou deliberado para que se construa uma rampa na sede do Conselho Tutelar, o qual será solicitado através de ofício ao Departamento de Ação Social. Quanto à possibilidade de representante de criança ou adolescente no CMDCA, a Presidente explanou para a realização de uma campanha de conscientização nas escolas do município, o qual será discutido na próxima reunião do Conselho. Após o Presidente do Conselho Tutelar expôs que estão reordenando o arquivo morto do Conselho Tutelar, devido a existência de arquivos de 10 (dez) anos atrás com a possibilidade de incineração, o qual informou que irá enviar ofício ao CMDCA e que será analisado. Após, foi solicitado ao Presidente do Conselho Tutelar que apresente os dados de cada Conselheiro Tutelar que efetuou o registro do Sistema APOIA, conforme acordado juntamente com o Ministério Público. Ficou deliberado para a apresentação destes dados na próxima reunião. Reiterou-se que a próxima reunião do Conselho, está designada para a data de 12/09/2017. Encerradas as discussões, às 10h45min, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente do CMDCA agradeceu a presença de todos. Eu, Viviane de Fátima e Silva Spörr \_\_\_\_\_, Presidente do CMDCA, assim como os demais presentes em lista própria, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

**DECRETO Nº 14.137/17**

DECRETO Nº 14.137/17, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a regulamentação do Sistema Rotativo de Estacionamento em ruas, vias e logradouros públicos no Município de Videira, instituído pela Lei nº 931/01 e dá outras providências.

DORIVAL CARLOS BORG, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, IX e o art. 203 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 24, X do Código de Trânsito Brasileiro, com as Resoluções nº 303 e 304 do CONTRAN, e de conformidade com as disposições legais vigentes,

**DECRETA****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Sistema de Estacionamento Rotativo criado pela Lei nº 931/01, de 18 de outubro de 2001, reger-se-á pelas disposições contidas neste Decreto.

Parágrafo Único - Compreende-se como Estacionamento Rotativo a área de estacionamento rotativo identificadas mediante sinalização específica implantada nas ruas, vias e logradouros públicos, definidos neste Decreto, mediante a observância de determinadas condições e o pagamento de preço público estabelecido para sua ocupação.

Art. 2º O Estacionamento Rotativo será operado sob-regime de concessão onerosa, mediante prévia licitação.

§ 1º A concessão do serviço de que trata este Decreto reger-se-á pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e suas alterações, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, da Lei Municipal nº 931, de 18 de outubro de 2001, e suas alterações, pela presente regulamentação, pelo respectivo Edital de Concorrência Pública, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas do indispensável contrato.

§ 2º A concessão será outorgada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal e formalizada em conformidade com o art. 4º da Lei Federal nº 8.987/95.

§ 3º O serviço concedido ficará sujeito à regulamentação e fiscalização do Poder Público, que poderá retomar sua execução quando a concessionária deixar de atender satisfatoriamente, aos fins ou às condições do contrato.

Art. 3º O prazo de concessão para a gestão, execução e fiscalização das áreas de estacionamento rotativo, de que trata o artigo anterior, será por um período máximo de 05 (cinco) anos, mediante contrato de concessão, observadas as condições estabelecidas no ato licitatório específico.

Art. 4º A utilização do sistema de estacionamento rotativo, será realizada por sistema eletrônico, com utilização da vaga limitada de no máximo 02 (duas) horas.

§ 1º Em virtude da alteração do Sistema de Estacionamento, os usuários que possuírem cartões-horários, deverão realizar a substituição do cartão-horário para créditos no sistema eletrônico do Estacionamento Rotativo.

Art. 5º A concessionária deverá, sem ônus para o Município, fornecer, instalar, conservar e substituir os equipamentos empregados no sistema e a sinalização viária regulamentadora do estacionamento, bem como realizar todas as obras que se fizerem necessárias à operação da concessão.

Parágrafo Único. Os locais designados para o funcionamento do estacionamento Rotativo deverão ser identificados com as placas de estacionamento regulamentado, definidas no Código de Trânsito Brasileiro, acrescidas das informações complementares relacionadas com as condições de estacionamento, colocadas em placas adicionais abaixo do sinal de regulamentação, ou a este incorporada, formando uma só placa, conforme normas e especificações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

Art. 6º A concessionária deverá prestar serviços adequados ao pleno atendimento aos usuários do sistema, conforme previsto no Contrato de Concessão e Edital de Licitação.

Art. 7º O sistema de estacionamento regulamentado ocorrerá, de segunda a sexta-feira, das 09h00min (nove horas) às 11h45min (onze horas e quarenta e cinco minutos) e das 13h30min (treze horas e trinta minutos) às 17h45min (dezessete horas e quarenta e cinco minutos) e nos sábados das 09h00min (nove horas) às 11h45min (onze horas e quarenta e cinco minutos).

Parágrafo Único. Ocorrendo alteração dos horários de prestação de serviços das atividades econômicas, especialmente as de caráter comercial, e por razões de conveniências administrativas, a critério do Poder Executivo, poderão ser modificados, através de Decreto Municipal, os períodos de estacionamento regulamentado.

Art. 8º Para efeitos deste Decreto considera-se estacionamento a imobilização de veículos por tempo superior ao estritamente necessário para o embarque ou desembarque de passageiros.

**SEÇÃO I****DO SISTEMA ELETRÔNICO**

Art. 9º Fica definido como forma de operação do sistema de Estacionamento Rotativo o Sistema Eletrônico, disponível para acesso dos usuários através de aplicativo ou sítio na rede mundial de computadores.

§ 1º Os usuários incluirão créditos virtuais em seus cadastros, para utilização nas Áreas de Estacionamento Rotativo, mediante pagamento de preço público, estabelecido neste Decreto.

§ 2º O Poder Executivo terá acesso remoto ao sistema utilizado para fins de fiscalização e controle dos créditos;

Art. 10 Os usuários poderão realizar o cadastro por meio eletrônico em aparelhos celulares compatíveis com o aplicativo ou sítio na rede mundial de computadores da concessionária, e ainda pessoalmente com os monitores ou no escritório da Concessionária.

Art. 11 O sistema de operação do estacionamento rotativo pago, será efetivado por meio eletrônico de arrecadação, integrados em sistema de gestão, sob a forma de cobrança eletrônica, nas quais deverão obedecer aos critérios técnicos, definidos conforme exposto abaixo:

I. No decorrer do mês de agosto e setembro do corrente ano, a concessionária procederá com a implantação do novo sistema eletrônico de estacionamento rotativo, devendo colocar definitivamente em operação até o fim deste período;

II. Quando da implantação do sistema eletrônico em toda a área de abrangência do estacionamento rotativo, serão os cartões-horário de estacionamento automaticamente excluídos da operação, reservados os direitos de uso dos cartões de estacionamento já adquiridos, pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

III. A partir da implantação do sistema eletrônico todo Aviso de

Irregularidade será regularizada somente por meio de créditos virtuais na conta previamente cadastrada em nome do usuário, conforme previsto no Art. 40º, não sendo mais aceito a regularização por meio de cartão-horário.

## SEÇÃO II DO CADASTRO NO SISTEMA

Art. 12 O usuário irá criar sua conta no aplicativo ou através do sítio virtual da empresa Concessionária do Sistema de Estacionamento Rotativo.

§ 1º A conta criada através do aplicativo também poderá ser utilizada através do sítio virtual, assim como a conta criada por meio do sítio poderá ser acessada no aplicativo móvel.

§ 2º O usuário deverá configurar sua conta, a seu critério, tendo em vista as regulamentações deste Decreto.

§ 3º O usuário não poderá utilizar a mesma conta simultaneamente em mais de um aparelho, bem como não será possível criar novos tickets enquanto houver um ticket ativo na conta.

§ 4º O usuário poderá configurar sua conta para recebimento de comprovantes e aviso de irregularidade via e-mail e ainda autorizar a emissão do TICKET AUTOMÁTICO pelas monitoras do Estacionamento Rotativo, conforme Art. 17º deste Decreto Municipal.

§ 5º O usuário poderá visualizar o extrato de sua conta;

Art. 13 O usuário deverá adquirir créditos com monitores ou na sede da Concessionária, os quais serão vinculados à conta através do CPF cadastrado.

§ 1º A concessionária poderá ainda oferecer a opção do usuário para aquisição de créditos através de sítio virtual, onde o usuário irá criar sua conta.

§ 2º Ao adquirir créditos, o usuário receberá um comprovante impresso e/ou por e-mail, caso tenha efetuado a configuração em sua conta.

Art. 14 O usuário deverá cadastrar seus veículos em sua conta.

Art. 15 É de responsabilidade do usuário, manter o cadastro de veículos atualizado e assinalar a opção "INATIVO" quando um veículo não for mais de sua propriedade ou uso.

## SEÇÃO III DA OPERAÇÃO DO SISTEMA

Art. 16 Ao estacionar, o usuário deverá criar, por meio do aplicativo, um ticket eletrônico, onde informará o número da vaga, conforme sinalização, selecionará um veículo cadastrado, conforme art. 14, e o tempo desejado para utilização, respeitando o limite máximo permitido para a vaga.

§ 1º Para poder criar o ticket de estacionamento, deverá existir saldo suficiente na conta do usuário no aplicativo.

§ 2º Enquanto o ticket estiver ativo, o usuário poderá adicionar mais tempo até o limite máximo permitido para a vaga ocupada.

§ 3º Quando o ticket for criado pelo próprio usuário, através do aplicativo, este poderá finalizá-lo, sendo que o valor equivalente ao tempo não utilizado será devolvido à sua conta.

§ 4º Ao mudar de vaga, mesmo tendo um ticket ativo, o usuário deverá finalizá-lo e então criar um novo ticket para a nova vaga.

Art. 17 Nos casos em que o usuário, através de sua conta, autorizou a emissão de ticket automático, conforme Art. 12º §4º, o monitor do Estacionamento Rotativo poderá confirmar a presença do veículo na vaga, gerando o ticket e descontando da conta do usuário o valor referente ao crédito mínimo estabelecido neste Decreto;

§ 1º Quando for criado ticket automático pelo monitor, o usuário poderá finalizá-lo, mas, não terá restituição do crédito à sua conta referente ao tempo não utilizado.

§ 2º O ticket automático estará ativo pelo tempo mínimo estabelecido e o monitor irá gerar tickets sucessivos a cada período mínimo, até o limite máximo permitido para a vaga utilizada.

§ 3º O ticket automático somente será gerado se o usuário autorizou a criação destes em sua conta, caso contrário, mesmo que o usuário possua créditos na conta, seu veículo estará caracterizado como irregular e sujeito a aplicação do Aviso de Irregularidade;

§ 4º A emissão do ticket automático somente poderá ocorrer se, além de autorizada, o usuário tenha saldo suficiente em sua conta, caso contrário, seu veículo estará caracterizado como irregular e sujeito a aplicação do Aviso de Irregularidade;

Art. 18 O usuário que não criar sua conta, descrita nesta seção, poderá utilizar o Estacionamento Rotativo, através da emissão de um ticket avulso, o qual deverá ser adquirido com o monitor e não terá restituição do tempo não utilizado, passando a valer o tempo de estacionamento a partir do momento da aquisição do ticket.

## CAPÍTULO II DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO E DO PREÇO PÚBLICO

Art. 19 A concessionária deverá, dispor de funcionários devidamente identificados e uniformizados, para certificar-se da correta utilização do sistema.

Art. 20 A concessionária deverá destinar 01 (uma) orientadora para cada 50 (cinquenta) vagas nas vias de menor movimento, 01 (uma) orientadora para cada 35 (trinta e cinco) vagas nas vias de maior movimento, e 02 (duas) supervisoras para todas as vias.

Parágrafo Único. Ficam definidas como vias de maior movimento, as Ruas Saul Brandalise e XV de Novembro.

Art. 21 Nos locais definidos pelo Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI e devidamente sinalizado serão implantadas Vagas de Curta Duração onde o estacionamento estará isento de pagamento do preço público, podendo permanecer estacionado pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos, com pisca alerta ligado, após o qual estará o usuário sujeito às penalidades e medidas administrativas previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, sem aviso prévio.

Parágrafo Único. Fica definido o limite máximo de 1,5% (um virgula cinco por cento) do total de vagas do sistema rotativo para implantação de Vagas de Curta Duração.

Art. 22 Defronte aos estabelecimentos de ensino regular haverá vagas exclusivamente destinadas para embarque e desembarque de estudantes, observando-se as mesmas condições estabelecidas no parágrafo anterior.

Art. 23 Fica assegurada a reserva de 2% (dois por cento) do total de vagas regulamentadas pelo Estacionamento Rotativo, nos termos da Lei Federal nº 9.503, para os veículos que transportem pessoas portadoras de necessidades especiais.



§ 1º Para os efeitos do presente regulamento, considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquelas que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se como o meio e de utilizá-lo.

§ 2º A sinalização e as especificações técnicas de desenho e traçado das vagas de estacionamento de que trata este artigo deverão estar em conformidade com a NBR 9050, editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, assim como as normas contidas nos manuais de sinalização aprovadas pelas resoluções nos 180, 236 e 304 do CONTRAN.

Art. 24 Fica assegurada a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas no Estacionamento Rotativo, para os idosos a partir dos 60 (sessenta) anos, nos termos da Lei Federal nº 10.741, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

Parágrafo Único - A reserva das vagas a que se refere o caput deste artigo objetiva única e exclusivamente a acessibilidade e deverão obedecer ao disposto na resolução nº 303 do CONTRAN.

Art. 25 A utilização das vagas especiais destinadas para veículos que transportem pessoas com deficiência ou para idosos, estará isenta do pagamento do preço público, conforme disposto no Art. 31, Inciso X, desde que o veículo esteja utilizando OBRIGATORIAMENTE a credencial de vaga especial emitida por órgão competente, sujeito as penalidades conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

§ 1º Caberá ao Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI o cadastramento dos que necessitarem de vagas especiais sendo, para os Idosos, necessário apresentar a carteira de identidade e/ou carteira nacional de habilitação e comprovante de residência, e para pessoas com deficiência, além da documentação mencionada deverá apresentar laudo médico determinando o prazo permanente ou temporário.

§ 2º Apesar da isenção do pagamento do preço público, o veículo deverá cumprir com as demais regulamentações deste Decreto, conforme disposto no Art. 4º, em especial a rotatividade da vaga;

#### SEÇÃO I DA UTILIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO

Art. 26 Para a utilização do Estacionamento Rotativo deverão ser observadas as seguintes disposições:

§ 1º O veículo deverá ser posicionado no sentido do fluxo, paralelo ao bordo da pista de rolamento, e junto à guia da calçada (meio-fio), respeitando os limites estabelecidos pela demarcação individual de vaga disposta através de sinalização horizontal específica, admitidas as exceções devidamente sinalizadas.

§ 2º O veículo cujas dimensões excedam a demarcação viária estabelecida para uma vaga de estacionamento, pagará o correspondente ao número de vagas ocupadas. Informando através do aplicativo a numeração de todas as vagas que estão sendo utilizadas.

§ 3º As motocicletas ou similares deverão ser estacionadas nos locais especificadamente demarcados e sinalizados para tal finalidade e para este tipo exclusivo de veículo.

§ 4º Nos locais em que o estacionamento esteja regulamentado como estacionamento oblíquo, não é permitido o estacionamento de motocicletas e similares, conforme definições estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro, estando sujeitas a remoção desde o momento de seu estacionamento irregular.

§ 5º Os veículos que estacionarem nas vagas não à eles destinadas, quando notificados com o Aviso de Irregularidade, o valor a ser pago na regularização será equivalente a vaga ocupada.

§ 6º A operação em área específica de carga e descarga está disciplinada na Lei Municipal nº 2.301/10, e suas alterações, e será regulamentada por intermédio de sinalização específica, mas será considerado estacionamento, estando sujeita aos ditames deste regulamento.

§ 7º A permanência do condutor ou de outra pessoa no interior do veículo, não desobriga o uso dos créditos do Estacionamento Rotativo.

§ 8º O tempo máximo de permanência na área Denominada Zona Azul é de 02h00min (duas horas) contínuas e na área Denominada Zona Verde é de 04h00min (quatro horas) condicionado a uma vez no período matutino e outra no período vespertino do dia, sendo vedada a recondução do veículo para outra vaga na mesma via dentro do período.

Art. 27 A colocação de caçambas de entulho ou ainda a reserva de vagas de estacionamento deverão ser solicitadas e autorizadas expressamente pelo Órgão Executivo de Trânsito de Videira - ORTRAVI, devendo ser comprovada a real necessidade de utilização da área de estacionamento, não podendo o período de utilização ser superior à 07 (sete) dias.

Parágrafo Único. Após autorização expressa do ORTRAVI deverá ser efetuado o pagamento adiantado, junto à Concessionária do Sistema de Estacionamento Rotativo, referente ao tempo autorizado para uso da vaga de estacionamento rotativo. Não havendo reembolso no caso de utilizar tempo menor que o solicitado.

#### SEÇÃO II DA ZONA AZUL E ZONA VERDE

Art. 28º As áreas do estacionamento rotativo controlado, terão as seguintes denominações:

I. Zona Azul - Destinada ao estacionamento de veículos de passageiros, veículos de carga de capacidade de até 11 PBT (Peso Bruto Total) e motocicletas, em região de alta demanda de utilização de vagas do sistema;

II. Zona Verde - Destinada ao estacionamento de veículos de passageiros, veículos de carga de capacidade de até 11 PBT (Peso Bruto Total) e motocicletas, em região periférica do sistema, com grande demanda de utilização de vagas do sistema.

Art. 29 As vias e logradouros públicos pertencentes ao Sistema de Estacionamento Rotativo controlado são as que se seguem:

ZONA AZUL		
IND.	VIA/LOGRADOURO	TRECHO
1-A	Rua Saul Brandalise	Da Av. Dom Pedro II até o entroncamento com a Rua Veneriano dos Passos.
2-A	Avenida Dom Pedro II	Da Rua Brasil até o entroncamento com a Rua Benjamin Grazziotin.
3-A	Rua Pedro Andreazza	Toda a Extensão.
4-A	Rua Coronel Alberto Schmidt	Toda a Extensão.
5-A	Rua XV de Novembro	Da Rua Bom Sucesso até o entroncamento com a Rua Marechal Floriano Peixoto.
6-A	Rua Benjamin Grazziotin	Toda a Extensão.



7-A	Rua Padre Anchieta	Da Rua Saul Brandalise até o entroncamento com a Rua Victor Meirelles.
8-A	Rua Brasil	Da Avenida Dom Pedro II até o entroncamento com a Rua Coronel Fagundes.
9-A	Rua Oswaldo Cruz	Da Rua Brasil até o nº 109.
10-A	Avenida Antônio Nico Fávero	Da Travessa Nestor Fernandes até a Praça Nereu Ramos.
11-A	Rua Luiz Ferlin Sênior	Da Rua Saul Brandalise até o entroncamento com a Rua Veneriano dos Passos.
12-A	Rua Santa Catarina	Toda a Extensão.
13-A	Rua 7 de Setembro	Toda a Extensão.
14-A	Rua Duque de Caxias	Toda a Extensão.
15-A	Rua Bom Sucesso	Toda a Extensão.
16-A	Rua Nicolau Cavan	Da Rua Brasil até o entroncamento com a Ponte Cezar Carelli.
17-A	Rua Marechal Floriano Peixoto	Da Rua Santa Catarina até o entroncamento com a Rua Duque de Caxias;
18-A	Rua Coronel Fagundes	Da Rua Brasil até o entroncamento com a Rua Arlindo de Mattos.

**ZONA VERDE**

IND	VIA/LOGRADOURO	TRECHO
1-V	Rua Veneriano dos Passos	Toda a Extensão.
2-V	Rua Marechal Floriano Peixoto	Da Rua XV de Novembro até o entroncamento com a Rua Santa Catarina e da Rua Duque de Caxias até o entroncamento com a Rua Bom Sucesso.
3-V	Rua Bulcão Viana	Da Rua XV de Novembro até o entroncamento com a Rua Brasil Viana.
4-V	Rua Lauro Muller	Toda a Extensão.
5-V	Rua Alberto Zoller	Da Rua Lauro Muller até o Entroncamento com a Avenida Manoel Roque.
6-V	Rua Luiz Ferlin Sênior	Da Rua Veneriano dos Passos até o entroncamento com a Rua Coronel Fagundes.

§ 1º Até disposição em contrário fica dispensado o pagamento nas vagas rotativas, compreendidas pela Zona Verde.

§ 2º A critério da municipalidade, e atendendo as necessidades técnicas, conveniência e oportunidade para eficiência do Sistema, poderá o mesmo sofrer acréscimos ou supressões de vias, ruas e logradouros.

§ 3º As áreas de estacionamento deverão estar devidamente identificadas através de sinalização própria prevista no Parágrafo Único do Art. 5º deste Decreto, as quais serão usufruídas mediante o pagamento de preço público, observadas as disposições deste regulamento.

### SEÇÃO III DO PREÇO PÚBLICO E DOS CRÉDITOS

Art. 30 A empresa concessionária que venha explorar o Sistema de Estacionamento Rotativo, destinará mensalmente ao Município, no mínimo 10% (dez por cento) do montante total arrecadado ou percentual a maior, conforme resultado em processo licitatório próprio.

§ 1º O Município repassará mensalmente o percentual de 10% (dez por cento) à entidade assistencial a ser definida pelo Poder Executivo Municipal.

§ 2º A entidade assistencial apresentará prestação de contas dos valores recebidos, no final de cada exercício anual correspondente ao início de recebimento.

§ 3º Os novos repasses ficarão condicionados à aprovação, pela Municipalidade, das prestações de contas apresentadas.

Art. 31 Não estão sujeitos ao pagamento do preço público pela utilização do Estacionamento Rotativo:

I. Veículos oficiais da União, dos Estados e dos Municípios;

II. Veículos militares, da Marinha, do exército e da Aeronáutica;

III. Veículos do Corpo de Bombeiros;

IV. Ambulâncias;

V. Veículos das empresas públicas prestadoras de serviços essenciais, quando em serviço na via e devidamente sinalizado;

VI. Veículos licenciados como carro de aluguel (táxi) quando em serviço, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos;

VII. Usuários das vagas especiais de estacionamento, de IDOSO e PESSOA COM DEFICIÊNCIA, desde que apresentem a Credencial de Estacionamento em Vaga Especial.

§ 1º Não gozam da isenção de pagamento de preço público as empresas terceirizadas prestadoras dos mesmos serviços.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, são considerados veículos das empresas públicas prestadoras de serviços essenciais, os veículos definidos pela Resolução nº 268 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

§ 3º O tempo de permanência dos veículos constantes do § 2º, poderão exceder o tempo máximo permitido na vaga, entretanto, somente com autorização expressa do Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI, salvo nos casos de emergência.

§ 4º O veículo licenciado como carro de aluguel (táxi) quando em serviço fica isento do pagamento do preço público, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos, com pisca - alerta ligado, após o qual estará o usuário sujeito às penalidades e medidas administrativas previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

§ 5º Os veículos referidos no caput deste artigo ficam isentos do pagamento do preço público, no entanto, devem cumprir integralmente com as demais regulamentações deste Decreto, salvo nos casos expressamente autorizados pelo Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI.

Art. 32 Fica definido o Preço Público do Sistema de Estacionamento Rotativo, conforme segue:

I. Para Motocicletas e Similares no período de 1h (uma hora) fica estabelecido o valor de R\$ 0,30 (Trinta Centavos de Real);

II. Para os demais veículos no período de 1h (uma hora) fica estabelecido o valor de R\$ 1,00 (Um Real);

Art. 33 Fica definido ainda, para fins de fiscalização das vagas do Sistema de Estacionamento, o período mínimo de 30 (trinta) minutos.

Art. 34 O preço público pelo estacionamento nas áreas do Sistema de Estacionamento Rotativo será reajustada anualmente conforme

estabelecido no Contrato de Concessão ou conforme prerrogativas elencadas pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

### CAPÍTULO III DAS IRREGULARIDADES E PENALIDADES

Art. 35 O proprietário e/ou condutor do veículo que estacionar em desacordo com as regras do estacionamento rotativo estarão sujeitos ao Aviso de Irregularidade e nos casos em que este não for regularizado, estarão sujeitos à aplicação das penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

#### SEÇÃO I DAS IRREGULARIDADES

Art. 36 Será considerado como irregularmente estacionado o veículo com:

I. A permanência do mesmo além do tempo máximo de estacionamento autorizado;

II. A utilização irregular do aplicativo do Estacionamento Rotativo;

III. A não existência de créditos na conta do usuário;

IV. Estacionar em local demarcado por faixas amarelas ou fora do espaço delimitado para a vaga;

V. Estacionar ou parar o veículo em desacordo com o Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

§ 1º Identificadas quaisquer irregularidades na utilização do estacionamento rotativo, será emitido o Aviso de Irregularidade, conforme disposto na Seção II, Capítulo III, deste Decreto.

§ 2º Nas vias do Estacionamento Rotativo, compreendido pela Zona Azul, será permitida a permanência de veículo pelo prazo máximo de 2 (duas) horas, condicionado a uma vez no período matutino e outra no período vespertino do dia, sendo vedada a recondução do veículo para outra vaga na mesma via dentro do período.

§ 3º Os veículos que descumprirem outras regras de trânsito previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB e, quando for o caso, estarão passíveis de remoção para o pátio municipal.

§ 4º Os veículos que excederem o período de 2 (duas) horas de utilização, não havendo sua retirada da vaga, conforme previsto do § 2º deste Artigo, estarão sujeitos a remoção do veículo para o pátio municipal.

§ 5º Caso ocorra a remoção do veículo, a mesma será efetuada por autoridade competente, e as despesas recairão sobre o proprietário do veículo removido, ressalvados os casos fortuitos.

§ 6º Cabe aos monitores do Estacionamento Rotativo, devidamente cadastrados no Órgão de Trânsito de Videira, o Poder de Fiscalização do Sistema de Estacionamento Rotativo.

#### SEÇÃO II DOS AVISOS DE IRREGULARIDADE

Art. 37 Como meio de fiscalização do estacionamento rotativo, a empresa concessionária por delegação do Município, às suas expensas, através de seus os(as) orientadores(as) e/ou supervisores(as), deverá notificar o usuário que infringir o disposto no art. 36 deste regulamento, por meio de aviso de irregularidade que será afixado no para-brisa do veículo, para que regularize sua situação.

§ 1º A regularização objeto do caput deste artigo, tem caráter educativo e se dará com a aquisição correspondente a 10h (dez horas) de crédito do sistema de estacionamento rotativo.

§ 2º O prazo para regularização do aviso será de 05 (cinco) dias úteis contados da data da emissão do aviso de irregularidade.

§ 3º Decorrido o prazo de 05 (cinco) dias úteis sem que o usuário tenha efetuado a regularização do aviso, deverá a empresa concessionária enviar os dados do veículo, juntamente com os documentos comprobatórios da irregularidade, à autoridade de trânsito municipal para lavratura do auto de infração de trânsito e aplicação da sanção correspondente, com fulcro nos artigos 24, 181, inciso XVII, e 280 da Lei 9.503/97.

Art. 38 O aviso de irregularidade será expedido pelos os(as) orientadores(as) e/ou supervisores(as) da empresa concessionária, no uso das atribuições de fiscalização conferidas legalmente pelo ente público, desde que devidamente credenciados conforme previsão no Art. 36º, § 6º deste regulamento.

Parágrafo Único - Deve constar obrigatoriamente no aviso de irregularidade, no mínimo:

I. Número do aviso de irregularidade;

II. Data, hora e local da irregularidade;

III. Motivo da irregularidade;

IV. Dados do veículo;

V. Identificação do orientadores(as) e/ou supervisores(as).

Art. 39 Quando for gerado um Aviso de Irregularidade para seu veículo o usuário, irá recebê-lo impresso e/ou por e-mail e ainda poderá consultá-lo através do aplicativo, do site ou na sede da concessionária.

Art. 40 A regularização do Aviso de Irregularidade deverá ser efetuada junto a um monitor ou na sede da concessionária.

#### SEÇÃO III DAS PENALIDADES

Art. 41 A não regularização do aviso conforme previsto no §1º, do Art. 37º deste Decreto implicará na lavratura do auto de infração de trânsito, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

§ 1º Será competente para lavrar o auto de infração de trânsito prevista no caput deste artigo, a Polícia Militar de Santa Catarina e a Autoridade de Trânsito do Município ou seus agentes.

§ 2º A autoridade de trânsito municipal remeterá diariamente ao Comando da Polícia Militar de Videira, os dados dos veículos irregulares, juntamente com os documentos comprobatórios das irregularidades, para confecção dos autos de infração de trânsito, em respeito ao Convênio de Trânsito firmado entre o Município e a Polícia Militar de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN SC.

#### CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42 As exigências de preço para estacionamento de veículos não acarretará, ao Município ou a concessionária do serviço, a obrigação de guardá-los e vigiá-los, nem responsabilidade por

acidentes, roubos, furtos, ou danos de qualquer espécie que estes vierem a sofrer.

Art. 43 A receita decorrente da venda dos créditos de estacionamento, subtraídos os valores constantes do Art. 30º deste regulamento, será destinada a cobrir os custos operacionais da concessionária.

Art. 44 As atividades de implantação, planejamento, gerenciamento e fiscalização do serviço de que trata este Decreto, será exercida pela Secretaria Municipal de Planejamento, com a colaboração direta do Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI.

Art. 45 Os casos omissos serão resolvidos pelo Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI, o qual poderá expedir determinações gerais ou especiais de natureza complementar a este regulamento, mediante homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 46 Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo efeitos a partir de 15 de agosto de 2017, revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nos 12.275/15 e 12.909/2016.

Videira, 14 de agosto de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

### **DECRETO Nº 14.150/17**

DECRETO Nº 14.150/17, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.  
Nomeia Diretor de Turismo e Cultura

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

#### **RESOLVE**

Art. 1º Nomear, FRANCINI LIRA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Turismo e Cultura, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de agosto de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

### **INEXIGIBILIDADE Nº 38/2017 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 38/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 38/2017

PROCESSO Nº 153/2017

HOMOLOGAÇÃO: 22/08/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO ARTISTA "MARCOS PIANGERS" PARA A APRESENTAÇÃO DA PALESTRA "O PAPAI É POP" NA FEIRA DO LIVRO DE VIDEIRA, QUE OCORRERÁ NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

VIGÊNCIA: 22 de agosto de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

CONTRATADO: MARCOS PIANGERS.

FUNDAMENTO: Artigo 25, III, da Lei 8666/93.

Videira – SC, 22 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 0715/17**

PORTARIA nº 0715/17

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13626/2017,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses à servidora MARCIA WALBER, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 1º de outubro de 2017 até 1º de janeiro de 2018, referente ao quinquênio de 1 de junho de 2006 a 31 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2017.

Videira, 15 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

### **PORTARIA Nº 0736/17**

PORTARIA nº 0736/17

Autoriza o Uso de Parque Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 15205/2017,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do Parque do Rio do Peixe, pela Associação Protetora dos Animais de Videira, no dia 1º de outubro de 2017,

das 13h00min às 19h00min, para realização da 9ª Cãominhada Videira pela Posse Responsável, evento de encerramento da semana de proteção Animal organizada pelo COMUPAVI.

§1º A associação fica obrigada a realizar a limpeza do local ao término do evento.

§2º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§3º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Parque do Rio do Peixe, quando da devolução do mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de agosto de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração

aos 17 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2017 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2017 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 96/2017 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE CAMINHAS ESPUMADAS E BERÇOS EMPILHÁVEIS, PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 11/09/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 22 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

### **TERMO ADITIVO 151/2017 - FMS**

Termo Aditivo nº 151/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 98/2016

Processo: PR nº 19/2016 – FMS

Contratada: ELEJECAL ELEVADORES LTDA-ME

Objeto: Prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato de prestação de serviço nº 98/2016, com efeitos a partir de 21/08/2017 até 20/07/2017.

Data: 22/08/2017.

## **INPREVID**

### **CONVENIO - PA 029-2017- CAIXA ECONOMICA FEDERAL**

EXTRATO DO CONVÊNIO DE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS VINCULADOS AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – INPREVID. PROCESSO ADMINISTRATIVO INPREVID N. 29/2017. CONVENIENTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – INPREVID. CONVENIADO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL. OBJETO: Constitui objeto do presente convênio a concessão de empréstimo, com averbação das prestações decorrentes em folha de pagamentos, aos servidores ativos, inativos e pensionistas da CONVENIENTE, desde que: a) tenha mais de 3 (três) meses de efetivo exercício; b) Sejam aposentados em caráter permanente ou reformados, desde que seus proventos sejam pagos pelo ex-empregador; c) sejam pensionistas em decorrência de morte do servidor e que seus proventos sejam pagos pelo ex-empregador; d) estejam exercendo mandado legislativo, executivo, vínculo funcional ou contrato empregatício com duração superior ao prazo de empréstimo; e) estejam em gozo de licença para tratamento de saúde e recebam rendimentos integrais e pagos pelo empregador; f) sejam aprovados pelo sistema de avaliação de risco de crédito da CAIXA. Parágrafo único – São impedidos de contrair a operação, os servidores ativos, inativos e pensionistas que: a) trabalhem sob regime de tarefas; b) pertençam a CONVENIENTE que não estejam em dia com o repasse dos valores averbados; c) possuem débitos em atraso em qualquer área da CAIXA, exceto quando o líquido do empréstimo destinar-se à quitação desse débito; d) estejam respondendo a processo administrativo ou sindicância; e) estejam licenciados, afastados, cedidos ou em disponibilidade, cujos proventos não sejam pagos pela CONVENIENTE ou exonerados. DATA: Videira/SC, 13 de julho de 2017. SIGNATÁRIOS: VILSO VANZ – Prefeito Municipal de Videira e VERA LUCIA CANAL SPRICIGO – Gerente Geral Caixa Econômica Federal, agência de Videira.

**CONVENIO - PA 032-2017- BANCO DO BRASIL**

EXTRATO DO CONVÊNIO DE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS VINCULADOS AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – INPREVID. PROCESSO ADMINISTRATIVO INPREVID N. 32/2017. CONVENENTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – INPREVID. CONVENIADO: BANCO DO BRASIL. OBJETO: Estabelecer condições gerais e critérios a serem observados na concessão de empréstimos e/ou financiamentos com pagamento mediante consignação em folha de pagamento, aos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS tomadores de empréstimos e/ou financiamentos vinculados à CONVENENTE, que tenham contrato de trabalho/vínculo estatutário formalizado e vigente com a CONVENENTE, regido pela Lei Municipal 3.449/17. DATA: Videira/SC, 01 de agosto de 2017. SIGNATÁRIOS: VILSO VANZ – Prefeito Municipal de Videira e LUCIANA TAVARES DE MENDONCA SABANAY – Gerente Geral da Agência do Banco do Brasil S.A na cidade de Videira.



# Xanxerê

## PREFEITURA

### EXTRATO 2º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0115/2016

Extrato 2º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0115/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: STANG & STANG LTDA.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gasolina Comum com abastecimento na bomba do proponente vencedor, para abastecimento dos veículos das Secretarias do Município e Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê.

Fica reajustado o valor unitário dos itens, conforme relacionados em tabela abaixo de acordo com Requerimento da Detentora da Ata:

ITEM	PRODUTO	UNID.	PREÇO ANTERIOR	PREÇO ATUAL
01	Gasolina Comum	Litro	R\$ 3,40	R\$ 3,80

Xanxerê-SC, em 22 de Agosto de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

### EXTRATO 3º ADITIVO AO CONTRATO 0134/2014

Extrato do 3º Aditivo ao Contrato nº 00134/2014

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA REABILITAR LTDA.

Objeto: Contratação de prestadores de serviços para a realização procedimentos na especialidade de Fisioterapia, com a Fisioterapeuta Cristiane Toffolo, CREFITO nº: 84.120/F, para atendimento aos Usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê, de acordo com a Cláusula Segunda do presente.

Fica prorrogado prazo de vigência do contrato originário por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 04 de setembro de 2017, vigorando até o dia 03 de Setembro de 2018, conforme solicitação da Secretária.

Xanxerê-SC, 16 de Agosto de 2017. Jader Adriel Danielli- Secretaria Municipal de Saúde.

### EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2017

Extrato do Termo de Cooperação nº 001/2017

Edital de Chamamento nº 006/2017

Município de Xanxerê

Colaborador: Associação de Moradores da Comunidade de Cambuizal - AMOCAM

Objeto: Termo de parceria por interesse público com entidade da sociedade civil de mútua cooperação com a Administração Pública, pelo qual a municipalidade fornecerá em cessão de uso 01(uma) Patrulha Agrícola composta dos seguintes equipamentos: Um Trator de Pneu; Uma Ensiladeira; Um Carreto; Um Distribuidor de Esterco; Uma Grade; Uma Adubadeira, de acordo com as especificações constantes no Edital e na Lei n.º 13.019/2014.

Prazo de vigência: 12 meses após a publicação.

Xanxerê-SC, 16/08/2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2017

Extrato Termo de Cooperação nº 002/2017

Edital de Chamamento nº 006/2017

Município de Xanxerê

Colaborador: Associação de Moradores das Comunidades de Bom Sucesso, Sufiati e Sede Roseira.

Objeto: Termo de parceria por interesse público com entidade da sociedade civil de mútua cooperação com a Administração Pública, pelo qual a municipalidade fornecerá em cessão de uso 01(uma) Patrulha Agrícola composta dos seguintes equipamentos: Um Trator de Pneu; Uma Ensiladeira; Um Carreto; Um Distribuidor de Esterco; Uma Grade; Uma Adubadeira, de acordo com as especificações constantes no Edital e na Lei n.º 13.019/2014.

Prazo de vigência: 12 meses após a publicação.

Xanxerê-SC, 16/08/2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal



**EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 003/2017**

Extrato Termo de Cooperação nº 003/2017

Edital de Chamamento nº 006/2017

Município de Xanxerê

Colaborador: Associação de Moradores das Comunidades de Santa Luzia, Manjolinho e Bom Jardim.

Objeto: Termo de parceria por interesse público com entidade da sociedade civil de mútua cooperação com a Administração Pública, pelo qual a municipalidade fornecerá em cessão de uso 01(uma) Patrulha Agrícola composta dos seguintes equipamentos: Um Trator de Pneu; Uma Ensiladeira; Um Carreto; Um Distribuidor de Esterco; Uma Grade; Uma Aduadeira, de acordo com as especificações constantes no Edital e na Lei nº 13.019/2014.

Prazo de vigência: 12 meses após a publicação.

Xanxerê-SC, 16/08/2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal

**LEI Nº AM 3952/2017**

LEI Nº AM 3952/2017

(Origem Projeto de Lei Nº AM 034/2017)

DISPÕE SOBRE O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS RESIDENTES NA ZONA RURAL NO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

**LEI**

Art. 1º Fica permitido o transporte gratuito de passageiros residentes na zona rural no transporte escolar no município de Xanxerê, visando preencher eventuais vagas ociosas e limitadamente nas rotas em que não exista transporte coletivo.

§ 1º O transporte a que se refere o caput deste artigo, respeitará os seguintes critérios:

I – A prioridade do transporte será sempre dos alunos da rede pública de ensino.

II - O número de passageiros em cada linha não poderá exceder o limite de vagas existentes entre a diferença da capacidade do ônibus e o número de estudantes da rede pública, inclusive os que se matricularem no decorrer do ano letivo.

III – O preenchimento das vagas ociosas se dará por pessoas nas seguintes condições:

- a) gestantes, lactantes e cidadãos com consultas, exames e procedimentos médicos agendados;
- b) idosos;
- c) portadores de necessidades especiais;
- d) estudantes da rede privada de ensino;
- e) cidadãos com procedimentos em órgãos oficiais.

§ 2º Será permitido o transporte no limite máximo de 4 (quatro) viagens mensais, exceto aos estudantes na rede privada de ensino.

§ 3º O transporte será permitido desde que os passageiros se portem adequadamente, mantendo boa conduta e respeito aos demais passageiros e motorista.

Art. 2º Fica expressamente proibida a cobrança de qualquer valor de passagem do referido transporte.

Parágrafo Único. O passageiro que se utilizar deste serviço deverá respeitar e se adequar aos horários e locais de embarque e

desembarque da linha, inclusive os alunos na rede privada de ensino.

Art. 3º A fiscalização será efetuada pelo órgão municipal responsável pelo Transporte Escolar.

Parágrafo único. O controle do transporte de passageiros será efetuado conforme disposto no Anexo único da presente lei.

Art. 4º A aplicação desta lei será regulamentada através de Decreto pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

16 de Agosto de 2017

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AM 382/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 382/2017

REVOGAR A GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Complementar Nº AJG 3764/2015, Lei Complementar nº AJG 3800/2015 e Decreto nº AJG 110/2016,

**RESOLVE**

REVOGAR, a partir de 14.08.2017 a Gratificação Especial conforme Lei nº AJG 3764/2015 da Servidora Pública Municipal a Sra. MARLI CAMPAGNOLO LINHARES, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 2.879.045, CPF nº 868.765.979-20 e COREN/SC 84736, nomeada conforme Decreto nº BLB 238/2011, com 40 (quarenta) horas semanais, no cargo de ENFERMEIRO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 21 de Agosto de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH-AM 383/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 383/2017

ALTERAR CARGA HORÁRIA DAS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS POR PERÍODO DETERMINADO.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei Complementar nº BLB 3218/2010 e Lei Complementar nº BLB 3.375/2011.

CONSIDERANDO a Lei Complementar BLB nº 3375/2011 em seu artigo 19 parágrafo 5º da ampliação da carga horária dos membros do Magistério Público da Educação Básica;

RESOLVE

ALTERAR CARGA HORÁRIA para 40 horas semanais das seguintes Servidoras Públicas Municipais:

- Sra. IONARA ENGELMANN e Sra. GABRIELA BONAVIGO pelo período de 11.08.2017 até 24.08.2017.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta alteração da carga horária, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar alteração a partir de 11.08.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 21 de Agosto de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº RH-AM 384/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 384/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 116 (cento e dezesseis) dias a partir de 04.10.2017 a 27.01.2018 ao Servidor Público Municipal, Sr. SELVINO CAVELION, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG nº 1.382.279 e CPF nº 538.611.919-20, nomeado conforme Decreto nº JB 267/94 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0003531/2017 datado de 21.08.2017.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:

11.07.2004 a 24.07.2006 = 38 dias.

25.07.2006 a 08.06.2009 = 18 dias.

09.06.2009 a 08.06.2012 = 30 dias.

09.06.2012 a 08.06.2015 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 21 de Agosto de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº RH-AM 385/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 385/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 60 (sessenta) dias a partir de 21.08.2017 a 19.10.2017 a Servidora Pública Municipal, a Sra. MARCIA REGINA PAVAN, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG nº 2.077.005 e CPF nº 652.403.409-00, nomeada conforme Decreto nº BLB 166/10, no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0003518/2017 datado de 21.08.2017.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:

19.04.2010 a 18.04.2013 – 30 dias.

19.04.2013 a 18.04.2016 – 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 21.08.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 21 de Agosto de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº RH-AM 386/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 386/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 10 (dez) dias a partir de 22.08.2017 a 31.08.2017 a Servidora Pública Municipal, Sr.(a), CLAUDIA MOLOSSI ZUFFO BAO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador (a) da CI nº 3.450.067-7 e CPF nº 949.141.179-91, nomeada conforme Decreto nº BLB 059/2012, no cargo de PROFESSOR ESPECIAL 1, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0003543/2017 datado de 22.08.2017.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:

21.08.2008 a 22.05.2009 = 06 dias.

23.05.2009 a 22.05.2012 = 04 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 22.08.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 22 de Agosto de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### DECRETO 105/2017

DECRETO Nº 105/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. NABOR JOAN BEE, portador do CPF nº 077.955.019-66 e RG nº 4.139.022, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor, com dedicação exclusiva, percebendo a remuneração no Quadro de Vagas dos Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 020, de 25 de março de 2004, atualizada.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, em 21 de Agosto de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 106/2017

DECRETO Nº 106/2017

NOMEIA COORDENADOR(A) DA COMPDEC E DIRIGENTES DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Municipal nº 1315/2013, regulamentada pelo Decreto nº 133/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Coordenador(a) da COMPDEC e Dirigentes da Coordenadoria Municipal de Proteção e de Defesa Civil, abaixo identificado, a saber:

I – Coordenador(a):

a) IZILDE J. P. FAZOLO

II – Conselho Municipal:

a) JÉSSICA PAULA PINSETTA – Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social;

b) EUGENIO FRANA – Secretário Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio;

c) GIVANILDO ANTONIO DE BIASI – Secretário Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo;

d) GERSIANE CIOTTA – Representante da Assistência Social;

e) JAIME CEZAR MASIERO – Representante do Gabinete do Prefeito;

f) ELDER SERAFIN – Representante da Polícia Militar;

g) GILMAR BONATTO – Representante da Polícia Militar;

h) GIVANILDO RIZZI – Representante da ACIX;

i) HÉLIO DOMINGOS SORDI – Representante da Câmara dos Vereadores

Art. 2º Este Decreto possui efeitos retroativos à data da Portaria 116/2017, ou seja, a partir de 08 de Junho de 2017.

Xavantina/SC, 21 de Agosto de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 107/2017

DECRETO Nº 107/2017

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS – COMAD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei Municipal nº 775/2001 e,

Considerando a necessidade de atualização dos membros do Conselho;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados a contar desta data, os membros que comporão o Conselho Municipal Antidrogas – COMAD, conforme estabelece o art. 3º da Lei Municipal nº 775/01, a saber:

I – Representantes da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social:

Titular: Marcelo Razera

Suplente: Gicelle Parisotto

II – Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Irene Marafon

Suplente: Camila Bedin

III – Representantes das Unidades Educacionais do Estado no Município:

Titular: Sirlei Maria Sordi

Suplente: Marcelo Ravadelli

IV – Representantes da Polícia Civil:

Titular: Gilmar Bonatto

V – Representantes da Polícia Militar:

Titular: Nilson José Soligo

Suplente: Elder Serafin

VI – Representantes Médicos:

Titular: Marcio de Oliveira Gonzalves

Suplente: Daniel Rocha Mattos

VII – Representantes Advogados

Titular: Valmor de Souza

Suplente: Jaqueline Ribeiros

VIII – Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Soleni Paludo

Suplente: Juçara Camêra

IX – Representantes dos Clubes de Serviços: (ACIX/CDL)

Titular: Givanildo Rizzi

Suplente: Eliana Fasolo

X – Representantes dos Conselhos Comunitários: (Associação de

Moradores de Xavantina)  
Titular: Deonilda Biondo  
Suplente: Roque Bieluczky

Parágrafo Único. O mandato dos representantes de que trata este artigo, será de 02 (dois) anos, a contar da data deste Decreto, sendo permitida a sua recondução.

Art. 2º As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, porém consideradas de relevante serviço público.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Xavantina/SC, 22 de Agosto de 2017.  
ENOIR FAZOLO  
Prefeito

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Jaqueline Ribeiros  
Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### **PORTARIA Nº 153/2017**

PORTARIA Nº 153/2017

REVOGA PORTARIA 116/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 116/2017 de 08 de Junho de 2017, tendo em vista a ocorrência de erro formal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 21 de Agosto de 2017.  
ENOIR FAZOLO  
Prefeito

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS  
Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### **PORTARIA Nº 154/2017**

PORTARIA Nº 154/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal Sr. VARLEI OZELAME, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, referente ao período aquisitivo de 22/03/2015 à 21/03/2016, a contar de 21/08/2017 à 19/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 21 de Agosto de 2017.  
ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS  
Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

### **PP 043/2017 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para possível aquisição de pneus, câmaras e protetores novos para uso em máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina, Fundo municipal de Saúde e demais Fundos, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 13/09/2017.

Abertura: dia 13/09/2017, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 22 de agosto de 2017.  
Enoir Fazolo  
Prefeito Municipal.



# Xaxim

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. 078/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 026/2017**

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº. 078/2017

Edital: Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº. 026/2017

Fundamento: Art. 24, inc. II da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Contratação de empresa para implantação de Aplicativo Móvel (NOSSA CIDADE MELHOR) para smartphones, voltado ao acesso mais rápido de informação pertinente a Gestão do Sistema de Infraestrutura do Município.

Fornecedor: RUPTIVA LTDA-ME.

Valor: 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo R\$450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais pelo período de 05 (cinco) meses.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.11.00.00.00 (09/2017)

Xaxim/SC, 21 de Agosto de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal ODAIZA IPIRANGA ARAUJO, no cargo COZINHEIRA, portadora da matrícula 6445, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 11 de agosto de 2017, em decorrência de investitura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 11 de agosto de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

### **AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. Nº. 066/2017 - TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2017**

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº. 066/2017

EDITAL: Tomada de Preço para Compras e Serviços nº. 002/2017

TIPO: Melhor Técnica e Preço

OBJETO: Prestação de serviços técnicos de Publicidade institucional do Município de Xaxim, a ser prestada por Agencia de Publicidade e Propaganda, nos termos do 1º§ art. 37 da Constituição da Republica Federativa do Brasil e art. 2º da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 22 de Setembro de 2017

Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 22 de Setembro de 2017  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0\*\*49) 3353.8201 ou na pagina eletrônica do município [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br).

Xaxim (SC), 22 de Agosto de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

### **Decreto 326**

DECRETO Nº. 326/2017.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora municipal GABRIELA SEGNETTO, matrícula 7794, para a partir da presente data, exercer o cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO, na Secretaria Municipal Esporte e Lazer, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º Fica automaticamente exonerada do cargo ocupado anterior a este, conforme consta no Decreto nº 101/2017, de 06 de fevereiro de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de agosto de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

### **Decreto 320**

DECRETO Nº. 320/2017.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:



**EXTRATO DE ERRATA DO CONTRATO Nº. 0065/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE XAXIM  
RETIFICAÇÃO DE EXTRATO

O Município de Xaxim, leva ao conhecimento dos interessados e proponentes que com base no § 4º do art. 21 da lei 8.666/93, esta promovendo alterações no Contrato de n. 0065/2017, Processo de Licitação nº 061/2017, Pregão Presencial n.033/2017 cujo objeto Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Recuperação de Escavadeira Hidráulica CAT 312C, incluindo Peças e Mão de Obra, para manutenção das atividades desenvolvidas junto a Secretaria de Infraestrutura. Sendo assim, Contrato de n. 0065/2017 publicado no dia 08/08/2017 deve ser lido como Contrato de n. 0067/2017. Xaxim/SC, 08 Agosto de 2017. LÍRIO DAGORT – PREFEITO MUNICIPAL.

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0070/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE XAXIM  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato nº 0070/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE XAXIM  
Contratado: RUPTIVA LTDA-ME

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a Contratação de empresa para implantação de Aplicativo Móvel (NOSSA CIDA-DE MELHOR) para smartphones, voltado ao acesso mais rápido de informação pertinente a Gestão do Sistema de Infraestrutura do Município, que servirá como Ouvidoria para o Município.

Valor: 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) total, sendo R\$450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) pelo período de 05 (cinco) meses.

Vigência: 21 de Agosto de 2017 à 31/12/2017

Dotações: 3.3.90.39.11.00.00.00 (09/2017)

Xaxim/SC, 21 de Agosto de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0071/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE XAXIM  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato nº 0071/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE XAXIM  
Contratado: JACIR ZANCO 05392929907

Objeto: Constitui objeto da presente Dispensa de Licitação a REFORMA E READEQUAÇÃO DA CASA MORTUARIA, com o objetivo de readequação de espaço e melhorias internas e conservação do imóvel.

Valor Total: R\$ 11.000,00 (Onze mil reais).

Vigência: 21 de Agosto de 2017 a 21 Setembro de 2017

Dotações: 4.4.90.51.07.00.00.00 (50/2017)

Xaxim/SC, 21 de Agosto de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL PR 40/2017 PROC. LICITATÓRIO 73/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE XAXIM

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL**

Processo de Licitação nº 073/2017

Pregão Presencial para Registro de Preço nº 040/2016.

O Município de Xaxim, leva ao conhecimento dos interessados e proponentes que com base no § 4º do art. 21 da lei 8.666/93, esta promovendo alterações no Edital Pregão Presencial para Registro de Preço nº 073/2016, Processo de Licitação nº 040/2017, cujo objeto Registro de Preço para Serviços de Recauchutagem e Recapagem de Pneus, para manutenção da Frota de veículos e Máquinas pertencentes ao Município Xaxim.

Sendo assim, fica transferida a data de recebimento dos envelopes para o dia 05/09/2017 até às 8h30min e abertura dos envelopes para o dia 05/09/2017 às 09h00min. A errata na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no setor de licitações da municipalidade, através do endereço de e-mail ediane.almeida@xaxim.sc.gov.br ou na pagina eletrônica do Município [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br). Xaxim/SC, 22 de Agosto de 2017. LÍRIO DAGORT – PREFEITO MUNICIPAL.

# Zortéa

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 071/2017 - DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, NOS TERMOS DO ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INCISO I E II, DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/1964 E LEI MUNICIPAL Nº 0554/2016 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PR**

DECRETO Nº 071/2017 DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, NOS TERMOS DO ARTIGO 43, PARÁGRAFO 1º, INCISO I E II, DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/1964 E LEI MUNICIPAL Nº 0554/2016 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA**

Artigo 1º - Ficam suplementadas nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I e II, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Municipal nº. 0554/2016, de 08 de dezembro de 2016, Art. 6 inc. I e II, a importância de R\$ 66.364,00 (Sessenta e seis mil e trezentos e sessenta e quatro reais), nas seguintes dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal:

Projeto Red Despesa Fonte Valor  
2004 Manutenção da Segurança Pública  
010 3.3.90.00.00 – Despesas de Custeio 00.80 6.000,00

0131 4.4.90.00.00 – Despesas de Capital 00.80 6.300,00

1010 Pavimentação e Recuperação de Vias Públicas e Passeios  
0127 4.4.90.00.00 – Despesas de Capital 00.34 54.064,00

Artigo 2º - Ficam suplementadas nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso I e II, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Municipal nº. 0554/2016, de 08 de dezembro de 2016, Art. 6 inc. I e II, a importância de R\$ 145.000,00 (Cento e quarenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde:

Projeto Red Despesa Fonte Valor  
2042 Manutenção da Atenção Básica de Saúde  
034 3.3.90.00.00 – Despesas de Custeio 38.09 100.000,00

035 3.3.90.00.00 – Despesas de Custeio 67.72 45.000,00

Artigo 3º - Para cobertura do presente crédito suplementar, serão utilizados os recursos provenientes do superávit financeiro na fonte de recursos acima identificadas – PCASP/2016, verificados no Balanço Financeiro do Exercício de 2016.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 18 de Agosto de 2017.

ALCIDES MANTOVANI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 18 de Agosto de 2017.

RAUL VILARINO LIRA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2017 - UNIFORMES E ELETRODOMESTICOS 11º BATALHÃO CORPO BOMBEIROS**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0048/2017  
Pregão Presencial Nº 0020/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO, pelo menor preço por item, para eventual e futura aquisição (sob demanda) de uniformes e eletrodomésticos para uso da 3ª Companhia do 11º Batalhão de Bombeiros Militar de Santa Catarina, com sede no Município de Capinzal-SC, cujas especificações encontram-se detalhadas no termo de referência anexo ao Edital.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão ser obrigatoriamente protocolados no Setor de Protocolo até às 09h00min, para abertura da Sessão às 09h05min do dia 01/09/2017.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Sala de Licitações, junto à Prefeitura, com endereço na Rua Otaviano Oleoni Franceschi, nº 53, Centro, Município de Zortéa/SC.

Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Telefone: (049) 3557-2018, (049) 3557-2019.

No sítio: [www.zortea.sc.gov.br](http://www.zortea.sc.gov.br)

# Associações

## AMUREL

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AMUREL 29-08-17

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA – AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 29 de agosto de 2017, às 9 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 09:30 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC.

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- I. Prestação de contas Terceiro bimestre bimestre;
- II. Apresentação do Setor de psiquiatria - Hospital de Laguna;
- III. Apresentação programa lider - SEBRAE;
- III. Assuntos diversos.

Tubarão, 22 de agosto de 2017.

Joares Carlos Ponticelli  
Presidente da AMUREL  
Prefeito de Tubarão

## FECAM

### EDITAL DE SELEÇÃO AMPLA Nº 01/2017 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM  
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 34/2017  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE  
FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES  
EDITAL DE SELEÇÃO AMPLA Nº 01/2017

A FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Florianópolis/SC, na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, telefone (48) 3221-8800, inscrita no CNPJ sob o nº 75.303.982/0001-90, torna público que fará no dia 15 de setembro de 2017, às 14 horas, procedimento de SELEÇÃO AMPLA, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES, de acordo com as especificações e regras constantes neste Edital e Anexos, bem como do que dispõe a Resolução nº 11/2016 da FECAM (Regulamento de Compras).

#### 1. OBJETO

1.1. O presente processo de contratação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES, para atender às demandas da FECAM por um período de 12 (doze) meses, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo total de 60 (sessenta) meses.

#### 2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do presente Processo de Contratação as pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto em disputa, observadas as condições constantes neste Edital.

2.2. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação da proposta serão de responsabilidade exclusiva da empresa proponente.

2.3. É vedada a participação das pessoas físicas ou jurídicas relacionadas no artigo 16 da Resolução nº 11/2016 da FECAM.

#### 3. PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL

3.1. Qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos referentes ao presente processo de contratação.

3.1.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados na sede da FECAM, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis antes da data limite para o recebimento das propostas.

3.2. Caberá ao Presidente da Comissão Permanente de Seleção Ampla da FECAM prestar os esclarecimentos que entender adequados, podendo alterar as cláusulas deste Edital, inclusive no concernente a datas e horários para recebimento das propostas e julgamento, precedida de nova divulgação do Edital.

#### 4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado à Comissão Permanente de Seleção Ampla da FECAM, no seguinte local, data e horário:

- Início do recebimento das propostas: 13h30min do dia 15/09/2017.
- Final do recebimento das propostas: 13h50min do dia 15/09/2017.
- Abertura da sessão de julgamento: 14h00min do dia 15/09/2017.

LOCAL: Rua General Liberato Bittencourt, 1.885, Sala 1310, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP 88.070-800.

4.1.1. O envelope da Proposta deverá conter no seu exterior os seguintes dizeres em letra legível e sem rasuras:

À Federação Catarinense de Municípios – FECAM

Comissão Permanente de Seleção Ampla

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 34/2017

PROPOSTA

Razão Social do Proponente:

CNPJ/MF:

4.2. A Proposta deverá:

a) Seguir o Modelo disponibilizado no Anexo II, ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada em todas as folhas pelo

representante legal da concorrente e ser elaborada considerando as exigências do Termo de Referência (Anexo I), e demais orientações deste Edital;

b) Indicar a razão social da proponente, CNPJ/MF, endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP, UF), telefone, endereço eletrônico (e-mail), dados bancários mencionando o Banco, número da conta corrente e da Agência na qual serão depositados os pagamentos se a proponente sagra-se vencedora do Processo de Seleção, bem como a qualificação do representante da proponente, para fins de assinatura do contrato;

c) Ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação (caso não apresente data de validade, será este o considerado);

d) Apresentar somente número inteiro no que concerne ao percentual de desconto ofertado (números expressos depois da vírgula serão desconsiderados, subsistindo o compromisso da proponente quanto à parte inteira do numeral que representa em porcentagem o desconto ofertado).

4.3. O percentual de desconto que constará na Proposta será recepcionado como sendo ofertado considerando o preço líquido das passagens, isto é, incluindo todas as despesas com mão-de-obra, tributos, abatimentos e/ou descontos, encargos, (sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e de ordem de classe, etc.), taxas, custos de transporte de entrega do bilhete, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto e demais despesas incidentes, exceto a taxa de embarque.

4.4. O preenchimento incorreto ou parcial dos dados necessários à análise da proposta ensejará a desclassificação da proposta sempre que for impossível o saneamento.

4.5. A proposta mais vantajosa para a FECAM e, portanto, a melhor classificada, será a que oferecer o maior percentual de desconto sobre as passagens.

4.6. Sob pena de desclassificação da concorrente, a proposta comercial deverá estar assinada pelo representante legal da empresa ou pelo procurador legalmente constituído.

## 5. CONCORRÊNCIA

5.1. No horário e na data definidos neste Edital, o Presidente da Comissão Permanente de Seleção Ampla fará a abertura da concorrência de preços, procedendo aos seguintes atos, em sequência:

I. Análise preliminar de aceitabilidade das propostas

5.2. O Presidente da Comissão procederá à abertura das propostas e fará a análise quanto à compatibilidade do objeto ofertado em relação ao especificado no Edital, decidindo sobre a conformidade das propostas, classificando-as ou desclassificando-as.

II. Seleção das propostas com maior percentual de desconto

5.3. Encerrada a etapa de análise preliminar de aceitabilidade das propostas, estas serão ordenadas de forma decrescente, ocupando o primeiro lugar na ordem de classificação a proposta com maior percentual.

5.4. Ocorrendo empate dentre as classificadas, haverá sorteio entre elas para o desempate.

III. Verificação da regularidade fiscal, da situação junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e da inexistência de débitos trabalhistas

5.5. Apurada a ordem de classificação, a Comissão de Seleção Ampla da FECAM procederá a verificação da situação da primeira empresa classificada junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, bem como a sua regularidade fiscal e trabalhista.

5.5.1. A regularidade fiscal será comprovada mediante acesso da Comissão de Ampla Seleção a certidões negativas de débitos emitidas pelas receitas municipal, estadual e federal.

5.5.2. A regularidade trabalhista será comprovada mediante acesso da Comissão de Ampla Seleção à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida pela Justiça do Trabalho.

5.6. Caso o ofertante vencedor apresente qualquer pendência quanto à regularidade fiscal ou trabalhista, poderá o presidente da Comissão Permanente de Seleção Ampla conceder o prazo de até cinco dias úteis para regularização, sob pena de desqualificação.

## 6. HOMOLOGAÇÃO

6.1. Encerrada a seleção das propostas com maior percentual de desconto e declarada a empresa vencedora, os autos devidamente instruídos serão encaminhados à Presidente da FECAM para fins de homologação.

## 7. CONDIÇÕES DE ASSINATURA, VIGÊNCIA, ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. Homologado o Processo de Contratação, a empresa vencedora será convocada a assinar o respectivo contrato.

7.2. O não comparecimento da vencedora, injustificadamente, dentro do prazo de 10 (dez) dias após regularmente convocada para assinatura do termo contratual, ensejará a sua desclassificação, hipótese em que a empresa ocupante da posição subsequente na ordem de classificação será convocada para substituí-la.

7.3. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos ante o silêncio das partes, observado o limite máximo total de 60 (sessenta) meses.

7.6. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a emissão da nota fiscal/fatura correspondente ao serviço prestado, através de depósito em conta corrente da empresa contratada, ou por meio de boleto bancário.

## 8. PENALIDADES

8.1. O proponente que não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, apresentar documentação falsa, cometer fraude fiscal, deixar de executar parcial ou totalmente o objeto ou o executar com falhas, será impedido de contratar com a FECAM pelo prazo de até 05 (cinco) anos, além de estar obrigado a reparar eventuais danos causados à FECAM.

## 9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do Processo de Contratação.

9.2. A FECAM poderá realizar alterações no presente Edital e Anexos, sendo dever da empresa interessada acompanhar essas possíveis alterações por meio do site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

9.3. É facultado à Comissão Permanente de Seleção Ampla da FECAM promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

9.4. As normas disciplinadoras da Seleção Ampla serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam os interesses da FECAM, a finalidade e a segurança da contratação.

9.5. A FECAM poderá cancelar ou suspender o presente Processo de Contratação em qualquer momento anterior à data de assinatura do contrato, caso sobrevier situação financeira desfavorável, não estando obrigada a indenizar as eventuais despesas que porventura os participantes vierem a suportar.

9.6. A apresentação da proposta vincula o proponente aos termos do presente Edital e seus anexos, bem como aos termos da Resolução nº 11/2016 da FECAM.

9.7. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento de seleção ampla, fica eleita a Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina.

9.8. Fazem parte deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo da Proposta;

Anexo III – Minuta de Contrato

Florianópolis, 18 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT Presidente da FECAM	RODRIGO GIÁCOMO GUESSER Diretor Executivo da FECAM

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM  
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 34/2017  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE



**FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES  
EDITAL DE SELEÇÃO AMPLA Nº 01/2017****ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO:**

1.1. Contrato com empresa especializada para fornecimento de passagens aéreas e/ou terrestres, nacionais e internacionais, através de Procedimento de Ampla Seleção, nos termos da Resolução nº 11/2016 da FECAM, tipo "Menor Preço", sob o critério do MAIOR DESCONTO.

**2. JUSTIFICATIVA:**

2.1. O Procedimento de Seleção Ampla em referência destina-se a atender a necessidade de deslocamento de pessoas a eventos, reuniões e demais compromissos de interesse da FECAM, para os quais o deslocamento com automóveis próprios da instituição se mostrar inadequado.

**3. DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

3.1. Fornecimento, marcação, reserva, reitnerações, PTAs, entrega, reembolsos e emissão de passagens aéreas e/ou terrestres.

**4. DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO:**

4.1. A empresa Contratada deverá entregar os bilhetes de passagens solicitados na sede da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, sala 1310, bairro Canto, Florianópolis/SC, ou, se possível, por meio de correio eletrônico (e-mail).

4.2. Todo o Serviço só poderá ser realizado mediante prévia Ordem de Serviço, emitida à CONTRATADA por meio de correio eletrônico, cujos endereços de origem e destino deverão ser convencionados pelas partes.

**5. DO PAGAMENTO:**

5.1. A Contratada deverá apresentar, para pagamento, a nota fiscal/fatura correspondente ao serviço prestado.

5.2. O pagamento será realizado no prazo de até 10 (dez) dias a contar da data de apresentação da nota fiscal/fatura correspondente ao serviço prestado.

5.3. O valor a ser pago é a soma dos serviços prestados abatido o desconto firmado no contrato.

5.3.1. O valor correspondente ao desconto deve vir destacado na nota fiscal/fatura dos serviços.

5.4. Na ocorrência de rejeição da(s) nota(s) fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

5.5. Para fins de controle e comprovação de valores faturados, deverá a CONTRATADA apresentar à Contratante, juntamente com a fatura emitida, cópia do bilhete eletrônico, cópia do bilhete, fatura, ou documento equivalente, que comprove os valores de tabela e/ou mercado para a respectiva despesa.

**6. DAS VANTAGENS E PROMOÇÕES ADQUIRIDAS:**

6.1. A CONTRATANTE terá direito de usufruir todas as vantagens que por ventura ocorram durante a vigência do contrato, tais como: descontos por compras ou reservas antecipadas, milhagens e outros do gênero.

**7. DO PRAZO DE ENTREGA DAS PASSAGENS:**

7.1. A CONTRATADA deverá entregar as passagens no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviço.

7.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar meios de fornecimento dos serviços contratados em dias que não houver expediente e/ou fora do horário, sempre que houver necessidade pela CONTRATANTE.

**8. DAS OBRIGAÇÕES:**

8.1. Na execução do contrato, a CONTRATANTE fica obrigada a:

- a) comunicar à CONTRATADA a ocorrência de divergência entre a requisição e a fatura e promover a devolução do cupom de passagem para correção;
- b) prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

c) emitir ordem autorizando a prestação dos serviços.

8.2. Na execução do contrato, a CONTRATADA fica obrigada a:

- a) responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales refeição, vales transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- b) responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução deste contrato;
- c) arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;
- d) efetuar a entrega dos bilhetes de passagens, de acordo com a necessidade e o interesse do CONTRATANTE, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Serviço;
- e) efetuar a entrega dos bilhetes de passagens em local a ser indicado, quando fora do expediente ou, se fizer necessário, colocá-los a disposição dos passageiros nas lojas das companhias aéreas ou agências de turismo mais próximas do usuário ou por e-mail quando se tratar de bilhete eletrônico;
- f) prestar assessoramento para definição do melhor roteiro, horário, frequência de partida e chegada das aeronaves, como também das tarifas promocionais à época da retirada do bilhete;
- g) repassar à CONTRATANTE as tarifas promocionais ou reduzidas sempre que oferecidas pelas companhias aéreas, observados os regulamentos vigentes à época, para as tarifas promocionais especiais, domésticas e internacionais;
- h) repassar à CONTRATANTE as vantagens e/ou bonificações em decorrência da emissão, em conjunto, de um determinado número de bilhetes de passagens, observados os regulamentos vigentes à época, para as tarifas promocionais especiais, domésticas e internacionais;
- i) comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário previsto para o embarque, quaisquer alterações de data ou horário referentes a bilhetes emitidos em razão deste contrato;
- j) caso o passageiro venha a perder o voo em decorrência do não cumprimento da alínea "i", a CONTRATADA deverá emitir novo bilhete para o mesmo trecho, sem custo adicional à CONTRATANTE.

8.3. Na execução do contrato, fica a CONTRATADA ciente que é expressamente vedada:

- a) a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
- b) a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste contrato, salvo por expressa autorização da CONTRATANTE.

**9. VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo este ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos ante o silêncio das partes, até o prazo máximo total de 60 (sessenta) meses.

Florianópolis/SC, 18 de agosto de 2017.

ADELIANA DAL PONT Presidente da FECAM	RODRIGO GIÁCOMO GUESSER Diretor Executivo da FECAM
--	---

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM  
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 34/2017  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES  
EDITAL DE SELEÇÃO AMPLA Nº 01/2017

**ANEXO II  
(MODELO DE PROPOSTA)**

Razão Social da Empresa:

CNPJ/MF:

Código do Banco: Agência: Conta nº:

Endereço:  
Município: Estado: CEP:  
Contato (telefones e e-mail)

**PROPOSTA:**

Comprometemo-nos a conceder desconto sobre o valor de passagens aéreas e terrestres no percentual mínimo de \_\_\_\_\_  
(escrever o percentual na forma numeral e também por extenso, utilizando somente números inteiros)

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Local e data:

NOME, CARGO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 34/2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES  
EDITAL DE SELEÇÃO AMPLA Nº 01/2017

**ANEXO III**  
**(MINUTA DE CONTRATO)**

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes, a saber:

**CONTRATANTE:** FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Florianópolis/SC, na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, telefone (48) 3221-8800, inscrita no CNPJ sob o nº 75.303.982/0001-90, representada neste ato pela sua Presidente, e também Prefeita de São José/SC, a Sra. Adelianna Dal Pont, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx; e pelo seu Diretor Executivo, o Sr. Rodrigo Giacomo Guesser, CPF xxx.xxx.xxx-xx;

**CONTRATADA:** (RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA), CNPJ - xx.xxx.xxx/xxxx-xx, Inscrição Estadual (xxxxxxx), com sede (ENDEREÇO COMPLETO), representada neste ato por seu representante legal, o(a) Sr.(a) (FULANO DE TAL);

Têm entre si, justo e acordado o presente CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES, conforme especificações no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Seleção Ampla nº 01/2017, referente ao Processo de Contratação nº 34/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VINCULAÇÃO**

2.1. Este contrato é vinculado ao Edital de Seleção Ampla nº 01/2017 e seus Anexos, referente ao Processo de Contratação nº 34/2017; à Proposta de Preços da CONTRATADA; e aos termos da Resolução nº 11/2016 da FECAM (Regulamento de Compras).

**CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

3.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do serviço;
- b) Emitir as Ordens de Serviço autorizando a execução dos serviços;
- c) Solicitar, por escrito, o reembolso de valores pagos relativos a bilhetes emitidos e não utilizados;
- d) efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, nos prazos estabelecidos, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

**CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1. São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades previstas no Edital e Termo de

Referência concernentes ao Processo de Contratação nº 34/2017:

- a) Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do serviço objeto deste contrato;
- b) Assumir exclusivamente todos os custos, despesas, encargos e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal, obrigando-se a saldá-los na época própria;
- c) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- d) Em casos de necessidade de atendimento fora do horário comercial, a CONTRATADA deverá disponibilizar um funcionário responsável e seus respectivos contatos.

**CLÁUSULA QUINTA – SOLICITAÇÕES DE SERVIÇO**

- 5.1. Os serviços deverão ser executados mediante Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE;
- 5.2. As solicitações serão feitas conforme demanda da CONTRATANTE e, dependendo da necessidade, estas poderão ser feitas inclusive aos finais de semana e/ou feriados;
- 5.3. Em caso de necessidade de algum serviço fora do horário de expediente da CONTRATANTE ou em caráter de urgência, a CONTRATADA poderá atender sem o documento específico de solicitação, o qual deverá ser providenciado posteriormente;
- 5.4. A classe da passagem a ser emitida constará na Ordem de Serviço da CONTRATANTE;
- 5.5. A CONTRATADA deverá repassar integralmente à CONTRATANTE todos os descontos promocionais concedidos nas passagens, a qualquer título, sejam tais descontos publicados ou não, sem prejuízo do desconto especificado neste contrato;
- 5.6. As passagens solicitadas deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, bairro Canto, CEP: 88.070-800, Florianópolis/SC, telefone (48) 3221-8800, ou, então, encaminhadas, se possível for, para o e-mail informado na Ordem de Serviço.
- 5.7. A CONTRATADA deverá:
  - a) Oferecer bilhetes de passagens aéreas e Pre Paid Ticket Advice – PTA, de todas as companhias aéreas autorizadas a operar no Brasil;
  - b) Incluir no serviço de fornecimento de passagens e reservas a emissão, a marcação, a remarcação e o apoio nos embarques e desembarques;
  - c) Providenciar a marcação, emissão e entrega das passagens no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do recebimento da solicitação;
  - d) realizar o check-in antecipado ao embarque dos passageiros.

**CLÁUSULA SEXTA – PREÇO DOS SERVIÇOS**

- 6.1. O preço dos serviços será o valor total das passagens emitidas, menos o valor correspondente ao percentual de desconto ofertado na proposta da CONTRATADA relativa ao Processo de Contratação nº 34/2017;
- 6.2. No preço estarão incluídas todas as despesas, tais como: mão-de-obra, tributos, abatimentos e/ou descontos, encargos (sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e de ordem de classe, etc.), taxas, custos de transporte de entrega de bilhete, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto e demais despesas incidentes;
- 6.2.1. O desconto incidirá, também, sobre as tarifas promocionais, sempre que ocorrer;
- 6.3. O percentual de desconto poderá ser maior que o pactuado, mas nunca inferior.

**CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA**

7.1. A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, prorrogando-se por iguais e sucessivos períodos ante o silêncio das partes, contudo, não poderá ultrapassar o prazo máximo total de 60 (sessenta) meses.

**CLÁUSULA OITAVA – PAGAMENTO**

8.1. O pagamento dos serviços será realizado em até 10 (dez) dias a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura correspondente, através de transferência bancária para conta corrente da



CONTRATADA, ou através do pagamento de boleto, conforme as partes convencionarem;

8.2. Na nota fiscal/fatura, deverá constar:

- a) Identificação do bilhete (número, data de emissão, data da viagem, companhia aérea e trecho);
- b) Nome do passageiro;
- c) Valor das tarifas;
- d) Valor bruto da fatura;
- e) Valor correspondente ao desconto;
- f) Valor da taxa de embarque, sobre a qual não incidirá o desconto;
- g) Valor líquido da fatura.

8.3. Na ocorrência de rejeição da nota fiscal/fatura, motivada por erros ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;

8.4. Ocorrendo atraso no pagamento em que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, esta fará jus à compensação financeira devida, desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela;

8.5. Sobre o valor pago em atraso poderá incidir multa de 2% (dois por cento) mais juros de mora de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) ao dia.

#### CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES E RESCISÃO DO CONTRATO

9.1. Havendo acordo entre as partes, o presente contrato poderá ser alterado por meio de termo aditivo;

9.2. O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes, ou, unilateralmente, mediante prévia notificação da parte interessada no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3. A rescisão do presente CONTRATO não gerará multa a nenhuma das partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – FORO ELEITO

10.1. As partes elegem o foro da Comarca de Florianópolis/SC, com renúncia a qualquer outro, para solucionar qualquer litígio referente ao presente Contrato.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis/SC, (dia) de (mês) de 2017.

Adeliana Dal Pont (nome do representante legal da CONTRATADA)  
Presidente da FECAM (cargo do representante legal e razão social da CONTRATADA)

Rodrigo Giácomo Guesser  
Diretor Executivo da FECAM

#### TESTEMUNHAS:

1)	2)
NOME:	NOME:
CPF:	CPF:

# Consórcios

## ARIS

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017

Processo Licitatório nº 052/2017

Pregão nº 09/2017

Aos vinte e um dias do mês de agosto de 2017, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), pessoa jurídica de direito público interno, qualificada como associação pública e inscrita no CNPJ sob n. 11.400.360/0001-05, com sede à Rua Geneal Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Bairro Canto, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Geral, Sr. Adir Faccio, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob n. 295.153.869-34, resolve Registrar Preços das empresas abaixo nominada, vencedoras do Pregão nº 09/2017, sob regime de contratação pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02 e do Edital de Pregão nº 09/2017 e das demais normas aplicáveis.

1. A partir desta data, fica registrado na ARIS, observada a ordem de classificação, o preços das empresas fornecedoras registradas a seguir relacionadas, objetivando o compromisso de fornecimento de equipamentos de informática, nas condições estabelecidas no ato convocatório e conforme o seguinte quadro:

1.1. Empresa: Haley de Aguiar Junior EIRELI – EPP CNPJ: 06.635.187/0001-86, localizada na Rua Dom Pedro II, nº 440 Campinas – São José - SC

1.2. Preços registrados:

Item	Produto	Marca e modelo	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Microcomputador Básico	DELL	08	R\$ 5.990,00	R\$ 47.920,00
02	Microcomputador Avançado	DELL	08	R\$ 7.230,00	R\$ 57.840,00
03	Notebook Básico	DELL	06	R\$ 5.800,00	R\$ 34.800,00
04	Notebook Avançado	DELL	01	R\$ 7.550,00	R\$ 7.550,00
05	Monitor 21.5	DELL	06	R\$ 875,00	R\$ 5.250,00
06	Monitor 23.5	DELL	10	R\$ 980,00	R\$ 9.800,00
07	Licença Office Profissional 2016	Microsoft	20	R\$ 1.350,00	R\$ 27.000,00

1.3. Empresa: MWV Web Site Comércio de produto Eletrônicos Ltda – ME CNPJ: 10.513.136/0001-59, localizada na Rua Estoril SN Q44 L08 – Forquilhas – São José – SC

08	Licença Office Home 2016	Microsoft	03	R\$ 738,00	R\$ 2.214,00
09	Impressora Multifuncional Mono	HP	06	R\$ 1.635,00	R\$ 9.810,00
12	Câmera Interna IP	Foscam	03	R\$ 1.648,00	R\$ 4.944,00

2. Os pedidos serão realizados pela ARIS por meio de instrumento de contrato, podendo este ser substituído por Nota de Empenho ou outro documento equivalente, cuja emissão se dará conforme a necessidade da ARIS.

3. A entrega dos itens do pedido será feita na sede da ARIS, no endereço na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Bairro Canto, Florianópolis/SC.

4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5. A Ata tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

6. Aplica-se subsidiariamente a esta Ata de Registro de Preços as normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078/90.

7. As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias.

Florianópolis, 21 de agosto de 2017.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

Harley de Aguiar Junior EIRELI – EPP  
Maycke Mello Gonçalves

MWV Web Site Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda ME  
Adriana Ferreira Melo

### **PORTARIA/DIRETOR-GERAL Nº 007/2017**

PORTARIA/Diretor-geral nº 007/2017

Interrompe férias do servidor público Magnus Caramori.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição e na forma do artigo 57 do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS,  
RESOLVE:

Art. 1º Interromper a partir de 21 de agosto de 2017, o gozo das férias do servidor Magnus Caramori, ocupante do cargo de Coordenador de RH, tendo em vista o interesse público.

Parágrafo único. O restante do período para o gozo dos dias será exercido de uma única vez.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 21 de agosto de 2017.  
Adir Faccio  
Diretor-geral

### **PREGÃO Nº 09/2017 - REGISTRO DE PREÇO Nº 092017**

ATA DO PREGÃO N. 09/2017

Aos vinte e um dias do mês de agosto de 2017 compareceu na sede da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no endereço constante do edital, os membros da Comissão de Licitação abaixo firmatários, que, às 14h25m receberam os envelopes com as propostas e habilitações das empresas Harley de Aguiar Junior EIRELI – EPP, CNPJ: 06.635.187/0001-86 e MWV Web Site Comercio de Produtos Eletrônicos LTDA ME, CNPJ: 10.513.136/0001-59, as quais foram recebidas e rubricadas por todos os presentes, sendo credenciadas nos termos do Edital de Licitação. Às 14h30m foram abertas as propostas comerciais das empresas, sendo rubricadas por todos os licitantes.

Item	Descrição	Qt.	Preço Unitário Estimado (R\$)
	Microcomputador Básico  0.1. Processador: 0.1.1. Microprocessador de arquitetura x86 com suporte a 32 ou 64 bits, com extensões de virtualização e instruções SSE4.1 e SSE4.2; 0.1.2. Processador com dois núcleos físicos e quatro Threads. 0.1.3. Clock mínimo de 2.9 GHz. 0.1.4. Possuir controlador de memória integrado ao processador; 0.1.5. Possuir memória cache de, no mínimo, 3MB e litografia de 14 nm; 0.1.6. O modelo do processador ofertado deverá ter sido disponibilizado pelo fabricante do processador a partir do ano de 2017.; 0.1.7. Sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador, considerando que este esteja operando em sua capacidade máxima ininterruptamente, em ambiente não refrigerado;  0.2. Memória Principal: 0.2.1. Dotada com tecnologia DDR-4, 2.400 MHz e do tipo SDRAM; 0.2.2. 04 (quatro) GB de memória instalada; 0.2.3. Possibilidade de suporte a tecnologia Dual Channel; 0.2.4. Suporte a 32GB de memória.		

<p>0.3. BIOS:</p> <p>0.3.1. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, com capacidade de proteção contra gravação, realizada por software;</p> <p>0.3.2. Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento em Flash ROM;</p> <p>0.3.3. BIOS em Flash ROM, podendo ser atualizada por meio de software de gerenciamento;</p> <p>0.3.4. Possibilita que a senha de acesso ao BIOS seja ativada e desativada via SETUP;</p> <p>0.3.5. Permite inserir registro de controle patrimonial, de pelo menos 10 (dez) caracteres em memória não volátil.</p> <p>0.3.5.1. BIOS português ou inglês, desenvolvida pelo fabricante em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<a href="http://www.uefi.org">http://www.uefi.org</a>), e capturáveis pela aplicação de inventário SCCM (System Center Configuration Manager); O fabricante possui compatibilidade com o padrão UEFI comprovada através do site <a href="http://www.uefi.org/members">http://www.uefi.org/members</a>, na categoria membros.</p> <p>0.3.6. BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deverá ter direitos (copyright) sobre esse BIOS, sendo aceitas soluções em regime de O&amp;M ou customizadas. As atualizações, quando necessárias, deverão ser disponibilizadas no site do fabricante;</p> <p>0.3.6.1. Para esta condição deverá ser apresentada na proposta documentação do fabricante da Placa Mãe ou da BIOS, comprovando o seu desenvolvimento para o equipamento ofertado, caso seja necessário, a critério da equipe que realizar a análise do equipamento.</p> <p>0.3.7. Deve dispor de ferramenta de diagnóstico de saúde do hardware para, no mínimo, Processador, Memória e HDD, com execução independente do sistema operacional;</p>	
<p>0.4. Placa mãe:</p> <p>0.4.1. Deverá ser de fabricação própria e exclusiva para o modelo ofertado. Não podendo ser produzida em regime de OEM ou personalizada;</p> <p>0.4.2. Possuir 01 slots PCI express mini card slot ou M.2;</p> <p>0.4.3. Possuir no mínimo 06 portas USB sendo no mínimo 04 portas 3.0 nativas, não sendo utilizado hubs, placas ou adaptadores;</p> <p>0.4.4. Chip de segurança TPM versão 1.2 integrado para criptografia;</p> <p>0.4.5. Deverá ser do mesmo fabricante do equipamento ou projetada especificamente para o equipamento, não sendo aceitas placas de livre comercialização no mercado;</p> <p>0.4.5.1. Para esta condição deverá ser apresentada na proposta documentação do fabricante do equipamento para comprovação.</p> <p>0.4.6. Compatível com o padrão Plug-and-Play</p> <p>0.5. Unidade de disco rígido</p> <p>0.5.1. Com 01 (uma) unidade de SSD instalada, interna, de 128GB;</p>	
<p>0.6. Controladora de rede Gigabit Ethernet, com as seguintes características:</p> <p>0.6.1. On-board, plug &amp; play, para comunicação a 10/100/1000 Mb/s, padrão Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, plug-and-play;</p> <p>0.6.2. Suporte a configuração automática de velocidade da interface (auto-sense);</p> <p>0.6.3. Permitir comunicação no modo full-duplex;</p> <p>0.6.4. Possuir conexão RJ-45 fêmea;</p> <p>0.6.5. Possuir LED indicador de atividade de rede;</p> <p>0.6.6. Interface de rede obrigatoriamente integrada à placa mãe;</p> <p>0.6.6.1. Considera-se on-board o fato do chip de rede estar incorporado na placa mãe em um chip independente ou incorporado na placa mãe em algum chipset ou ainda, incorporado ao próprio microprocessador do sistema;</p> <p>0.6.6.2. Em qualquer caso o subsistema de rede deverá estar incluído na placa mãe não sendo admitida nenhuma interface de apoio extra (placa extra).</p>	
<p>0.7. Controladora de rede Wireless, com as seguintes características:</p> <p>0.7.1. Em conformidade com os padrões 802.11a, 802.11b, 802.11g, 802.11n, 802.11ac</p> <p>0.7.2. Não será aceita conexão da rede sem fio via USB ou qualquer outro dispositivo externo.</p> <p>0.8. Controladora de vídeo:</p> <p>0.8.1. Dois conectores de vídeo digitais, no padrão DisplayPort e HDMI;</p> <p>0.8.2. Deverá possuir interface controladora gráfica de vídeo integrada ao processador;</p>	

<p>0.9. Gabinete:</p> <p>0.9.1. Gabinete tipo mini desktop (reduzido), com dimensões máximas de 1.500 cm<sup>3</sup>; permite a troca dos componentes "disco rígido" e "memórias" sem a utilização de ferramentas (tool less), não sendo permitida a utilização de parafusos recartilhados;</p> <p>0.9.2. Gabinete projetado com design específico para trabalhar tanto na posição horizontal quanto na vertical;</p> <p>0.9.3. 1 baia interna para disco rígido de 2,5 polegadas;</p> <p>0.9.4. Deverá possuir sistema de refrigeração dimensionado para perfeita refrigeração do processador e demais componentes internos ao gabinete, para garantir a temperatura de funcionamento e vida útil dos componentes, considerando a operação na capacidade máxima do microprocessador em ambiente não refrigerado;</p> <p>0.9.5. Cor preta;</p> <p>0.9.5.1. Serão aceitos pequenos detalhes na cor cinza ou prata ou combinação dessas;</p> <p>0.9.6. O gabinete deverá possuir um conector de encaixe para inserção de trava de segurança, sem adaptações;</p> <p>0.9.7. Deverá ser fornecido suporte para encaixe do gabinete do equipamento ao monitor que não impeça a regulação de altura, inclinação e rotação do monitor;</p>	
<p>0.10. Fonte de Alimentação Elétrica</p> <p>0.10.1. Tensões de entrada de 100 a 240 VCA (<math>\pm 10\%</math>), 50-60Hz, com ajuste automático da tensão de entrada;</p> <p>0.10.2. Potência nominal máxima de 65W;</p> <p>0.11. Teclado Padrão ABNT-II, com conector USB</p> <p>0.11.1. Teclas de Iniciar e de Atalho do MS – Windows;</p> <p>0.11.2. Mudança de inclinação do teclado;</p> <p>0.11.3. Bloco numérico separado das demais teclas;</p> <p>0.11.4. Teclado do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM.</p> <p>0.12. Mouse Ótico com conector USB</p> <p>0.12.1. Dispositivo dotado com 3 botões (sendo um botão para rolagem de telas – "scroll") e resolução mínima de 1000dpi;</p> <p>0.12.2. Do mesmo fabricante do equipamento e cor.</p> <p>0.12.3. Acompanha mousepad;</p>	
<p>0.13. Sistema Operacional:</p> <p>0.13.1. Sistema operacional Windows 10 Professional, 64 bits, em português (Brasil) OEM, licenciado para o fabricante do equipamento e respectivos drivers;</p> <p>0.14. Software:</p> <p>0.14.1. Programa licenciado do Microsoft Office Home &amp; Business 2016 na língua portuguesa do Brasil;</p> <p>0.15. Suporte e Garantia:</p> <p>0.15.1. A garantia deverá ser de 36 (Trinta e seis) meses on-site, para manutenção de hardware;</p> <p>0.16. Condições Gerais:</p> <p>0.16.1. O fornecimento deverá ser feito por empresa autorizada oficialmente pelo fabricante do equipamento – anexar comprovação na proposta;</p> <p>0.16.2. Todos os componentes do equipamento deverão ser integrados pelo fabricante do mesmo – anexar comprovação na proposta;</p> <p>0.16.3. Deverá ser anexado na proposta certificação PPB, com identificação do modelo ou família do equipamento;</p> <p>0.16.4. Deverá ser apresentado na proposta certificação EPEAT com identificação do fabricante e modelo ou família do equipamento, sendo que o mesmo deve estar certificado na categoria Silver ou Gold. Este certificado será conferido através de acesso a pagina <a href="http://www.epeat.net">http://www.epeat.net</a>;</p> <p>0.16.5. Deverá ser anexado na proposta certificação que comprove adequação do equipamento ofertado a ABNT 10.152 e/ou ISO 9296 e/ou ISO 7779, sendo necessário identificar a marca e modelo do equipamento;</p> <p>0.16.6. Deverá ser anexado na proposta certificação que comprove adequação do equipamento ofertado a IEC 60.950 e IEC 61.000, sendo necessário identificar a marca e modelo do equipamento;</p>	

01	<p>0.16.7. Deverá ser anexado na proposta certificado HCL, sendo compatível com MS Windows 10 com comprovação através de relatório emitido pela Microsoft (HCL);</p> <p>0.16.8. O fabricante do equipamento deve ser membro do DMTF (Distributed Management Task Force) e estar listado na categoria Board ou Leadership, comprovado através de acesso a página <a href="http://www.dmtf.org/about/list">http://www.dmtf.org/about/list</a>;</p> <p>0.16.9. O fabricante do equipamento deverá ser membro do Trusted Computing Group comprovado através do site: <a href="http://www.trustedcomputinggroup.org/about_tcg/tcg_members">http://www.trustedcomputinggroup.org/about_tcg/tcg_members</a>;</p> <p>0.16.10. A garantia de 36 (trinta e seis) meses on-site, deverá ser prestada pelo fabricante do equipamento e comprovada através de declaração do mesmo para este processo – anexar comprovação na proposta;</p> <p>0.16.11. O equipamento deverá estar no portfólio de produtos do fabricante, não sendo um equipamento descontinuado – anexar declaração do fabricante na proposta;</p> <p>0.16.12. Deverá ser anexado na proposta catálogo técnico oficial do produto, do Fabricante, que apresente as características técnicas em conformidade com as descritas no Edital e seus Anexos em todos os seus itens. Caso os Catálogos Técnicos do item anterior apresentados omitir alguma informação ou exigência técnica em relação aos descritivos do Edital e demais documentos deverão ser anexado ao mesmo a declaração do fabricante, completando estas informações.</p> <p>0.18. Suporte e Garantia:</p> <p>0.18.1. A garantia deverá ser de 36 (Trinta e seis) meses on-site, para manutenção de hardware;</p>	08	6.190,00
----	--	----	----------



<p>Microcomputador avançado</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1.</li> <li>2.</li> <li>2.1. Processador:             <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1.1. Microprocessador de arquitetura x86 com suporte a 32 ou 64 bits, com extensões de virtualização e instruções SSE4.1 e SSE4.2;</li> <li>2.1.2. Processador com quatro núcleos físicos e quatro Threads.</li> <li>2.1.3. Clock mínimo de 3.4 GHz.</li> <li>2.1.4. Possuir controlador de memória integrado ao processador;</li> <li>2.1.5. Possuir memória cache de, no mínimo, 6MB e litografia de 14 nm;</li> <li>2.1.6. O modelo do processador ofertado deverá ter sido disponibilizado pelo fabricante do processador a partir do ano de 2017.;</li> <li>2.1.7. Sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador, considerando que este esteja operando em sua capacidade máxima ininterruptamente, em ambiente não refrigerado;</li> </ol> </li> <li>2.2. Memória Principal:             <ol style="list-style-type: none"> <li>2.2.1. Dotada com tecnologia DDR-4, 2.400 MHz e do tipo SDRAM;</li> <li>2.2.2. 08 (oito) GB de memória instalada;</li> <li>2.2.3. Possibilidade de suporte a tecnologia Dual Channel;</li> <li>2.2.4. Suporte a 32GB de memória.</li> </ol> </li> <li>2.3. BIOS:             <ol style="list-style-type: none"> <li>2.3.1. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, com capacidade de proteção contra gravação, realizada por software;</li> <li>2.3.2. Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento em Flash ROM;</li> <li>2.3.3. BIOS em Flash ROM, podendo ser atualizada por meio de software de gerenciamento;</li> <li>2.3.4. Possibilita que a senha de acesso ao BIOS seja ativada e desativada via SETUP;</li> <li>2.3.5. Permite inserir registro de controle patrimonial, de pelo menos 10 (dez) caracteres em memória não volátil.                 <ol style="list-style-type: none"> <li>2.3.5.1. BIOS português ou inglês, desenvolvida pelo fabricante em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<a href="http://www.uefi.org">http://www.uefi.org</a>), e capturáveis pela aplicação de inventário SCCM (System Center Configuration Manager); O fabricante possui compatibilidade com o padrão UEFI comprovada através do site <a href="http://www.uefi.org/members">http://www.uefi.org/members</a>, na categoria membros.</li> </ol> </li> <li>2.3.6. BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deverá ter direitos (copyright) sobre esse BIOS, sendo aceitas soluções em regime de O&amp;M ou customizadas. As atualizações, quando necessárias, deverão ser disponibilizadas no site do fabricante;</li> <li>2.3.6.1. Para esta condição deverá ser apresentada na proposta documentação do fabricante da Placa Mãe ou da BIOS, comprovando o seu desenvolvimento para o equipamento ofertado, caso seja necessário, a critério da equipe que realizar a análise do equipamento.</li> <li>2.3.7. Deve dispor de ferramenta de diagnóstico de saúde do hardware para, no mínimo, Processador, Memória e HDD, com execução independente do sistema operacional;</li> </ol> </li> <li>2.4. Placa mãe:             <ol style="list-style-type: none"> <li>2.4.1. Deverá ser de fabricação própria e exclusiva para o modelo ofertado. Não podendo ser produzida em regime de OEM ou personalizada;</li> <li>2.4.2. Possuir no mínimo 02 slots PCI sendo no mínimo 01 PCI express X16 e 01 PCI express X1;</li> <li>2.4.3. Possuir no mínimo 06 portas USB sendo no mínimo 04 portas 3.0 nativas, não sendo utilizado hubs, placas ou adaptadores;</li> <li>2.4.4. Chip de segurança TPM versão 1.2 integrado para criptografia;</li> <li>2.4.5. Deverá ser do mesmo fabricante do equipamento ou projetada especificamente para o equipamento, não sendo aceitas placas de livre comercialização no mercado;                 <ol style="list-style-type: none"> <li>2.4.5.1. Para esta condição deverá ser apresentada na proposta documentação do fabricante do equipamento para comprovação.</li> </ol> </li> <li>2.4.6. Compatível com o padrão Plug-and-Play</li> </ol> </li> </ol>		
---	--	--

<p>2.5. Unidade de disco rígido</p> <p>1.</p> <p>2.</p> <p>2.1.</p> <p>2.2.</p> <p>2.3.</p> <p>2.4.</p> <p>2.5.</p> <p>2.5.1. Com 01 (uma) unidade de SSD instalada, interna, de 128GB;</p> <p>2.6. Controladora de rede Gigabit Ethernet, com as seguintes características:</p> <p>2.6.1. On-board, plug &amp; play, para comunicação a 10/100/1000 Mb/s, padrão Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, plug-and-play;</p> <p>2.6.2. Suporte a configuração automática de velocidade da interface (auto-sense);</p> <p>2.6.3. Permitir comunicação no modo full-duplex;</p> <p>2.6.4. Possuir conexão RJ-45 fêmea;</p> <p>2.6.5. Possuir LED indicador de atividade de rede;</p> <p>2.6.6. Interface de rede obrigatoriamente integrada à placa mãe;</p> <p>2.6.6.1. Considera-se on-board o fato do chip de rede estar incorporado na placa mãe em um chip independente ou incorporado na placa mãe em algum chipset ou ainda, incorporado ao próprio microprocessador do sistema;</p> <p>2.6.6.2. Em qualquer caso o subsistema de rede deverá estar incluído na placa mãe não sendo admitida nenhuma interface de apoio extra (placa extra).</p> <p>2.7. Controladora de vídeo:</p> <p>2.7.1. Placa de vídeo off-board com no mínimo 2GB;</p> <p>2.8. Gabinete:</p> <p>2.8.1. Gabinete tipo Small Form Factor; Permite a troca dos componentes "disco rígido" e "memórias" sem a utilização de ferramentas (tool less), não sendo permitida a utilização de parafusos recartilhados;</p> <p>2.8.2. Gabinete projetado com design específico para trabalhar tanto na posição horizontal quanto na vertical;</p> <p>2.8.3. 1 baia interna para disco rígido de 2,5 ou 3,5 polegadas;</p> <p>2.8.4. Deverá possuir sistema de refrigeração dimensionado para perfeita refrigeração do processador e demais componentes internos ao gabinete, para garantir a temperatura de funcionamento e vida útil dos componentes, considerando a operação na capacidade máxima do microprocessador em ambiente não refrigerado;</p> <p>2.8.5. Cor preta;</p> <p>2.8.5.1. Serão aceitos pequenos detalhes na cor cinza ou prata ou combinação dessas;</p> <p>2.8.6. O gabinete deverá possuir um conector de encaixe para inserção de trava de segurança, sem adaptações;</p> <p>2.9. Fonte de Alimentação Elétrica</p> <p>2.9.1. Tensões de entrada de 100 a 240 VCA (<math>\pm 10\%</math>), 50-60Hz, com ajuste automático da tensão de entrada;</p> <p>2.9.2. Potência nominal máxima de 220W;</p> <p>2.10. Teclado Padrão ABNT-II, com conector USB</p> <p>2.10.1. Teclas de Iniciar e de Atalho do MS – Windows;</p> <p>2.10.2. Mudança de inclinação do teclado;</p> <p>2.10.3. Bloco numérico separado das demais teclas;</p> <p>2.10.4. Teclado do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM.</p> <p>2.11. Mouse Ótico com conector USB</p> <p>2.11.1. Dispositivo dotado com 3 botões (sendo um botão para rolagem de telas – "scroll") e resolução mínima de 1000dpi;</p> <p>2.11.2. Do mesmo fabricante do equipamento e cor.</p> <p>2.11.3. Acompanha mousepad;</p>		
--	--	--

02	<p>2.12. Sistema Operacional: 2.12.1. Sistema operacional Windows 10 Professional, 64 bits, em português (Brasil) OEM, licenciado para o fabricante do equipamento e respectivos drivers;</p> <p>2.13. Software: 2.13.1. Programa licenciado do Microsoft Office Home &amp; Business 2016 na língua portuguesa do Brasil;</p> <p>2.14. Suporte e Garantia: 2.14.1. A garantia deverá ser de 36 (Trinta e seis) meses on-site, para manutenção de hardware;</p> <p>2.15. Condições Gerais: 2.15.1. O fornecimento deverá ser feito por empresa autorizada oficialmente pelo fabricante do equipamento – anexar comprovação na proposta; 2.15.2. Todos os componentes do equipamento deverão ser integrados pelo fabricante do mesmo – anexar comprovação na proposta; 2.15.3. Deverá ser anexado na proposta certificação PPB, com identificação do modelo ou família do equipamento; 2.15.4. Deverá ser apresentado na proposta certificação EPEAT com identificação do fabricante e modelo ou família do equipamento, sendo que o mesmo deve estar certificado na categoria Silver ou Gold. Este certificado será conferido através de acesso a pagina <a href="http://www.epeat.net">http://www.epeat.net</a>; 2.15.5. Deverá ser anexado na proposta certificação que comprove adequação do equipamento ofertado a ABNT 10.152 e/ou ISO 9296 e/ou ISO 7779, sendo necessário identificar a marca e modelo do equipamento; 2.15.6. Deverá ser anexado na proposta certificação que comprove adequação do equipamento ofertado a IEC 60.950 e IEC 61.000, sendo necessário identificar a marca e modelo do equipamento; 2.15.7. Deverá ser anexado na proposta certificado HCL, sendo compatível com MS Windows 10 com comprovação através de relatório emitido pela Microsoft (HCL); 2.15.8. O fabricante do equipamento deve ser membro do DMTF (Distributed Management Task Force) e estar listado na categoria Board ou Leadership, comprovado através de acesso a página <a href="http://www.dmtf.org/about/list">http://www.dmtf.org/about/list</a>; 2.15.9. O fabricante do equipamento deverá ser membro do Trusted Computing Group comprovado através do site: <a href="http://www.trustedcomputinggroup.org/about_tcg/tcg_members">http://www.trustedcomputinggroup.org/about_tcg/tcg_members</a>; 2.15.10. A garantia de 36 (trinta e seis) meses on-site, deverá ser prestada pelo fabricante do equipamento e comprovada através de declaração do mesmo para este processo – anexar comprovação na proposta; 2.15.11. O equipamento deverá estar no portfólio de produtos do fabricante, não sendo um equipamento descontinuado – anexar declaração do fabricante na proposta; 2.15.12. Deverá ser anexado na proposta catálogo técnico oficial do produto, do Fabricante, que apresente as características técnicas em conformidade com as descritas no Edital e seus Anexos em todos os seus itens. Caso os Catálogos Técnicos do item anterior apresentados omitir alguma informação ou exigência técnica em relação aos descritivos do Edital e demais documentos deverão ser anexado ao mesmo a declaração do fabricante, completando estas informações.</p>	08	7.600,00
----	---	----	----------

<p>Notebook básico</p> <p>3.</p> <p>3.1. Processador:</p> <p>3.1.1. Microprocessador de arquitetura x86 com suporte a 32 ou 64 bits, com extensões de virtualização e instruções SSE4.1 e SSE4.2;</p> <p>3.1.2. Processador com dois núcleos físicos e quatro Threads.</p> <p>3.1.3. Clock mínimo de 2 GHz.</p> <p>3.1.4. Possuir controlador de memória integrado ao processador;</p> <p>3.1.5. Possuir memória cache de, no mínimo, 3MB e litografia de 14 nm;</p> <p>3.1.6. O modelo do processador ofertado deverá ter sido disponibilizado pelo fabricante do processador a partir do ano de 2016.;</p> <p>3.1.7. Sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador, considerando que este esteja operando em sua capacidade máxima ininterruptamente, em ambiente não refrigerado;</p> <p>3.2. Memória Principal:</p> <p>3.2.1. Dotada com tecnologia DDR-4, 2.133 MHz e do tipo SDRAM;</p> <p>3.2.2. 04 (quatro) GB de memória instalada;</p> <p>3.2.3. Possibilidade de suporte a tecnologia Dual Channel;</p> <p>3.2.4. Suporte a 8GB de memória.</p> <p>3.3. BIOS:</p> <p>3.3.1. BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deverá ter direitos (copyright) sobre esse BIOS, sendo aceitas soluções em regime de O&amp;M ou customizadas. As atualizações, quando necessárias, deverão ser disponibilizadas no site do fabricante;</p> <p>3.3.2. Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento em Flash ROM;</p> <p>3.3.2.1. BIOS português ou inglês, desenvolvida pelo fabricante em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<a href="http://www.uefi.org">http://www.uefi.org</a>), e capturáveis pela aplicação de inventário SCCM (System Center Configuration Manager); O fabricante possui compatibilidade com o padrão UEFI comprovada através do site <a href="http://www.uefi.org/members">http://www.uefi.org/members</a>, na categoria membros.</p> <p>3.3.3. Deve dispor de ferramenta de diagnóstico de saúde do hardware para, no mínimo, Processador, Memória e HDD, com execução independente do sistema operacional;</p> <p>3.4. Conexões:</p> <p>3.4.1. Deverá possuir no mínimo 1 (uma) VGA e 1 (uma) HDMI;</p> <p>3.4.2. Deverá possuir no mínimo 2 (duas) USB 3.0 e 1 (uma) USB 2.0, total de no mínimo 3 portas USB;</p> <p>3.5. Unidade de disco rígido</p> <p>3.5.1. Com 01 (uma) unidade de SSD instalada, interna, de 128GB;</p> <p>3.6. Controladora de rede Gigabit Ethernet, com as seguintes características:</p> <p>3.6.1. On-board, plug &amp; play, para comunicação a 10/100/1000 Mbps/s, padrão Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, plug-and-play;</p> <p>3.6.2. Suporte a configuração automática de velocidade da interface (auto-sense);</p> <p>3.6.3. Permitir comunicação no modo full-duplex;</p> <p>3.6.4. Possuir conexão RJ-45 fêmea;</p> <p>3.6.5. Interface de rede obrigatoriamente integrada à placa mãe;</p> <p>3.6.5.1. Considera-se on-board o fato do chip de rede estar incorporado na placa mãe em um chip independente ou incorporado na placa mãe em algum chipset ou ainda, incorporado ao próprio microprocessador do sistema;</p> <p>3.6.5.2. Em qualquer caso o subsistema de rede deverá estar incluído na placa mãe não sendo admitida nenhuma interface de apoio extra (placa extra).</p>		
--	--	--

	<p>3.7. Controladora de rede Wireless, com as seguintes características:</p> <p>3.7.1. Em conformidade com os padrões 802.11a, 802.11b, 802.11g, 802.11n, 802.11ac</p> <p>3.7.2. Não será aceita conexão da rede sem fio via USB ou qualquer outro dispositivo externo.</p> <p>3.8. Controladora de vídeo:</p> <p>3.8.1. Placa de vídeo on-board, com controladora gráfica incorporada ao processador;</p> <p>3.9. Gabinete:</p> <p>3.9.1. Gabinete deverá possuir as seguintes dimensões máximas: 2,4 cm x 34,5 x 24,5</p> <p>3.9.2. Peso máximo do conjunto 1,8 KG;</p> <p>3.10. Unidade ótica:</p> <p>3.10.1. Deverá possuir unidade Gravadora de CD/DVD incorporada ao gabinete do equipamento, não sendo aceito soluções do tipo USB.</p> <p>3.11. Fonte de Alimentação Elétrica</p> <p>3.11.1. Tensões de entrada de 100 a 240 VCA (<math>\pm 10\%</math>), 50-60Hz, com ajuste automático da tensão de entrada;</p> <p>3.11.2. Potência nominal máxima de 65W;</p> <p>3.12. Tela:</p> <p>3.12.1. Tela 100% plana de LED com dimensões de no máximo 14 Polegadas;</p> <p>3.12.2. Resolução mínima de 1366 x 768 a uma frequência horizontal de 60Hz;</p> <p>3.12.3. Deverá possuir acoplado a tela webcam com resolução do tipo HD.</p> <p>3.13. Teclado Padrão ABNT-II;</p> <p>3.14. Dispositivo touchpad com no mínimo 2 (dois botões);</p> <p>3.15. Sistema Operacional:</p> <p>3.15.1. Sistema operacional Windows 10 Professional, 64 bits, em português (Brasil) OEM, licenciado para o fabricante do equipamento e respectivos drivers;</p> <p>3.16. Software:</p> <p>3.16.1. Programa licenciado do Microsoft Office Home &amp; Business 2016 na língua portuguesa do Brasil;</p> <p>3.17. Suporte e Garantia:</p> <p>3.17.1. A garantia deverá ser de 36 (Trinta e seis) meses on-site, para manutenção de hardware;</p> <p>3.18. Condições Gerais:</p> <p>3.18.1. O fornecimento deverá ser feito por empresa autorizada oficialmente pelo fabricante do equipamento – anexar comprovação na proposta;</p> <p>3.18.2. Todos os componentes do equipamento deverão ser integrados pelo fabricante do mesmo – anexar comprovação na proposta;</p> <p>3.18.3. Deverá ser anexado na proposta certificação PPB, com identificação do modelo ou família do equipamento;</p> <p>3.18.4. Deverá ser apresentado na proposta certificação EPEAT com identificação do fabricante e modelo ou família do equipamento, sendo que o mesmo deve estar certificado na categoria Silver ou Gold. Este certificado será conferido através de acesso a pagina <a href="http://www.epeat.net">http://www.epeat.net</a>;</p> <p>3.18.5. Deverá ser anexado na proposta certificação que comprove adequação do equipamento ofertado a ABNT 10.152 e/ou ISO 9296 e/ou ISO 7779, sendo necessário identificar a marca e modelo do equipamento;</p> <p>3.18.6. Deverá ser anexado na proposta certificação que comprove adequação do equipamento ofertado a IEC 60.950 e IEC 61.000, sendo necessário identificar a marca e modelo do equipamento;</p> <p>3.18.7. Deverá ser anexado na proposta certificado HCL, sendo compatível com MS Windows 10 com comprovação através de relatório emitido pela Microsoft (HCL);</p>		
03	<p>3.18.8. O fabricante do equipamento deve ser membro do DMTF (Distributed Management Task Force) e estar listado na categoria Board ou Leadership, comprovado através de acesso a página <a href="http://www.dmtf.org/about/list">http://www.dmtf.org/about/list</a>;</p> <p>3.18.9. O fabricante do equipamento deverá ser membro do Trusted Computing Group comprovado através do site: <a href="http://www.trustedcomputinggroup.org/about_tcg/tcg_members">http://www.trustedcomputinggroup.org/about_tcg/tcg_members</a>;</p> <p>3.18.10. A garantia de 36 (trinta e seis) meses on-site, deverá ser prestada pelo fabricante do equipamento e comprovada através de declaração do mesmo para este processo – anexar comprovação na proposta;</p> <p>3.18.11. O equipamento deverá estar no portfólio de produtos do fabricante, não sendo um equipamento descontinuado – anexar declaração do fabricante na proposta;</p> <p>3.18.12. Deverá ser anexado na proposta catálogo técnico oficial do produto, do Fabricante, que apresente as características técnicas em conformidade com as descritas no Edital e seus Anexos em todos os seus itens. Caso os Catálogos Técnicos do item anterior apresentados omitir alguma informação ou exigência técnica em relação aos descritivos do Edital e demais documentos deverão ser anexado ao mesmo a declaração do fabricante, completando estas informações.</p>	06	5.870,00

<p>Notebook avançado</p> <p>4.</p> <p>4.1. Processador:</p> <p>4.1.1. Microprocessador de arquitetura x86 com suporte a 32 ou 64 bits, com extensões de virtualização e instruções SSE4.1 e SSE4.2;</p> <p>4.1.2. Processador com dois núcleos físicos e quatro Threads.</p> <p>4.1.3. Clock mínimo de 2,5 GHz.</p> <p>4.1.4. Possuir controlador de memória integrado ao processador;</p> <p>4.1.5. Possuir memória cache de, no mínimo, 3MB e litografia de 14 nm;</p> <p>4.1.6. O modelo do processador ofertado deverá ter sido disponibilizado pelo fabricante do processador a partir do ano de 2016.;</p> <p>4.1.7. Sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador, considerando que este esteja operando em sua capacidade máxima ininterruptamente, em ambiente não refrigerado;</p> <p>4.2. Memória Principal:</p> <p>4.2.1. Dotada com tecnologia DDR-4, 2.133 MHz e do tipo SDRAM;</p> <p>4.2.2. 08 (oito) GB de memória instalada;</p> <p>4.2.3. Possibilidade de suporte a tecnologia Dual Channel;</p> <p>4.2.4. Suporte a 8GB de memória.</p> <p>4.3. BIOS:</p> <p>4.3.1. BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deverá ter direitos (copyright) sobre esse BIOS, sendo aceitas soluções em regime de O&amp;M ou customizadas. As atualizações, quando necessárias, deverão ser disponibilizadas no site do fabricante;</p> <p>4.3.2. Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento em Flash ROM;</p> <p>4.3.2.1. BIOS português ou inglês, desenvolvida pelo fabricante em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (<a href="http://www.uefi.org">http://www.uefi.org</a>), e capturáveis pela aplicação de inventário SCCM (System Center Configuration Manager); O fabricante possui compatibilidade com o padrão UEFI comprovada através do site <a href="http://www.uefi.org/members">http://www.uefi.org/members</a>, na categoria membros.</p> <p>4.3.3. Deve dispor de ferramenta de diagnóstico de saúde do hardware para, no mínimo, Processador, Memória e HDD, com execução independente do sistema operacional;</p> <p>4.4. Conexões:</p> <p>4.4.1. Deverá possuir no mínimo 1 (uma) HDMI;</p> <p>4.4.2. Deverá possuir no mínimo 2 (duas) USB 3.0 e 1 (uma) USB 2.0, total de no mínimo 3 portas USB;</p> <p>4.5. Unidade de disco rígido</p> <p>4.5.1. Com 01 (uma) unidade de SSD instalada, interna, de 128GB;</p> <p>4.6. Controladora de rede Gigabit Ethernet, com as seguintes características:</p> <p>4.6.1. On-board, plug &amp; play, para comunicação a 10/100/1000 Mbps/s, padrão Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, plug-and-play;</p> <p>4.6.2. Suporte a configuração automática de velocidade da interface (auto-sense);</p> <p>4.6.3. Permitir comunicação no modo full-duplex;</p> <p>4.6.4. Possuir conexão RJ-45 fêmea;</p> <p>4.6.5. Interface de rede obrigatoriamente integrada à placa mãe;</p> <p>4.6.5.1. Considera-se on-board o fato do chip de rede estar incorporado na placa mãe em um chip independente ou incorporado na placa mãe em algum chipset ou ainda, incorporado ao próprio microprocessador do sistema;</p> <p>4.6.5.2. Em qualquer caso o subsistema de rede deverá estar incluído na placa mãe não sendo admitida nenhuma interface de apoio extra (placa extra).</p>		
--	--	--



	<p>4.7. Controladora de rede Wireless, com as seguintes características:</p> <p>4.7.1. Em conformidade com os padrões 802.11a, 802.11b, 802.11g, 802.11n, 802.11ac</p> <p>4.7.2. Não será aceita conexão da rede sem fio via USB ou qualquer outro dispositivo externo.</p> <p>4.8. Controladora de vídeo:</p> <p>4.8.1. Placa de vídeo off-board, com no mínimo 4GB DDR5;</p> <p>4.9. Gabinete:</p> <p>4.9.1. Gabinete deverá possuir as seguintes dimensões máximas: Altura: 1,8 cm x largura: 33 cm x profundidade: 23 cm</p> <p>4.9.2. Peso máximo do conjunto 1,7 KG;</p> <p>4.10. Fonte de Alimentação Elétrica</p> <p>4.10.1. Tensões de entrada de 100 a 240 VCA (<math>\pm 10\%</math>), 50-60Hz, com ajuste automático da tensão de entrada;</p> <p>4.10.2. Potência nominal máxima de 65W;</p> <p>4.11. Tela:</p> <p>4.11.1. Tela 100% plana de LED com dimensões de no máximo 14 Polegadas;</p> <p>4.11.2. Resolução mínima de 1920 x 1080 a uma frequência horizontal de 60Hz;</p> <p>4.11.3. Deverá possuir acoplado a tela webcam com resolução do tipo HD.</p> <p>4.12. Teclado Padrão ABNT-II;</p> <p>4.13. Dispositivo touchpad com no mínimo 2 (dois botões);</p> <p>4.14. Software:</p> <p>4.14.1. Programa licenciado do Microsoft Office Home &amp; Business 2016 na língua portuguesa do Brasil;</p> <p>4.15. Sistema Operacional:</p> <p>4.15.1. Sistema operacional Windows 10 Professional, 64 bits, em português (Brasil) OEM, licenciado para o fabricante do equipamento e respectivos drivers;</p> <p>4.16. Suporte e Garantia:</p> <p>4.16.1. A garantia deverá ser de 36 (Trinta e seis) meses on-site, para manutenção de hardware;</p> <p>4.17. Condições Gerais:</p> <p>4.17.1. O fornecimento deverá ser feito por empresa autorizada oficialmente pelo fabricante do equipamento – anexar comprovação na proposta;</p> <p>4.17.2. Todos os componentes do equipamento deverão ser integrados pelo fabricante do mesmo – anexar comprovação na proposta;</p> <p>4.17.3. Deverá ser anexado na proposta certificação PPB, com identificação do modelo ou família do equipamento;</p> <p>4.17.4. Deverá ser apresentado na proposta certificação EPEAT com identificação do fabricante e modelo ou família do equipamento, sendo que o mesmo deve estar certificado na categoria Silver ou Gold. Este certificado será conferido através de acesso a pagina <a href="http://www.epeat.net">http://www.epeat.net</a>;</p> <p>4.17.5. O fabricante do equipamento deve ser membro do DMTF (Distributed Management Task Force) e estar listado na categoria Board ou Leadership, comprovado através de acesso a página <a href="http://www.dmtf.org/about/list">http://www.dmtf.org/about/list</a>;</p> <p>4.17.6. O fabricante do equipamento deverá ser membro do Trusted Computing Group comprovado através do site: <a href="http://www.trustedcomputinggroup.org/about_tcg/tcg_members">http://www.trustedcomputinggroup.org/about_tcg/tcg_members</a>;</p> <p>4.17.7. A garantia de 36 (trinta e seis) meses on-site, deverá ser prestada pelo fabricante do equipamento e comprovada através de declaração do mesmo para este processo – anexar comprovação na proposta;</p> <p>4.17.8. O equipamento deverá estar no portfólio de produtos do fabricante, não sendo um equipamento descontinuado – anexar declaração do fabricante na proposta;</p>		
04	<p>4.17.9. Deverá ser anexado na proposta catálogo técnico oficial do produto, do Fabricante, que apresente as características técnicas em conformidade com as descritas no Edital e seus Anexos em todos os seus itens. Caso os Catálogos Técnicos do item anterior apresentados omitir alguma informação ou exigência técnica em relação aos descritivos do Edital e demais documentos deverão ser anexado ao mesmo a declaração do fabricante, completando estas informações.</p>	01	7.750,00

05	<p>Monitor 21.5</p> <p>4.17.10. Monitor do mesmo fabricante do microcomputador ofertado;</p> <p>4.17.11. Tela 100% plana de LED com dimensões de no mínimo 21.5 Polegadas;</p> <p>4.17.12. Base para ajuste de inclinação, altura e rotação, sendo aceito oferta de base para esta função, desde que ofertada base do mesmo fabricante do monitor com padrão VESA;</p> <p>4.17.13. Resolução mínima de 1.920 x 1.080 a uma frequência horizontal de 60Hz;</p> <p>4.17.14. Conectores de entrada nativos: 01 (uma) entrada com Conector Display Port (DP), 01 (uma) entrada HDMI e outra entrada com padrão VGA, não será aceito o uso de adaptadores para os conectores;</p> <p>4.17.15. Deverá possuir conectores USB, no mínimo 3 (três);</p> <p>4.17.16. Tempo de resposta de no máximo 8 ms;</p> <p>4.17.17. Contraste mínimo de 1000:1</p> <p>4.17.18. Brilho mínimo de 250 cd/m<sup>2</sup></p> <p>4.17.19. Tela anti-reflexiva;</p> <p>4.17.20. Deverá acompanhar todos os cabos e acessórios necessários para seu funcionamento.</p> <p>4.18. Suporte e Garantia:</p> <p>4.18.1. A garantia deverá ser de 36 (Trinta e seis) meses on-site, para manutenção de hardware;</p>	06	1.000,00
06	<p>Monitor 23.5</p> <p>0.17.1. Monitor do mesmo fabricante do microcomputador ofertado;</p> <p>0.17.2. Tela 100% plana de LED com dimensões de no mínimo 23.5 Polegadas;</p> <p>0.17.3. Base para ajuste de inclinação, altura e rotação, sendo aceito oferta de base para esta função, desde que ofertada base do mesmo fabricante do monitor com padrão VESA;</p> <p>0.17.4. Resolução mínima de 1.920 x 1.080 a uma frequência horizontal de 60Hz;</p> <p>0.17.5. Conectores de entrada nativos: 01 (uma) entrada com Conector Display Port (DP), 01 (uma) entrada HDMI e outra entrada com padrão VGA, não será aceito o uso de adaptadores para os conectores;</p> <p>0.17.6. Deverá possuir conectores USB, no mínimo 3 (três);</p> <p>0.17.7. Tempo de resposta de no máximo 8 ms;</p> <p>0.17.8. Contraste mínimo de 1000:1</p> <p>0.17.9. Brilho mínimo de 250 cd/m<sup>2</sup></p> <p>0.17.10. Tela anti-reflexiva;</p> <p>0.17.11. Deverá acompanhar todos os cabos e acessórios necessários para seu funcionamento.</p> <p>0.18. Suporte e Garantia:</p> <p>0.18.1. A garantia deverá ser de 36 (Trinta e seis) meses on-site, para manutenção de hardware;</p>	10	1.000,00
Preço Total Estimado			169.290,00

Item	Descrição	Qt.	Preço Unitário Estimado (R\$)
07	PROGRAMA LICENCIADO DO MICROSOFT PROFESSIONAL 2016 NA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL	20	1800,00
08	PROGRAMA LICENCIADO DO MICROSOFT HOME & BUSINESS 2016 NA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL	3	900,00
Preço Total Estimado			38.700,00

Item	Descrição	Qt.	Preço Unitário Estimado (R\$)
------	-----------	-----	-------------------------------

<p>Multifuncional Laser Mono, com as seguintes especificações MÍNIMAS:</p> <p>1. Função Impressora, copiadora, scanner e fax</p> <p>2. Especificações para impressão</p> <p>2.1. Velocidade de impressão (preto): Normal:Até 20 ppm[1] 2.2. Primeira página impressa (pronta): Preto até 9,5 segundos 2.3. Ciclo de trabalho (mensal, A4): Até 8000 páginas[3] 2.4. Volume mensal de páginas recomendado: 250 a 2000[2] 2.5. Tecnologia de impressão: Laser 2.6. Qualidade de impressão preto (ótima): Até 600 x 600 dpi 2.7. Idiomas de impressão: PCLm/PCLmS 2.8. Monitor: LCD de 2 linhas (texto) 2.9. Velocidade do processador: 600 MHz</p> <p>3. Conectividade</p> <p>3.1. Conectividade, padrão: Porta USB 2.0 de alta velocidade; porta de rede Fast Ethernet 10/100Base-TX incorporada 3.2. Pronto para trabalhar em rede: Standard (Ethernet incorporada) 3.3. Sistemas operacionais compatíveis: Instalação completa de software suportada em: Windows 8 (82/64 bits), Windows 7 (32/64 bits), Windows Vista (32/64 bits), Windows XP (32 bits) (SP2 ou superior); Instalação de driver admitida somente em Windows Server 2012; Windows Server 2008 (32/64 bits), Windows Server 2008 R2 (x64) (SP1), Windows Server 2008 (Standard Edition), Windows Server 2008 (Enterprise Edition), Windows Server 2003 (32/64 bits) (SP1 ou superior), Windows XP (64 bits) (SP2 ou superior); Mac OS X v 10.6.8 ou superior;</p>		
--	--	--

<p>4. Manuseio de papel</p> <p>4.1. Manuseio de entrada de papel, padrão: Bandeja de entrada para 150 folhas</p> <p>4.2. Manuseio de saída de papel, padrão: Bandeja de saída para 100 folhas com a face para baixo</p> <p>4.3. Impressão frente e verso: Manual (fornecido suporte de driver)</p> <p>4.4. Tamanhos de mídia suportados: A4; A5; B5-Japanese; Envelopes (ISO DL, C5, B5, Com nº10, Monarch nº7 3/4); 16K; Cartões postais (padrão nº 10, JIS simples e duplo)</p> <p>4.5. Tamanhos de mídia, personalizados: 3 x 5 a 8,5 x 14 pol</p> <p>4.6. Tamanhos de mídia, personalizados: 76 x 127 a 216 x 356 mm</p> <p>4.7. Tipos de suportes: Papel (normal, LaserJet), envelopes, transparências, etiquetas, cartões postais</p> <p>4.8. Gramaturas de mídia, suportado: 60 a 163 g/m²</p> <p>5. Especificações do scanner</p> <p>5.1. Tipo de scanner: Base plana, alimentador automático de documentos</p> <p>5.2. Formatos dos arquivos digitalizados: JPG, RAW(BMP), PDF, TIFF, PNG;</p> <p>5.3. Resolução de digitalização, óptica: Até 1200 dpi</p> <p>5.4. Tamanho da digitalização (no scanner de mesa), máximo: 216 x 297 mm</p> <p>5.5. Tamanho da digitalização (ADF), máximo: 216 x 356 mm</p> <p>5.6. Velocidade de digitalização (normal, A4): Até 7 ppm (preto e branco), até 5 ppm (colorido)</p> <p>5.7. Capacidade do alimentador automático de documentos: Padrão, 35 folhas</p> <p>5.8. Características padrão transmissão digital: Digitalizar para email, aplicativo e arquivo</p> <p>Formatos de arquivo, admitidos: PDF; TIF; BMP;PNG; JPG</p> <p>6. Especificações da copiadora</p> <p>6.1. Velocidade de cópia (normal): Preto:Até 20 cpm[4]</p> <p>6.2. Resolução de cópia (texto em preto): Até 600 x 600 dpi</p> <p>6.3. Configurações de redução/ampliação de cópia: 25 até 400%</p>		
---	--	--

09	<p>7. Especificações para fax</p> <p>7.1. Envio/recepção de faxes: Sim</p> <p>7.2. Velocidade de transmissão de fax: 33.6 kbps[6]</p> <p>7.3. Memória do fax: Até 500 páginas</p> <p>7.4. Resolução de fax: Até 300 x 300 dpi</p> <p>7.5. Discagens rápidas, número máximo: Até 100 números</p> <p>7.6. Locais de transmissão: 100 locais</p> <p>8. Requisitos de alimentação e operação</p> <p>8.1. Alimentação: Tensão de entrada: 110 a 127 VCA (+/- 12%), 60 Hz (+/- 3 Hz); Tensão de entrada: 220 a 240 VCA (+/- 12%), 50/60 Hz (+/- 3 Hz; sem dupla voltagem, fonte de alimentação varia por número de peça com nº identificador de código de Opção)</p> <p>8.2. Consumo de energia: 480 watts (imprimindo), 186 watts (copiando a partir do ADF), 4,5 watts (pronta), 1,1 watts (suspensão/desligamento automático), 0,1 watt (desligamento manual)[8]</p> <p>8.3. Eficiência de energia: qualificado pela ENERGY STAR®</p> <p>8.4. Gama de temperaturas de funcionamento: 15 a 32,5°C</p> <p>8.5. Intervalo de umidade para funcionamento: 30 a 70% RH</p>	6	2.000,00
Preço Total Estimado			12.000,00

Item	Descrição	Qt.	Preço Unitário Estimado (R\$)
------	-----------	-----	-------------------------------

10	<p>Scanner Duplex, com as seguintes especificações MÍNIMAS:</p> <p>1. Volume diário recomendado ADF i2620: Até 7.000 folhas por dia</p> <p>2. Velocidades de produção* (retrato, tamanho carta) Preto e branco/tons de cinza i2620: até 60 ppm/120 ipm a 200 e 300 dpi Color i2620: Até 60 ppm/120 ipm a 200 dpi; até 40 ppm/80 ipm a 300 dpi</p> <p>3. Tecnologia de digitalização CCD duplo; Profundidade da saída em tons de cinza de 256 níveis (8 bits); profundidade da captura em cores de 48 bits (16 x 3); profundidade de bit de saída de cores de 24 bits (8 x 3)</p> <p>4. Pannel de controle do operador i2620: Visor de cristal líquido gráfico</p> <p>5. Resolução óptica 600 dpi</p> <p>6. Iluminação LED indireto duplo</p> <p>7. Resolução de saída 75 / 100 / 150 / 200 / 240 / 250 / 300 / 400 / 600 / 1200 dpi</p> <p>8. Dimensão máx./mín. do documento 216 mm x 863 mm (8,5 x 34 pol) / 50 mm x 50 mm (2 pol x 2 pol) Modo de documentos longos: 216 mm x 4.064 mm (8,5 pol x 160 pol)</p> <p>9. Espessura e gramatura do papel Papel de 34-413 g/m<sup>2</sup> (9-110 lb); Espessura do cartão de identidade: até 1,25 mm (0.05 pol)</p> <p>10. Alimentador i2620: Até 100 folhas de papel de 80 g/m<sup>2</sup> (20 lb.)</p> <p>11. Detecção de alimentação múltipla Com tecnologia ultrassônica</p> <p>12. Conectividade Compatível com USB 2.0, USB 3.0</p> <p>13. Recursos de geração de imagens Leitura de código de barras; Digitalização Perfect Page; Enquadramento; Corte automático; Corte relativo; Orientação automática multilíngue; Rotação ortogonal; Adicionar borda; Remover borda; Preenchimento inteligente de bordas da imagem; Preenchimento de orifício redondo/retangular; Remoção de página em branco baseada em tamanho de arquivo ou conteúdo; Definição; Filtragem de risco; Contraste/brilho automático; Suavização de cores de fundo; Equilíbrio automático de cores; Equilíbrio automático de branco; Ajuste aprimorado de cores; Detecção automática de cores; Processamento de limite adaptável; Limite fixo; iThresholding; Remoção de pixel isolado; Regra da maioria da remoção de ruído; Remoção de meios-tons; Eliminação eletrônica de cores (R, G, B); Predomínio de remoção de (1) cor; Remoção múltipla de cor (até cinco cores); Remoção de todas as cores; Fluxo dual; Compressão (Grupo 4, JPEG); Mescla de imagens; digitalização de documento longo (até 4.064 mm/160 pol.) Formatos de arquivos de saída TIFF, JPEG, RTF, BMP, PDF e PDF pesquisável numa ou várias folhas</p> <p>14. Requisitos elétricos 100-240 V (Internacional); 50-60 Hz</p> <p>15. Consumo de energia Scanner: Modo Off: &lt; 0,35 watts; modo de espera: &lt; 4 watts; modo de execução: &lt; 32 watts</p> <p>16. Fatores ambientais Registro EPEAT Qualificação ENERGY STAR Temperatura de operação: 10-35° C (50-95° F) Umidade durante a operação: 15% a 80% UR</p> <p>17. Dimensões Peso: 5,5 kg (12 lbs) Profundidade: 162 mm (6,3 pol), sem incluir o tabuleiro de entrada nem o de saída Largura: 330 mm (13 pol), Altura: 246 mm (9,7 pol), sem incluir o tabuleiro de entrada</p>	3	4.500,00
Preço Total Estimado			13.500,00

Item	Descrição	Qt.	Preço Unitário Estimado (R\$)
------	-----------	-----	-------------------------------



12	<p>Câmera interna IP com as seguintes especificações MÍNIMAS</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Resolução do display 1280 x 960p (1.3 Megapixel)</li> <li>2. Zoom óptico 3X</li> <li>3. Iluminação mínima 0 LUX (Com IR Ligado)</li> <li>4. Lente f: 4mm~9mm</li> <li>5. Ângulo de Visão 70º</li> <li>6. Com Pan/Tilt</li> <li>7. Ângulo Pan/Tilt de 300º horizontal e 120º Vertical</li> <li>8. Entrada para cartão Micro SD Card</li> <li>9. Wireless</li> <li>10. Entrada de áudio</li> <li>11. Microfone embutido</li> <li>12. Saída de áudio: Alto falantes, com um conector de áudio</li> <li>13. Compressão de áudio PCM/G.726</li> <li>14. Compressão de imagem H.264</li> <li>15. Taxa de FPS (frames per second) 15 fps (VGA), 30 fps (QVGA)</li> <li>16. Frequência da Luz 50Hz, 60Hz</li> <li>17. Espelhamento da imagem Vertical / Horizontal</li> <li>18. Padrão Wireless IEEE 802.11 b/g/n</li> <li>19. Criptografia Wireless Encriptação WEP &amp; WPA WPA2</li> <li>20. Rede de Área Local (LAN) 10/100 Mbps RJ - 45</li> <li>21. Protocolo de Rede IP, TCP, UDP, HTTP, HTTPS, SMTP, FTP, DHCP, DDNS, UPnP, RTSP, WPS</li> <li>22. Leds Infravermelhos 13 LEDs Infravermelhos, Visibilidade noturna de até 8 metros</li> <li>23. Temperatura de operação 0º ~ 40ºC</li> <li>24. Umidade de Operação 20% ~ 85% sem condensação</li> <li>25. Temperatura de Armazenagem -10ºC ~ 60º</li> <li>26. Umidade de armazenagem 0% ~ 90% sem condensação</li> <li>27. Sistema Operacional Suportado Windows, Macintosh, Android, iOS</li> <li>28. Navegadores de Internet compatíveis IE6 ou versão superior (Recomendado), Firefox, Chrome, Safari e navegadores web padrões</li> <li>29. Consumo de energia 8 Watts</li> <li>30. Certificação CE, FCC</li> <li>31. Dimensões (mm) 115(P)x103(L)x119(A)</li> <li>32. Cor Branco</li> </ol>	3	1.650,00
Preço Total Estimado			4.950,00

Item	Descrição	Qt.	Preço Unitário Estimado (R\$)
13	<p>WebCam com especificações mínimas</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Videochamada Full HD de 1080p (até 1920 x 1080 pixels)</li> <li>2. Gravação de vídeo Full HD (até 1920 x 1080 pixels)</li> <li>3. Compactação de vídeo H.264</li> <li>4. Microfones duplos estéreos incríveis com redução de ruído automática</li> <li>5. Correção automática de pouca luz</li> <li>6. Clipe universal pronto para tripés que se ajusta a monitores de laptop, LCD ou CRT.</li> <li>7. Controles de panorâmica, inclinação e zoom</li> <li>8. Captura de vídeo e foto</li> <li>9. Rastreo de rosto</li> <li>10. Detecção de movimentos</li> <li>11. Conector USB 2.0</li> </ol>	3	250,00
Preço Total Estimado			750,00

Apresentadas as propostas e após os lances, segue resultado final:

Item	Produto	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)	Empresa Contemplada
01	Microcomputador básico	08	R\$ 5.990,00	R\$ 47.920,00	Harley de Aguiar Junior EIRELI - EPP
02	Microcomputador avançado		R\$ 7.230,00	R\$ 57.840,00	Harley de Aguiar Junior EIRELI - EPP
08					

Item	Produto	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)	Empresa Contemplada
03	Notebook básico	6	R\$ 5.800,00	R\$ 34.800,00	Harley de Aguiar Junior EIRELI - EPP
04	Notebook avançado	1	R\$ 7.550,00	R\$ 7.550,00	Harley de Aguiar Junior EIRELI - EPP
05	Monitor 21.5	6	R\$ 875,00	R\$ 5.250,00	Harley de Aguiar Junior EIRELI - EPP
06	Monitor 23.5	10	R\$ 980,00	R\$ 9.800,00	Harley de Aguiar Junior EIRELI - EPP
07	Programa licenciado do Microsoft Profissional 2016- língua portuguesa do Brasil	20	R\$ 1.350,00	R\$ 27.000,00	Harley de Aguiar Junior EIRELI - EPP
08	Programa licenciado do Microsoft Home Business 2016- língua portuguesa do Brasil	3	R\$ 738,00	R\$ 2.214,00	MWV Web Site Comercio de Produtos Eletrônicos LTDA ME
09	Multifuncional Laser Mono	6	R\$ 1.635,00	R\$ 9.810,00	MWV Web Site Comercio de Produtos Eletrônicos LTDA ME
10	Scanner Duplex	3	R\$	R\$	Proposta acima do valor do edital
12	Câmera interna IP	3	R\$ 1.648,00	R\$ 4.944,00	MWV Web Site Comercio de Produtos Eletrônicos LTDA ME
13	WebCam	3	R\$	R\$	Proposta acima do valor do edital

Quanto aos itens 5 e 6 do edital, a empresa MWV Web Site Comercio de Produtos Eletrônicos LTDA ME, CNPJ 10.513.136/0001-59 foi desabilitada por não atender especificação física dos produtos prevista em edital. No que se refere ao item 5 a empresa foi desabilitada visto que o equipamento ofertado não apresentar USB e não ter a saída de vídeo solicitada. Com relação ao item 6 foi desabilitada porquanto o tamanho da tela ofertado era inferior ao previsto em edital.

Em seguida foram analisados os documentos das habilitações dos classificados para os itens do edital, constatando-se sua regularidade.

Por fim, o pregoeiro adjudicou, desde já, a empresa Harley de Aguiar Junior EIRELI - EPP como vencedora dos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 da licitação e a empresa MWV Web Site Comercio de Produtos Eletrônicos LTDA ME vencedora dos itens 8, 9 e 12

O pregoeiro deu por encerrada a sessão pública, da qual constam as assinaturas dos presentes.

Luiz Aurélio de Oliveira  
Pregoeiro

Alexandre Lima Grams  
Equipe de apoio

Harley de Aguiar Junior EIRELI – EPP  
Maycke Mello Gonçalves

MWV Web Site Comercio de Produtos Eletrônicos LTDA ME  
Adriana Ferreira Melo

Enio Krauss  
Equipe de apoio

Ricardo Pitta  
Equipe de apoio

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 165/2017 - TABELA DE PREÇO - ITAPOÁ SANEAMENTO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 165/2017

INTERESSADO: ITAPOÁ SANEAMENTO

OBJETO: HOMOLOGAÇÃO DA TABELA DE PREÇOS

MUNICÍPIO: ITAPOÁ/SC

DECISÃO Nº 013/2017

**DECISÃO:**

Homologo a alteração dos valores na tabela de prazos e preços dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestados pela Itapoá Saneamento, referente à taxa de entrega via Correios, conforme parecer técnico nº 208/2017 de 22/05/2017, no valor de R\$ 2,02 (dois reais e dois centavos) e, o serviço de nova ligação de água, nos termos do parecer técnico nº 209/2017, de 22/05/2017, no valor de R\$ 251,24 (duzentos e cinquenta e um reais e vinte e quatro centavos)

Em consequência, declaro encerrado este procedimento administrativo.

Publique-se e autue-se nos autos do Processo Administrativo nº 165/2017.

Florianópolis, 18 de agosto de 2017.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

---

**CIMVI**

---

**AVISO DE CARTA CONVITE Nº 011/2017 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ASSESSORIA TÉCNICA NA FISCALIZAÇÃO/SUPERVISÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO E GALPÃO PRÉ-MOLDADO, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DO PROJETO PREVENTIVO DE INCÊNDIO DO GALPÃO****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI**

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 011/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, que fará realizar Convite para contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços técnicos consistente na assessoria técnica para fiscalização e supervisão das obras de construção da área física (605,46 m²) para o Centro Administrativo do CIMVI (Contrato Administrativo nº 2017/017) e de execução da etapa 1 de construção de galpão pré-moldado com área de 2.250,00 m² (30m x 75m), altura mínima livre (pé-direito) de 10m e máxima de 12,30m da área física destinada aos serviços de coleta dos municípios consorciados (Contrato Administrativo nº 2017/025), bem como na atualização do projeto preventivo contra incêndio (PPCI) junto ao Corpo de Bombeiros de Timbó do galpão pré-moldado, do tipo Menor Preço.

O Edital, juntamente com os anexos, encontram-se à disposição dos interessados na sede do CIMVI, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, em Timbó/SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, e na internet em [www.cimvi.sc.gov.br](http://www.cimvi.sc.gov.br) > Licitações.

Os envelopes (Habilitação e Proposta) serão recebidos até o dia 1º de setembro de 2017, às 09h00min, na sede do CIMVI, sito à Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural (Aterro Sanitário), em Timbó/SC; abertura dos envelopes às 09h10min no mesmo local, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó(SC), 22/08/2017

Paulo Roberto Weiss

Presidente

---

**CIS NORDESTE**

---

**EXTRATO CONTRATO Nº 11/2017**

Extrato do contrato nº 11/2017

Data: 17/05/2017

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANT CATARINA- UNISOCIESC

Objeto: Prestação de serviços de realização de Concurso Público.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: O CISNORDESTE/SC fica isento do pagamento de qualquer valor.

Vigência: 17/05/2017 a 17/10/2017

SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA

**CIS/AMMVI****CONVOCAÇÃO COMISSÃO ESPECIAL**  
CONVOCAÇÃO

CLEONES HOSTINS, Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 140/2017, e de acordo com o Artigo 33 do Estatuto Social, CONVOCA a Comissão Especial eleita pela Assembleia Geral Ordinária de 22/06/2017, instituída através da Resolução nº 159, de 26/06/2017, para a alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, para a reunião que se realizará no dia 30 de Agosto de 2017, às 13h30min.

**COMISSÃO:**

- a) Ércio Kriek – Prefeito do Município de Pomerode;
- b) Jean Michel Grundmann - Prefeito do Município de Benedito Novo e
- c) Simone Mercia Mesch Nones, Prefeita do Município de Doutor Pedrinho

Para auxiliar os trabalhos foi deliberado que três representantes dos secretários de Saúde dos entes consorciados irão compor a presente comissão, sendo:

- a) Ronie Loewen – Secretário Saúde de Benedito Novo;
- b) Enilson E. Freitas – Secretário de Saúde de Ascurra;
- c) Marcelo Doutel da Silva – Secretário Saúde de Apiúna.

Local: AMMVII - Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Rua Alberto Stein, 466 – Bairro Velha – Blumenau – SC – Sala Vale Europeu - 1º Andar).

**ORDEM DO DIA**

- 1. Designação do Presidente e Secretário da Comissão;
- 2. Avaliação das alterações propostas;
- 3. Estabelecimento do Cronograma de atividades;

Blumenau (SC), em 22 de Agosto de 2017.

Cleones Hostins  
Diretor Executivo do CISAMVI

**RESOLUÇÃO Nº 165-2017 - CISAMVI**

RESOLUÇÃO nº 165, de 14/08/2017.

Suplementa saldos de dotações orçamentárias no orçamento vigente do CISAMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CISAMVI; e com base na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e

Considerando Resolução nº. 139/2017 que Estima a Receita e fixa a Despesa do CISAMVI para o exercício de 2017.

Considerando as previsões contidas no artigo 3º da Resolução nº. 139/2017.

Considerando a lei municipal nº. 8.444/2017, de Blumenau.

Considerando o saldo financeiro disponível no caixa do CISAMVI, oriundo receitas de aplicações.

Considerando a tendência de Gastos dos municípios, onde comparado ao mesmo pedido do ano anterior, os gastos já ultrapassaram 100% do estimado.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no CISAMVI:

Órgão: 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Unidade: 001 – Secretaria Administrativa Financeira da Manutenção	
Função: 10 - Saúde	
SubFunção: 122 – Administração Geral	
Programa: 0001 – Administração Geral/ Financeira / Planejamento e Orçamento	
Projeto: 2004 – Manutenção Atividades Secretaria Administrativa Financeira	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 90.608,00
Vínculo: 3000400 – Rec.Ord.Ex.Ant. CISA - Manutenção	R\$ 67.252,64
Vínculo: 3002716 – Rec. Ord. 2016 – CISA Aplic. Manutenção	R\$ 13.109,13
Vínculo: 3002816 – Rec. Ord. 2016 – CISA Aplic. Proc Med Hosp	R\$ 10.246,23

Art. 2º Fica suplementado, por Provável Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente do CISAMVI:

Órgão: 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí	
Unidade: 003 – Manutenção Medicamentos	
Função: 04 - Administração	
Subfunção: 122 – Administração Geral	
Programa: 0003 – Gestão de Desenvolvimento Institucional	
Projeto: 2006 – Manutenção Atividades Medicamentos	
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 800.000,00
Vínculo: 1000617	

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 22 de Agosto de 2017.

MATIAS KOHLER

Presidente do CISAMVI

## CIS/AMOSC

### EXTRATO DE TERMOS

TERMO ADITIVO Nº17/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração dos desdobramentos 3.3.93.36.30 e 3.3.93.39.50 referente aos serviços de saúde especializado de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 85.200,00

VIGENCIA: 16/08/2017 a 31/12/2017

TERMO ADITIVO Nº18/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração dos desdobramentos 3.3.93.36.30 e 3.3.93.39.50 referente aos serviços de saúde especializado de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 31.200,00

VIGENCIA: 16/08/2017 a 31/12/2017

TERMO ADITIVO Nº19/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração dos desdobramentos 3.3.93.36.30 e 3.3.93.39.50 referente aos serviços de saúde especializado de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 233.200,00

VIGENCIA: 16/08/2017 a 31/12/2017

TERMO ADITIVO Nº20/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração dos desdobramentos 3.3.93.36.30 e 3.3.93.39.50 referente aos serviços de saúde especializado de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 561.500,00

VIGENCIA: 18/08/2017 a 31/12/2017

TERMO ADITIVO Nº21/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração dos desdobramentos 3.3.93.36.30 e 3.3.93.39.50 referente aos serviços de saúde especializado de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial.

VALOR R\$ 188.200,00

VIGENCIA: 18/08/2017 a 31/12/2017

**CIS/AMURES****ATA Nº 10/2017 CIS/AMURES**

Ata nº 10/2017

Aos vinte e sete dias do mês de Julho de dois mil e dezessete, estiveram reunidos em assembleia ordinária os prefeitos dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, juntamente com a diretora executiva e a equipe responsável pela contabilidade do mesmo. A assembleia aconteceu nas dependências da associação de municípios da Região Serrana – Amures, juntamente com a equipe do CISAMA. A frente para abertura da assembleia estavam a secretária Executiva da Amures, Sra. Iraci Souza, o Diretor Executivo do CISAMA, Sr. Selênio Sartor e a diretora Executiva do CIS/AMURES, Nalú Júlio. Os mesmos cumprimentaram aos presentes e Nalú convidou para fazer parte da mesa, o presidente da Amures, Sr. Luiz Carlos Xavier, prefeito de Otacílio Costa, Sr. Tito Freitas, presidente do CISAMA, Prefeito de Capão Alto e a Sra. Fernanda Córdova, presidente do CIS/AMURES, prefeita de Palmeira. A Nalú ofereceu a palavra aos três presidentes, para que cumprimentassem aos colegas prefeitos presentes. Os que assim o fizeram. Em seguida o diretor executivo do CISAMA, Selênio Sartor iniciou a apresentação dos assuntos pertinentes ao referido consórcio. Concluindo a apresentação do CISAMA, a Nalú iniciou os assuntos pertinentes à assembleia do CIS/AMURES com a seguinte pauta: Formas de rateio; orçamento para dois mil e dezoito; prestação de contas dos meses de Abril, maio e Junho do corrente ano; assuntos diversos. Iniciando, a Nalú perguntou a presidente do CIS/AMURES se a mesma gostaria de proferir algumas palavras? A mesma respondeu que falaria no final da assembleia e que a Nalú poderia dar seguimento aos assuntos. A Nalú assim o fez. Lembrou aos prefeitos que na assembleia do mês de abril, próximo passado, os mesmos haviam solicitado a mudança na forma de rateio das despesas do CIS/AMURES, que até a presente data era calculado proporcional a utilização dos serviços. Foi apresentado seis formas de rateio a fim de que os prefeitos analisassem e escolhessem a qual substituiria a atual. Foi relatado que com base nos serviços dos primeiros quatro meses do corrente ano, foi calculado o percentual de utilização dos municípios, bem como a manutenção do CIS/AMURES para o exercício de dois mil e dezoito. O valor previsto para manutenção mensal do CIS/AMURES será de cento e vinte e sete mil, seiscentos e vinte e oito reais e quinze centavos, os quais deverão ser rateados mensalmente entre os vinte e cinco municípios que compõem o CIS/AMURES. Foi apresentado seis propostas de rateio aos prefeitos, conforme tabela a seguir. A coluna um (1) seria a forma atual de rateio proporcional a utilização dos serviços através do CIS/AMURES; a coluna dois, proporcional ao número de habitantes, ou seja, o percentual de população que cada município representa, no total dos vinte e cinco municípios que compõem o CIS/AMURES. Na coluna três, a divisão seria per capta, zero vírgula trinta e oito centavos por habitantes de cada município; a coluna quatro (4) seria a soma de quarenta por cento proporcionais à utilização mais trinta por cento fixo e mais trinta por cento proporcionais a população. Ou seja, a soma dos três itens resultaria no rateio mensal; a coluna cinco seria divisão da manutenção igual para os vinte e cinco municípios consorciados. Coluna seis seria a divisão por fatores.

Após análise das propostas, foi escolhido as propostas da coluna número seis, a qual o rateio foi estabelecido por fator que foi feito divisão do valor mensal do rateio por vinte e cinco municípios que resultou em cinco mil, cento e cinco reais e treze centavos, e em seguida dividido em fatores, conforme tabela abaixo.

Em seguida foi apresentado o orçamento dos municípios também para o próximo exercício. Foi solicitado aos secretários municipais de saúde a referida informação devidamente assinada pelos mesmos e pelos seus respectivos municípios. Alguns municípios não souberam informar até a presente data. Assim sendo a sugestão da diretora Nalú e das contadoras, seria o valor atual acrescido de mais cinco por cento, conforme orientações legais. Foi consultado os prefeitos e alguns preferiram informar até o dia seguinte o valor. Foi colocado em votação e aprovado por unanimidade e as informações do dia seguinte seriam ad referendum.

Passou-se então para o seguinte assunto da pauta, a prestação de contas dos meses de Abril, Maio e Junho do corrente ano. A Nalú apresentou a tabela no data show e colocou para apreciação. Relatou que no período da manhã havia sido apresentada ao Conselho Fiscal do CIS/AMURES. Que obteve recomendação para aprovação da referida prestação de contas. Foi solicitado ao prefeito de Urupema, presidente do Conselho Fiscal do CIS/AMURES, Sr. Evandro Frigo Pereira, se ele gostaria de fazer alguma observação, o mesmo respondeu que estava tudo bem e que havia feito algumas recomendações na última reunião as quais pode conferir que já foram providenciadas. O prefeito Luiz Paulo Farias de Ponte Alta, também do conselho fiscal, pediu a palavra para lembrar que metade do décimo terceiro dos funcionários do CIS/AMURES, já havia sido pago no mês de Junho último. Falou também que os valores dos serviços comprados através do CIS/AMURES, oferecem considerável vantagem. Disse que o prefeito Evandro Frigo Pereira, fez um cálculo a respeito do valor das consultas pagas através do CIS/AMURES, cujo valor é de trinta e sete reais e trinta centavos, se computados os demais gastos para oferece-las fica em torno de cinquenta e seis reais, porém se comparado ao valor médio da consulta particular que é algo em torno de trezentos reais, é muito vantajosa a compra através do CIS/AMURES. A Nalú observou que através de estudos realizados as consultas nas unidades Básicas de saúde, tem um custo de oitenta reais. O prefeito Evandro recomenda cuidado nos custos administrativos afim de não onerar muito a manutenção do CIS/AMURES nos próximos anos. A Nalú enfatizou que o custo da folha do CIS/AMURES fica em torno de quatorze por cento do orçamento mensal, e cerca de doze por cento fica o consumo e manutenção e material permanente. Após todas as citadas colocações foi aprovado por unanimidade a prestação do trimestre (Abril, Maio e Junho) do corrente ano. Em seguida foi repassado um breve relato a respeito da licitação para compras de medicamentos solicitadas por doze municípios consorciados. A Nalú relatou que foi licitado seiscentos medicamentos. Se verificados no valor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, a quantidade licitada ficaria em um total de quarenta e um milhões. No valor de mercado (particular) seria algo em torno de cinquenta e três milhões. Já na licitação do CIS/AMURES, chegou em um valor de onze milhões e significa em média uma economia de setenta e cinco por cento. Os prefeitos presentes ficaram satisfeitos com os resultados. A Nalú falou que foi um processo bastante difícil ao CIS/AMURES, por não dispor das condições necessárias para realização dos procedimentos, foi feito muito manual e que o CIS/AMURES, conta com um número reduzido de colaboradores (funcionários). “Porém para auxiliar aos municípios a equipe está sempre disposta. Que as prefeituras e os demais consórcios dispõem de equipe específica para licitação. Que os municípios na sua maioria demoram muito para retornar as informações ao CIS/AMURES. Falou ainda que a licitação resultou em duzentos e cinquenta e duas atas, as quais foram enviadas em três vias para os prefeitos assinarem. Foram perdidas nos municípios setenta e sete atas, as quais a equipe no imprimiu novamente, a presidente assinou e foram enviadas aos municípios.” Nalú falou que precisa ser repensado se optarem em continuar as licitações através do CIS/AMURES. Os prefeitos demonstraram satisfação com o resultado da licitação, apesar das dificuldades. A Dra. Zenalda Vanin, assessora jurídica do CIS/AMURES, pediu a palavra para reforçar algumas orientações. Enfatizou que a



licitação foi realizada para compra eventual, ou seja, comprar a medida que necessitarem. Porém os medicamentos que fizerem parte da licitação do CIS/AMURES, os municípios que participaram da mesma, não poderão comprar legalmente de outros fornecedores. Os prefeitos perguntaram qual a vigência da referida licitação? A Dra. Zenalda Vanin, explicou que é para seis meses e poderá ser renovada para mais seis meses. Encerrado assunto licitação. A diretora Nalú relatou que os exames previstos através da emenda parlamentar, estão sendo agendados, realizados e pagos. Que já havia sido pago até a presente data, oitenta mil reais, quatrocentos e cinquenta e seis reais, quarenta e sete centavos. Que os exames continuam sendo agendados e que provavelmente serão realizados todos até o próximo mês de setembro. Informou também, que estão sendo encaminhados os recibos mensalmente, a fim de controle, para os municípios. O prefeito de Ponte Alta, Luiz Paulo Farias, solicitou que seja enviado aos prefeitos cópia dos recibos mensais. A Nalú comprometeu-se em fazê-lo a partir do corrente mês. O mesmo prefeito perguntou se seria possível o CIS/AMURES receber as emendas parlamentares de custeio, pelo município? A Nalú comprometeu-se em juntamente com a Dra. Zenalda Vanin, verificar a legalidade, mas que acreditava que seria possível, uma vez que o CIS/AMURES, já recebeu uma emenda, mas que acreditava que a emenda teria que ser dividida com todos os municípios consorciados. Nalú disse que gostaria de aproveitar a situação e sugerir que os recursos de custeio das emendas que os municípios estão recebendo, que pudesse ser reservada uma cota para pagamento de cirurgias eletivas. Encerrado os assuntos. A presidente tomou a palavra para agradecer as presenças. Agradeceu a equipe do CIS/AMURES, pelo brilhante trabalho e comprometimento. E relatou aos presentes que nos primeiros seis meses foram realizados através do CIS/AMURES, mais de quarenta e cinco mil procedimentos entre exames e consultas, somente o que as prefeituras pagarem com os recursos financeiros do tesouro municipal, sem computar os encaminhamentos do Sistema único de Saúde – SUS, exames, consultas e em especial, as cirurgias. Os recursos financeiros utilizados através do CIS/AMURES foi de dois milhões quinhentos e oitenta e nove mil e trezentos reais, que se fossem custeados no valor particular chegariam a casa dos sete milhões, que certamente os municípios não teriam para aplicar. Que isto é resultado da parceria entre os vinte e cinco municípios e o esforço e compromisso da equipe do CIS/AMURES. Nada mais havendo a tratar, foi lembrado aos prefeitos que como de costume, a ata será enviada por e-mail aos prefeitos, será aguardado três dias úteis, não havendo nenhuma consideração ou correção será considerada aprovada e publicada no diário oficial dos municípios – DOM. Assim foi encerrada a assembleia. Estiveram presentes: Sr. Luiz Paulo Farias, Prefeito de Ponte Alta; Sr. Jair da Silva Ribeiro, Prefeito de Freio Rogério; Sra. Terezinha Branco de Moraes, Secretária de Saúde de Campo Belo do Sul; Sr. José Tadeu Martins de Oliveira, Prefeito de Campo Belo do Sul; Sr. Evandro Frigo Pereira, Prefeito de Urupema; Sr. Antonio Marcos, Vice-prefeito de Painel; Sr. Juliano Polese, Vice-Prefeito de Lages; Sr. Tito Pereira Freitas, Prefeito de Capão Alto; Sr. Luiz Carlos Xavier, Prefeito de Otacílio Costa; Sr. Elvio A. de Souza, Vice Prefeito de Urubici; Sra. Fernanda Souza Córdova, Prefeita de Palmeira; Sr. Thiago Costa, Prefeito de Rio Rufino; Sr. Vilmar José Neckel, Prefeito de Bom Retiro; Sr. Pedro Jovane da Silva, Coordenador contábil do CISAMA; Sr. Giovanni Nunes, Prefeito de São Joaquim; Sr. Ademilson Conrado, Prefeito de Cerro Negro; Sr. João Cidinei da Silva, Prefeito de Anita Garibaldi; Sr. Serginho de Oliveira, Prefeito de Bom Jardim da Serra; Sr. Rodrigo Barth, chefe de gabinete de Bocaina do Sul; Nalú Terezinha Júlio, Diretora Executiva CIS/AMURES e Zenalda Vanin, Assessora jurídica CIS/AMURES.

João Cidinei da Silva  
Prefeito de Anita Garibaldi

Serginho de Oliveira  
Prefeito de Bom Jardim da Serra

Vilmar José Neckel,  
Prefeito de Bom Retiro

José Tadeu Martins de Oliveira  
Prefeito de Campo Belo do Sul

Tito Pereira Freitas  
Prefeito de Capão Alto

Ademilson Conrado  
Prefeito de Cerro Negro

Jair da Silva Ribeiro  
Prefeito de Freio

Luiz Carlos Xavier  
Rogério Prefeito de Otacílio Costa

Fernanda Souza Córdova  
Prefeita de Palmeira

Luiz Paulo Farias  
Prefeito de Ponte Alta

Thiago Costa  
Prefeito de Rio Rufino

Giovani Nunes  
Prefeito de São Joaquim

Evandro Frigo Pereira  
Prefeito de Urupema

Nalú Terezinha Júlio  
Diretora Executiva CIS/AMURES

**CISAM****ERRATA PREGÃO PRESENCIAL CISAM - MO Nº 01/2017 - AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS**

Capinzal/SC, 22 de agosto de 2017

ERRATA nº 01/2017 – CPL/CISAM-MO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM-MO, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial dos Municípios (DOM), no dia 14 de agosto de 2017, referente ao Edital de Licitação – Pregão Presencial nº 01/2017 – que tem como objeto a Aquisição Compartilhada de HIDRÔMETROS aos consorciados do CISAM-MO, com entrega na sede das respectivas autarquias dos entes consorciados, COMUNICA aos interessados, a retificação do referido certame, no que tange ao informado da seguinte forma:

Retificação 1) Item 14 – da Dotação Orçamentária e Endereço para Entrega

Onde lê-se:

14.1 – As despesas decorrentes da contratação dos produtos desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias dos prestadores de serviço de saneamento consorciados ao CISAM Meio Oeste adiante especificadas, de modo que as contratações e pagamentos derivados desta licitação serão feitas diretamente pelos mesmos.

Leia-se:

14.1 – As despesas decorrentes da contratação dos produtos desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias dos prestadores de serviço de saneamento consorciados ao CISAM Meio Oeste adiante especificadas, de modo que as contratações e pagamentos derivados desta licitação serão feitas diretamente pelos mesmos.

Serviço Intermunicipal Água e Esgoto – SIMAE Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna

Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2.061

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0200

Serviço Autônomo Municipal De Água E Esgoto – SAMAE Campos Novos

Programa: 17.513.0036

Projeto/Atividade: 2.059

Elemento: 3.3.90.30.00.00.00.00.00.0603

Prefeitura Municipal de Zortéa

Programa: 17.512.0021

Projeto/Atividade: 2.025

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.0000

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Programa: 17.512.0032

Projeto/Atividade: 2.054

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0000

Prefeitura Municipal de Abdon Batista

Programa: 15.512.0105

Projeto/Atividade: 2.040

Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00.00.01.0000

Retificação 2) Anexo I – Termo de Referência – Item 2) Hidrômetros Classe B, 2. RESUMO DO FORNECIMENTO:

Onde lê-se: "Observações = Sem Conexões"

Leia-se: "Observações = Com Conexões"

Retificação 3) Anexo I – Termo de Referência – Item 2) Hidrômetros

Classe B, 3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS HIDRÔMETROS, Características Gerais:

Onde lê-se: "Monojato"

Leia-se: "Multijato"

Retificação 4) Anexo II – Relação de Quantitativos, Especificações e Compradores – Descrição do Item 2:

Onde lê-se: "VAZÃO NOMINAL DE 1,50 M³/H"

Leia-se: "VAZÃO NOMINAL DE 0,75 M³/H"

Leomar Eggers

Pregoeiro/Presidente CPL

**RESPOSTA QUESTIONAMENTO 01 PREGÃO PRESENCIAL CISAM - MO Nº 01/2017 - AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS**

Capinzal/SC, 22 de agosto de 2017

Edital do Pregão Presencial nº 01/2017 – Esclarecimento 01

Prezados participantes,

Em atenção à consulta formulada por empresa(s) interessada(s) no referido processo, seguem esclarecimentos da comissão de licitação:

Questionamento 01:

"Determina o edital que será necessário a apresentação de amostras, caso o pregoeiro solicite, conforme descrito abaixo:

"9.1 – Sempre que entender necessário, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de amostra (s) ou prospecto(s), dos produto(s) cotado(s), devidamente identificada(s), de acordo com as especificações técnicas exigidas para efeito de controle de qualidade."

"10.3 – Verificado que a proposta de menor preço atende às exigências fixadas neste Edital (quanto à proposta e à habilitação) e, que a amostra apresentada, caso solicitada no decorrer do processo, tenha sido tecnicamente aprovada, a licitante será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto."

No entanto, não deixa claro se deve levar a(s) amostra(s) no dia da abertura do certame, ou se o pregoeiro irá estabelecer um prazo para o vencedor do certame apresentar a(s) amostra(s).

Desta feita, questionamos: É necessário a apresentação da(s) amostra(s) no dia da abertura do certame ou o pregoeiro irá estabelecer um prazo para o vencedor apresentar a(s) amostra(s)?"

Resposta Questionamento 01:

Conforme explícito no referido Edital, em seu Anexo I, Item 1.2.5, TODAS as características gerais exigidas pelo comprador deverão ser comprovadas pelos proponentes, através de catálogo técnico do medidor que deverá obrigatoriamente ser anexado à proposta técnica.

Solicita-se especial atenção ao disposto no Anexo I, Item 2.4, que informa que toda documentação técnica comprobatória exigida, deverá fazer parte do envelope de proposta técnica.

Dessa forma, entendemos que os documentos supracitados são suficientes para comprovação das características do item a ser adquirido sem apresentação de amostra no dia do pregão presencial. Lembramos ainda que no ato do recebimento do produto, o comprador poderá recusar os mesmos se constatado divergências entre o informado na documentação técnica e o apresentado, conforme especificado no Item 13 - condições de pagamento e recebimento.

Leomar Eggers

Pregoeiro/Presidente CPL

**RESPOSTA QUESTIONAMENTO 02 PREGÃO PRESENCIAL CISAM - MO Nº 01/2017 - AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS**

Capinzal/SC, 21 de agosto de 2017

Edital do Pregão Presencial nº 01/2017 – Esclarecimento 02

Prezados participantes,

Em atenção à consulta formulada por empresa(s) interessada(s) no referido processo, seguem esclarecimentos da comissão de licitação:

Questionamento 01:

"No edital é solicitado que a cúpula da relojoaria seja inclinada a 45°, porém nosso medidor pode ser inclinado até 90° sem perder nenhuma característica metrológica. Dessa forma atende à finalidade de poder ser girado na tubulação para melhor visualização. Podemos considerar que nosso produto atende à mesma finalidade do produto especificado no edital?"

Resposta Questionamento 01:

Solicitou-se hidrômetros com relojoaria inclinada a 45° ou prisma óptico, justamente para que o corpo do medidor não fique inclinado, mantendo o padrão de instalação já adotado pelos prestadores de serviço interessados na licitação, os quais dispõem de caixa padrão para instalação do hidrômetro com campo específico para a leitura da relojoaria.

Dessa forma, informamos que o item apresentado deve atender ao especificado em edital, ou seja, relojoaria inclinada a 45° ou com prisma ótico, não aceitando-se hidrômetros divergentes.

Questionamento 02:

"No descritivo técnico, item 2 é especificado que o medidor é sem conexões, já na planilha de quantitativos está com conexão. Gostaríamos de saber qual informação predominará"

Questionamento 03:

"No descritivo técnico, item 2 é especificado que o medidor deverá ser de tecnologia Monojato, porém na planilha de quantitativos é especificado Multijato. Gostaríamos de saber qual informação predominará."

Resposta Questionamentos 02 e 03:

Corrigido na Errata 01/2017 - CPL/CISAM-MO. Em Atenção: Item 2: Considerar hidrômetros classe B, MULTIJATO, COM CONEXÕES, VAZÃO NOMINAL 0,75m³/h e VAZÃO MÁXIMA 1,50m³/h.

Leomar Eggers

Pregoeiro/Precidente CPL

**RESPOSTA QUESTIONAMENTO 03 PREGÃO PRESENCIAL CISAM - MO Nº 01/2017 - AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS**

Capinzal/SC, 21 de agosto de 2017

Edital do Pregão Presencial nº 01/2017 – Esclarecimento 03

Prezados participantes,

Em atenção à consulta formulada por empresa(s) interessada(s) no referido processo, seguem esclarecimentos da comissão de licitação:

Questionamento 01:

"3.8 O comprador exigirá que o fornecedor apresente juntamente com a (s) nota fiscal (is) dos lotes fornecidos, documento técnico comprobatório (com os resultados obtidos em laboratório) que: o

lote de hidrômetros entregue foi ensaiado de acordo com a norma da NBR 15.538/2014, e que o índice de desempenho de medição (IDM) foi obtido através destes ensaios (itens 4.2.1 a 4.2.5), foi calculado de acordo com os itens 4.2.6 e 4.2.7 (e seus subitens) da mesma norma e atende as exigências do comprador que exige que o valor do IDM obtido esteja na faixa de 99 % (noventa e nove pontos percentuais). O não atendimento a este item 5.6 deste termo de referência implicará na recusa imediata do lote e suspensão do pagamento até que seja entregue ao comprador toda a documentação regularizada e que esta corresponda ao lote de medidores que estão sendo adquiridos.

Confirmar se irá efetivamente exigir os ensaios de IDM para a entrega do lote, pois no item 1.3.u informa que o comprador poderá dispensa-los. Esse é um fator muito importante para o prazo de produção destes medidores."

Resposta Questionamento 01:

Os ensaios de IDM serão cobrados quando da entrega do lote de hidrômetros ao interessado.

Questionamento 02:

"4.2 A empresa fornecedora deverá comprometer-se, através de documento por escrito, a retrabalhar ou substituir todos os hidrômetros devolvidos, seja por problemas em suas partes construtivas: vazamentos no regulador, cúpula embaçada, entre outros, ou por reprovação nos ensaios previstos nas normas e portarias anteriormente relacionadas, durante este prazo de garantia, citado no item 4.1 desta especificação, devolvendo-os em condições de instalação (lacre do INMETRO, relojoaria sem totalização em m³) no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. O não cumprimento implicará em aplicação das penalidades previstas neste edital.

Sugiro que retire esse parágrafo deste Edital. Por se tratar de um hidrômetro do tipo volumétrico onde a qualidade da água será um fator fundamental para a performance do medidor. Como não temos controle sobre esse fator, não podemos assumir tais obrigações de garantia do produto"

Resposta Questionamento 02:

A referida declaração refere-se a problemas de fabricação do hidrômetro, e não relacionados com a sua operação. Ademais, a exposição dar-se-á apenas a água potável, conforme legislação pertinente.

Questionamentos 03:

"Item 1 – Valor máximo R\$ 125,00 reais. Valor máximo muito inferior do praticado no mercado, sem condições de participação neste pregão."

Resposta Questionamento 03:

Valor obtido através de orçamentos de mercado, utilizando-se o menor preço como critério eletivo.

Questionamentos 04:

"Item 2 – Vazão nominal diferente em relação ao anexo e termo de referência"

Resposta Questionamento 04:

Corrigido na Errata 01/2017 - CPL/CISAM-MO.

Em atenção: Item 2: Considerar hidrômetros classe B MULTIJATO, COM CONEXÕES, VAZÃO NOMINAL 0,75m³/h e VAZÃO MÁXIMA 1,50m³/h.

Leomar Eggers

Pregoeiro/Precidente CPL

**CITMAR****RESOLUÇÃO 002-2017**

RESOLUÇÃO N.º 02/2017

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 2.º da Resolução 01/2016,

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica suplementado o seguinte item orçamentário:

ORGÃO: 01 - CONSÓRCIO INTER. TURISMO COSTA VERDE E MAR  
UNIDADE: 01 - CITMAR

Programa de Trabalho: 23.695.1

Atividade: 2.001 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CITMAR

Fonte de Recursos: 0.1.0302 – Próprio

Elemento Despesa: (4) 3.3.90.00 Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 382.563,62

Art. 2.º - Para a suplementação prevista no artigo 1.º desta Resolução utilizar-se-á de resultado do superávit orçamentário apurado referente ao exercício de 2016, conforme planilha abaixo:

Ativo Financeiro - 2016	R\$ 441.442,45
Passivo Financeiro - 2016	R\$ 58.878,83
Total	R\$ 382.563,62

Art. 3.º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da sua publicação.

Itajaí (SC), 03 de Julho de 2017.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO Diretor Executivo do CITMAR	JEAN CARLOS COELHO CONTADOR CRC/SC 028.914/O-6
--	---

Declaro Publicado em 03/07/2017.

**RESOLUÇÃO 003-2017**

RESOLUÇÃO N.º 03/2017

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 2.º da Resolução 01/2016,

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica suplementado o seguinte item orçamentário:

ORGÃO: 01 - CONSÓRCIO INTER. TURISMO COSTA VERDE E MAR  
UNIDADE: 01 - CITMAR

Programa de Trabalho: 23.695.1

Atividade: 2.001 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CITMAR

Fonte de Recursos: 0.1.0302 – Próprio

Elemento Despesa: (2) 3.3.90.00 Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 202.417,79

Art. 2.º - Para a suplementação prevista no artigo 1.º desta Resolução, utilizar-se-á de resultado de excesso de arrecadação orçamentário referente ao contrato de rateio nº11/2017 do município de Balneário Camboriú;

Art. 3.º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itajaí (SC), 01 de Agosto de 2017.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO Diretor Executivo do CITMAR	JEAN CARLOS COELHO CONTADOR CRC/SC 028.914/O-6
--	---

Declaro Publicado em 01/08/2017.

**CONSÓRCIO QUIRIRI****RESOLUÇÃO CIQ 039/2017**

RESOLUÇÃO CIQ Nº 039/2017

Homologa resultado do Processo Licitatório – Pregão Presencial 03/2017

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI - CIQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público, ratificado pela indicação dos prefeitos consorciados, e conforme Termo de Homologação do Pregão Presencial 03/2017 de 17/08/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o resultado proferido no Processo de Pregão Presencial 03/2017 aberto às 14:00 horas do dia 17 de agosto de 2017, na sede da municipalidade de São Bento do Sul, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, visando CONTRATAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA IMPLANTAÇÃO DA METODOLOGIA DA ACOLHIDA NA COLÔNIA AOS AGRICULTORES FAMILIARES DOS MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI em favor da empresa ECOSFERA BIODIVERSIDADE LTDA-ME, no valor anual de R\$ 23.900,00 (vinte e três mil e novecentos reais).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, 21 de agosto de 2017.

Magno Bollmann

Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

**RESOLUÇÃO CIQ 040/2017**

RESOLUÇÃO CIQ Nº 040/2017

Autoriza firmar contrato conforme resultado do Processo Licitatório – Pregão Presencial 03/2017

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI - CIQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público, ratificado pela indicação dos prefeitos consorciados, e conforme Termo de Homologação do Pregão Presencial 03/2017 de 17/08/2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Autorizar a contratação da empresa ECOSFERA BIODIVERSIDADE LTDA-ME para execução do objeto constante do Processo de Pregão Presencial 03/2017 aberto às 14:00 horas do dia 17 de agosto de 2017, na sede da municipalidade de São Bento do Sul, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, visando CONTRATAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA IMPLANTAÇÃO DA METODOLOGIA DA ACOLHIDA NA COLÔNIA AOS AGRICULTORES FAMILIARES DOS MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, 21 de agosto de 2017.

Magno Bollmann

Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

---

**CONSAD**

---

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2017 AO CONTRATO Nº 03/2017**

Extrato de Termo aditivo nº 01/2017 ao Contrato nº 03/2017

CONTRATO: 03/2017

CONTRATANTE: Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Municípios – Santa /Catarina Paraná e Rio Grande do Sul – De Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, CNPJ 07.242.972/0001-31

CONTRATADA: POSTO BERTAMONI LTDA; CNPJ: 00.376.885/0001-28

As partes, de comum acordo com a Lei nº 10.520/2002, Lei 8.666/93, e contrato nº 03/2017, aditam o presente contrato de Licitação Presencial nº 05/2016, reajustando o valor do Combustível, de acordo com o reajuste concedido na data de 03/07/2017, sendo: Gasolina Original Comum R\$ 4,05 (quatro reais e cinco centavos).

São Miguel do Oeste/SC, de 01 agosto de 2017.

Marco Aurélio Zandoná  
Presidente do CONSAD  
Contratante

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02/2017 AO CONTRATO Nº 03/2017**

Extrato de Termo aditivo nº 02/2017 ao Contrato nº 03/2017

CONTRATO: 03/2017

CONTRATANTE: Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Municípios – Santa /Catarina Paraná e Rio Grande do Sul – De Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, CNPJ 07.242.972/0001-31

CONTRATADA: POSTO BERTAMONI LTDA; CNPJ: 00.376.885/0001-28

As partes, de comum acordo com a Lei nº 10.520/2002, Lei 8.666/93, e contrato nº 03/2017, aditam o presente contrato de Licitação Presencial nº 05/2016, reajustando o valor do Combustível, de acordo com o reajuste concedido na data de 31/07/2017, sendo: Gasolina Original Comum R\$ 3,93 (três reais e noventa e três centavos).

São Miguel do Oeste/SC, de 05 agosto de 2017.

Marco Aurélio Zandoná  
Presidente do CONSAD  
Contratante